

ISTITUTO PER LA STORIA DEL RISORGIMENTO ITALIANO  
BIBLIOTECA SCIENTIFICA

Serie II: Fonti

Vol. XLV

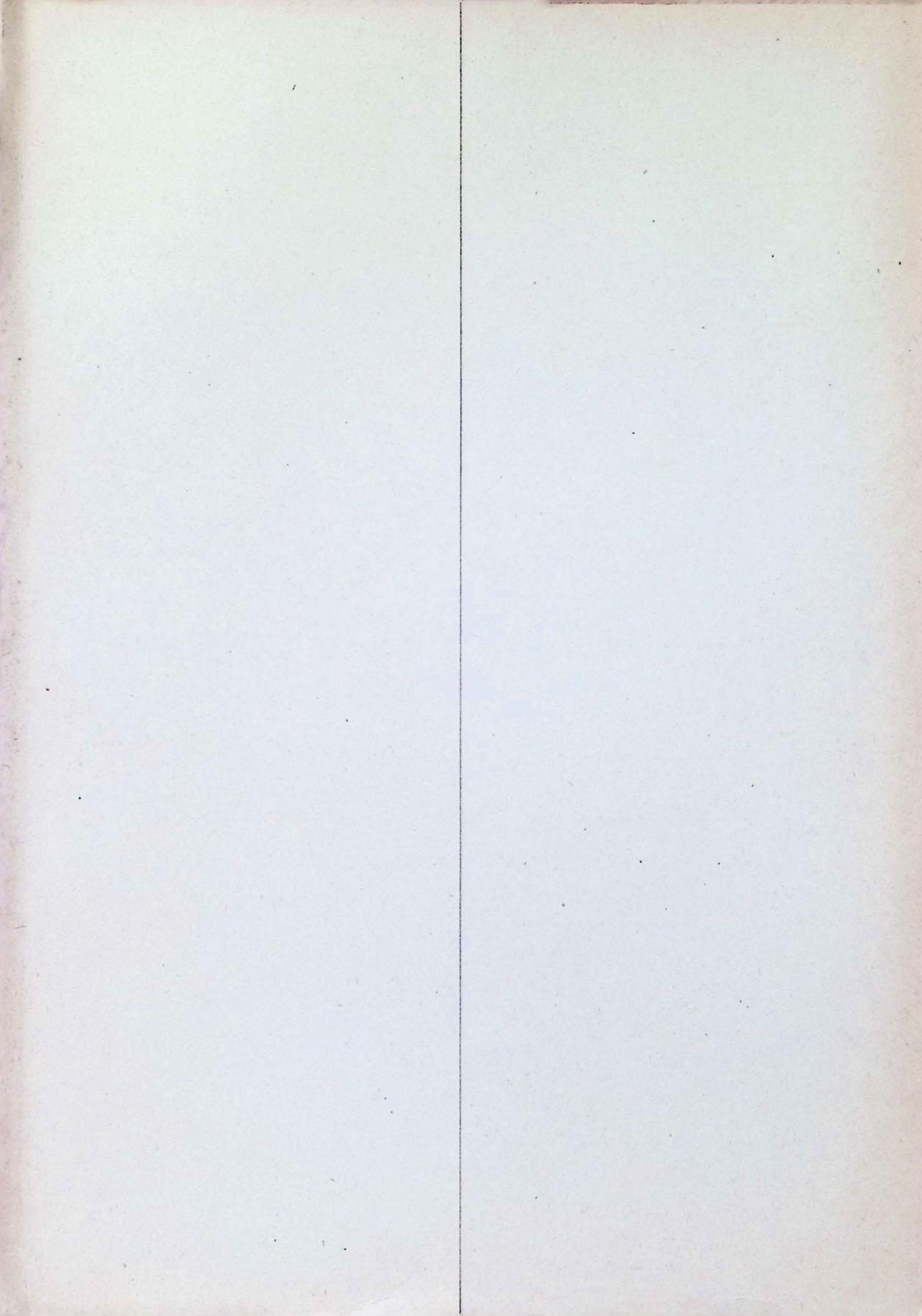


L'UNIFICAZIONE  
ITALIANA  
VISTA DAI  
DIPLOMATICI  
PORTOGHESI  
(1848-1870)

A cura di  
EDUARDO BRAZÃO

Vol. II

1962  
ISTITUTO PER LA STORIA DEL RISORGIMENTO ITALIANO  
ROMA



ISTITUTO PER LA STORIA DEL RISORGIMENTO ITALIANO  
BIBLIOTECA SCIENTIFICA

SERIE II: FONTI

Vol. XLV

L'UNIFICAZIONE ITALIANA  
VISTA DAI  
DIPLOMATI PORTOGHESI  
(1848-1870)

A CURA DI

EDUARDO BRAZÃO

*Ambasciatore del Portogallo in Italia, Accademico  
effettivo della « Academia Portuguesa de Historia »,  
della « Real Academia de Historia de Madrid ».*

VOL. II

1962

ISTITUTO PER LA STORIA DEL RISORGIMENTO ITALIANO  
ROMA











*(fotografia nel Museo centrale del Risorgimento)*

MARIA PIA DI SAVOIA, REGINA DI PORTOGALLO

ISTITUTO PER LA STORIA DEL RISORGIMENTO ITALIANO  
BIBLIOTECA SCIENTIFICA

SERIE II: FONTI

Vol. XLV

L'UNIFICAZIONE ITALIANA  
VISTA DAI  
DIPLOMATI PORTOGHESI  
(1848-1870)

A CURA DI

EDUARDO BRAZÃO

*Ambasciatore del Portogallo in Italia, Accademico  
effettivo della « Academia Portuguesa de Historia »,  
della « Real Academia de Historia de Madrid ».*

Vol. II

1962

ISTITUTO PER LA STORIA DEL RISORGIMENTO ITALIANO  
ROMA



II VOLUME

(1862-1870)

10

11

1862



...Tendo-me abtido, atentas as graves preocupações do governo de Sua Majestade, de distrair ultimamente a atenção de V. Exa. com notícias deste país, limitar-me-ei hoje a dizer duas palavras sôbre a crise ministerial porque êste governo tem passado, e de que tanto tem falado a imprensa de todos os países, a fim de que V. Exa fique tendo verdadeiro conhecimento do que aqui se passou.

O Barão Ricasoli, depois de ter estudado com toda a madureza quais as necessidades mais urgentes das nova províncias anexadas ao Reino de Itália e adoptado, de acordo com a opinião das pessoas mais bem entendidas, aquelas medidas julgadas mais eficazes para promover o bem estar dessas províncias, entendeu ser chegado o momento de se associar um homem de Estado, que se encarregasse da pasta do Reino vaga pela demissão anteriormente dada ao Comendador Minghetti. As vistas do Presidente do Conselho voltaram-se naturalmente para dois indivíduos: Mr. Rattazzi, Presidente da Câmara dos Deputados e Mr. de San Martino, Lugar Tenente que foi de El Rei de Itália nas províncias napolitanas e homem que goza de grandes créditos pelos seus talentos administrativos. O primeiro prestava-se a fazer parte do actual Gabinete pondo por condição a saída de alguns dos seus membros ao que o Barão Ricasoli não poudo anuir.

O segundo exigia a anulação de algumas leis ultimamente promulgadas sôbre o que nem o Barão nem os seus colegas poderam concordar. Em tais circunstâncias pois e depois de repetidas conferências foi convocada uma reunião da maioria da Câmara dos Deputados e nela deu conta o Presidente do Conselho dos esforços que havia empregado para completar o Gabinete e que sendo estes infrutuosos êle confiava contudo poder continuar na administração do Estado caso o Parlamento lhe continuasse a dar o seu apoio. A maioria, pois, tendo por atendíveis as razões expostas pelo Barão Ricasoli, e prestando-se a sustentar o governo, êste pôs logo de parte a questão do complemento do Ministério e apresentou-se ao Parlamento tal qual estava constituído.

Assim terminou a chamada crise ministerial e as recentes notícias satisfatórias do sul da Península vieram sem duvida dar força ao actual Gabinete.

Das notas inclusas servir-se-à V. Exa. ver o modo porque o governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil reconheceu o título do Rei de Itália.

Pelo correio, e cintados, tenho a honra de remeter a V. Exa. os dois números do jornal *L'Opinione* dos dias 24 de Dezembro último e 4 do corrente mês, o primeiro contendo um artigo sôbre o estado das finanças, apresentado ao Parlamento pelo respectivo Ministro, e o segundo contendo outro artigo sôbre o orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Comparando êste último com o nosso orçamento vê-se que o Reino de Itália despende aproximadamente 420 contos de reis mais que Portugal, com os seus Representantes no estrangeiro.

Terminarei este offício congratulando-me com V. Exa. e com os seus dignos Colegas pela adopção das medidas enérgicas que restituíram à capital a sua tranquilidade, e pelo espontâneo apoio que a Representação Nacional ofereceu para coadjuvar o governo de Sua Magestade na repressão aos actos inqualificáveis praticados ultimamente em Lisboa, e que se em qualquer época, e por todos os motivos, são reprovados, muito mais o devem ser num momento tão solene e de tanta consternação como aquele que succedeu ao falecimento de um Rei e de dois Infantes tão amados e queridos (1).

.....

## II

14 de Janeiro de 1862

... S.A.R. o Príncipe Oscar, irmão de S.M. El Rei de Suécia, acha-se há dias nesta Corte aonde veio visitar S.M. El Rei Vitor Manuel. No dia 11 foi o Corpo Diplomático cumprimentar S.A.R. e nessa ocasião o Príncipe Oscar pergutando-me com o maior interêsse se tinha notícias recentes da Família Real, disse-me que havia ultimamente recebido uma carta de S.M. El Rei o Senhor Dom Luís a Quem consagrava a mais sincera amizade e acrescentou formais palavras: « *Votre Roi est un homme de grande énergie qui fera parler de lui, j'en suis convaincu* ». Respondi a S.A.R. que não só eu abundava inteiramente na opinião que acabava de emitir acerca do meu Soberano senão que Portugal justamente depositava em Sua Magestade a maior e a mais bem fundada confiança.

Ao retirar-me recomendou-me expressamente o Príncipe Oscar, que, quando officiasse a V. Exa. manifestasse da sua parte o sincero sentimento que lhe causavam os últimos deploráveis acontecimentos

---

(1) Si tratta dei tumulti che precedettero la morte degli Infanti e del Re D. Pedro V, come già si è riferito in nota al 1861.

da nossa Corte, e a grande parte que ele tomava na profunda dôr da Real Família de Portugal. Rogo portanto a V. Exa se sirva fazer-me a mercê de, na primeira ocasião oportuna, elevar ao superior conhecimento de Sua Majestade o que acima me cabe a honra de referir a V. Exa.

S.A.R. depois de uma curta residência nesta Corte, aonde tem recebido as maiores demonstrações de consideração e simpatia, regressará dentro de alguns dias a Nice, aonde tenciona passar o Inverno em companhia de Sua Augusta Esposa que alí se acha.

.....

### III

21 de Janeiro de 1862

... Havendo recebido por via da Legação de Sua Majestade em París, o maço a que se referia o despacho de V. Exa., tenho a honra de participar a V. Exa. que fiz entrega pessoalmente ao Barão Ricasoli da Carta Régia e Insignia da Grã-Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e que expedi aos seus destinos as quatro cartas do Cardeal Patriarca de Lisboa ficando assim cumpridas as ordens de V. Exa. O Barão Ricasoli, enquanto não o faz directamente, roga a V. Exa. se sirva manifestar em seu nome a S. Majestade o seu mais vivo reconhecimento, pela graça que houve por bem conferir-lhe.

.....

Pelo correio e cintados tenho a honra de enviar a V. Exa. os seguintes documentos contidos nos jornais abaixo declarados: Tratado de comércio e navegação entre a Itália e a Turquia de 10 de Julho de 1861, que começará a ter vigor desde o dia 13 de Março do presente ano (*Gazeta Oficial* de 20 do corrente mês).

A importante circular do Barão Ricasoli dirigida em 3 do corrente aos representantes de Itália no Estrangeiro sôbre a marcha e o estado político deste país (*Jornal l'Italia* de 19 do corrente).

Finalmente o extracto official da sessão do Senado em 15 do corrente, contendo a interpelação do Senador Pareto ao Ministério sôbre a situação em geral do Estado e a resposta dos Ministros de Gabinete, sobressaindo a do Presidente do Conselho na parte da política que respeita a Roma.

Creio que nenhum facto de maior importância se tem dado nos

últimos dias cujo conhecimento possa interessar o governo de Sua Majestade. Mencionarei contudo a moção feita há dois dias pelo Deputado Brofferio para que o governo adoptasse medidas que reprimam a colecta na Itália a título de dinheiro de S. Pedro, não atendendo o Gabinete aquella moção, por entender que não há lei que autorize a impedir aquella colecta.

O General Garibaldi acaba também de recusar a presidência do novo Comité chamado di *Provedimento*, cujo fim é obter subscrição com o pretexto da recuperação de Roma e de Veneza, o que me faz crer que não existe presentemente a melhor intelligência entre os membros do partido exaltado.

S.A.R. o Príncipe Oscar de Suécia, já effectuou o seu regresso a Nice conforme tive a honra de anunciar a V. Exa. no meu precedente officio.

.....

#### IV

6 de Fevereiro de 1862

... V. Exa. já terá recebido do Representante de Sua Majestade em Paris a collecção dos documentos diplomáticos apresentados recentemente ao Corpo Legislativo francês, e terá por conseguinte visto a correspondência relativa à questão de Roma. Pelas notas de Mr. Thouvenel de 11 do mês passado, e de Mr. de Lavalette de 18 de dito mês, as duas de maior importância daquela correspondência ficou bem determinado o estado presente de tão delicada questão, a qual entrou em nova e creio que derradeira fase. A publicação daqueles documentos veio dar maior força ao Gabinete Ricasoli e produziu optimo efeito em toda a Península. O problema da solução desta questão é agora difficil de resolver, apesar de se dever contar ainda com uma forte opposição da parte do governo Pontifício para o protrair o mais possível.

Os dois consistórios que devem ter lugar em Roma, o convite feito, não só aos Bispos de Itália mas aos de toda a Catholicidade, para se acharem alí para assisterem à canonização de 23 martyres do Japão, ninguem duvida que tenham um fim diferente do que está anunciado. Esse fim não é outro senão provocar alguma manifestação por parte dos Príncipes da Igreja contra a abolição do poder temporal de Sua Santidade, procurando impedir que Roma seja a capital do novo Reino de Itália.

O negócio é de gravidade, e seja qual fôr o resultado, a França terá de cessar segundo todas as previsões de ocupar Roma militarmente.

Dado êste caso, as tropas italianas não tardarão em fazer alí a sua entrada.

.....

P.S. Recebo neste momento do Cônsul de Portugal em Florença a notícia que no dia 2 do corrente, teve lugar naquela cidade uma demonstração popular contra o poder temporal do Papa, passando a multidão defronte da casa donde se acha o Consulado de Portugal, alí manifestou o reconhecimento do povo italiano para com o governo de S.M. Fidelíssima acompanhando este acto de Serenata.

.....

## V

15 de Fevereiro de 1862

... As demonstrações políticas que se verificaram em algumas cidades de Itália logo depois da publicação dos documentos diplomáticos, a que me referi no meu último officio têm-se estendido a quasi todos os mais pontos da península, sem contudo darem lugar até hoje ao menor incidente desagradável pelo menos de que eu tenha conhecimento. O governo entendeu porém, procurar evitar, não só a continuação, como a repetição de semelhantes actos, expedindo com esse fim pelo Ministério do Reino, a inclusa Circular, dirigida a todos os Prefeitos. Semelhante medida não salva contudo o governo das acusações que muitos lhe têm feito de ter aprovado e mesmo promovido occultamente aquelas demonstrações, pretendendo outros que se efectivamente assim procedeu, não é por certo de seu próprio motus mas sim por instigações estranhas. Mas apesar de o governo desaprovar oficialmente tais demonstrações, eu não me atrevo a assegurar a V. Exa. que de parte a parte não haja alguma verdade no que se afirma. Não pretendo avançar que existisse um plano combinado, para promover as demonstrações políticas havidas em quase toda a península, a fim de que verificadas elas possam no futuro servir de pretexto para acelerar a solução definitiva da questão de Roma. O que me parece é que se existisse tal plano, a execução dele pode acarretar graves consequências, porque deve ter-se em vista que o partido exaltado aqui chamado de acção, aproveita sempre tais ocasiões para fins que são assaz conhecidos e com os quais todo o homem sensato sabe

que não se consegue a grande obra da unificação italiana. O governo vê-se portanto obrigado a precaver-se contra as manobras daquele partido, como sucede presentemente e isto não deixa de ser um dos menores embaraços, que encontra o Ministério na sua marcha governativa.

Causou certa surpresa no público a aparição dos artigos publicados por dois jornais que apoiam a política do governo, a *Perseveranza* de Milão e *L'Italia* de Turim, sôbre a questão de se levantar o interdito a Mazzini para poder regressar à sua Pátria, Ninguém se deixa levar da opinião que alguns pretendem sustentar, que esta é uma questão de humanidade e não de política. Eu considero-a política e bem política, e apesar de Mr. Benedetti ter dito na minha presença que êle não faria dificuldade, quanto ao regresso daquele individuo, permitame V. Exa. que eu diga, que pelo contrário estou convencido que o governo francês será o primeiro a opor-se a que tal regresso se verifique, pois até creio que Mazzini está envolvido no processo de Orsini. A imprensa oposicionista tem agredido fortemente o governo, increpando-o de querer ele ingerir-se numa questão, que é exclusivamente da iniciativa dos seus adversários. Por me parecer, e julgo que com razão, que qualquer governo italiano não lucraria muito com a presença de Mazzini em Itália, é que me repugna a ideia de que o actual Gabinete apoie os desejos tantas vezes manifestados pelos órgãos do partido exaltado. Apesar da situação difícil do governo não creio assim mesmo que o Barão Ricasoli jamais transija em qualquer ponto capital da política, sendo mais fácil resignar êle à Presidência do Conselho dos Ministros pelo character excessivamente firme que todos lhe reconhecem.

Como no ano passado nutrem-se agora sérias apreensões pela próxima primavera com a diferença de que então, achava-se o Conde de Cavour com todo o seu prestígio à frente da administração e os partidos não tinham influência demasiada, enquanto que hoje êstes últimos são mais para temer, e se bem o actual governo não tem aquella força moral, possui por outro lado maior força material tanto mais necessária, quanto é evidente ser êste um país que de um momento para outro se presta a qualquer efervescência.

.....

## VI

19 de Fevereiro de 1862

... Tenciono entregar ao Barão Ricasoli depois de amanhã, para ser levada ao seu alto destino a carta que S. M. dirige a S. M. El Rei

de Itália participando o falecimento de S.A.R. o Sereníssimo Senhor Infante Dom João (2).

... Da política interna da península nada tem ocorrido de importante que mereça ser levado ao conhecimento de V. Exa. Todos esperam com certa avidéz a discussão que há de encetar-se no Senado francês acerca da questão de Roma. O projecto de resposta do mesmo Senado ao discurso do Imperador já é aqui conhecido.

A imprensa comenta-o em sentido favorável à causa italiana, apesar de, pelo que posso ajuizar, ser êle redigido, na parte relativa áquela questão, com suma imparcialidade.

Agradecendo a V. Exa. as satisfatórias notícias que se serve dar-me acerca da importante saude de Suas Majestades, permita V. Exa. que os Empregados desta Missão se congratulem com o governo de S. M. pelas progressivas melhores que de dia para dia vai experimentando S. A. o Senhor Infante Dom Augusto, e cujo perfeito restabelecimento todos desejam ardentemente.

.....

## VII

27 de Fevereiro de 1862

... A pergunta dirigida pela França ao governo Pontifício acerca da convocação em Roma de todos os bispos da Cristianidade, mostra claramente que o governo francês está assaz preocupado com o próximo concílio, e vem confirmar o que sôbre tão delicado objecto eu tive a honra de dizer a V. Exa. E apesar de o Cardeal Antonelli ter declarado ao Representante da França ser o convite feito para aquele fim, de simples cortesiã e não obrigatório, e que a solenidade puramente religiosa, pensa o governo Imperial que os bispos não deveriam abandonar as suas dioceses, nem solicitar autorização para sair fora do Império senão no caso em que graves interêsses os chamassem a Roma. V. Exa. melhor do que eu poderá apreciar o alcance da opinião do Gabinete transmitida ao público pelo seu órgão oficial o *Moniteur*. Na altura a que chegou a questão de Roma, considero de grande importância o artigo do jornal oficial francês a que me refiro, por isso que poderá servir de precedente aos demais governos de Potências Católicas na adopção de medidas análogas a tal respeito.

Já no dia 24 do corrente foi anunciada uma interpelação ao go-

---

(2) Cfr. nota al 1861.

verno na Câmara dos Deputados de Itália, acerca das disposições que êle tenciona tomar relativamente aos bispos italianos que aceitarem o convite para se acharem em Roma no próximo mês de Maio. A interpelação verificar-se-á em qualquer destes dias e dela me apressarei a dar conhecimento a V. Exa.

Na mesma Câmara e na sessão de 25 do corrente, cujo extracto official tenho a honra de remeter a V. Exa. cintado pelo correio de hoje, o Deputado Boggio interpelou o Ministro do Reino, acerca dos chamados Comitês de providimento (associações patriotas constituídas em larga escala) ou presididas ou influenciadas por Garibaldi; e cujos membros pertencem todos ao partido de acção.

O discurso pronunciado pelo Barão Ricasoli como Ministro do Reino em resposta àquella interpelação, é digno de ler-se, e a opinião dêste governo sôbre o direito da associação é de todo conforme à do governo de Sua Majestade, manifestada ultimamente por ocasião de se tratar da questão da intitulada associação patriótica, que só foi dissolvida desde o momento em que tais associações transpõem os limites dentro dos quais são toleradas, direi legalmente, segundo o meu fraco entender.

.....

## VIII

4 de Março de 1862

... Tenho a honra de acusar a recepção dos despachos circulares nos quais o antecessor de V. Exa. me participa haver o Ministério dada a sua demissão, sendo V. Exa. encarregado por S. M. da formação da nova administração, e no segundo V. Exa. me anunciar achar-se nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, continuando com a Presidência do Conselho de Ministros. Congratulando-me com V. Exa. pela nova prova de confiança que o nosso Augusto Soberano acaba de dar a V. Exa. não posso menos que dar-me por muito feliz de achar-me novamente debaixo das ordens immediatas de V. Exa. cuja bondade e confiança me preso de ter me-recido em outras ocasiões (3).

Tendo feito entrega, segundo comuniquei ao antecessor de V. Exa., da carta que Sua Majestade dirigiu a El Rei de Itália, participando o falecimento de S.A.R. o Sereníssimo Senhor Infante Dom João, cum-

---

(3) A partire da questa data i documenti sono indirizzati al Marchese di Loulé, che accomunava le cariche di presidente del consiglio e di ministro degli affari esteri (circolare del 19 e 22 febbraio 1862. Archivio dell'ambasciata del Portogallo a Roma).

pre-me prevenir a V. Exa. de que o Prefeito do Palácio me comunicou ontem particularmente que em consequência da partida da Corte para Milão, para assistir às festas que ali vão ter lugar, determinara Sua Majestade que o luto pelo mesmo Sereníssimo Senhor Infante principiaria no dia 14 do corrente por tempo de 14 dias.

Em consequência da ordem que V. Exa. se serviu transmitir-me pelo telégrafo, e com o fim de fazer a menor despesa possível, conto partir só na manhã da quinta feira 6 do corrente para Milão, por ser nesse dia que haverá no Paço o jantar ao Corpo Diplomático, e regressaria no domingo a Turim, visto que no sábado haverá igualmente o grande baile da Corte.

.....

## IX

5 de Março de 1862

... Pela minha parte telegráfica de 2 do corrente, tive a honra de anunciar a V. Exa. a demissão dada pelo Ministério presidido pelo Barão Ricasoli e pela seguinte da manhã do dia 4 de dar conhecimento a V. Exa. dos membros que compõem a nova administração, seguindo as informações que me haviam sido ministradas pelo Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Tive porém de rectificar por uma segunda a minha primeira parte telegráfica do dia 4, visto que à última, depois de assinados os decretos, houve uma pequena alteração nos membros do novo Gabinete, constantes da relação inclusa tirada da *Gazeta Oficial*, e dos quais V. Exa. ficará tendo melhor conhecimento pelos dados biográficos de cada um deles também inclusos.

Ontem à noite fui entregue da nota, que envio por cópia, em que o Comendador Rattazzi me anuncia ter sido chamado à Presidência do Conselho, ficando ao mesmo tempo encarregado da Repartição dos Negócios Estrangeiros. Respondi a S. Exa. esta manhã como V. Exa. se servirá ver da nota também inclusa, e cujos termos confio merecerão a aprovação de V. Exa.

A retirada do Ministério Ricasoli, há algum tempo prevista, não era contudo considerada tão próxima. O acontecimento que acaba de ter lugar não pode por conseguinte deixar de causar surpresa no estrangeiro, aonde era sabido que o Gabinete gozava de confiança do Rei e do Parlamento tendo neste uma forte maioria, que sempre conservou. As negociações que prosseguia para chegar à solução da questão de Roma, conquanto censuradas pelo lado esquerdo da Câ-

mara dos Deputados, haviam lhe sido aprovados por grande maioria. Logo não existia motivo algum plausível, que devesse aos olhos do público, precipitar a sua queda. As grandes dificuldades de administração interna viriam acaso com o tempo a obrigar o Gabinete a ceder o lugar a outro; mas o que tenho por certo é que o verdadeiro motivo de ter o governo exigido perentoriamente a sua demissão (não obstante ter o Soberano querido adiar por alguns dias o aceitá-la enquanto as Câmaras, cujas sessões foram suspendidas durante os dias do entrudo, não se tornassem a reunir, o que terá lugar no dia 7 do corrente) esse motivo, digo, consistiu nas dissidências que haviam entre os membros do governo e creio que o discurso do Presidente do Conselho em relação aos *Comités di provedimento*, sôbre que chamei a atenção de V. Ex., não contribuiu pouco para o conflito. Há também quem pretenda que o discurso um tanto enigmático proferido pelo Ministro Cordova na sessão de 28 do mês passado na Câmara dos Deputados foi causa da dissolução do Gabinete, outros afirmam que o ter o Senado rejeitado um projecto do governo relativo ao Tribunal das Contas, contribuiu igualmente para aquella dissolução. Acresce a isto que o estado das finanças, a julgar pelas informações que tenho de pessoas competentes é deplorável, originando-se daí os mais graves embaraços.

Segundo depreendo das conversas particulares e dos artigos dos jornais considero-a geralmente de transição o novo Gabinete.

A situação é por certo grave e as apreensões de uma guerra na primavera, cada vez tomam mais consistência. Eu não creio inteiramente nela conquanto me incline a admitir a sua possibilidade.

A vinda do General Garibaldi a Turim nesta época, e desenvolvimento que se nota nas manobras dos *Comités di provedimento* e algumas outras circunstâncias que têm todas a sua significação, devem ser objecto de séria atenção. Não ousou avançar a minha humilde opinião sôbre o futuro, mas não posso ocultar a V. Exa. os receios que nutro sôbre actos de imprudência e sobretudo intempestivos que se possam dar numa época mais ou menos remota.

Devendo partir amanhã para Milão reservo-me comunicar a V. Exa. no meu regresso, qualquer notícia que mereça ser levada ao conhecimento do governo de Sua Majestade, a não ser que se dê antes alguma circunstância de que eu julge dever dar logo conhecimento a V. Exa. o que farei mesmo daquela cidade.

.....

... Conforme tive a honra de anunciar a V. Exa. parti para Milão na manhã do dia 6 do corrente, juntamente com o Adido a esta Legação. Nesse mesmo dia teve o Corpo Diplomático a honra de jantar com Sua Majestade El Rei Vitor Manuel.

Findo a jantar entreteve-se o mesmo Augusto Senhor com todos nós, e nessa ocasião informou-se como sempre, e com o maior interesse, acerca da importante saude de Sua Majestade e de S.A.R. o Senhor Infante Dom Augusto, expresando a sua grande satisfação pelas boas notícias que me coube o indizível prazer de poder dar a Sua Majestade, acerca do meu Soberano, e de Sua Real Família.

À noite houve espectáculo da gala no Teatro da Scala, e depois o baile oficial dado pelo Síndico de Milão.

Na sexta feira teve lugar no mesmo Teatro o grande baile de mascarar e no sábado o baile no Paço a que concorreram cinco mil pessoas. No domingo terminaram as festas pelo corso de gala, a que El Rei assistiu, retirando-se à noite para Turim. Eu e alguns dos meus colegas regressámos no domingo, outros ficaram ainda em Milão.

.....

... Quando no dia 5 do corrente tive a honra de dirigir-me a V. Exa. na véspera em que partia para Milão, apenas pude anunciar a V. Exa. a formação definitiva do novo Ministério presidido pelo Comendador Rattazzi, de que também faz parte o Senador Pozzi primeiramente nomeado para a Justiça, mas que depois ficou sendo Ministro sem pasta, e da opinião que então havia de ser este um governo de transição. Mas apenas chegado de Milão, soube logo que a opinião pública era por tal forma adversa ao novo Gabinete que a não se ter convocado a officialidade da Guarda Nacional Milanesa, para influir nos soldados, havia a firme intenção de fazer uma demonstração solene contra o dito Gabinete na ocasião da entrada de El Rei Vitor Manuel na capital da Lombardia.

Se por um lado se pôde conseguir que se não verificasse aquela demonstração não foi possível por outro lado excitar o entusiasmo da população com a presença de El Rei. Tudo se passou com certo silên-

cio, ao contrário do que sucedeu o ano passado nesta mesma época. Este incidente desagradável porém, teve fim quando El Rei assistiu no Teatro da Scala a uma nova dança, que allí se tem dado, intitulada Flik e Flok. Esta dança conquanto seja de composição alemã e pertença do teatro de Berlim, sofreu uma alteração no seu final substituída por uma alusão política a Veneza. O pano de fundo representa efectivamente aquella cidade e o corpo de baile vestido com o uniforme dos caçadores piemonteses (Bersaglieri) e ao som da marcha particular dos mesmos rompe a passo acelerado na cena, e depois de fazer várias evoluções, acaba por uma carga à baioneta muito bem executada e a que El Rei deu palmas.

Nesse momento levantaram-se vivas a El Rei que foram muito prolongados. Isto passou-se na noite do 4 do corrente, e na de 6 fui eu próprio testemunha de uma grande ovação que Sua Majestade recebeu quando appareceu no Camarote real do sobredito teatro.

Entro nestes pormenores para dar conhecimento a V. Exa. do que realmente se passou em Milão, não sendo certo que El Rei pronunciasse um discurso muito belicoso, como alguns jornais annunciaram, em resposta à felicitação da Municipalidade Milanesa. Segundo ouvi dizer, parece que se projectava igualmente fazer uma demonstração contra o actuali Ministério na estação do caminho de ferro de Turim, quando El Rei regressasse de Milão, mas tal não sucedeu.

O descontentamento geral contra a nova administração manifestase por toda a parte, e creio ser raro o jornal que não se tenha pronunciado abertamente a tal respeito. O discurso proferido pelo Comendador Rattazzi na sessão da Câmara dos Deputados do dia 7, annunciando o seu programa político, tem servido de tema à crítica da imprensa, enquanto que o discurso do Barão Ricasoli, sôbre os motivos que levaram a precedente administração a dar a sua demissão, tem sido acolhido com muito favor pela mesma imprensa.

Estas e outras circunstâncias, como por exemplo as demissões, que corre querer dar, se é que já não deram, os Prefeitos de Turim, de Florença, de Perúgia, de Génova e de Milão, tornam já por si pouco satisfatórias a posição do novo Gabinete. São muitas as difficuldades contra que terá que lutar, sendo uma das maiores em relação à acção governativa do Ministério, a assembleia das associações democráticas italianas, anteriormente denominadas *Comités di provvedimento*, mas que hoje se intitula *União democrática italiana* cuja primeira sessão presidida pelo General Garibaldi, teve lugar em Génova no dia 9 do corrente.

Devo notar aqui a V. Exa. que pessoa bem informada me assegurou que o General Garibaldi antes de partir para Génova, tivera uma longa entrevista com o Comendador Rattazzi e que êste lhe declarou que o governo estava decidido a reprimir qualquer acto menos legal, que praticasse a associação que êle ia presidir, sendo necessário não precipitar os acontecimentos, mas esperar com confiança uma solução pacífica da questão romana. Confesso a V. Exa. que considero, em vista das suas proporções gigantescas, sumamente perigosa uma semelhante associação, cuja influência em todos os pontos da península poderá vir a eclipsar com o tempo toda e qualquer preponderância do governo. Oxalá que as consequências que de tudo isto possam resultar não sejam prejudiciais em lugar de favoráveis à unificação e consolidação do novo Reino.

Nutro sérios receios pelo futuro; só o tempo dirá se eles infelizmente são fundados.

O Barão Ricasoli partiu daqui no dia 9 para a Suíça. Não duvido que a viagem que agora fez, seja com o fim de evitar que o nomeiem Presidente da Câmara dos Deputados, como ultimamente se espalhou que o seria.

.....

## XII

19 de Março de 1862

... Em nota de 17 do corrente mês, participou-me Mr. Rattazzi que, tendo o Comendador Carutti, que exercia as funções de Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sido nomeado Ministro Residente de El Rei de Itália na Corte de Haia, achava-se substituído no exercício daquelas funções pelo Cavalheiro Melegari (Ama-deu), Conselheiro de Estado.

.....

## XIII

19 de Março de 1862

... No dia 14 do corrente, aniversário natalício de S. M. El Rei Vitor Manuel, e de seu Augusto Filho, o Príncipe herdeiro, deu o Presidente do Conselho, Ministro dos Negócios Estrangeiros, um jantar, a que assistiram o Ministério, os Chefes das Missões estran-

geiras, os Presidentes do Parlamento, a vários outros altos funcionários.

O decano do corpo diplomático, Sir James Hudson, propoz a saúde de S. M. El Rei Vitor Manuel, a que o Comendador Ratazzi agradeceu propondo um brinde às Potências amigas e aliadas do Rei de Itália. O Ministro da Prússia propoz igualmente a saúde de S.A.R. o Príncipe Humberto, e em seguida o Ministro dos Estados Unidos da América brindou à *união de um povo diviso*, o que causou certa surpresa, porque, conquanto ninguém duvidasse que a alusão era à Itália, não deixava aquela expressão de poder ser aplicada aos próprios Estados Unidos.

Por ocasião do seu aniversário natalício recebeu o Príncipe Humberto de S. M. El Rei da Suécia a ordem dos Serafins. Segundo se espalhou, S.A.R. deve brevemente empreender uma viagem aos países estrangeiros, e entre estes a Portugal. Ainda não me foi possível saber se efectivamente assim acontecerá, mas apenas tenha a certeza de que S.A.R. se propõe ir fazer uma visita a S. M. apressar-me-ei a dar disso conhecimento a V. Exa. pelo telégrafo.

Na sessão de 15 do corrente verificou o Deputado Petruccelli a sua interpelação ao governo sobre quais eram as suas intenções em relação aos Bispos italianos que aceitassem o convite para se acharem em Roma no próximo mês de Maio, emitindo ao mesmo tempo a sua opinião sobre dever ser-lhes proibido o anuírem àquele convite. O governo, respeitando aquela opinião, que nenhuma lei autoriza, e não querendo por forma alguma intrometer-se nos negócios espirituais não pretende opor-se à aceitação do convite, reservando-se porém obrar no futuro segundo o que der lugar o procedimento dos mesmos Bispos.

Na sessão de 17 também se verificou a interpelação do deputado Gallenga sobre não se ter podido ainda completar o Ministério, e acerca de alguns pontos do seu programa político. Como esta sessão se tornou muito interessante pelas declarações do Presidente do Conselho, bem como pelo resultado da votação nominal a favor da nova administração, V. Exa. receberá pelo correio o extracto oficial da mesma sessão.

O resultado daquela votação é comentado de muito diferente modo pelo diversos partidos, pretendendo uns que foi um voto de apoio e não de confiança que o governo obteve. Apesar disso e mesmo por causa disso, não julgo a situação segura, devendo contudo esperar-se pelos actos do governo, e não julgá-lo simplesmente pelos precedentes dos mesmos que o compõem.

Os *comités di provvedimento*, que como tive a honra de dizer a V. Exa. se intitularam *União democrática italiana*, adoptou uma terceira denominação, a de *Associação emancipatriz italiana* e só chegou a celebrar três sessões. Contra alguns discursos allí pronunciados houveram reclamações no Senado, que não tiveram seguimento em consequência das seguranças dadas pelo Governo em relação àquela associação. Tenho que foi muito prudente não continuarem aquelas sessões, que só serviriam para levantar grandes conflitos no país.

.....

#### XIV

1 de Abril de 1862

... Quando na sessão de 17 do mês passado o deputado Gallenga, segundo tive a honra de participar a V. Exa. no meu último officio, interpelou o Presidente do Conselho de Ministros sôbre o não se ter ainda completado o Gabinete, respondeu-lhe Mr. Rattazzi que lhe assegurava que até ao fim do mês o Ministério estaria completo. Efectivamente assim succedeu, como V. Exa. terá visto da minha parte telegráfica de hoje.

O General Durando, nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, já exerceu ha alguns anos êste cargo, foi recentemente Ministro de Itália em Constantinopla, é Senador, e foi um dos vários officiais piemonteses que serviram no nosso exército.

Mr. Matteuci nomeado Ministro da Instrução Pública, é igualmente Senador, e passa por ser aqui um dos homens mais conspícuos neste ramo de administração.

Mr. Conforti, advogado distinto e deputado é indigitado para Ministro da Justiça, cujas funções assumirá logo que se hajam verificado certas mudanças no pessoal da magistratura napolitana, o que vai ter lugar sem demora.

Mr. Rattazzi conserva juntamente à Presidência do Conselho a Repartição dos Negócios do Reino.

Tanto a demissão dos ex-Ministros Cordova, Mancini e Pozzi, como a nomeação das pessoas acima mencionadas mereceram, ao que parece, a aprovação geral e prometem certa duração à presente administração.

Um das medidas ultimamente tomadas pelo governo, e que também foi bem aceite, é a fusão do exército regular do corpo de voluntários italianos comumente chamados garibaldinos. Incluso econtrará V. Exa. o respectivo decreto bem como a circular do Mi-

nistro da Guerra relativamente ao pessoal sanitário do corpo dissolvido.

A imprensa tem-se occupado muito da viagem do General Garibaldi à Lombardia, das ovações de que por toda a parte é objecto, dos brindes feitos nos banquetes a que êle tem assistido, e dos pequenos discursos por êle dirigidos à multidão que o segue.

Tudo isto não merece a importância que se lhe quer dar e eu duvido muito que o General Garibaldi se atreva a dar qualquer passo sem o apoio do governo, que por certo não fará essa imprudência. A sua viagem limitar-se-á naquelles pontos aonde se entender dever instituir o tiro nacional de cuja associação o General Garibaldi é um dos Vice-Presidentes, sendo a mesma presidida por S.A.R. o Príncipe do Piemonte.

.....

## XV

2 de Abril de 1862

... Ontem, depois de ter expedido a minha correspondência, recebi do General Durando a comunicação inclusa por cópia, prevenindo-me de ter entrado no exercício das funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Respondi esta manhã ao General nos termos que V. Exa. se servirá ver da nota igualmente inclusa por cópia, e que espero merecerão a aprovação de V. Exa.

O Senador, Barão Jacquemoud, acaba de me procurar para dizer-me que estava encarregado de propor-me a negociação de uma Convenção literária e artística entre Portugal e o Reino de Itália, e que para esse fim me oferecia como base a Convenção inclusa celebrada em 24 de Novembro del 1859 entre a Sardenha e a Bélgica, e da qual êle igualmente fôra o Plenipotenciário por parte da primeira daquellas Pontências.

Respondi ao Barão Jacquemoud que não me achando autorizado pelo meu governo a aceitar uma tal proposta eu me apressaria a referi-la a V. Exa. reservando-me comunicar-lhe logo que a recebesse a resposta de V. Exa. sôbre semelhante assunto.

Nestas circunstâncias pois, tenho a honra de rogar a V. Exa que, no caso do governo de S.M. entender que se deve encetar aquella negociação, se sirva transmitir-me juntamente com o necessário pleno-poder as instruções pelas quais eu me tenha de guiar para levar a efeito a Convenção proposta.

.....

## XVI

11 de Abril de 1862

... Conforme tive a honra de anunciar a V. Exa., verificadas que foram certas mudanças no pessoal da magistratura napolitana, Mr. Conforti assumiu no dia 7 do corrente as funções de Ministro da Justiça, achando-se deste modo o Ministério definitivamente constituído. A marcha que êste prossegue não lhe tem feito desmerecer na opinião do país. O Corpo Legislativo continua em seus importantes trabalhos, e as suas sessões devem adiar-se antes do fim do mês. Para então está anunciada a partida de S.M. para Nápoles, devendo ser acompanhado do Presidente do Conselho de Ministros e de outro Ministro que ainda não está designado, mas que julgo ser o da Justiça.

As notícias das províncias meridionais não são demasiado satisfatórias, parece que nestes últimos tempos têm aumentado os bandos das guerrilhas, tendo havido vários encontros entre aqueles e a tropa. Quer do lado de Roma quer do lado da Áustria, não cessa de vir gente engrossar bandos e fomentar a desordem. Mesmo algumas autoridades eclesiásticas dentro da Itália não deixam de dar o seu contingente para alimentar a guerra, não diria civil, mas de guerrilhas que tinha quasi acabado nas províncias meridionais. Ainda muito recentemente a polícia deu busca em casa de Monsenhor Canzio, Vigário Capitular em Bolonha, encontrou algumas circulares cujo texto tenho a honra de remeter incluso a V. Exa. e no dia, 8, por ordem de autoridade judicial, foi preso o dito Vigário.

Espera-se não obstante que as coisas tomem melhor aspecto do que actualmente apresentam no sul da península, para o que muito deve contribuir a próxima partida de S.M. para Nápoles, e a sua permanência alí durante um mês.

.....

## XVII

11 de Abril de 1862

... Apresso-me a passar à mãos de V. Exa. a inclusa cópia da circular que em data de ontem me dirigiu o General Durando, Ministro dos Negócios Estrangeiros de S.M. El Rei de Itália na qual annunciando-me que Seu Augusto Soberano partirá dentro de quinze dias para Nápoles aonde permanecerá durante todo o mês de Maio

próximo, me prevenia que S.M. veria com prazer que o Corpo Diplomático também para ali partisse naquela ocasião.

Em vista de tão inesperado convite tenho a honra de rogar a V. Exa. se sirva dar-me as suas instruções sôbre o que eu devo fazer, e como não cabe no tempo receber eu a resposta de V. Exa., antes do dia 25 do corrente, muito estimaria que V. Exa. me fizesse a mercê de transmitir-me as suas ordens por via telegráfica.

A despesa com a viagem e com a estadia de algumas semanas em Nápoles não pode ser pequena, e não creio que haja inconveniente em evitar mais esse gasto. Contudo aguardo as instruções de V. Exa. para obrar segundo o que nelas me for prescripto.

.....

### XVIII

15 de Abril de 1862

... O Parlamento italiano adiou no sábado as suas sessões até ao fim do próximo mês de Maio.

.....

### XIX

9 de Maio de 1862

... Como tive a honra de anunciar a V. Exa. em telegrama de 29 do mês passado, parti naquele dia de Turim para Nápoles, aonde cheguei no dia 1º do corrente, na conformidade da ordem que V. Exa. se serviu transmitir-me pelo telegrafo, e confirmar em despacho que acabo de receber.

Tanto eu como os representantes da Bélgica, Brasil, França, Grécia, Grã-Bretanha, Países Baixos, Suécia e Turquia achamo-nos em Nápoles. Abstiveram-se de aceitar os convites os Representantes da Espanha, e Prússia por não terem ainda os seus Soberanos reconhecido o Reino de Itália, o dos Estados Unidos, por não poder ausentar-se de Turim sem ordem expressa do seu governo, e finalmente o da Suíça em consequência de certas questões pendentes que exigem a sua presença em Turim. Todos mais ou menos, com excepção de Sir James Hudson, chegámos ao mesmo tempo a esta cidade.

S.M. El Rei Vitor Manuel precedeu-nos de dois dias sendo aqui recebido com grande entusiasmo, segundo me informou pessoa insuspeita.

No dia 3 do corrente, por convite do Ministro da França, fui a bordo da nau francesa *Bretagne* com os meus colegas afim de all nos acharmos juntamente com S.M. El Rei que se dignou visitar o Vice Almirante Rigault de Genouilly.

Nesse mesmo dia teve lugar no Paço um jantar ao corpo diplomático e no dia 6 houve o primeiro grande baile da Corte a que concorreram não menos de umas quatro mil pessoas.

O Vice-Rei do Egito, que havia chegado a esta cidade no dia 2 do corrente, assistiu àquele baile, partindo no dia immediato para Florença donde creio passará a França.

Uma esquadra francesa composta de 7 naus bem como duas embarcações de guerra inglesas estacionam presentemente neste porto.

A notícia ultimamente espalhada da vinda de S.A.R. o Príncipe Napoleão com a Princesa Clotilde para visitarem seu Augusto sogro e pai durante a sua estadia em Nápoles ainda necessita ser confirmada. Mr. Benedetti nada sabia a tal respeito, até à data de ontem.

Os bandos de salteadores, nas províncias meridionais, têm diminuido consideravelmente nestes últimos tempos. Apenas na Capitanata há ainda alguns salteadores em pequeno número. A energia das forças italianas secundadas pelas forças francesas estacionadas na fronteira pontifícia muito têm concorrido para se obter aquele resultado.

.....

O regresso de El Rei Vitor Manuel a Turim presume-se que se verificará entre os dias 21 a 26 do corrente.

.....

## XX

16 de Maio de 1862

O Príncipe Napoleão chegou a esta cidade no dia 13 do corrente, a Princesa Clotilde não o pôde acompanhar em consequência do estado adiantado em que se encontra. V. Exa. avaliará melhor do que eu a importância que merece a viagem de S.A.I. e se bem o governo francês admite a conveniência do meio proposto por este governo para que a guarnição francesa ocupe simplesmente uma parte de Roma e Sua Santidade fixe a sua residência no Vaticano, sendo a outra parte da cidade ocupada desde já por uma guarnição italiana, crê contudo o primeiro dos ditos governos que o momento ainda não é oportuno

para que se realize semelhante plano. Isto é o que corre nos círculos mais acreditados.

Ontem teve lugar no Paço um jantar de 85 talheres dado em honra do Príncipe Napoleão. O Corpo Diplomático foi apresentado a S.A.I. que se informou com todo o interêsse acerca da saúde de S. M. e Real Família, e me disse que ainda há pouco tinha tido o gosto de ver S.A.R. a Princesa hereditária de Hohenzollern Sigmaringen.

El Rei de Itália continua a ser objecto das mais sinceras ovações por toda a parte; em Reggio sobretudo o entusiasmo do povo tornou-se frenético em presença do seu Soberano.

.....

## XXI

26 de Maio de 1862

... No momento de deixar Nápoles, na tarde de 21 do corrente tive a honra de prevenir V. Exa. da minha partida, e cheguei a Turim no dia 24, conforme anunciei a V. Exa. pelo telégrafo.

Alguns dos meus colegas ainda ficaram em Nápoles, -outros regressaram ao mesmo tempo que eu.

.....

## XXII

27 de Maio de 1862

... Antes de sair de Nápoles, dirigiu-me o Ministro dos Negócios Estrangeiros a circular, inclusa por cópia, na qual annunciando o dia da partida de El Rei Vitor Manuel para Turim, agradecia em nome de S. M. o modo porque correspondi ao convite que me havia feito por ocasião da viagem do Rei de Itália às suas províncias meridionais.

Apesar de se ter espalhado que El Rei Vitor Manuel havia antecipado a sua partida para Turim em consequência dos sucessos de Bergamo e Brescia, eu tive sempre como certo o seu regresso entre os dias 20 e 22 do corrente mês.

Aqueles acontecimentos não tiveram felizmente as consequências que seriam para receiar, se acaso não se tivesse desenvolvido na ocasião a maior energia para impedir a realização dos insensatos planos do partido da acção. As providências tomadas a tempo livraram a Itália de um grande perigo.

Efectivamente creio que não há meio de que se não tenha lançado mão para evitar a repetição dos sucessos passados.

Segundo corre, o General Garibaldi foi insinuado para retirar-se dos banhos de Trescorre, aonde ultimamente tem estado, mas parece que êle está renitente em não anuir àquela insinuação.

Nesta cidade estão-se fazendo grandes preparativos para a festa do Estatuto que terá lugar no próximo domingo.

.....

### XXIII

30 de Maio de 1862

... Em consequência da ordem que V. Exa. se serviu transmitir-me tenho a honra de prevenir a V. Exa. de que já se acham em meu poder as leis regulamentos e instruções que foram até hoje impressas relativamente à formação e conservação do novo cadastro da Toscana e de que brevemente receberei deste governo todos os mais documentos que se referem igualmente ao mesmo Cadastro, mas que ainda não foram publicados pela imprensa, e dos quais se estão tirando as competentes cópias, segundo me avisa o General Durando em nota de 27 do corrente.

Para evitar maior demora vou expedir a V. Exa. quanto antes aquela parte dos documentos já impressos a que acima me refiro para uso da Direcção Geral dos trabalhos geodesicos do Reino, reservando-me fazer igual remessa em tempo oportuno da outra parte dos sobreditos documentos que se estão copiando.

Aproveitarei a mesma ocasião para remeter a V. Exa. um exemplar da colecção das leis e decretos concernentes à construção dos caminhos de ferro do Estado ou concedidos a companhias, a qual contém também dados estatísticos e o mapa geral dos caminhos de ferro do Reino de Itália. Esta interessante colecção que acaba de ser mandada publicar pelo Ministério das Obras Públicas, e do qual o exemplar que me cabe a honra de enviar a V. Exa. me foi oferecido pelo General Durando, podendo ser de utilidade para o Ministério das Obras Públicas, comércio e indústria rogo a V. Exa. se sirva mandar pô-la à disposição do Exmo. Senhor Ministro daquela Repartição.

Tendo-me o Director Geral das prisões do Reino de Itália igualmente oferecido um exemplar da colecção ora publicada oficialmente de todas as providências relativas à administração das prisões do mesmo Reino, dependentes do Ministério do Interior a fim de ser

remetido ao governo de S. M. cumpre-me prevenir a V. Exa. de que êste importante documento acompanhará os outros de que acima trato os quais todos são por mim enviados ao Representante de S. M. em París para êle os transmitir a V. Exa.

.....

#### XXIV

2 de Junho de 1862

#### *Reservado*

... Pouco tempo antes de partir para Nápoles, havia eu tido conhecimento da chegada a Turim de um certo General Lazeu, Secretário do ex-Infante de Espanha. D. João de Bourbon e um dos seus principais agentes, e dos vários passos que tinha dado junto deste governo, naturalmente para negócios do dito Infante. Julguei não dever perder de vista este individuo e como estive ausente de Turim perto de um mês, só agora é que pude haver informações exactas do que êle aqui fazia e pretendia. Em resultado das minhas indagações, tenho a honra de enviar a V. Exa. a inclusa noticia assaz detalhada sobre o General Lazeu, cumprindo-me chamar a atenção de V. Exa. especialmente para a última parte da mesma noticia, em que se trata de Portugal.

Não tenho grande receio das diligências aqui empregadas pelo dito Lazeu, agente do pretendente ao trono de Espanha, nem mesmo falei sobre êle até hoje. Contudo, inteirado V. Exa. do conteudo da inclusa noticia, que merece todo o credito, confio que V. Exa. me dará as suas ordens, caso entender que a tal respeito eu deva dirigir-me a êste governo.

.....

#### XXV

10 de Junho de 1862

... Tendo o Parlamento italiano cujas sessões haviam sido suspensas temporariamente antes da partida de El Rei Vitor Manuel para Nápoles, reassumido os seus trabalhos no dia 3 do corrente, foi lida na mesa da Presidência da Câmara dos Deputados uma carta do General Garibaldi com referência aos últimos acontecimentos na Itália setentrional, a qual veio ocasionar uma discussão imprevista que principiou na sessão do dia 3 e só findou no dia 6, obtendo o governo por grande maioria (189 votos a favor e 33 contra) um voto de con-

fiança com aprovação plena do seu procedimento por ocasião dos tumultos que ultimamente se deram. Conquanto se gāstassem três longas sessões, creio que o resultado obtido de tão importante discussão foi de grande transcendência para a causa italiana. A luz fez-se atravez tantas opiniões encontradas que existiam até à abertura do Parlamento, e fosse ou não fabula a tão falada tentativa no Tirol, é certo que se projectava uma expedição cujo autor era o General Garibaldi, a qual porem não era dirigida nem contra o Tirol nem contra Veneza e apesar de se não ter mencionado a que ponto êle se dirigia, todo o mundo deve ficar sabendo que a Grécia era o alvo a que tendiam os planos daquele General e que foram frustrados pela opposição que lhe fez o governo britânico. Por outro lado não é menos positivo que o governo italiano era de todo estranho ás vistas do Chefe do partido de acção e suponho que para demonstrar claramente esta verdade terá sido expedida aos Representantes de Itália no estrangeiro alguma circular para ser comunicada aos diversos governos junto das quais êles se acham acreditados...

A tranquillidade continua inalterável em toda a península e as noticias das provincias meridionais são bem satisfatórias.

No Domingo passado verificou-se nesta Corte a revista que S.M. devia ter passado às tropas no dia 2; mas que não teve então lugar em consequência do mau tempo, bem como uma bela iluminação da cidade, tendo uma e outra coisa atraído a Turim um sem número de pessoas, sem que contudo ocorresse o mais minimo incidente desagradável...

No extracto da sessão do dia 5 na Câmara dos Deputados encontrará V. Exa. o importante projecto de lei, apresentado pelo Ministro do Reino (Comendador Rattazzi) sobre as associações, o qual deverá brevemente entrar em discussão, e no extracto da sessão do dia 7 que também remeto, acha-se a exposição feita pelo Ministro competente, do estado das finanças neste Reino.

A Republica do Perú acaba também de reconhecer o Reino de Itália.

.....

## XXVI

23 de Junho de 1862

...Não me tendo sido possível fazê-lo antes, envio hoje a V. Exa., cintado pelo correio, o extracto da sessão da Câmara dos Deputados do dia 18 do corrente contendo o *adresse* a El Rei de Itália como

protestação contra o *adresse* dos Bispos a Sua Santidade, e de que V. Exa por certo já tem conhecimento.

A redacção do *adresse* deu lugar a uma discussão assaz acalorada, mas foi votada por toda a Câmara exceptuando os membros da esquerda. Na sessão de 21 apresentaram estes últimos um documento assinado por 22 deputados, como protesto contra a occupação de Roma pelas tropas francesas. Mas este documento sendo de todo anti-político, apenas mereceu que dele se fizesse uma simples leitura e passar por assim dizer desaperebido.

Não posso deixar de notar a V. Exa. uma interpelação que naquella mesma sessão dirigiu o deputado Massari ao Presidente do Conselho de Ministros, sobre certo boato espalhado de ser das intenções do governo o tomar parte na expedição franceza contra o México. Mr. Rattazzi respondeu que nunca entrára nas intenções do governo tomar parte em semelhante expedição e a questão nem mesmo havia ainda sido discutida em conselho de Ministros. Contudo se o governo se achasse no caso de a propor, a Câmara podia estar segura que elle não o faria senão com condições que pudessem ser uteis ao país. Esta resposta parece ter causado bastante sensação.

Julgo poder dar a V. Exa. como certa a noticia do proximo reconhecimento do Reino de Itália, por parte da Rússia. Tenho como provável que a Prússia não tardará em seguir o exemplo da Rússia.

Tem-se ultimamente falado em modificação ministerial, dando-se como possível a saída do General Durando. Até hoje porem nada há de positivo a semelhante respeito.

Parece que o General Garibaldi regressará a Caprera, e não sendo certo que elle se demittisse da Associação emancipadora de Génova nomeou o Deputado Crispi para o substituir na presidência daquella associação visto ser rarissima a vez em que elle pode assistir ás sessões da mesma.

.....

## XXVII

30 de Junho de 1862

... A discussão encetada na Câmara dos Deputados na sessão de 27 do corrente sobre ser o governo italiano autorizado a cobrar os impostos e a fazer as despesas correntes durante o segundo semestre do presente ano, terminou ontem, obtendo o mesmo governo 131 votos de maioria. Tanto a comissão de fazenda, como a opposição

queria conceder unicamente quatro meses e não todo o semestre ao actual Gabinete para o fim acima indicado. Era uma questão política de que se pretendia lançar mão para provocar uma mudança ministerial.

Não foi sem surpresa que se recebeu ontem a noticia de que o General Garibaldi, que havia regressado a Caprera, tinha chegado a Palermo para assistir à inauguração do tiro nacional, a que presidiu o Principe Humberto que se acha naquela cidade com seus irmãos. A repentina aparição do General Garibaldi em Palermo causou aqui certa inquietação.

.....

## XXVIII

5 de Julho de 1862

### *Reservado*

... Tenho a honra de acusar a recepção do despacho confidencial de V. Exa. em data de 22 do mês passado, acompanhando a carta que S.M. dirige a El Rei de Itália para o fim que V. Exa. se serve indicar-me, a qual me foi entregue no 1º do corrente, ás 6 horas da manhã, pelo Adido honorário à Legação de S. M. na Corte de Viena, Fausto de Queiroz Guedes.

Apenas me inteirei das ordens de V. Exa dirigi um bilhete ao General Durando, annunciando-lhe a chegada de Lisboa de um correio de Gabinete, e pedindo-lhe uma entrevista immediata.

O General recebeu-me às 8½ no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Dei-lhe então parte do objecto que ali me levava e fiz-lhe entrega da carta do nosso Augusto Soberano, a qual êle se encarregou de ir logo levar ao seu alto destino, advertindo-me porem que não sabia se El Rei Vitor Manuel estaria ou não naquele momento em Turim.

Retirei-me em seguida, prevenindo o General de que me recolhia a minha casa e ali me conservaria à espera que ele me mandasse aviso do que passasse; e de que em todo o caso o portador da carta de S.M. estaria pronto a toda a hora para voltar a Lisboa com a resposta de El Rei de Itália. Assim ficou combinado, e no momento de nos separarmos, apertando-me muito a mão, disse-me o General que se congratulava cordealmente comigo pela escolha que S.M. fazia de S.A.R. a Princesa Maria Pia para sua Esposa.

Em vista das excellentes disposições que encontrei no General, entendi dever dar-lhe, antes de partir, o officio do Conde della Minerva, que V. Exa. se serviu transmitir-me.

Pela volta das 3 horas da tarde do mesmo dia 1º recebi um bilhete do General, no qual me avisava que El Rei Vitor Manuel tendo partido de madrugada para Veneza, e achando-se ali um pouco indisposto lhe mandára dizer que só na noite de 2 regressaria a Turim. Pelo telegrafo apressei-me a dar parte a V. Exa. desta ocorrência, e fiquei aguardando o regresso de El Rei.

No dia 3 pela uma hora da tarde avistei-me com o General Durando, o qual me comunicou que acabava de entregar ao seu Soberano a carta de S. M.

Que El Rei Vitor Manuel, depois de a ter lido, mostrou-se muito satisfeito pelo pedido que S. M. lhe fazia da mão de sua Augusta Filha; e manifestando-se por extremo penhorado e mesmo comovido pela maneira franca e affectuosa com que S. M. se dirigia a Êle, declarou que estava convencido de que semelhante enlace seria bem feliz, quer pelo lado domestico, quer pelo lado politico.

Depois de dar a carta a ler ao Comendador Rattazzi, Presidente do Conselho de Ministros, e ao General Durando, disse-lhes que ia logo anunciar tão agradável noticia à sua Augusta Filha, e ao mesmo tempo lhe concederia três dias para Ela reflectir, esperando poder responder a S. M. no próximo domingo, 6 do corrente. Quanto ao reparo que El Rei Vitor Manuel fez naquela ocasião relativamente à pouca idade da Princesa, posso assegurar hoje a V. Exa. que aquella circunstância nada faz, porquanto S.A.R. está completamente desenvolvida há dois anos. Do que levo referido deve V. Exa. ter tido conhecimento pelo meu telegrama da mesma data de 3 do corrente.

Ontem, 4, não falei com o General Durando, mas fui só procurado pelo Conde Nigra, Ministro da Casa do Rei Itália, o qual vinha encarregado por S.A.R. a Princesa Maria Pia de me perguntar quais eram as Princesas da Familia Real que residiam em Lisboa, e em que relações se achavam para com S. M. Respondi por escrito, indicando S.A.R. a Serenissima Senhora Infanta Dona Isabel Maria, e S. M. a Imperatriz do Brasil, viuva, Duquesa de Bragança, as quais sempre mostraram o maior affecto pela pessoa de S. M. El Rei o Senhor Dom Luis I.

Esta manhã, 5, recebi novamente um bilhete do General Durando, em que me pedia de passar pela Secretaria. O objecto era para me comunicar que ontem tinha ele estado com El Rei Vitor Manuel, o qual se lhe mostrou muito satisfeito, e lhe repetiu que esta noite teria a resposta de Sua Augusta Filha, e que amanhã contava responder a El Rei de Portugal.

Isto deu lugar ao telegrama que expedi esta manhã a V. Exa., e agora explicarei o motivo porque fiz a V. Exa. a pergunta ácerca da convocação extraordinária das Cortes.

Desde o primeiro momento manifestou-me o General Durando a sua opinião de que o casamento deveria ser feito o mais breve possível. Observei-lhe que receava que isso não se poderia fazer tão depressa como êle desejava, porquanto o contrato matrimonial que se celebrasse, antes de ratificado, tinha de ser aprovado pelas Cortes, as quais acabavam de ser encerradas, e que só se reuniriam em Novembro próximo. Que metendo-se então o inverno, não podia a futura Rainha empreender a viagem para Portugal antes da primavera. Isto porém não passava de uma suposição minha.

O General Durando tem-se mostrado assaz contrariado com a circunstância que lhe apontei, e não desistindo de me falar na conveniência de se fazer o casamento quanto antes, tem-me perguntado por vezes se não seria possível convocar as Cortes extraordinariamente.

Permita-me V. Exa. que termine aqui este officio para em outro dar conta a V. Exa. das conversas que tenho tido êstes dias com o General Durando, já em relação ao contrato matrimonial, já à condução da futura Rainha para Portugal, e mais particulares que têm conexão com tais objectos.

.....

## XXIX

5 de Julho de 1862

### *Reservado*

... Instado pelo General Durando para o pôr ao facto das práticas seguidas na Corte de Portugal por ocasião dos casamentos dos nossos Soberanos, e para o esclarecer ácerca de vários pontos sobre os quais êle não estava bem certo, anui ao pedido de mesmo General, bem entendido que tudo quanto entre nós fosse dito conservaria um character particular, por isso que eu não tinha autorização para tratar de coisa alguma relativamente a qualquer ponto da importante negociação a que brevemente se deveria dar principio, ou que, por assim dizer, já está encetada pela carta de S. M. a El Rei de Itália.

Perguntou-me pois o General se viria um Enviado em missão extraordinária para fazer o pedido formal da mão da Augusta Princesa, e se o mesmo, ou outro seria encarregado da negociação do Contrato matrimonial, dando-me a entender que, sobretudo para o pedido, El Rei Vitor Manuel receberia com prazer um alto funcio-

nário militar, sem com isto querer dizer que um civil não fôsse igualmente bem acolhido. Respondi-lhe que sobre este ponto, a pratica, em geral, era mandar um Enviado com a missão de, ou só fazer o pedido, ou também com poderes para ao mesmo tempo negociar o contrato, mas que nada sabia das instruções de V. Exa. a semelhante respeito.

Falando-me ácerca do Contrato, pediu-me lhe dissesse, pouco mais ou menos, o que eu pensava que se havia de fazer. Respondi-lhe que os contratos matrimoniais celebrados entre Portugal e as outras Potências, de dois séculos a esta parte, são concebidos, com algumas alterações, nos mesmos termos, e que facilmente ele poderia ter uma ideia de tais contratos, percorrendo, na *Colecção de Tratados de Portugal desde 1640*, os que temos concluidos com a Casa de Áustria, e que muito provavelmente se assemelharão aos que aquela Casa tem celebrado com a Casa de Saboia. Que só lhe podia dizer que para a dotação da futura Rainha, já V. Exa. tinha apresentado a competente proposta de lei, estando já aprovada nas duas Câmaras, e que subia a 60 contos de reis anuais, com o que o General Durando ficou muito admirado, porque nunca pensava que ela fosse tão considerável. Disse-me o General que não estava certo de quanto importaria o dote da Princesa, mas que nunca seria inferior ao que tivesse sido dado a outra qualquer Princesa da Casa de Saboia, que houvesse casado com um Monarca. Que de resto podia eu ter a certeza de que haveria toda a franqueza da parte do governo italiano, nas cláusulas do tratado. Disse ao General que folgava muito vê-lo animado de tão boas disposições, porquanto em Portugal tudo o que tem um cunho de mesquinhez produz pessimo efeito; e que mesmo eu escusava fazer-lhe esta observação, pois êle se presava de conhecer a fundo o caracter português.

O que desde já posso afiançar a V. Exa. é que, para segurança do dote da futura Rainha seja ele qual fôr (e que por delicadeza não quiz já indagar) não será necessário hipotecar *todos os rendimentos do Reino de Portugal*; e que em tudo mais podemos contar com todas as facilidades para a satisfatória conclusão do contrato matrimonial.

Perguntou-me em seguida o General Durando:

1) Se em vista de quanto eu lhe havia dito relativamente á cerimonia do casamento por procuração, eu pensava que S.M. teria dúvida em dar a sua procuração ao Príncipe de Carignano, por isso que a escolha dele seria por certo muito agradável à Princesa Maria Pia, que tem por S.A.R. a maior amizade e deferência.

Respondi que uma vez que tal desejo fosse manifestado, julgava que o meu Soberano não se recusaria em anuir ao mesmo.

2) Se haveria inconveniente em que o dito Príncipe de Carignano acompanhasse a futura Rainha até Lisboa, aonde se demoraria pouco tempo, regressando depois na fragata de guerra italiana, que acompanharia as embarcações portuguesas, dado o caso que se escolhesse Génova para o porto de embarque, fazendo a futura Rainha a viagem por mar, como naturalmente havia de suceder.

Respondi que me parecia que nenhum inconveniente haveria nisso.

3) Se, em vista da pouca idade da Princesa Maria Pia, seria permitido ir na sua companhia tão sómente até Lisboa, e regressar logo depois, uma ou duas damas das que sempre estiveram ao seu lado.

Sobre êste ponto disse ao General Durando que em geral a etiqueta opunha-se a isso, porquanto junto de S.A.R., logo depois de declarada Rainha, o que teria lugar efectuado que fosse o casamento por procuração, entrariam de serviço a dama ou damas que S.M. lhe havia de mandar com certa antecipação, e que, juntamente com as outras pessoas, igualmente mandadas pelo Mesmo Augusto Senhor, formariam a comitiva da Rainha.

4) Se o Commissário italiano, incumbido de fazer a entrega da Rainha ao Commissário português, deveria ou não ir igualmente até Lisboa.

Respondi que entendia ser isso objecto de um acordo.

5) Se a Princesa Maria Pia poderia levar e conservar junto da sua pessoa uma ou duas das criadas que actualmente tem ao seu serviço.

Respondi que os precedentes assim o autorizavam.

6) Finalmente, disse-me o General desejar saber se se concederia á futura Rainha levar consigo, a titulo de seu Secretário particular, uma pessoa digna de toda a confiança, que se occupasse exclusivamente das comissões particulares da mesma Augusta Senhora, acrescentando que não era sem certo embaraço, que me fazia aquella pergunta, por ter êle mesmo presenciado quanto sucedera com o Conselheiro Dietz.

Respondi que também os precedentes poderiam autorizar essa concessão, mas que na escolha da pessoa deveria haver o maior escrúpulo, uma vez acordada a sua ida.

Relato pois fielmente a V. Exa. o que até hoje se tem passado entre mim e o General Durando, sem que de tudo isto se possa dedu-

zir a menor obrigação para o futuro, pois foi com essa condição que me prestei a entreter-me com o General a título de conversa particular, e nem mesmo com o mais minimo caracter de preliminares para a negociação.

.....

P.S. Posteriormente disse-me o General Durando que lhe parecia que se prescindiria de ser a futura Rainha acompanhada de um Secretário particular.

XXX

7 de Julho de 1862

*Reservado*

... Tenho a distinta honra de remeter a V. Exa. a inclusa carta autografa de S.M. El Rei de Itália, na qual acedendo aos desejos manifestados por S.M. El Rei o Senhor Dom Luis I, concede-lhe cordalmente a mão de sua Augusta Filha.

O General Durando, ao entregar-me a dita Carta, deu-me conhecimento do seu conteudo, e disse-me, a fim de eu prevenir V. Exa., que não obstante todas as diligencias empregadas tanto por êle como pelo Presidente do Conselho de Ministros, não houveram forças humanas que fizessem com que El Rei Vitor Manuel desistisse do seu firme proposito de consignar, no último § da sua carta, certos votos que faz pela pessoa de seu futuro augusto Genro. Que nestas circunstâncias ele General me pedia de rogar a V. Exa. de conseguir que o mesmo Augusto Senhor Se Digne conservar na maior reserva o conteúdo do referido §.

Queira V. Exa. fazer-me a mercê de beijar, em meu nome a mão de S. M. e de depositar aos pés do trono a expressão sincera dos ardentes votos que faço, em ocasião tão jubilosa, pela prosperidade e longo reinado do mesmo Augusto Senhor.

.....

XXXI

12 de Julho de 1862

*Reservado*

... Chego da Câmara dos Deputados, aonde foi votada por unanimidade o projecto de lei para a dotação estabelecida de 500.000 francos a S.A.R. a Princesa Maria Pia. Não cabe no tempo obter

cópia do relatório da Comissão de Fazenda para incluir neste officio; remete-lo-ei brevemente, bem como o texto da mensagem de felicitação do Senado, a que me refiro em outro officio.

Consegui porém cópia da mensagem de felicitação da Câmara dos Deputados a El Rei a qual V. Exa. encontrará junta tal qual me foi dada.

Também pude haver da Secretaria da mesma Câmara o extracto official da Sessão de ontem, que tenho igualmente a honra de enviar incluso, e permita-me V. Exa. que chame a sua atenção sobre as palavras proferidas pelo deputado Petrucelli (extrema esquerda) que foram acolhidas com vivos applausos.

.....

## XXXII

12 de Julho de 1862

### *Réservado*

... A fim da minha correspondência poder alcançar a mala que por via de S. Nazaire será dirigida em 15 do corrente pela Legação de S. M. em Paris, sou obrigado, a expedi-la hoje mesmo daqui, o que não deixa de contrariar-me por ter de escrever a V. Exa. um tanto à pressa. No entretanto deverei de ora em diante aproveitar-me daquele meio de expedição, porque receio confiar ao correio de terra officios meus que contenham materia concernente ao casamento de S.M. e que só de V. Exa. deverá ser conhecida.

Logo que tive a honra de receber as duas partes telegraficas de V. Exa. de 8 e 9 do corrente, apressei-me a comunicar ao General Durando o que V. Exa. nelas me respondia.

Pelo primeira vejo removido o obstaculo que se apresentava para o caso em que fosse do agrado de S.M. que o seu regio consorcio tenha lugar no Outono, como aqui muito se deseja. E a este respeito devo lembrar a V. Exa. que no mês de Outubro haverá dois faustos aniversários natalicios, o primeiro a 16 daquele mês, e é o aniversario natalicio da futura Rainha, e a 31 do mesmo mês, como V. Exa. muito bem sabe, o de S. M. El Rei o Senhor Dom Luis. Noto pois estas duas datas, porque se na primeira se verificasse o casamento por procuração, não seria difficil, a meu ver, que aquele fosse effectuado pessoalmente no dia em que o Mesmo Augusto Senhor faz anos.

Em consequência da segunda das sobreditas partes telegraficas, foi ontem anunciado oficialmente ao Parlamento italiano o próximo casamento de S. M. com S.A.R. a Princesa Maria Pia, e ao mesmo

tempo apresentado o competente projecto de lei para a dotação da mesma Augusta Princesa, conforme me coube a honra de prevenir a V. Exa. ontem mesmo pelo telegrafo. A noticia de tão grato acontecimento foi recebida com cordeais aplausos tanto na Câmara dos Deputados como no Senado. Este último também votou uma mensagem de felicitação ao Rei. Logo que tenha os extractos officiaes das duas sessões de ontem, remete-los-ei a V. Exa. Hoje só posso enviar o extracto das duas sessões, inserto no jornal « Les Nationalités ».

Devo por esta ocasião participar a V. Exa que, pouco antes de partir, entreguei ao Sr. Fausto de Queiroz Guedes o habito de Cavaleiro da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, que para êsse fim me foi dado pelo General Durando, e com que S. M. El Rei de Itália se dignou agracia-lo, em consequência de ter sido ele o portador da carta autografa de S.M. Só espero receber o respectivo diploma para o fazer chegar ás mãos do interessado.

Desejando assistir á votação do projecto de lei para a dotação de S.A.R. a Princesa Maria Pia, que terá logo lugar na Câmara dos Deputados, reservo-me comunicar em outro officio quanto nessa ocasião se passar.

Queira V. Exa. beijar, em meu nome, a mão de S. M. em testemunho do meu profundo reconhecimento pela mercê que o Mesmo Augusto Senhor se digna fazer-me, mostrando a sua satisfação pelo meu humilde serviço.

.....

### XXXIII

14 de Julho de 1862

... Apresso-me em remeter a V. Exa. o incluso fragmento do jornal *L'Opinione*, contendo uma carta do principe Luciano Murat, e os discursos proferidos recentemente pelo General Garibaldi em Termini e Cefalù (Sicilia). Pela leitura daqueles discursos poderá V. Exa. ver qual não seria a impressão que aqui produziram. Consta-me que na Câmara dos Deputados houveram interpelações acerca daqueles discursos, e que o governo respondeu dignamente. Se receber a horas algum jornal da noite com o texto da sessão de hoje da Câmara dos Deputados, remete-lo-ei pelo correio de hoje.

.....

21 de Julho de 1862

... Hoje mesmo deve entregar Mr. de Launoy a S. M. El Rei da Prússia, a carta autografa em que El Rei Vitor Manuel notifica aquele soberano (ter) assumido o titulo de Rei de Itália. Está portanto verificado o reconhecimento por parte da Prússia do Reino de Itália.

Ontem Domingo tiveram lugar na Câmara dos Deputados várias interpelações do governo, e entre outras a do Deputado Petrucelli, sobre a situação do Reino de Itália para com as potências estrangeiras. Não tendo ainda o extracto official da sessão conto envia-lo a V. Exa. cintado pelo correio amanhã ou depois.

.....

1 de Agosto de 1862

... Pela minha parte telegrafica da noite de 30 do mês findo, deve V. Exa. ter recebido a noticia da chegada a Turim de S. Exa. o Snr. Visconde da Carreira (4). Calculando, como devia, pela parte telegrafica do Consul Geral de Portugal em Gibraltar ao Consul Geral em Génova, e por êste comunicada a mim em 28. do dito mês, e na qual se annunciava a partida no dia 27 do primeiro daqueles portos, da Corveta *Sagres*, que esta embarcação só chegaria a Génova a 31, tinha feito partir para ali, na manhã da quinta-feira, o Adido a esta Legação, Conde de Tomar, António, juntamente com o Secretário da missão especial José Emidio da Silva Cabral, para irem ao encontro do mesmo Snr. Visconde. Ao mesmo tempo partiu desta Corte, com o mesmo destino, Mr. de Panissera, Mestre de Cerimónias, encarregado de ir igualmente ao encontro de S. Exa., a cuja disposição ficaria

---

(4) In un dispaccio del 21 luglio il Marchese di Loulé scriveva: «Achando-se ajustado o consorcio de Sua Majestade El-Rei com Sua Alteza Real a Princesa Maria, Filha de Sua Majestade El-Rei de Itália, houve o Mesmo Augusto Senhor, por bem nomear o Visconde de Carreira seu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão especial junto daquelle Soberano, para, em Seu Real Nome, fazer o pedido solene da mão da mesma Princesa, e negociar e assinar o respectivo contrato matrimonial. O dito Visconde deve partir para Génova no dia 23 do corrente a bordo da Corveta «Sagres», e seguir dali para a Corte de Turim levando em sua companhia o Adido Honorário à Legação de Portugal em Viena, Fausto de Queiroz Guedes, achando-se também nomeado o Secretário graduado José Emidio da Silva Cabral, para, na qualidade de Secretário, acompanhar o mencionado Visconde em Missão especial que lhe fôra confiada. Levando esta comunicação ao seu conhecimento espero que V. Me. pela parte que lhe toca contribuirá quanto estiver ao seu alcance para o melhor desempenho da Missão de que se acha encarregado o referido Visconde». (Archivio dell'ambasciata del Portogallo a Roma).

desde logo colocado. Apenas chegados a Génova, tiveram logo noticia da entrada no porto da Corveta *Sagres*. Pouco depois acharam-se com o mesmo Sr. Visconde, a quem o Consul Geral de Portugal já tinha ido cumprimentar a bordo, bem como um ajudante do Commandante do porto. No palácio real estava tudo disposto para receber o Enviado de S. M., a quem S. A. Real o Duque de Génova mandára logo recado para que S. Exa. viesse descançar e jantar na sua companhia. S. Exa. porém limitou-se a ir cumprimentar e agradecer a S. A. R. o benévolo oferecimento, que lhe havia mandado transmitir. Depois de ter jantado em um hotel, partiu o Sr. Visconde da Carreira pelo trem ordinário das 5-35 da tarde, tendo igualmente recusado um trem especial, que fôra posto á disposição de S. Exa. Pelas 10 horas da noite chegou S. Exa. á estação de Turim, aonde eu juntamente com o Marquês de Breme, Prefeito do Palácio, e o Conde Verasis de Castiglione, sub-Intendente das cavalhariças reais, o esperavamos, e aonde havia meia hora, estacionavam as carruagens reais, para conduzir S. Exa. ao Palácio Real. Na passagem da estação e no momento de entrar em carruagem, recebeu o Enviado de S. M. uma grande ovação de centenaes de pessoas, que haviam acorrido ali, apenas se espalhou a noticia da sua próxima chegada. Encontrando-se naquela ocasião em frente da estação o Regimento n. 45 de Infantaria, que logo depois partiu para Génova afim de se embarcar para Palermo, rompeu a musica a marcha real no meio de muitos vivas à Casa de Bragança. Em Génova, no momento do desembarque e da partida, tinha o Sr. Visconde da Carreira sido objecto do mesmo lisonjeiro acolhimento. No Paço achava-se o Conde Nigra, Ministro da Casa de El Rei de Itália para receber o mesmo Snr. Visconde. Depois de lhe fazer os mais francos oferecimentos, em nome de Seu Augusto Amo, retirou-se o dito Conde, juntamente com as mais pessoas da Casa Real que se acharam presentes. Ontem pela manhã acompanhei o Snr. Visconde da Carreira ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, para fazer a sua primeira visita ao General Durando, o qual acolheu a S. Exa. com a maior afabilidade. Creio do meu dever parar aqui, competindo ao Enviado de S. M. em missão especial entrar em correspondência directa com V. Exa. E mesmo se fui tão longe, foi porque o Snr. Visconde da Carreira me encarregou de referir a V. Exa. quanto acima levo dito.

.....

... Tenho a honra de acusar a recepção dos despachos que V. Exa. se serviu dirigir-me ficando devidamente inteirado do seu conteúdo. Os documentos requisitados pelo Ministério da Guerra e que V. Exa. se serviu pedir-me no primeiro dos ditos despachos, já se acham em meu poder; transmiti-los-ei a V. Exa. com a possível brevidade, pela Legação de S. M. em Paris. Pelo que toca ao assunto do segundo dos sobreditos officios, eu estou bem convencido de que V. Exa. me fará a justiça de acreditar que contribuirei quanto estiver ao meu alcance para o melhor desempenho da missão confiada ao Exm. Snr. Visconde da Carreira. Quanto à autorização que V. Exa. se serviu dar-me para tratar do cunho da medalha comemorativa do próximo consorcio de S. M. vou ocupar-me imediatamente e com todo o disvelo deste negócio, procedendo exactamente conforme as instruções de V. Exa. a tal respeito. Fico no entanto aguardando a remessa do retrato em perfil do mesmo Augusto Senhor, que V. Exa. me remeterá brevemente, bem como o da medalha em cobre, comemorativa do casamento do falecido Snr. Dom Pedro V, de saudosa memória, que deve chegar de um momento a outro. Para melhor desempenho do encargo que V. Exa. me fez a honra de cometer, seria muito para desejar que V. Exa. se servisse enviar-me, o mais brevemente possível, a relação dos preços que apresentou o gravador Wiener de Bruxelas, autor da sobredita medalha. Entendo que num negócio tão melindroso como este, são necessários todos os esclarecimento possíveis. Permita-me V. Exa. que eu lhe renove os protestos do meu mais vivo reconhecimento pela mercê que V. Exa. se dignou fazer-me, confirmando no seu despacho com expressões por extremo benevolas e lisonjeiras, o telegrama que me expediu em 8 do mês passado, annunciando-me a satisfação do nosso Augusto Soberano pelo meu humilde serviço. Pelo que depreendo, a inclusa proclamação de Garibaldi deu lugar à que foi ontem publicada em nome do Rei, a qual ontem mesmo remeti pelo correio a V. Exa. Sobre esta última proclamação, houve acalorada discussão na Câmara dos Deputados também ontem, concluindo a Câmara por adoptar e aprovar, por uma forte maioria, a seguinte ordem do dia, proposta pelo Deputado Cassinis, e concebida neste termos: « A Câmara, associando-se às nobres e firmes palavras do Rei, passa à ordem do dia ». Tenho pois esperança que a guerra civil, a que tanto se aludiu na sobredita Câmara será evitada.

.....

## XXXVII

8 de Agosto de 1862

... Segundo as noticias mais recentes da Sicilia, existia muita incerteza sobre os movimentos de Garibaldi, por isso que uma parte dos seus voluntários, que não chegam a três mil, e cujo número parece vai diminuindo, se dirigiu para Palumba, e outra para Lercara. Garibaldi não tem cedido até agora às instâncias dos seus amigos, nem se conforma com a proclamação de El Rei. As autoridades vigiam-no muito de perto, e evitam a passagem dele para o continente. As manifestações havidas em vários pontos de Itália não têm tido consequência: por toda a parte as autoridades cumprem com o seu dever, a guarda nacional mantém-se firme, não sendo certo o boato que se espalha de deserções no exército. Este estado de incerteza não poderá continuar por muito tempo, é necessário que as coisas voltem ao seu estado normal quanto antes, e com esse fim não poupa o governo esforços.

.....

## XXXVIII

12 de Agosto de 1862

... Em conformidade das ordens que V. Exa. se serviu transmitir-me em despacho de 23 mês passado, afim de não perder tempo, tenho a honra de enviar incluso a V. Exa. oito desenhos para deles escolher aquele que poderá servir para a medalha comemorativa do consorcio de S. M. com S.A.R. a Princesa Maria Pia. Estes desenhos são do Sr. Ganzani, reputado aqui como o primeiro artista do seu género. Entendi-me directamente com a acreditada casa do ourives Giuseppe Tiverembold e filhos, que ficará sendo responsável para comigo, no caso de se mandar cunhar aqui a dita medalha. Quanto aos preços remeto a própria nota daquela Casa; mas devo observar a V. Exa. que enquanto se não escolher o desenho, não é possível fazer senão um calculo aproximativo. Pelo que toca aos estojos, a mencionada Casa tem fabrica deles; os mais ricos serão em veludo e poderão regular por fr. 20 cada um; os outros serão superiores aos de Bruxelas, todos terão as armas reais, e o seu custo será razoável, segundo o maior número que se encomendar. Fico aguardando as ordens de V. Exa. sobre o presente assunto, cumprindo-me rogar a V. Exa. se sirva desenvolver-me oportunamente os desenhos inclusos para serem restituídos ao Snr. Ganzani.

.....

1 de Outubro de 1862 (5)

... Tendo tido a honra de receber por mão do Exm. Snr. Marquês de Loulé, o despacho acompanhando a cópia autentica do Decreto de 8 do mês passado, pelo qual S. M. Se dignou nomear-me seu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto de El Rei de Itália, rogo a V. Exa. se sirva beijar, em meu nome, a mão de S. M., e depositar ao mesmo tempo aos pés do trono a expressão do meu profundo reconhecimento e acatamento por esta nova prova de benevolência e confiança que o nosso Augusto Soberano Foi servido dar-me e bem assim dos sinceros votos que jamais cessarei de fazer pela prosperidade do meu Augusto Senhor, de S. M. a Rainha, e de toda a Familia Real.

Tendo sido recebido, em audiência por S. M. El Rei de Itália, no dia 25 do mês passado, coube-me a honra de nessa ocasião entregar a S. M. a minha Carta Credencial. El Rei Vitor Manuel dignou-se acolher-me, como sempre, com toda a benevolência, exprimindo-se para comigo em termos que me são por extremo lisonjeiros.

.....

## XL

1 de Outubro de 1862

... Tendo procedido, conforme me foi ordenado em despacho e eu anunciei a V. Exa. pelo telegrafo em 26 do mês passado, á troca das ratificações do Tratado Matrimonial de S. M. El Rei com S.A.R. a Princesa Maria Pia de Saboia, cumpre-me participar a V. Exa. que remeti a essa Secretaria de Estado, por via de S. Exa. o Senhor Marquês de Loulé, tanto a ratificação de El Rei de Itália, como a acta lavrada naquela ocasião; fazendo então também entrega a este governo da Carta Patente de hipoteca que acompanhava o despacho...

---

(5) Da questa data in poi le comunicazioni di Borges de Castro sono indirizzate al Visconte di Sá da Bandeira, che ricopriva la carica di ministro interino degli affari esteri.

Con un dispaccio del 15 settembre al nuovo ministro del Portogallo a Torino, il ministro interino informava: «Tendo Sua Majestade El-Rei Nomeado por Carta Patente de 29 de Agosto próximo findo o Marquês de Loulé, para na qualidade de Seu Comissário Plenipotenciário, assinar o auto de recepção de Sua Alteza Real a Serenissima Princesa Dona Maria de Saboia, Sua futura Esposa, e acompanha-la a este Reino, Houve o Mesmo Augusto Senhor por bem encarregar-me, durante a ausência do referido Marquês, da Presidência do Conselho de Ministros, e da Pasta dos Negócios Estrangeiros, o que participo a V.Exa. para seu conhecimento e fins convenientes.» (Archivio...).

Reservo-me dar oportunamente a conta a V. Exa. da troca a que igualmente procedi tanto das condecorações como dos presentes, que verifiquei no mesmo dia 26 do mês passado, e que agora não me é possível fazer.

.....

## XLI

3 de Outubro de 1862

... Quanto á transferêcia das Cortes de Viena e de Paris para esta Corte dos Adidos honorários Fausto de Queiroz Guedes e Antonio Xavier Teixeira Homem de Brederode, cumpre-me dizer a V. Exa. que havendo os mesmos permanecido em Turim durante alguns dias na ocasião da celebração do consorcio de S. M. por procuração, regressaram a essa Corte a bordo da Corveta «Estefania» em que tinham vindo de Lisboa. Ao segundo Adido Conde de Tomar, António, fiz igualmente entrega da Portaria acompanhando a cópia do Decreto pelo qual S. M. Houve por bem transferi-lo para a Corte de Bruxelas, sendo substituido nesta Legação pelo primeiro Adido Manuel Alves Guerra. O mesmo Conde de Tomar, António, partiu de Turim por via de Génova em direcção de Lisboa no dia 29 do mês passado a bordo da corveta «Estefania» segundo autorização que lhe foi comunicada pelo Exm. Snr. Marquês de Loulé.

.....

## XLII

7 de Outubro de 1862

... Tenho a honra de remeter inclusa a V. Exa. a acta lavrada na ocasião da troca das ratificações do Contrato matrimonial de S. M. El Rei o Senhor D. Luis e da qual consta ter-se igualmente feito mutuamente entrega das Condecorações e presentes em que anteriormente se havia combinado, com a única diferença de se ter substituido a Grã Cruz da Ordem de Cristo destinada ao Conde Nigra por outra igual da Ordem da Torre e Espada, por motivos que a V. Exa. são notorios. Como V. Exa. se servirá vêr da dita acta, fiz entrega de três Caixas do valor real de oito mil francos, destinadas ao General Durando e ao Conde de Nigra, Plenipotenciários Italianos que assinaram o mencionado contrato matrimonial, e ao Conde Della Rocca Morozzo, Comissário para a entrega de S. M. a Rainha, bem

como de outra caixa do valor de quatro mil francos ao Conselheiro Melegari, servindo de Secretário Geral do Ministerio dos Negócios Estrangeiros. Em retribuição recebi duas caixas do valor real de oito mil francos, destinadas aos Exmos. Snrs. Marquês de Loulé e Visconde da Carreira, uma Grã Cruz em brilhantes da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, e uma caixa (ambos objecto no valor real de oito mil francos) destinadas ao Comissário Português para a recepção de S. M. a Rainha, e bem assim uma caixa do valor de quatro mil francos para o Conselheiro Montevederde, Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O que tudo, de parte a parte, foi devidamente entregue aos interessados. Na mesma ocasião apresentei por parte de Portugal as insignias e diploma da Grã-Cruz da Torre e Espada pertencentes ao General Durando, e diploma da Grã-Cruz da dita Ordem dirigido ao Conde Della Rocca Morozzo, as insignias e diploma da Ordem da Conceição destinadas ao Conselheiro Melegari. Fiz ao mesmo tempo entrega de uma Comenda da dita Ordem e de outra da de Cristo, e de seis habitos sendo três da primeira e três da segunda das ditas últimas ordens, destinadas aos individuos constantes da relação inclusa, a favor dos quais V. Exa. se servirá mandar passar e remeter-me os respectivos diplomas. Devo agora prevenir a V. Exa. de que fiquei responsável pela próxima entrega das duas insignias da Grã-Cruz da Torre e Espada destinadas ao Conde Nigra (e também do competente diploma) e ao Conde Della Rocca; e das insignias de Comendador da Conceição para Alexandre Capuccio incluindo na relação acima mencionada. Sendo portanto duas as insignias da Ordem da Torre e Espada que terei de entregar, e não tendo encomendado de Paris senão uma só, por não contar com duas, rogo a V. Exa. se sirva dizer-me se devo esperar a que falta, de Lisboa, ou fazer nova encomenda de Paris. Como retribuição das condecorações portuguesas a que acima me refiro, foram entregues dois Colares da Ordem da Anunciada para o Exm. Snr. Marquês de Loulé e Conde da Carreira, a Cruz de Grande oficial da Ordem de S. Mauricio e Lazaro para o Conselheiro Montevederde, duas Comendas desta Ordem, sendo uma destinada ao Comandante da Corveta *Sagres*, e a outra posta á disposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros; duas Cruzes de Oficial da dita Ordem sendo uma para José Emidio da Silva Cabral, Secretário que foi da missão especial para a negociação do Contrato Matrimonial de S. M., e outro para o segundo Comandante da sobredita Corveta, e seis habitos da mesma Ordem, dos quais um para o primeiro tenente da mencionada Corveta, e 5 postos á disposição do Mi-

nistério dos Negócios Estrangeiros. Destes últimos e de uma Comenda bem como do Colar pertencente ao Exm. Snr. Conde da Carreira e da Cruz de Grande Oficial para o Conselheiro Monteverde foi portador o Exm. Snr. Marquês de Loulé, restando-me só rogar a V. Exa. se sirva designar-me os nomes dos empregados a favor dos quais se devem passar os diplomas. Cumpre-me finalmente anunciar a V. Exa. que foram igualmente trocados os recibos de oito mil francos, segundo a autorização que me foi dada em despacho reservado de 8 do mês passado. Para regularizar cabalmente tudo quanto nesta ocasião se praticou, reservo-me remeter oportunamente a V. Exa. os competentes documentos e contas ...

.....

### XLIII

7 de Outubro de 1862

... Relação dos Empregados da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em Turim a favor dos quais se deverá passar os diplomas das Condecorações de que já foram entregues, e a que se refere o ofício... da Legação de S. M. no Reino de Itália.

#### *Ordem da Conceição*

Comendadores:

Barão Bartolomeu Cravosio; Alexandre Capuccio (único a quem falta a respectiva insignia).

#### *Directores Chefes de divisão de 1a. classe*

Cavaleiros:

Alberto Blanc; Cesar Troysi; Ange Carrera.

#### *Secretários de 2a. classe*

#### *Ordem de Cristo*

Comendador:

Romano Susinno.

#### *Director Chefe de divisão de segunda Classe*

Cavaleiros:

Advogado Eugenio Pucci Baudana; Advogado Diego Barrilis, Advogado Marco Tralandi-Foscarini.

#### *Adidos de 2a. classe*

.....

... Tenho a honra de acusar a recepção do despacho circular (6) em que V. Exa. participa a chegada a essa Capital de S. M. a Rainha e de se ter efectuado a cerimónia religiosa de ratificação do casamento de S. M., e do acolhimento que Suas Majestades receberam durante o transito pela Cidade. Congratulando-me sinceramente com V. Exa. por ver terminado tão satisfatoriamente o auspicioso acontecimento por todos tão desejado, rogo a V. Exa. se sirva por tal motivo beijar em meu nome a mão a Suas Majestades...

... Da nota e documentos a ela anexos que hoje tenho a honra de enviar inclusos, servir-se-à V. Exa. inteirar-se do uso que fiz da soma de fr. 35.000, que foram postos à minha disposição para satisfazer á despesa feita com a compra de sete caixas destinadas: Ao General Durando; Ao Conde Nigra; Ao Conde Della Rocca; Ao Conselheiro Melegari.

Ao Esmoler de serviço á Princesa, hoje Rainha de Portugal: Ao Chanceler da Capela Real; Ao Chanceler da Curia Arquiepiscopal.

Estas Caixas importáram na quantia de Fr. 34.600, incluída a redução que obtive de fr. 500 na conta do ourives Giuseppe Twerembold e Figli ... Como me restasse da quantia posta à minha disposição fr. 434, visto terem as L. 1.400, que a Agência Financial me autorizou a sacar, produzido fr. 35.034 ... satisfiz mais duas pequenas contas ... de despesas feitas em Génova, ficando ainda um saldo contra mim de fr. 254, 75, de que V. Exa. se servirá dispor, ou indicar-me o destino que lhes devo dar. Confio que neste particular como no mais

---

(6) La riferita circolare diceva così: «Com a maior satisfação participo a V. Sa. que Sua Majestade a Rainha chegou ontem pelas duas horas da tarde ao porto desta capital no gozo da melhor saude. Hoje teve lugar a cerimónia religiosa da ratificação do casamento de Sua Majestade com as formalidades prescritas no respectivo programa que se acha publicado no Diário de Lisboa de 30 de setembro último, sendo os Augustos Consortes acolhidos durante o transito com as mais vivas demonstrações de júbilo por tão fausto acontecimento. Deus guarde a V. Sa. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em 6 de Outubro de 1862 — Sá da Bandeira» (Archivio...).

(7) La corrispondenza torna ad essere indirizzata al Loulé, in tale periodo già elevato alla dignità di Duca.

terei sabido merecer a aprovação de V. Exa., parecendo-me outrossim, que com este officio e com outros meus precedentes fica respondido o despacho de V. Exa. de 6 de Setembro próximo passado.

.....

#### XLVI

29 de Outubro de 1862

... Por esta ocasião cumpre-me comunicar a V. Exa., ter-se-me apresentado ontem, vindo de Bruxelas, o 1º Adido a esta Legação, Manuel Alves Guerra.

Em consequência das recentes mudanças no Corpo diplomático francês, tanto Mr. Benedetti, como todo o pessoal da Legação Francesa nesta Corte deixarão em breve Turim. Mr. de Sartiges, representante do Imperador dos Franceses na Itália, é esperado aqui para principios do próximo mês de Novembro, vindo substituir Mr. Benedetti.

Entre os documentos publicados ultimamente na *Gazeta Oficial* do Reino de Itália, e cujo conhecimento pode de algum modo interessar ao Governo de S. M. encontram-se:

A Convenção Consular celebrada com a França em 26 de Julho do corrente ano;

A Convenção literaria e artistica celebrada com a França em 29 do sobredito mês e ano;

Regulamento das Universidades de Itália;

Regulamento das Alfandegas.

.....

#### XLVII

5 de Novembro de 1862 (8)

... Tenho a honra de participar a V. Exa. que deste ontem me acho encarregado dos Negócios desta Legação, e nesta qualidade fui apresentado no dia primeiro do corrente mês ao Ministro dos Negócios Estrangeiros deste país. Por esta ocasião cumpre-me asseverar a V. Exa., que porei todo o meu zelo no desempenho das funções de que fico inteiramente incumbido.

A respeito das noticias políticas deste país, eis o que se me ofe-

---

(8) Nell'assenza del ministro del Portogallo, Borges de Castro, in questa data assumeva le funzioni di Incaricato, Manuel Alves Guerra, firmando le varie comunicazioni.

rece comunicar a V. Exa.: o Ministério depois de grandes hesitações sobre o modo por que lhe conviria apresentar-se perante o Parlamento, fez propostas aos Snrs. Minghetti e Farini para fazerem parte do Gabinete, ao que êles se recusaram por agora, parecendo contudo não se absterem completamente da ideia de aceitar mais tarde uma pasta, e prometendo no entanto o seu benévolo apoio ao Ministério de Mr. Rattazzi. Segundo me consta, três são os principais pontos em que o governo tem de ser interpelado, logo depois da abertura das Camaras. Sobre a questão Romana não faltarão graves acusações ao governo, mas não é provável que neste ponto ele receba um voto de censura. A principal opposição há-de versar, segundo creio, sobre a illegalidade da prisão dos Deputados Mordini, Calvino e Fabrizi, que hoje se acham em liberdade pelo Decreto de amnistia. Esperam-se nesta parte grandes invectivas da opposição extrema. Finalmente não faltarão acusações ao governo sobre a administração das provincias meridionais, devendo ser vivamente atacado o estado de sitio que sofrem as mesmas provincias. Não será de forma alguma para estranhar, que o Ministério depois da abertura das Camaras, se veja na necessidade de largar o poder em todo ou em parte, pois além doutras razões, é sabido que o elemento napolitano se propõe e carece de estar representado no governo deste País.

A atenção publica, voltada neste momento para os negócios da Grécia, que de certo inspiram o maior interêsse, aguarda a abertura do Parlamento Italiano, para conhecer das discussões que se vão seguir, qual a verdadeira attitude do governo e o espirito da Representação Nacional relativamente à questão de Roma e aos outros pontos que leva mencionados.

Circula também o boato de que vários Deputados se esforcem porque a Capital seja transferida, mesmo provisoriamente, para Nápoles ou Florença, e diz-se que o antigo Chefe do Governo, Ricasoli, e o deputado Bastogi são os que mais se empenham em que Florença obtenha a primazia.

.....

Tendo razões de suma gravidade para voltar ainda a Bruxelas, antes de me fixar nesta residência, e confiando na alta benevolência de V. Exa. rogo-lhe haja de conceder-me uma licença de dois meses, de que me aproveitarei, logo que aqui regresso o Chefe desta Legação, que partiu antes de ontem para essa Corte, por França e Espanha,

sendo acompanhado do Conde António Biordi, Consul de Portugal em Florença.

.....

## XLVIII

7 de Novembro de 1862

... Dando pronta execução ás ordens transmitidas, acabo de remeter ao Ministério dos Negócios Estrangeiros deste país, para a fazer chegar ao seu alto destino, as duas cartas que acompanhavam o despacho, — enviando ao mesmo tempo a cópia da Carta Regia pela qual S. M. El Rei oferece a Seu Augusto Sogro, El Rei de Itália o posto de Coronel Honorário do Regimento de Lanceiros n. 1.

Disse-me ontem o Conselheiro Melegari, que aqui exerce, alem doutras as funções de Secretário Geral no Ministério dos Negócios Estrangeiros, que ao Ministro desta Repartição ser-lhe-ia muito agradável, se V. Exa. se dignasse pedir a S. M. o habito de Cristo, quando mais não possa ser, para o Abade Vitor Manuel Stellardi, esmoler da Capela Real, que já é official das Ordens de SS. Mauricio e Lazaro e de Legião de Honra de França. V. Exa. sabe perfeitamente que o Abade Stellardi ainda há pouco tempo foi a Roma com uma Carta de S. M. a Rainha para o Papa, voltando depois com um rico presente da parte de S. Santidade para a mesma Augusta Senhora...

El Rei partiu ontem para Milão, e diz-se que ainda aqui voltará antes de continuar a revista militar que se propuzera de fazer em vários pontos, e que começou por Turim.

.....

## XLIX

14 de Novembro de 1862

... Tenho a honra de passar ás mãos de V. Exa., para que se sirva faze-la chegar ao seu alto destino, a inclusa carta de S.A.R. o Principe Amadeu de Saboia para S. M. a Rainha.

Conquanto não seja por ora do dominio do público o conteúdo da nota, dirigida ao governo italiano por Mr. Drouyn de Lhuys, em resposta à circular de Mr. Durando, parece-me poder desde já afirmar, que não é favorável á política aqui inugurada sobre a questão de Roma. Eis em resumo o sentido dado á aludida nota; « Que o Governo Imperial está na resolução de fazer respeitar a soberania dos Papas, e

que este principio está de acordo com as tradições constantes da política francesa na Itália; acrescentando que sendo muito para apreciar a lealdade do governo italiano em reprimir a última tentativa de Aspromonte, não pode porem admitir a evacuação de Roma, com o fim de recompensar a energia e moderação do Gabinete de Turim. Finalmente que nunca o governo francês deu esperança á Itália de lhe sacrificar Roma e o Papado ».

A ser completamente exacto, parece que a França não deu à conducta do actual governo o alcance que se desejava — nem resultaram também para a Itália as consequências que esperavam colher da derrota de Garibaldi, o Ministério de Mr. Rattazzi, e os que apoiam a sua política.

Os que seguem com atenção as diversas fases porque vão passando as coisas politicas deste país, e que desejam o triumpho final das liberdades italianas, são unanimes no desejo de que venham a uma reconciliação as diferentes facções do grande partido constitucional, na ideia de que o maior passo que se pode dar, nas actuais circumstancias, em favor da consolidação do Reino de Itália, é prosseguir no desenvolvimento dos seus recursos morais e materiais, para o que se torna indispensável o concurso de todas as vontades esclarecidas. Nem ha luta mais proficua a empreender, quando a França declara não querer sair de Roma.

Ontem tendo a honra de assistir a um jantar diplomático dado por Mr. Rattazzi em despedida de Mr. Benedetti — antigo Ministro da França nesta Corte, ali me tornou a falar o Conselheiro Melegari sobre a condecoração do Abade Stellardi (9), acrescentando que a Corte teria particular prazer em vêr agraciado com uma Ordem Portuguesa o referido Abade.

.....

## L

28 de Novembro de 1862

... Tenho a honra de remeter a V. Exa. inclusas quatro cartas que me foram dirigidas pela Senhora Condessa de Villamarina, sendo duas para S. M. a Rainha, e as outras para as Exa. mas Sr. as D. Gabriela de Sousa e D. Maria das Dores Sousa Coutinho, Damas Cama-

---

(9) Venne decorato col grado di cavaliere dell'Ordine di Cristo. (Dispaccio del 24 novembre, Archivio...).

ristas da mesma Augusta Senhora; rogando a V. Exa. se sirva faze-las chegar ao seu destino.

Continua no Parlamento Italiano uma viva discussão sobre a política interna e externa do Ministério actual. O governo já tratou de responder á maior parte das arguições, que lhe têm sido dirigidas pela opposição, tomando largamente a palavra o Presidente do Conselho de Ministros; mas não se pode por ora prever qual será o desfecho de uma luta em que se acham empenhados interêsses de tão diferente natureza. Ha quem se incline muito a uma dissolução da Camara no caso de não obter o governo maioria na votação que brevemente se espera; mas não se oculta ao mesmo tempo o receio dos graves inconvenientes, que podem resultar para a ordem pública duma eleição nas actuais circumstâncias. Este último alvitre seria contudo um triumpho para o partido moderado nos Conselhos da Coroa, que não se sente inclinada a transigir com as arriscadas exigências do partido impaciente. Por outro lado, parece extremamente difficil que Mr. Rattazzi possa sustentar a situação de que é chefe; no meio de embaraços em que esta se acha. Como quer que seja, entendo dever limitar-me, por agora, a esta sucinta narração do que aqui se passa, certo que nada mais posso dizer a V. Exa. que não tenha depreendido já pela imprensa.

Espera-se conhecer na próxima semana o resultado da crise Ministerial, e do que houver será V. Exa. informado pelo telegrafo.

Chegou aqui antes de ontem Mr. de Sartiges, novo Representante do Imperador dos Franceses nesta Corte e julgo que apresentará no próximo Domingo a sua Credencial de Enviado Extraordinário e Plenipotenciário junto a S. M. El Rei de Itália.

.....

LI

5 de Dezembro de 1862 (10)

... Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que o 1º Adido Manuel Alves Guerra deixou esta Legação depois de um mês de assistência e partiu para a Belgica, em conformidade da parte telegrafica de V. Exa. Ele entregou-me os negócios correntes desta Legação até que a ela não chegue o Snr. Borges de Castro seu Chefe;

---

(10) Essendosi assentato l'incaricato d'affari passava a firmare i documenti per Lisbona, come incaricato degli affari ,D. Frederico Felipe de Sousa Holstein, console del Portogallo a Milano.

antes de partir desta Cidade o Sr. Alves Guerra me apresentou ao General Durando, Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao 1.º Oficial daquela mesma Repartição, Comendador Melegari.

Não me é possível ainda dar a V. Exa. os nomes das pessoas que devem compor o novo Ministério, muitos são os que circulam, mas de positivo não há nada até agora. É mais que provável que o Conde Pasolini e o Sr. Cassinis sejam aqueles que devam servir de eixo ao novo Ministério, mas esses acham grandes dificuldades em encontrar colegas para a sua completa formação.

Logo que saiba oficialmente quais são as pessoas que compoem o novo Ministério o comunicarei a V. Exa.

Hoje deve partir para Milão o Príncipe Humberto. S. R. Real vai tomar o Comando da 1a. Divisão de Cavalaria daquela Provincia. Acompanham o mesmo Augusto Senhor grande número de Officiaes ao seu serviço.

.....

Pelos jornais verá V. Exa. o discurso feito a S. M. Vitor Manuel II pelo novo enviado francês Conde de Sartiges, e a resposta feita por El Rei ao mesmo. Não remeto a V. Exa. tal discurso por não oferecer nada de particular.

.....

## LII

11 de Dezembro de 1862

... Tenho a honra de anunciar a V. Exa. que hoje mesmo dirigi a essa Repartição uma parte telegrafica, dando-lhe os nomes das pessoas que compoem o novo Ministério, os quais só ontem prestaram juramento nas mãos de S. M. El Rei. Aqui confirmo novamente os ditos nomes:

Presidente - Comendador Farini  
Negócios Estrangeiros - Conde Pasolini  
Interno - Peruzzi  
Finanças - Comendador Minghetti  
Guerra - General Della Rovere  
Marinha - Ricci  
Justiça - Pisanelli  
Obras Publicas - General Menabrea  
Instrução Pública - Professor Michele Amari  
Comercio - Manna.

Hoje igualmente foram convocadas as Camaras para lhes ser apresentado o novo Ministério. Logo que souber o programa do dito Ministério o enviarei a V. Exa. por hoje nada mais se me oferece a dizer a V. Exa.

.....

### LIII

17 de Dezembro de 1862 (11)

... Tenho a honra de participar a V. Exa. que cheguei ante-ontem a Turim, tomando logo conta desta Legação, cujos negócios correntes se achavam desde o dia 1º do presente mês a cargo, do Adido honorário e Consul de Portugal em Milão, D. Frederico Felipe de Sousa Holstein, havendo o 1º Adido Manuel Alves Guerra, que aqui deixei como Encarregado de Negócios durante a minha ausência, sido obrigado a partir para Bruxelas em consequência do grave estado de saude em que se encontrava sua esposa, e em virtude de autorização de V. Exa.

Ontem fiz a minha primeira visita ao Conde Pasolini, novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, e combinei ter com êle uma entrevista amanhã a fim de nos ocuparmos da troca das condecorações concedidas pelos respectivos Soberanos aos subditos portuguezes e italianos pelo fausto motivo do Consorcio de Suas Majestades.

.....

Segundo participação feita a esta Legação em 13 do corrente pelo Conde Pasolini, o deputado Emilio Visconti-Venosta foi nomeado Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo cessado, desde aquella data, de desempenhar as funções do mesmo cargo o Conselheiro Melegari, hoje Senador do Reinõ.

.....

### LIV

21 de Dezembro de 1862

... Aproveito a ocasião para fazer presente a V. Exa. que achando-se concluidos os modelos para cunhar a medalha comemorativa do fausto Consorcio de Suas Majestades, se torna necessário que V. Exa.

---

(11) Riassume le proprie funzioni il ministro Borges de Castro.

me indique com brevidade o número exacto das medalhas em ouro, prata e cobre que deverão ser cunhadas.

.....

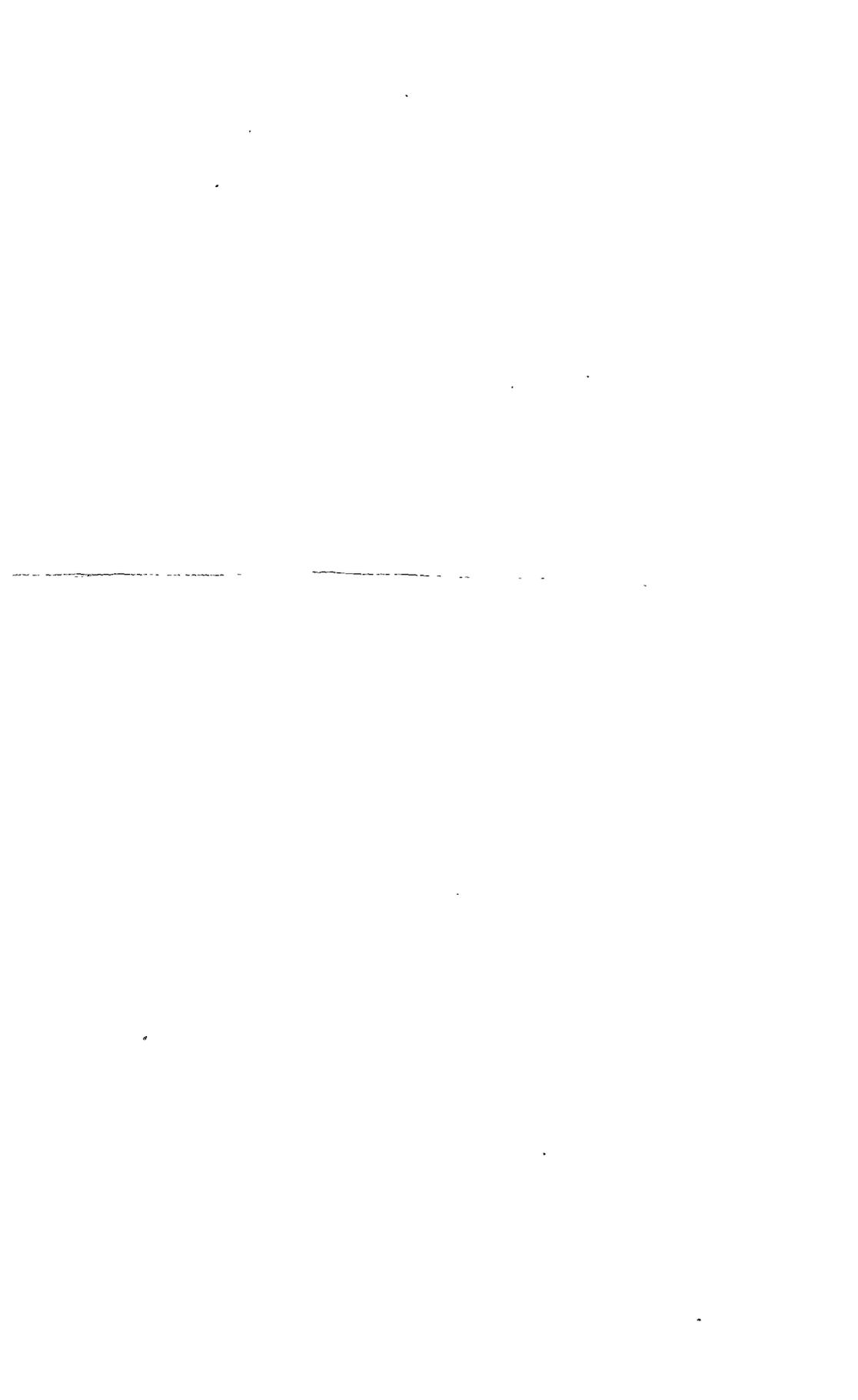
LV

31 de Dezembro de 1862

... Veio procurar-me o Cavalheiro Thermignon, distinto artista, o que foi encarregado pela Municipalidade de Turim de decorar o Album oferecido a Sua Majestade a Rainha pela dita Municipalidade, para me pedir de transmitir para Lisboa uma medalha que ele oferece a Sua Majestade El Rei, outra a V. Exa. e mais quatro em bronze que põe a disposição do governo de Sua Majestade. Como este individuo me foi recomedado pelo Sindico de Turim, e por algumas das principais pessoas desta Corte, admiti o seu pedido.

Aproveito igualmente da ocasião para incluir um pequeno folheto, ~~recentemente publicado, que envio a Sua Majestade El Rei, sobre a celebre sociedade secreta napolitana intitulata Camurru, - esecca da~~ qual Sua Majestade me havia feito a honra de interrogar-me ultimamente.

.....



1863



## I

2 de Janeiro de 1863

... Tanto S. M. El Rei Vitor Manuel como seus Augustos filhos, e mais Príncipes da Família Real, gozam da melhor disposição de saude. Nestes últimos dias tive a honra de apresentar os meus respeitos e de felicitar, pela entrada do ano novo, os mesmos Augustos Senhores, bem como Suas Altezas Reais o Príncipe de Saboia-Carignano e a Duquesa de Génova.

.....

## II

5 de Janeiro de 1863

... Acaba de chegar ao meu conhecimento, que algumas das principais autoridades de Génova, contando receber da parte de S. M. El Rei um público testemunho da sua Real munificência por ocasião do seu feliz consórcio, e especialmente por ter sido Génova o porto de embarque de S. M. a Rainha, manifestaram o seu grande desapontamento por não se acharem incluídos no número dos seus compatriotas de que o nosso Soberano se dignou premiar os serviços que lhes coube prestar em tão fausta circunstância. Desejando, pela minha parte, evitar quanto possível que exista o mais mínimo motivo de descontentamento quando se trata de um acontecimento que tão grato nos é, julgo de meu dever apontar na relação junta os nomes das pessoas, a que acima me refiro a fim de que V. Exa. se sirva submetê-los a El Rei, para serem tomados em consideração, se S. M. assim o houver por bem. Das autoridades de Génova só o Sindico e dois membros da Municipalidade foram até hoje contemplados.

.....

Conde Pedro de Boyd, General de Divisão, Comandante Geral da Divisão de Génova, actualmente Ajudante de Campo de El Rei V. Manuel - É Grã-Cruz de S. Maurício.

Marquês Rodolfo d'Afflitto di Montefalcone, Prefeito de Génova. É grande-oficial da dita Ordem, e Senador do Reino.

Fernando Pucci, Comandante Geral do círculo marítimo de Génova.

É contra-Almirante e grande-oficial da dita Ordem.

Joaquim de Boyl, Comandante do Arsenal marítimo de Génova.  
É contra-Almirante e Comendador da Ordem de S. Maurício.

Angelo Marchese, Capitão de *vaisseau*, é oficial de S. Maurício, e foi encarregado de pilotar as Corvetas portuguesas no porto de Génova.

### III

10 de Janeiro de 1863

... Tenho a honra de prevenir a V. Exa. de que ontem remeti a V. Exa., por via da Legação de S. M. em París, uma caixa contendo 33 insignias e 29 diplomas da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, destinadas às pessoas constantes da inclusa relação, às quais V. Exa. se servirá mandá-las entregar. Aquela relação compreende os súbditos portugueses propostos para serem condecorados por ocasião do casamento de Sua Majestade, conforme V. Exa. me indicou em outra relação que acompanhou o despacho... mas como esta última difere um pouco daquela que hoje envio, é do meu dever dar a V. Exa. as seguintes explicações.

Na minha relação desta data acham-se omitidos: S. Exa. o Senhor Ministro da Marinha, por haver já anteriormente recebido tanto o diploma como as insignias de Grã-Cruz; o Conselheiro Francisco de Paula Mello, e o Sr. Julio Firmino Judice Biker, porque, sendo já ambos Comendadores da Ordem de S. Mauricio, a sua categoria em relação aos empregos que exercem não permite serem elevados a Grandes-Oficiais, e não há outra ordem neste país que possa ser concedida a estrangeiros, excepto a Ordem da Santíssima Anunciação, que não lhes pode ainda competir; os Senhores Gregorio da Cruz Guerreiro, José Marques da Silva, Alvaro Frederico Martins, Guilherme Rodrigues de Fuentes, Caetano Augusto de Carvalho Pereira de Magalhães e Francisco Pires de Carvalho e Silva, porquanto todos eles tinham já sido agraciados por ocasião da troca das Ratificações do Contrato Matrimonial de S. M. e finalmente os Senhores Adolfo de Piva Pereira, Heitor Gitton, João Sivori, Frederico Felipe de Sousa Holstein e Julio Augusto Ferreira, por eu lhes transmitir directamente os diplomas e insignias de oficial e cavaleiro da mencionada Ordem, na conformidade do que está indicado na relação que acompanha o referido despacho... Outra difereça que tenho a apontar entre a primeira e a segunda das sobreditas relações consiste em que, em lugar de serem contemplados com o grau de Comendador, foram agraciados

com o de Grande-Oficial os Conselheiros Secretário Gerais dos Ministérios das Obras Públicas, da Fazenda, do Reino, bem como o Director Geral da Tesouraria; e que foram igualmente incluídos no numero dos Comendadores os Senhores Sebastião Ribeiro de Sá e Luís de Almeida e Albuquerque, em virtude da autorização que me foi dada.

Reservando-me pois remeter a V. Exa., logo que possa, os oito diplomas que ainda faltam, como V. Exa. se servirá observar na relação junta, tratarei com outro officio das graças concedidas por S. M. em idêntica occasião aos súbditos italianos ...

.....

### *Relação*

Cardeal Patriarca de Lisboa	—	Grã-Cruz
Joaquim Tomaz Lobo de Avila	—	»
Anselmo José Braancamp	—	»
Visconde de Sá da Bandeira	—	»
Gaspar Pereira da Silva	—	»
Conde de Laborim	—	»
António Luís de Seabra	—	»
Marquês de Bemposta	—	»
Joaquim José Dias Lopes Vasconcelos	—	»
Joaquim José da Costa e Simas	—	Grande-Oficial
Ernesto de Faria	—	»
Luís Augusto Martins	—	»
Joaquim José do Nascimento Lupi	—	»
António de Roboredo	—	»
Jacinto da Silva Mengo	—	Comendador
Jorge Cesar de Figanière	—	»
Augusto Carlos da Costa Camarate	—	»
Caetano Alberto Maia	—	»
António Maximo de Azevedo Gentil	—	»
Francisco Palha Faria de Lacerda	—	»
Joaquim Maria da Costa Cordeiro	—	»
José Carlos Rodrigues Sete	—	»
Diogo Augusto de Castro Constancio	—	»
Possidonio Augusto Possola Picaluga	—	»
Barão de Santa Engrácia	—	»
António Severino Alves	—	»
João Guilherme de Brito	—	»
Placido Antonio da Cunha e Abreu	—	»

## Relação

Sebastião Ribeiro de Sá	—	»
Luís de Almeida e Albuquerque	—	»
Augusto de Faria	—	oficial
António Guedes Vilhegas Quinhones	—	»
Matos Cabral	—	Cavaleiro
João Correia de Oliveira Caupers	—	»

## IV

11 de Janeiro de 1863

... Em aditamento ao meu precedente officio, cumpre-me participar a V. Exa. que na primeira entrevista que tive com o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros para lhe comunicar o que se havia combinado com o seu antecessor acerca das graças que reciprocamente seriam concedidas pelos nossos Augustos Soberanos por ocasião da nova aliança entre as Reais Casas de Bragança e de Saboia, apresentei a S. Exa. cópia de relação dos súbditos portugueses propostos para serem condecorados por S. M. El Rei de Itália, que acompanhava o despacho de V. Exa. e bem assim cópia da proposta para condecoração a súbditos italianos, apresentada por parte do governo italiano, e aprovada pelo meu Soberano. Acrescentei que achando-me desde já habilitado a entregar a estes últimos, quase na sua totalidade, as insignias das ordens portuguesas que lhe eram concedidas, contava dentro em breve fazer igualmente entrega dos respectivos diplomas, que esperava de Lisboa. Que nestas circunstâncias muito estimaria ver aprovada por S. M. Vitor Manuel a relação dos meus compatriotas propostos, e receber os competentes diplomas e insignias para lhe serem transmitidos.

Examinada aquela relação, o Conde Pasolini observou-me que seria necessário fazer duas relações, das quais uma seria entregue ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e compreenderia aqueles dos propostos que tivessem um character official, e a outra ao Ministério da Casa do Rei que se referisse a pessoas da Corte e mais alguma sem esse character, afim de que por cada um daqueles Ministérios se retribuísse igual número das condecorações que foram entregues, tendo em vista a reciprocidade. Como o fim que por esta forma se consegue é o mesmo, nenhuma objecção me cabia fazer. Tendo-me posto de

acordo com o Conde Pasolini sôbre aquele ponto, recebi de S. Exa. a nota junta por cópia sob n. 1, acompanhando a relação das pessoas para as quais me enviava os diplomas e insignias a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Como V. Exa. se servirá ver, são 7 Grã-Cruzes, 5 Grandes-Oficiais, 11 Comendadores, 3 Oficiais e 4 Cavaleiros da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro.

Quanto à primeira proposta apresentada para condecorações a súbditos italianos, disse-me o Conde Pasolini que teria de ser aumentada, visto ter El Rei de Itália condecorado todos os membros do Gabinete português, os Presidentes das Câmaras Legislativas, e bem assim os Secretários Gerais dos diferentes Ministérios etc., enquanto que do governo italiano só eram 4 Ministros e apenas 1 Secretário Geral. Que entendia pois fazer substituir a primeira proposta por outra, de que inclusa achará V. Exa. cópia sob n. 2, a qual, compreendendo todas as pessoas designadas na primeira, inclue mais aquelas que na mesma levam uma nota, e que são os restantes 4 Ministros, os dois Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, o Presidente do Conselho de Estado, 7 Secretários Gerais dos Ministérios, exceptuando o do Reino já mencionado na primeira relação, e o Empregado do Ministério da Fazenda que mais teve que fazer por ocasião do casamento Real. Parecendo-me justo êste novo pedido, rogo a V. Exa. se sirva impetrar de S. M. El Rei a concessão das graças indicadas na nova proposta a favor das pessoas supramencionadas, na intelligência de que o Conde Pasolini conseguirá que El Rei Vitor Manuel, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, se digne mandar pôr à disposição de seu Augusto Genro, mais algumas condecorações para equiparar às que pelo dito Ministério se pedem agora a mais para os súbditos italianos.

... Ao mesmo tempo que me entendi com o Conde Pasolini, Ministro dos Negócios Estrangeiros, acerca do que acima levo exposto, tratei con o Conde Nigra Ministro da Casa do Rei de Itália sôbre o resto das condecorações que havia a entregar e a receber pelo Ministério a seu cargo. Entreguei-lhe pois a relação inclusa por cópia sob n. 3, contendo os nomes de 9 súbditos portugueses propostos para serem agraciados com 3 Grã-Cruzes, 5 Comendas e 1 Cruz de Oficial, e bem assim a relação junta por cópia sob n. 4 relativa a varios súbditos italianos aos quais S. M. houve por bem fazer mercê das condecorações nele designadas, isto é, 3 Grã-Cruzes, 9 Comendas e 14 habitos de diversas ordens. Ponderei-lhe na mesma ocasião que havendo uma differença para mais entre o número dos condecorados italianos constan-

tes da relação n. 4 e aquela dos súbditos portuguezes designados na relação n. 3, eu confiava que se observaria contudo certa reciprocidade. Assim se fez como V. Exa. se servirá de vêr do officio junto... em que o Conde de Nigra ao transmitir-me as insignias (não estando ainda lavrados os diplomas) de 3 Grã-Cruzes, de 5 Comendadores e de 1 Oficial da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro para as pessoas constantes da sobredita relação n. 3 me anuncia que S. M. El Rei de Itália põe desde já além daqueles, mais 4 Comendas e 12 hábitos de Cavaleiro da dita Ordem à disposição de seu Augusto Genro.

Tendo havido equívoco no pedido feito a favor do Abade Stellar-di, Esmoler da Capela Real, sou instado por este governo para que haja de alcançar o grau de Comendador em vez do de Cavaleiro da Ordem de Cristo conferido ao dito Abade, em atenção à muita consideração de que êle goza, tendo além disso sido encarregado de uma importante missão junto da Corte de Roma, relativa ao recente regio consorcio.

.....

## N. 2

Nova proposta apresentada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, a que se refere o officio de 11 de Janeiro de 1863.

<i>Noms</i>	<i>Ordre</i>	<i>Grade</i>
Chevalier (G. C.) Urbano Rattazzi, Président du Conseil des Ministres et Ministre de l'Intérieur	Tour et Epée	Gr. Croix
Commandeur Quintino Sella, Ministre des Finances	Conception	idem
Commandeur Augustin Depretis, Député, Ministre des Travaux Publicques	id.	id.
C.te Charles de Persano, Député, Ministre de la Marine	id.	id.
Marquis Joachim Pepoli, Député et Ministre d'Agriculture, Industrie, et Comm.	id.	id.
Chevalier Charles Matteucci, Sénateur, Ministre de l'Instruction Publique	id.	id.
Comte Augustin Petitti-Bagliani de Roreto Député, Ministre de la Guerre	id.	id.
Chev.r Raphael Conforti, Député Ministre de Grace, de Justice et des Cultes	id.	id.

<i>Noms</i>	<i>Ordre</i>	<i>Grade</i>
Chevalier (Grand Officier) Barthélemi Bona, Sénateur, Directeur Général des Chemins de fer	id.	id.
Chevalier Louis Des Ambrois de Nevache, Président du Conseil d'Etat	id.	id.
Chev.r (Gr. Off.r) Vincent Capriolo, Secrétaire G.al du Ministère de l'Interieur	Tour et Epée	Com-mandeur
Chevalier, Major-Général, Joseph Clément De-leuse, Secrétaire Général du Ministère de la Guerre	Christ	id.
Chevalier Louis Barbaroux, Secrétaire Général du Ministère de la Justice	id.	id.
Chevalier François Brioschi, Député, Secrétaire G.al du Ministère de l'Instruction Publique	id.	id.
Chevalier Charles Longo, Contre-Amiral, Secrétaire Général du Ministère de la Marine	S. Benoît d'Avis	id.
Chevalier Joseph Saracco, Secrétaire Général du Ministère des Travaux Publics	Christ	id.
Chevalier Dominique Berti, Député, Id. du Ministère de l'Agriculture, Industrie et Commerce	id.	id.
Chevalier Cristophe Negri, Consul Général, Chef de Division du Ministère des Affaires Etrangères	id.	id.
Chevalier Augustin Magliano, Secrétaire Général du Ministère des Finances	id.	id.
Marquis Emmanuel Lucerna de Rorá, Syndic de Turin	Conception	id.
Marquis Gérome Gavotti, Syndic de Gênes	id.	id.
Comte Joseph de Rey, Capitaine de Vaisseau, Commandant du Port de Gênes	S. Benoît d'Avis	id.
Chevalier Ignace Ribotti, Lieutenant Général de l'Armée Italienne	id.	id.
Philippe Canuti, Directeur de la <i>Gazetta Ufficiale</i>	Christ	Chevalier
Joseph Bertolla, Professeur Calligraphe du Ministère des Affaires Etrangères	id.	id.
Antoine Pavan, Employé du Ministère des Finances	id.	id.

<i>Noms</i>	<i>Ordre</i>	<i>Grade</i>
César Durando, Attaché au Ministère des Affaires Etrangères (Secrétaire par.er du Général Durando)	id.	id.
Marquis Louis Gropallo, membre de la Municipalité de Gênes	Conception	id.
Charles Figoli, idem	id.	id.
Cher Joseph Trossi, Chef de Section au Ministère des Affaires Etrangères	id.	id.
Candidi Negri, Employé du Cabinet du Ministère des Affaires Etrangères	id.	id.
Pico Micheli, 1er. Lieutenant de la Marine Italienne	S. Benoît d'Avis	id.
C.te Frédéric Sclopis de Salerano, Vice-Président du Sénat	Conception	Gr. Croix
Commandeur Sébastian Tecchio, Président de la Chambre des Députés	id.	id.

*Não compreendido na 1ª Proposta*

### Nº 3

Relação dos súbditos portugueses para serem agraciados por S. M. El Rei de Itália, a que se referé o officio ... de 11 de Janeiro de 1863.

<i>Noms</i>	<i>Ordre</i>	<i>Grade</i>
D. Manuel Bento Rodrigues, Cardinal Patriarche de Lisbonne	St. Maurice et Lazare	Gr. Croix
Marquis da Bemposta, Grand-Maitre de Cérémonies	id.	id.
Joaquim José Dias Lopes de Vasconcelos, Conseiller d'Etat	id.	id.
António Severino Alves, Intendant des Ecuries Royales	id.	Com- mandeur
João Guilherme de Brito, Sous-Intendant	id.	id.
Placido Antonio da Cunha Abreu, du Conseil de S.M. Très Fidèle	id.	id.

<i>Noms</i>	<i>Ordre</i>	<i>Grade</i>
Sebastião Ribeiro de Sá	id.	id.
Luís d'Almeida e Albuquerque	id.	id.
Júlio Augusto Ferreira	id.	Officier

Nº 4

Relação dos súbditos italianos agraciados por S.M. El Rei de Portugal, a que se refere o officio ... de 11 de Janeiro de 1863.

<i>Noms</i>	<i>Ordre</i>	<i>Grade</i>
Monseigneur Charvaz, Archevêque de Gênes	Christ	Gr. Croix
Marquis de Breme, Prefet du Palais, Grand-Maitre de Cérémonies	Conception	id.
Comte Cigala, Lieutenant Général, Inspecteur Général des Ecuries Royales	S. Benoît d'Avis	id.
Comte d'Aglié	Tour et Epée	Com-mandeur
César Rebaudengo, Secrétaire Général du Ministère de la Maison du Roi	Christ	id.
Abbé Pierre Durio, Chanoine de la Cathédral de Novare	id.	id.
Comte Henri Pochettini de Serravalle, Lieutenant-Colonel de l'Etat Major, Aide de Camp du Prince Carignan	id.	id.
Marquis Hercule Roero de Cortange, Lieutenant-Colonel d'Artillerie, Aide de Camp du même Prince	id.	id.
Charles Campora, Intendant Général et Secrétaire particulier du même Prince	id.	id.
Abbé Victor Emmanuel Stellardi, Aumonier de la Chapelle Royale	id.	id.
Jean Prati, poète	id.	id.
Comte de Sartirana, Maitre de Cérémonies de la Cour	Conception	id.

<i>Noms</i>	<i>Ordre</i>	<i>Grade</i>
Alphonse Scarampi de Villanova	Tour et Epée	Chevalier
Paul Crespi, Capitaine de Cavallerie, Officier d'ordonance du Prince Carignan	Christ	id.
Lucas del Maino, Lieutenant d'Etat Major, Offi- cier d'Ordonance du même Prince	id.	id.
Comte Paul Perrone de S. Martino, Capitaine de Cavallerie, Officier d'ordonance	id.	id.
Emmanuel Morozzo della Rocca, Capitaine de Cavallerie, officier d'ordonance	id.	id.
Marquis Louis della Chiesa de Cinzano, Capi- taine de Cavallerie	id.	id.
Louis Doria, Professeur et Secrétaire Attaché á la Maison des Princes	id.	id.
Mr. Lubatti, Secrétaire Attaché á la Maison du Roi	id.	id.
Abbé Alexandre Cusani, Aumonier de S.M. le Roi d'Italie	id.	id.
Dominique Ferri, Architecte de la Maison Royale, Attaché au Ministère de la Maison du Roi	Conception	id.
Auguste Lecourt, Chef de Division du Ministè- re de la Maison du Roi	id.	id.
Ange Buisson, Chef de Division du Ministère de la Maison du Roi	id.	id.
Charles Felix Berroni	id.	id.
Comte Verasis de Castiglione, Sous-Inspecteur des Ecuries du Roi	S. Benoît d'Avis	id.

V

26 de Janeiro de 1863

... Logo que chegaram ao meu poder as Cartas Regias e Insignias de Grã-Cruzes da Ordem de Torre e Espada destinadas a Sua Altezas Reais os Principes Amadeu e Otão, e cuja remessa V. Exa. me annunciara, solicitei, na forma do estilo, audiência dos mesmos Augustos Senhores (precedendo a devida autorização de S.M. El Rei Vitor

Manuel) afim de dar cumprimento à honrosa missão que me era cometida.

No dia 23 do corrente, sendo recebido pelo Duque de Aosta no Castelo de Moncalieri, fiz entrega a Sua Alteza Real da Carta Regia e Insignia que meu Soberano lhe enviava. S. A. Real por extremo penhorado por esta prova de deferência e consideração da parte de seu Augusto Cunhado, encarregou-me de apresentar a S. Majestade, em seu nome e por tão lisonjeiro motivo, os seus mais sinceros agradecimentos, e acaba de enviar-me as duas inclusas cartas, sendo uma para S. M. El Rei e outra para Sua Majestade a Rainha.

No dia seguinte parti para Génova afim de desempenhar igual missão junto do Duque de Monferrato, que reside actualmente naquela cidade. S.A.R. dignou-se receber-me no mesmo dia 24, e tendo-lhe eu feito entrega da Carta Regia e Insignia, encarregou-me de manifestar em seu nome, a S. M. o seu profundo reconhecimento, acrescentando que ia escrever brevemente a seu Augusto Cunhado. S.A.R. fez-me a honra de agradecer-me a atenção que eu tinha tido, indo pessoalmente a Génova, e de me convidar para jantar no mesmo dia, visto eu dever regressar na manhã seguinte a Turim. Aproveitei da ocasião da ida a Génova para procurar Monsenhor Charvaz e entregar-lhe em mão própria a Carta Regia e Insignia de Grã-Cruz da Ordem de Cristo, que S. M. havia por bem conferir-lhe. Ele porém achava-se fora da cidade, e fui obrigado a deixar no paço arquiepiscopal a Carta Regia e a Insignia juntamente com um bilhete de visita meu, recomendando que se prevenisse S. Exa. de que eu próprio tinha allí vindo.

.....

## VI

26 de Janeiro de 1863

... Apesar de serem pouco amigáveis as relações que subsistem entre a Espanha e a Itália, acaba o governo de S. M. El Rei Vitor Manuel de adoptar uma medida importante, segundo a qual os súbditos de S. M. Católica poderão de ora em diante vir aos Estados italianos sem serem munidos de passaporte, e isto a título de reciprocidade em consequencia de S. M. C., por decreto de 17 de Dezembro último, disposto que qualquer estrangeiro pode entrar em Espanha, a contar do 1º do corrente mês, sem ser obrigado a apresentar aquele documento. Como desta faculdade gozam já neste Reino os súbditos de algumas Potências, tais como a Bélgica, França, Grã-Bretanha e a Suíça, julgo

do meu dever dar conhecimento a V. Exa. desta facto, e ao mesmo tempo fazer presente a V. Exa. que, no caso do governo de S. M. querer tomar reciprocamente com êste governo qualquer disposição naquele sentido eu poderei entender-me aqui com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, assinando com êle a necessária declaração para semelhante fim. Tenho como certo que a medida presentemente adoptada entre a Espanha e a Itália, e já estabelecida entre outras Nações, não tardará a estender-se a toda a Europa, facilitando assim as relações internacionais, e acabando com os vexames a que a apresentação dos passaportes dá constantemente lugar, sem proveito notável para a policia, como hoje em dia está reconhecido. A declaração a que acima me refiro, pode ser feita com aquellas restrições que o governo de S. M. entender que se devam estabelecer. As que o governo Espanhol mantém encontrará V. Exa. no papel incluso. Sôbre este assunto, pois, fico aguardando as ordens de V. Exa.

.....

## VII

27 de Janeiro de 1863

... Acabo neste momento de ser agradavelmente surpreendido com a visita de S. E. Monsenhor Charvaz, Arcebispo de Génova, o qual, querendo retribuir-me o acto de delicadeza que para com S. Exa. eu praticara, indo a Génova levar-lhe em mão própria a Carta Regia e Insignia da Grã-Cruz da Ordem de Cristo. veio hoje a Turim expressamente para me visitar e pedir de enviar a Suas Majestades El Rei e a Rainha as duas cartas inclusas que lhes dirigiu por ocasião da honrosa distincção que acaba de receber.

.....

## VIII

27 de Janeiro de 1863

... A apresentação dos documentos diplomáticos feita recentemente pelo governo ao Senado e ao Corpo Legislativo francês veio pôr termo a muita incerteza que existia no público sôbre o verdadeiro estado das relações mais modernas entre a França e a Itália pelo que toca à chamada questão de Roma. Era facto averiguado, como V. Exa. bem sabe, que a occupação daquela cidade pelas tropas francesas seria mantida; no entretanto a substituição do último Gabinete italiano pelo

actual dava margem a várias conjecturas. A publicação porém do officio que em 25 do mês passado dirigiu o novo Ministro da França, Conde de Sartiges, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mr. Drouyn de Lhuys, deixa ver de um modo positivo a diferença da marcha política do Gabinete presidido por Mr. Farini quanto àquella questão.

Depreende-se pois daquelle documento que, conquanto a questão romana deva por ora ser posta de parte, este governo não deixa por isso de estar perfeitamente de acôrdo com a opinião do país, isto é, que Roma é a Capital natural da Itália.

Pela minha parte creio que, se o actual Gabinete consegue fazer aceitar aquele seu pensamento, e poder chamar a atenção da nação sôbre a necessidade de se ocupar, sem levantar mão, dos seus interesses internos, fará um grande serviço ao país.

Considero francamente de muito maior importância para a Itália a regularização e consolidação do que actualmente está anexado, que aquisição quer de Roma quer de Veneza. As finanças com especialidade requerem aqui a maior atenção; nenhuma Potência, que eu saiba, tem a sua fazenda no deplorável estado em que actualmente se encontra a italiana. Basta dizer que o deficit do ano passado anda por 300 e tantos milhões de francos; o do ano corrente, já previsto, sobe a igual soma; quer dizer que juntos fazem 700 milhões de francos. Se isto assim continuar, por maiores que sejam os recursos deste rico país tarde ou nunca se lhe poderá dar remédio. Várias circunstâncias concorrem para este pouco lisonjeiro estado de coisas — o aumento sucessivo no exército e na marinha — o excessivo número de pessoas colocadas nos empregos públicos, que não cessam de criar-se — a irregularidade, por ora inevitável, na cobrança dos impostos — e finalmente os sacrificios enormes a que dá lugar o estado anormal das provincias meridionais. Êstes últimos sobretudo affectam de um modo assustador o tesouro do Estado, e é por isso que o governo faz os maiores esforços para aniquilar a anarquia que ali reina. A comissão nomeada pela Câmara dos Deputados para averiguar as causas principais da brigandagem, e propôr os meios necessários para a fazer desaparecer, acha-se há tempo desempenhando aquele encargo. Entendendo tambem o governo ser conveniente dar certa animação, na presente estação, á antiga Capital do ex-Reino de Nápoles, propoz à Duquesa de Génova de ir passar algum tempo em Nápoles, subministrando os fundos necessários para S.A.R. dar alguns bailes, e outras funções no Palácio Real. Para êsse fim partiu a mesma Augusta Senhora de Turim para Nápoles no dia 22 do corrente mês, e ali residirá durante

três meses. Não me parece porem que os esforços daquela comissão, e as funções dadas pela Duquesa de Génova sejam meios assaz eficazes para acabar com a brigandagem. O Gabinete actual acaba de sofrer uma pequena modificação com a saída de Mr. Ricci, Ministro da Marinha, e entrada do Marquês de Negro para o lugar vago. Um demasiado escrúpulo levou o primeiro a demitir-se, não acho que haja motivo plausível para que um Ministro se demita só pela circunstância de não ter obtido a totalidade dos votos no colégio pelo qual saiu Deputado. De 170 votos, obteve Mr. Ricci 167. Deve porém haver algum outro motivo para êle se ter retirado. O Parlamento está convocado para o dia de amanhã.

.....

## IX

11 de Fevereiro de 1863

... Já se acham satisfeitos os desejos que V. Exa. se serve manifestar-me pelo que toca à carruagem para S. M., encomendada ao fabricante Sala (1), porquanto a dita carruagem já há dias que está em Génova para ser conduzida para Lisboa a bordo da Corveta *Estefania*, a qual espere partirá por toda a semana que vem.

.....

O jornal italiano no qual encontrei o desmentido ácerca da cessão de uma Ilha portuguesa á Itália, é *L'Italie* de 9 de Janeiro último... Posso porém afiançar a V. Exa. que outros jornais italianos também transcreeveram aquele desmentido ...

Também fôram imediatamente levados ao seu destino, tanto o diploma pertencente a S.A.R. o Principe Humberto... (2).

.....

Nada de particular se me oferece hoje notar a V. Exa. sôbre política. Direi somente que na Câmara dos Deputados annunciou-se na sessão do dia 8 uma interpelação, por parte da opposição, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros relativa á conduta do governo pelo que

---

(1) La carrozza era stata ordinata durante la permanenza del Duca di Loulé a Torino. (Dispaccio del 16 gennaio 1863. Archivio dell'Ambasciata del Portogallo a Roma).

(2) Il Principe Umberto, erede al trono, accompagnò a Lisbona la sorella Maria ed assistette alle cerimonie nuziali. In quella occasione gli venne conferita la Gran-Croce di Torre e Spada, senza il diploma rispettivo, però, che non era stato preparato in tempo. (Dispaccio del 26 gennaio 1863. Archivio cit.).

toca aos Negócios da Polónia. A Câmara porem declarou inoportuna, por enquanto, a discussão sôbre semelhante assunto, e prosseguiu na discussão do Orçamento.

.....

## X

21 de Fevereiro de 1863

... Cabe-me hoje a honra de remeter o extracto official da Sessão da Câmara dos Deputados do dia 14 do corrente, no qual se contém *in extenso* a exposição do estado actual da fazenda pública neste Reino, feita pelo respectivo Ministro. Mr. Minghetti tem merecido os maiores elogios pela coragem que mostrou nesta ocasião patenteando ao Parlamento, com toda a clareza e verdade, o triste estado das finanças, e indicando com energia o modo de o remediar.

Submetendo pois á Câmara a proposta de Lei para um empréstimo de 700 milhões de francos, apresentou ao mesmo tempo tais considerações sôbre a necessidade de o contratar, que depressa se dissipou, direi em grande parte, a grave sensação causada no país e no estrangeiro, apenas houve noticia daquela proposta.

.....

## XI

9 de Março de 1863

... Havendo recebido, dias passados, a Caixa contendo a Banda de Grã-Cruz das duas Ordens Militares de Cristo e de Aviz, com o respectivo diploma, acompanhado da cópia do estilo, a qual S.M. offereceu ao Príncipe Eugenio de Saboia Carignano e havendo obtido ontem de S.A.R. uma audiência, fiz-lhe nessa ocasião entrega das sobre-ditas Carta Regia e Insignia, e S.A.R. sumamente penhorado por tão delicada oferta, encarregou-me de ser, junto do meu Augusto Soberano, interprete do seu profundo reconhecimento pela nova prova de deferência e consideração que acabava de receber de El Rei de Portugal. Rogo portanto a V. Exa. se sirva elevar ao alto conhecimento de S. M. o que acima levo referido.

.....

... Tenho igualmente a honra de incluso enviar a V. Exa. o n. 61 da *Gazeta Oficial* contendo a lei e os decretos recentemente promulgados para o empréstimo de 700 milhões votado pelo Parlamento italiano.

A mesma *Gazeta Oficial*, de que incluo o n. 64, contem o relatório do Ministro da Justiça e dos Cultos, seguido de um decreto e de um regulamento anexo a êste último, concernente a não poderem ser publicados nem executados no Reino de Itália, bulas, breves e outros documentos ecclesiasticos provenientes do estrangeiro, sem obterem previamente o *Regio Exequatur*.

No dia 14 do corrente, duplo aniversário natalicio de S. M. El Rei Vitor Manuel e da S.A.R. o Principe Humberto, houve conforme aqui é pratica, um grande jantar dado pelo Presidente do Conselho de Ministros. O decano do Corpo Diplomático, Sir James Hudson propoz á saude de S. M. a que correspondeu o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conde Pasolini, brindando ás potências e estados amigos e aliados.

Contrariamente ao que se praticara, há um ano, deixou de propôr-se a saude do Principe Humberto, o que sem dúvida foi uma falta, conquanto involuntária. Não posso também atingir com o motivo porque Mr. Farini, Presidente do Conselho de Ministros, não tomou a palavra para responder a Sir James Hudson, sendo êle a pessoa a quem tocava faze-lo.

.....

### *Reservado*

... O despacho reservado, que com data de 9 do corrente V. Exa. me fez a honra de dirigir, só me chegou á mão na manhã do dia 20, tendo por equívoco sido remetido para Milão, segundo observe das marcas do correio. Logo me inteirei do seu conteúdo, e apresse-me a responder ao que V. Exa. com tanta razão deseja saber (3). On-

---

(3) Il dispaccio cui si fa riferimento era redatto nei seguenti termini: « Os laços de amizade e parentesco que uniam as Cortes de Lisboa e de Turim tendo-se estreitado intimamente pelo Consorcio de Sua Majestade El Rei o Senhor D. Luis I com a Sereníssima Princesa D. Maria Pia de Saboia, o governo do Mesmo Augusto Senhor julgou dever praticar um acto de cor-

tem mesmo poderia tê-lo feito, mas como hoje fosse o dia da recepção do Ministro dos Negócios Estrangeiros, quiz primeiro avistar-me com êle para novamente lhe tocar num objecto sôbre que tantas e tão repetidas vezes lhe tenho chamado a sua atenção. O motivo único da demora, assaz prolongada, na nomeação do Ministro de El Rei de Itália junto de S. M. Fidelissima, provem da difficuldade de encontrar uma pessoa conspicua, como este governo muito deseja, para ocupar aquele honroso posto. E não é só o governo que tem a peito semelhante nomeação; o próprio Rei Vitor Manuel interessa-se quanto é possível em que a sua nova Legação se organize o mais convenientemente que ser possa na Corte de Lisboa. Isto mesmo me fez a honra de assegurar pessoalmente o Mesmo Augusto Senhor.

O Conde Pasolini ainda hoje me disse que eu podia dar a V. Exa. em seu nome, a sua palavra de honra, que o único motivo de tão sensível falta não é, não pode ser outro senão o que acima levo mencionado, e que nem mesmo se deve attribuir essa falta a negligência pelo seu lado. Que têm sido muitas as difficuldades com que tem tido que lutar, por causa do pessoal do corpo diplomático, e que algumas combinações tentadas não haviam tido resultado.

Agora direi a V. Exa. que acredito plenamente no que o Conde Pasolini assevera, em apoio disto citarei a V. Exa. a circunstância de ter êle apresentado em Janeiro passado à Câmara dos Deputados o orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo nele a differença para mais na elevação de terceira para segunda ordem da Legação italiana em Lisboa. Está pois indicado um Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, ao qual, além do ordenado propriamente dito que lhe compete, isto é fr. 15.000, propõe-se mais fr. 45.000 a título de gastos de representação. A Comissão geral do Orçamento apresentou em 14 do mês passado o seu relatório, favorável

---

tesia para com Sua Majestade El-Rei de Itália, elevando a Legação de Portugal nessa Côte à categoria de 2a. Ordem afim de que o respectivo Chefe pudesse aí representar mais convenientemente os interesses e os sentimentos da Família Real e da Nação portugueza, que tantas provas de simpatia tem dado pela Nação italiana.

Tendo pois V.Sa. sido nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Côte de Turim por Decreto de 8 de Setembro do ano findo, era de supôr que o govêrno de Sua Majestade El-Rei de Italia, em justa reciprocidade, se apressasse, pela sua parte, a nomear um Representante de igual categoria nesta Côte, como porém essa esperanza se não tinha ainda realizado, estimaria que V.Sa. procurasse averiguar com a prudência e circumspecção que o caso pede, os motivos que a isso tem obstado, informandô-me do que lhe constar a tal respeito. Deus guarde a V.Sa. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 9 de Março de 1863 - Duque de Loulé». (Archivio...). Il 18 luglio Borges de Castro informava telegraficamente il suo ministro che era stato nominato ministro d'Italia alla corte di Lisbona il Marchese di Bella, per il quale veniva concesso l'agrément con dispaccio per Torino del 20 dello stesso mese. (Arch. cit.).

em tudo àquele aumento de despesa e dentro de pouco entrará em discussão o mesmo orçamento.

Permita-me V. Exa. que aqui cite outro facto que corrobore as dificuldades a que acima me refiro. Em Setembro último, quinze dias antes da celebração do Augusto Consorcio de Sua Majestade, apresentou o Conde de Stackelberg, Ministro da Rússia as suas novas credenciais junto deste Soberano, restabelecendo-se assim as relações diplomáticas interrompidas entre as duas Potências desde a proclamação do Reino de Itália. Poi saber V. Exa. que só recentemente é que El Rei de Itália pôde mandar um Ministro para S. Petersburgo, que foi o Marquês Pepoli, o qual, se não se desse a circustância de ser casado com uma Princesa de Hohenzollern, teria sido proposto positivamente para Lisboa, e é mais que provável que ainda no momento em que escrevo não houvesse pessoa nomeada para aquêla Corte.

É necessário colocar-se na situação do governo italiano para bem se compenetrar dos enormes obstáculos que se lhe tem oferecido em combinar o serviço no estrangeiro. Parece isso impossível, porém vejo que é uma verdade. Contudo, segundo me disse o Conde Pasolini, votado que seja o orçamento da Repartição a seu cargo, ele remediará decididamente à falta em que involuntariamente se acha para com a Corte de Portugal.

.....

#### XIV

23 de Março de 1863

... Ao acusar a recepção do despacho que V. Exa. se serviu dirigir-me, participando-me que S. M. El Rei, querendo dar-me um público testemunho da sua Real Benevolência, houve por bem fazer-me mercê do titulo do seu Conselho, tenho a honra de rogar a V. Exa. queira em meu nome beijar a mão do mesmo Augusto Senhor, e depositar aos pés do Trono a expressão sincera do meu mais profundo reconhecimento por tão honrosa distinção (4).

Permita-me V. Exa. que muito sensível às felicitações que por tão lisonjeiro motivo V. Exa. se digna enviar-me, eu renove nesta ocasião os sentimentos de verdadeira gratidão que me animam para com a pessoa de V. Exa.

.....

---

(4) Nell'archivio dell'ambasciata esiste solo la copia di tale dispaccio. Supponiamo che Borges de Castro abbia conservato l'originale.

... Pelo meu telegrama de 24 do corrente receberia V. Exa. a notícia da exoneração de Mr. Farini por motivos de saúde, da Presidência do Conselho de Ministros, sendo substituído por seu colega Mr. Minghetti, Ministro da Fazenda, e bem assim da demissão do Conde Pasolini, Ministro dos Negócios Estrangeiros, sendo igualmente substituído por Mr. Visconti Venosta, Deputado ao Parlamento, o qual desempenhava as funções de Secretário Geral da Repartição, a que hoje preside. O Conde Pasolini voltou a ocupar o lugar de Prefeito de Turim.

A saída de Mr. Farini é unicamente devida ao mau estado da sua saúde, como já tive a honra de dizer a V. Exa. Não houve por conseguinte razão política que influísse na sua exoneração.

Quanto ao Conde Pasolini, é certo que ao aceitar êle a pasta dos Negócios Estrangeiros, foi com a condição de ocupar provisoriamente aquele posto. Acredito porém que êle aproveitou a ocasião para se livrar das dificuldades que aquela Repartição oferece presentemente, e talvez por considerar que a actual administração não poderá continuar por muito mais tempo, composta como se acha.

Pela minha parte quere-me parecer que êste governo não possui força moral suficiente para prosseguir no poder, e a sua queda será mais pronta pelo mau efeito que produziu a nomeação de Mr. Visconti Venosta para sucessor do Conde Pasolini. É o que se depreende da opinião pública, que não reconhece que êste Cavalheiro, aliás de bellissimas qualidades e com serviços à causa italiana, se acha na altura de ocupar por ora, e sobretudo na presente conjunctura, o posto importante para que foi nomeado. Como seu subalterno e na qualidade de Secretário Geral, também foi nomeado o Comendador Marcello Cerrutti, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, homem habil e muito versado nos negócios do Oriente (5). Depois da minha chegada a esta Cidade recebi as comunicações officiais do estilo acerca das novas nomeações a que logo respondi.

.....

---

(5) La comunicazione, firmata dal Venosta, è del 26 marzo 1863. (Archivio *cit.*). Con decreto del 24 dello stesso mese il ministro degli affari esteri Pasolini era stato esonerato ed era stato nominato come suo successore Visconti-Venosta. (Dispaccio del 25 marzo 1863). Archivio *cit.*

S. M. El Rei Vitor Manuel é esperado nesta Cidade para depois da Páscoa. A sua estadia aqui sendo de pouca duração, creio que não haverá convite especial para o Corpo Diplomático acompanhar a S. M.

.....

## XVI

15 de Abril de 1863

... Quando em 31 do mês passado eu dirigi a V. Exa. o meu precedente officio, não havia o menor indício de ser o Corpo Diplomático convidado a acompanhar El Rei Vitor Manuel a Florença, pelo motivo, como tive a honra de dizer a V. Exa. que S. M. pouco se demoraria nesta Cidade. Contra a nossa expectativa veio o convite datado de 5 do corrente mês e que eu recebi na tarde de 7, e logo dirigi um telegrama a V. Exa. dando em seguida resposta afirmativa para aceitar o convite. Parti pois para Turim para o fim indicado no meu telegrama e achava-me de volta em Florença na manhã do dia 11. Veio comigo o Ministro da Bélgica, tendo sido precedido do Ministro da Prússia, e esperam-se de um momento a outra os Ministros de França e de Turquia. O Representante da Rússia, que tinha vindo anteriormente a Florença, voltou para Turim não querendo aceitar o convite. A questão polaca, como V. Exa. bem pode imaginar, é causa do esfriamento das relações actuais da Rússia com as Potências liberais. Dos outros Representantes estrangeiros na Corte de Itália ainda não sei com certeza quais virão residir temporariamente em Florença.

El Rei Vitor Manuel chegou a esta cidade no dia 9, sendo bem recebido tanto aqui como nas povoações que atravessou desde Sarzana, que fica um pouco ao sul da Spezia, até Florença. S. Majestade, segundo parece, demora-se aqui até aos primeiros dias do próximo mês de Maio. S. M. acompanhado do Príncipe de Carignano, tem visitado estes dias todos os estabelecimentos públicos. Amanhã haverá um grande jantar à officialidade do exército aqui presente, e na segunda feira terá lugar o primeiro baile da Corte. Acompanharam igualmente a S. M. o Presidente do Conselho de Ministros, e os Ministros das Obras Públicas e da Marinha, os quais são revezados por outros dos seus colegas.

.....

... Dos meus colegas que acompanhavam El Rei de Itália durante a sua estadia em Florença, e que aqui se acham, contam-se os Representantes da Bélgica, da França, da Prússia, da Turquia, da Suécia e do Perú. Os mais não puderam vir por diferentes motivos. O Ministro da Suíça, Mr. Tourte, que de algum tempo a esta parte se achava doente, faleceu dias passados em Turim. A sua morte é muito sentida não só pelos seus colegas como também pelo governo italiano. Era homem de grande intelligência e de espírito muito conciliador.

El Rei Vitor Manuel logo depois de ter ante-ontem passado revista à Guarda Nacional florentina, em força de 6 a 8.000 homens, partiu para Pisa, devendo em seguida dirigir-se a Turim. No sábado passou S. M. revista à tropa de linha, em força de uns 12.000 homens. Desta revista encontrará V. Exa. no artigo incluso uma descrição exacta e interessante.

No dia 20 houve no Palácio Real de Pitti uma grande baile a que concorreram para cima de 3.000 pessoas.

No dia seguinte 21, teve lugar um jantar de 60 talheres dado ao Corpo Diplomático, cabendo-me a honra de ficar à esquerda de El Rei. Não podendo S. M. demorar-se mais tempo nesta Cidade, e como no dia 3 de Maio próximo terá lugar a cerimonia do descobrimento da fachada da Igreja de S.ta Cruz, obra primorosa dos tempos modernos e toda de marmore, ficou aqui S.A.R. o Príncipe de Carignano para naquela solenidade representar El Rei Vitor Manuel.

Por estes dias tanto eu como os meus colegas tencionamos recolher a Turim.

Cumpre-me acusar a recepção do despacho de V. Exa. e ciente do seu conteudo, folgo imensamente de ver confirmada oficialmente a fausta notícia, de que já há tempo eu tinha conhecimento, de haver entrado S. M. a Rainha no terceiro mês da sua gravidês. Sinceros e fervorosos são os votos que faço pela importante saude da mesma Augusta Senhora. Digne-se V. Exa. beijar em meu nome a mão de Suas Majestades por motivo tão grato a todo o coração portuguez.

Em consequência da demissão dada pelo Marquês di Negro do posto de Ministro da Marinha, foi nomeado em seu lugar o General Efisio Cugia. Tal modificação no Gabinete italiano não tem quanto a mim a menor importância, sendo sabido que o Marquês di Negro

só temporariamente quiz aceitar aquele honroso cargo, por isso que êle se acha adjunto ao Príncipe Otão.

De Turim terei a honra de officiar brevemente a V. Exa.

.....

## XVIII

7 de Maio de 1863

... Para satisfazer também aos desejos que me expressou o Comendador Rattazzi, tenho a honra de remeter inclusos a V. Exa. dois exemplares da versão italiana de um opúsculo que tem, por título *Il matrimonio ossia l'avenire del Portogallo*, tradução feita pelo advogado Carlos Corghi, Redactor da *Gazeta Official do Reino de Itália*, e por êle publicada a favor do Real Asilo de Mendicidade de Turim. O dito Corghi pretende oferecer a Suas Majestades os sobreditos exemplares, como consta da carta que os acompanha.

.....

## XIX

9 de Maio de 1863

... Partindo hoje desta Corte com direcção a Lisboa o Snr. Eduardo de Castelo Branco, e tendo-se-me oferecido para ser portador de qualquer officio ou de outra qualquer coisa que houvesse de remeter ao governo de S. M., tenho a honra de participar a V. Exa. que por ele envio a V. Exa. além de outros officios e documentos, o seguinte incluído no presente officio:

2 estojos contendo cada um 3 medalhas comemorativas (uma em ouro, uma em prata e uma em bronze) do Augusto Consorcio de S. M. El Rei.

6 estojos contendo cada um 2 medalhas, uma em prata e outra em bronze; 3 estojos contendo cada um deles uma medalha em bronze. São estas as medalhas que já se acham prontas e que hoje mesmo me foram mandados da Casa de Twerembold e filhos. Estes Snrs. prometeram-me que não haverá grande demora na remessa do resto das medalhas.

Por esta ocasião cumpre-me assegurar a V. Exa. que a medalha mandada fazer pelo governo de S. M., e de que fui encarregado, tem merecido grandes elogios das pessoas entendidas. Estou ansioso por saber que a mesma merece a aprovação de El Rei e do seu governo.

*Reservado*

... Tive a honra de receber esta manhã o despacho de V. Exa. reservado, e devidamente inteirado do seu conteúdo, apresso-me a responder sôbre o importante objecto a que o mesmo se refere, principiando por assegurar a V. Exa. que nenhum fundamento tem o boato espalhado pelos jornais nacionais acerca do casamento morganatico contraído por S. M. El Rei Vitor Manuel. Se se desse um tal acontecimento, eu nem mesmo esperaria pelo correio para dele informar V. Exa. (6).

Em seguida a uma entrevista que tive, faz hoje oito dias, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, dirigi a V. Exa. em 9 do corrente uma carta por via do Sr. Castelo Branco, que naquele dia partia daqui com direcção a Lisboa, portador da correspondência desta Legação na qual referia a V. Exa. a segurança que acabava de dar-me Mr. Visconti-Venosta de que antes do fim do mês haveria pessoa designada para o posto de Ministro de Itália na Corte de Lisboa.

Venho neste momento de ver novamente aquele Ministro, o qual me tornou a assegurar que dentro de dias e independentemente de certos arranjos de que êle, como o seu antecessor se ocupava em relação a um movimento geral no corpo diplomático italiano, se resolveria em Conselho de Ministros a nomeação do futuro Representante italiano na nossa Corte, do que eu seria logo avisado. Confio pois que dentro de alguns dias poderei dar aquela notícia a V. Exa.

Não posso porém abster-me de confirmar novamente a V. Exa. que a demora, aliás muito reparável, na nomeação do sobredito representante, provém de causas de todo estranhas à boa vontade de que se acha animado o governo italiano para com Portugal. Cada um poderá dar-lhe a interpretação que entender, mas aí estão os actos officiais que demonstram a verdade. Limite-me a citar uma simples circunstância em contraposição do que aí consta pela imprensa periódica, e que V. Exa. se serve citar no seu acima mencionado despacho.

Já no meu precedente officio desta série havia eu tido a honra de comunicar a V. Exa. que a Comissão Geral do Orçamento da Câmara

---

(6) A molti anni addietro risalivano i rapporti di Vittorio Emanuele con Rosa Vercellana, con la quale contrasse matrimonio morganatico nel 1869. Dall'unione con Rosa Vercellana, che dal 1859 cominciò ad usare il titolo di Contessa di Mirafiori, il re ebbe un figlio che assistette alla sua morte per espressa autorizzazione di Umberto, erede del trono. (Cfr. lo studio di MARIO SCETTINI, *Il suo trono era il cavallo*, nella rivista *Tempo*, 1959; e FERNAND HAYWARD, *Storia della Casa di Savoia*, vol. II, p. 353).

dos Deputados, tinha apresentado em 14 de Março último o seu relatório, e nele apoiava o aumento da despesa proposto pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros com a elevação da categoria da Legação italiana em Lisboa. Eis aqui um único trecho do mesmo relatório:

« ... E finalmente la vostra Commissione é certa che voi tutti, o Signori, appoverete unanimi la maggiore spesa di lire 60.000, richiesta per accrescere splendore alla Legazione di Lisbona, dove siede regina la figliuola del nostro magnanimo Principe ».

Entrando em discussão em 28 de Março último o orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foram impugnadas pela Comissão e não pela Câmara dos Deputados, as verbas a que V. Exa. se refere em relação à melhoria dos vencimentos dos Representantes de Itália em Paris, Berne, Bruxelas e S. Petersburgo e ainda algumas outras, não sucedendo o mesmo quanto à verba de aumento da despesa em relação à Legação italiana em Lisboa, como se depreende do acima transcrito.

O governo não accitou as impugnações da Comissão do Orçamento, e a Câmara votou não só o aumento da despesa já mencionado o favor da Legação italiana em Lisboa, como também o que resultava da melhoria de vencimentos dos Representantes de Itália, em Paris, Berne, Bruxelas e S. Petersburgo.

Quanto à redução de fr. 100.000 a fr. 30.000 da verba pedida para missões extraordinárias, a que se referia a imprensa periódica e igualmente citada por V. Exa., permita-me V. Exa. que eu observe que neste ponto aludia-se a missões extraordinárias temporárias e não a missões permanentes.

Do que acima deixo expellido fica claramente demonstrado que longe de não se ter feito menção alguma de Ministro italiano para Lisboa como a imprensa periódica pretendia, foi a verba de fr. 60.000, que lhe é atribuída, votada unanimamente, sem que houvesse acerca dela a mais mínima observação por parte da Câmara dos Deputados da Nação italiana.

A fim de que V. Exa. possa plenamente convencer-se da inexactidão das notícias dadas pela imprensa periódica, e referidas no despacho de V. Exa. a que tenho a honra de responder, tomo a liberdade de remeter, cintados pelo correio, os extractos officiais das sessões da Câmara dos Deputados de 28 e 30 de Março último, bem como o relatório da Comissão a que neste officio por vezes tenho aludido.

... O discurso pronunciado por S. M. El Rei Vitor Manuel no dia 25 do corrente por ocasião da abertura da nova sessão legislativa, e que me apressei a transmitir a V. Exa. naquele mesmo dia, foi bem acolhido do público. Ninguém podia, razoavelmente, esperar mais do Soberano nas circunstâncias presentes. Só o partido exaltado ou da acção, como aqui é denominado, não podia ficar satisfeito com a fala do Trôno, por não encontrar nela alguma frase mais explicita em relação a Roma e a Veneza, ou alguma alusão directa à Polónia.

Parte da imprensa, segundo tenho entendido, também se não inclina a admitir que haja sinceridade, por parte da França na execução do acôrdo militar concluído com a Itália a que se refere um dos parágrafos daquela fala, com o fim de mais eficazmente reprimir as excursões do território pontifício nas províncias meridionais dos bandos de salteadores que allí se formam. Devo confessar que quando El Rei Vitor Manuel acabou de ler o parágrafo a que acima me refiro, não romperam os aplausos dos Representantes da Nação, como succedeu durante o resto do discurso.

Como o ajuste concluído no ano passado entre os governos francêz e italiano, e aprovado em 19 de Fevereiro último, ora publicado na *Gazeta Oficial*, relativamente ao estabelecimento religioso de Hautecombe na Saboia, interessa particularmente a Real Casa de Saboia, creio que o governo de S. M. estimará ter conhecimento daquele documento, e por isso tenho a honra de incluso o enviar a V. Exa.

Transmito igualmente a V. Exa. a relação dada pela mencionada Gazeta da recente viagem do Príncipe Humberto e inauguração do caminho de ferro de Ancona a Pescara. S.A.R. depois de um acolhimento entusiástico em todas as povoações que atravessou, achava-se de regresso a Turim a tempo de assistir à sessão real da abertura do Parlamento, partindo logo depois para a sua residência de Milão. Tanto S.A.R. como seu Augusto Pai, e o Príncipe Amadeu, com quem terei a honra de jantar amanhã, passam sem novidade em sua importante saude.

S.A.R. a Duquesa de Génova já regressou de Nápoles a esta Corte, donde partirá para o campo depois que tiver lugar a próxima festa do Estatuto.

.....

... Cumpre-me participar a V. Exa. que, dias passados, fiz leitura ao Ministro dos Negócios Estrangeiros dos documentos que acompanhavam o despacho circular de V. Exa. (7) acerca da questão polaca,

(7) La circolare comunicava: « Na sessão da Câmara dos Snrs. Deputados, de 23 de Março último, transcrita no Diário de Lisboa de 26, terá V.Sia. visto pela minha resposta a uma inter-pelação do Snr. Deputado Casal Ribeiro quais os sentimentos de que o governo de Sua Majestade se acha animado em relação aos negócios da Polónia.

Remeto a V.Sia., não só a inclusa cópia do meu despacho de 27 do referido mês para o Ministro de S.M. em S. Petersburgo, e um exemplar do Diário de Lisboa de 29 de Abril findo, em que achará transcrita a minha nota de 25, respondendo a outra que o Ministro de Sua Majestade o Imperador dos Franceses sôbre o assunto me dirigiu na mesma data, mas também cópia do outro despacho que em o 1º do corrente dirigi ao mesmo Ministro a este respeito afim de que V.Sia. possa fazer do conteúdo de todos estes documentos o uso que julgue conveniente.

Deus guarde a V.Sia. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 4 de Maio de 1863 - Duque de Loulé ».

I documenti allegati notificavano quanto segue:

« Os Ministros de Inglaterra e de França deram conhecimento ao governo de Sua Majestade dos despachos dirigidos, em 2 do corrente, por Lord John Russel a Lord Napier, Ministro de Sua Majestade Britânica em S. Petersburgo, e em 7 do mesmo mês por Mr. Drouyn de Lhuys ao Representante de Sua Majestade o Imperador dos francees na mesma Corte.

Em ambos estes importantes documentos transluz o vivo desejo que anima os governos inglês e francês de que as Potências signatárias do Acto final do Congresso de Viena de 9 de Junho de 1815 hajam de empregar os seus bons officios, cada uma pela parte que lhe toca, para que Sua Majestade o Imperador de todas as Rússias se digne prestar-se a satisfazer, com justiça e clemência, as pretensões dos polacos, concedendo immediata e plena amnistia aos revoltados, e restituindo, sem demora, o Reino da Polónia à posse dos privilégios civis e políticos que lhe foram concedidos pelo Imperador Alexandre I, na conformidade das estipulações do Tratado de Viena de 9 de Junho de 1815.

Sendo tão sabidas, como são, as causas do estado actual das coisas na Polónia, pensa o governo de Sua Majestade que o meio mais seguro de pôr termo ao lamentável conflito de que a Polónia está sendo teatro, seria dar aos polacos, além da amnistia, uma dieta e uma administração nacional.

Partindo pois deste princípio, de muito bom grado se associa aos nobres sentimentos que levaram aquelas duas Potências a recorrer à benevolência de Sua Majestade o Imperador de todas as Rússias, na bem fundada esperança de que aquele Soberano, atendendo às leis da humanidade, e às graves considerações de política geral, se não denegará a melhorar a sorte dos polacos e a satisfazer aos justos desejos de toda a Europa.

Autorizo a V.Sia. a ler este despacho ao Príncipe de Gortchakoff sendo excusado observarlhe, que, nos passos que julgar dever dar para se conseguir o desejado fim deverá ir de acôrdo como os Representantes da França e da Inglaterra.

Deus guarde a V.Sia. Secretaria da Estado dos Negócios Estrangeiros em 27 de Março de 1863 - Duque de Loulé - Sr. Visconde de Moura ».

« Em aditamento ao meu despacho de 27 de Março último em que dei conhecimento a V.Sia. das comunicações que me haviam sido feitas pelos Ministros de França e da Inglaterra relativamente à questão da Polónia, participo a V.Sia. que há dias teve comigo outra conferência o referido Ministro da França, para, de ordem do seu governo, me fazer várias considerações sôbre os acontecimentos da Polónia, e entregar-me uma nota, acompanhada do despacho de Mr. Drouyn de Lhuys, de 10 de Abril findo, para o Duque de Montebelo, na qual lamentando o derramamento de sangue a que está dando lugar a insurreição daquele país, chama a atenção do governo de S.M. o Imperador de todas as Rússias sôbre as causas do conflito, o efeito que pode produzir na Europa se de pronto não for atalhado, e a conveniência de providenciar de modo que se assegure àquele Reino uma paz duradoura.

Nesta conferência pediu o mesmo diplomático que fossem, novamente expedidas instruções

afim de que o governo de S. M. El Rei de Itália ficar ao corrente do que até agora tem praticado o Gabinete português em relação àquela importante questão.

Inclusas apresso-me a enviar a V. Exa. as respostas ao discurso da

---

a V. S.ia., pelo que pela parte que diz respeito a Portugal houvesse de entregar toda a sua solitudine afim de se conseguir o resultado que tanto é para desejar, e que o estado actual das coisas na Europa altamente reclama.

A essa nota de que inclusa remeto cópia, assim como do aludido despacho de Drouyn de Lhuys, dei a resposta, transcrita no Diário de Lisboa de 29 do mesmo mês de Abril, também junto, e pela qual reconhecerá V. S.ia. os sentimentos de que o governo de S. M. se acha animado nesta lamentável conjuntura.

Logo depois procurou-me o Ministro britânico para me dar igualmente conhecimento do despacho confidencial também datado de 10 do referido mês de Abril, dirigido por Lord Russel a Lord Napier, e por cuja inclusa cópia verá V. S.ia. o modo por que o governo de Sua Majestade britânica encara a questão polaca; cumprindo-me acrescentar que durante a entrevista que o dito Ministro comigo teve, me falou no mesmo sentido que o de S. M. o Imperador dos franceses.

Reconhecendo pois o governo de Sua Majestade o iminente perigo para a Europa da actual situação da Polónia, e animado do mais vivo desejo de ver quanto antes restabelecida a ordem pública naquele país à satisfação das nações, que tantos esforços tem empregado para o conseguir, recomendá muito particularmente a V. S.ia. que inteirado do conteúdo dos documentos a que me refiro, queira de acôrdo com os Representantes de S. M. o Imperador dos franceses e da Rainha Vitória recorrer de novo aos sentimentos de benevolência e generosidade de S. M. o Imperador da Rússia, para que o mesmo soberano haja de aquiescer aos justos desejos de toda a Europa na resolução que na sua alta sabedoria, houver de tomar sôbre as pretensões da Polónia.

São estas as instruções que sôbre tão importante assunto o governo de S. M. entende dever dar a V. S.ia. Deste despacho pode V. S.ia. deixar cópia ao Príncipe de Gortchakoff. Deus garde a V. S.ia. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em o 1º de Maio de 1863 - Duque de Loulé - Snr. Visconde de Moura ».

Al predetti documenti, publicati nel *Diário de Lisboa*, si riferiscono i due dispacci seguenti, inviati al Visconte de Moura, nostro ministro in Russia e già rappresentante del Portogallo in Piemonte.

## I

« Lisboa, 25 de Abril de 1863 - Sr. Duque - Em desempenho das ordens do governo do Imperador e referindo-me à entrevista que acabo de ter com V. Exa. tenho a honra de lhe transmitir a inclusa cópia do despacho dirigido por Mr. Drouyn de Lhuys a Mr. de Montebello, nosso Embaixador em S. Petersburgo.

Queira aceitar, senhor Duque, a segurança da minha alta consideração - Conde de Comminges Guिताud - A S. Exa. o Sr. Duque de Loulé, presidente do Conselho, Ministro dos Negócios Estrangeiros, etc. ».

## II

« O Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Duque de Montebello, Embaixador de França em S. Petersburgo.

Paris, 10 de Abril de 1863 - Sr. Duque - A insurreição, de que neste momento está sendo teatro o reino da Polónia, tem despertado na Europa vivas preocupações no meio de um socego, que nenhum acontecimento próximo parecia dever alterar.

O deplorável derramamento de sangue, a que esta luta tem dado lugar, e os dolorosos incidentes que a tornam notáveis, excitam ao mesmo tempo uma emoção tão geral como profunda.

O governo de Sua Majestade cumpre pois um dever, exprimindo à corte da Rússia as reflexões que este estado de coisas, por sua natureza sugere, e invocando a sua solitudine sôbre os inconvenientes e os perigos que êle acarreta.

O que caracteriza as agitações da Polónia, Sr. Duque, o que torna excepcional a sua gravidade, é não serem o resultado de uma crise momentanea. Os efeitos que se reproduzem quasi invariavelmente em cada geração não podem ser attribuidos a causas puramente accidentais. Estas

Coroa, feitas e aprovadas tanto pelo Senado como pela Câmara dos Deputados. Numa e noutra encontrará V. Exa. um paragrafo dedicado especialmente ao feliz consórcio da Augusta Filha de El Rei de Itália com S.M. El Rei o Senhor D. Luis I° de Portugal.

.....

---

convulsões, tornadas periódicas, são o sintoma de um mal inveterado; atestam a ineficacia das combinações até aqui imaginadas para reconciliar a Polónia com a situação em que a collocaram.

Por outro lado, essas perturbações demasiadamente frequentes são, cada vez que se manifestam, um motivo de inquietação e de alarme. A Polónia que occupa no continente uma posição central, não pode ser agitada sem que os diversos estados situados na vizinhança das suas fronteiras experimentem um abalo cuja repercussão se sente em toda a Europa. É o que tem succedido em todas as épocas em que os polacos têm pegado as armas. Estes conflitos como bem se pode ajuizar por aquêlle que neste momento estamos presenciando, não têm unicamente por consequencia o excitar os animos de um modo inquietador; se se prolongasse poderiam perturbar as relações dos gabinetes, e provocar as mais lamentáveis complicações. É de interesse comum a todas as potências ver definitivamente afastar os perigos que incessantemente estão renascendo. Apraz-nos esperar, Sr. Duque, que a corte da Rússia acolherá com o mesmo sentimento que no-las ditou estas considerações tao dignas da sua atenção. Confiamos em que se mostrará animada das disposições liberais de que o reinado de Sua Majestade o Imperador Alexandre já deu tão evidentes provas, e que reconhecerá na sua sabedoria e oportunidade de empregar os meios conducentes a assegurar à Polónia uma paz duradoura.

Queira entregar cópia deste despacho a S.Exa. o Sr. Principe de Gortchakoff.  
Aceite etc., - Drouyn de Lhuys ».

### III

« Recebi a nota que V.Sia. se serviu dirigir-me, datada de hoje, com a cópia do despacho de 10 do corrente, de Mr. Drouyn de Lhuys ao Duque de Montebello, embaixador de Sua Majestade o Imperador dos franceses na corte da Rússia, e de cujo conteúdo teve V.Sia. ordem do seu governo para me dar conhecimento.

Agradeço a V.Sia. a comunicação do mesmo despacho em que Mr. Drouyn de Lhuys apresenta várias ponderações sôbre os lamentáveis acontecimentos de que o reino da Polónia está sendo teatro, e as vivas preocupações que elles têm excitado na Europa; manifestando ao mesmo tempo a esperança de que a corte de S. Petersburgo, fazendo justiça aos sentimentos de Sua Majestade o Imperador dos franceses, não deixará de os tomar em consideração, nem de se mostrar animada das disposições liberais de que o reinado de Sua Majestade o Imperador Alexandre deu já tão evidentes provas, e bem assim de que reconhecerá, na sua sabedoria, a oportunidade de empregar os meios conducentes a assegurar à Polónia uma paz duradoura.

Havendo-me apresentado a levar à presença de Sua Majestade o conteúdo da sobracitada sua nota, e do documento a que me refiro, passo a ter a honra de responder a V.Sia.

Os louvaveis esforços do gabinete de Paris para evitar a continuação do sanguinolento conflito, de que tão graves prejuizos já têm resultado, e que têm sido igualmente partilhados por outros gabinetes, como era natural, não podiam deixar de excitar a mesma simpatia ao governo português, que de muito bom grado se associa ao nobre empenho de procurar mover o animo de Sua Majestade o Imperador de todas as Russias a satisfazer com justiça e clemência ás pretensões da Polónia.

Ao cumprir pois as ordens que recebi de Sua Majestade para assim manifestar a V.Sia. os sentimentos de que o seu governo se acha animado, em relação ao estado das coisas na Polónia, cumpre-me acrescentar que neste sentido serão immediatamente enviadas instruções ao ministro do mesmo Augusto senhor em S. Petersburgo.

Aproveito com muito gosto esta ocasião para reiterar a V.Exa. os protestos da minha mais alta consideração.

Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 25 de Abril de 1863 - Sr. Conde de Comminges Guिताud - Duque de Loulé ».

... A discussão que se seguiu à apresentação na Câmara dos Deputados, dos documentos diplomáticos, de que tive a honra de enviar a V. Exa. a coleção oficial, terminou pela adopção de uma moção oficial proposta pelo Deputado Boncompagni, concebida nos seguintes termos: a Câmara expressando a sua confiança pela direcção política seguida pelo Ministério, passa à ordem do dia; e por um duelo entre o Cavalheiro Minghetti, Presidente do Conselho de Ministros, e o Comendador Rattazzi a que deram lugar certas expressões proferidas durante a mesma discussão, como me apressei a comunicar ontem a V. Exa. pelo telégrafo. De 260 Deputados presentes, 202 votaram a favor da moção Boncompagni, 52 contra e 6 abstiveram-se de votar.

Quanto ao duelo, que foi ao sabre, não houveram felizmente consequências fatais a deplorar, porquanto o Cavalheiro Minghetti apenas teve uma insignificante arranhadura numa perna, e o Comendador Rattazzi sofreu um pequeno golpe num braço. Ambos êles passearam, horas depois de se terem batido, pelas ruas de Turim. Este duelo passou por assim dizer desapercibido; pode ser que para isso contribuisse o achar-se a população turinense preocupada com a inauguração do primeiro tiro ao alvo nacional que ontem mesmo teve lugar pela volta das dez horas e meia da manhã e a que concorreu uma multidão de gente extraordinária. A descrição desta brilhante festa nacional vem em todos os jornais, e por isso é inútil relatá-la aqui a V. Exa. Como membro do *Comité* executivo do Sociedade do dito Tiro, coube-me a honra de acompanhar Suas Altezas Reais os Príncipes Humberto e Amadeu, o primeiro Presidente da Direcção Geral, e o segundo do *Comité* executivo daquela Sociedade. O tiro termina na tarde do próximo sábado 27 do corrente.

Juntamente com o discurso na sua integra, proferido nas sessões de 17 e 18 do corrente da Câmara dos Deputados pelo Presidente do Conselho de Ministros, e no qual algum esclarecimento se encontra relativamente à marcha que têm tido as negociações a respeito da questão de Roma, remeto igualmente, cintados pelo correio, vários Tratados e Convenções concluidos entre o Reino de Itália e a Suécia, Persia, as Repúblicas da Libéria e de Venezuela e a França, comunicadas ao Parlamento na sessão de 29 do mês passado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Devendo S. M. El Rei o Snr. Dom Fernando chegar a esta Corte depois de amanhã, estou tomando todas as providências necessárias tanto para a recepção, como para a estadia em Itália do mesmo Augusto Senhor, na conformidade das ordens que me foram transmitidas recentemente de París, sendo das intenções de S. M. guardar o mais estrito incógnito.

.....

## XXIV

17 de Julho de 1863

... Havendo eu tido aviso de que S.M. El Rei o Snr. Dom Fernando devia chegar a esta Corte, guardando o mais estrito incognito, no dia 24 do mês passado, e recebido instruções da parte do mesmo Augusto Senhor por via do seu Ajudante de Campo, Conde da Foz, relativamente à sua residência em Turim, tinha tomada nessa conformidade todas as disposições necessárias, e parti na manhã daquele mesmo dia para Susa afim de receber alí a S. M. Um trem especial mandado pelo Companhia do Caminho de ferro Vitor Manuel, conduziu o mesmo Augusto Senhor a esta Corte.

Tendo permanecido aqui quatro dias, durante os quais recebeu o mais cordial acolhimento por parte da Família Real de Saboia, e visitou o que há de mais notável nesta cidade, partiu S.M. no dia 28 do sobredito mês para Génova, tendo eu a honra de acompanhar a S. M. segundo a sua determinação, como comuniquei a V. Exa. pelo telégrafo naquela data.

Em Génova demorou-se S. M. até ao dia 1º do corrente, visitando alí a S.A.R. o Príncipe Otão, e examinando o que aquella cidade oferece de mais notável.

Na noite do 1º do corrente partiu S. M. por via de Liorne, com direcção a Florença, aonde chegou na tarde de 2, segundo avisei a V. Exa. pelo telégrafo.

Foi nesta última cidade aonde S. M. se demorou mais tempo, permanecendo alí até ao dia 11. Neste intervalo de tempo teve o mesmo Augusto Senhor ocasião de examinar quasi tudo quanto em bellas-artes e antiguidades encerra de mais precioso aquella cidade, e posso assegurar a V. Exa. que os vastos conhecimentos de S. M. e a sua grande intelligência foram devidamente avaliados pelos celebres Artistas e professores que tiveram a honra de aproximar S. M. A afabilidade e bondade natural com que S. M. costuma acolher to-

dos, captivaram os ânimos das pessoas que lhe foram apresentadas, sendo muito gratas as recordações que El Rei o Senhor D. Fernando deixou em Florença.

Na manhã do dia 11, saiu S. M. desta cidade com direcção a Milão, passando por Pistoia e Bolonha. Em Pistoia achavam-se duas carruagens da Casa Real para com mais comodidades poder S. M. e a sua Comitiva atravessar a montanha que a separa de Vergato, onde novamente S. M. tomou o caminho de ferro para alcançar Bolonha, e prosseguir duas horas depois, para Milão aonde chegou na madrugada de 12 do corrente. Nesta cidade encontrou-se S. M., pela segunda vez, com S.A.R. o Príncipe Humberto, e havendo visitado alguns estabelecimentos notáveis, determinou partir para Veneza na manhã do dia 15. Tive a honra de me despedir nesta ocasião do mesmo Augusto Senhor, tendo previamente prevenido o meu colega na Corte de Viena para que houvesse de solicitar a expedição das ordens necessárias para o livre transito e entrada de bagagens de S. M. e comitiva nos Estados Austríacos.

Antes de partir de Milão para Turim, o que teve lugar horas depois de S. M. sair para Veneza, tinha-me o Visconde de Santa Quiteria avisado de se acharem expedidas as ordens às autoridades austríacas respectivas, no sentido por mim requerido. Era das reais intenções de S. M. demorar-se poucos dias em Veneza, retrocedendo dali pelo caminho de ferro a Milão para logo seguir para o lago de Como, passar depois à Suiça dirigindo-se para a Alemanha.

S. M. mostrou-se muito satisfeito do bom e cordeal acolhimento que encontrou neste país, não se querendo porém utilizar dos grandes e francos oferecimentos que Lhe foram feitos por parte de S. M. El Rei Vitor Manuel. Tanto nesta Corte, como em Génova, Florença e Milão, vieram as autoridades e personagens da Casa Real cumprimentar El Rei. Creio do meu dever levar ao conhecimento de V. Exa. que S. M. El Rei de Itália, querendo dar um testemunho da sua Real satisfação pela visita de El Rei o Senhor Dom Fernando, houve por bem conferir a Grã-Cruz da Ordem de S. Mauricio ao Conde da Foz, Camarista e Ajudante de Campo do mesmo Augusto Senhor, e a Comenda da mesma Ordem ao seu médico Barão Kessler.

Os respectivos diplomas e insignias foram aqui entregues aos agraciados.

Em consequência dos serviços prestados com summa assiduidade a S. M. El Rei o Senhor Dom Fernando pelo Marquês Paolo Fe-

roni, Director da Galeria *degli Uffizi* e do outros estabelecimentos de belas-artes de Florença, manifestou-me o mesmo Augusto Senhor quanto lhe seria grato que o dito Marquês fosse contemplado com o grau de Comendador de uma ordem portuguesa, e bem assim que Alfredo Bachelet, chefe do movimento do caminho de ferro Vitor Manuel, que teve a honra de ir a Susa com um trem especial buscar S. M., fosse também agraciado com o grau de Cavaleiro de uma Ordem portuguesa.

Cumpre-me portanto dar disto conhecimento a V. Exa. para os fins convenientes.

.....

XXV

19 de Julho de 1863

... A questão que no momento se debate entre o Gabinete francês e italiano em consequência da captura de cinco individuos a bordo do vapor postal francês *Aunis* nas aguas de Génova, e a que me referi no telegrama que hoje tive a honra de transmitir a V. Exa. segue, como disse, os tramites legais, e parece encaminhar-se a uma solução amigável, segundo me comunicou esta manhã o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Já há dias que a imprensa se ocupa de tão sério incidente; não quiz porém tocar nele a V. Exa. sem primeiro ver o Senhor Visconti-Venosta, afim de que com exactidão o relatar a V. Exa. Eis aqui o que acerca deste negócio me consta oficialmente.

Tendo o Prefeito de Génova tido aviso de que a bordo do vapor postal francês *Aunis* chegado àquele porto, vindo do sul, se achavam cinco indivíduos, súbditos italianos, todos malfeitores e já condenados pelos tribunais do seu país, os quais se haviam embarcado em Civitavecchia e se dirigiam a Marselha, mandou força armada a bordo do dito vapor para capturar aqueles individuos. Na ausência do 1º Comandante, o seu segundo fez objecção à entrega dos mesmos individuos mas tendo o Prefeito recorrido, neste intervalo, ao Consul Geral da França em Génova para que desse o seu assentimento àquela captura, anuiu este último à requisição que lhe era feita, em vista do que se verificou a entrega dos cinco individuos à força armada italiana, a qual os conduziu para terra, metendo-os numa das prisões daquele porto. Isto feito, preveniu o Prefeito do ocorrido ao Ministro do Reino, e este desaprovou o passo que aquele dera como sendo irregular. Por outro lado, o governo francês desaprovou

também o procedimento do seu Consul, e desde logo exigiu que os presos fossem restituídos a bordo do vapor *Aunis*. O governo italiano objectou à restituição, alegando a legalidade com que fôra feita a prisão. Parece porém que o Gabinete francês não concordando com a opinião deste governo propusera que aqueles individuos, sendo de novo embarcados, seriam presos pelas autoridades apenas chegassem a Marselha, verificando-se desde logo a sua extradição em conformidade das convenções entre os dois países.

Este arbítrio, conquanto à primeira vista pareça muito razoável, creio que este governo nem mesmo o pode aceitar nas circunstâncias presentes, em vista da excitação dos ânimos em Itália para com a França; e, como me observou o Senhor Visconti-Venosta, se o governo francês não usasse de certa moderação, e mesmo de alguma generosidade, a consequência seria de ver rejeitados *in limine* pelo parlamento italiano, o tratado de comércio e a convenção de navegação entre os dois países, actualmente submetido à aprovação da Câmara dos Deputados, e manifestar-se um verdadeiro esfriamento nas relações entre as duas Potências. É isto que se pretende evitar, e por isso os respectivos governos procurariam todos os meios possíveis para resolver satisfatoriamente este novo ponto de direito marítimo, cuja solução definitiva se espera que tenha lugar brevemente.

.....

## XXVI

24 de Julho de 1863

... Em aditamento ao que tive a honra de comunicar a V. Exa. relativamente à questão suscitada pela captura de cinco malfeitores italianos a bordo do vapor postal francês *Aunis* nas aguas de Génova, cumpre-me hoje confirmar o que anteriormente anunciei acerca da solução amigável que se esperava tivesse a mesma questão.

Em vista das ilegalidades cometidas com aquela captura pela autoridade superior de Génova, e do procedimento irregular do Consul de França residente naquele porto, força foi procurar um meio conveniente que, sem quebra de dignidade para as duas partes, terminasse satisfatoriamente tão desagradável ocorrência.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros submetendo ontem à Câmara dos Deputados os documentos relativos à mencionada captura, annunciou ao mesmo tempo que os cinco malfeitores (que qualificou de assassinos) haviam sido ontem mesmo entregues, no Monte Ce-

nisio, à autoridade franceza, e que o pedido da extradição deles havia igualmente sido feito. Resta agora a cumprir-se certas formalidades para que os mencionados individuos, tidos actualmente em custodia em França sejam devidamente restituídos ao poder judiciário em Itália. A Câmara dos Deputados recebeu com agrado as explicações dadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, e nenhuma discussão se seguiu sobre o assunto apesar dos receios que o governo tinha de que o lado esquerdo da Câmara aproveitaria do ensejo para atacar o Gabinete, pelo acôrdo concluído com o governo francês em relação à entrega acabada de fazer-se às autoridades francezas, dos acima mencionados individuos, subditos italianos. Logo que se achem publicados os documentos diplomáticos, de que neste officio faço menção, terei a honra de os transmitir a V. Exa.

.....

## XXVII

25 de Julho de 1863

... Apenas recebi ontem o despacho de V. Exa. acompanhando cópia do officio do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria relativamente à Convenção Postal celebrada com este país, fui logo procurar o Ministro dos Negócios Estrangeiros e representei-lhe contra a falta de cumprimento, por parte da Administração do Correio de Itália, das clausulas estabelecidas na dita Convenção, a qual devia ter entrado em vigor no dia 1º do corrente mês; acrescentei que era tanto mais para estranhar semelhante falta, que as ratificações da mesma convenção haviam de há muito sido trocadas. Respondeu-me S. Exa. que se tivessem seguido os tramites legais, não se teria ainda feito aquella troca, porque a aprovação do Parlamento devia tê-la precedida, e que se o governo italiano prescindiu daquela formalidade foi porque se tratava com uma Potência amiga e aliada.

Que êle Ministro tinha instado várias vezes com o Relator da Comissão da Câmara dos Deputados para apresentar o competente relatório, mas que uma série de negócios tinha desviado a Câmara de se ocupar daquelle objecto. Que ele ia contudo pedir a urgência, e que por estes dias a Convenção passaria numa e noutra Casa do Parlamento. Que isto feito, annuncio seria transmitido immediatamente pelo telegrafo a Lisboa para declarar em vigor aquella Convenção.

Voltei esta manhã a ver o Senhor Visconti-Venosta que me confirmou o que ontem me annunciara, e acrescentou que espera que

hoje ou amanhã fosse apresentado o Relatório, tendo não só falado com o relator de Comissão, senão também combinado com o Presidente do Conselho para fazer passar quanto antes nas Câmaras a Convenção postal com Portugal.

.....

## XXVIII

12 de Agosto de 1863

... Cumpre-me participar a V. Exa. que é na sessão de 1º do corrente que passou na Câmara dos Deputados por 199 votos contra 8 a Convenção Postal entre Portugal e a Itália, e que havendo a mesma sido apresentada na sessão do dia 3 do corrente, só em 7 é que ali foi aprovada por 74 votos contra 1, não tendo o Senado celebrado sessão desde aquele dia até 6.

Recebendo pois o telegrama de V. Exa. do dia 7, respondi logo que a Convenção tinha passado nas Câmaras (no Senado acaba de passar) e que se daria aviso para que a mesma entrasse quanto antes em vigor porque assim havia eu combinado previamente aqui com o governo. No dia seguinte, 8 do corrente, sendo dia de recepção do Ministro dos Negócios Estrangeiros, disse-lhe que V. Exa. me havia perguntado na vespera pelo telégrafo se a Convenção tinha já passado nas Câmaras, e que a minha resposta fora afirmativa. Disse-me ele então que se estava lavrando o Decreto do costume para a publicação na *Gazeta Oficial* da Convenção Postal, e que como S. M. El Rei Vitor Manuel só vinha a Turim na terça-feira, 11 do corrente ele submeteria nesse dia o Decreto à assinatura Real. Mas que isto não impedia que o governo de S. M. puzesse desde já em execução a dita Convenção. Pela minha parte não achava inconveniente em que assim se fizesse, porquanto a correspondência que viesse de Portugal, já franqueada, não poderia chegar à Itália senão depois de aqui publicada a Convenção e de cumpridas todas as formalidades para a sua execução no Reino de Itália. Nesta conformidade não me demorei em prevenir a V. Exa. pelo meu telegrama do dia 8, de que a Convenção Postal podia desde já entrar em vigor. Depois daquele dia não tornei a vêr o Snr. Visconti-Venosta; ontem porém fui avisado pelo Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros que a Administração das Postas representara ao governo que, em consequência da nova contabilidade com a administração portugueza, não era possível pôr já em vigor a convenção, e que entendera

convidar aquella administração para fixar o termo da sua execução, o qual seria o dia de 1° de Setembro próximo. Em vista do que levo exposto, tive a honra de expedir a V. Exa. o meu telegrama em data de ontem, para justificar o meu anterior do dia 8.

A recente Convenção Postal, assinada em Dezembro último, entre a Itália e a Bélgica, e aprovada ao mesmo tempo que a nossa, presumo que entrará também em vigor no dia 1° do próximo mês de Setembro.

.....

## XXIX

12 de Agosto de 1863

... Ontem houve sessão nas duas Casas do Parlamento italiano, para uma comunicação do governo. O Ministro do Reino leu o decreto prorrogando as Câmaras; — posteriormente será publicado outro Decreto determinando a época da sua convocação, a qual parece deve ter lugar em Novembro.

Como na primeira parte da actual sessão legislativa foram apresentados, discutidos e aprovados vários importantes projectos de lei só aguardo a sua publicação na *Gazeta Oficial*, como lei do Estado, para as enviar successivamente a V. Exa.

Hoje pelo correio remeto, cintada a *Gazeta Oficial* de 10 do corrente contendo a Convenção Consular celebrada entre o Brasil e a Itália em 4 de Fevereiro do corrente ano. Sir James Hudson, Ministro da Gra-Bretanha em Itália vai terminar a sua missão, sendo substituído por Mr. Henry Elliot, que esteve acreditado anteriormente em Nápoles naquella qualidade.

O Barão Rosenkrantz, Encarregado de Negócios de Dinamarca em Itália, acaba de chegar a esta Capital, e já assumiu as funções do seu cargo. Há muito que a Dinamarca não tinha aqui uma Legação permanente.

.....

## XXX

12 de Agosto de 1863

... Por via do 1° Adido a esta Legação, o Snr. Manuel Alves Guerra, que chegou a esta Corte na noite do dia 7 do corrente, tive a honra de receber o despacho de V. Exa. Apressêi-me a anunciar

ao actual Ministro dos Negócios Estrangeiros que S. M. El Rei, conformando-se com a nova ou segunda proposta apresentada pelo seu antecessor, houvera por bem conceder as Condecorações solicitadas, e que V. Exa. acabava de enviar-me os respectivos diplomas, que desde já eu lhe entregava, reservando-me apresentar-lhe as competentes insignias logo que as recebesse.

Que tendo-se pois o dito seu antecessor comprometido a conseguir que El Rei de Itália, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, mandasse pôr à disposição do seu Augusto Genro mais algumas Condecorações, porquanto as que S. M. El Rei havia concedido excediam o número daquelas que primeiro foram solicitadas pela nossa parte, eu confiava que S. Exa. me indicasse qual o número das condecorações que, pelo Ministério a seu cargo, seriam postas à disposição do meu Soberano.

Aguardo pois uma resposta sôbre êste particular, que terei a honra de comunicar imediatamente a V. Exa.

Passando a responder ao resto do despacho de V. Exa. cumprimento observar que os oito diplomas, a que V. Exa. se refere, foram por mim transmitidos a V. Exa. com o meu officio de 19 de Janeiro do corrente ano, ficando assim satisfeita a remessa completa tanto de insignias como de diplomas concedidos por S. M. El Rei de Itália a favor dos súbditos portuguezes propostos, até ao presente, para condecorações por ocasião do fausto Consorcio de S. M. El Rei. Por este lado nada temos a reclamar, restando só indicar oportunamente os nomes das pessoas que de novo forem propostos para serem agraciados. Devo porém notar a V. Exa. que houve pela nossa parte um pequeno esquecimento a favor do poeta João Prati, incluído na relação n. 4 que acompanhou o meu officio de 11 de Janeiro do corrente ano, sendo êle o único dos individuos, mencionados naquella relação, que deixou de ser contemplado. É êle autor do canto histórico intitulado *Amedeo VI di Savoia ossia il Conte Verde*, que escreveu expressamente para a ocasião do Regio Consorcio, por ordem do governo italiano. Desta obra foram entregues em Génova a S. M. a Rainha dois riquíssimos exemplares, sendo um para S. M. El Rei; cabendo-me posteriormente a honra de remeter a V. Exa., bem como a todos os dignos colegas de V. Exa. um exemplar do sobredito canto histórico a pedido do Presidente do Conselho de Ministros, naquella época, o Comendador Rattazzi.

Entre os diplomas que V. Exa. se serviu remeter-me, encontro o de Sereno Frederico, Secretário do Ministério de S. M. El Rei de

Itália, o qual acompanhou a Lisboa a S.A.R. o Príncipe Humberto. Creio que, por omissão, deixou de passar-se igual diploma a favor de Paulo Luís Petrino, também Secretário do sobredito Ministério, que foi igualmente a Lisboa. Tenho tido várias reclamações a favor deste indivíduo, e apesar dos passas que dei vejo que ele foi esquecido. Sei porém que se lhe prometera a mesma mercê que foi concedida a Sereno Frederico, isto é o habito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, apesar de ser mais graduado de que êste. Assim mo assegura a Senhora Condessa de Villamarina, que muito se interessa pelo dito Petrino.

Também encontrei entre os diplomas, os que vão destinados a Adolo Kaula e ao Capelão Francisco Parella, cuja remessa V. Exa. me havia anunciado. Não sucede porém assim com o diploma do Cavaleiro João Baptista Adiani, a quem S.M. houve por bem conceder o grau de Comendador da Ordem de S. Tiago, conforme V. Exa. se serviu participar-me no sobredito despacho..., mas que espero V. Exa. terá a bondade de me remeter brevemente. Veio contudo o diploma de cavaleiro da Ordem de Cristo para Carlos Notari Pierni, doutor em Medicina, de quem nesta Legação não há notícia alguma, e que por êsse motivo conservarei em meu poder até receber ultteriores ordens de V. Exa.

Os mais diplomas recebidos vão tendo o devido destino, e só me resta rogar a V. Exa. se sirva dizer-me quando me serão remetidas as insignias, para serem entregues aos novos agraciados.

.....

### XXXI

17 de Agosto de 1863

... A exoneração de Sir James Hudson, do cargo de Ministro da Grã-Bretanha junto de El Rei de Itália causou neste país, além de grande surpresa, muita sensação, e provocou por parte da imprensa inglesa virulentos artigos contra o próprio governo. Grande parte do público quiz logo vêr neste acontecimento uma mudança na política inglesa em Itália; mas nisto equivocou-se porque nem o Gabinete britânico, deixa de seguir a mesma marcha política que até agora tem observado, senão que o sucessor de Sir James Hudson, que, como tive a honra de participar a V. Exa. é Sir Henry Elliot, sempre se mostrou estrênuo defensor da Itália, continuando assim as tradições de família como, descendente que é de Lord Minto.

Quanto a mim, não hesitei desde o primeiro momento em atri-

buir a êste acontecimento uma conveniência de família; Lord John Russell quiz conservar seu cunhado na Itália, aonde o clima parece ser-lhe muito vantajoso. Há mais de um ano que esteve para ter lugar a substituição de Sir James Hudson por Sir Henry Elliot nesta Corte, oferecendo-se ao primeiro a Embaixada de S. Petersburgo ou a missão de Constantinopla. Sir James Hudson não aceitou nenhuma delas, e solicitou do seu governo que, faltando-lhe pouco para completar o tempo de serviço que lhe dava direito à sua reforma, lhe permitisse de o terminar nesta Corte. O Gabinete britânico anuiu a este pedido, e Sir James Hudson foi aqui conservado. Agora porém, que está preenchido aquele prazo, não se demoraram em dar a exoneração a Sir James Hudson apesar de êle se ter oferecido de continuar no serviço activo. E isto é tanto menos para admirar, que é certo que Sir James Hudson sempre teve poucas simpatias no Foreign Office, e que não têm sido poucas, desde certa época, as diligências empregadas pelo Gabinete francês para a sua remoção desta Corte. Lord John Russell, pois, aproveitou da ocasião não só para fazer uma coisa agradável àquele Gabinete, senão também para empregar num posto importante o seu cunhado Sir Henry Elliot, que é esperado nesta Corte no próximo mês de Setembro.

.....

## XXXII

18 de Agosto de 1863

...Na *Gazeta Official* deste Reino de 15 do corrente vem publicado o decreto Real mandando dar execução à Convenção Postal concluída em Lisboa em 10 de Dezembro último entre Portugal e a Itália.

No dia 15 do corrente, aniversário de festa de S. M. o Imperador dos franceses, houve segundo é prática missa e Te Deum a que assistiram o Representante francês nesta Corte, todo o pessoal da Legação e subditos franceses aqui residentes, e bem assim um grande número de indivíduos dos condecorados com a Medalha de Santa Helena. À tarde deu o Conde de Sartiges um jantar aos membros do Gabinete italiano e do Corpo Diplomático e a alguns altos funcionários da Corte. O Ministro dos Negócios Estrangeiros propoz a saude do Imperador dos Franceses, que o Ministro da França retribuiu propondo a saude de El Rei de Itália, e a dos Soberanos e Chefes de Estado amigos e aliados da França.

.....

...Demetrio Canzani, gravador e professor no gabinete da Casa da Moeda de Turim, o qual executou a medalha comemorativa do Augusto Consorcio de S. M. El Rei, acaba de me entregar os modelos que fez daquela medalha, desejando oferecê-los ao mesmo Augusto Senhor. Igualmente entregou para o mesmo fim duas medalhas em prata, que ele gravou por ordem do governo italiano, sendo uma para comemorar a abertura do Primeiro Parlamento italiano, sendo outra para a unificação da moeda neste Reino. Além destas duas, também me entregou outra medalha, (não em prata) que êle gravou por ordem do governo pontifício, representando a famosa Cartuxa de Pisa, templo unico pela pureza do estilo corintio e gótico. De todos êstes objectos, acompanhados de uma Carta do sobredito Demetrio Canzani, formei um maço dirigido a S. M., que envio pela Legação em París, e que rogo a V. Exa. se sirva fazer chegar ao seu alto destino. Juntamente com o dito maço remeto a V. Exa. para seu uso particular, o exemplar da obra do advogado Bartolomeu Fiani, que V. Exa. me requisitou (8). Aproveitei a ocasião para transmitir a V. Exa. o extracto official da Câmara dos Deputados, contendo o interessante relatório da Comissão de inquerito àcerca da *brigandagem* nas províncias meridionais do Reino de Itália.

.....

...Inclusa tenho a honra de enviar a V. Exa. por cópia, a carta que o Barão Gaudenzio Claretta me dirigiu em 27 do corrente, pedindo-me de solicitar a autorização necessária afim de êle poder oferecer a Suas Majestades El Rei e a Rainha, uma obra que está publicando, e que tem por título *Notizie Storiche intorno alla vita ed ai tempi di Beatrice di Portogallo, Duchessa di Savoia*.

O Barão Claretta, pessoa minha conhecida, é pertencente à nobreza piemontesa, homem independente, tem tido a delicadeza de me vir procurar repetidas vezes, para me mostrar o seu manuscrito, e consultar-me sôbre o modo da sua publicação; e não hesito em

---

(8) L'opera si intitolava: *Della Polizia*.

avançar que esta obra agradará por certo a Suas Majestades, e será bem aceite em Portugal.

É nesta convicção que eu tenho a honra de de rogar a V. Exa. se sirva tomar as ordens de Suas Majestades sôbre esta pretensão.

.....

### XXXV

21 de Setembro de 1863

... Tenho a satisfação de anunciar a V. Exa. que já há dias foram restituídos na fronteira (Monte Cenisio) às autoridades italianas os cinco individuos tomados a bordo do Vapor francês *Aunis* nas águas de Génova, e depois entregues às autoridades francesas até se cumprirem todas as formalidades para a sua extradição. A solução pois deste grave incidente foi tão amigável como tive a honra de anunciar. A notícia da restituição daqueles malfeitores de última espécie não deixou porém de causar grande surpresa, por isso que durante algum tempo tinha-se epalhado que tal restituição não teria lugar, e era exactamente da Legação de França nesta Corte que o boato partira. Este governo contudo nunca perdeu a esperança de que aqueles individuos haviam de ser restituídos. Esta notícia junta a outra recente da apresentação à força militar dos principais chefes dos bandos de salteadores, que há muito infestam as províncias meridionais, tais como Croco Donatello, Ninco-Nanco, Caruso, Tortora, etc., os quais pediram salvo-condutos para poderem reunir todos os seus adherentes afim de virem constituir-se prisioneiros, dará em resultado a aniquilação, em grande parte, da chamada brigandagem; e estou convencido de que para semelhante fim, não deixam de concorrer poderosamente as seguintes duas circunstâncias. A primeira é o terem-se as forças francesas estacionadas nos dominios pontificios, apoderado, neste últimos tempos, de muitos chefes de salteadores, entregando-os aos seus próprios tribunais militares os quais os têm condemnado, segundo os delitos de que são reus.

A segunda é a comutação em dois graus abaixo da pena incorrida, segundo a nova lei sôbre a *brigandagem*, a todos aqueles que se apresentarem voluntariamente às autoridades legais. Não duvido também que o descorçoamento dos salteadores, por não verem cumpridas todas as promessas de reforços, de armamentos e de dinheiro, por parte dos Agentes bourbonicos em Roma, seja um dos motivos que os induz a submeter-se.

.....

## XXXVI

28 de Setembro de 1863

... Creio do meu dever expor sinceramente a V. Exa. a minha opinião acerca do Corpo Consular português em Itália.

Antes da formação do actual Reino de Itália e até ao presente, 4 eram os Consules gerais que Portugal tinha na península itálica: um para o Reino da Sardenha com residência em Génova; o segundo para o Grão-Ducado da Toscana, com residência em Liorne; o terceiro para os Estados Pontifícios, com residência em Roma; e o quarto para o Reino das Duas Sicílias, com residência em Nápoles, dependendo de cada um destes Consulados gerais os Consulados e os Vice-Consulados estabelecidos nos diversos pontos do território pertencente àqueles Estados. Conquanto considere uma tal organização bem fundada em relação à anterior divisão política desta península, estou porém convencido da necessidade da sua reforma em presença da transformação que sofreu este país. Não pretendo com isto dizer que se deixe de respeitar direitos adquiridos; pode-se a meu ver conseguir a reforma gradualmente, não se preenchendo as vagaturas dos actuais Consules gerais, que no futuro ocorram por falecimento, desistência ou outro qualquer motivo. Tomando por base a organização consular existente na península itálica, sou de todo de opinião de conservar um único Consul Geral no Reino de Itália, tornando dêle dependente todos os Consules e Vice-Consules acreditados neste Reino.

Poder-se-ia, sem inconveniente, nomear agora um Consul ou Vice-Consul no porto de Liorne, e tanto êste como todos os outros que até (agora) dependiam do Consulado geral naquele porto, ficarem subordinados de ora em diante ao Consulado Geral em Génova.

.....

## XXXVII

29 de Setembro de 1863

... Tenho a honra de anunciar a V. Exa. a chegada a esta Corte do Snr. Conde de Lavradio no dia 21 do corrente. Conquanto S. Exa. tencionasse demorar-se só dois dias aqui, prosseguindo logo na sua excursão pela Itália, e regressando no próximo mês de Novembro por esta Capital, viu-se de certo modo obrigado a prolongar a sua estadia em Turim, afim de ser recebido por El Rei Vitor Manuel,

quando S. M. voltou das manobras no Campo de Somma e em Milão, as quais tiveram lugar nos dias 21, 23 e 24 do corrente mês. S. Exa. recebeu convite, apenas aqui chegado, para ir assistir àquelas manobras, oferecendo-se-lhe mesmo um alojamento no paço real de Milão; o que S. Exa. declinou, agradecendo muito o acto de delicadeza que para com êle se praticava, e manifestando ao mesmo tempo a sua intenção de aguardar pelo regresso de El Rei, para Lhe apresentar os seus respeitos. Ontem da manhã teve S. Exa. audiência do Soberano, e partia hoje para Milão, contando passar dalí a Veneza, e retroceder depois, continuando para Bolonha, Florença, Roma e Nápoles. O Snr. Conde de Lavradio recebeu aqui tanto da parte de S. M. El Rei de Itália, como do seu governo o mais cordeal acolhimento.

Em datã de 20 do corrente dirigiu o Ministro dos Negócios Estrangeiros um convite ao Corpo Diplomático para assistir nos dias 23 e 24 às manobras da tropa e revista que lhe passou S. M. El Rei de Itália em Milão. Fui obrigado a escusar-me ao convite, em consequência de me ter achado de cama por causa de um incomodo de garganta, de que hoje me acho de todo restabelecido.

As manobras executadas tanto no campo de Somma por 51 baterias de artilharia no dia 21, como em Milão pela infantaria nos dias acima referidos, e pela cavalaria e artilharia em força de 15.000 homens nada deixaram a desejar; e o entusiástico acolhimento que teve El Rei Vitor Manuel por toda a parte, foi ainda maior que quando S. M. entrou pela primeira vez em Lombardia. Nos quatro números inclusos do jornal *L'Italia Militare* encontrará V. Exa. interessantes notícias de quanto se passou em Somma e Milão.

A imprensa tem-se occupado ultimamente do grave incidente que se deu em Nápoles com o Cônsul pontifício alí residente. Tem havido grande controversia a tal respeito, ora atacando-se o governo pontifício pelo seu procedimento de retirar, sem motivo, o *exequatur* ao Cônsul italiano em Roma, ora censurando-se o governo italiano pelo modo porque se houve para com o sobredito Cônsul pontifício. Creio que a V. Exa. fácil será conceber de que lado estão a razão e a justiça pela simples leitura do incluso relatório, que precede o decreto retirando o *exequatur* a todos os Cônsules, Vice-Consules e Agentes consulares da Santa Sé residentes nos Estados italianos a título de represalia.

.....

Pela mesma via remeto um maço contendo a marcha italo-portuguesa, e um exemplar do tratado de instrumentação de Giacomo Conterno, Mestre de música do 1º Regimento de Infantaria do exército italiano.

Aproveito igualmente da partida da sobredita embarcação para enviar a V. Exa. um pequeno caixote contendo os exemplares da Obra do Barão Claretta intitulada *Notizie Storiche intorno alla vita ed ai tempi di Beatrice di Portogallo, Duchessa di Savoia...* Aqueles exemplares são destinados a SS.MM. El Rei e a Rainha, a El Rei D. Fernando, e a V. Exa. aos quais o Barão Claretta (envia) uns exemplares de outra obra sua, também destinados aos mesmos Augustos Senhores.

Não duvidando da aceitação, por parte dos mesmos Augustos Senhores, de obras de tanto merecimento como estas, não hesitei em remetê-las a V. Exa. conquanto não recebesse ainda resposta ao pedido contido no meu supracitado officio.

.....

### XXXVIII

30 de Setembro de 1863

... A grata notícia, com tanta ansiedade aqui esperada, do feliz successo de S. M. a Rainha, transmitida por V. Exa. por via telegraphica, às 2h. 30m da tarde, foi por mim recebida ontem às 6h. 40m da tarde. Logo, pela mesma via, me apressei a pedir a V. Exa. de beijar a mão a SS.MM., congratulando-me com o governo e com o País por tão auspicioso motivo. A minha leal e decidida dedicação pelo meu Soberano, e a pequena parte que me coube a distintissima honra de tomar no seu Real Consórcio, aumentaram se é possível, o vivissimo interêsse que tomava pelo feliz resultado que acabamos de experimentar de tão festejado enlace. No momento de tão grande regosijo, digne-se V. Exa. em nome dos membros desta Legação e suas respectivas Senhoras, beijar respeitosamente a mão a Suas Majestades, e depositar aos pés do trono os mais leais e fervorosos votos pela saude de S. M. a Rainha e do Augusto recém-nascido Principe (9).

.....

---

(9) La partecipazione del Duca di Loulé era redatta nei seguenti termini:

« Tenho a satisfação de participar a V.Sia. que Sua Majestade a Rainha deu à luz um Principe com o mais feliz successo, hoje pela uma hora e trinta e cinco minutos da tarde. Tanto Sua Majestade a Rainha como o Principe Recém-nascido estão felizmente na melhor disposição.

Deus guarde a V.Sia. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 28 de Setembro de 1863 - Duque de Loulé (Archivio cit.).

... Cumpre-me ter a honra de participar a V. Exa. que, na conformidade da autorização que V. Exa. se serviu dar-me, foi hoje celebrado na Igreja de S.ta Teresa desta Cidade, um solene Te Deum em acção de graças pelo feliz successo de S. M. a Rainha, e nascimento do futuro successor da Coroa.

Apesar de se achar ainda ausente da Capital a maior parte das pessoas da Corte, funcionários públicos e alta Sociedade, contudo a concorrência foi além do que se poderia esperar, atenta aquella circumstância; sendo forçoso não exigir a comparência de uniforme afim de que o número dos assistentes não ficasse demasiado reduzido.

Dos Cavaleiros da Ordem da Santissima Anunciação compareceu o único presente em Turim, o General Hector Gerbaix de Sonnaz. Do Ministério não faltou um só Ministro. Do Corpo Diplomático estavam presentes os Representantes da Bélgica, da Rússia, da Turquia, da França, da Espanha, com vários membros das respectivas legações; faltaram o Representante da Grã-Bretanha, por lhe ser prohibido concorrer a qualquer função religiosa no estrangeiro, e os outros Representantes ainda ausentes de Turim.

Citarei finalmente o Ministro da Casa do Rei o Prefeito do Palácio, o 1º Secretário do Grão Magistério da Ordem Mauriciana, dois ajudantes de Campo e alguns officiaes ás ordens de El Rei de Itália, alguns Generais, várias pessoas de distincção e certo número de funcionários públicos etc., etc. Durante a missa resada tocou o orgão da Igreja, sendo o Te-Deum cantado com acompanhamento de grande orquestra.

O interior da Igreja estava bem ornado, e no exterior por cima da porta principal foi collocada em caracteres grandes a inscrição de que inclusa achará V. Exa. uma cópia.

Tudo se passou com a maior ordem e regularidade, tendo o Commandante da Divisão mandado um forte destacamento de Artilharia para a policia exterior, e o Sindico uma força da guarda nacional para a policia interior da Igreja.

Esta noite iluminar-se-à a Casa da Legação de S. M.

.....

12 de Outubro de 1863

... No dia 9 do corrente veio procurar-me o Com.dor Cerruti, encarregado das funções de Secretário Geral no Ministério dos Negócios Estrangeiros, para me pedir em nome do Ministro respectivo, de officiar ao Cônsul de Portugal em Roma para que haja de entregar ao Snr. Severn Cônsul da Grã-Bretanha naquela residência, as caixas seladas contendo os documentos que formam os arquivos da Legação e Consulado Geral de Itália, as quais, com previa autorização do governo de S. M. haviam sido confiados ao nosso sobredito Cônsul. Disse-me o Com.dor Cerruti que o motivo porque se pedia a entrega, era para que o Cônsul britânico as expedisse immediatamente para Turim por um correio expresso, por isso que entre aqueles papeis se encontram documentos importantes sôbre liquidação os quais era necessário ter aqui á mão. Respondi ao Com.dor Cerruti que com muito gosto me prestaria aos desejos do governo de S. M. El Rei de Itália, mas que em vez de me dirigir directamente ao Cônsul de Portugal em Roma, que não era meu subordinado, eu officiaria ao Embaixador de S.M.F. junto de Sua Santidade para que houvesse S. E. de dar as suas ordens ao dito Cônsul, conforme era solicitado. Neste sentido, pois, escrevi ao Exm. Sr. Duque de Saldanha, e confio que brevemente estarão nesta Corte as ditas Caixas.

.....

... Ontem á noite fui entregue do telegrama que V. Exa. se dignou enviar-me, e muito julgo de saber que Suas Altezas Reais os Principes Amadeu e de Carignano chegaram a essa Capital de perfeita saude.

O novo Ministro da Grã-Bretanha nesta Corte, Sir Elliot, apresentou ontem a S. M. El Rei de Itália as suas credenciais.

.....

2 de Novembro de 1863

... Querendo aproveitar da partida do vapor francês que no dia 5 do corrente deve largar do porto de St. Nazaire para Lisboa, afim de poder fazer chegar ás mãos de V. Exa. com mais brevidade este officio, acompanhando o projecto incluso de um tratado de Comercio

e navegação entre Portugal e a Itália, oferecido por este governo, vejo-me obrigado a escrever a V. Exa. com menos extensão do que o objecto o requer, atenta a estreiteza de tempo que medeia entre a entrega e a expedição daquele projecto. Limitar-me-ei pois a poucas observações, não tendo tido o tempo sufficiente de examinar detidamente semelhante trabalho.

O governo italiano tem concluido e está concluindo com as diversas Potências tratados de Comercio e de navegação, cuja base é a mais ampla liberdade quer numa quer noutra cousa.

Para que o governo de S. M. possa melhor ajuizar do que levo dito, julgo conveniente incluir os três recentes tratados concluidos entre a Itália e a França, Grã-Bretanha e Suecia, achando-se igualmente assinados outros com a Bélgica, Rússia, Turquia e creio que também com os Países-Baixos. Da simples leitura que me coube fazer do projecto em questão, facil é prever algumas objecções que encontrará da nossa parte, atento o sistema restritivo que ainda existe entre nós, e que, segundo a minha humilde opinião, permita-me V. Exa. que eu assim o declare com toda a franqueza, impede com especialidade o desenvolvimento infalível da nossa navegação. Digo desenvolvimento infalível, porquanto estou intimamente convencido de que Portugal não cede a ninguem, e por conseguinte nada tem a recear, pelo lado de seus destemidos marinheiros, das suas boas e solidas construções maritimas e da sua navegação económica. Entendo pois que estabelecida a igualdade de bandeira, temos tudo a ganhar e nada a perder.

Quanto aos artigos do projecto que se referem aos Cônsules sou de parecer que, ou se lhes dê maior desenvolvimento na redacção, ou suprimindo-os totalmente se negocie á parte uma Convenção puramente Consular, adoptando-se por base a que foi concluida entre Portugal e o Brasil em 4 de Abril do corrente ano.

Acho mesmo de suma conveniência que sejam quanto possível definidos os privilegios, prerrogativas, imunidades e atribuições Consulares, tanto mais que é certo que constantemente se oferecem questões na maior parte dos países a tal respeito, que nem sempre se decidem como conviria que o fossem.

O projecto apresentado e concebido no mesmo espirito de liberdade do comercio e de navegação que o governo italiano tem procurado introduzir nas suas relações internacionais com as mais Potências, pode ser considerado pelo governo de S. M. como um simples preliminar e provocar da sua parte quaisquer observações que, juntas

aos necessários Pleno Poderes que solicito agora, me habilitarão a entrar em negociações para conclusão de um novo tratado de commercio e de navegação entre os dois países, se assim o entender o governo de S. M.

.....

## XLII

23 de Novembro de 1863

... Munido da autorização que por via telegrafica V. Exa. se serviu expedir-me em 3 do corrente, aguardei o convite, já anunciado, para acompanhar a S. M. El Rei de Itália a Nápoles. No dia 6 pela volta das 2½ da tarde, recebi aquella comunicação da parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros, e declinando o convite da empresa dos caminhos de ferro meridionais para assistir á inauguração da via ferrea de Ortona a Foggia, segundo deliberação tomada com os meus colegas, por causa dos incomodos e dos embaraços que necessariamente havíamos de causar e sofrer, sobretudo no trajecto de Foggia a Nápoles em carruagem de posta, fiz os necessários preparativos para partir de Turim no trem das 6 da tarde para Génova, aonde pernoitei. E aceitando por outro lado o convite do governo italiano para tomar passagem a bordo do barco a vapor *Cristoforo Colombo*, fretado pelo mesmo governo, embarquei na manhã de 7 juntamente com vários ajudantes de Campo e Officiais ás ordens de S. M. El Rei de Itália. Tendo largado de Génova às 9 horas, démos fundo no porto de Nápoles no dia 8 pela 1 hora da tarde, depois de uma rapida viagem de 27 horas. S. M. El Rei Vitor Manuel, tendo partido de Turim no mesmo dia 8 por via de terra, fez a sua entrada em Nápoles na tarde de 11, e apesar dos frequentes aguaceiros que se succediam desdo o romper do dia, as ruas e as praças por onde S. M. devia passar, estavam apinhadas de gente. El Rei foi muito vitoriado tanto no trajecto para o Palácio, como depois quando appareceu á janela.

À noite houve Teatro de Gala; ocupavam a tribuna real S. M. com os Principes Humberto e Amadeu á direita, e o Principe Eugenio de Carignano à esquerda. Em dois camarotes laterais achavam-se os membros do Corpo Diplomático, faltando apenas o Ministro dos Estados Unidos da America, por estar ausente de Itália, e o Encarregado de Negócios de Espanha, por declinar o convite.

No dia 12 houve jantar no Paço sendo convidado o Corpo Diplomático, seguindo-se nessa noite um baile dado por um dos Clubs

de Nápoles a que assistiu El Rei, os Principes, a Corte e o Corpo Diplomático.

A revista naval que devia ter lugar depois da chegada de S. M. El Rei Vitor Manuel, teve de ser adiada, em consequência do mau tempo, até ao dia 16. A nota inclusa mostra a força maritima que foi passada em revista. Houve á noite o segundo jantar ao Corpo Diplomático, findo o qual appareceu iluminada a esquadra italiana, espectáculo êste de que gozaram os convidados do terraço do palácio.

Pelas 8 horas da manhã de 17 passou El Rei revista á guarda nacional napolitana, em força de uns 15.000 homens, e às 11 horas embarcou na fragata Maria Adelaide dirigindo para Liorne. Eu segui a S. M. quatro horas depois, vindo igualmente por Liorne e Florença para Turim, aonde cheguei na manhã de 21.

El Rei também chegou nessa noite, tendo-se demorado a caçar em S. Rossore, perto de Pisa. Parte dos meus colegas regressaram comigo, os outros devem chegar brevemente, tendo feito uma digressão a Roma.

Toda a viagem se passou sem contratempo algum notável. Apenas me achei em Nápoles, apressei-me a ir cumprimentar os Principes Humberto, Amadeu e Eugenio de Carignano. Os dois últimos mostraram-se sumamente satisfeitos da sua viagem a Lisboa. S.A.R. o Principe Eugenio de Carignano manifestou-me a sua grande admiração não só pela Imprensa Nacional, mas sobretudo pela Escola Politecnica, estabelecimento êste que S.A.R. considera como ser dos melhores que tem visitado. O soldado português mereceu a S.A.R. grandes elogios. Tanto S.A.R. como o Principe Amadeu regressaram a esta Corte, ficando em Nápoles o Principe Humberto, o qual deve brevemente passar á Sicilia.

.....

### XLIII

23 de Novembro de 1863

... A Carta de Chancelaria em que S. M. El Rei participa a Seu Augusto Sogro o nascimento do Principe Real, vai ser levada immediatamente ao seu alto destino.

.....

Há dias chegou a Turim o novo Encarregado de Negócios do Brasil, junto desta Corte, o Cavalheiro Fortunato de Brito.

.....

## XLIV

23 de Novembro de 1863

... Tendo-me o Marquês di Montefalcone d'Afflitt<sup>o</sup>, Prefeito de Nápoles, manifestado o grande sentimento que experimentava aquelle Municipio por não ter recebido até hoje testemunho algum de benevolência da parte da Corte de Portugal pelo presente (parece-me mesmo que fôram dois) oferecido a S. M. a Rainha pela Cidade de Nápoles em Setembro do ano passado, respondi ao dito Marquês que, ignorando eu até ao presente o que ele acabava de referir-me, me podia mandar por escrito um apontamento a tal respeito, que eu me apressaria de o comunicar ao governo de S. M.

Cabe-me pois a honra de transmitir a V. Exa. inclusa por cópia a carta que o Marquês de Montefalcone me dirigiu antes da minha partida de Nápoles, e estou persuadido que S. M. El Rei dignando-se conferir o grau de Cavaleiro de uma das Suas Ordens Militares aos dois individuos mencionados na dita carta, a Municipalidade de Nápoles ficará sumamente penhorada com semelhante testemunho da Real benevolência do Nosso Augusto Soberano na pessoa daqueles seus dois membros.

.....

## XLV

12 de Dezembro de 1863

... A *Gazeta Official* deste Reino do dia 1<sup>o</sup> do corrente traz a ratificação do Tratado de Comercio e navegação celebrado entre a Itália e a Grã-Bretanha em 8 de Agosto do corrente ano ...

Tendo terminado a violenta discussão a que deram lugar certas interpelações por parte de alguns membros da opposição relativamente á Sicilia, obtendo o governo grande maioria de votos a favor do modo como se tem havido na gerência dos negócios daquela ilha, foi apresentado e entrou ontem igualmente em discussão o orçamento activo para o exercicio de 1864.

Segundo o calculo do governo, o *deficit* eleva-se a 235 milhões de francos, mas, segundo a opinião da Comissão de fazenda, aquelle não será inferior a 262 milhões.

.....

... O jornal *L'Italia* do dia 11 do corrente publicou a noticia que V. Exa. achará inclusa. Apenas dela tive conhecimento, fui falar no mesmo dia com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, e pedi a S. Exa. de a fazer desmentir num dos jornais Ministeriais. Assim o fez a *Stampa* do dia 12, como V. Exa. se servirá ver do artigo incluso. Mas tendo o jornal *L'Italia* de 15 do corrente confirmado o que anteriormente havia asseverado, como consta do artigo incluso entendi dever mandar inserir na *Stampa* de 18 do corrente, e que se publica na vespera á noite, por via do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o artigo anexo.

O que deu origem á noticia espalhada pela *Italia*, não pôde ser outra senão o facto de ter sido nomeado o Snr. Cristoforo Negri, Cónsul Geral de 1a. Classe, adjunto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, para ir em missão extraordinária do seu governo a Inglaterra e a Portugal fazer vários estudos sôbre várias partes do Continente Africano, e ver o modo de poder este governo estabelecer alguma colonia ou algum presidio para nele deportar os criminosos italianos.

O jornal *L'Italia* pois, ou confundiu o fim da missão do Snr. Negri, ou de propósito quiz fazer reviver a opinião de que efectivamente existem negociações entabuladas com Portugal para a cessão de uma ilha e que está próximo o termo daquela ilha passar ao domínio italiano. Seja como for, eu tenho certa desconfiança de que aqui convem deixar correr semelhante notícia, pelo bom efeito que ela produz nas províncias napolitanas em consequência da *Camorra*. Mas eu é que não posso consentir, sem ordem em contrário do governo de S. M., que subsista tal boato, e por isso o fiz desmentir por duas vezes. No caso porém de voltar o jornal *L'Italia*, ou outro qualquer, a insistir sôbre a pretendida cessão de território pela nossa parte, muito desejaria que V. Exa. se servisse indicar-me o que no futuro eu deva praticar.

.....



1864



## I

1 de Janeiro de 1864

..Cumpre-me anunciar a V. Exa. que em 26 do mês passado requisitei do governo italiano os documentos e esclarecimentos que possam servir de base aos trabalhos a que o governo de S. M. vai mandar proceder para melhorar o sistema adoptado em Portugal para a extinção dos incêndios; e que, na primeira ocasião que se oferecer, falarei, pelo modo por que V. Exa. se serve indicar-me, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros acerca do pedido de Tomás de Freitas Wade Régio e de José Maria de Almeida Serrão, officiais do Regimento de Infantaria n. 1.

Para satisfazer ao pedido que me fez o escultor Giovanni Albertoni, como V. Exa. se servirá ver da cópia inclusa da carta que êle me dirigiu, fui vêr a nova repetição do busto de S. M. El Rei Vitor Manuel que, segundo êle alega, mereceu particular elogio da parte de S. M. a Rainha e de SS.AA. II. o Principe Napoleão e a Princesa Clotilde. Como os desejos deste escultor tendem a que S. M. El Rei se digne mandar fazer a aquisição daquelle seu trabalho, não lhe quiz dar esperanças de que os seus desejos seriam satisfeitos, fazendo-lhe observar que no Real Palácio de SS.MM. já havia um magnifico busto do mesmo Soberano, obra do escultor Varni de Génova, mas que em todo o caso eu exporia a V. Exa. a sua pretensão. Confio que V. Exa. se servirá dar-me uma resposta para ser transmitida ao mencionado escultor.

Incluso tenho a honra de remeter a V. Exa. o horário da Corte para os três dias de gala em que S. M. e SS.AA.RR. recebem as felicitações por ocasião das festas do Natal e entrada do ano novo. Todos se informaram com grande interêsse da Família Real de Portugal, e me acolheram com a sua costumada benevolência. S.A.R. o Príncipe Amadeu fez-me a honra, em vez de me conceder uma audiência para receber as minhas felicitações, de me convidar a jantar na quarta-feira passada.

## II

12 de Janeiro de 1864

... Tenho a honra de acusar a recepção dos despachos de V. Exa., ficando na intelligência de haver S. M. por bem transferir da sua Legação na Corte de S. Petersburgo para a de Turim na mesma qua-

lidade de Secretário a João de Sousa Lobo; e tendo comunicado a Cesar Salla, construtor de carruagens da Casa Real de S.M. El Rei de Itália, a autorização do mesmo Augusto Senhor para oferecer a pequena carruagem para uso do Príncipe Real.

... Como tive a honra de participar ontem pelo telégrafo a V. Exa., um grande incêndio destruiu na madrugada do dia 11 do corrente uma parte do Ministério da Fazenda; alguns detalhes do sinistro encontrará V. Exa. na *Gazeta Oficial* de ontem mesmo, que pelo correio enviei a V. Exa.

Segundo a declaração feita pelo Presidente do Conselho na Câmara dos Deputados, as perdas ocasionadas não passam de materiais, porquanto o fogo só consumiu um depósito de impressos, uma parte da biblioteca e alguns papeis pertencentes à contabilidade dos últimos anos. Quanto à origem do incêndio tudo induz a crêr que foi casual.

O voto aprovativo que o Gabinete italiano obteve há um mês na Câmara dos Deputados sobre o modo como se tem havido na gerência dos negócios relativos à Sicília, levou vários membros da extrema esquerda daquela Câmara a darem as suas demissões, as quais têm sido sucessivamente apresentadas e logo aceitas. O General Garibaldi, seguindo o exemplo daqueles seus amigos políticos, também deu a sua demissão de Deputado, não só em consequência do mencionado voto, mas também em consequência das cessões de Nice e Saboia! A demissão apresentada pelo dito General mereceu à Câmara uma pequena discussão, sendo, como as outras admitida. Se com tais demissões o chamado partido de acção contava poder provocar no país alguma comoção, deve ter ficado muito desapontado, por isso que ninguém lhe deu importância.

A recente prisão efectuada em París dos quatro italianos, suspeitos de tentativa contra a vida do Imperador dos Franceses, causou em Itália, como no estrangeiro, igual indignação. Esses indivíduos segundo as notícias que tenho, eram emissários de Mazzini tendo-se-lhes mesmo encontrado uma carta deste último. Poucos são os pormenores que aqui constam por ora sobre esta última conspiração.

.....

### III

19 de Janeiro de 1864

... Agradecendo sinceramente a V. Exa. a prontidão com que se serviu responder ao pedido por mim feito na data de 17 do corrente

por via telegráfica para obter a regia autorização afim de poder desde já usar da insignia da Grã-Cruz da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, cumpro um bem lisonjeiro dever de anunciar a V. Exa. que S. M. El Rei Vitor-Manuel, na ocasião de receber as felicitações do Corpo Diplomático no dia 31 de Dezembro passado, depois de me acolher com a sua costumada benevolencia, fez-me a honra de me dizer que desejava dar-me uma prova da sua amizade e satisfação pelo vivo interêsse que eu sempre tomara em tudo que dizia respeito quer à sua Pessoa e Augusta Família quer ao Reino de Itália, e que aproveitava assim a entrada do ano novo para me conferir a Grã-Cruz da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro. Agradecei respeitosamente a S. M. tão distinta mercê, assegurando-Lhè que seria meu constante zelo promover, quanto em mim couber, os interêsses das Augustas dinastias de Bragança e Saboia e dos respectivos países, o que me era tanto mais fácil e agradável, quanto era certo como S. M. bem o sabia, que empregando os meus esforços para conseguir semelhante fim, eu obedecia estritamente às ordens do meu Soberano, e sèguia ao mesmo tempo os impulsos do meu coração. Os termos lisonjeiros e honrosos empregados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao remeter-me, em nome de S. M., as insignias e diploma de Grã-Cruz da sobredita Ordem, levam-me a enviar por cópia a V. Exa. a nota que êle me dirigiu em 16 do corrente; e julgo do meu dever dar igualmente conhecimento a V. Exa. da minha resposta, inclusa por cópia, ao Snr. Visconti Venosta. Como ontem tivesse lugar o primeiro baile da Corte, pareceu-me que devia alí comparecer com as insignias da Grã-Cruz da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, e foi isto que me induziu a fazer immediatamente o pedido a V. Exa. para desde logo poder usar das respectivas insignias.

Ao baile de ontem só assistiram S. M. e SS.AA.RR. o Príncipe de Carignano e Duquesa de Génova. S.A.R. o Príncipe Amadeu não poudé comparecer em consequência de se achar um pouco incomodado. S.A.R. a Duquesa de Génova fez-me a honra de dançar uma das contra-danças comigo.

.....

#### IV

21 de Janeiro de 1864

... Em aditamento ao officio de 2 de Novembro do ano passado, tenho a honra de remeter nesta ocasião a V. Exa. o texto official do

recente Tratado de Comércio e Navegação celebrado entre a Itália e a Bélgica, só agora publicado. As ratificações do Tratado de Comércio e convenção de Navegação, também celebrados entre este país e a França, acabam de ser trocadas em París. V. Exa. já dele tem conhecimento, por terem sido por mim remetidos juntamente com o meu sobredito officio.

Incluso tenho igualmente a honra de enviar a V. Exa. o texto do despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros de S. M. El Rei de Itália ao seu Representante em París, em resposta à proposta para um Congresso restrito. Até agora só se sabe que o governo italiano anuiu ao convite; o conteúdo do despacho, porém, não era do domínio público. Vejo que a imprensa inglesa ataca este governo em consequencia daquele despacho, o qual por outro lado não deixará de merecer aprovação.

Uma recente proclamação de Garibaldi, publicada num jornal do patriado exaltado, que logo foi sequestrado, veio explicar o motivo das successivas demissões dadas por vários deputados da extrema esquerda, incluindo aquele General. Apela-se para a revolução, mas o governo italiano opõe-se decididamente a qualquer tentativa naquella sentida. Não há duvida que o direito e a força estão pelo lado do poder legal. Nada há por tanto que recear.

.....

## V

22 de Fevereiro de 1864

... Segundo as ordens de V. Exa. contidas no despacho telegraphico de 10 do corrente, aceitei convite deste governo, partindo logo para Milão. Este ano, pela primeira vez, S. M. El Rei de Itália indo passar os dias do *Carnavalone* àquella cidade, foi acompanhado de suas Altezas Reais os Príncipes Amadeu e de Carignano e da Duquesa de Génova. Do Corpo Diplomático acharam-se presentes os meus colegas dos Estados Unidos da América, de França, Prússia, Turquia e do Brasil, havendo sido convidados para um jantar e um baile. As festas passaram-se este ano com muito menos animação que nos precedentes. Atribue-se geralmente isto ao luto pelo falecimento de várias pessoas das primeiras famílias, e o estado precário de muitas das Casas milanesas outrora opulentas, ao que também entendo que se poderia acrescentar as preocupações da futura guerra para a primavera. A concorrência, contudo, de estrangeiros

não afrouxou. Tanto S.M. El Rei como a Família Real receberam em Milão excelente acolhimento.

.....

## VI

3 de Março de 1864

... Tendo a honra de receber o despacho de V. Exa. procurei obter logo as informações que V. Exa. requisitava em relação a quaisquer providências adoptadas por este governo em relação à emigração italiana para alguns pontos da América do Sul. Neste particular só se me oferece participar a V. Exa. que a não ser o Regulamento sôbre o transporte de passageiros nas viagens marítimas, de que hoje envio um exemplar, cintado pelo correio, nenhum outro regulamento ou lei existe em relação a semelhante assunto. O governo italiano considera os emigrados como quaisquer outros viajantes, ficando êles inteiramente sujeitos às leis do país para onde emigram. Consta-me igualmente que sempre se dão grandes dificuldades quando se trata de arrecadação das heranças dos que falecem na América.

A não serem as cláusulas contidas nas Convenções Consulares, nenhum outro acordo ou providência existe para haver as mesmas heranças.

.....

## VII

21 de Março de 1864

... No dia 13 do corrente foi recebido em audiência por S.M. El Rei de Itália o Snr. J. B. Pioda, o qual apresentou nessa ocasião as suas Cartas Credenciais de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Confederação Helvética junto do mesmo Augusto Senhor.

No dia 14 do corrente, aniversário natalício de S.M. El Rei Vitor Manuel e do Príncipe Humberto, houve — na forma do costume, um jantar no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a que foram convidados os Representantes das Nações Estrangeiras, Ministério e principais autoridades italianas. Proposta a saude de El Rei de Itália pelo decano do Corpo Diplomático, foi aquela retribuida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros com um brinde aos soberanos e Chefes dos Estados amigos e aliados.

Não obstante o desmentido dado pelo jornal *Opinione* a uma notícia publicada pelo jornal *L'Italia* sôbre o oferecimento de dez mil portugueses, de que V. Exa. já tem conhecimento, tornou este último jornal a publicar, no dia 15 do corrente, o extenso artigo, que incluso tenho a honra de enviar a V. Exa., sôbre este mesmo assunto.

.....

## VIII

29 de Abril de 1864

... Tenho a honra de incluso remeter a V. Exa. o decreto, datado de 6 do corrente mês, declarando a neutralidade do Reino de Itália em relação às nações actualmente em guerra (1).

.....

Por decreto datado de 27 do corrente foram fechadas provisoriamente as Universidades de Turim e de Pavia. O que deu motivo a esta medida de rigor, pelo que toca à primeira das ditas universidades, foi o procedimento dos estudantes, os quais, tendo-lhe sido rejeitada uma petição para obterem a revogação do decreto abolindo a tese pública de doutoramento, andaram reunidos em grande número pelas ruas desta capital, pronunciando-se contra a decisão ministerial. Ao terceiro dia destas demonstrações ilgeais, a força públicas interveio, prendendo alguns estudantes, os quais parece que já foram soltos, e cessaram os tumultos. O público, longe de tomar partido pelo estudantes, apupou-os constantemente. Quanto aos estudantes da Universidade de Pavia, não sei exactamente qual foi o motivo que obrigou o governo a fechar aquela Universidade.

A Câmara dos Deputados, depois que reassumiu as suas sessões, teve de as suspender durante alguns dias por falta de número dos seus

---

(1) Il governo di Torino inviava il 27 maggio una nota alla nostra Legazione comunicando che «le gouvernement du Roi a publié en date du 6 avril d.er, un Décrèt qui contient des dispositions propres à assurer la neutralité des Ports Italiens vis-à-vis d'autres Etats qui sont, ou seraient en état de guerre entre eux, et qui établit en même temps des règles générales concernant l'admission de navires de guerre étrangers dans quelques uns des ports du litoral italien qui sont considérés comme places de guerre ou établissements militaires». Si allegava il decreto reale, una «Relazione a S.M.» che lo precedeva ed una circolare del ministro della marina, E. Cugia, alle autorità marittime relativa all'applicazione del decreto.

Si trattava di dare esecuzione ai principi fissati dalla convenzione di Parigi del 16 aprile 1856 che creavano, come abbiamo visto, nuove basi al diritto internazionale di guerra marittima relativamente ai paesi neutrali e alle potenze belligeranti. La guerra in America portava l'Italia a stabilire espressamente le misure del nuovo decreto (Archivio cit.).

membros. Continua agora com os seus trabalhos, adiando todas as interpelações anunciadas, afim de prosseguir com a discussão do orçamento.

Os diferentes *meetings* celebrados em vários pontos da Itália para agradecer à Inglaterra o acolhimento que alí tem recebido o General Garibaldi, não tem oferecido incidente notável.

.....

## IX

20 de Maio de 1864

... Cumpre-me prevenir a V. Exa. de que nesta ocasião remeto, cintado em separado o discurso pronunciado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros na sessão de 12 do corrente na Câmara dos Deputados, em resposta a várias interpelações feitas pelo membros da opposição sôbre algumas questões com especialidade a de Roma.

Não me parece que S. Exa. resolvesse coisa alguma que não seja já do domínio do público, e da qual se possa deprender que aquella questão esteja hoje mais adiantada do que estava meses atrás. Para se resolver tão intrincado problema, é certo que muito se conta com o falecimento do actual Sumo Pontífice.

Duvido porém que só este acontecimento possa mudar o actual estado de coisas.

Se outra poderosa eventualidade se não der, a occupação franceza continuará como pelo passado. A presente situação do Reino de Itália cada vez se torna mais violenta; será impossível manter indefinidamente este *statu quo*. A agitação continuará sempre, e na Europa não se poderá jamais contar com a paz enquanto as duas questões de Roma e de Veneza não receberem alguma solução. O partido de acção não descansa, e basta esta circunstância para que mais possa haver socego. O General Govone, na sua qualidade de deputado, tratando dos negócios da Sicília, proferiu no Parlamento algumas frases que parece ofenderam o amor próprio dos sicilianos. No seu regresso a Palermo, aonde êle occupa o lugar de Comandante das forças militares, foi provocado em duelo, bateu-se e ficou bastante ferido. A este duelo têm-se succedido quatro ou cinco. Tão tristes acontecimentos tem causado impressão, e deram motivo a censuras ao governo por mandar regressar aquelle General ao seu antigo posto.

.....

## X

30 de Maio de 1864

... Pelo telégrafo tive a honra de anunciar ontem a V. Exa. que havendo o Marquês de Bella desistido (por motivos domésticos) do posto que ocupava junto da nossa Corte, estava designado como seu sucessor o Marquês Tagliacarne, acerca de cuja nomeação seria consultada a vontade de S. M. Ainda que não conheço pessoalmente o Marquês Tagliacarne, tenho dele as melhores informações bem como de sua mulher, parecendo-me por isso que a escolha é acertada (2).

.....

## XI

9 de Junho de 1864

... Logo que tive a honra de receber o despacho de V. Exa. passei uma nota a este governo acompanhando os diplomas e medalhas com que foram agraciados os oficiais e praças da Armada italiana, que na noite de 16 de Outubro do ano passado acudiram ao incendio ateado num dos prédios da praça de Luís de Camões. Por enquanto só me consta extra-oficialmente que tudo foi remetido ao seu destino (3).

.....

Incluso remeto a V. Exa., para os fins convenientes, um exemplar do movimento comercial do Reino de Itália em 1861, que a Repartição da Fazenda acaba de publicar, e que o Ministro dos Negócios Estrangeiros me ofereceu.

Como nos anos anteriores, a festa do Estatuto foi celebrada no primeiro domingo deste mês. As tropas passadas em revista por S. M. orçaram, segundo calculo, por dezoito mil homens, dos quais 12.000 de linha, 6.000 de guarda nacional. Grande foi a afluência de estrangeiros que acudiram a Turim para assistir às festas, e nos mais pontos de Itália celebrou-se este aniversário com entusiasmo e ordem.

.....

---

(2) L'agrément era stato comunicato a Torino con dispaccio del 14 luglio. (Archivio *cit.*). Il nuovo rappresentante dell'Italia giungeva a Lisbona il 14 agosto e presentava le Credenziali nel palazzo di Ajuda il 18 dello stesso mese (Dispaccio del 17 agosto. Archivio *cit.*).

(3) Nel dispaccio del 20 maggio si leggeva: « Por via da Legação de Sua Majestade na Corte de Paris remeto a V. Sua. un maço contendo dezasete diplomas com as respectivas medalhas, sendo sete de ouro e dez de prata, criadas pela distincão e prémio concedido ao mérito, filantropia e generosidade, com que foram agraciados por Decreto de 15 de Março deste ano, os officiaes e praças da armada italiana, constantes da relação junta; em consideração ao valioso auxílio que tiveram ocasião de prestar acudindo ao incendio ateado em a noite de 16 de Outubro do ano findo num dos prédios da praça de Luís de Camões desta Cidade... » (Archivio *cit.*).

... No dia 29 do mês passado foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros o Barão de Schweizer, o qual lhe entregou a sua credencial de Encarregado de Negócios de S.A.R. o Grão-Duque de Baden em Itália.

A viagem do General Garibaldi para a ilha de Ischia, que fica de frente da cidade de Nápoles, tendo causado sensação ao princípio e dado algum cuidado ao governo, foi origem de pequenas demonstrações e disturbios em Nápoles. Para maior precaução, o General La Marmora, que já há tempo devia ausentar-se daquela cidade, para gozar de uma licença, adiou a sua partida, permanecendo por ora no seu posto. Quanto a mim tenho como seguro que o fim da viagem do General Garibaldi está bem longe de ser político. Pelo contrário, sou informado por pessoa fidedigna que a sua saúde tem piorado, e que a ferida do pé tem-se agravado muito. Fazem o possível para encobrir esta circunstância ao público, mas a verdade é que o estado de saúde do General Garibaldi oferece gravidade.

Entre as várias interpelações feitas ultimamente ao Gabinete na Câmara dos Deputados, sobressai a que trata da situação do tesouro público. O Ministro da Fazenda mostrando as grandes dificuldades com que o governo tem tido a lutar e confessando mesmo terem-lhe faltado certos meios que tinha previsto, disse que seria necessário um ano mais, do que os quatro com que êle havia contado, para fazer equilibrar os orçamentos ordinários do Estado. Nutre porém a esperança de que, com o tempo, a situação se há de melhorar, mas que são necessários muitos sacrifícios e grandes, porque a Itália deve estar pronta não só para lançar mão de qualquer ocasião que se apresente, senão para obrar só se o caso exigir.

Isto é dito em referência às extraordinárias despesas que ocasionam o exército e a marinha, para sustentar os quais não basta por certo os recursos actuais de que pode dispor o governo. Além dos bens nacionais, cuja venda se vai realizando, está concluído com a Casa Rothschild uma convenção para a venda dos caminhos de ferro pertencentes ao Estado, por 200 milhões de francos. Ontem já foi apresentada aquela Convenção na Câmara dos Deputados.

.....

### XIII

9 de Julho de 1864

... No dia 5 do corrente terminou na Câmara dos Deputados a discussão que se abriu sobre a interpelação do Deputado Saracco relativamente à situação do tesouro público, adoptando a Câmara, das várias moções apresentadas, a do Deputado Galeotti, concebida nos seguintes termos: « A Câmara ouvidas as explicações do Presidente do Conselho, exprime a sua confiança no Ministério, e passa à ordem do dia ». De 309 votos 182 foram a favor e 126 contra, havendo por conseguinte uma maioria de 56 votos a favor.

Triunfou o governo nesta luta parlamentar, mas é certo que o país ficou debaixo de uma triste impressão pela demonstração inegavel do estado pouco lisonjeiro da fazenda pública. Também o público acolhe, de má vontade, o sistema repetido de o governo fazer, de qualquer incidente uma questão de gabinete. A discussão a que me refiro foi habilmente tirada do campo financeiro para o campo político pelo Presidente do Conselho de Ministros, sem o que o governo actual correria o risco de sofrer um cheque. O que também não deixou de concorrer poderosamente para o triunfo ministerial foi o discurso de um Deputado da opposição, o Snr. Boggio, trazendo a questão para o terreno das personalidades, o que deu em resultado retirarem alguns deputados as moções que haviam apresentado, e protestarem alguns contra as insinuações e asserções do seu colega, apesar deste declarar que o seu discurso devia considerar-se como pessoal, e não como a expressão de partido.

.....

### XIV

21 de Julho de 1864

... No dia 17 do corrente foram adiadas as sessões do Parlamento italiano. O decreto da prorrogação deve ser publicado de um momento a outro, mas em vista da discussão que houve nos últimos dias, acerca do inquerito parlamentar relativo aos caminhos de ferro meridionais o que tão profundamente impressionou o público, pode prever-se a dissolução da Câmara actual dos deputados, cujos membros, pelas revelações que se fizeram, e dos quais um número considerável junta às funções de representante da Nação, as de administradores de empresas subvencionadas pelo Estado, não poderão conservar aquela au-

toridade que é indispensavel para continuarem a legislar. É pois de crêr que a dissolução da Câmara representativa será decretada um pouco mais tarde, e mesmo que o actual Gabinete se retirará. São estas as conjecturas que ora se fazem.

O novo Ministro de Itália em Portugal, Marquês de Tagliacarne, parte hoje para París e Londres, contando embarcar-se em Southampton no dia 9 de Agosto para passar a Lisboa. A Marquesa Tagliacarne ficará um pouco de tempo em Inglaterra, devendo ir também para Lisboa no fim de Setembro.

.....

## XV

20 de Setembro de 1864

### *Reservado*

... Pela minha parte telegráfica de 17 do corrente tive a honra de anunciar a V. Exa. ter como certo, mas não oficialmente, achar-se assinada um Convenção entre os governos francês e italiano para a evacuação de Roma pelas tropas francesas dentro do prazo de dois anos. Não só confirmo hoje aquela notícia, apesar da grande e inexplicável reserva deste governo sôbre um facto consumado, senão que por informações particulares fidedignas estou habilitado a comunicar a V. Exa. certos detalhes acerca de uma negociação, cuja solução inesperada, e de todos ignorada, veio causar a maior das surpresas, e provocar ao mesmo tempo desgosto e contentamento na península itálica.

A viagem do General Menabrea, Ministro das Obras Públicas, e do Marquês Pepoli, Enviado de S. M. El Rei de Itália na Rússia, a Vichy, tinha por fim procurar algum acordo com o Imperador dos franceses na questão italiana em geral, e na de Roma em particular, mostrando-lhe bem claramente a impossibilidade da continuação de um estado de coisas o mais violento neste Reino, e a necessidade de se sair dela quanto antes, sem o que difícil seria conter os ânimos e manter a tranquillidade pública no meio da agitação surda que se estendia a toda a península, e de que podia surgir gravíssimas consequências. O Imperador, fazendo justiça a tão ponderosas considerações, dissera aos dois Ministros que não só desejava coadjuvá-los para fazer cessar este estado violento, mas mesmo achar o meio plausível de mandar retirar de Roma a guarnição francesa; porém que para isto era necessária uma forte garantia para o cobrir da sua responsabilidade para com Sua Santidade e para com o mundo católico. Aludindo ao grande estorvo que o voto parlamentar, provocado pelo

Conde de Cavour, de que Roma seria a Capital do Reino de Itália, oferecia para se poder chegar a qualquer acordo, entendia o Imperador que se revogasse aquele voto, deixando ao arbítrio do governo italiano de escolher entre Turim, Florença e Napoles a capital definitiva do Reino.

Por extremo preplexos ficaram o General Menabrea e Marquês Pepoli à vista de semelhante proposição, a ponto de abandonarem toda a esperança de se conseguir qualquer arranjo. Debaixo de tão desanimadora impressão regressaram êles a Turim, e em seguida a vários conselhos de ministros em que se debateu fortemente a mencionada proposta, e reunido mesmo um conselho de militares deliberou-se na admissão da mesma proposta, e não podendo a cidade de Turim ser a capital por muito exposta a qualquer invasão estrangeira, como já por duas vezes aconteceu; achando-se Nápoles numa situação pouco normal pela visinhança da *brigandagem*, oferecia-se Florença como lugar mais próprio para capital, já por ser central, já debaixo do ponto de vista estratégico.

Nestas circunstâncias voltou o Marquês Pepoli a Vichy munido de instruções, entabulou de novo as negociações, e assinou-se finalmente a Convenção no dia 15 do corrente. Não saberei dizer a V. Exa. quais sejam todas as cláusulas da mesma, consta-me que há artigos secretos, e que em suma se concluiu que a ocupação de Roma pelas tropas francesas cessará dentro de dois anos, que a capital definitiva do Reino de Itália será transferida dentro de seis meses para Florença, garantindo o Imperador dos Franceses qualquer invasão da parte da Áustria e comprometendo-se o governo italiano a não atacar esta potência. Mantem-se o princípio de não intervenção nos Estados ainda sujeitos a Sua Santidade, e assume este governo a responsabilidade da divida pontifícia na parte que toca, proporcionalmente, às províncias ex-pontifícias já encorporadas no Reino de Itália. Se o Sumo Pontífice aderir a tal cláusula, reconhece virtualmente este Reino.

De tudo isto o ponto que mais gravidade oferece é certamente a transferência da capital para Florença. Contudo as Câmaras vão ser convocadas para os primeiros dias de Outubro, a sessão será curta, contando o governo fazer aprovar logo a Convenção. Em seguida virá a dissolução da actual Câmara dos deputados, proceder-se-á a novas eleições, e no entretanto transportar-se-á a Corte para Florença. Será êste um dos acontecimentos mais notáveis da nossa época.

.....

... Quando em 20 do corrente tive a honra de dirigir a V. Exa. o meu precedente officio reservado, não passava pelo pensamento de ninguém que esta cidade estivesse em vespéras das cenas de horror que se deram nas noites de 21 e 22 do corrente. As minhas successivas partes telegráficas levaram a V. Exa. tão tristes notícias; diáriamente tenho remetido a V. Exa. os jornais das diferentes cores políticas aqui publicados. Agora que a tranquillidade está restabelecida nesta cidade, circundada contudo por mais de 20.000 homens de tropa de todas as armas, algumas das quais occupam ainda as praças, procurarei relatar a V. Exa. os factos, segundo o conhecimento que deles tenho, e aprecia-los imparcialmente segundo a minha opinião e convicção. Apenas espalhada no dia 17 do corrente em Turim a notícia de ter sido assinada no dia 15 em París a Convenção entre o governo francês e italiano para a cessação da occupação de Roma pelas tropas francesas no prazo de dois annos, e bem assim o boato que para tal effeito se estipulara a transferencia da capital de Turim para Florença dentro do termo de 6 meses, alvoroçaram-se os ânimos desta população de um modo difficil de descrever. Quem primeiro deu o alarme foram por certo a aristocracia e as pessoas mais influentes desta terra. Depressa se communicou às classes baixas aquelle alarme, e começaram todos a agitar-se e a discutir sôbre um objecto de que ninguém tinha perfeito conhecimento. Nos dias 18 e 19 continuou a aumentar a excitação em toda a cidade, e o Corpo Municipal, com as medidas que tomou em vez de calmar não fez senão ajudar a irritar os ânimos. Da parte do governo houve completo silêncio.

Na terça feira 20, apesar de se notar certa agitação na população, apenas houve à noite algumas demonstrações sem consequência notável. Na quarta feira 21, a agitação já era maior, havia grupos formados, e em deputação foram alguns deles à Câmara Municipal para haverem do Sindico explicações sôbre o accordo com a França.

Como já então a imprensa tinha tratado debaixo de diversos pontos de vista daquelle objecto, parece que um artigo da *Gazeta* de Turim excitara a animosidade dos turineses, e um ou mais dos grupos acima mencionados vieram logo à praça de S. Carlos aonde se acha estabelecida a typografia daquelle jornal. Principiou uma grande assuada contra o jornal, e há quem diga que tentaram arrombar a porta do estabelecimento. Neste comenos saem do edificio da Questura (casa da

polícia) cem ou duzentos guardas com as espadas desembainhadas e caem sôbre a gente que gritava defronte da questura. Daqui resultou logo um conflito, muita gente deitou a fugir perseguida por aqueles guardas que pareciam furiosos. Naquele momento atravessava eu pelo lado oposto da praça e fui de repente envolvido pelos que fugiam e pelos guardas. Prossegui porém o meu caminho, e perto da minha casa, que fica pegada à praça, vi um indivíduo bem vestido conduzido pelos tais guardas na direcção da questura. Mal augurei eu do que acabava de presenciar. Soube depois que se haviam feito várias prisões, e tirado umas bandeiras àquele grupo que assaltou a tipografia da *Gazeta de Turim*. Os presos e as bandeiras foram logo recolhidos na questura, para defronte da qual se dirigiu uma massa de povo reclamando a soltura dos prisioneiros e a entrega das segundas. Enquanto isto durava, corriam vários indivíduos para a Câmara Municipal para se queixarem do acontecido ao Sindico e exigirem pronta reparação. Achava-se allí reunido o Conselho provincial, perante o qual expunha o mesmo Sindico as comunicações que havia recebido do governo acerca da negociação com o governo francês e recebia aquele Conselho certos esclarecimentos que o General Menabrea na sua qualidade de Conselheiro provincial, entendeu dever fazer, ou para isso foi incitado pelos seus colegas. Em resumo declarou o General o seguinte, segundo a única versão que agora corre no público: Que o governo francês, depois de muitas dificuldades, anuiu à Convenção, com condição que o governo italiano desse uma garantia moral que respeitasse e fizesse respeitar a não intervenção em Roma. Que tal garantia moral achou o Marquês Pepoli, um dos Plenipotenciários da Convenção, na transferência da Capital para Florença. De modo que a ideia daquela transferência é de um dos Plenipotenciários italianos e não do Imperador Napoleão, sendo portanto falso ter ela sido *imposta*, como se havia já afirmado.

Saiu o Sindico à varanda, falou ao povo, recomendando calma e prometendo que se iam tomar immediatas providências pelo que tocava ao conflito da praça de S. Carlos. Para allí se dirigiu o próprio Sindico pouco depois, havendo sido precedido de dois Assessores.

Continuava cada vez mais o barulho quando allí chegou o Sindico, e como satisfação aos que gritavam mandou-se soltar os presos, e atirou-se com as bandeiras pela janela ao povo. Depois de novas exortações regressou o Sindico à Câmara Municipal, e recommçaram as pedradas contra as janelas da questura, e redobraram os gritos e os assobios. Tudo isto se passou depois das 3 horas da tarde, e as coisas iam tomando cada vez mais um aspecto grave, percorrendo então as ruas

grandes grupos de individuos de figura sinistra, os quais eram precedidos de bandeiras e seguidos de curiosos pacificos a par de muita gaitada. Como em geral este povo é frenetico por tudo que oferece espectáculo, praças e ruas estavam cheias de gente. Neste estado de coisas e receando-se algum incidente de maior gravidade, uma força de alunos carabineiros havia sido mandada para a praça *Castelo*, aonde se acham o Palácio Real e vários Ministérios. Para aquela praça não tardou que se dirigissem vários grupos, um dos quais era precedido por um tambor, o qual parece fôra roubado no teatro Balbo, e não pertencia, como se pretendeu, á guarda nacional. Foi este último grupo muito numeroso, que se foi colocar de encontro aos carabineiros. Por espaço largo foram estes insultados, receberam muita pedrada, de que resultou 19 feridos, sendo dois gravemente, e houve tentativas para desarmar alguns deles. Tudo isto acompanhado de morras ao Rei, ao Imperador dos Franceses, vivas a Garibaldi, abaixo o Ministério, abaixo Minghetti, Turim ou Roma etc., etc.. Foi então que exausta a paciência daqueles militares, todos rapazes escolhidos e com certa educação, com ou sem ordem, meteram as espingardas à cara e fizeram uma tremeda descarga indistintamente sôbre a massa de gente que os rodeava. Cairam alí logo onze mortos, ficando muita gente ferida. Sucedeu um terror pânico, e os que fugiram levaram por toda a cidade o susto e a muitos provocaram indignação. Gritava-se por vingança, e nõ entretanto iam-se arrombando algumas lojas de armeiros, e roubando as armas que se encontravam. À cidade, até então quasi desguarnecida de tropa começaram a chegar forças consideráveis do Campo de manobra de S. Mauricio, e nessa noite entraram cerca de 8.000 homens, vindo em caminho outros 17.000 de todas as armas. Apesar de ter sido chamada por duas vezes, durante a tarde, a Guarda Nacional, pouca foi a gente que se apresentou. Esta abstenção de comparecer no momento do perigo, não diz muito em favor do valor em geral da dita guarda, de resto composta de gente capaz, e não de individuos que nada tem que perder. Desde as 11 horas da noite de 21 e durante todo o dia de 22 houve uma tal ou qual tranquillidade, pelo menos aparente, e as lojas abriram-se em parte. A tropa continuava a chegar à cidade, e tomou logo posição.

Alguns batalhões que entraram de tarde e à noite foram porém apupados na sua marcha com alguns gritos de abaixo as baionetas. Um regimento foi postado debaixo das arcadas da praça *Castelo*, sendo ocupada a praça S. Carlos ao norte e poente por dois batalhões de infantaria, achando-se dentro da questura uma força de carabineiros,

por isso que, como satisfação ao público, fora dissolvido o corpo das guardas da polícia, tendo sido previamente mandado para fora de Turim. O funesto acontecimento da vespera na praça Castelo longe de afastar os curiosos das praças e ruas, não fez senão atrair gente para aqueles lugares. Achando-se por conseguinte apinhada a praça de S. Carlos, quando um bando de perturbadores começou pelas 9 horas e meia da noite a gritar novamente defronte da questura, e a atirar pedras às armas Reais colocadas sôbre a porta da mesma, o que obrigou um dos delegados da polícia, acompanhado de dois carabineiros, a sair fora da porta para intimar aqueles individuos a retirarem-se. Em vez de obedecerem redobrou a vozearia e partiram dois tiros de pistola que feriram os dois carabineiros. Apenas se ouviram as detonações daqueles tiros, que a força dos carabineiros saiu para fora da questura, e dá uma descarga sôbre a massa de gentê. Infelizmente algumas das balas foram ferir vários soldados, e estes pegam nas armas, até então ensarilhadas, mas já carregadas, e julgado-se atacados pelos perturbadores, dão não sei quantas descargas durante uns 5 ou 6 minutos sôbre tudo que se encontrava diante deles. O resultado é facil de adivinhar, mas difficil de descrever, e da péssima colocação da tropa seguiu-se que uma parte dela atirou sôbre a outra, havendo 17 soldados feridos, assim como o foi gravemente o Coronel do Regimento 17 de Infantaria. Despejou-se a praça num abrir e fechar de olhos, ficando só a tropa e montes de cadaveres. A multidão que fugia, ia invadindo os pátios e as escadas das Casas, cujas portas acharam abertas. Pelo que me diz respeito, houve para cima de duzentas pessoas que se refugiaram no pátio, na escada e mesmo em cima do telhado da casa aonde residido e entre elas 8 feridos.

Tratou-se logo de fechar o portão, o que evitou que me introduzissem no pátio dois mortos, que ficaram contudo algum tempo debaixo das minhas janelas, e depois foram levados dalí por gente do povo. Apesar de tudo isto muitas pessoas houve que depois do momento de horror foram ver os mortos. Pela meia noite havia completo socego em toda a cidade, e na madrugada seguinte foram retirados os cadaveres amontoados ao redor da estatua equestre de Manuel Felisberto, colocada no meio da praça de S. Carlos, e fez-se desaparecer os rastos de sangue. Passou-se o dia 23 em socego, entendendo porém a Municipalidade dever aconselhar os habitantes de fecharem cedo as portas e não sairem à rua. Neste momento espalhou-se a notícia de que S. M. dimitira o Ministério, e encarregara o General La Marmora de formar um novo gabinete. Isto foi depois confirmado por cartazes

nas esquinas em quo o Sindico assim o annunciava ao povo. Esta medida apaziguou os ânimos, e desde então até agora tudo aqui entrou no seu estado normal, e prouvera a Deus que assim continuasse. Não há duvida, quanto a mim, que nesta cidade, proverbialmente pacífica, jamais se teriam dado factos tão lastimosos como os passados, se tivesse havido um bom corpo de polícia, e se a autoridade militar tivesse procedido com tino e prudência como por certo lhe incumbia. Pondo de lado todos os boatos absurdos espalhados adrede quer pelos inimigos da ordem, quer pelo partido clerical e mesmo pelo partido liberal contra o gabinete transacto, e com especialidade contra o Ministro do Reino Peruzzi e contra o Secretário Geral do Ministério do Reino, Spaventa, (contra os dois últimos foi apresentado por vários Advogados ao Procurador Regio um requerimento pelos factos deploráveis dos dias 21 e 22, pedindo a sua accusação e a applicação contra êles de vários artigos do Código Penal e de outros da lei sôbre a segurança pública). Acredito que o governo estava inteiramente iludido sôbre a qualidade de individuos que formavam as autoridades subalternas, e nunca podia pensar que a autoridade superior militar tivesse tomado providências indignas de um cabo de esquadra, origem das desgraças acontecidas. No princípio ninguém se apresentou armado, mas tarde certo número o estava, mas para aniquilar tais perturbadores bastava uma força de cavalaria nas praças, fortes patrulhas pelas ruas, e a força imponente acampada na Praça de Armas, a supressão de algumas proclamações apaixonadas do Sindico, menos transacção com as exigências dos gritadores de praça, e sobretudo não se mandar vir os regimentos, compostos em parte de recrutas, com as armas carregadas para dentro da cidade. Isto foi um erro capital, e o General Della Rocca, Comandante Geral de toda a força militar, não deixa de ter, segundo a opinião de muita gente, grande responsabilidade pelas vítimas que houve. Passados os primeiros momentos de uma cega paixão, quer motivada por sentimentos verdadeiramente patrióticos quer por interêsses mesquinhos municipais, os espíritos até alí sumamente inquietos, sofreram um grande cheque com as notícias que de toda a Itália afluíram a Turim, já pelo telegrafo, já pelos jornais, sôbre a aprovação com que por toda a parte foi recebida a Convenção com a França e a linguagem enérgica usada contra as demonstrações de Turim. Não menos desaminação causou aqui a noticia dos artigos dos jornais ingleses a favor da Convenção, e a perturbação que esta veio ocasionar ao partido clerical. O argumento de que o partido

(vermelho) e os turineses eram os únicos que se declaravam contra aquele acordo, pretendendo que êle implicava a renuncia formal de Roma e Veneza, fez reflectir seriamente e tornou muito mais resignados aqueles que parecia não só não quererem desistir da sua opinião, nem mesmo ceder diante da metralha. A demissão do Gabinete transacto, conquanto fosse reputada medida indispensável para pôr termo no momento ao mais desgraçado estado das coisas, não deixou de surpreender muita gente, e de ser considerada como pouco constitucional. Não foi ela motivada pelo facto da Convenção com a França, mas sim como a consequência legítima da ineptia daquele gabinete em deixar correr o sangue pelas ruas de Turim. Ignoro todavia se houve realmente ineptia ou inercia da parte do gabinete passado; mas o que eu nem ninguém viu foi uma só palavra ou proclamação ministerial que tranquilizasse o público.

.....

## XVII

28 de Setembro de 1864

... À hora em que escrevo ainda não está definitivamente formado o novo gabinete, que creio o será dum momento para outro, havendo quasi a totalidade dos Ministros prestado juramento e tomado posse das respectivas pastas. Conto poder dar os nomes de todos ainda por este correio, e por enquanto só anunciarei a V. Exa. que o primeiro acto do Presidente da nova Administração, General La Marmora, foi fazer revogar o decreto convocandô o Parlamento para o dia 5 de Outubro próximo, por outro decreto adiando aquella convocação para o dia 26 do dito mês, sende o motivo alegado desta mudança a crise ministerial e a necessidade de dar o tempo preciso para a formação do novo Ministério. Assim se declara no relatório que precede o decreto datado de 27 do corrente, e publicadô na *Gazeta Oficial* do dia seguinte, que V. Exa. achará incluso. O motivo alegado para a prorrogação da abertura do Parlamento, conquanto muito atendível, não me parece ser o que aconselhou esta medida. Quer-se ganhar tempo, deixar a opinião pública pronunciar-se melhor e aguardar que os ânimos se tranquilizem mais. Isto terá suas vantagens por um lado, mas pelo outro a immediata convocação do Parlamento poderia dissipar as duvidas e receios que existem e que hão-de aumentar; fazer cessar o estado de incerteza em que se está neste país, e pôr termo à controvérsia sôbre o verdadeiro sentido da Convenção com a França. Enquanto que a cidade de Turim sustenta que aquele acordo é uma renuncia formal a

Roma e a Veneza, sustentam as outras cidades todo o contrário daquela opinião. Se nisto há boa fé de parte a parte não o saberei dizer, mas para mim basta o facto da impressão causada em Roma e em Viena de Áustria (sem falar de muitos outros indícios) com a notícia, para se ver na convenção um passo agigantado para completar a unidade italiana e coroar as aspirações justas e patrióticas deste povo. Uma vez os franceses partidos da Itália, a não intervenção estabelecida e garantida pelos governos francês e italiano, quem impedirá aos romanos de se sublevarem, e recorrerem ao sufrágio universal?

Ninguém poderá deixar de concordar nesta última hipotese, e ver assim resolvida a questão romana. Quanto à de Veneza, o mais provável é que as armas o decidirão, já que amigavelmente nunca a Áustria cederá aquele território. A transferência da sede do governo para Florença como capital *definitiva* (se tal expressão se encontra não na convenção, mas nos protocolos anexos, segundo me afirmaram) não é senão um subterfúgio para a França se retirar e pôr-se a coberto de qualquer responsabilidade, deixando aos futuros acontecimentos sofismar aquela clausula como têm sofismado uma série de outras, haja vista a paz de Villafranca e os Tratados de Zurich. Este é o juízo que formo do que tenho ouvido e lido, e nêle persistirei enquanto razões claras e irrefragáveis me não convencerem do contrário.

.....

## XVIII

30 de Setembro de 1864

... O General Afonso La Marmora em nota datada de 28 do corrente e recebida nesta Legação ontem à noite, dá-me parte que S. M. El Rei de Itália o havia chamado à Presidência do Conselho e nomeado ao mesmo tempo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, e ter êle já assumido as funções daqueles cargos. Apressei-me logo a acusar a recepção da mencionada comunicação pelo modo que V. Exa. se servirá ver da minha nota igualmente inclusa por cópia, que espero merecerá a aprovação de V. Exa. Conquanto o órgão oficial deste governo não dê ainda a formação do novo Gabinete, consta-me achar-se ele composto como segue:

General La Marmora, Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Deputado Lanza, Reino;

Deputado Sella, Fazenda;

General Petitti, Guerra;

Deputado Jacini, Obras Públicas;

Senador Vacca, Justiça;

Senador Torelli, Agricultura e Comércio;

Falta só prover os dois Ministérios da Marinha e da Instrução Pública, sendo provável que para o primeiro entre o Contra-Almirante Longo, e para o segundo Mr. Pessina. O Ministério, assim composto, não pode deixar de ser bem aceite pelo país, e de oferecer boas garantias. Não me cabe hoje no tempo dar a V. Exa. informações sôbre cada um dos membros da nova administração; fá-lo-ei o mais brevemente possível.

.....

## XIX

11 de Outubro 1864

... Depois de ter remetido para a Legação de S. M. em Paris a minha correspondência até à data de 30 do mês passado, para seguir para Lisboa pelo vapor de St. Nazaire de 5 do corrente mês, de haver expedido a V. Exa. a minha parte telegráfica de 30 do mês passado, annunciando a formação do novo gabinete presidido pelo General La Marmora e dando um resumo do programa da actual administração, coube-me ainda no tempo transmitir a V. Exa. pelo correio, na noite de 30 de Setembro, a lista dos novos Ministros, bem como o seu programa. V. Exa. teve depois conhecimento de que o General La Marmora ficou encarregado interinamente da pasta da Marinha, e que o Barão José Natoli, Senador, foi nomeado Ministro da Instrução Pública. A nomeação do Comendador Vacca, Senador, para Ministro da Justiça, e que eu já havia anunciado só foi publicada na *Gazeta Oficial* do 1º do corrente mês. Dos nove Ministros que formam o actual gabinete, quatro são piemonteses: General La Marmora, Giovanni Lanza, Conde Petitti e Quintino Sella, havendo um lombardo, o Comendador Stefano Jacini, um toscano, o Comendador Luís Torelli, um siciliano, Barão Natoli, e um napolitano, Comendador Vacca.

A reunião de tais homens políticos, cujos precedentes são assaz conhecidos, à testa da administração do país, merece a aprovação geral. Na noite de 7 do corrente coube-me a honra de enviar a V. Exa. os textos da Convenção celebrada com a França para a evacuação de Roma pelas tropas francesas, do protocolo que dela faz parte, e da declaração assinada em 3 do corrente relativamente aos prazos para a transferência da capital e evacuação de Roma pelas tropas francesas. A publicação de tão importantes documentos teve lugar simulta-

neamente em Paris e Turim, e veio pôr termo às duvidas que existiam sobre o seu verdadeiro conteúdo. Isto porém não impede a corrente de opiniões encontradas sobre o sentido e espírito da Convenção, e posto que muitos sustentam que as cláusulas daquele acto internacional implicam uma renuncia formal a Roma, a grande maioria da nação, não falando nos órgãos do grande partido liberal no estrangeiro, consideram aquele acto como um passo decisivo para a solução da questão italiana. Devo também aqui notar que os espíritos que no principio se haviam exaltado com a notícia da conclusão daquela convenção, têm-se acalmado pouco a pouco, não só com a publicação desse documento, senão igualmente em vista de outros que a êle se referem, tais como o relatório do gabinete transacto precedendo o decreto de 19 Setembro último para a convocação do Parlamento, e os despachos de Mr. Drouyn de Lhuys ao Embaixador de França em Roma, e ao Ministro de França em Turim.

Estão pois dissipados os graves receios que se nutriam de que para a próxima abertura do Parlamento se repetiriam as cenas desagradáveis e funestas dos dias 21 e 22 do mês passado, e tanto assim que parece certo que só à Guarda Nacional turinense será confiada a manutenção da ordem pública nesta cidade durante as sessões do corpo legislativo. Não oferece a menor duvida de que a lei autorizando a transferênciã da capital e as despesas que lhe são inerentes, será votada facilmente, e logo sancionada pelo decreto, que marcará o prazo do qual se começará a contar o tempo de seis meses para a transferênciã da capital, e o de dois anos para a partida de Roma das tropas francesas.

As disposições para a transferênciã para Florença já estão em grande parte tomadas; tendo há dias partido para aquela cidade um engenheiro, e indicando-se mesmo já quais os edifícios públicos destinados ao serviço das diversas repartições. Quanto às despesas não excederão elas, como oiço, de três a quatro milhões de francos. Segundo todas as probabilidades, a mudança da Corte e por conseguinte da sede do governo deverá efectuar-se em Janeiro ou Fevereiro próximo.

.....

XX

19.de Outubro de 1864

... O Corpo Diplomático neste país continua a vêr aumentar o número de seus membros com a chegada de novos representantes de Potências Estrangeiras. D. Marianno Baleara apresentou a S.M. El

Rei de Itália em 9 do corrente ás suas credenciais de Ministro Plenipotenciário da Republica Argentina, e o General de la Plaza entregou igualmente ao Ministro dos Negócios Estrangeiros a sua Credencial de Encarregado de Negócios da Republica de Venezuela.

.....

## XXI

24 de Outubro de 1864

... Logo depois de terminada a sessão de hoje na Câmara dos Deputados, apressei-me a transmitir a V. Exa. pelo telegrafo a noticia da abertura do Parlamento, da comunicação por parte do governo da Convenção de 15 de Setembro celebrada com a França, — de ter sido votado um inquérito parlamentar sôbre os tristes acontecimentos de Turim nos dias 21 e 22 do mês passado e finalmente da ordem perfeita que aqui reina.

Agora cabe-me a honra de enviar a V. Exa., cintados pelo correio, os importantes documentos apresentados à Câmara dos Deputados juntamente com a Convenção, já impressos, e de chamar a atenção de V. Exa. especialmente para o officio do Representante de Itália em Paris ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, datado de 15 de Setembro último. Não só deste, mas de todos os demais documentos não resulta a mais minima renuncia a Roma como Capital do Reino de Itália; — renuncia-se sim à adopção de todo e qualquer meio violento para conseguir aquele fim, seguindo-se à letra o plano traçado pelo Conde de Cavour, e ainda não executado. Nunca os deputados da Nação italiana concorreram em tão grande número ao Parlamento como no dia de hoje, sendo rarissimos, de 450, os que faltaram. A Guarda Nacional está incumbida do serviço das Câmaras; a ordem mantem-se perfeitamente, e apenas se ouviram alguns assobios à chegada dos senhores Minghetti, Peruzzi e Spaventa.

.....

## XXII

3 de Novembro de 1864

... Não tendo a Câmara dos Deputados celebrado sessão depois do dia 24 do mês passado, achando-se contudo os seus membros occupados nas Comissões, vai hoje continuar com os seus trabalhos, e espera-se que ainda nesta semana seja apresentado o Relatório da Co-

missão á qual foi cometido o exame do projecto de lei, apresentado pelo Ministro do Reino, para ser autorizada a despesa de 7 milhões de francos para a transferência da Capital para Florença. Os nove membros daquela comissão são favoráveis á Convenção franco-italiana de 15 de Setembro, e tenho por positivo que o dito projecto de lei será adoptado por uma grande maioria, acaso por três quartas partes dos deputados. Conquanto a discussão sôbre o projecto de lei possa ser assaz acalorada, não se presume que dai resulte perturbação na ordem publica. Alguma demonstração poderá ter lugar nesta cidade, quando á Câmara fôr apresentado o inquerito parlamentar, sôbre os successos de 21 e 22 de Setembro últimos, mas mesmo assim não se receia grandes comoções.

Das recentes tentativas garibaldinas ou mazzinistas para o lado de Veneza pouco se tem dito nestes últimos dias, e existe grande incerteza sôbre o que ali se tem praticado. Quanto a mim considerei desde o principio tais tentativas como um dos frequentes manejos de Mazzini, sempre com o fim de entreter certa agitação na população, e tendo sempre o triste resultado de fazer victimas inutilmente.

As forças austriacas exercem grande vigilância e perseguem sem piedade os revoltosos. Como era natural, o partido de acção abriu logo subscrição a favor destes últimos; mas todos os jornais italianos que têm admitido nas suas colunas tanto as circulares dos diversos *comités*, como publicado as ofertas recebidas, têm sido recolhidos pela autoridade. Parece-me que o governo tem obrado bem afastando de si toda a ideia de conivência em tão loucas tentativas, e evitando todo o pretexto de comprometimento para com a Áustria. Segundo me consta também se tem feito importantes apreensões de armas e de proclamações incendiarias que se tem pretendido introduzir em diversos pontos, mesmo em Turim.

.....

### XXIII

8 de Novembro de 1864

... Segundo tive a honra de anunciar a V. Exa. o relatório sôbre o projecto de lei da transferência da Capital foi apresentado na semana passada pelo deputado Mosca, milanês, havendo o deputado Boncompagni declinado aquele encargo; e a Câmara decidiu que se desse para ordem do dia de segunda-feira, 7 do corrente, o mesmo projecto de lei. Precederam esta decisão algumas perguntas que tanto o deputado

Boggio como o deputado Petruccelli dirigiram ao governo, o primeiro sôbre a comunicação à Câmara de todos os documentos relativos à Convenção de 15 de Setembro, o segundo sôbre o boato espalhado de não ser exacto o texto publicado do officio do Ministro de Itália em Paris daquela mesma data. Recusou-se o General La Marmora à comunicação de outros documentos além dos que fôram já apresentados, e sustentou o Ministro do Interior a certidão do texto daquele officio, qual foi publicado e comunicado à Câmara. Havendo em seguida o deputado Ferraris feito uma moção para que a Convenção deve ser submetida à aprovação do Parlamento, fundando-se no artigo 5º do Estatuto do Reino, e a Câmara resolveu que aquele deputado desenvolvesse a sua moção, como questão prejudicial, antes de se entrar na discussão do projecto de lei para a transferência da Capital. Na sessão de 7 sustentou o deputado Ferraris a sua tese constitucional, procurando demonstrar que a Convenção de 15 de Setembro entra no número daqueles contratos internacionais que, para poderem ser ratificados, necessitam da previa aprovação do Corpo Legislativo. Outros oradores porem opuzeram-lhe razões em contrário, e a discussão foi interrompida pela distribuição da *Gazeta Official* na Câmara, contendo um despacho datado de ontem mesmo e dirigido pelo General La Marmora ao Ministro de Itália em Paris, que junto V. Exa. encontrará, e que serve de resposta aos dois despachos de Mr. Drouyn de Lhuys de 30 de Outubro e 2 do corrente ao Ministro de França em Turim, versando estes documentos sôbre a interpretação da mencionada Convenção, e sendo a publicação deles provocada pelo officio do Snr. Constantino Nigra que acompanhou a remessa da Convenção. À publicação dos dois sobreditos despachos de Mr. Drouyn de Lhuys, respondeu o governo italiano com a publicação do segundo officio do Snr. Nigra de 30 de Outubro último, e do telegrama deste do 1º do corrente, também incluso. Foi pois em vista do novo despacho do General La Marmora, datado de ontem mesmo e publicado logo em seguida, sem dar tempo a que aquele despacho chegasse ao seu destino, que o deputado Boggio pediu a palavra pretendendo demonstrar que havia uma contradição entre os documentos italianos e os franceses, tirando por conclusão que a Convenção era uma renuncia a Roma; mas o General La Marmora mostrou a exactidão da comunicação do Snr. Nigra de 15 de Setembro, bem como a declaração do seu colega do Reino, e que sendo as opiniões livres não era de admirar que sôbre um mesmo ponto se oferecessem tão diversas. Assim terminou a sessão do dia 7, e o Ministro do Reino, logo no principio da sessão de

hoje, combateu por tal forma a tese do deputado Ferrari, que a Câmara decidiu por grande maioria pôr termo à discussão sôbre a questão suspensiva ou prejudicial, e o seu Presidente declarou aberta a discussão geral sôbre o projecto de lei relativo á transferênciã da sede do governo. Terminarei o presente officio assegurando a V. Exa. que o despacho do General La Marmora de 7 do corrente, a que acima me refiro, causou a melhor impressã no público e é muito aplaudido. Foi êle redigido em Conselho de Ministros, e faz por certo muita honra ao governo italiano.

.....

## XXIV

8 de Novembro de 1864

... Na sessão de 4 do corrente, o Ministro da Fazenda expondo à Câmara dos Deputados as difficuldades do tesouro para occorrer às despesas do resto do exercicio do presente ano, e a necessidade de diminuir por um lado o *deficit* do ano futuro, e aumentar por outro lado a receita do Estado, apresentou vários projectos de lei que V. Exa. encontrará incluso, bem como a exposição do Estado do tesouro. Para acudir pois às necessidades futuras propõe aquelle Ministro uma economia nos diversos ramos de serviço, de perto de 60 milhões de francos, dos quais metade se refere ao orçamento do Ministério da Guerra; e para aumentar a receita propoz igualmente o aumento no preço da venda do tabaco e sal; o aumento do porte das cartas simples no interior do Reino de Itália; o desconto nos ordenados dos empregados publicos; o aumento de direitos nos generos coloniais (exceptuando o assucar) e nos cereais. Com estas últimas seis medidas calcula-se um rendimento de perto de 50 milhões de francos. Quanto aos 200 milhões de que o governo carece para fazer frente às despesas até 31 de Dezembro próximo, requer o Ministro da Fazenda a aprovação do contrato celebrado com capitalistas italianos para a venda dos bens nacionais, o que daria ainda no corrente ano 40 milhões, dos quais 12 já estão cobrados; — a autorização para perceber por antecipação o imposto nos bens rurais e urbanos de 1865, o que daria 124 milhões, e reconhecer-se desde já um valor efectivo aos coupons (cedulas) de obrigações inscritas no grande Livro, e que só se vencem em 31 de Dezembro; — finalmente a emissão de bonds do tesouro na importância que fôr necessaria para completar o que falta dos 200 milhões. S. M. El Rei Vitor Manuel cede da lista civil 3 milhões e uma parte dos do-

minios da Coroa, enquanto as urgências do Estado o exigirem. Se os recentes graves acontecimentos não tivessem tido lugar, não haveria necessidade de lançar mão dos meios que acima aponto para cobrir as despesas do corrente ano, pois tinha-se calculado com outros recursos, que nem o Ministério anterior nem o actual podem realizar actualmente. A convenção para a venda dos caminhos de ferro do Estado era um daqueles recursos, e posto que o Gabinete actual mantenha aquele contrato, dúvida-se que ele venha a realizar-se pela transferêcia da Capital.

.....

## XXV

11 de Novembro de 1864

... Aberta a discussão geral, na sessão da Câmara dos Deputados do dia 8 do corrente, sôbre o projecto de lei para a transferêcia da Capital para Florença, apresso-me a remeter a V. Exa. o relatório apresentado pela respectiva Comissão, e à medida que forêem publicadas os extractos officiais de tão importante discussão, terei o cuidado de os ir transmitindo diariamente a V. Exa., cintados pelo correio. O resultado do debate encetado facil é de prever; o projecto de lei será votado por grande maioria, sejam quais forem os esforços que a opposição empregue para o combater. Havendo perto de 80 oradores inscriptos, a discussão deveria ser longa; mas segundo sou informado a discussão geral terminará amanhã, e passar-se-à à discussão dos artigos do projecto de lei, o que poderá levar 4 ou 5 dias. A votação terá lugar no fim da semana que vem.

No Domingo 6 do corrente, S. M. El Rei de Itália recebeu em audiência particular o Cavalheiro Nicolau Kisselew, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de S. M. o Imperador da Rússia, para a apresentação das Cartas Credenciais que acreditam nesta qualidade junto daquele Soberano.

Acha-se actualmente em Turim o Grão-Duque hereditário da Rússia, S.A.I. declinando os oferecimentos da Corte, acha-se alojado no Hotel da Europa, e parte hoje directamente para Nice, não podendo ir antes a Florença em consequência das inundações que têm havido naquela Cidade e seus arredores nestes últimos dias, o que motivou a interrupção das vias de comunicação numa parte da Toscana.

.....

## XXVI

1 de Dezembro de 1864

... O projecto de lei sobre a transferência da Capital, votado por grande maioria na Câmara dos Deputados acha-se actualmente em discussão no Senado. Conquanto impugnado por alguns senadores, não deixará êle de ser breve e favoravelmente votado.

.....

## XXVII

9 de Dezembro de 1864

... Hoje foi aprovado no Senado, por uma imensa maioria, a proposta de lei para a transferência da Capital. De 183 Senadores presentes, 134 votaram a favor, 47 contra, e 2 abstiveram-se de votar. O decreto sancionando a lei do Parlamento para aquela transferência deve ser publicado quanto antes.

.....

## XXVIII

12 de Dezembro de 1864

... Pelo decreto que incluso tenho a honra de remeter a V. Exa., S. M. El Rei de Itália há por bem sancionar a lei votada no Parlamento, pela qual a Capital do Reino de Itália é transferida para Florença, devendo a Corte fixar ali a sua residência dentro do prazo de seis meses, a contar da data do dito decreto. Esta circunstância, há meses imprevista, traz consigo despesas consideraveis para o governo italiano, o qual se acha já habilitado com a soma de 7 milhões de francos para fazer frente às mesmas; e vem causar ao Corpo Diplomático graves embaraços para remover os quais não pode êle deixar de apelar para os respectivos governos. Assim o entenderam os meus colegas, e assim o entendo eu, oficiando hoje neste sentido a V. Exa. A situação dos membros do Corpo Diplomatico por um lado torna-se difficil, atendendo a que todos, com rarissimas excepções, têm arredamentos das Casas em que aqui habitam por mais alguns anos, entrando eu nesse número por mais 2 anos, e o 1º Adido a esta Legação por igual prazo; e mesmo admitindo a faculdade que os contratos nos dão de subarrendar nossas Casas, e de termos a fortuna de achar quem as queira tomar, por muito felizes deverão considerar-se aqueles que obtiverem metade do aluguer

que actualmente pagam. Por outro lado, segundo as noticias e informações que temos, vários especuladores de Liorne e Milão, parte constituídos em sociedade assenhorearam-se de quantas boas casas há em Florença, e creio que mesmo nos arredores da cidade, impondo agora preços fabulosos pelos alugueis, e por tal forma que muitos do meus colegas pensam em tomar casas de campo às portas de Florença, seguindo o exemplo do Ministro da Prússia, o qual arrendou uma daquelas casas, com a competente mobilia, a um quarto de hora de distância da Cidade, pela quantia de 12.000 francos anuais. Por aqui poderá V. Exa. ajuizar o que não será com as casas dentro da cidade. Os que, como eu e outros, temos mobilia própria, não seremos obrigados a pagar preços tão elevados, mas por outro lado haveremos de satisfazer despezas consideraveis de transportes, e sofrer a serie de prejuizos que se dão com as mudanças de casas e de moveis. Em vista de tais ponderações, sôbre as quais sou obrigado, no meu nome e no dos mais membros desta Legação, a chamar a seria atenção de V. Exa., permita-me V. Exa. que confiando na sua rectidão e bondade, eu solicite os meios necessários da parte do governo de S. M. para atenuar a situação critica em que nos achamos colocados, parecendo-me que, em conjuntura tão extraordinária e por certo rarissima, e posto que a mudança que temos de efectuar seja dentro do próprio país, seria um acto de justiça que além da ajuda de custo ordinária, nos fosse concedido quer um adiantamento, quer uma indemnização. Sôbre isto porem V. Exa., melhor que ninguem, se dignará resolver, servido-se prevenir-nos com antecipação para nosso governo.

.....

## XXIX

12 de Dezembro de 1864

... Parecendo-me de toda a conveniência que na Cidade de Turim, como nas outras cidades importantes da Itália, haja um Agente Consular da Nação portuguesa, e visto a Legação de S. M. ter em breve tempo de ser transferida para a nova Capital, tenho a honra de propor a V. Exa. o Sr. Luís Arduim, para Consul de Portugal em Turim, ficando o novo Consulado subordinado ao Cônsul Geral em Génova.

.....

... Segundo a prática seguida, os chefes de missão acreditados nesta Corte, foram ontem recebidos pela Senhora Duquesa de Génova afim de apresentarem a S.A.R. as suas felicitações por ocasião do fim do ano, e entrada do novo. Com o mesmo motivo foi o Corpo Diplomático recebido hoje por S. M. El Rei e por S.A.R. o Príncipe Eugenio de Carignano. S.A.R. o Príncipe Amadeu fez-me a honra de me receber ontem afim de eu poder igualmente apresentar-lhe os meus respeitos e felicitações. Tanto S. M. El Rei como S.A.R. que todos gozam de perfeita saúde, acolheram-me com a sua costumada benevolência, entretendo-se largamente comigo acerca de Suas Majestades e Família Real portuguesa. S.A.R. e Senhora Duquesa de Génova costuma trazer nos actos solenes a banda da Real Ordem de Santa Isabel, como ainda aconteceu nesta ocasião. As últimas notícias recebidas de Nápoles acerca de S.A.R. o Príncipe Humberto são de todo satisfatórias. S.A.R. goza de perfeita saúde, e é alí de todos acolhido com respeito, veneração e simpatia. S.A.R. o Príncipe Otão tem por ora passado assaz satisfatoriamente, quanto o estado da sua delicada saúde o permite.

O Ministério da Marinha que era gerido ultimamente e interinamente pelo General La Marmora, foi confiado agora ao Tenente General Diogo Angioletti, que exercia o Comando Militar de Bari, mas que já se acha em Turim.

.....



1865



## I

8 de Janeiro de 1865

... O Parlamento italiano abriu de novo as suas sessões em 5 do presente mês, sendo nêsse dia apresentado o relatório da Comissão de inquérito sôbre os sucessos de Setembro passado na Cidade de Turim. Parece que êste melindroso assunto vai entrar quanto antes em discussão.

.....

## II

25 de Janeiro de 1865

... Tendo a Comissão de inquerito parlamentar sôbre os deploraveis factos que se deram na Cidade de Turim em 21 e 22 de Setembro do ano passado apresentado o seu relatório foi dada para ordem do dia de segunda feira a discussão sôbre aquele assunto. Mas logo no principio da sessão o Deputado Barão Ricasoli fez uma moção, que igualmente incluo, a qual depois de alguma discussão, foi aprovada por 140 votos contra 67. De 220 deputados presentes, só 207 votaram, porque 13 se abstiveram. Assim começou e terminou na mesma sessão uma discussão da qual, conquanto esperada com ansiedade, nenhum resultado util viria ao país.

.....

## III

1 de Fevereiro de 1865

... Em consequencia da votação que teve lugar na segunda feira, 23 do mes passado, na Câmara dos Deputados sôbre a moção proposta pelo Barão Ricasoli, que impediu que se entrasse na discussão ácerca do inquerito parlamentar pelos deploraveis factos de Setembro do ano findo na Cidade de Turim, conforme tive a honra de dar conhecimento a V. Exa. pelo meu precedente officio, entenderam os estudantes da Universidade de Turim fazer algumas demonstrações, indo em grandes grupos dar vivas ao Sindico, ao Conde Sclopis, ex-presidente do Senado e a alguns deputados, e fazer tumulto debaixo das janelas da Prefeitura. A terceira vez que tais demonstrações se repetiram mandou a Autoridade colocar cartazes nas esquinas das ruas convidando o publico abster-se de semelhantes actos, que podiam degenerar em

verdadeiros tumultos. Desde logo os estudantes obedeceram, porque viram que a elles se havia juntado certa gente com intenções bem diversas das deles. Mas os ajuntamentos continuaram, a força publica interveio, prendeu bastantas individuos, e o socego restabeleceu-se. Começou porém a espalhar-se certos rumores de que na noite de 30 do mês findo, em que tinha lugar o 1º baile da Corte, haveria uma nova demonstração; que se impediria às carruagens de passar para o Paço; que se atirariam pedras, e que mesmo se não poupariam as *toilettes* das senhoras que ousassem concorrer ao baile. Em parte assim succedeu, apesar das precauções da policia, como V. Exa. verá da noticia inclusa tirada do jornal *L'Opinione*, que tenho por exacta. Tanto na ida ao Palacio como no regresso a casa, ninguem contendeu comigo, mas outro tanto não succedeu a alguns dos meus colegas, sobretudo ao Ministro da França, que foi muito apupado, e ao qual gritavam: «mande dizer isto a seu Amo». No entretanto não houve aggressão contra as carruagens dos membros do Corpo Diplomatico, conquanto quebrassem os vidros da carruagem em que ia o General russo Hasford, Adjunto à Legação da Russia nesta Corte. Com semelhantes prevenções e provocações impediram que o baile estivesse concorrido como precedentemente acontecia, havendo somente 89 senhoras e 291 homens.

Nenhum membro da Municipalidade e muito raros officiaes da Guarda Nacional se apresentaram no baile; é verdade que toda a Guarda Nacional havia sido convocada a quartéis, e prestou bom serviço até alta noite. Um tal escandalo, promovido por uma pequena fracção da população de Turim não tem comento, e eu receio que se continuar a haver demonstrações, haverá de novo a lamentar desgraças, porquanto a autoridade não pode ficar sempre impassivel diante de tão amiudadas provocações. S. M. e Suas Altezas Reais a Duquesa de Génova, o Príncipe Amadeu e o Principe de Carignano entraram no baile às 9 horas, retirando-se à meia-noite. Entretiveram-se, como é costume, com os membros do Corpo Diplomatico, cabendo-me a honra de dançar uma contradança com S.A.R. a Duquesa de Génova.

.....

#### IV

4 de Fevereiro de 1865

... A partida repentina de S. M. El Rei Vitor Manuel para Florença, de que me apreseñi a dar noticia a V. Exa. ontem pelo telegrafo tem causado grande sensação aqui, e vai de novo excitar odios contra os turineses em toda a Itália. Aquella resolução foi tomada pelo Sobe-

rano em consequencia da afronta que uma parte da aristocracia piemontesa pretendeu fazer-lhe, não só abstando-se de concorrer ao baile do Paço de 30 de janeiro passado, senão tomando parte individualmente na demonstração que teve lugar naquela noite, e impedindo muita gente de passar para o Palacio. Tal procedimento é geralmente reprovado pela população de Turim, e algumas queixas já se ouvem contra os promotores de tão inaudito escandalo. As diversas demonstrações que previamente tinha havido eram contra as autoridades, e nelas se misturavam as classes da sociedade; coube porém exclusivamente à aristocracia promover um insulto à pessoa do Soberano. Foi um passo fatal, de que esta Cidade sentirá por certo as consequencias. Por ora nada consta das disposições que se tomarão quanto à transferencia do Ministério para Florença. Só corria ontem que o General Cialdini tomava o Comando desta Divisão Militar. Do que for ocorrendo terei a honra de prevenir a V. Exa., e no entretanto como dentro de dias o Parlamento se fecha, e que em vista das circunstancias actuais a mudança para a nova Capital terá lugar mais cedo do que se pensava, vejo-me obrigado de rogar a V. Exa. se sirva responder, com a possível brevidade, ao que expuz no meu officio do ano passado.

.....

## V

7 de Fevereiro de 1865

... Uma salutar reacção se vai produzindo nesta Cidade contra o escandalo promovido na noite de 30 do mes passado. O Conselho Provincial de Turim, reunido na noite de ontem, adoptou, por unanimidade, uma ordem do dia, segundo a qual a Junta é encarregada de apresentar uma mensagem a S. M. El Rei de Itália. Por outro lado circula por Turim, e vai-se cobrindo de assinaturas a mensagem que inclusa tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa..

O insolito procedimento de alguns individuos não podia deixar, como está sendo, de ser estigmatizado não só na Itália, mas em toda a Europa.

.....

## VI

21 de Fevereiro de 1865

... Para conhecimento do governo de S. M., incluo o decreto de S. M. El Rei de Itália relativo à Circular do Cardeal Antonelli, à

Enciclica pontificia de 8 de Dezembro do ano passado e ao Sillabus que a acompanha.

Todos os dias vão aparecendo novas mensagens das diversas Municipalidades ao Soberano. A que, inclusa, envio a V. Exa. é da Municipalidade de Turim, que encarregou o respectivo Sindico e 4 Assessores de a levarem a S. M. Esta deputação foi bem recebida pelo Rei, que é esperado em Turim para o fim da semana. S. M. partirá em seguida para Milão para assistir naquela Cidade ao *Carnevalone* que, segundo o rito Ambrosiano, principia este ano a 2 de Março.

.....

## VII

28 de Fevereiro de 1865

... Em 23 do corrente mês tive a honra de anunciar pelo telegrafo a V. Exa. a chegada a Turim de S. M. Vitor Manuel, e o modo porque foi recebido pela população desta Cidade. Tanto no teatro como ante ontem no Corso de Mascaras, ao qual S. M. concorreu pela primeira vez, recebeu o Soberano incontestaveis provas de grande affecto. Pelo decreto de 26 do presente, houve S. M. por bem conceder inteira e plena amnistia, não só pelos factos praticados em Turim em 30 de Janeiro ultimo, como pelos que se praticaram em 21 e 22 de Setembro do ano passado, e em 27, 28 e 29 de Janeiro do corrente ano. Tão benevola medida será recebida com gratidão, e aplaudida na Itália. S. M. El Rei tem determinado partir com a Corte na quarta-feira 1º de Março para Milão, aonde as proximas festas do *Carnevalone* devem ser esplendidas. Todo o Corpo Diplomatico concorrerá ao convite que lhe foi feito para assistir às mesmas festas, e eu tenciono achar-me ali em virtude da autorização de V. Exa., que recebi pelo telegrafo, na manhã de 2 de Março. Em consequencia das festas do Carnaval, a Câmara dos Deputados suspendeu as suas sessões até ao dia 6 e o Senado até ao dia 8 do mês que vem.

.....

## VIII

7 de Março de 1865

... Na conformidade do que tive a honra de anunciar a V. Exa. parti para Milão na manhã de 2 do corrente, juntamente com o 1º Adido a esta Legação regressando ontem a esta Cidade.

Todo o Corpo Diplomatico concorreu ao convite para assistir

às festas do *Carnevalone*, faltando apenas o Encarregado de Negocios do Perú e de Venezuela, por se acharem ausentes, e o novo Encarregado de Negocios de Espanha. Segundo me disse o General La Marmora, tendo-lhe o Snr. Zarco del Valle pedido para ser apresentado a El Rei Vitor Manuel êle lhe respondera que não o poderia fazer já, mas que lhe mandaria dar os convites para as festas de Corte que houvessem em Milão. Creio ser esse o motivo que levou o Encarregado de Negocios de Espanha a desistir de ir a Milão, e o General La Marmora disse-me mais que entendia não o apresentar, visto êle afectar sempre de falar do Rei de Sardenha, e não do Rei de Itália.

Alem de S. M. El Rei de Itália, que partira no dia 1º do corrente para Milão, acharam-se igualmente ali SS. AA. RR. a Duquesa de Génova, o Principe Amadeu e o Principe de Carignano. O acolhimento que o Soberano e as Pessoas Reais ali receberam não podia ser melhor.

Na Corte houve dois jantares, dos quais um ao Corpo Diplomatico no Domingo, tendo havido baile na vespera. Quasi toda a gente regressou ontem a Turim. S. M. El Rei deve colocar hoje a primeira pedra do edificio de uma grande galeria em Milão, e partir esta noite para Florença, aonde se demorará, segundo S. M. me disse, um mês. Um dos Ministros residirá junto de S. M.

.....

## IX

19 de Abril de 1865 (1)

... Agradecendo a V. Exa. a comunicação que me fez a honra de transmitir-me pelo telegrafo da formação do novo Gabinete ficando V. Exa. encarregado das Repartições da Fazenda e Estrangeiros, apressome a felicitar a V. Exa. por motivo para mim tão agradável, achando-me novamente debaixo das ordens imediatas de V. Exa., de quem tenho recebido e espero continuar a receber não equivocadas provas de confiança e benevolencia. Permita-me V. Exa. que, por esta ocasião, o felicite e aos seus colegas, por haverem posto fim á crise em que se achava o país.

.....

---

(1) Con dispaccio del 18 aprile il Conte d'Avila comunicava a Torino che il Duca di Loulé aveva cessato di occupare le cariche di Presidente del Consiglio e di segretario di Stato per gli affari esteri e che egli era stato nominato da S.M. il Re titolare del portafoglio degli esteri. (Archivio *cit.*). A partire da detta data e fino al 7 settembre, la corrispondenza è indirizzata al nuovo ministro.

3 de Maio de 1865

... Em circular datada de 21 do mês passado anunciou o General La Marmora ao Corpo Diplomatico que o Ministerio dos Negocios Estrangeiros haverá transferido a sua séde para Florença no dia 15 do corrente mês; e acrescentou que haviam sido tomadas as necessarias disposições pelo Ministro das Obras Publicas para que os membros do Corpo Diplomatico fossem admitidos a gozar, quanto ás pessoas de sua Comitiva e bagagens, das mesmas facilidades que tinham sido concedidas aos empregados italianos para o trajecto da antiga á nova Capital.

Estas facilidades consistem na redução dos preços de transporte de passageiros e bagagens, e no reembolso do preço de transporte das ultimas até à quantidade de 40 quintais, para as pessoas com familia, e de 20 quintais para as outras. O que tudo resulta de uma convenção celebrada pelo governo italiano com a Sociedade dos Caminhos de ferro lombardos e da Itália Central e com a Sociedade dos Caminhos de ferro de Liorne em 16 de Março ultimo para o transporte de Turim a Florença dos moveis e arquivos do governo, das pessoas dos empregados, suas familias e mobílias.

Agradei sem demora ao General La Marmora as benevolas intenções do governo de S. M. El Rei de Itália, declinei porem qualquer favor pecuniario, limitando-me a solicitar um salvo-conduto para as minhas bagagens, por entender que a dignidade e independencia do Representante de Portugal, bem como dos membros desta Missão, não comportavam a aceitação de semelhante oferta, e que jamais poderia merecer a aprovação do governo de S. M. que nos prevalecessemos da mesma, quando alías nos é dada uma justa indemnização para cobrir todas as despesas que a transferencia da Capital nos veio causar. Creio que todos os meus colegas, com excepção de um ou dois, procederam como eu. Em vista pois da época fixada para a transferencia da Repartição dos Negocios Externos para a nova Capital, de ali se acharem já instaladas as Repartições de Marinha e de Instrução Publica, da proxima partida do Rei, precedida já da sua Casa Militar, fiz expedir para Florença toda a minha mobilia no 1º do corrente, havendo passado ha poucos dias para um hotel com minha familia, e contando achar-me na nova Capital de 8 para 10 do corrente mês.

.....

... No meio do movimento extraordinario que reina aqui em consequencia da transferencia da Capital, ocupando-se cada um de fazer empacotar e expedir as mobílias, difficil tem sido prestar devida attenção à marcha dos negocios politicos do país. Não desejo porem ficar de todo silencioso sôbre algumas coisas importantes que recentemente se têm passado, e por isso resumirei alguns pontos cujo conhecimento não deixará de ser interessante a V. Exa. Principiarei pelas relações entre esta Corte e a Curia Romana, prevenindo desde já V. Exa. que não pequena exaggeração existe no que, ultimamente, os jornais têm referido a semelhante respeito. Creio informar bem a V. Exa. dizendo que tendo Sua Santidade dirigido uma Carta a El Rei de Itália, relativamente ás diversas sédes episcopais vacantes e sôbre a necessidade de obviar ao mal que daí resulta, S. M. El Rei V. Manuel respondera logo nos termos mais respeitosos e benevolos, enviando a Roma em missão especial o Com.or Vegezzi, antigo Ministro da Fazenda do ultimo Ministerio presidido pelo Conde de Cavour. Segundo me consta foi êle muito bem recebido pelo Santo Padre, bem como pelo Cardeal Antonelli, e por ora não se tem occupado que do objecto acima indicado. Esta abertura das relações com Roma tem sido por enquanto muito satisfatoria, e se até hoje não tenha sido questão que de negocios puramente ecclesiasticos é para mim fora de duvida que os politicos os seguirão de perto. Já de ha muito que havia comunicado ao antecessor de V. Exa. qual me parecia que devia ser a solução da chamada questão romana, isto é que reconhecida Roma e o mais territorio ainda sujeito ao Papa como parte integrante da Monarquia Italiana, a Nação cederia aquella Cidade para a residencia exclusiva do Chefe da Igreja Catolica estabelecendo-se em Florença a Capital do Reino, e fazendo-se outros arranjos que podessem convir ao Santo Padre. Persisto sempre na mesma opinião, apesar de prever as enormes difficuldades que haverá para conter os diversos partidos opostos a tal solução.

Estou mesmo convencido que hoje, não obstante qualquer contrariedade que tenha de sofrer a Santa Sé, não deixará esta de sujeitar-se a alguns sacrificios para se entender directamente com o governo italiano, desligando-se o mais possível de qualquer sujeição à França. Confio pois que, encetadas felizmente as negociações, o seu exito será recebido com alegria por todo o orbe catolico.

Tão auspiciosa occasião será por certo bem aproveitada para se

conseguir pôr termo a uma das questões mais delicadas e mais difíceis que se têm apresentado.

Como ai já será conhecido, tanto os projectos para a abolição da pena de morte, como para a supressão das Corporações religiosas não passaram no Parlamento. O primeiro, havendo sido aprovado na Câmara dos Deputados, foi combatido no Senado; o segundo foi mesmo retirado pelo governo naquela Câmara. Nenhum dos dois projectos era da iniciativa ministerial, e o Gabinete não entendia por forma alguma faze-los votar. Deixou-se porem entrar em discussão para satisfazer os partidos mais avançados, e lançou mão do primeiro pretexto para os pôr de parte.

A Câmara dos Deputados já cessou as suas sessões, mas o Senado ainda continua discutindo alguns projectos que têm de ser aprovados, antes de encerrado o Parlamento, o que terá lugar brevemente. Proceder-se-à depois às eleições geraes para a formação de uma nova Câmara de Representantes da nação. Antes de se separar, e apenas aqui chegou a noticia do assassinato de Lincoln, a Câmara dirigiu uma mensagem ao novo Presidente dos Estados Unidos por tão infausto acontecimento.

No Corpo Diplomatico aqui residente têm havido algumas mudanças passando o Ministro do Mexico para a Corte de Viena, o da Suecia para a de Berlim e o Encarregado de Negocios do Brasil para Montevideu. Nenhum dos três tem ainda successor.

.....

## XII

9 de Maio de 1865

... Inclusive tenho a honra de enviar a V. Exa. a Circular que o Ministro do Reino dirigiu aos Prefeitos sôbre haver-se retirado na Câmara dos Deputados o projecto de lei acerca das Corporações religiosas, e relativamente à missão do Comendador Vegezzi a Roma. O efeito produzido no pais por aquella determinação do Gabinete, e os boatos e conjecturas dos jornais pelo que toca à missão a Roma, levaram o governo a expedir a mencionada circular com o fim de impedir que o publico ficasse mal impressionado, attribuindo àqueles dois actos ministeriaes um fim mais diverso do verdadeiro.

Entretanto devo confessar a V. Exa. que, não obstante o que se alega quanto à intenção de propor novamente a supressão das Corporações religiosas na proxima sessão legislativa, não, creio, especialmen-

te nas actuais circumstancias, que semelhante medida venha a ser adoptada. É esta a opinião de muitas pessoas esclarecidas. Demais e conquanto o projecto para a supressão referida fosse apresentado pelo governo, eu não o posso considerar estritamente de iniciativa sua, por isso que em todo o pais fizeram-se espontaneamente representações tanto para a mesma supressão como para a abolição da pena de morte, e por tal fórma que o governo viu-se forçado a dar aquele passo. O Comendador Vegezzi já regressou de Roma, mas nada de positivo tem transpirado quanto ao resultado da sua missão. O que parece certo é que elle terá de voltar a Roma, e se ha de prosseguir nas negociações entabuladas, não duvidando eu que alguma coisa se conseguirá para restabelecer as boas relações com a Curia Romana, depois do importante facto de haver-se S. Santidade dirigido directamente, quando menos se pensava, a El Rei de Itália. O Principe Humberto chegou ha dias a Turim vindo de Nápoles. Tem-se espalhado vagamente que S.A.R. tem estado um pouco incomodado de saude.

.....

### XIII

18 de Maio de 1865 (2)

... Tendo partido de Turim na noite de 10 do corrente mês, conforme tive a honra de anunciar a V. Exa. pelo telegrafo, cheguei a esta nova Capital no dia 11, instalando desde logo e provisoriamente a Legação de S. M. no Hotel do Arno, aonde estou residindo, visto não ter podido ainda encontrar casa. A este respeito devo dizer a V. Exa. que a transferencia da Capital veio alterar por tal forma os preços baixos que dantes existiam em Florença que, até ao presente, por uma ou outra casa boa que tenho visto, tem-se-me pedido de 10 a 12 mil francos de renda anual, sem mobilia. Não me posso resolver a pagar semelhante soma e continuarei portanto fazendo diligencias por haver uma habitação por preço mais razoavel.

S. M. El Rei de Itália acompanhado do General La Marmora, Presidente do Conselho de Ministros, chegou a Florença no dia 13, vespera das festas do sexto centenario de Dante. Inclusa encontrará V. Exa. a descrição do que se passou aqui no Domingo 14 do corrente. A concorrência de nacionais e estrangeiros foi extraordinaria, mas tudo

---

(2) La corrispondenza comincia ad essere inviata da Firenze, dove si era trasferita la nostra legazione.

se passou na melhor ordem. Todos os ministérios já se acham mais ou menos instalados nesta cidade, e dentro de dias chegarão alguns dos Ministros que se acham em Turim, em consequencia do Senado só ter terminado as suas sessões no dia 16. Dos membros do Corpo Diplomatico poucos se acham por ora em Florença; esperam que terminem as festas dantescas para virem estabelecer aqui as respectivas Legações. Antes porem do proximo Setembro creio que o Corpo Diplomatico não estará reunido nesta Corte, muitos dos seus membros ausentando-se com licença, e outros conservando-se no campo.

.....

#### XIV

8 de Junho de 1865

...Segundo parte telegrafica recebida hoje consta que o Comendador Vegezzi chegara ontem a Roma; mas das informações que tenho receia-se que a Curia Romana não aceda ao que é ordenado ao dito Comendador nas instruções que levou. Não saberei especificar a V. Exa. quais elas sejam, mas estou certo que o governo italiano jamais prescindirá do juramento de fidelidade ao Rei e ao Estado, que todos os Bispos deverão prestar. Confio poder mais tarde dar a V. Exa. alguma informação mais positiva sôbre a missão Vegezzi; por enquanto este governo guarda grande reserva a tal respeito, não se devendo por isso dar importancia às multiplas e contraditorias correspondencias com que os jornais diariamente vêm cheios.

.....

#### XV

14 de Junho de 1865

No fim de um mês que me acho na nova Capital, e sem contar 15 dias que vim passar de proposito aqui no mês de Março ultimo, pude conseguir haver uma casa para a minha residencia e para estabelecer a Legação de S. M. Depois de ter percorrido um sem numero de casas, algumas das quais me teriam convindo senão fossem os preços fabulosos que exigiam, e perdida toda a esperanza de haver casa conveniente por menos de dez ou doze mil francos (o que antes da transferencia seria objecto de 3.000) arrendei a um inglês a sua casa, sem mobilia e por três anos, à razão de 10.000 frs. por ano. A quem, como V. Exa. conhece bem a Itália, devem causar grande admiração semelhantes preços, e sobretudo por ser em Florença, cuja barateza era proverbial. Tudo agora mudou aqui, passando-se de

um extremo ao outro, e tão sensível quanto extraordinaria mudança dá em resultado que um grande numero de florentinos emigra desta cidade, e um numero considerável de estrangeiros que vinha viver ou vivia aqui por economia, vai desaparecendo, pois que não só os alugueis das casas, senão que os generos alimenticios aumentaram desproporcionadamente. Dos meus colegas que já tomaram habitações nesta cidade, os de França, Inglaterra, Russia e Turquia (não falando no da Prussia, que alugou uma vila fora de portas por 12.000, e uma casa por 4.000 para a Chancelaria da Legação) nenhum deles paga menos de 16 a 20.000 fr.; verdade é que o ultimo paga 15.000, mas calcula-se que só para mobilar o 1º andar do Palacio Antinori, que êle tomou, necessita-se de 60 a 80.000 francos. Conseguiu êle porem que o governo Otomano pagasse aquela renda, não obstante os 75.000 de ordenado que já tem. Não creio que os governos francêss, inglês e russo paguem os alugueis das Casas dos seus representantes, porque todos três recebem de ordenado de 100 a 150 mil por ano, e se o meu colega da Prussia não pediu o mesmo favor que o da Turquia, é porque o governo Prussiano aumentou-lhe agora de mais 20.000 fr. o ordenado que já era de 40.000

Quanto ao resto dos membros do Corpo diplomatico, que ainda não fizeram os seus arrendamentos, apesar de varias tentativas que têm feito, estou persuadido, como é opinião geral, que mais elevados encontrarão no futuro os preços das casas. Só dentro de dois ou três anos levando-se a efeito os varios projectos de engrandecimento de Florença, já pela construção de numerosas propriedades, já alargando consideravelmente a circunferencia desta Cidade, é que se poderá equilibrar os preços exorbitantes a que tão somente a circumstancia da transferencia da Capital de um grande reino para uma grande cidade podia dar lugar.

Entrei nestes pormenores para mostrar qual o estado das coisas em Florença presentemente, e ao mesmo tempo para chamar a attenção de V. Exa. sôbre o grande sacrificio a que sou forçado, devendo, por absoluta necessidade, aplicar um pouco menos da terça parte do meu ordenado unicamente para pagar aluguer de casa, pois não seria decente que o Representante de uma Corte de Família, como é a nossa, se conservasse num hotel, aonde tambem as despesas não deixam de ser muito fortes.

Peço a V. Exa. se sirva tomar em consideração o que levo exposto, e dizer se não seria êste o caso de mandar dar nesta Corte qualquer quantia que torne menos sensível o pesado desembolso anual de

10.00 fr.s só para renda de Casa, renda que, se me não engano, nenhum dos meus colegas nas outras Cortes paga ou é obrigado a pagar.

.....

## XVI

21 de Junho de 1865

... O terceiro tiro nacional italiano foi este ano inaugurado nesta Capital na presença do Rei, havendo sido convidados para tal solenidade os Representantes das Potencias estrangeiras pelo *Gonfaloniere* de Florença. O tiro terminará no proximo sabado, 24 do corrente, e S. M. V. Manuel fará a distribuição dos premios no dia 25. A bandeira da Sociedade de tiro nacional italiano, que é costume arvorar no sitio aonde em cada ano se verifica o tiro ao alvo, foi bordada e dada por S. M. a Rainha, quando ainda Princesa de Saboia, e foi muito admirada por todas as damas florentinas que tambem ofereceram bandeiras para serem dadas em premios aos melhores atiradores. Inclusos achará V. Exa. os dois discursos pronunciados, no momento da inauguração do tiro, pelo Vice Presidente da Sociedade e pelo *Gonfaloniere* de Florença. No meio das preocupações que trazem consigo as eleições gerais, não deixa a questão de Roma de predominar nos espiritos em toda a Itália. E enquanto, por uma parte, os clericais romanos e os partidarios ultra-liberais se esforçaram per tornar inutil toda e qualquer combinação com Roma, por outra parte é certo que S. Santidade como o Rei de Itália se acham animados dos melhores sentimentos para remover todas as dificuldades afim de que cesse o estado anormal das relações entre a Santa Sé e o Reino de Itália. Tão nobres sentimentos são secundados por grande numero de pessoas sensatas deste país, e tenho a convicção de que serão coroados de bom exito. As negociações continuam e por consequente é prematuro o pretender-se saber qual será o resultado final. Quanto aos diversos *meetings*, que têm tido lugar em algumas cidades italianas, e cujo fim tem sido de protestar contra qualquer acordo com Roma, não se lhes deve dar importância. As propostas feitas pela Corte da Prussia e as negociações que se seguiram para a conclusão de um tratado de comércio com o Reino de Itália parece terem sido agora de todo abandonados, visto a Prussia pretender tratar tambem em nome do Zollverein, e o governo Italiano não admitir negociação alguma sem o previo reconhecimento do Reino de Itália por todos os Estados que compõem o dito Zollverein.

.....

... A grande novidade do dia, de que toda a imprensa se occupa e que o telegrafo tem transmitido a toda a parte, é a ruptura das negociações com a Cúria Romana.

Devo porem prevenir a V. Exa. de que tal noticia não se deve tomar ao pé da letra nem dar-se credito ao boato de modificação ministerial neste país, tambem espalhado pela imprensa, e naturalmente transmitido pelo telegrafo. De fonte segura me consta que as negociações com Roma sofreram uma interrupção, mas êste contratempo não quiere dizer que não as prossigam mais tarde, e quanto ao Ministerio sei igualmente que os seus membros se manterão no seu posto, resolvidos a fazer, não obstante a grande impopularidade que dai lhes provenha, toda a concessão compatível com a honra e dignidade da Corôa e do Estado. Não devo porem dissimular a V. Exa. que poucas são as esperanças hoje de se vir a um acordo com a Cúria em consequencia de se não prescindir do juramento dos Bispos. Tem-se estudado todos os meios para que tal juramento se verifique, mas não se encontra um que satisfaça as partes contratantes. As negociações deverão portanto suspender-se, o que não deixa de convir ao governo italiano no presente, não só em vista dos diversos *meetings* que têm tido lugar neste país, e que por enquanto pouca importancia merecem, mas que podem oferecer gravidade com a sua repetição, como também por causa das eleições gerais a que se tem de proceder sendo o mesmo governo ameaçado de ver eleito um considerável numero de individuos todos pertencentes ao partido da acção. A transferencia da Capital veio sugerir novos embaraços à posição do representante da Espanha em Turim. O Sr. Zarco del Valle, Secretario de Legação, interinamente encarregado de negócios, em lugar de ir para Florença, teve de pedir uma licença e foi para Madrid, deixando em Turim um Adido encarregado do expediente da Legação. O governo italiano já fez pressentir ao Gabinete de Madrid quanto lhe era indifferente que a Espanha reconhecesse o Reino de Itália.

.....

*Reservado*

... S. M. El Rei Vitor Manuel, antes de partir ontem para o Piemonte, mandou-me chamar para me falar sôbre assunto particular

de Sua Augusta Familia, dignando-se depois conversar comigo acerca das negociações com Roma e do resultado da missão do Comendador Vegezzi, que regressou aqui no dia 27. Não obstante o que tive a honra de comunicar a V. Exa. no meu ultimo officio terei agora de em parte confirmar e em parte rectificar o que então disse.

As negociações acham-se efectivamente suspensas, mas devem ser continuadas oportunamente, sendo isto questão de tempo. O que muito contribuiu par que não se viesse desde já a algum acordo foram os manejos do Embaixador austriaco em Roma, podendo V. Exa. ter por certo que tanto Sua Santidade como varios Cardeais desejavam e reconciliação com esta Corte. O Cardeal Antonelli chegou mesmo a falar ao Comendador Vegezzi sobre admitir-se de parte a parte a passagem, na respectiva fronteira, das forças romanas e italianas para prosseguir a brigandagem, e em se abolir as alfandegas — o que prova grande mudança nas ideias que primeiro existiam de não se entender de forma alguma com êste governo.

Isto pelo lado politico, e quanto ao religioso, Sua Santidade já estava disposta a que os Bispos nas províncias napolitanas prestassem o juramento a fim de receber o respectivo *exequatur*. Infelizmente tais disposições não se poderam realizar, mas realizar-se-ão em época mais ou menos remota, para o que o provável reconhecimento por parte de Espanha do Reino de Itália, como se depreende do discurso do Marechal O' Donnel, não deixará de contribuir eficazmente, como é facil de prever, perdendo então a Áustria o apoio daquela Potencia na Cúria Romana. Mas se por um lado a reconciliação com Roma será um facto glorioso para o primeiro Rei de Itália; e que incontestavelmente consolidará êste novo Reino, a tranquillidade interna deste último será por muito tempo sacrificada, pois que o partido exaltado difficilmente se conformará com qualquer accordo que não traga consigo o estabelecimento da Capital na própria cidade de Roma; porém semelhante propósito não estava na mente do homem que fez proclamar no Parlamento que Roma seria a capital da Itália, não de facto, mas sim moralmente. Como porém acontecimentos extraordinários têm-se verificado de ha quatro anos a esta parte na peninsula italica com grande admiração do mundo inteiro deve também esperar-se que aquele partido, considerável como é, acabará por aceitar o meio mais razoável e mais praticável que se oferecer de pôr um termo definitivo ao actual estado de coizas.

.....

... Incluso tenho a honra de remeter a V. Exa. o relatório, datado de ontem, dirigido a S. M. El Rei de Itália pelo Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negocios Estrangeiros relativamente às negociações com Roma. Tal documento era esperado com impaciencia pelo público, e o próprio governo sentia a necessidade de o publicar para destruir as asserções dos jornais de Roma e de outros clericais, e esclarecer a verdade dos factos. Era-lhe tambem conveniente fazer aquella publicação em vesperas das eleições gerais a que se vai proceder.

.....

... Antes de receber o despacho telegrafico de V. Exa. de 25 do corrente, já eu havia procurado informar-me do que se espalhara ácerca da mudança do Marquês Tagliacarne para Madrid; e a pedido do Com.dor Cerruti havia demorado telegrafar a V. Exa. enquanto não se tivesse verificado no dia 26 o Conselho presidido pelo Rei, no qual, tanto a nomeação do dito Marquês para Madrid, como a designação do seu successor, fossem definitivamente resolvidas.

Findo o Conselho tive immediatamente com o General La Marmora a entrevista que anunciei a V. Exa. no meu telegrama de 25, expedido às 11 horas da noite. Disse-me o General que, se me não tinha prevenido ainda daquelas mudanças diplomáticas, era porque elas dependiam da resolução que só meia hora antes havia sido tomada definitivamente com o consentimento do Soberano, para mas comunicar se não para me pedir de consultar a V. Exa., se a escolha do Conde Rodrigo Doria, o mais antigo dos Ministros Residentes, para o lugar de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de S. M. El Rei de Itália na Corte de Lisboa seria agradavel a S. M. Respondi ao General La Marmora que ia immediatamente telegrafar a V. Exa., como efectivamente o fiz, e que lhe comunicaria a resposta de V. Exa. apenas a recebesse. Tendo-me esta chegado ontem à tarde e não podendo ver então o General La Marmora, procurei-o esta manhã e dei-lhe conhecimento do despacho telegráfico de V. Exa. datado de ontem; o que o mesmo General me agradeceu, acrescentando que dentro de um mês, pouco ou menos, devia achar-se

em Lisboa o Conde Doria, que no momento se acha em Copenhague. Segundo depreendo, o Marquês Tagliacarne deve deixar essa Corte dentro de dias, afim de chegar a Madrid ao mesmo tempo que o Sr. Ulloa, novo Ministro de Espanha na Itália, que chegará a Florença para a proxima semana (3).

.....

## XXI

8 de Setembro de 1865 (4)

... Por decreto datado de ontem foi dissolvida a Câmara dos Deputados, fixada a convocação dos colégios eleitorais para 22 de Outubro, sendo o Senado e Câmara dos Deputados convocados em Florença para o dia 15 de Nov.o Tudo isto estando previsto, todos os partidos se preparam desde muito para a futura luta eleitoral. Não é possível deixar de considerar assaz problematico o resultado destas segundas eleições no Reino de Itália, e conquanto se presume desde já que tanto o partido exaltado como o clerical levarão à Câmara muitos dos seus membros mais notaveis, confia-se que o partido que ha-de preponderar, será o moderado.

A saída do Sr. Lanza do Gabinete, o qual tinha a pasta do Reino, veio enfraquecer sobremaneira o actual Ministerio, especialmente por ter dado a sua demissão na vespera das eleições gerais. Esta demissão causou grande sensação no país, e não acredita muito os sentimentos patrioticos do Sr. Lanza. O Barão Natoli, Ministro da Instrução Publica, ficou encarregado da pasta vaga. Pode dizer-se que motivos futeis levaram o Sr. Lanza a dar aquele pouco acertado passo, attribuindo-se êste a insignificantes desinteligencias com alguns dos seus colegas ao principio, provocando por fim um rompimento da parte do General La Marmora, de quem o Sr. Lanza era intimo amigo,

---

(3) Il testo del telegramma da Lisbona, citato nel dispaccio del Conte d'Avila, era il seguente: « Visto que o Governo Italiano resolveu transferir a Taliacarne desta Corte o que El Rei muito sente, não há objecção nenhuma contra o Conde Doria » (telegramma del 26 di detto mese). Nel dispaccio il nostro ministro degli esteri aggiungeva: « autorizo a V.Sa. a assegurar ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros desse país, que a noticia da saída daquele diplomata desta Corte causou uma impressão desagradavel porque pelas suas delicadas maneiras, distintas qualidades e o modo porque soube desempenhar a sua honrosa Missão se tornou credor da benevolencia de Sua Majestade, da estima do seu governo e da consideração geral ». (Archivio *cit.*).

In quell'occasione a Tagliacarne era conferita la gran croce di Cristo (dispaccio dell'8 agosto, Arch. *cit.*).

(4) Con dispaccio del 5 settembre il Conte de Castro comunicava al nostro ministro in Firenze la sua nomina a ministro degli affari esteri (decreto 4 dello stesso mese). (Archivio *cit.*).

La corrispondenza è ora indirizzata al nuovo titolare del ministero.

mas só depois de ter o General empregado todos os esforços para conservar aquele Sr. no Gabinete. Com êste desagradavel acontecimento é de crer que o actual Gabinete não se poderá manter por muito tempo, e não me causará admiração se, logo depois de reunido o Parlamento, houver mudança Ministerial. S. M. El Rei Vitor Manuel, que ha dias tinha vindo a Florença, partiu ontem á noite para Turim, donde regressará aqui dentro de alguns dias.

O novo Ministro de Espanha nesta Corte, Sr. Ulloa, chegou ontem de manhã a Florença, mas só poderá ter a sua audiencia quando El Rei voltar. Espera-se tambem brevemente o novo Ministro do Mexico, Sr. Alonzo L. Péon de Regil, e já se acha em Florença desde algum tempo o Cavalheiro Loureiro, Ministro Residente do Brasil. A colera tem diminuido muito no país, e na ausencia dos calores, desaparecerá talvez de todo.

.....

## XXII

30 de Setembro de 1865

... Tendo S. M. El Rei Vitor Manuel regressado a esta Corte no dia 17 do corrente mês deu audiencia no dia seguinte ao novo Ministro de Espanha, Cavalheiro Augustô Ulloa o qual nessa ocasião entregou ao mesmo Augusto Senhor a resposta de S. M. Catolica á carta pela qual El Rei Vitor Manuel Lhe notificara ter assumido o Titulo de Rei de Itália para Si e Seus descendentes. — Em seguida apresentou o Sr. Ulloa as suas Credenciais de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de S. M. C. junto do Soberano. Includos encontrará V. Exa. o discurso do Enviado de Espanha e bem assim a resposta de El Rei de Itália. Sendo extraordinaria a primeira missão do Enviado de Espanha, foi o Sr. Ulloa conduzido ao Palácio em carruagem de Corte e acompanhado de um Mestre de Cerimónias. Dois dias depois teve lugar na Corte um jantar em honra do referido Enviado, segundo a etiqueta aqui observada.

Os dias 21 e 22 do corrente mês, aniversario dos desgraçados acontecimentos de Turim, passaram-se com quietação, apesar do partido exaltado ter procurado fazer uma demonstração ruidosa. Tudo se limitou naquela cidade a uma cerimonia religiosa pelo repouso das vitimas daqueles dois dias. A atitude pacifica tomada pelas autoridades é de louvar.

As proximas eleições preocupam presentemente os animos neste país. Como já tive a honra de dizer a V. Exa., o partido moderado preponderará no Parlamento.

O governo francês acaba de notificar ao italiano que as suas tropas começaram a evacuar o território pontifício, concentrando-se, para tal fim, em Roma, Viterbo e Civitavecchia.

.....

### XXIII

4 de Outubro de 1865

#### *Reservado*

... Agradeço igualmente a V. Exa. a ordem que se serviu dar aos Secretarios desta Missão de recolherem sem perda de tempo a esta Corte em consequencia da proxima chegada de Suas Majestades e Alteza Real. Expedi logo aos mesmos Secretários os dois despachos de V. Exa. que para maior brevidade me foram enviados a sêlo volante dessa Secretaria de Estado.

Fui entregue na noite de 2 do corrente mês do despacho telegrafico de V. Exa. annunciando-me a partida de Sua Majestade. Comuniquei logo a noticia ao Presidente do Conselho de Ministros; e o Prefeito do Palacio, Grão-Mestre de Cerimónias, veio procurar-me para nos pormos de acordo para a recepção de Suas Majestades e Alteza Real. No entretanto vou tomando todas as disposições necessárias a fim de que tudo esteja pronto para o momento da chegada e permanencia dos mesmos Augustos Senhores neste Reino.

.....

### XXIV

26 de Outubro de 1865

... Em aditamento ao telegrama que expedi ontem a V. Exa. para anunciar a chegada de S. S. M. M. e Alteza Real a esta cidade, tenho a honra de remeter hoje, incluso, os artigos publicados pelos diferentes jornais com relação a êste acontecimento, pela leitura dos quais V. Exa. tomará exacto conhecimento das medidas tomadas pelas autoridades por tão solene circunstância, e da maneira porque os Mesmos Augustos Senhores foram acolhidos pela povoação turinense. A Legação de Portugal teve a honra de entrar no comboio real em Bussolino perto de Susa, e de acompanhar S. S. M. M. até ao Palácio de Turim. Suas Majestades gozam a melhor saude.

.....

## XXV

23 de Novembro de 1865

... Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que ontem 22 do corrente às 11.h e 3/4 do dia S. S. M. M. e Alteza Real chegaram de Turim a esta Capital de perfeita saude. A Legação Portuguesa, que havia precedido S. S. M. M. de algumas horas, já se achava na Estação do Caminho de ferro, e teve a honra de acompanhar os Mesmos Augustos Senhores até ao Palácio Pitti, residencia preparada para os Soberanos Portugueses. V. Exa. encontrará nos artigos dos jornais que remeto inclusos a narração exacta da maneira porque S. S. M. M. foram acolhidas pela povoação florentina, e pelas diferentes autoridades, que todas e em toda a parte se têm esmerado para tornar agradavel a S. S. M. M. a residencia que os Mesmos Augustos Senhores fazem em Italia, onde cada dia conquistam maiores simpatias.

.....

## XXVI

5 de Dezembro de 1865

... Agora que me acho um pouco mais descansado, depois de haver dado cumprimento às ordens que recebi directamente de S. M. El Rei, cabe-me a maior satisfação de confirmar tudo quanto pelo telegrafo, desde o dia 25 de Outubro ultimo até ao dia 2 do corrente mês, tive a honra de anunciar a V. Exa. relativamente a S. S. M. M. e a S.A.R. o Principe D. Carlos.

Quer em Turim, quer em Florença, Génova e Milão foram os Mesmos Senhores acolhidos com inequivocas provas de affecto e respeito, e deixaram por toda a parte a mais grata memoria. Jantares, bailes e caçadas foram dados por S. M. El Rei de Itália para obsequiar seu Genro, Filha e Neto. Os Municipios de Turim e Florença ofereceram o primeiro um concerto, e o segundo um baile aos Ilustres Hospedes. Muitas Corporações quer civis, quer militares, bem como um grande numero de pessoas mais notaveis apressaram-se a cumprimentar Suas Majestades.

O Corpo Diplomatico aqui acreditato, foi igualmente apresentado por mim e por minha mulher a S. S. M. M.

A facilidade com que El Rei se exprime em diversas linguas, dirigindo a palavra a quasi todos os Representantes estrangeiros no

idioma do país de cada um deles, causa muita admiração segundo confessaram os meus colegas. A Legação de S. M. nesta Corte houvesse nesta ocasião como era do seu dever, merecendo a aprovação do Soberano.

.....

## XXVII

22 de Dezembro de 1865

... O Gabinete presidido pelo General La Marmora deu a sua demissão, que foi aceita pelo Rei. Assim o anunciei ontem pelo telegrafo a V. Exa. O Ministério caiu perante o Parlamento, em consequencia de uma votação que lhe era desfavorável. Permita-me V. Exa. que, em vez de relatar aqui todos os incidentes que deram em resultado o retirar-se aquelle Gabinete, eu remeta a V. Exa. o incluso artigo que cortei do jornal *La Nazione* de ontem, e que dá noticia exacta e imparcial do modo porque as coisas se passaram. Parece-me que o Ministro da Fazenda podia, a não haver algum forte motivo que não é do dominio publico, evitar a crise ministerial declarando, como o partido liberal pretendia, que o decreto de 17 de Outubro ultimo, segundo o qual se transferia para a actual Banca Nacional (Banco Sardo e Banco Toscano reunidos) os serviços das tesourarias do Estado, não seria posto em execução sem a previa sanção do Parlamento. O Ministro da Fazenda, porém, não quis fazer tal declaração, e neste comenos a opposição aproveitou o ensejo para lançar algumas insinuações que provocaram o Presidente do Conselho de Ministros a soltar palavras das quais se inferiu que o governo pretendia dissolver a Câmara, quando pelo contrario essa parece não ter sido a sua intenção, como o facto da demissão do Gabinete veio depois demonstrar. A crise ministerial não será de longa dura, e creio que o próprio General La Marmora será encarregado da formação do novo Gabinete. Mas se, por um lado, a crise actual poderá ser superada, não succederá o mesmo, como receio, com a crise financeira sem que o país se sujeite a enormes sacrificios.

.....

## XXVIII

29 de Dezembro de 1865

... A crise ministerial ocasionada pela demissão do Ministério presidido pelo General La Marmora ainda não pode ser resolvida,

espera-se que o seja de um momento a outro. As Câmaras suspende-ram os seus trabalhos, como é costume nesta época do ano, até 15 de Janeiro proximo.

.....

## XXIX

31 de Dezembro de 1865

... Tenho a honra de acusar a recepção do despacho telegrafico de V. Exa. de 30 do mês findo, participando-me a feliz chegada de S. S. M. M. e A. R. a essa Capital.

Segundo o costume nesta Corte, foi hoje o Corpo Diplomatico recebido em audiencia por S.M. El Rei de Itália, para apresentar ao mesmo Augusto Senhor as suas homenagens e felicitações por ocasião do fim do ano e entrada do novo. S.M. já sabia do regresso a Lisboa de Seus Augusto Genro, Filha e Neto, e disse-me que já Lhes Havia expedido um telegrama. Aludindo às dificuldades politicas deste país, disse-me S.M. que a crise ministerial tocava ao seu fim, e que esperava que os negócios públicos se encaminhariam regularmente. Entretanto no momento em que escrevo não me consta que o novo Gabinete, presidido novamente pelo General La Marmora, que conserva igualmente a pasta dos Estrangeiros, esteja de todo completo. Os novos Ministros de que tenho noticia são:

- O Advogado Chaves, deputado, para o Reino;
- O Senador Scialoja, para a Fazenda;
- O Com.or Jacini, para as obras Publicas;
- O Sr. Falco, Magistrado, para a Justiça;
- General Pettinengo, para a Guerra;
- General Angioletti, para a Marinha;

Restam preencher as pastas da Instrução Publica, e da Agricultura, Industria e Comércio.

Espero poder anunciar a V. Exa. antes da recepção do presente officio, a formação completa do novo Gabinete.

Mr. de Hompesch, novo Ministro da Baviera em Itália, foi recebido esta manhã em audiencia solene por S.M. El Rei Vitor Manuel. Tambem são aqui esperados os novos Ministros de Saxónia e parece que do Wurtemberg. Em vista destes successivos reconhecimentos do Reino de Itália, ficará a Áustria sendo a unica Potencia que, juntamente com a Cúria Romana, não reconheceu este Reino.

.....



1866



... A *Gazeta Oficial* deste Reino publicou finalmente os decretos de nomeação dos membros que formam o novo Gabinete, dos quais quatro pertenceram ao passado, sendo portanto confirmados, e quatro outros nomeados, como tive a honra de anunciar a V. Exa. pelo meu telegrama desta data.

Compõe-se o Ministerio actual do seguinte modo: General Afonso La Marmora presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros; Advogado Desiderato Chiaves, Ministro do Reino; Comendador Estêvão Jacini, Ministro das Obras Publicas; General Diego Angioletti, Ministro da Marinha; Com.or Antonio Scialoja, Ministro da Fazenda. Com.or João de Falco, Ministro da Justiça; General Inácio de Pettinengo, da Guerra. Com.or Domenico Berti, da Instrução Publica e encarregado de dirigir o Ministério de Agricultura, Industria e Comercio. Dos oito Ministros acima mencionados, os quatro primeiros pertenciam ao Gabinete transacto. Só para 15 do corrente mês poderá a nova Administração apresentar ao Parlamento o seu programa visto acharem-se suspensas até aquella época as sessões das duas Câmaras.

.....

## II

17 de Janeiro de 1866

... A abertura do Parlamento italiano que devia, como tive a honra de anunciar a V. Exa. ter lugar no dia 18 do corrente mês, tendo o Corpo legislativo sido encerrado por ocasião das festas no Natal, foi prorrogada por Decreto até ao dia 25, para dar tempo ao novo Ministério, formado durante aquele encerramento, a preparar trabalhos importantes para serem submetidos à discussão. A parte financeira é certamente a que mais preocupa o Gabinete, não me parecendo que seja possível com simples reduções, mesmo consideráveis, fazer face aos encargos do novo Orçamento sem recorrer a algum empréstimo. No domingo 14, foi recebido por S. M. El Rei de Itália em audiencia particular, o Barão de Selys-Longchamps, enviado em missão extraordinaria, para notificar o falecimento do Rei Leopoldo I e a subida ao trono da Bélgica do actual Rei Leopoldo II. O incluso artigo da *Gazeta Oficial* dá conta daquela audiência, bem como da recepção do meu colega Henrique Solvyns, o qual apresentou as no-

vas Credenciais, que o confirmam na qualidade de Ministro de S. M. El Rei dos Belgas nesta Corte. No mesmo domingo 14, deu o Presidente do Conselho um jantar em honra do novo Ministro da Baviera, Conde de Hompesch, e do Barão Selys-Longchamps, a que assistiram todos os chefes de Missão, Ministerio, Altos funcionarios do Estado e o Secretario e Adidos que acompanham o Enviado da Bélgica, em missão extraordinária. No dia seguinte deu o meu colega da Bélgica outro jantar, a que assistiram o Presidente do Conselho, General La Marmora, o Comendador Cerruti, encarregado das funções de Secretario Geral do Ministerio dos Negócios Estrangeiros, os três Representantes das Cortes parentes, Ministros da Grã-Bretanha, do México e de Portugal, e toda a missão extraordinaria belga. Na proxima quinta-feira deverá ter tambem lugar no Paço um outro jantar dado em honra desta mesma missão belga.

.....

### III

18 de Janeiro de 1866

#### *Reservado*

... A noticia da tentativa de sublevação do General Prim contra o Gabinete presidido pelo Marechal O' Donnel não deixou de produzir certo efeito neste Reino, aonde prevalece a ideia da União ibérica, que se considera tão natural como a união itálica. Quer nos altos circulos, quer nas classes mais baixas da sociedade, trata-se de uma tal questão como de um acontecimento que forçosamente hade realizar-se, e dias passados, lia-se em caracteres grandes, numa das principais praças desta capital o seguinte: *Viva Luigi I di Braganza, Re d'Iberia — abbasso i Borboni*. Logo que disto tive conhecimento julguei dever prevenir o General La Marmora, dizendo-lhe que entendia ser conveniente fazer desaparecer aquele letreiro. Prometeu-me o General de falar ao seu colega do Reino, no entretanto o letreiro lá existia ou existe, apesar de eu mesmo ter falado no domingo passado com o Ministro do Reino, fazendo-lhe sentir que se o governo não podia impedir que durante a noite se escrevessem semelhantes coisas, estava na mão da policia faze-las desaparecer no dia seguinte, o que eu muito estimaria que se tivesse praticado no caso presente, mesmo para evitar ao governo italiano alguma reclamação da parte do meu colega de Espanha, já assaz irritado por alguns artigos dos jornais italianos, entre outros pelo *Italia*, ao director do

qual dirigiu o Coronel Pombo, adido à Legação de Espanha, a carta inclusa que melhor era, segundo a minha opinião, não escrever (1).

Parecendo-me assaz importante a noticia da ordem dada pelo governo dos Estados Unidos da America para que todos os seus navios de guerra que se achassem no Mediterraneo partissem immediatamente para Lisboa, apressei-me a dar a V. Exa. conhecimento pelo telegrafo, em 15 do corrente, daquelle facto. Como então anunciei a V. Exa. ignora-se aqui o motivo de uma ordem tanto mais imprevisita, quanto é certo que os Comandantes dos diferentes navios haviam tomado as suas disposições e feito as necessárias provisões para invernaem nos postos aonde se achavam. O meu colega dos Estados Unidos da America nenhum esclarecimento me pode dar ácerca da medida tomada, por isso que nenhuma comunicação official recebera, por não estar nas aguas italianas nenhum navio americano. Ha porem quem pretenda que o estado das relações entre os Estados Unidos da America e a França, por causa dos negocios do Mexico, pode ter dado lugar à sobredita determinação.

.....

#### IV

23 de Janeiro de 1866

... Apenas tive ontem a comunicação official do falecimento de S.A.R. o Principe de Montferrato, apressei-me a transmitir a V. Exa. pelo telegrafo, tão dolorosa noticia. O Principe faleceu à meia noite de 21 para 22 do corrente. O estado de saude de S.A.R. piorou consideravelmente depois da estada de SS. MM. em Itália, e desde então até aos seus ultimos momentos nunca experimentou o menor alivio. S.A.R. que tinha uma constituição raquitica, possuia grandes dotes de intelligencia, e era de character por extremo bemfazejo. A sua perda é muito sentida. Logo que se observou que o illustre enfermo estava em perigo de vida, partiram para Génova S. S. A. A. R. R. o Principe Amadeu, o Principe de Carignano e a Duquesa de Génova, que ali se conservaram. S.M. Vitor Manuel tambem foi vêr seu Augusto Filho, regressando porém logo depois a esta Capital. Conquanto

---

(1) Il governo portoghese approvò la *démarche* del ministro del Portogallo a Firenze. Nel dispaccio del 15 febbraio il Conte de Castro scriveva: « Mereceu a aprovação do governo de Sua Majestade o passo que V.S. deu junto desse governo afim de fazer desaparecer dos lugares onde tinha sido afixado o letreiro em que se lia extravagante ideia de proclamar D. Luis I, Rei de Iberia; sendo muito para lamentar que tal pensamento exista, como V.S. diz, tanto nos altos circulos, como nas classes mais baixas da sociedade ». (Archivio *cit.*).

não tenha sido ainda notificado o luto da Corte, não me quis demorar em o adoptar. Os teatros fecharam por três dias, e suspenderam-se todas as festas do Carnaval, como é natural.

.....

## V

23 de Janeiro de 1866

... Ontem abriu-se novamente o Parlamento italiano, e tendo o General La Marmora dado comunicação à Câmara dos Deputados da nova composição ministerial, e do motivo que levou o Gabinete a pedir a prorrogação de oito dias mais, para a reunião do mesmo Parlamento; cujo motivo consistia em habilitar o Ministro da Fazenda a redigir a exposição financeira, tomou em seguida esta ultima a palavra. Do discurso do Com.or Scialoja depreende-se que o deficit previsto para o corrente anno é calculado de 265 a 266 milhões de francos, sendo os dois unicos meios para equilibrar o orçamento, segundo ele propõe, a diminuição da despesa e o aumento da receita. Quanto à diminuição da despesa, diz o Ministro que sobre os 938 milhões de francos do Orçamento passivo ha 443 em que se não pode tocar por estarem affectos ao pagamento dos juros da divida e de outros encargos garantidos pela fé publica. O mesmo succede com a verba de 17 milhões para pensões, que naturalmente irá diminuindo; com a de 21 milhões para prisões, que também poderá diminuir com o tempo — com o de 59 milhões que se gastam com a aquisição de materias primas que servem aos productos monopolizados.

Ficam pois 398 milhões em que se poderá fazer reduções. Destes gastam-se 230 com o exercito e a marinha, e com os 168 restantes cobre-se todos os mais ramos do serviço publico. Fazendo-se varias economias em todos os Ministerios, que, segundo o calculo do Ministro, sobem a 54½ milhões, haverá contudo um deficit de 211½ milhões. Para fazer face a este ultimo entende o Ministro, que antes de recorrer a novos impostos deve-se recorrer ao sistema dos impostos existentes, procurando, se é possível, obter o aumento dos rendimentos desses impostos. Calcula o Ministro que, por aquele meio, obter-se-ia 115 a 120 milhões pelo imposto sobre as rendas; 20 pelo aumento dos direitos de selo e registro; 45 pela taxa sobre a produção do vinho; 30 ou 35 pelos direitos de barreiras sobre o azeite e farinhas. Todas estas somas, com certas deducções previstas, deixariam contudo ainda assim 80 milhões a descoberto. Pensa o Ministro que o desenvolvimento progressivo da riqueza nacional, a consolidação do crédito, e o au-

mento do movimento do mercado italiano, fará desaparecer a ultima soma mencionada. Do sucinto esboço do discurso do Com.or Scialoja, poderá V. Exa. fazer uma ideia da situação financeira deste Reino, mas que V. Exa. melhor ha-de apreciar, quando me caiba a honra de enviar o texto official do mesmo discurso.

.....

## VI

26 de Janeiro de 1866

... Pelo tempo da transferencia da Capital do Reino de Itália para esta Cidade de Florença, agitou-se a questão de serem suprimidos todos os Consulados existentes aqui. Como fundamento para uma semelhante medida serviu o precedente de não se haver mais concedido o exequatur para o estabelecimento de Agentes Consulares estrangeiros na antiga capital do Piemonte, não só por ali se acharem as Legações estrangeiras, como tambem por não ser Turim porto de mar. O governo italiano estava pois resolvido a adoptar aquella medida em Florença, e assim o deu a entender aos Representantes das diversas Potencias. Tanto a França como a Inglaterra retiraram desde logo os seus respectivos Consules da nova Capital, e creio que as mais Potencias, quer por intimação, quer espontaneamente, teriam feito outro tanto, se o Ministro dos Estados Unidos da America não tivesse insistido, alegando para isso motivos muito especiais pela conservação de M.r Lawrence, Consul Geral dos mesmos Estados em toda a Itália, com residencia permanente em Florença. Em vista pois da reclamação do sobredito Ministro, decidiu o governo italiano manter o exequatur aos Agentes Consulares já acreditados, declarando porém que nenhuma nomeação consular seria admitida no futuro. Quando se me falou neste assunto, declarei igualmente que o governo de S. M. por certo anuiria aos desejos do governo italiano suprimindo este seu Consulado, uma vez que a medida fosse geral, e tanto mais que eu reconhecia que o nosso Consulado tornar-se-ia inteiramente inutil com a instalação da Legação em Florença. Dando-se agora o caso de se achar vago o Consulado de Portugal em Liorne, como V. Exa. já tem noticia, ocorre-me que se poderia suprimir presentemente este Consulado em Florença, oferecendo-se à pessoa encarregada do mesmo o que se acha vago, de preferencia a outro qualquer pretendente. V. Exa. porem se servirá resolver o que melhor entender, e comunicar-me as suas ordens a tal respeito.

.....

## VII

26 de Janeiro de 1866

...Tenho a honra de remeter a V. Exa., inclusa por copia, a resposta que recebi do General La Marmora à nota que lhe dirigi no mesmo dia em que ele me notificava o falecimento de S.A.R. o Duque de Monferrato. Não julguei o momento oportuno para solicitar uma audiencia, afim de apresentar de viva voz a S. M. El Rei Vitor Manuel os meus sentidos pesames pela perda que acabava de sofrer na pessoa de Seu Augusto Filho; reservo-me porem cumprir esse dever, conquanto penoso, quando receber a resposta de S.M. á notificação que Lhe ha-de ser feita por seu Augusto Sogro, como é de estilo. No entretanto o General La Marmora teve a bondade de servir de interprete dos meus sentimentos junto do seu Soberano.

Os restos mortais do falecido Principe, tendo sido transportados de Génova para Turim, foram ontem depositados na Basilica da Superga, jazigo da Familia Real de Saboia —. Segundo participação oficial que acabo de receber, esta Corte tomou luto, a principiar de ontem, por tempo de 3 meses, metade dos quais é de luto pesado e a outra metade de luto aliviado.

.....

## VIII

9 de Fevereiro de 1866

... A publicação do *livro encarnado* contendo os documentos diplomáticos apresentados às Cortes espanholas veio provocar da parte do governo de S. M. El Rei de Itália o despacho incluso, que acaba de apparecer na *Gazeta Oficial*, dirigido pelo General La Marmora ao Representante de Itália em Madrid. Este despacho deve ter chegado hoje ao seu destino, tendo dele sido portador o Sr. Catalani, novo Adido à Legação Italiana em Lisboa, e a quem confiei alguns objectos para SS. MM., para V. Exa. e para o seu colega da Fazenda. Como V. Exa. se servirá vêr do referido incluso despacho, o que mais affectou este governo é a esperança manifestada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de S.M.C., que as Provincias que fazem actualmente parte do Reino de Itália possam no futuro ser deles desmembradas. Semelhante linguagem não concorda de modo algum com as explicações trocadas na ocasião de se renovarem as relações, temporariamente interrompidas entre a Itália e a Espanha.

.....

... Quando na sessão da Câmara dos Deputados do dia 22 de Janeiro último, depois de haver feito a exposição do estado das finanças italianas, o Comendador Scialoja, Ministro da Fazenda, apresentou um projecto de lei pedindo autorização para o exercicio provisorio do Orçamento durante mais dois meses além dos outros dois já anteriormente votados, ninguem poderia rasoavelmente calcular que a discussão sôbre um ponto de simples administração teria durado até ao dia 25 deste mês em que o governo alcançou uma votação de 39 votos a seu favor, a despeito dos maiores esforços dos partidos coligados para lhe darem um cheque. O Gabinete quis positivamente uma votação de inequivoca confiança, e assim o conseguiu. Mas, se por um lado é triste ver a marcha irregular dos trabalhos parlamentares neste país, por outro julgo que aquella longa discussão terá sido util, politicamente falando. Avaliou-se em suma a politica interna e externa da nação. Qual esta é, melhor poderá V. Exa. depreender do incluso discurso do General La Marmora, pronunciado na sessão de 24 deste mês. Todos apreciaram as palavras do Chefe do Gabinete Italiano, cuja linha de conduta é geralmente aprovada. Um facto importante que se está dando aqui actualmente, demonstra a firme vontade dos italianos em quererem consolidar a sua unidade. Falo da associação nacional, com o fim de promover uma subscrição para atenuar quanto possível as graves condições financeiras do Estado. Foi a cidade de Turim que tomou a iniciativa deste grande pensamento pondo debaixo da protecção de S.A.R. o Principe Eugénio de Carignano a mencionada associação. São muito valiosas as ofertas já feitas, entre as quais figuram, uma de um Veneziano pela soma de meio milhão de francos, e outra do Senador Conde Arese pela de cem mil francos, não falando de Companhias e Municipalidades que oferecem somas muito elevadas. No entretanto o programa de semelhante associação deverá aparecer dentro de poucos dias. Foi certamente uma feliz inspiração, no meio da muita desanimação que reinava nos espiritos, em vista do triste quadro que apresenta a fazenda pública neste Reino.

.....

... Aproveitando da partida para Lisboa do Conde de Tomar (Antonio) tenho a honra de remeter incluso a V. Exa. o decreto promulgando a lei consular de 15 de Agosto de 1858 com as modificações requeridas pelas novas exigencias do serviço e das leis de unificação do Reino de Itália. Igualmente incluso encontrará V. Exa. o Tratado de Comercio celebrado entre a Itália e o Zollverein em 31 de Dezembro do ano passado, e que acaba de ser ratificado. Confio que os documentos mencionados no meu officio poderão ser levados para Lisboa nesta occasião.

.....

Devendo o Marquês Caracciolo di Bella partir para Madrid, na qualidade de Ministro de Itália naquela Corte, o Marquês Tagliacarne poderá novamente achar-se em Lisboa para meados do mês de Abril.

.....

... Na sessão da Câmara dos Deputados de 21 do corrente deu conta o relator da respectiva comissão da eleição do 2º Colégio de Messina, no qual José Mazzini obteve 101 votos mais do que o seu competidor. As operações do escrutinio foram regulares. A Comissão admitiu pois a eleição quanto à forma; porem quanto à capacidade e elegibilidade do eleito, encontrando-se no processo da eleição dois documentos especiais, sendo um a condenação á deportação pronunciada por um Tribunal do departamento do Sena, e o outro a sentença de morte proferida contra Mazzini pelo Tribunal de Génova em 20 de Outubro de 1857, considerou a mesma Comissão que esta ultima sentença torna inelegível aquele individuo. Em seguida a uma discussão que durou duas sessões, a Câmara anulou a eleição do seg.do Colégio de Messina — por uma votação de 191 contra 107 votos —, havendo por tanto uma maioria de 84 votos a favor das conclusões da Comissão. Em consequencia da semana Santa e festa da Pascoa, as Câmaras suspenderam as suas sessões até 16 de Abril.

Os dois trabalhos importantes de que o Corpo legislativo terá de se occupar, são a abolição das Corporações religiosas e o Orça-

mento do Estado. A critica situação em que se acha a Europa, e a esperança de que se ofereça algum ensejo favorável para a solução das duas questões que tão directamente affectam o Reino de Itália levam este governo a precaver-se para eventualidades futuras. A leva de gente de 1845, que havia sido suspensa por um motivo de economia, foi agora ordenada e deve verificar-se no proximo mês de Abril, sendo cerca de 50.000 homens que são chamados sob as armas. Tambem se observa certo movimento na marinha.

.....

## XII

2 de Abril de 1866

... Os negócios na Europa vão assumindo cada dia maior gravidade, e apesar das noticias contraditorias, julga-se a guerra de todo inevitável. Rompendo pois o conflito entre a Áustria e a Prussia, a Itália, sem a menor duvida, tomará logo parte na contenda. Tudo aqui assim o indica, e uma aliança entre a Itália e a Prussia creio a mais que provável. Não digo que este governo se ligue por meio de uma convenção expressa com o governo Prussiano; mas entender-se-ão sobre o negócio, e dentro de dias deve chegar aqui um official superior prussiano, já precedido de outro que aqui se acha. Em Berlim tambem está o General Govone, e antes de ontem à noite regressou aqui o Principe Napoleão, ha pouco partido de Florença. No momento presente acham-se em Turim o General La Marmora, bem como alguns dos seus colegas do Gabinete, e já tem havido dois conselhos de guerra naquela cidade. Tambem se fala em concentramento de tropas em Bolonha, e numa palavra existem os mais evidentes sintomas de grandes e proximos acontecimentos. Mas afigura-se-me que estes se vão succedendo com tanta rapidez que brevemente o correio se tornará inutil, devendo ser substituido pelo telegrafo. Não pouparei diligencias para ter o governo de S.M. ao facto de toda e qualquer noticia que ofereça verdadeiro e positivo interesse.

.....

## XIII

14 de Abril de 1866

... A proposta do governo prussiano para a convocação de uma assembleia de todos os povos alemães eleita por sufragio universal, produziu na Itália como no resto da Europa grande surpresa e não

pequena sensação. Creio ser este o acontecimento mais grave desde que se inaugurou o conflicto austro-prussiano, e o mesmo será apreciado mais ou menos favoravelmente, segundo as opiniões politicas dos diversos Estados. A Itália acolheu bem aquella proposta, já pelo lado politico, já pelo interesse directo que lhe pode resultar, contando até certo ponto com o enfraquecimento ou mesmo aniquilação do Imperio Austriaco. Mas como para a realização de tão grande revolução de ideias na Alemanha, a guerra é tida por inevitável, o governo italiano, com o maior tacto e prudencia, tendo sempre em vista a economia, vai-se contudo preparando para futuras eventualidades. A situação do exercito no momento presente é de 351.468 homens, independentemente das segundas categorias de 1842-43 que estão à disposição do governo, da segunda categoria de 1844, cuja instrução começou ha dias, e da leva de 1845, que é agora convocada. Nenhuma disposição militar extraordinaria tem sido por enquanto tomada a não ser a suspensão de licenças, e ter-se ordenado às comissões de fardamentos de aprontarem grande quantidade de uniformes. Na marinha tambem se nota um tal ou qual movimento.

Apesar das apparencias fazerem supor como mais provável uma aliança da Itália com a Prussia, não sei se se poderá garantir que outro arranjo não venha a ser adoptado de preferencia entre a Itália e a Áustria, tendo por fim a cedencia de Veneza, e neste caso a aliança com a Prussia não teria mais razão de ser. É evidente que se prossegue em negociações quer num quer em outro sentido, e do resultado que se oferecer mais favorável é que supponho será adoptada a marcha politica do governo italiano. Não me consta por ora que haja transpirado coisa alguma de positivo ácerca das intenções definitivas do mesmo governo.

.....

#### XIV

28 de Abril de 1866

...Publicando hoje a *Gazeta Oficial* deste Reino a circular inclusa que dirige o General La Marmora às Legações de Itália no estrangeiro, julgo do meu dever transmiti-la a V. Exa., conquanto da mesma tenha de dar conhecimento a V. Exa. o Marquês de Tagliacarne. O governo de S. M. não deixará de reconhecer a exactidão do que naquele documento se afirma, podendo eu asseverar que este governo não diz senão a estricta verdade dos factos occorridos.

A attitude que a Áustria está tomando em face da Itália, sob um falso pretexto, obriga este governo a tomar também serias medidas sem mais demora. Já se acham assinados os decretos chamando os contingentes e os soldados que estavam com licença, e o exercito será posto em pé de guerra. Ordenou-se igualmente a suspensão do serviço de pequena velocidade nos caminhos de ferro da Alta Itália, e estão-se tomando todas as providencias no Ministerio da Guerra, que os futuros acontecimentos possam requerer. Grandes planos devem a estas horas estar combinados, de que nada porem tem transpirado, e que por isso é impossível indicar de um modo positivo a V. Exa. Que existe grande intelligencia entre este governo e o prussiano, para mim não sofre a minima duvida. O telegrafo já nos annunciou que a Prussia não desarma, em vista dos preparativos belicos extraordinarios que se observam em Veneza. Limite-me por hoje ao que acima levo dito, contando ir informando regular e diariamente se necessario for, do que ocorrer.

.....

## XV

2 de Maio de 1866

... Com o meu precedente officio tive a honra de enviar a V. Exa. a circular do General La Marmora, justificando os armamentos italianos em vista da attitude ameaçadora da Áustria em Veneza; pelo telegrafo anunciei a V. Exa. em 30 do mês passado a expedição daquela circular, e os grandes aprestos militares neste Reino, e pela mesma via, em o 1º do corrente, dei conhecimento a V. Exa. da haver o Parlamento votado por unanimidade ao governo a faculdade de ocorrer às despesas extraordinarias que ocorrerem até fim de Julho proximo, segundo as necessidades o exigirem. Eram estas as noticias importantes e positivas que entendi comunicar a V. Exa.; delas dependerá o governo de S. M. qual o verdadeiro estado das coisas em Itália. Em virtude da mencionada faculdade concedida ao governo, foi promulgado ontem o decreto incluso, segundo o qual se estabelece o curso forçado dos bilhetes do banco nacional, e tomam-se outras disposições em relação aos mais bancos. Um sem numero de boatos e noticias são actualmente publicados nos jornais, não passam na maior parte de meras conjecturas e não merecem por isso demasiada consideração. O governo não divulga as medidas que vai tomando, sobretudo pelo que toca a armamentos e fortificações. O que V. Exa.

pode ter por certo é que todas as disposições estão já tomadas para se entrar em campanha. Como é natural S. M. El Rei Vitor Manuel tomará o comando em chefe do exercito, tendo por seu immediato o General La Marmora. Considero como muito provável que o Barão Ricasoli substituirá no Ministerio aquele General durante a sua ausencia. O Principe Eugenio de Saboia Carignano assumirá a regencia do Reino na ausencia do Soberano. O Almirante Persano tomará o Comando superior das forças navais. O corpo de voluntarios será comandado por Garibaldi, ao qual será adjunto, segundo me informam, o General Prim, recentemente chegado a esta Capital (2). Em todo este Reino o entusiasmo é grande pela guerra; os partidos puzeram de parte as suas dissidencias, e todos são unanimes em se sacrificarem pela patria.

Quanto ao rompimento das hostilidades parece-me que terá lugar no Norte, e uma vez empenhada a Prussia com a Áustria, en-

---

(2) Il generale Prim aveva dovuto lasciare poco prima il Portogallo, dove era emigrato. Nel dispaccio circolare del 1 marzo erano così esposti ai rappresentanti diplomatici portoghes all'estero i fatti occorsi a Lisbona: «Tendo-se os jornais politicos deste país occupado da saida do General Prim, relatando e comentando os factos segundo o modo de pensar de cada um dos respectivos redactores, julgo conveniente dar conhecimento a V.Sa. do que a êste respeito occorreu, afim de o habilitar assim a responder a qualquer pergunta que, sôbre o assunto lhe possa ser feita por esse governo, ou a rectificar alguma inexactidão que, por ventura, af appareça da parte da imprensa periódica.

Em meados do mês passado appareceu em vários periódicos desta capital um Manifesto do General Prim, Manifesto aliás concebido em termos tais que não pode deixar de ser considerado como uma proclamação incendiária, tendente a provocar o povo espanhol à revolta.

Entendendo o governo de Sua Majestade, em presença de semelhante documento, que não era conforme à sua dignidade, nem aos seus deveres para com o governo de um país vizinho, com quem está na melhor intelligencia e harmonia, conservar em Portugal o mencionado General, resolveu que êle se ausentasse deste Reino.

Desta deliberação, tomada sem que procedesse reclamação alguma por parte da Espanha, deu o Sr. Presidente do Conselho conhecimento ao General Prim, manifestando-lhe ao mesmo tempo, com toda a urbanidade, quanto o governo sentia ver-se na necessidade de adoptar aquela medida.

Conhecido do público o que se havia passado entre o mesmo Sr. Presidente e o referido General, aproveitaram logo o ensejo alguns membros da opposição das duas Câmaras para criarem embaraços ao governo, e verem se conseguiam a revogação das ordens, que êle estava na firme resolução de manter.

Depois de uma larga discussão, principalmente na Câmara dos Deputados, caíram por terra todos os argumentos de que a opposição se valeu para agredir o mesmo governo cujo procedimento foi aprovado na Câmara dos Deputados por 101 votos contra 28, e na dos Pares por 55 votos contra 4, como melhor V.Sa. poderá ver das sessões das Câmaras Legislativas transcritas no Diário de Lisboa.

Tendo pois o General Prim declarado que se destinava a Inglaterra, e pedido passaporto para si e sua familia, bem como para o seu Estado Maior, saiu hoje para Southampton no Paquete inglês «Rhone» que ontem entrou no porto desta Capital vindo do Brasil». (Archivio *cit.*).

Prim si era ribellato il 2 gennaio '66. Desiderava un mutamento politico in Ispagna e non, come poi affermò, la caduta della monarchia. Vinto, dovette fuggire in Portogallo. (cfr. BAL-LESTROS Y BERETTA, *Historia de España y su influencia en la Historia Universal*, vol. VIII, pp. 73 e segg.).

trará a Itália em campanha. Suponho ser essa a intelligencia entre este governo e o prussiano, de acordo com a França. Fala-se de concentramento de tropas francesas na Saboia e no Reno, o que me parece ser assaz natural. E apesar de se anunciar que a Inglaterra e a Russia oferecem a sua mediação para um acomodamento geral, tal circumstancia não poderá senão diferir por alguma semana a guerra, ora inevitável. Desde que começou a baixa dos fundos italianos, só ha dois dias é que estes experimentaram uma pequena alta.

.....

## XVI

6 de Maio de 1866

... Em continuação do que tive a honra de anunciar a V. Exa. cumpre-me acrescentar que os preparativos militares se prosseguem neste país com summa actividade e energia, e que achando-se tomadas todas as disposições, dentro de breves dias estarão realizados os concentramentos de tropas. As forças italianas entre o Mincio e o Pó subirão a duzentos mil homens, divididos em 4 corpos de exército — dos quais o primeiro, sob o comando de General João Durando, com o seu quartel general em Lodi; o segundo sob o comando do General Cucchiari, com o seu quartel general em Cremona; o terceiro, sob o comando do General Della Rocca, com o seu quartel general em Placencia; o quarto, sob o comando do General Cialdini, com o seu quartel general em Bolonha. Estes quatro corpos de exercito são compostos de 16 divisões, das quais uma é comandada pelo Principe Humberto, pertencente ao 4º. Corpo de exercito. O Principe Amadeu comandará a brigada de granadeiros de Sardenha. S.M. El Rei Vitor Manuel assumirá o Comando superior do Exército, tendo por Chefe do Estado Maior General, o General La Marmora, e por sub-chefe o general Petitti. Todos os Generais que estavam em Florença e aos quais foram dados comandos, partiram ontem à noite para os seus destinos. Da inclusa nota tirada da *Gazeta Militar* italiana, consta de quais ficam sendo os pontos dos depositos de todo o exército de terra. Quanto às forças maritimas, tenho por exacto que serão divididas em três esquadras, sob o comando em chefe do Almirante Persano, ficando a primeira esquadra sob os ordens immediatas do mesmo Almirante; a segunda comandada pelo Vice-Almirante Albini e a terceira pelo Contra-Almirante Vacca. Pelo que toca aos movimentos de todas estas forças, guarda-se presentemente a maior reserva.

Por decreto de 3 do corrente, hoje publicado, foram mobilizados 30.000 homens da Guarda Nacional, que devem achar-se reunidos em 20 deste mês nas diversas localidades que lhe são designadas. O alistamento dos voluntários vai atingindo um numero considerável. O entusiasmo pela guerra não pode ser excedido.

.....

## XVII

12 de Maio de 1866

...Desde o dia 6 do corrente em que tive a honra de dirigir a V. Exa. o meu ultimo officio, a situação politica deste Reino não tem sofrido mudança alguma, a não ser que os armamentos prosseguem e aumentam consideravelmente, presidindo a tudo o maior acerto a tacto. A formação dos corpos dos voluntarios foi decretada no dia acima referido e publicada na *Gazeta oficial* de 8; contrariamente ao que succedeu em 1859, esta força fica muito sujeita à acção do governo, e servirá como simples auxiliar da força regular, e como esta subordinada à severa disciplina militar. Uma comissão nomeada pelo governo, está encarregada de todos os trabalhos preliminares para a formação dos quadros de voluntários, cujo comando é confiado ao General Garibaldi. Os respectivos depositos serão estabelecidos em Como e Foggia, tratando-se por enquanto de 20 batalhões de voluntários. No dia 15 deste mês deve o exercito italiano achar-se em pé de guerra. Grandes disposições têm sido tomadas pelo que respeita à marinha de guerra. O porto de Taranto, situado no golfo do mesmo nome, está designado para deposito. É deste ponto que as operações maritimas serão dirigidas sôbre o Adriatico, e posto que, como já tive a honra de anunciar a V. Exa., se guarde a maior reserva ácerca dos planos da futura campanha, parece-me muito provável que um considerável corpo do exército deverá efectuar um desembarque no golfo de Trieste e mesmo na Istria, afim de cortar as communicações entre Veneza e o interior do Império Austriaco. Em tão ardua empresa terá a marinha de tomar uma parte das mais importantes. É quanto se me oferece dizer hoje a V. Exa., confirmando ao mesmo tempo as minhas anteriores communicações.

.....

## XVIII

19 de Maio de 1866 (3)

... Um incidente assaz desagradável para o Ministério actual deu-se na Câmara dos Deputados na sessão de 17 do corrente por ocasião da votação do artigo 5 da lei de meios em discussão. O actual Ministro da Fazenda Scialoja opunha-se a que se lançasse um imposto de 8 por cento sôbre os coupons da divida pública, conforme o queria a Comissão de Fazenda, e se acha consignado naquele artigo.

Depois de um debate, que levou tres sessões, e não obstante todos os argumentos apresentados pelo Ministro da Fazenda para demonstrar as más consequencias que reverteriam ao crédito italiano de um semelhante imposto, foi contudo aprovado o mencionado artigo 5 por 145 votos contra 141. O resultado da votação é devido a negligencia de parte do governo por falta de providencia. Em vista deste contratempo entendeu o Sr. Scialoja dar a sua demissão, que não foi aceite, continuando ele no seu posto e esperando-se que o Senado fará justiça às boas intenções do Ministro. Como V. Exa. bem pode presumir, este incidente causou bastante sensação, por se verificar num momento em que a maior concordia entre os partidos se torna tão necessária.

Incluso encontrará V. Exa. o decreto promulgando a lei sôbre a segurança e defesa interna do Estado, que deverá estar em vigor até fim de Junho deste ano.

.....

## XIX

19 de Maio de 1866

... Conquanto os aprestos militares se prossigam com toda a actividade neste Reino, tem-se nestes ultimos dias espalhado boatos pacíficos que, se não produzirem outro efeito, pelo menos adiarão o rompimento das hostilidades. Sem duvida terá V. Exa. sido informado dos esforços da França e da Russia para a solução pacifica das graves questões pendentes. Segundo as informações que tenho, vai ser ou já se está redigindo em Paris, a nota que deverá ser diri-

---

(3) Nel dispaccio dell'11 maggio José Maria de Casal Ribeiro, più tardi Conte di Casal Ribeiro, annunciava a Firenze che, con decreto del 9 dello stesso mese era stato nominato ministro degli affari esteri. (Archivio *cit.*). La corrispondenza è, quindi, indirizzata al nuovo titolare del ministero.

gida à Áustria, à Itália e à Prússia, propondo as bases para uma conferencia. Aquela nota é aqui esperada brevemente, não me parecendo que se conte demasiado em se poder chegar a um acordo por semelhante modo. É uma nova fase que vão assumir as questões já demasiado complicadas, e que a meu ver só poderão ser resolvidas por meio das armas.

.....

## XX

24 de Maio de 1866

... A nota colectiva que as três potencias mediadoras, a França, a Inglaterra e Russia, a que me referi dirigem à Áustria, à Itália e à Prussia, é aqui esperada de hoje para amanhã.

É já sabido que as duas ultimas Potências aderem ás bases que se propoem para a reunião de um Congresso ou conferencia enquanto que a Áustria opõe certas dificuldades. Preenchida que seja esta formalidade de uma combinação pacifica, em que os proprios proponentes não podem crer, deve naturalmente seguir-se o rompimento das hostilidades, achando-se agora mais ou menos prontas as três potencias em questão. Muito e muito se tem falado sôbre a existencia ou não existencia de um Tratado ofensivo e defensivo entre a Itália e a Prussia. Grande tem sido a reserva a este respeito, e posto eu sustentasse no principio que tratado formal não havia, tenho hoje a convicção de que pelo menos algum compromisso por escrito deve existir. Posso no entretanto afirmar a V. Eva. que ao primeiro tiro disparado pela Prussia, a Itália responderá com um ataque contra a Áustria, e não abandonará a sua aliada até ao ultimo combate.

A guerra contra a Áustria é por tal forma popular, que difficilmente no estrangeiro se pode acreditar no entusiasmo com que de todas as classes da sociedade milhares de individuos se vão alistar no corpo dos voluntários.

Os primeiros nomes de Itália figuram como simples soldados no corpo comandado pelo General Garibaldi — Os Visconti, Pallavicini, S. Arpino, Arconati, etc., etc. são do numero. Muitos subditos italianos que se acham no estrangeiro estão regressando á Itália para tomar parte na guerra. Grande numero de alemães e franceses têm-se oferecido a este governo, o qual contudo tem declinado tais oferecimentos pelo motivo de encontrar no proprio país gente mais que sufficiente quer para o exercito, quer para os voluntários. Contrasta com o estado de coisas em Itália o que se observa no Veneto. Alem das

informações publicadas nos jornais, ha o testemunho ocular, de pessoas imparciais, todas concordes em afirmar que quer seja nos officiaes, quer seja nos soldados acantonados no Veneto, não se nota o menor entusiasmo, antes certa tristeza. É que todos têm a consciencia de que o resultado da luta não pode ser favorável à Áustria. Em consequencia da retirada das tropas do sul para o norte de Itália, começam novamente a aparecer bandos algum tanto consideraveis de salteadores. O actual Prefeito de Napoles tem desenvolvido a maior energia contra os conspiradores partidarios da reacção. Tem-se feito muitas prisões e encontrado muitos documentos que são de grande alcance para impedir futuros planos contra a ordem natural das coisas neste Reino. Em geral ha grande confiança na Guarda Nacional ainda que tem sido necessário dissolve-la em algumas localidades e prender alguns dos officiaes. Parece que os quintos batalhões de varios regimentos do exército, que se vão formar, serão destinados à guarnição das provincias napolitanas. As 3 esquadras comandadas pelo Almirante Persano continuam a permanecer por enquanto no porto de Taranto.

.....

## XXI

30 de Maio de 1866

... Contrariamente ao que se esperava e me havia sido confiado por assim dizer confidencialmente, a nota colectiva do convite para o congresso não chegou aqui na noite de 26 do corrente; é verdade que já aqui se acham as duas notas que devem ser apresentadas por parte da França e da Grã-Bretanha, faltando porem a da Russia, que se espera a todo o momento. Atento o character daqueles documentos, a sua entrega deve ser feita simultaneamente, assim como a resposta deste governo deve ser expedida ao mesmo tempo às três Potencias mediadoras. A nota convidando para o Congresso é breve e concisa; nela se propõe a reunião de plenipotenciarios, e se manifesta a esperanza de que a discussão poderá preparar uma reconciliação e facilitar a definição pacifica das questões, das quais de outra forma romperia a guerra.

O proprio texto da nota colectiva creio será brevemente do dominio publico. Confio também poder saber os termos precisos da resposta deste governo, e em todo o caso é-me afiançado que o governo italiano manterá firme a sua pretensão sôbre Veneza.

Fraquissima continua a ser a esperanza de que o Congresso con-

duza a qualquer resultado pacifico, assim como é comum o interesse das potencias que se empenharam na guerra, de não protrait as negociações além de certos limites. No caso de se acordar que os Ministros dos Negócios Estrangeiros das potencias interessadas tomem parte no Congresso como primeiros plenipotenciarios, nada se opõe a que o General La Marmora parta logo para Paris. De qualquer modo que as coisas se combinem, os armamentos contudo continuam como até aqui. Segundo as recentes resoluções deste governo, decretou-se a formação de mais vinte batalhões de voluntarios, além de outros 20 já formados, de cem esquadões de guias, de força de 2000 homens e de 2 batalhões de *bersagliere* voluntarios de uma força de pouco mais de 1.500 homens.

.....

## XXII

30 de Maio de 1866

... Com referencia ao que tive a honra de comunicar a V. Exa. relativamente à existencia ou não existencia de um Tratado italo-prussiano, e não obstante as duvidas que ha a semelhante respeito, pondo mesmo de parte a opinião que avancei neste particular, creio do meu dever informar a V. Exa. do que chegou ao meu conhecimento por via muito segura. Pretende-se que aquele tratado existe efectivamente, e que nele se estipulou que se a Áustria atacar a Prussia, e que Itália julgue conveniente obrar igualmente, os Reis de Itália e de Prussia obrigam-se a não concluir paz separada. O Rei da Prussia não deporá as armas sem que o Veneto caia em poder da Itália, e o Rei de Itália sem que, assegurada que lhe seja a posse de Veneza, um equivalente de territorio esteja nas mãos do Rei da Prussia na Áustria. Pela supramencionada via tambem me consta que o Ministro do Hanovre em Berlim fora encarregado de declarar ao Conde de Bismark que o seu governo estava pronto a concluir com a Prussia um acordo estipulando a neutralidade daquele país para o caso de dissolução da Confederação Germanica, em seguida a uma guerra entre as duas grandes Potencias alemãs. Esperava-se igualmente na Corte da Prussia que, no momento supremo, os Estados de Turingen e mesmo Bade se declarariam neutrais.

Por todos os modos, quer seja por tratado formal, quer seja por simples compromisso por escrito, o facto é que me não enganei annunciando já ha tempo ao governo de S. M. a grande inteligencia que

subsistia entre a Corte de Florença e a de Berlim, e a firme resolução da primeira de não abandonar a segunda até à solução definitiva das graves questões pendentes.

.....

### XXIII

3 de Junho de 1866

... Não tendo o Correio de gabinete russo, portador da nota de convite para a reunião de Plenipotenciarios, chegado a esta Corte senão na madrugada do 1º do corrente, só nesse dia entregaram ao General La Marmora os Ministros da França, da Grã-Bretanha e da Russia as notas idênticas dos seus respectivos governos para a conferencia de Paris. Atribue-se tal demora a ter sido o mencionado correio encarregado de igual missão para Berlim, Viena e Francfort. A resposta de aceitação do governo italiano foi expedida na noite do 1º do corrente, conforme tive a honra de anunciar a V. Exa. por telegrama de ontem, e a partida do General La Marmora para Paris terá lugar dentro de dias. Como o Principe Gortschakoff se propõe, ao que parece, de passar por Berlim e Viena antes de se dirigir a Paris, não poderão os Plenipotenciarios das diversas Potencias que intervêm na Conferencia, achar-se reunidos em Paris antes do dia 10 ou 12. E atendendo ao tempo que será indispensável para se preencher todas as formalidades preliminares de uma conferencia, pode bem ser que a sua primeira sessão não se verifique antes do dia 20. Assim se calcula aqui no Ministério dos Negócios Estrangeiros. No entretanto chegou hoje um telegrama de Paris, segundo o qual o Principe Gortschakoff não pode partir de S. Petersburgo antes do dia 10, em consequencia de um ataque de gota. Não sei contudo se neste momento se poderá prescindir da sua presença, para não demorar a abertura da conferencia.

.....

### XXIV

9 de Junho de 1866

... Apenas tive conhecimento da participação do Ministro de Itália em Paris ao seu governo de não se poder verificar a proposta Conferencia de Paris por causa das reservas opostas pela Áustria, apressei-me a dar conhecimento a V. Exa. daquelle facto pelo telegrafo em 5 do corrente mês. Desde logo foi decidida a suspensão da partida do

General La Marmora, e preveniu-se diſto El Rei Vitor Manuel, que ſe achava ha dias em Turim, regressando S. M. logo a Florença, aonde no dia ſeguinte, presidindo o Conselho de Minifros, assinou o decreto chamando ſob as armas os homens de ſegunda categoria das classes de 1842-43 e 45 e que corresponde a uma força de pouco mais de cem mil homens. A gente das duas primeiras classes deverá apresentar-se nos dias 18 e 20 do corrente mês, pelo que toca à classe 1845, serão dadas ultteriores diſpoſições. O General Conde de Menabrea, comandante ſuperior de Engenharia do exercito de operações, partiu hoje para o quartel General de Piacenza. Encontrando-me ontem com ele, diſſe-me o General que havia percorrido toda a linha das tropas, e me aſſegurava que tinha vindo muitiſſimo ſatisfeito de quanto observara. Estas palavras proferidas por um homem como o General Menabrea dizem muito e merecem todo o credito. Creio que V. Exa. ſaberá que foi eſte mesmo General quem deu o plano para a tomada de Gaeta. Como documentos interessantes remeto inſclusos os dois ſeguintes: norma para o concurso de individuos civis para a aſſistencia dos doentes e feridos em guerra — Quadro dos estados maiores do exercito mobilizado.

A entrada em campanha, por parte da Itália, pode verificar-se quando ſe quizer; mas tenho motivos para crêr que ſe espera que ſe diſpare o primeiro tiro na Alemanha, que ſe ſupõe poderá acontecer no dia 11. Entendo eſtar iminente uma modificação ministerial, devendo o Sr. Sella entrar para a Marinha, passando o actual Minifro daquela repartição, General Angioletti, a comandar uma diviſão. O Parlamento italiano tem continuado a celebrar as ſuas ſeſões, diſcutindo os projectos de fazenda que têm ſido muito debatidos, e principiou pelo projecto de lei abolindo as corporações religiosas. Esta ultima diſcuſſão parece não dever durar muito tempo, mesmo porque ſão muito poucos os deputados do partido clerical para a ſuſtentar, e a opinião publica ha muito que exige tal ſupreſſão.

.....

XXV

16 de Junho de 1866

... Em 11 do corrente tive a honra de anunciar a V. Exa. pelo telegrafo a chegada a Como do General Garibaldi, bem como o movimento das diviſões italianas na direcção das actuais fronteiras aſtriacas, isto é, do quadrilatero. Tanto uma como outra noticia eram

importantes por significarem proximo rompimento de hostilidades. Era coisa combinada que o celebre comandante dos voluntarios não sairia de Caprera para o Continente senão nas vespersas das proximas operações, sendo para esse fim chamado pelo seu Soberano, como efectivamente succedeu. E por esta ocasião cabe-me aqui juntar um elogio ao General Garibaldi pela attitude prudente que tem tomado no decurso das negociações que prepararam a guerra, e pelos sentimentos que o animam em coadjuvar e não embarçar o governo, resistindo a toda e qualquer sugestão e exigencia do partido de acção. Tendo o General Garibaldi, em momentos de apuro, mandado vender em Genova os seus dois cavalos, foram estes mandados comprar por El Rei Vitor Manuel, e conservados nas Reais Cavalariças até ultimamente. Ao chegar a Como encontrou ali o General um dos seus cavalos, e outro de que El Rei lhe fazia presente para substituir o segundo que fora tambem comprado mas que estava arruinado. Este rasgo de delicadeza e de generosidade honra muito o Augusto Personagem que o praticou. O General Garibaldi querendo tambem dar uma prova de quanto é superior a ressentimentos politicos, pediu e obteve que o General Pallavicini, que o combateu e aprisionou em Aspromonte, fosse nomeado Comandante de um dos Corpos de voluntarios. Estes dois factos parecem-me dignos de especial menção pelo muito que significam, e cito-os por serem autenticos. Verificou-se ter o actual Ministerio depositado a sua demissão nas mãos do Soberano. Segundo o que ha tempos comuniquei, o Barão Ricasoli entrará na nova administração, encarregando-se da presidencia e do Ministerio do Reino. Pretende-se contudo que o General La Marmora fique sendo Ministro ao lado do Rei durante a proxima campanha. Existe porém ainda tal ou qual incerteza quanto à definitiva composição do futuro Gabinete, e é por isso que não julguei necessario anunciar estes detalhes a V. Exa., esperando dar noticia exacta e breve da nova combinação, motivada não só pelas circumstancias excepcionais em que este país se vai achar, como especialmente pela parte activa que o General La Marmora deve tomar na guerra, como quartel-mestre general do exército. De resto nada se me oferece senão confirmar as minhas precedentes participações, e rectificar simplesmente a noticia que havia dado ácerca do Principe Humberto, como comandando uma divisão do 4º Corpo do exercito. S.A.R. em vez disso comanda uma divisão do 3º corpo, sendo este comandado pelo General Della Rocca, com o seu quartel general em Placenza. Todas as

comunicações entre a Itália e o quadrilatero estão completamente interrompidas desde antes de ontem.

.....

## XXVI

16 de Junho de 1866

... Também tive a honra de receber o despacho telegrafico de V. Exa. datado de 5 do corrente mês, pelo qual V. Exa. se serve habilitar-me a desmentir qualquer noticia exagerada ácerca do facto de se ter encontrado algumas pontas de fosforos na agua de que usam Suas Majestades. Apesar de não ter visto aquela noticia reproduzida nos jornais deste país, e por outro lado terem os jornais portuguezes contado o facto de modo a excluir a suposição de tentativa criminosa contra as Augustas Pessoas, nem por isso deixei de comunicar o despacho de V. Exa. ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, e dar igualmente conhecimento do seu conteúdo a muitas pessoas (4). Assim como os jornais franceses e alemães nos trouxeram aqui o texto de todos os documentos trocados relativos à Conferencia malograda, do mesmo modo os terão levado a Lisboa, e portanto julguei inutil transmiti-los daqui a V. Exa. A carta do Imperador dos franceses a Mr. Drouyn de Lhuys e comunicada por Mr. Rouher ao Parlamento francês foi, como V. Exa. pode ter pensado, muito bem recebida em Itália. Não se carece, é verdade, de estímulo neste país para se afrontar valorosamente os proximos combates, no entretanto aquela carta veio imprimir uma grande força moral no povo italiano. O telegrafo transmitiu ontem noticias tão graves do que se passa na Alemanha que se espera de um momento para outro a noticia do primeiro choque entre prussianos e austriacos.

.....

## XXVII

20 de Junho de 1866

... Não obstante ter a Câmara dos Representantes deste país anulado em 21 de Março passado a eleição de José Mazzini pelo 2º Colegio

---

(4) Il dispaccio telegrafico era così concepito: «Encontraram-se algumas pontas de fosforos na agua de que usam Suas Majestades El-Rei e Rainha. Dada (?) a pequena quantidade e outras circunstancias excluem a suposição de intenção criminosa. Procede-se nas competentes averiguações. Previno disto a V.Exa. para o habilitar a desmentir qualquer noticia exagerada a este respeito. Casal Ribeiro». (Archivio *cit.*).

eleitoral de Messina, foi ele de novo eleito pelo mesmo Colegio, e em sessão de 18 do corrente, discutiu-se na Câmara electiva a nova eleição.

Contrariamente ao que succedeu na primeira daquelas sessões, do que dei conta, foi agora proposta pela respectiva Comissão a validação desta ultima reeleição, não porque para isso houvesse razões legais, mas sim politicas no entender da mesma Comissão. Ao parecer desta opoz-se energicamente o Ministerio, e depois de uma curta mas acaloradissima discussão, havendo o deputado da esquerda Crispi apresentado uma moção, segundo a qual a Câmara, considerando que a lei não se opõe à eleição de José Mazzini, passasse à aprovação das conclusões da Comissão, e passando-se sôbre este incidente a uma votação nominal, foi rejeitada a moção por 146 votos contra 45. Ficou portanto invalidada esta segunda eleição do celebre conspirador republicano.

Tambem em sessão de 18 do corrente, continuando o Senado a ocupar-se do projecto de lei relativo às medidas de fazenda, entrou em discussão o artigo 5º, que segundo referi a V. Exa. fora aprovado na Câmara dos Deputados, e dera motivo a que o actual Ministro da Fazenda desse a sua demissão. Por aquele artigo lançou-se o imposto de 8% sôbre os coupons da divida publica, medida esta que o governo entendeu ia afectar o credito italiano no estrangeiro. O Senado porém, como fiz prever a V. Exa., rejeitou por 101 votos contra 9 aquele artigo.

Ontem terminou igualmente na Câmara dos Deputados a discussão do projecto de lei para a supressão das Corporações Religiosas, sendo aprovado por 179 votos contra 45.

.....

## XXVIII

20 de Junho de 1866

... Em seguimento ao meu telegrama desta data, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa, a inclusa *Gazeta Oficial do Reino de Itália*, que acaba de ser publicada, e contém a proclamação de El Rei de Itália ao país; a proclamação à Guarda Nacional; a declaração de guerra à Áustria; o decreto conferindo a regencia do Reino ao Principe de Carignano, e finalmente os decretos nomeando os membros do novo Gabinete. Por hoje só acrescentarei que o primeiro daqueles documentos é redigido exclusivamente pelo proprio Soberano.

.....

Inclusa por copia, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. a nota datada de ontem, pela qual o Barão Ricasoli me participa a reconstituição do gabinete italiano, havendo o General La Marmora sido chamado a desempenhar as funções de chefe do Estado Maior do Exército em campanha, ficando porém o mesmo General fazendo parte do novo Gabinete na qualidade de Ministro sem pasta junto do Rei. O Gabinete actual foi pois reconstituído, segundo V. Exa. terá observado, com 5 membros do Ministerio transacto, e com cinco novos. O Gabinete actual foi ontem muito bem recebido no Parlamento. Incluso achará V. Exa. o texto do discurso pronunciado na Câmara dos Deputados pelo Barão Ricasoli, assim como do projecto de lei apresentado pelo Ministerio para a prorrogação e concessão de faculdades extraordinarias durante a guerra. Este projecto deverá hoje ser discutido, não tendo havido ontem tempo para a Comissão dar o seu parecer sôbre ele. S. M. El Rei, que partiu às cinco horas da manhã de hoje em direcção a Cremona, foi muito aplaudido por uma imensa multidão de gente que se achava na estação do caminho de ferro, e nas imediações.

.....

... Logo que saiu a *Gazeta Oficial* de ontem, 22, apressei-me a remeter a V. Exa., cintada pelo correio, por conter as duas proclamações do Principe de Carignano, uma dirigida aos italianos, e a segunda à Guarda Nacional do Reino de Itália; relatorio do Ministro da Marinha sôbre a instituição da Comissão de presas, e decreto sancionando a mesma; decreto nomeando os membros da dita Comissão; Instruções que devem seguir em tempo de guerra os comandantes das forças navais, e decreto aprovando essas instruções; notificação do Ministerio da Marinha sôbre a reciprocidade que se deve observar para com a Áustria quanto á captura e presa dos navios mercantes, salvos os casos de contrabando de guerra ou de tentativa de violar o bloqueio. A Câmara dos Deputados, depois de haver votado o projecto de lei sôbre poderes extraordinarios ao governo, suspendeu as suas sessões até novo aviso. O mencionado projecto deve tambem hoje ser votado pelo Senado.

Conquanto terminasse esta manhã o prazo de três dias, marcado na declaração de guerra à Áustria, para o rompimento das hostilidades é opinião geral que amanhã, domingo 24 do corrente, anniversario da batalha de Solferino, haverá um ataque geral por parte das forças italianas. Noticias do teatro da guerra na Alemanha já aqui se não recebem directamente em consequencia de se haver destruido os fios electricos. Só por Paris, e em parte pela Suíça, se espera alguma noticia. Varios jornais annunciaram que o Corpo Diplomatico fora cumprimentar, na estação do caminho de ferro, a S. M. El Rei de Itália, na ocasião da sua partida para o campo. Tal noticia não é exacta. Não se fez convite para tal fim, e os representantes estrangeiros nesta Corte entenderam abster-se de qualquer demonstração, que seria contraria á neutralidade que nos incumbe guardar.

.....

### XXXI

24 de Junho de 1866

... O projecto de lei sôbre poderes extraordinarios ao governo, votado na Câmara dos Deputados, foi ontem, como tive a honra de anunciar a V. Exa. no meu precedente officio, votado igualmente no Senado por grande maioria. Antes da votação, deu o Presidente do Conselho conhecimento ao Senado do telegrama que havia recebido de S. M. que diz textualmentê assim: Canneto 22 Giugno, oré 9 sera — Ho girato il paese, ho visitato le posizioni, io dá una parte. La Marmora dall'altra; domattina passeró il Mincio con 10 divisioni — Viva l'Italia — Vittorio Emanuele.

Grandes aplausos acolheram a noticia, e depois de uma curta alocação do seu Presidente, o Senado suspendeu as suas sessões até nova convocação.

Tendo aqui chegado durante a noite a noticia de que o exercito italiano passara ontem o Mincio em Goito e Mozambano, apressei-me a transmitir a V. Exa. esta manhã a mencionada noticia. Do corpo do exercito comandado pelo General Cialdini, e composto de 8 divisões, na força de 92.000 homens não havia noticia, segundo me afirma agora o Barão Ricasoli, a quem fui visitar. Cialdini, que partiü de Bolonha, dirige-se para Ferrara, atravessará o Pó sôbre Rovigo, e presume-se que do outro lado do Adige será esperado pelas forças austriacas. Se bater estas irá sôbre Padua.

Das esquadras tambem não ha noticia de que eu tenha conheci-

mento mas suponho que parte delas estará proxima de Chioggia, aonde naturalmente se tentará algum desembarque de tropas que se porão em comunicação com as forças de Cialdini.

Nada sei no momento do General Garibaldi, que contudo deve agora estar operando na direcção do Tirol.

.....

### XXXII

25 de Junho de 1866

... Esta manhã foram publicadas as noticias officiais, que V. Exa. encontrará juntas, do teatro da guerra. O meu telegrama de hoje de manhã era o resuma daquelas, e até agora nenhuma outra ha, e muito menos pormenores do que ontem se passou. S.A.R. o Principe de Carignano, ao qual o Corpo diplomatico acaba de ir apresentar as suas homenagens, disse-me que havia telegrafado a S. M. a Rainha participando-lhe ter sido ligeiramente ferido o Principe Amadeu, e acrescentou que dentro de 15 a 20 dias, o Augusto Irmão de S. M. estará restabelecido.

Como no momento tudo são conjecturas sôbre o combate de ontem, nada se sabendo de positivo, a não ser que as forças austriacas concentradas no quadrilatero são mais consideraveis do que se supunha, abstenho-me de comentarios até que haja despachos do quartel general de S. M. El Rei de Itália. As noticias de ontem foram recebidas com sentimento, mas ninguem se mostrou por isso desanimado.

.....

### XXXIII

26 de Junho de 1866

... Incluso tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o telegrama de ontem à noite que resumi no que dirigi a V. Exa. esta manhã. Trata do combate de 24, continuado ontem 25, e dele se depreende que as forças italianas tornaram a passar para cá do Mincio. Até este momento que escrevo nenhuma outra noticia ha do teatro da guerra; só à noite é que chega o telegrama do quartel general principal, que é publicado oficialmente. Incluso encontrará V. Exa. a proclamação de El Rei Vitor Manuel ao exercito. Asseguram-me que este documento foi escrito a lapis por S. M. indo de Bolonha para Piacenza, e depois litografado em Cremona.

.....

... Segundo tive a honra da anunciar a V. Exa. no meu telegrama desta manhã, remeto os inclusos detalhes da batalha do dia 24, os primeiros publicados oficialmente. Neste momento dirigi a V. Exa. um segundo telegrama em vista das noticias agora mesmo publicadas, o que junto a este officio. O exercito, como diz El Rei ao Barão Ricasoli, concentrou-se para prosseguir novamente o curso da campanha. Apesar das grandes forças austriacas, protegidas pelas fortalezas, terem tomado de flanco o 1º Corpo de exercito italiano, sofreram contudo enormes perdas. Os prisioneiros austriacos passam além de mil homens. Da parte dos italianos as perdas são tambem consideraveis, e fizeram-se prodigios de valôr. Merece os maiores elogios a infantaria, que resistiu admiravelmente à cavalaria austriaca.

El Rei Vitor Manuel correu grande perigo, sendo por duas vezes envolvido pela cavalaria austriaca.

Além dos telegramas ou boletins que tenho enviado, nenhuma outras noticias temos tido até agora nesta Capital, apesar das queixas do publico.

.....

... De quanto até hoje tenho podido colher sôbre o combate do dia 24, na falta do relatorio detalhado do Chefe do Estado Maior do exercito de operações, que se diz deve chegar de um momento a outro, em vista tanto dos telegramas austriacos reproduzidos pelos jornais estrangeiros como dos artigos destes mesmos jornais, concluo que o plano combinado consistia em deitar o 1º Corpo de exercito entre Peschiera e Verona, enquanto que o 2º e 3º Corpos se dirigiam sôbre o Adige, devendo passar este rio em Albaredo e continuar depois sôbre Rovigo, facilitando assim a passagem do Pó ao 4º Corpo do exercito de Cialdini. O plano, conquanto arriscado e temerário, seria praticável se a Arquiduque Alberto não tivesse sido informado dele a tempo. O mau resultado que houve provém pois de ter o Arquiduque reunido todas as suas forças em Verona e tomado o 1º Corpo do exercito italiano de flanco, enquanto que no quartel general de El Rei Vitor Manuel esperavam encontrar as grandes forças do inimigo além do Adige. Só rasgos de heroismo pudêram salvar a honra

do exercito italiano, comprometida pela divulgação do plano de campanha. Quem cometeu a imprudencia deste facto não o saberei dizer; mas o que sei, é que a Áustria está muito bem servida de espiões. Não se deve dissimular o grande descontentamento que se nota por se não haver conseguido logo no principio da campanha resultados de grande alcance para as successivas operações, acrescendo a isto que os primeiros boletins publicados longe de animar, causaram terror em toda a peninsula. Caso estranho! foram os boletins austriacos que vieram tranquilizar aqui os espíritos, e hoje a convicção, sempre na falta de dados officiaes, que o combate não teve tão desastrosos resultados como se pensava. Para não ser induzido em erro, espero pela publicação do relatorio detalhado do quartel general, antes de me pronunciar, podendo contudo fazer-se um calculo pelo numero de prisioneiros italianos que sobe a 2.000, e o dos austriacos a 1.700, segundo corre no publico, màs que creio ser 1.300. Toda a imprensa, nos limites em que actualmente pode escrever, queixa-se da falta de boletins e noticias mais geraes e detalhadas, e cita o que se praticava no ano de 1859, quando o Conde de Cavour era Ministro. Eu e os meus colegas e quase toda a gente nos associamos às queixas da imprensa, que são completamente justas. O desfalque causado pelo combate da dia 24 nos diversos corpos será reparado dentro de dias, dispondo o Ministro da Guerra de muitos recursos quer em homens, quer em munições. El Rei acha-se em Pianeda, e o exercito estende-se sôbre o rio Oglió. As operações do exercito devem recommençar dentro de dias.

.....

XXXVI

2 de Julho de 1866

... Sem coisa de maior importancia a comunicar a V. Exa. limitome a ter a honra de remeter a V. Exa. a inclusa tradução do artigo da *Gazeta Oficial* de Viena, publicado no mesmo dia 24 em que teve lugar o ataque do exercito italiano contra o quadrilatero. É para notar que os austriacos tinham perfeito conhecimento das operações do exercito italiano, aliás não teriam podido impedir que as communicações entre as suas fortalezas tivessem sido cortadas, e que o exercito austriaco tivesse sofrido um grande revez. As successivas noticias que se vão recebendo desvanecem cada vez mais a primeira má impressão do combate do dia 24, e demonstram que nesse dia não houve vencedor nem vencido. Os prisioneiros austriacos tocam quasi o numero

de 2.000. Desde então não tem havido senão reconhecimentos de cavalaria nas margens do Mincio sucedendo que no dia 30 do mês passado, o 3º esquadrão de lanceiros de Foggia caiu sobre quatro esquadrões de hussares austriacos que poz em fugida sobre Goito e Rivalta, fazendo-lhes prisioneiros 40 homens, e matando-lhes uns poucos. É tal o espirito das tropas italianas que não se pode duvidar de sua superioridade sobre as austriacas, se estas chegarem a dar uma batalha campal fóra das formidáveis fortalezas do quadrilatero. Até agora nada de importante tem havido por parte da esquadra, e apenas os voluntarios de Garibaldi tiveram em Cafaro um encontro com os austriacos, aos quais fizeram bastantes prisioneiros.

.....

### XXXVII

6 de Julho de 1866

... Tenho a honra de remeter incluso a V. Exa. o relatório sumário dirigido pelo General La Marmora em 30 de mês passado ao Ministro da Guerra sobre o combate do dia 24 do dito mês, a que os austriacos deram o nome de batalha de Custosa, e que só ontem à noite foi publicado em suplemento da *Gazeta Oficial*. Incluso igualmente os mapas até hoje publicados pela mesma Gazeta dos feridos, mortos e prisioneiros por parte do exercito italiano. Apesar de incompleto e da pouca regularidade de tais mapas, com a ajuda das noticias dos jornais, apparece claramente que as perdas, que ao principio se consideravam como enormes, pois até se falava da destruição do 1º Corpo do exercito de operações, forte de 40.000 homens, devem reputar-se relativamente insignificantes, atenta a situação arriscadissima em que se encontraram algumas divisões debaixo dos fortes de Peschiera.

Confrontando o relatório italiano com o austriaco do sobredito combate, depreende-se que os austriacos, além das suas formidaveis posições, da protecção das suas fortalezas e de varias outras vantagens importantes, eram superiores em numero aos italianos, não tendo destes ultimos tomado parte no combate que todo o primeiro e uma parte do terceiro corpo do seu exercito. As perdas de parte a parte parece contrabalançarem-se, ainda que eu creio que dos austriacos ficaram mais homens fora de combate.

Em nenhuma das tres armas, de infantaria, cavalaria e artilharia, se mostraram os italianos inferiores aos seus adversarios, e apesar da grande fama de que gozava a cavalaria austriaca, não ha a menor

duvida que no combate de 24 do passado, a cavalaria italiana, que se tinha pela arma menos forte do exército, mostrou-se superior à outra. O sistema dos austriacos, não adoptado entre os italianos, de distribuir agua ardente e rum aos soldados antes do combate, pode ser util sobretudo na cavalaria, para o maior impeto das primeiras cargas, mas tem o grande inconveniente, se estas não são dadas com bom êxito, de pôr à mercê do inimigo massas de homens em estado de embriaguez para por ele serem massacradas, como aconteceu a quase um regimento inteiro de lanceiros austriacos, denominado do Rei das Duas Sicilias. Depois da concentração do exército italiano sôbre Cremona, repararam-se dentro em pouco os danos havidos, e já ontem, como tive a honra de anunciar a V. Exa., pelo telegrafo, tendo-se julgado conveniente tirar aos austriacos a vantagem da cabeça de ponte em Borgoforte sôbre a margem direita do Pó, começaram as operações de ataque por parte dos italianos. Bastou esta noticia para aliviar os animos do profundo sentimento que acusou o anuncio de um armisticio proposto pelo Imperador dos Francêses a instâncias do Imperador da Áustria, de que dei parte a V. Exa. em telegrama de ontem, e de que me occuparei em outro officio.

As rapidas vitórias prussianas, que enchem de admiração e de espanto toda a Europa, têm sido muito festejadas aqui, recebendo o Representante da Prussia, Conde d'Usedom felicitações de toda a gente.

A ferida que o General Garibaldi recebeu na côxa esquerda foi muito leve, e não o impede de continuar no Comando dos Voluntarios.  
.....

### XXXVIII

6 de Julho de 1866

#### *Reservado*

... Se o maior dos desastres tivesse succedido ao exército italiano e ao seu Comandante em chefe, o Rei de Itália no dia 24 do mês passado, tal facto não produziria a sensação dolorosa que causou a noticia do *Moniteur*, transmitida ontem pelo telegrafo já não digo da inaudita cessão de Veneza no momento actual ao Imperador dos Francezes, mas sobretudo a proposta do Imperador Napoleão dirigida ao Rei de Itália para a conclusão de um armisticio. Nutro as mais graves apreensões de que, se semelhante armisticio fosse aceite aqui, rebentaria em Itália uma horrorosa revolução, pela situação humilhante e falsa em que êste Reino ficaria à face da Europa.

Os jornais que hoje remeto a V. Exa. contem artigos importantes que merecem ser lidos para se conhecer qual o sentimento que prevalece no país. Ha já algum tempo que eu notava que alguma coisa devia existir que contrariava o andamento das negociações que se tratavam com a Prussia, mas nada transpirava. Contudo por ocasião da formação do actual Ministerio, houve muita dificuldade para a combinação, pois que o General La Marmora posto dever partir para o campo persistiu em fazer parte do mesmo Ministerio, e então parecia que se tratasse simplesmente de uma questão de partidos — hoje porem creio achar-me ao facto do que se tem passado e sôbre que se conservou certo mistério. Chamado o Barão Ricasoli a formar o novo Gabinete, de que se pretendia que o General La Marmora ficasse com a pasta dos Negócios Estrangeiros, encontrou semelhante pretensão a mais decidida opposição por parte do mencionado Barão, e apesar das maiores deligencias empregadas para o resolver a admitilo, nada se pôde conseguir dele, e só a muito custo se obteve que o General ficasse sendo Ministro *sem pasta* ao lado do Soberano, chamando-se de Constantinopla ao Sr. Visconti Venosta, que ali se achava representando a Itália para assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Apesar disto não só o General La Marmora que fora o primeiro que se ocupara do acordo feito com a Prussia, não largou da sua mão certos papeis, mas mesmo parece que conservava certa preponderancia nas relações exteriores.

De outro lado o Conde d'Usedom começou a notar de certo tempo a esta parte um tal ou qual embaraço por parte do General em se prestar a certas combinações que se propunham, e acabou mesmo por se desesperar da indecisão e falta de energia do General, que contrariava alguns planos urgentes e de cujo bom exito não era possível duvidar. Tal procedimento suscitou primeiro suspeitas ao Conde d'Usedom e depois convenceu-o de falta de sinceridade da parte do General La Marmora, e factos successivos lhe indicaram que o mesmo General estava em correspondencia e mesmo de intelligencia com o Gabinete francês. Longe de mim fazer suposições menos honrosas da politica do General em tal conjuntura; o bem da sua patria será o motivo da sua conduta, tanto mais que repetidas vezes espalharam-se receios de que a Prussia, conseguido o seu fim, pudesse abandonar a Itália às forças preponderantes da Áustria. Estes receios devem estar hoje dissipados, e a questão do armisticio não resolvido ainda à hora em que escrevo mostrará bem se ha ou não lealdade da aliada do Reino de Itália. O que porem é certo é que o General La Marmora

perdeu imensamente na opinião publica, e que os propositos que se ouvem geralmente a seu respeito são muito inquietadores, e em momento de efervescencia, como os actuais, podem ter graves consequencias.

Consta-me que apenas El Rei Vitor Manuel recebeu ontem um telegrama do Imperador dos Franceses propondo o armisticio, respondeu logo pelo telegrafo que sendo negócio de tanta gravidade, não podia tomar sôbre si a resolução do mesmo, sem primeiro consultar os seus Ministros e bem assim o seu aliado o Rei da Prussia.

Até à hora em que escrevo não chegou a resposta dêste ultimo.

.....

### XXXIX

9 de Julho de 1866

... A *Gazeta Oficial* inclusa contem o decretò pelo qual são abolidas as corporações religiosas no Reino de Itália.

O suplemento incluso da *Gazeta Oficial* de ontem contém a relação nominal das perdas de officiais e o resumo numerico das perdas da tropa italiana no combate de 24 do mês passado. Entre mortos, feridos prisioneiros e desbandados sobe o numero de 7.812, dos quais 355 officiais.

.....

### XL

10 de Julho de 1866

#### *Reservado*

... As diferentes fases que têm assumido as negociações iniciadas pelo governo francês para conseguir o armisticio proposto pela Áustria succedem-se com tal rapidez, que torna por extremo difficil poder-se escrever sôbre os sucessos actuais, em risco de desmentir hoje o que ontem era uma realidade. Assim pois dera-se o caso, como tive a honra de telegrafar a V. Exa. em 7 do corrente mês confidencialmente que tudo se poderia conciliar, e V. Exa, ficaria certamente muito admirado quando recebeu o meu telegrama de 8 annunciando a entrada no Veneto do General Cialdini com o 4º Corpo do exército italiano, não tendo eu podido explicar aquella contradição senão ontem transmitindo a V. Exa. um telegrama, que confio V. Exa. terá recebido algumas horas depois.

Do meu anterior officio confidencial de 6 do corrente não era di-

fácil deprender que no Gabinete presidido pelo Barão Ricasoli prevalecem duas opiniões. Todos os Ministros, à excepção do General La Marmora querem a aliança franca e leal com a Prússia, enquanto que o último apoia-se na França. Todo o país sustenta a opinião dos primeiros, e combate o segundo.

A grande preponderancia que vai adquirindo a opinião publica, secundada pelo character firme do Barão Ricasoli, ao mesmo tempo que influe no animo de El Rei Vitor Manuel, tem irritado muito o governo francês, a ponto que este usando de uma linguagem, que por fortuna é ignorada no publico, ofendeu por tal forma os sentimentos patrioticos italianos, que o Barão Ricasoli desprezou aquellas insolitas ameaças, e, baseando-se no procedimento da aliada da Itália mas não rejeitando a mediação do Imperalor dos Franceses, respondeu que se continuaria a guerra enquanto não fossem estabelecidas as bases do seu armisticio. Esta resolução violenta era tanto mais urgente, quanto se tornava impossivel dar uma explicação ao país da inacção dos exércitos de mar e terra. O facto de Cialdini transpor a fronteira e penetrar no Veneto socegou momentaneamente os espiritos, mas não os tranquilizará definitivamente enquanto não houver alguma batalha ou que ele não se apodere de qualquer posição importante no quadrilatero.

No mesmo dia 8 em que Cialdini avançou, partiu daqui para o quartel general o Ministro dos Negócios Estrangeiros, portador das ultimas e definitivas resoluções tomadas em conselho de Ministros, as quais não sendo aceites, darão lugar à demissão do Barão Ricasoli. Não sei positivamente quais as condições impostas pelo dito Barão, mas presumo que ele quer, para a conclusão do armisticio, a entrega imediata das duas fortalezas do quadrilatero e a cessão directa não só do Veneto, mas tambem do Tirol, o que vai de encontro aos desejos do Gabinete francês. De outro lado o Barão Ricasoli opina pela continuação da guerra enquanto a Prússia não a faça cessar pela sua parte.

É bem claro o motivo que leva a Áustria em ceder Veneza ao Imperador dos Franceses. Porem a Áustria enganou-se, julgando paralisar o apoio de Itália à sua aliada a Prússia, porque em ultimo caso se se pudesse admitir que por semelhante cessão fosse impedida a Itália de penetrar no Veneto, o que não acontece, como se está vendo, a Itália teria a faculdade de transportar as suas forças sôbre as costas da Istria e da Dalmacia. O que sucederá não sabem dizer; recebendo contudo neste instante uma parte telegrafica datada de

hoje de Berlim, anunciando que a Prussia não aceitará provavelmente o armistício sobretudo por deferencia à Itália e em vista da reprobção geral que o armistício suscitou na Peninsula, convenço-me cada vez mais que o governo italiano apoiará com toda a energia a sua aliada.

:.....

## XLI

12 de Julho de 1866

### *Reservado*

... Um telegrama de Berlim recebido aqui na madrugada de 10 para 11 do corrente, trouxe a declaração official de que a Prussia declinava o armistício, e veio confirmar o que tive a honra de comunicar a V. Exa. tanto no meu primeiro telegrama do dia 10, como no final do meu precedente officio daquela mesma data.

Segundo outro telegrama de Berlim do dia 11 o governo italiano respondendo á declaração do governo prussiano ácerca da inadmissibilidade de um armistício sôbre a base de cessão do Veneto, declarou igualmente querer continuar as operações offensivas contra a Áustria, na conformidade dos empenhos que assumiu, até que a Itália e a Prussia não houvessem obtido da Áustria condições de paz satisfatorias.

Aquella declaração por parte do Gabinete italiano foi feita logo em seguida de este último ter combatido as exigencias impostas pela França, mostrando-lhe a impossibilidade em que se achava de faltar à sua honra, abandonando um aliado, que, conquanto até hoje vitorioso, não poderia ainda prescindir da cooperação das forças italianas para melhor combater o inimigo comum. A Itália, no entanto, não só aceita a mediação do Imperador dos Franceses, mas está pronta a fazer lhe qualquer outro sacrificio, que não seja incompatível com a dignidade da nação.

A firmeza e sinceridade com que o governo italiano se houve em tão difficil quanto arriscada conjuntura, secundada poderosamente pela sua aliada a Prussia, produziram o maior efeito no Imperador Napoleão, o qual se viu obrigado a tornar-se mais moderado do que se mostrara no principio. Este feliz resultado deve-se ao sentimento unanime que se manifestou em todo o Reino de Itália e à coragem e energia com que o Barão Ricasoli soube manter a independencia da sua pátria. E malgrado as falsidades propaladas por certo jornais franceses, entre outras a vinda do Principe Napoleão, que desmenti no meu telegrama datado de ontem, e a pretensão que eles sustentam de ser hoje o Veneto territorio francês, a posição do Reino de Itália está

hoje bem definida, e a sua liberdade de acção incontestada. Assim o demonstra a entrada no Veneto do General Cialdini o qual, como V. Exa. já a estas horas o sabe, está proximo de Padua, levando sob o seu comando 15 das 20 divisões do exército italiano que ainda ha pouco acamparam em roda do quadrilatero. Tão grande força (160.000 homens) debaixo do comando de um só General poderá sem duvida causar surpresa a V. Exa. e por isso cabe-me aqui narrar a V. Exa. certas particularidades, de que vou tendo conhecimento e que certamente deitam muita luz sôbre as causas do mau successo que teve o exercito italiano no dia 24 do mês passado.

Dois planos se apresentavam para entrar em operação com o fim de ser tomado o Veneto. Não sendo do dominio publico nenhum daqueles planos, consta-me que o que se adoptou não era aprovado nem pelo General Cialdini, nem pelo governo prussiano. Posto em pratica aquele plano, o seu exito foi deplorável, e desde logo se imputou o desastre sucedido ao Estado Maior General do Exercito, sem se indagar se por acaso algum general teria deixado de executar ou se executou mal as instruções que havia recebido. De varios boatos espalhados, mas que no estado actual das coisas não podem ser referidos pela imprensa, parece que o Comandante do 3º Corpo do Exercito, general Della Rocca se houve com muita impericia, deixando de apoiar as divisões do 1º Corpo (ala esquerda) empenhadas no mais vivo do fogo, e que fizeram prodígios de valor para sustentar importantes posições, entre outras a de Custosa, tomada ao principio de assalto pelo General Govone. Aquela falta tem, quanto a mim, assaz de probabilidades pelo simples facto de que o 3º Corpo, formando o centro, ficou quasi intacto depois do combate, o que prova que pouco ou nada operou. Independentemente da circustancia que aponto, é assaz notória a rivalidade que existe entre alguns Generais, e bastante conhecida a intriga que se prossegue de ha muito tempo e que é a consequencia natural daquela rivalidade. Aqui porem não quizeram ou não se atreveram a imitar o exemplo da Áustria que meteu em conselho de guerra três Generais depois da derrota de Sadowa. Foram mais moderados procurando ferir o menos possivel algumas susceptibilidades; e assim passaram ao General Cialdini que já comandava oito divisões, mais sete das doze que compunham os três primeiros corpos do exercito, e que eram comandados pelo General Durando, Cucchiari e Della Rocca. Nada de positivo sei se os dois ultimos ficaram ainda com o comando das cinco divisões restantes, mas ouvi ontem dizer que o General Della Rocca tinha de ir a Turim em comissão.

Quem foi destituído do comando da sua divisão é o General Sirtori, atribuindo-se essa destituição a ter ele publicado uma ordem do dia em que deixe entrever que ele fora abandonado durante todo o dia 24. Consta-me igualmente que existe grandissimo descontentamento no exercito (e creio que isso não é só de hoje) a respeito do General Della Rocca, e que tambem nem por isso deixa de atingir o General La Marmora. Quem porem conserva todo o seu prestigio no exercito, livre de influencias palacianas e de sordidas intrigas é sem contradizer o General Cialdini.

No momento de terminar vejo o ultimo telegrama chegado de Berlim, annunciando que o Ministro prussiano diz que a Itália e a Prussia não podem concluir nem um armisticio, nem uma paz com a Áustria sem reciproco consentimento.

.....

## XLII

18 de Julho de 1866

*Reservado*

...Desde o dia 12 do corrente não tenho oficiado a V. Exa. limitando-me a dar a V. Exa. pelo telegrafo algumas noticias positivas dos movimentos militares, que recebo do meu colega da Prussia. Desde que Florença se tornou por assim dizer uma simples sucursal do quartel general do exercito de operações, nada aqui se sabe. Nem mesmo se publicam agora uns boletins do exercito que apareceram ao principio, não havendo outras noticias que as que contém as insignificantes correspondencias particulares dos jornais, que todos os dias remeto a V. Exa.

O Barão Ricasoli está constantemente no caminho de Florença para Ferrara e de Ferrara para Florença. O mesmo fazem os outros Ministros, à excepção do Ministro dos Negócios Estrangeiros, o qual permanece junto do quartel general de El Rei. O Corpo Diplomatico não tem aqui senão o Secretario Geral da Repartição do Exterior a quem recorre, e que pouco ou nada sabe do que se passa, não sendo os negócios tratados em Florença.

É pois graças à amizade e boas relações, que entretenho com o Conde d'Usedom, e à confiança que êle tem em mim, que V. Exa. recebe ai noticias que o publico ignora por cá; e como em tudo se observa neste país um grande segredo e mistério vejo-me obrigado a cifrar para V. Exa. muita coisa de pouca consequencia.

Não padece duvida que nestes ultimos dias tem-se dado vigo-

roso impulso às operações militares, achando-se a vanguarda do General Cialdini em Treviso. Creio que a primitiva organização do exercito de operações em quatro corpos vai sofrer modificações, formando-se dois exercitos sob o comando de Cialdini e de La Marmora. Cialdini avança quanto pode, vencendo enormes dificuldades, tendo de atravessar muitos rios e de restabelecer quantidade de pontes, que os austriacos, na sua retirada para o norte vão destruindo por toda a parte. Disto já V. Exa. deve ter hoje conhecimento pelo meu telegrama de ontem, que não era senão o resumo do que o meu colega da Prussia acabava de receber e me confiou. O sétimo e nono corpos do exercito austriaco dirigiram a sua marcha por Treviso e Udine, estabelecendo nesta ultima cidade o quartel general, enquanto que o quinto corpo do exercito austriaco partiu de Verona subindo pelo Tirol na direcção de Insbruck para ali tomar o caminho de ferro que atravessa a Baviera no sul e vai a Viena.

Receio que Cialdini, apesar de todos os seus esforços, não possa alcançar nenhuma das sobreditas forças austriacas, cujo fim actual é chegar intactas a Viena para resistir aos prussianos que, segundo as mais recentes noticias, estão a pequena distancia daquela capital.

Ainda assim as guarnições e outras tropas austriacas que se acham no Veneto e no Tirol não me parece serem tão insignificantes como se dizia, mas não era força sufficiente para resistir à marcha do exercito italiano.

Pelo que toca ao Tirol espera-se brevemente que Garibaldi avance e tome boas posições, assim como que a esquadra dará mais algum sinal de vida do que até agora.

.....

### XLIII

19 de Julho de 1866

... Na ausencia do Ministro dos Estrangeiros, que reside presentemente junto do quartel general de S. M. El Rei de Itália tenciono comunicar ao Secretario Geral daquele Ministerio a circular de V. Exa. sôbre a neutralidade estrita e absoluta que o governo de S. M. quer manter a respeito das Potencias que se acham actualmente em guerra (5). Em telegrama de ontem tive a honra de anunciar a V. Exa.

(5) La circolare (5 luglio 1866) diceva quanto segue: «No *Diário de Lisboa* de hoje, vem publicado o Decreto de 2 do corrente, pelo qual Sua Majestade El-Rei ouvido o Conselho de Estado declara a intenção de manter intactas as relações de paz, de boa amizade e perfeita intelligencia, que subsistem entre Portugal e todos os governos de Europa, observando-se, pela

a tomada de Borgoforte pelas forças italianas, comandadas pelo Duque de Mignano, antigo oficial napolitano e mais conhecido pelo nome de General Nunziante.

Os poucos detalhes que ha aqui do ataque daquela cabeça de ponte encontram-se nos jornais que hoje remeto. Por um telegrama chegado a Florença na madrugada de hoje, cessou a duvida que eu tinha, e que era partilhada por muita gente não obstante o que comuniquei a V. Exa. no meu officio de 30 do mês passado, ácerca da existencia de um tratado formal ofensivo e defensivo entre a Itália e a Prussia durante a presente guerra. O *Monitor* prussiano publica, segundo aquele telegrama official, o artigo 3º do mencionado tratado, concebido nestes termos: « A datar do momento da declaração de guerra, S. S. M. M. os Reis da Prussia e Itália continuarão as hostilidades, com todas as forças que a Providencia pôs à sua disposição, não podendo concluir nem paz nem armistício sem um reciproco consentimento ».

.....

#### XLIV

24 de Julho de 1866

*Reservado*

... Quer do que se passa no campo de batalha, quer do que se trata no Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, ausente da capital, cada vez menos se sabe em Florença. Alguns Representantes estrangeiros que por escrupulo de consciencia e atenta a gravidade da situação se conservam firmes no seu posto nesta estação de intensos calores, não tendo querido seguir muitos dos seus colegas que se ausentaram para os banhos, acham-se por extremo embaraçados para poder informar os seus respectivos governos sobre o andamento dos negócios publicos neste Reino. Tudo se trata em Ferrara no quartel general principal do exercito, para onde ainda ontem de manhã partiu repentinamente o Presidente do Conselho de Ministros, chegado

---

nossa parte a mais estrita e absoluta neutralidade a respeito das Potencias que se acham actualmente em guerra. O citado Decreto consigna os principios estabelecidos na declaração de Paris de 16 de Abril de 1856, à qual Portugal aderiu em 28 de Julho do mesmo ano, e outras doutrinas geralmente reconhecidas quanto à entrada e demora nos portos portuguezes das embarcações de guerra beligerantes, suscita os artigos do Código Penal relativos aos actos contrários à segurança exterior, e aos interesses do Estado em relação às nações estrangeiras, e determina que o governo não concederá protecção alguma contra os actos ou medidas dos beligerantes aos súbditos portuguezes, ou quaisquer outros que faltarem à observancia das prescrições do mesmo Decreto, sem prejuizo das acções criminaes que possam ter lugar nos termos da legislação em vigor». (Archivio *cit.*).

aqui ha bem poucos dias. Acresce a isto que a imprensa nada pode publicar, e que dos tristes, incompletos e raros telegramas que se recebem esta-se longe de se poder coligir a verdade dos factos. Alguma coisa, porém, sempre tranluz, que bem denota que uma fatalidade pesa sobre as coisas publicas deste país desde que se principiou a presente guerra, e que não é facil encobrir a má direcção ou para melhor dizer a falta de direcção das coisas publicas.

O descontentamento geral lavra em todo o país e aumentará à medida que o publico se for convencendo da ineficacia dos esforços do governo em frente da pressão exercida pela França, que subiu ao seu auge nestes ultimos dias, constringendo as partes beligerantes a uma suspensão de hostilidades durante cinco dias, que será seguida de um armisticio até à conclusão da paz, se as condições impostas forem aceitas pela Áustria. Quais são as que a Itália propõe não é cousa ainda bem clara retendo porem que a cessão directa do Veneto, a entrega de uma fortaleza pelo menos no quadrilatero como garantia e a renuncia da Áustria de se intrometer na questão de Roma, figuram no numero dessas condições. Mas a Itália tem pretensões sôbre o Tirol e mesmo sôbre a Istria, e se delas ceder, não se poderá considerar a tranquillidade na peninsula como definitivamente estabelecida, abstraindo ainda a questão de Roma.

Em 21 do corrente anunciei a V. Exa. pelo telegrafo o combate naval perto da Ilha de Lissa. Poucos pormenores chegaram ácerca daquela acção até ao momento em que escrevo, mas sei que o relatorio do Almirante Persano já chegou e poderá ser hoje publicado na Gazeta Oficial.

No meu telegrama de ontem disse a V. Exa. correr a voz de que se estava para assinar um armisticio, e hoje o telegrafo diz-nos de Paris que o *Moniteur* anuncia que o governo italiano aderiu à suspensão de hostilidades. Como o quartel general de Ferrara se corresponde directamente com o governo francês, nós, aqui em Florença recebemos as noticias por Paris. É assaz singular este facto, mas assim acontece.

As armas italianas alcançaram algumas vantagens tomando a posição entre Cremona e Primolano, o que lhes facilita a marcha sôbre Trento e por consequente a sua junção com as forças do General Garibaldi que tambem se apoderaram do forte de Ampola sôbre a estrada de Riva. Tudo porem fica paralisado com a suspensão das hostilidades.

É fora de duvida que a repentina vinda do Principe Napoleão

teve por fim a negociação para as bases da futura paz. As instruções de que S.A.I. veio munido são tão perentorias que obrigam o governo italiano em não hesitar em se submeter a tratar.

.....

## XLV

27 de Julho de 1866

### *Reservado*

... O descontentamento geral que se espalha por toda a Itália em consequencia do mau resultado que teve o combate do dia 24 de Junho, foi aumentando pela demora que houve na concentração das tropas sobre Cremona com o pretexto de se dar nova direcção às futuras operações militares, e até hoje nenhuma razão plausível se deu ao publico que justificasse tal demora. Tranquilizaram-se porém os animos algum tanto quando se verificou a passagem do Pó pelo corpo do exército comandado pelo General Cialdini, e com o avançar-se de algumas divisões ocupando sucessivamente Rovigo, Padua, Vicenza, Treviso e alguns outros pontos menos importantes no Veneto. Desgraçadamente a batalha naval do dia 20 do corrente na proximidade da Ilha de Lissa veio irritar os animos de um modo extraordinario, causando gravissima agitação nos portos maritimos, com especialidade em Génova, Liorne e Ancona, e a linguagem dos jornais tem-se tornado a tal ponto ameaçadora, sustentada por algumas representações energicas da parte de algumas Associações maritimas contra o Almirante Persano, que o governo viu-se obrigado a sair do silencio que tem observado, fazendo publicar na *Gazeta Oficial* de ontem o artigo que remeto incluso.

Até agora a opinião publica tinha-se pronunciado fortemente contra dois homens, o General La Marmora e o Almirante Persano; porém desde que se verificou no dia 25 a suspensão de hostilidades, os membros do Gabinete são objecto dos ataques do publico. A situação é pois grave, ninguem o poderá negar, e se as condições da futura paz não forem as que o país aguarda, não poderá a Europa contar como o socego publico neste Reino por muito tempo.

No entretanto prossegue-se discutindo no quartel general em Ferrara os preliminares da paz, que servirão de base à conclusão do armisticio entre a Áustria e a Itália, e do resultado dessa discussão é provável que receberemos noticias aqui por via de Paris, como succedeu com a noticia da suspensão das hostilidades, não obstante residir

em Florença o governo italiano, do qual só o Ministro dos Negócios Estrangeiros reside permanentemente no quartel general.

Eu confio que por ora e enquanto o governo dispõe de poderes excepcionais não haverá que lamentar disturbios mais serios neste país, mas receio muito que terei de presenciar mais tarde cenas desagradáveis quando o Rei, o exercito e os voluntários regressarem do campo.

.....

## XLVI

4 de Agosto de 1866

... Quando, em 29 do mês passado, adquiri a certeza da proxima conclusão do armistício entre a Itália e a Áustria, apressei-me a enviar a V. Exa. naquele mesmo dia o meu telegrama annunciando aquêlê importante factô. No dia seguinte tive a honra de comunicar a V. Exa., tambem pelo telegrafo, quais as bases do mencionado armistício, que, segundo é annunciado na folha official, principiou a correr desde o dia 2 do corrente mês, e durará quatro semanas. Desde já fica assegurada a reunião do Veneto ao Reino de Itália sem condição de sorte alguma, reservando-se a questão das fronteiras para as negociações de paz, sendo o armistício concluido sôbre a base do *uti possidetis* militar. Depois da maneira como foram conduzidas as operações militares, quer em terra, quer no mar, e do pouco successo que dai resultou para as armas italianas, deve-se considerar assaz favorável o armistício concluido.

A rectificação das fronteiras poderá oferecer certas dificuldades para a celebração da paz; tenho porém motivos para crêr que tais dificuldades serão aplanadas para o que muito contribuirão a attitude e boas disposições de todas as povoações quer no Tirol, quer do lado de Trieste. Forças consideraveis italianas occupam actualmente uma parte do Tirol, tocando quasi em Trento; o quartel general de S. M. o Rei de Itália acha-se em Padua, e o do General Cialdini em Udine, com os postos avançados sobre o rio Isonzo. Mais de duzentos mil homens occupam todas essas posições, conquanto as forças austriacas estejam ainda de posse das quatro fortalezas do quadrilatero, não tendo nenhuma delas sido entregue como garantia, segundo o que anteriormente se afirmava. Também não se verificou a noticia que eu havia transmitido a V. Exa., em 23 do mês passado, fundando-me num boletim *official*, de haver a Áustria perdido a sua unica nau (Kaiser) e duas fragatas no combate do dia 20 daquele mês. Ao Almirante Per-

sano foi retirado o comando superior da esquadra, procedendo-se agora a um inquerito sôbre aquele combate, e achando-se com o comando interino da mesma esquadra o Contra-almirante Vacca.

Como o telegrafo já terá anunciado, S.A.I. o Príncipe Napoleão partiu de Ferrara para França, apenas assentadas as bases do actual armistício. A tranquillidade tem-se conservado em todo o país.

.....

## XLVII

13 de Agosto de 1866

... Apesar das informações muito officiais de que dei a V. Exa. conhecimento pelo telegrafo em 29 e 30 do mês passado, o armistício entre a Itália e a Áustria não era tão certo que não ocasionasse momentos de grande embaraço nestes ultimos dias. Não quiz dar um alarme inutil, telegrafando a V. Exa. sôbre as novas difficuldades, convêncido como estava de que logo em seguida teria de anunciar a conclusão positiva do armistício. Só ontem me foi licito fazê-lo, tendo no dia 11 comunicado a V. Exa. o telegrama do Conde de Bismarck, recebido aqui no mesmo momento, e que certamente levou a Áustria a não protrair por mais tempo a assinatura do mencionado armistício. O incluso artigo da *Gazeta Oficial* dá a noticia da linha de demarcação militar, que se manterá durante quatro semanas. Creio que o General Menabrea já partiu para Praga como plenipotenciario para as negociações entre a Itália e a Áustria. Conto ter a honra de officiar a V. Exa. mais extensamente amanhã ou depois.

.....

## XLVIII

14 de Agosto de 1866

### *Reservado*

... Tenho a honra de acusar recebido o despacho de V. Exa, reservado no qual tocando V. Exa. nos dois importantes assuntos do armistício e da futura paz entre as partes beligerantes, especialmente pelo que diz respeito à Itália deseja ter exacta informação sôbre o objecto da recente viagem do Príncipe Napoleão a este país.

A situação qual se apresentava em 2 do corrente, data do mencionado despacho de V. Exa. soffreu como V. Exa. agora conhece, algumas modificações, e quem aqui se acha não foi pouco mistificado ao anuncio do que se passou logo na primeira conferencia que

os Generais austriaco e italiano tiveram em Cormons para a assinatura do armistício, cujas bases, publicadas, por assim dizer oficialmente, como aprovadas pela França e Prússia, e admitidas pela Áustria, foram negadas por esta última Potencia naquela conferencia. O *uti possidetis* militar que se entendia constituir uma daquelas bases foi o que deu lugar a não se poder assinar no dia 7 deste mês o armistício. Como a suspensão das hostilidades terminava a 10, é fácil conceber a ansiedade que houve, temendo-se que faltasse o tempo necessário para se combinar e transmitir novas instruções para Cormons. Procurou-se pois remediar este contratempo prorrogando-se por mais 24 horas o termo da suspensão de hostilidades, e no entanto concentraram-se todas as forças italianas debaixo do ponto de vista estratégico para melhor se poder resistir a qualquer ataque das forças austriacas consideravelmente reforçadas com tropas vindas recentemente do norte. Quais foram verdadeiramente as intenções do governo austriaco nesta conjuntura não o saberei dizer com certeza; porem o telegrama do Conde de Bismarck, que o meu colega da Prússia recebeu no dia 11, e que no mesmo instante eu transmiti a V. Exa., o qual envolvia uma ameaça contra a Áustria, denota que esta Potencia pretendia muito seriamente agredir a Itália, quer no Tirol quer no Veneto. Sem duvida que juntamente com aquela ameaça à Áustria, viria algum conselho prudente à Itália, do que resultou traçar-se uma linha mais rasoavel de demarcação militar durante o armistício de que V. Exa. terá tido conhecimento pelo meu officio.

O sentimento patriótico, como V. Exa. muito bem observou, não deixará de ficar magoado neste país com o resultado da campanha. A culpa disto a si o deverão attribuir os italianos, e se houve um momento de agitação, hoje em dia os animos vão-se acalmando, para o que não pouco tem contribuido os muito sensatos artigos dos jornais destes ultimos dias.

Agora a paz apresenta-se em perspectiva, mas a sua duração, no meu fraco entender, é mais que problematica. Tenho a inteira convicção e persuado-me que V. Exa. actualmente estará igualmente convencido, que não é a Prússia que a tornará duvidosa.

A Prússia quer a paz a todo o custo e quanto antes em vista das pretensões, que ora se vão tornando mais manifestas, da parte do Imperador dos Franceses sobre o Reno. Daqui se originarão, e oxalá que eu me engane, as novas complicações futuras na Europa que podem succeder-se com mais precipitação do que muitos o julgam. Novas alianças se formarão incontestavelmente, e segundo o que tenho

podido deprender, a Itália irá para onde o seu maior interesse a chamará.

Se a França tem procurado destacar a Itália da aliança com a Prússia, ao que a vinda do Príncipe Napoleão não me parece ter sido também estranha, por outro lado esforça-se a Prússia por conservar e consolidar essa aliança, que vai adquirindo muitos partidários neste país tanto mais quanto maiores provas se vão adquirindo da perfeita lealdade da Prússia para com a Itália.

Em um precedente officio coube-me a honra de dizer a V. Exa. que, apenas assentadas as bases do armistício, partiu de Ferrara em direcção a França o Príncipe Napoleão. Parece que daqui se podia inferir que o objecto da sua missã se ligava à combinação daquelas bases.

.....

#### XLIX

16 de Agosto de 1866

... Inclusive cumpre-me remeter a V. Exa. a Convenção de armistício celebrada entre os Comissarios austriaco e italiano em Cormons no dia 12 do corrente, a qual entrando em vigôr em 13 de Agosto terminará em 9 de Setembro. Demorei-me em transmitir a V. Exa. este documento, já reproduzido por todos os jornais, porque desejei enviar o proprio texto publicado na *Gazeta Oficial* deste Reino. Crê-se geralmente que a paz será assinada antes do fim do corrente mês. Visto as condições do tratado não poderem ser demasiado favoráveis à Itália, parece-me que quanto mais depressa se assinar o mesmo, melhor será. Apesar da paz o exercito italiano vai aumentando as suas forças consideravelmente, como se depreende da formação de um novo corpo de reserva geral confiado ao Comando do General Duque de Mignano. Os depositos estão cheios de soldados, proseguindo-se activamente na instrução dos recrutas.

.....

#### L

20 de Agosto de 1866

... Eu não tinha conhecimento do pequeno artigo transcrito da *Gazeta de Milão*, debaixo da epigrafe *Spagna* e que V. Exa. leu no *Corriere Mercantile* de Génova de 17 do mês passado, no qual artigo se afirma que as relações diplomaticas entre Espanha e Portugal se

tornam cada dia mais hostis. É um facto que de ha quatro anos a esta parte, isto é, desde a nova aliança entre as Augustas Casas de Bragança e Saboia, repetidas vezes se tem insinuado tanto na imprensa como na tribuna parlamentar, intentos a respeito de Portugal em diametral opposição com o sentimento unanime do país, e com as rectas e leais disposições do nosso soberano. Teria eu pôr certo deixado de cumprir um dos mais estritos deveres se tivesse deixado passar desapercibidas tais insinuações. Tive occasião de as apontar oportunamente ao governo, e tenho-as frequentemente rebatido aqui, sempre que se oferece ensejo. Para combater essas insinuações melhor do que eu o poderia fazer, o fizeram a publicação nos principais jornais italianos da Circular de V. Exa. de 29 de Maio passado, e a noticia reproduzida pelos mesmos jornais do procedimento do governo de S. M. contra os emigrados espanhois, que, abusando da hospitalidade que se lhes deu em Portugal, tentaram evadir-se para passar à Espanha. Estes factos são demasiado notorios em Itália para que possa haver o menor equivoco sôbre os verdadeiros sentimentos da Nação Portuguesa. De resto, como aqui não se ignora, aí está o recente tratado de limites entre os dois Estados, cuja demarcação serve para mostrar quais sejam as nossas aspirações. Não julgo o jornalismo neste país assaz importante para poder desvairar a opinião, sobretudo ácerca de assuntos externos. Lembro-me que ha tempos um jornal que aqui se publica em francês, intitulado *L'Italie*, e que se pretende receber alguma inspiração do governo, annunciou a vinda de um contingente de dez mil homens de tropas portuguezas para cooperar com as forças italianas contra a Áustria, e não sei se mesmo contra Sua Santidade. Não foi necessario pôr-me em campo para combater semelhante noticia; dessa tarefa se encarregaram os proprios jornais politicos italianos, e o jornal humoristico *Il Pasquino*, conferindo as honras de General a Mr. Jacottet, redactor de *L'Italie*, dedicou-lhe uma caricatura, representando aquele individuo a comandar umas dez caixas, contendo cada uma mil *laranjas*, a que os italianos costumam dar o nome de *portogalli*. Assim ficou ridicularizada a noticia, que ainda estou por saber por que via a teve Mr. Jacottet. Considero sempre muito conveniente evitar, quanto possivel, de entrar em polemica com os jornais, salvo em caso extraordinario, de que possa resultar consequencias serias.

Não ha muitos meses que a Legação de S. M. C. nesta Corte, por meio de um adido militar que aqui tem, respondeu a um artigo publicado por aquele mesmo jornal *L'Italie*, que não fez senão repro-

duzi-lo de um jornal francês. Sem semelhante resposta ninguem se teria importado do que dizia o sobredito periodico, o qual em seguida se occuparia de outra coisa do que dos negocios de Espanha. Em vez disso porém, teve materia para tratar do assunto durante quinze dias, e a Legação de Espanha julgou mais prudente abster-se de novas respostas. No entretanto pode V. Exa. confiar plenamente que as indicações que se serve fazer-me serão seguidas pontualmente, e que a minha linguagem será, como sempre o tem sido, a mais explicita e terminante, quando se tratar das relações do meu país com o Reino visinho.

.....

LI

20 de Agosto de 1866

... Posto que um pouco tarde julguei conveniente expedir antontem a V. Exa. um telegrama dando a demissão do General La Marmora do cargo de chefe do Estado Maior General do Exercito, sendo no mesmo cargo substituido pelo General Cialdini; a demissão do General Pettinengo de Ministro da guerra, igualmente substituido pelo General Cugia, e bem assim a renuncia do General La Marmora da sua qualidade de Ministro sem pasta. Estes acontecimentos, se me não engano, devem ter causado em geral bastante surpresa, pelo momento em que se verificaram, e as verdadeiras causas que os motivaram não me parece sejam do dominio publico, conquanto fosse evidente a existencia de grave desacordo entre o general La Marmora e o Barão Ricasoli, como de ha muito o fiz pressentir. O desfecho da luta entre eses dois homens de estado presumia-se tivesse lugar mais tarde, continuando as coisas como estavam, pelo menos até à conclusão da paz. Não foi porem assim, e esta circumstancia faz-me desconfiar que algum novo incidente veio precipitar a retirada do General La Marmora, sendo consequencia desta a demissão do General Pettinengo, seu amigo intimo, que poderá ainda ser seguida de alguma outra dos actuais Ministros, acaso o das Obras Publicas, Com.or Jacini.

Tais mudanças são bastante para lastimar nas presentes circumstancias, em que se torna sumamente necessario tirar qualquer pretexto a polemicas na imprensa. Infelizmente apesar dos esforços que se possam empregar, e da recente circular do Ministro do Reino aos prefeitos, transcrita na maior parte dos jornais, difficil será evitar debates com que o país nada lucrará, e que só servirão de avivar as

paixões. Os jornais *L'Opinione* e *La Nazione* que envio sendo o primeiro partidario do General La Marmora, e o segundó do Barão Ricasoli, encetaram uma polémica que poderá durar bastante tempo, não obstante a *Nazione* de ontem trazer nas ultimas noticias, palavras muito honrosas com relação ao General.

O Barão Ricasoli, por ocasião da primeira visita que lhe fiz, quando assumiu a presidencia do Conselho, disse-me ser sua intenção conservar o seu posto sómente até à conclusão da guerra; e como é demasiado notoria a sua firmeza de character, ninguem se deverá admirar que, concluida a paz ele abandone o poder. Se me é permitido conjecturar, tenho que o General Cialdini será com o tempo chamado a substituir o actual Presidente do Conselho.

O telegrafo e os jornais anunciaram, dias passados, a partida do Ministro da França para o quartel general, portador de uma Carta autografa do Imperador dos Franceses para o Rei de Itália. O objecto da carta deve ser sem duvida a participação de se achar o Veneto, na conformidade dos preliminares de Nikolsburg, á disposição de Rei de Itália. Preenchida esta formalidade, principiarão as negociações para a paz entre a Áustria e a Itália. Até este momento não sei com certeza se será Paris ou Praga o lugar das conferencias.

.....

## LII

6 de Setembro de 1866

... O publico aguardava com calma e certa confiança a conclusão da proxima paz com a Áustria, esperando que as negociações, de que o General Conde de Menabrea se acha presentemente encarregado em Viena juntamente com o Plenipotenciario austriaco, dessem em resultado a cessão directa do Veneto à Itália e prescindindo mesmo das mais largas aspirações que nutria ao principiar a guerra, pela convicção de que não havendo as armas italianas obtido vitória alguma, força é agora contentar-se com a simples anexação daquella parte do territorio que lhe foi garantido no tratado de Praga pela sua aliada, a Prussia. A noticia porem transmitida de Paris pelo telegrafo tanto ácerca do conteudo da carta autografa do Imperador dos Franceses ao Rei de Itália, de que falei no meu precedente officio, como do tratado assinado em Paris no dia 24 do mês passado entre a França e a Áustria e a simultanea chegada do General Leboeuf, Comissario francês encarregado de receber o Veneto da autoridade militar austriaca para em seguida a transmitir às autoridades municipaes

país venezianas, veio causar dolorosa impressão em toda a Península. Houve um grito unanime de surpresa e indignação, que só foi atenuado com a publicação do proprio texto da carta acima mencionada, estabelecendo-se contudo desde logo duas correntes na opinião publica. *L'Opinione* desculpa a formalidade da entrega do Veneto por intermedio da França, não achando incoerencia entre este facto e o que foi pactuado no tratado de Praga. A *Nazione* que, como V. Exa. sabe é partidaria do Barão Ricasoli, contesta a entrega feita por aquele modo, e por consequente o tratado de 24 de Agosto, que nenhuma significação deve ter em vista do que se celebrou em Praga no dia antecedente. Tudo isto se teria evitado, se o Imperador de Áustria calculando melhor, não se tivesse apressado a fazer a cessão do Veneto ao Imperador dos Franceses, com o que me parece nada lucrou, e eu estou muito inclinado a acreditar no boato que corre que S.M.I. acolhendo com suma benevolencia o General Conde de Menabrea, lhe dera a entender que melhor teria sido não haver feito tal cessão à França. Sendo porem hoje considerada essa cessão um facto consumado, torna-se por extremo difficil a posição do Rei de Itália e dos seus commissarios Regios e mais autoridades italianas já residentes no Veneto; e como o plebiscito ou sufragio universal deve ali verificar-se, ninguem se poderá admirar se se fizer alguma observação para que as povoações possam votar livremente, longe de qualquer influencia. Não obstante tudo isto, eu creio que todo o homem imparcial não reprovará que se efectue a formalidade da cessão conforme foi resolvida, e admitindo mesmo que dai resulte humilhação para os italianos, não se segue que se faça menos caso do Soberano da França por um acto praticado a seu respeito pelo Imperador de Áustria. As coisas seguirão pois os tramites que estão traçados, e se o povo italiano não se quizer conformar com a sua sorte, o mais que pode acontecer é atacar-se aos seus homens de Estado, com o que a causa publica de certo nada lucrará.

A maior vantagem que a meu vêr pode reverter para a Itália na presente conjuntura, é concluir o mais depressa possivel a paz, afim de restabelecer o seu exército no pé de paz e fazer cessar as enormes despesas com que este país não pode continuar por muito tempo. Segundo as informações que tenho, o tratado austro-italiano será brevemente assinado, e seguido de grande redução no exercito.

O Duque de Ribas, novo Ministro de Espanha nesta Corte, havendo apresentado as suas Credenciais ao Principe de Carignano,

Lugar-Tenente do Rei, partiu para a Alemanha para fazer uso das aguas minerais, e regressará aqui para o inverno.

.....

### LIII

17 de Setembro de 1866

... Com o officio da serie ostensiva de 1863, remeti a essa Secretaria de Estado o projecto de um tratado de Comercio e navegação entre Portugal e a Itália, oferecido por este governo e submetido à consideração do governo de S. M. Apesar do tempo decorrido desde aquella remessa, nada se me comunicou oficialmente sobre o assunto, e apenas um dos antecessores de V. Exa. me disse em carta particular, que havia mandado examinar aquele projecto e dele se occuparia apenas se tivesse concluido o tratado de commercio que se negociava com a França. O momento seria pois chegado de nos occuparmos daquelle importante assunto, e eu peço licenca para chamar sobre ele a atenção de V. Exa. O unico acto internacional que temos até hoje firmado com o Reino de Itália não falando na aliança entre as Duas Casas Reinantes, foi a Convenção postal de 10 de Dezembro de 1862.

.....

### LIV

18 de Setembro de 1866

#### *Reservado*

... É-me lisonjeiro ver, pelo despacho de V. Exa. que as minhas informações tanto ácerca da paz futura e não remota entre a Áustria e a Itália, como pelo que toca à duração e solidez da paz geral na Europa, concordam com as que V. Exa. recebe de outras Cortes, e sobretudo com a opinião já manifestada por V. Exa. em seus anteriores despachos.

Logo depois de regressar de Liorne procurei o Ministro dos Negocios Estrangeiros, e o Secretario Geral do mesmo Ministerio, e posto que nem um nem outro pudessem precisar o termo dentro do qual esperam que o tratado de paz com a Áustria seja assinado, deixaram-me entrever como certa a remoção das difficuldades que surgiram e que têm impedido o accordo definitivo das negociações.

A parte financeira tem sido o obstaculo principal para resolver as questões pendentes; parece porem que instado pela França e pela

Prússia, o governo austriaco se prestará ou submeterá a condições razoáveis e não exorbitantes como as que até agora sustentava.

Por demasiados motivos, quer políticos, quer comerciais, e que certamente todos reputam de mutua conveniência e interesse, os dois países devem procurar firmar a paz o mais brevemente possível. As delongas que tem havido não fazem senão arruinar e tornar cada vez mais crítica a situação financeira destes Estados. É verdade que o governo italiano, e não sei se mesmo o austriaco, começou já a licenciar muita tropa, principiando pelas ultimas categorias chamadas sob as armas e isto, como fácil é conceber, por um motivo de economia, atendendo a que os homens dessas categorias ainda não se achavam completamente vestidos e equipados. Este licenciamento, que por ora não se sabe ao certo o numero de individuos que atingirá, mas que em todo o caso deve ser consideravel, trará consigo uma notavel redução na despesa publica, mas não tanto quanto a situação do tesouro require. O estado da fazenda é portanto o grande escolho contra o qual ha-de naufragar infalivelmente quem se acha e for chamado à frente da administração da fazenda.

As questões politicas, propriamente ditas, não são aquelas que, a meu ver devem preocupar os homens de estado deste país; todos receberão oportuna solução, mas a questão da fazenda é que não me parece tão facil de resolver. Depois do curso forçado dos bilhetes do Banco, apresenta-se agora o emprestimo nacional, igualmente forçado, e que será cobrado, e já se fala na futura emissão de bonds do tesouro, em consequencia da falta de credito no estrangeiro. O onus que consigo vai trazer a reunião do Veneto ao Reino de Itália está longe de aliviar este estado de coisas.

Aquela reunião não poderá verificar-se tão depressa como se presumia, visto as muitas formalidades que se apontam primeiro que o governo italiano tome posse do Veneto. Entre as formalidades a que aludo a do plebiscito não deixa de ser importante, e contrariamente ao que se espalhou tanto as autoridades como as forças italianas conservarão as suas actuais posições naquela parte do territorio italiano.

A colera que infelizmente se declarou no Friuli deu lugar a grandes movimentos do exercito italiano com o fim de evitar a aglomeração de tão grandes massas em espaços relativamente limitados; quatro corpos do exercito estenderam-se deste lado do Pó desde Placencia até Ancona, conservando-se do lado de lá do mesmo rio só três corpos e a divisão de cavalaria.

El Rei Vitor Manuel deixou por alguns dias o seu quartel general

em Padua, e acha-se presentemente em Samonariva no Piemonte. O Principe Humberto tendo estado pouco tempo em Monza, regressa agora para Rovigo, aonde tem a sua divisão, e o Principe Amadeu foi ultimamente a Turim por alguns dias.

Tem-se falado muito e repetido na imprensa que se trata do casamento do Principe herdeiro com uma Arquiduquesa, assim como que em seguida à paz se assinará um tratado de commercio, restabelecendo-se as relações diplomaticas, ficando o General Menebrea como Representante de Itália em Viena, e vindo para esta Corte na qualidade de Representante da Áustria o Barão de Wimpffen. Não duvidando da realização de semelhantes boatos, não me acho no momento habilitado a assegurar positivamente que assim suceda, especialmente pelo que se refere ao casamento do Principe herdeiro. O que não sofre duvida é que o acolhimento que em Viena tem recebido o General Condé de Menabrea, cujo character bondoso e conciliador não podê ser excedido, tem sido o mais amigavel e lisonjeiro. A escolha que dele se fez para a conclusão da paz e restabelecimento das relações entre os dois paises foi das mais acertadas. Folgo sempre de ter occasião de poder tributar àquele General os elogios de que elê se torna digno.

Não terminarei este officio sem confirmar o meu firme proposito em coadjuvar, quanto em mim couber, o governo de S. M. na acertada politica adoptada em relação ao Reinô de Espanha, e aproveitô o ensejo para prevenir a V. Exa. de que me apressei a fazer reproduzir na imprensa dêste país todo o discurso proferido pelo Ministro de S.M.C. na audiencia de apresentação que S. M. lhe concedeu, como a resposta do Mesmo Augusto Senhor. Estas peças officiais espero destruirão muitas illusões que erradamente aqui se fazem, apresentando Portugal como devendo representar, na peninsula iberica, o mesmo papel que o Piemonte tem representado na peninsula italica.

.....

LV

21 de Setembro de 1866

... Apenas fui ontem entregue do despacho de V. Exa. dei os passos necessários junto do Ministerio dos Negocios Estrangeiros afim de que as negociações encetadas aqui para a conclusão do tratado de Comercio entre Portugal e a Itália fossem continuadas em Lisboa, e apresso-me a anunciar a V. Exa. que não me foi difficil conseguir a anuencia do governo italiano a semelhante respeito. O Marquês

de Tagliacarne vai pois ser habilitado com os necessarios plenos poderes para tratar com o governo de S. M. E como V. Exa. propõe anexar ao novo tratado pautas convencionais, em que se estipulem reduções dos direitos actuais das alfandegas dos dois Estados, vai ser igualmente consultado desde já o Ministerio da Fazenda sobre os productos italianos que devem ai ser beneficiados, assim como se officiará ao Representante de Itália nessa Corte, para que indique quais os productos portuguezes ácerca dos quais se pretende redução nos direitos de entrada neste Reino.

.....

## LVI

26 de Setembro de 1866

... Com referencia ao meu precedente officio desta serie, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que, segundo a autorização que se serviu dar-me, propuz ao Ministro dos Negocios Estrangeiros de S. M. El Rei de Itália, que as negociações tanto de um tratado de Comercio e Navegação como de uma Convenção Consular fossem tratadas em Lisboa, ao mesmo tempo que nesta Corte se negociassem duas convenções, sendo uma para a garantia da propriedade litteraria e artistica, e a outra para a extradição dos malfeitores. Admitida sem difficuldade a minha proposta pelo Sr. Visconti Venosta, passei desde logo a conferenciar com o Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros para combinar o melhor modo de dar impulso áqueles quatro diferente negocios. Quanto às duas ultimas convenções acima mencionadas para as quais V. Exa. se serve designar-me como negociador, declarei que solicitaria os necessarios plenos poderes, e que no entretanto as recentes convenções analogas celebradas pelo Reino de Itália confrontando-as com as que tambem temos mais recentemente concluido com outros paises. Feito este trabalho terei a honra de o submeter a V. Exa. Pelo que diz respeito à convenção Consular propõe-se este governo remeter sem demora um projecto ao Marquês de Tagliacarne requisitando igualmente desde já do Ministerio da Fazenda aqueles dados e esclarecimentos com os quais o dito Marquês fique habilitado a pedir e aceitar as reduções de direitos que se hajam de estipular nas pautas convencionais anexas ao projectado tratado de Comercio. Posto que este não seja o momento mais propicio para se conseguir aqui reduções nos direitos de entrada, como V. Exa. bem pode supôr, contudo se surgir alguma difficuldade, eu não me pouparei a esforços para a aplanar. Para evitar pois mais

demoras, e de acordo com o Com.dor Cerruti, dirigi ontem mesmo a nota inclusa por copia, ao Sr. Visconti Venosta, fixando por assim dizer o andamento immediato das negociações a que se vai proceder.

Podemos certamente contar com a melhor vontade por parte do governo italiano, que apesar de opinar, como de maior vantagem, por certas facilidades na navegação de preferencia a toda e qualquer alteração nas respectivas pautas das alfandegas reconhece porem a impossibilidade em que o governo de S. M. se acha de renunciar, por agora, aos favores concedidos à bandeira nacional.

.....

## LVII

5 de Outubro de 1866

... A noticia da assinatura do tratado de paz entre a Áustria e a Itália, tendo chegado a esta Corte às 7 horas da noite de 3 do corrente, foi por mim transmitida a V. Exa. duas horas depois.

Do incluso resumo daquele tratado, que considero exacto, servirse-a V. Exa. inteirar-se das condições principais do mesmo tratado. A Itália não pode deixar de as acolher favoravelmente. As respectivas ratificações poderão ser trocadas em Viena dentro de oito dias.

As noticias de Palermo continuam a ser satisfatórias depois do restabelecimento da ordem publica naquela cidade.

O Senado acaba de ser convocado para o dia 10 deste mês para julgar o almirante Conde Carlos Pellion di Persano, pelos factos que se deram no combate naval de Lissa. Ante-ontem pelo correio, tive a honra de enviar a V. Exa. o opusculo que sobre aquele combate publicou o dito Almirante.

.....

## LVIII

8 de Outubro de 1866

... Para que os subditos estrangeiros residentes em Itália pertencentes áquelas Potencias, que com o Reino de Itália têm celebrado tratados nos quais só se acha unicamente estabelecido o tratamento da nação mais favorecida, possam, no momento em que aqui se está cobrando um emprestimo nacional forçado, ser dele completamente isentos, decidiu o Ministro da Fazenda de S. M. El Rei de Itália, como se depreende da inclusa nota verbal por copia, que as respectivas Legações dirijam ao governo italiano uma declaração official, segundo

a qual os governos que elas representam se obriguem a observar, em caso identico a regra da reciprocidade em favor dos subditos italianos residentes nos seus territorios. Achando-se pois Portugal comprehendido no numero das potencias acima mencionadas, cumpre-me solicitar de V. Exa. se sirva indicar-me, com a possível brevidade, se esta Leção deve fazer a declaração que se exige.

.....

## LIX

17 de Outubro de 1866

... Entre os varios negócios, que mais preocupam presentemente a opinião publica, figuram em primeira linha o processo do Almirante Senador Conde de Persano, a tomada de posse e entrada solene do Rei de Itália em Veneza. Para tratar do primeiro convocou-se o Senado no dia 11 do corrente mês, e constituindo-se em supremo tribunal de justiça, nomeou no dia 12 uma Comissão encarregada de instituir o respectivo processo, e adiou as suas sessões até ao dia 22, em que haverá sessão publica. É sem duvida para lastimar que se houvesse de recorrer a medida tão grave, e segundo a opinião de muitos, as recriminações que possam introduzir-se no decurso do debate, não farão senão suscitar serios embaraços e complicações. A tomada de posse do Veneto prossegue diaria e regularmente, achando-se ratificado o tratado de paz, cujo texto, publicado na *Gazeta Oficial*, foi ante-ontem por mim remetido pelo correio a V. Exa. O tratado não pode deixar de ser bem acolhido, e certa efervescencia que ao principio ganhou os espiritos, pela circumstancia das novas fronteiras deste Reino não poderem ser mais extensas, vai-se completamente dissipando. Ao contrario do que parecia ter sido determinado, a entrada do Rei de Itália em Veneza, cuja época ainda não está fixada, mas que será proxima, verificar-se-á com grande solenidade. Apenas tive aviso certo de ter o Corpo Diplomatico sido convidado para ir assistir ás festas de Veneza, julguei não dever demorar-me em solicitar de V. Exa. a necessaria autorização para aceitar o convite. O telegrama de V. Exa. de ontem, que acabo de receber, trouxe-me aquela autorização. Creio que só no dia 19 será expedida ao Corpo Diplomatico a Circular do costume, e no entretanto tomarei providencias afim de arranjar quartos em Veneza, o que já hoje me asseguram ser muito difficil, exigindo-se preços sumamente elevados. Vou pois escrever ao Consul de Portugal em Veneza, e durante a minha esta-

dia naquela cidade, como o dito Consul vai ficar debaixo da minha jurisdição, combinarei com ele o que terei de propôr a V. Exa. para o estabelecimento, se necessario fôr, de algum novo Agente Consular na parte do territorio incorporado agora no Reino de Itália.

.....

## LX

29 de Outubro de 1866

... Tanto a evacuação das tropas austriacas, como a entrada das tropas italianas nas fortalezas do Veneto em Veneza verificaram-se com toda a regularidade. Preenchida a formalidade da retrocessão por parte do Commissario francês, General Leboeuf, às Municipalidades, e tendo-se em seguida procedido ao plebiscito, deu este o resultado constante da nota junta. A deputação que ha-de apresentar a El Rei de Itália o resultado da votação será recebida em Turim no dia 4 de Novembro, e S. M. fará a sua entrada solene em Veneza no dia 7. O Corpo Diplomatico deve achar-se naquela cidade para a chegada do mesmo Augusto Senhor. S.A.R. o Principe Eugenio de Saboia Carginano, Lugar-tenente Geral de S. M., partiu ha três dias desta Capital para Turim, devendo agora terminar a importante Comissão de que se achava encarregado desde o mês de Junho passado.

.....

## LXI

15 de Novembro de 1866

... Tendo partido para Veneza em 5 do corrente e ali chegado no dia seguinte, assisti com os mais chefes das missões estrangeiras, ao solene *Te Deum* que o Cardeal Patriarca de Veneza celebrou no dia 7 na Basilica de S. Marco por ocasião da chegada aquella cidade de S. M. El Rei de Itália. A recepção que o mesmo Augusto Senhor teve em Veneza foi das mais entusiasticas, como tive a honra de participar a V. Exa. pelo telegrafo, logo depois do *Te Deum*. Nem mesmo dentro da dita Basilica a multidão se pôde conter; assim à entrada como à saída de El Rei da Igreja houve estrondosas aclamações.

O espectáculo que oferecia Veneza nesta comovente circumstancia, é impossível descrever. Calcula-se em cem mil pessoas as que concorreram a toda a parte para presenciár as festas. As iluminações so-

bretudo foram surpreendentes. No dia 10 houve um grande jantar no Palácio, a que foi convidado o Corpo Diplomático. Toda a família real se achava presente, assim como Lord Russell e o General Austriaco Maring como o seu ajudante. Este General é aqui muito benquista; S. M. El Rei de Itália conferiu-lhe o grau de Grande-Oficial da Ordem de S. Mauricio e S. Lazaro. Entre o numero extraordinario de bandeiras que havia em Veneza, apenas vi uma unica francesa, e essa na Casa do Consulado de França. Prussianas contei 8 ou 10 em varios pontos da Cidade. Todas as mais eram italianas, com o escudo de Saboia no centro. As duas principais Casas Venezianas, a do Principe Giovannelli e dos Condes Papadopoli deram ambas bailes, a que intervieram, a Familia Real menos El Rei, o Corpo Diplomático e alguns estrangeiros de distincão.

Havendo as autoridades austriacas retirado toda a mobilia do palacio de Veneza, e os seus empregados subalternos lançado mão de tudo que poderam encontrar, incluindo até os fechos das portas, não coube no tempo substituir quanto faltava para a Corte poder dar convenientemente um grande baile. Não se dando pois mais festa nenhuma, que exigisse a presença dos Representantes Estrangeiros, a maior parte dos meus colegas regressou ontem a Florença, outros devem chegar hoje ou amanhã. S. M. El Rei e Augustos Filhos devem igualmente partir hoje para visitar as principais Cidades do Veneto, e são esperados nesta Capital no dia 20 ou 21. Fazem-se aqui preparativos para a recepção das Pessoas Reais.

.....

## LXII

24 de Novembro de 1866

... Ao acusar a recepção do despacho que V. Exa. me fez a honra de dirigir, cumpre-me participar a V. Exa., que nesta data respondi à nota verbal dirigida a esta Legação em data de 5 de Outubro ultimo, sobre o modo como o governo de S. M. El Rei de Itália entende aplicar aos subditos estrangeiros a percepção do emprestimo nacional ordenado por Decreto de 28 de Julho deste ano. Manifestando a este governo a impossibilidade de se fazer pela nossa parte a declaração official que ele requeria, fiz-lhe constar que o governo de S. M. não punha objecção a que os subditos portuguezes residentes em Itália se considerem sujeitos às disposições do sobredito decreto, mas não assim os funcionários consulares, fundando-se nas clausulas expressas dos artigos 1 e 14 do Tratado do Comercio de 17 de De-

zembro de 1850; tudo na conformidade do que V. Exa. se serve apontar-me no mencionado despacho. Fixando claramente, como V. Exa. me ordena, a interpretação daquele Tratado, persuado-me que este governo acolherá favoravelmente a nossa resposta, e com ela se conformará.

.....

### LXIII

25 de Novembro de 1866

...De posse do despacho de V. Exa., procurei o Ministro dos Negócios Estrangeiros, dando-lhe parte de me achar munido dos necessários plenos poderes para assinar a Convenção literaria, de que havia dado a S. Exa. o projecto, e de se estar estudando o projecto de convenção de extradição, para a qual esperava oportunamente os plenos poderes. Solicitei ao mesmo tempo de S. Exa. a expedição ao Marquês Tagliacarne das competentes instruções e plenos poderes para se encetar a negociação tanto do tratado de Comercio como da Convenção Consular. Prometeu-me o Sr. Visconti Venosta que muito brevemente enviaria ao Marquês Tagliacarne os plenos poderes, e que só esperava a resposta do seu Colega da Agricultura, Comercio e Industria sôbre o projecto da Convenção literaria, para tratarmos da sua negociação. Apesar de eu saber que importantes negócios do momento preocupam o Ministro dos Negócios Estrangeiros, espero que nem por isso deixarão os que nos dizem respeito de terem immediato andamento.

.....

### LXIV

26 de Novembro de 1866

#### *Reservado*

...S.M. El Rei Vitor Manuel depois de haver visitado as principais cidades do Veneto, aonde recebeu o mais affectuoso acolhimento, regressou a Florença no dia 21 do corrente, em companhia de Seus Augustos Filhos, os Principes Humberto e Amadeu, e de Seu Augusto Primo, o Principe Eugenio de Carignano.

Com S.M. o Altezas Reais veio o Podestá de Veneza, a quem a Municipalidade desta capital ofereceu um jantar, a que concorreram os Representantes da França, da Grã-Bretanha e da Prussia. Escusou-se o General La Marmora do convite que recebera para aquele

jantar, assim como se escusara do convite que lhe fez a Municipalidade de Veneza. Os jornais transcreveram a carta do General La Marmora aquela Municipalidade; dos termos da mesma se depreende quanto ressentido está o ex-chefe do Estado-Maior General do Exército italiano pelos ataques que se lhe têm dirigido depois da batalha de Custosa.

Por diferentes motivos também se nota que o General Cialdini está ofendido, creio que pelo mau exito da passada campanha, a ponto de ter recusado o colar da Anunciada não a querendo aceitar ao mesmo tempo que foi conferido ao General Menabrea.

Se descermos a outros nomes militares de menos fama que os dois precedentes encontrar-se-à que a harmonia está longe de reinar entre todas estas notabilidades, o que não impede que, apesar de tudo, a Itália esteja feita, conquanto não completada, como El Rei Vitor Manuel o declarou não ha muito tempo. O complemento pois do Reino de Itália será a parte mais seria e mais delicada dos grandes acontecimentos que se têm verificado desde ano de 1859 na peninsula italiana. Não será sem certa apreensão que o governo italiano vê aproximar-se o momento em que se ha-de efectuar, pelas tropas francesas, a evacuação de Roma e do pouco territorio ainda sujeito ao Papa. No entretanto não falta ao mesmo governo, nem força, nem boa vontade para cumprir pontualmente a convenção de 15 de Setembro de 1864, achando-se ao mesmo tempo animado dos melhores sentimentos, já não digo que, com a pessoa de Sua Santidade, mas para com a Santa Sé, procurando conciliar-se com ela por todos os meios ao seu alcance. As duas excellentes circulares do Barão Ricasoli assim o demonstram, bem como as negociações prosseguidas em Paris acerca da parte da divida pontificia que passa a cargo do tesouro italiano, havendo-se o governo italiano neste importante negócio com suma generosidade, assumindo muito maior onus do que ao principio dele se requeria.

Apesar porem de tão excellentes disposições, acha-se nesta capital o General Fleury, a quem o Imperador dos Franceses confiou uma importante missão que segundo todas as probabilidades, deve ter referencia com a chamada questão romana. O General já trocou os seus bilhetes com os Chefes das Missões estrangeiras, e parece dever permanecer em Florença até 11 do mês de Dezembro, termo da evacuação francesa. Esta viagem do Estribeiro-Mor do Imperador dos Franceses dá que pensar a muita gente e ha quem pretenda que a sua escolha foi motivada por ser ele muito simpatico a El Rei Vitor Ma-

nuel, e assim melhor poder influir para que seja removido o actual Gabinete presidido pelo Barão Ricasoli, pouco affecto ao gabinete francêes e substituído por outro a que presida o General Conde de Menabrea, cujas precedentes tendencias clericais são assaz notorias. Não ousarei porem garantir o fundamento de tais combinações; parecem-me mesmo superfluas atendendo a que o Barão Ricasoli sempre teve a firme intenção de largar o poder depois de terminada a guerra e de assentar as bases da paz e tranquillidade futura deste Reino. Entendo que elle conservará o poder e se apresentará com os actuaes seus colegas ao Parlamento que se não se abrir no dia 12 creio se abrirá no dia 15 do mês que vem, a fim de que S. M. no discurso do trono possa anunciar a partida de todas as forças francesas do território italiano.

O Conselheiro de Legação, Barão de Bruck, já se acha nesta Corte exercendo as funções de Encarregado de Negócios da Áustria, enquanto não chega o Ministro daquela Potencia que parece dever ser Mr. Kubeck.

.....

## LXV

21 de Dezembro de 1866

... Acusando a recepção do despacho reservado que V. Exa. me fez a honra de dirigir para me dar conhecimento das instruções de que fôra munido o Embaixador de S. M. na Corte de Roma, cumpre-me agradecer a V. E. aquella comunicação, e aplaudir as acertadas providencias que o governo de S. M. entendeu dever tomar em tão delicada conjuntura (6).

---

(6) Erano queste le istruzioni che Casal Ribeiro aveva trasmesso all'ambasciatore del Portogallo a Roma, Duca di Saldanha: « No momento em que V. Exa. vai partir para a Missão confiada por El Rei à sabedoria e amor patrio de V. Exa., cumpre-me fazer-lhe conhecer os propósitos do governo de Sua Majestade em relação à situação grave que por ventura pode criar a proxima execução da Convenção de 15 de Setembro de 1864 entre a França e a Italia.

A alocação recentemente proferida por Sua Santidade reproduzindo os protestos tantas vezes feitos contra a anexação das antigas Provincias dos Estados Pontificios, e outras queixas contra o governo de Sua Majestade o Rei de Itália, revela mais claramente de que qualquer outro documento, a resolução de sair de Roma, em certas eventualidades, e transportar-se onde possa melhor exercer o supremo e apostolico Ministerio.

Inumeros indícios deduzidos da attitude do Santo Padre durante os acontecimentos da ultima guerra, e ainda informações de boa origem recebidas de Paris posteriores à alocação, conduzem a manter a esperanza que a resolução manifestada por Sua Santidade por um caso extremo não chegará a realizar-se. Ainda na recente circular do Marquês de Lavallette, o Ministro assegurava em nome do Imperador que a França retirando as suas tropas deixava a sua protecção em Roma, e o gabinete de Florença é naturalmente aconselhado pela boa política, e pelos sen-

Passando com toda a tranquilidade o momento da evacuação de Roma pelas tropas francesas e que tantos receios suscitava a muitos, não me consta que até agora se haja dado incidente algum que possa indicar o provável abandono de Roma pelo Santo Padre. Nunca me pude persuadir que Sua Santidade devesse jamais recorrer aqúelle extremo, e em vista das circunstancias favoráveis que se vão manifestando, parece-me que as consciencias dos católicos começarão a tranquilizar-se. Ha sobretudo no discurso de Rei de Itália, por ocasião da abertura do Parlamento, uma frase que certamente dissipará todos os receios. Por outro lado as declarações francas e leais do governo italiano, o regresso dos Bispos às suas Dioceses incondicionalmente, e a Missão do Comendador Tonello a Roma não deixarão, confio eu, de preparar e promover a tão desejada reconciliação

---

timentos de lealdade, a cumprir a Convenção na letra e no espirito, e a pôr em obra os meios de que disponha para evitar um confito de consequencias funestas para todos.

No animo da Sua Santidade não deixarão de ser ponderados os inconvenientes, de um passo, que tenderia a afastar as probabilidades da conciliação, quando fosse dado sem necessidade extrema. Triste porém é confessá-lo: até ao presente os conselhos da moderação tem sido repellidos do solio pontifício ou por escrupulos exagerados ou por instigações dos partidários do passado. Estão estes, sem o querer, sendo aliados e auxiliares dos que promovem a guerra não só à posição Soberana do Pontificado, mas ao principio católico de que ella é, não parte dogmática, porem conveniente garantia de independencia.

Por mais fraca que fosse a esperança nunca deveria cessar o esforço para promover a aliança do Cristianismo, que representa a verdade moral eterna, com a liberdade, que representa a verdade social da nossa época.

E tal aliança não é a transigencia tímida de crenças menos vivas com menos profundas convicções; é a primeira, a suprema necessidade do século, que entre tantas grandezas scientificas e materiais, só nella pode encontrar sólida base de grandeza moral.

Não carece V. Exa. de estimulo que não encontre nos seus sentimentos religiosos e liberais, para concorrer a tal fim, quanto em si caiba, pela respeitosa e convicta franqueza da sua linguagem autorizada pelos dotes pessoais e pela alta posição que occupa. Neste sentido pois confio que V. Exa. procurará cooperar com os demais Representantes das Potencias católicas, e particularmente com o de Sua Magestade o Imperador dos Franceses, o qual tantas provas tem dado ao Sumo Pontífice de filial solicitude e de esclarecido zelo.

Se porem continuarem inúteis as tentativas de conciliação entre Roma e a Itália e chegar o momento de realizar-se a resolução annunciada por Sua Santidade, cumpre não só respeitá-la, aguardando os acontecimentos, mas proceder com as manifestações de veneração devidas ao Chefe da Igreja Catolica.

Um navio da Marinha Real vai brevemente partir de Lisboa para Civita Vecchia e ser posto à disposição de V. Exa. Mantendo os deveres que nos impõe a neutralidade em qualquer circumstancia occorrente, o navio português poderá servir se Sua Santidade quizer aproveitar-se d'elle para o seu transporte e da sua comitiva a qualquer ponto que escolha para fixar a sua residencia. Este oferecimento deve ser feito por V. Exa. acrescentando que Sua Magestade El Rei, receberia com summa satisfação, e com o respeito devido, ao Chefe dos Fieis, nesta Capital, ou em qualquer ponto do territorio português que o Santo Padre preferisse.

Ainda no caso de sair de Roma o Sumo Pontífice e qualquer que seja o seu destino, V. Exa. deverá seguir na qualidade de Embaixador, deixando os Arquivos de Embaixada e a administração da Igreja de Santo Antonio entregue ao Secretário ou a quem mais conveniente lhe parecer. A prudencia e bom juizo de V. Exa. fica a escolha da oportunidade e modo de dar cumprimento ao presente despacho e as modificações que possam ser precisas em vista de circumstancias urgentes e imprevistas.

Deus guarde a V. Exa., Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 13 de Novembro de 1866 - Il.mo e Ex.mo Sr. Duque de Saldanha-Casal Riberio ». (Copia nell'Archivo cit.).

entre Sua Santidade e o Reino de Itália. Não será sem graves dificuldades que se conseguirá resultado tão transcendente, e sem contar com as que opuser a Curia Romana, deve-se ter em vista as que suscitar aqui o partido da acção, já não digo com o unico fim de impedir a reconciliação, mas simplesmente para guerrear o partido moderado. Desgraçadamente estes manejos da gente exaltada causam muito estorvo, e mantêm em toda a península grande descontentamento, para o qual muito concorre o lastimoso estado da fazenda e a muita miseria que existe com o aumento da carestia de todos os generos alimenticios. O presente estado das coisas nesta península é muito violento, e admitidas mesmo consideraveis reduções na despesa publica, ainda assim temo que tarde se poderá chegar a um tal ou qual equilibrio do Orçamento. É verdade que, sem enormes sacrificios, não se obterá o bem-estar do novo Reino de Itália.

O Parlamento apenas encetou os seus trabalhos, reelegendo o seu precedente Presidente, o Sr. Mari.

No Senado acabou o interrogatorio do Almirante Persano, cujo processo porém não terminará tão cedo. O Almirante continua preso em dois quartos do edificio do proprio Senado. Parece que é vigiado de perto, tendo-se-lhe retirado as navalhas de barba. Inesperadamente appareceu na imprensa um artigo intitulado uma pagina de historia contemporanea que julgo dever enviar a V. Exa. por ser interessante. Este artigo tem produzido sensação, e já o General La Marmora declarou não conhecer o seu autor.

Confio que V. Exa. terá recebido uma brochura que tem por titulo *Roma e l'Italia alla partenza delle truppe francesi*. Oculta-se o nome do autor.

.....



1867



## I

1 de Janeiro de 1867

... Ontem teve o Corpo Diplomático a honra de ser recebido, segundo o costume, pelo Rei de Itália, afim de apresentar a S. M. as suas homenagens e felicitações por ocasião do fim do ano e entrada do ano novo. Há muito que não via Sua Majestade em tão boa disposição de saúde. El Rei informou-se, como sempre, e com grande interesse, dos negócios de Portugal, manifestando a sua grande simpatia pela nação portuguesa, e não podendo dissimular a inquietação que lhe causara a notícia do mau successo de S. M. a Rainha. Tranquilei S. M. assegurando-lhe que as últimas notícias da saúde de Sua Augusta Filha não podiam ser mais satisfatórias. Nenhum dos Príncipes se acha neste momento em Florença.

Tendo o governo italiano apresentado ao Parlamento o « Livro verde » contendo os documentos diplomáticos do ano de 1866 enviei para bordo do vapor *Mindello* por via da Embaixada de S. M., um exemplar daquela documento dirigido a V. Exa. Nesta colecção não se acha ainda inserida a série de documentos relativos à questão romana, o que não é para admirar atendendo a que as negociações continuam a estar pendentes. Foi igualmente apresentado ao corpo legislativo a Convenção sobre a parte da divida pontifícia que assume o Reino de Itália, bem como o Tratado de Paz celebrado com a Áustria.

.....

## II

14 de Janeiro de 1867

... Era o hoje o dia destinado para o Ministro da Fazenda apresentar à Câmara dos Deputados a exposição financeira deste Reino; o falecimento porém do sogro do mesmo Ministro fez adiar para 16 deste mês aquela apresentação. Será o ponto de partida para as importantes discussões do Parlamento, tendo este apenas votado a resposta ao discurso da Coroa anteriormente apresentado por parte do Senado, e ontem entregue pela deputação da Câmara electiva ao Rei de Itália. S. M., segundo as versões dos jornais, felicitando os deputados pelo zelo manifestado em empreenderem com diligência os trabalhos legislativos, acrescentou que agora as questões nacionais mais graves estavam quasi resolvidas, subsistindo somente a questão financeira e a

questão romana. A primeira, requerendo toda a atenção do Parlamento e do país, confiava S. M. que seria resolvida de um modo satisfatório. Quanto porém à segunda espera S. M. que a prudência e a paciência facilitarão a sua solução na conformidade do voto nacional. Já há dias se havia espalhado o boato que o Ministro da Fazenda, entre várias medidas proporia ao Parlamento uma operação sôbre os bens do Clero. Desde logo a imprensa se occupou desta operação, sem dela ter contudo sufficiente conhecimento havendo mesmo quem pretendesse que aquella operação não era outra coisa que a reprodução de um projecto concebido pelo Snr. Minghetti haverá um ano. Parece-me porém que não é assim, pois que segundo este último projecto as corporações religiosas deviam continuar por certo número de anos, enquanto que a actual operação toma por ponto de partida a de de 7 de Julho de 1866, que suprime as ditas corporações. O que considero exacto e que o governo italiano, segundo uma convenção celebrada com a casa Langrand Dumonceau de Bruxelas, salva a aprovação do Parlamento, perceberá 600 milhões de francos effectivos na razão de 50 milhões por semestre. Como garantia do contracto, depositou aquella Casa no dia 12 do corrente mês a soma de fr.s 8.500.000 na Legação de Itália em Bruxelas. Até aqui não sofre duvida o que levo referido, e tudo o mais quanto se tem dito sôbre esta operação não passa de meras conjecturas e só se conhecerá a verdade quando o Ministro da Fazenda apresentar o próprio contracto nas Câmaras. Muito têm os jornais exagerado ácerca de um caso desagradável occorrido com um vapor mercante italiano *Principe Tommaso* sôbre que os cruzadores turcos fizeram fogo e ao qual causaram danos.

Segundo me asseverou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o facto que se deu não tem a importância que lhe attribue o público, e a sua solução não pode ser senão pacífica, visto que o governo otomano admitiu o princípio da indemnização, uma vez que o rigoroso inquerito, a que se procede, prove que os cruzadores turcos ultrapassaram o seu dever, como parece que succedeu. De resto creio que a indemnização não chega mesmo à soma de fr.s 50.000.

.....

...Na sessão do dia 16 expôs o Ministro da Fazenda a situação do Tesouro público, e na de 17 apontou os meios a que recorreria para fazer frente, no orçamento do corrente ano que excede na parte da despesa a mil milhões de francos, a um deficit de 185 milhões de francos. Segundo aparece das declarações daquele Ministro, entende ele equilibrar a receita com a despesa recorrendo, em parte, a certas combinações financeiras, e em parte a impostos, que serão o complemento dos que já subsistem. Segundo o plano do Snr. Scialoja, uma lei sôbre o regulamento das pensões, que ele vai apresentar, dará uma economia de 17 milhões de francos. Um imposto de 1 e  $\frac{1}{2}$  por mil sôbre todos os documentos relativos à circulação de valores mobiliarios e concessões governativas dará de 15 a 16 milhões de francos. Um imposto sôbre os moinhos poderá produzir cerca de 30 milhões de francos. Estas e algumas outras contribuições poderão dar ao Estado uns 85 milhões de francos. E pelo que toca aos 100 restantes do deficit, ao mesmo tempo que o Snr. Scialoja conta no futuro com o aumento dos impostos que segue naturalmente o desenvolvimento da riqueza pública, propõe como expediente financeiro uma transacção sôbre os bens eclesiásticos. Esta transacção é a que apontei no meu precedente officio, e só espero a publicação quer do contracto celebrado com a casa Langrand Dumonceau, quer de algumas declarações legislativas, segundo as quais deve verificar-se a formula da « Igreja livre no Estado livre », para os remeter a V. Exa. afim de melhor julgar de tão importantes medidas, concebidas ao que parece num sentido o mais liberal. Devo contudo notar a V. Exa. que a exposição do Sr. Scialoja está longe de satisfazer a espectativa pública, e as suas combinações financeiras não inspiram demasiada confiança. Receio mesmo que lhe venha a faltar o apoio do corpo legislativo para levar a efeito tais projectos, e que daqui resulte a retirada do Sr. Scialoja e mesmo a de todo o Ministério. A dificuldade de cobrar os impostos, especialmente no Sul da península, é um grande embaraço quer para o actual, quer para outro Ministério.

.....

... Contrariamente ao que corria no público, as discussões havidas no Senado, constituído em Tribunal Supremo de Justiça, para se pronunciar sobre se havia ou não lugar de proceder contra o Almirante Carlos Persano, foram muito acaloradas. Assim o denotam, além das informações directas que obtive, as votações sôbre os três capítulos de acusação contra o Almirante. Sôbre o primeiro daqueles capitulos, isto é, o de covardia, decidiu o Senado por 71 votos contra 60, que não havia lugar a processo; sôbre o segundo, o de desobediência, decidiu por 83 votos contra 48 que fosse processado o dito Almirante; e quanto ao terceiro capitulo, o de impericia e negligência, decidiu por 116 votos contra 15 que fosse igualmente processado.

O resultado das deliberações do Senado, redigido em forma de sentença, foi ontem intimado ao Almirante Persano, sendo este posto ao mesmo tempo em liberdade. Naquela sentença foi fixado o dia 12 de Março para a abertura dos debates. Parece que o Almirante partiu imediatamente para Vercelli.

Há dias deram-se em Turim algumas cenas desagradáveis promovidas por individuos estranhos, ao que parece, aquella cidade e querendo fazer-se passar por operários turineses. Algumas lojas de padeiros e de comestíveis foram assaltadas e roubadas. As autoridades houveram-se com energia, prendendo um certo número dos perturbadores, ficando depois a ordem restabelecida.

.....

... Submetido pelo governo à Câmara dos deputados o projecto de lei sôbre a liberdade da Igreja e sôbre a liquidação do património eclesíastico, e remetido aquella às nove Comissões da Câmara, deliberaram estas não se dever passar à discussão dos artigos do projecto. Espalhada a notícia de que as comissões eram todas contrárias ao dito projecto, surgiram desde logo vivas preocupações no público, e levantou-se grande clamor contra a Câmara dos Deputados, dizendo-se mesmo na manhã de Domingo passado, 3 do corrente, que o Gabinete havia pedido ao Rei a dissolução do Parlamento. No Domingo porém, jantando o Corpo Diplomático no Paço, tive ocasião de saber

logo do próprio Ministro da Fazenda que não era verdadeira a notícia do pedido da dissolução e eu creio que o gabinete nenhuma resolução tomará antes da discussão do projecto em questão.

Não há duvida que a situação actual, já difficil pela série dos últimos acontecimentos neste Reino, e a crise financeira que se lhes seguiu agrava-se consideravelmente com a rejeição do projecto ministerial, grande é pois o embaraço do gabinete, e tanto mais que lhe seria impossível, por assim dizer, dissolver o Parlamento, pelo motivo que, a não querer assumir uma ditadura, não poderia gerir a fazenda pública por falta de autorização legal, pois que o corpo legislativo só votou o primeiro trimestre do exercício do orçamento do ano corrente. Dentro de dias se verá como termina este negócio.

.....

## VI

13 de Fevereiro de 1867

... Com sentimento vejo-me obrigado a anunciar a V. Exa. que uma grave crise, cujos sintomas datam de algum tempo, e que ia lavrando rapidamente em todo este Reino, adquiriu recentemente proporções maiores, e foi precipitada por um incidente que ante-ontem se deu na Câmara dos Deputados, como V. Exa. terá podido ver do meu telegrama de ontem. Não eram por certo os negócios dados para a ordem do dia que podiam fazer prever aquele incidente, provocado inesperadamente por uma interpelação da parte de dois membros notáveis do esquerda ao Ministro do Reino, e por este logo admitida, sôbre as ordens por ele expedidas em circular aos Prefeitos afim de proibirem toda e qualquer reunião popular, e especialmente ao Prefeito de Veneza para obstar a um *meeting*, que devia ter lugar num dos teatros daquela cidade. Entre as razões aduzidas pelo Barão Ricasoli com o fim de manter inalterável a tranquillidade pública, declarou ele que, acima do direito que estabelecé o Estatuto para tais reuniões, considerava a segurança pública, agora mais que nunca necessária. Tal doutrina que, forçoso é dizê-lo está diametralmente em opposição à que, em outra época, proclamou o mesmo Barão Ricasoli, produziu má impressão na Câmara dos Deputados, e provocou uma moção redigida nos seguintes termos: « A Câmara confiando que o governo fará cessar os impedimentos do exercício do direito constitucional da livre reunião dos cidadãos, enquanto esta se não transforme em ofensa às leis e em desordens culpáveis, passa à ordem do dia ».

Rejeitada aquela moção pelo Barão Ricasoli, foi a mesma todavia mantida e votada por uma maioria de 32 votos.

Em semelhante conjuntura o gabinete apresentou a sua demissão, que não foi aceite pelo Rei, e em seguida de varias conferências resolveu-se adiar as Câmaras até ao dia 28 do corrente mês. Pela circular expedida pelo Snr. Visconti Venosta aos Agentes diplomáticos de Itália no estrangeiro, terá V. Exa. conhecimento dos motivos que levaram o Ministério a lançar mão daquela medida, que será seguida, ao que se diz, e como supponho, da dissolução da Câmara.

Se em tempos normais uma dissolução é sempre coisa grave, muito mais grave se torna em vista da situação critica em que os negócios aqui se apresentam.

Prevejo e receio sérias comoções por toda a península itálica, cujas consequências poderão ser muito fatais à unidade que se procura consolidar. Oxalá que as minhas apreensões não se realizem, mas considero que a Itália vai passar por uma das maiores crises, tanto mais para temer quanto a par de uma terrível situação financeira, dá-se a circunstância de grande miseria nas classes baixas, promovida, certamente, em parte, pela má colheita precedente quer no país, quer mesmo no estrangeiro.

.....

## VII

15 de Fevereiro de 1867

... Dizendo a V. Exa. no meu precedente officio que supunha que a dissolução da Câmara dos Deputados seguiria à prorrogação do Parlamento, não contava que o facto se desse no intervalo de 24 horas, como V. Exa. teve notícia pelo meu telegrama de 13 do corrente mês. A *Gazeta Official* nesse dia continha o decreto convocando os colégios eleitorais para 10 de Março, e o Parlamento para 22 do dito mês. Não havendo que pouco mais de um mês para as eleições, apenas dissolvida a Câmara passada, partiram da Capital, em massa, os ex-deputados, dirigindo-se às suas diferentes localidades. A repentina dissolução da Câmara foi uma verdadeira surpresa, sobretudo nas províncias, aonde depois da votação de que tratei no meu precedente officio, se julgava certa a queda do Ministério, sendo porém para notar que, entre uma crise ministerial no momento presente, e a dissolução da Câmara dos Deputados, geralmente se preferia a segunda por diversos motivos. As frequentes mudanças do gabinete não agra-

dam, a Câmara transacta não merecia confiança, e finalmente porque a agitação eleitoral teme-se menos que as perturbações periódicas da administração pública. Contudo a resolução tomada pelo Barão Ricasoli, e admitida pelo Soberano, não impediu de todo a crise ministerial, e além da saída do Sr. Jacini, Ministro das Obras Públicas, cuja demissão já lhe foi concedida, retirar-se-ão igualmente o Sr. Scialoja, Ministro da Fazenda, Sr. Borgatti, Ministro da Justiça, e acaso rambém o Sr. Berti, Ministro da Instrução Pública. Aparentam-se vários nomes para substituir aqueles Ministros, não me constando no momento coisa alguma de positivo a tal respeito, mas as novas nomeações devem brevemente aparecer.

Coincidindo com a dissolução da Câmara a mudança de vários Prefeitos, não julgo sem fundamento a notícia, que me foi repetida, de que o governo não entende deixar correr à revelia, como em 1865, as futuras eleições, mas sim exercer nelas toda a influência que poder.

Deve-se prever que a luta será renhida, o resultado todavia favorável ao gabinete presidido pelo Barão Ricasoli, porquanto a opinião geral requiere a presença dele à testa da administração.

.....

## VIII

18 de Fevereiro de 1867

... A dissolução da Câmara dos Deputados, como disse no meu precedente officio, não impediu a crise ministerial, que durou alguns dias, ficando ontem reconstituído o gabinete, segundo preveni a V. Exa. pelo telégrafo. Os Ministros demitidos são: Domenico Berti, da Repartição de Instrução Pública; António Scialoja, da de Fazenda; Francisco Borgatti, da de Justiça e Cultos; e Stefano Jacini, da das Obras Públicas. O Barão Ricasoli, Presidente do Conselho, conserva a pasta do Reino, sendo interinamente encarregado da pasta da Justiça. Agostinho Depretis, passou do Ministério da Marinha para o de Fazenda. Cesar Correnti, Conselheiro de Estado, foi nomeado Ministro da Instrução Pública, Giuseppe Biancheri, foi nomeado Ministro da Marinha e Giuseppe Devincenzi, Ministro das Obras Públicas. O actual gabinete, constituído pela forma acima indicada, é considerado de transição. Todas as preocupações do momento são as próximas eleições.

Ontem houve um grande jantar no Paço em obséquio ao Barão

de Kubeck, Ministro da Áustria, e ao Sr. de Condocritis, Ministro da Grécia, tendo este último apresentado as suas credenciais ontem mesmo da manhã.

.....

## IX

20 de Fevereiro de 1867

... O documento incluso que há dias era esperado, appareceu ontem na *Gazeta Official*. E' a circular que o Presidente do Conselho e Ministro do Reino dirige aos Prefeitos, explicando os motivos que levaram o Gabinete a propor ao Soberano a dissolução da Câmara transacta, e apontando a marcha que o Gabinete pretende seguir. Este documento servirá de programa ministerial.

.....

## X

2 de Março de 1867

... Está-se aqui em pleno movimento eleitoral, e posto o governo não se descuida da escolha dos futuros membros da Câmara electiva, seus candidatos, há quem duvide do resultado a ele favorável. Da-se contudo, por uma parte, um facto vantajoso para o governo, na divisão que se verifica no partido de opposição; por outra parte, porém, e com especialidade no Piemonte, procura-se fazer excluir das listas os nomes dos homens mais notáveis que têm prestado verdadeiros serviços ao país. Citam o General La Marmora, Quintino Sella, Domingos Berti, Urbano Rattazzi. Através de tais factos transluz a questão do Municipalismo, como meio mais próprio para combater o actual Gabinete, ou, para melhor dizer, o seu Presidente Barão Ricasoli. Acresce também agora a viagem do General Garibaldi no continente, e a sua visita a Veneza. O momento não foi dos mais bem escolhidos para aquelas digressões, e conquanto haja quem pretenda que o General Garibaldi indo a Veneza tem por fim entender-se alí com o Comité grego por causa da questão de Candia, para onde seus filhos, ao que parece, já partiram, não há duvida que a presença daquele homem influirá muito nas eleições, tanto mais que, além dos seus repetidos discursos, há a sua declaração aderindo ao programa dos 77 deputados da opposição no momento em que se verificou a dissolução do Parlamento. Tudo isto faz prever que o Gabinete; cons-

tituido como se acha, não poderá resistir, inclinando-me a crêr que uma nova modificação terá lugar, se não fôr a retirada de todo o Ministerio, quando se abrir o Parlamento.

.....

## XI

12 de Março de 1867

... Conquanto não se conheça ainda o resultado definitivo das presentes eleições, não se duvida do triunfo que alcançará o partido liberal moderado. Da *Gazeta Official* de ontem, que envio pelo correio, assim se depreende. Aqui na Capital a votação foi sumamente favoravel ao governo. O General Garibaldi, proposto num dos collegios de Florença contra a Barão Ricasoli, teve muito poucos votos, succedendo-lhe o mesmo em Milão, Bolonha e Napoles. No Veneto, não obstante os discursos repetidos de Garibaldi, e as suas recomendações a favor de certos e determinados individuos quase nenhum deles saiu eleito. No proximo domingo haverá nova votação para desempatar o resto das eleições, que não se poderam vencer; e se considerar a grande diferença de votos já dados aos partidarios do governo, pode este contar com uma maioria assaz importante. Haverá todavia muitos deputados novos, cuja posição não se pode desde já classificar.

Nada de maior importancia se me oferece levar hoje ao conhecimento de V. Exa.

S. M. El Rei Vitor Manuel regressou ha dias a Florença vindo de Milão. Hoje tambem deve ter chegado S.A.R. o Principe de Carignano vindo de Napoles.

.....

## XII

20 de Março de 1867

... Como anunciei terminaram no Domingo passado as restantes eleições que ficaram empatadas na primeira votação. O resultado foi o que se previa, isto é, o triunfo do partido liberal moderado sôbre o partido exaltado, e posto se presuma que o gabinete actual terá maioria no Parlamento, ainda assim não se considera segura a presente situação. Muitos são os deputados que pela primeira vez tomarão assento na Câmara popular, e cujas ideias moderadas são conhe-

cidas. Mas ninguém aqui afiança que essa circunstância impessa que alguns votem com a esquerda.

Diz-se, por outro lado, que o gabinete vai ser reforçado com a entrada de dois novos membros, e assim poderá melhor assegurar-se certa maioria. Desde já porem deve-se contar com algumas sessões de borrasca, visto que o General Garibaldi tenciona apresentar-se na Câmara, tendo já convidado os seus amigos e partidários a não faltarem nem mesmo às primeiras sessões. Entendo no entretanto que o governo prefere antes vêr aquele General no Parlamento, que nas praças públicas, aonde a sua influência traz sempre consequências deploráveis, como as que recentemente se têm observado, as quais, é de esperar, acabarão por aniquilar o resto do prestígio que aquele celebre ente ainda conserva, apesar de Aspromonte, do seu nenhum successo na última campanha, dos seus extravagantes discursos, e finalmente dos seus ridículos baptizados.

.....

### XIII

22 de Março de 1867

... Esta manhã verificou-se a sessão real para inaugurar a presente legislatura, pronunciando S. M. El Rei o incluso discurso, bastante aplaudido por Senadores e Deputados.

O Gabinete apresentou-se tal qual estava constituido, apesar das tentativas feitas pelo seu Presidente para o completar. Os boatos espalhados a tal respeito pela imprensa devem ser acolhidos com certa reserva, e eu creio bem informar a V. Exa., dizendo que o Comendador Rattazzi fora efectivamente convidado para entrar no Gabinete, ao que ele objectou manifestando a sua convicção de que a entrada dele só de nenhuma vantagem seria, uma vez que não fosse acompanhado de dois ou três homens políticos. A isto porém não podia o Barão Ricasoli aceder; porquanto em tal caso deveria propor a demissão dos seus novos colegas, que há apenas um mês fazem parte do Ministério. Entendeu pois o Barão Ricasoli aguardar as discussões que vão ter lugar no Parlamento, reservando para mais tarde quer a modificação, quer a recomposição do Ministério. E' este o verdadeiro estado das coisas aqui. Tendo a *Gazeta Oficial* publicado ontem a Convenção de extradição de malfeitores, assinada em 20 de Setembro último, entre a Itália e a Suécia, apresso-me a remeter a V. Exa. este documento.

.....

#### XIV

31 de Março de 1867

...No espaço dos últimos oito dias desde que se inaugurou a actual sessão do Corpo legislativo, a Câmara dos Deputados, prosseguindo com diligência os seus trabalhos preparatórios, conseguiu constituir-se na sexta feira, nomeando para Presidente o Sr. Mari, que na precedente sessão desempenhara as funções daquele cargo. Tanto os Vice-Presidentes como os mais membros, que compõem a mesa da presidencia, são todos tirados do partido do governo. E' este o primeiro triunfo que obteve o gabinete presidido pelo Barão Ricasoli, o qual desde já conta com uma certa maioria na Câmara. Posto que as negociações para a entrada do Sr. Rattazzi falhassem inteiramente, não padece duvida que o Sr. Ricasoli largará a pasta do Reino, ficando unicamente com a Presidência. O incluso decreto publicado na *Gazeta Oficial* de 29, em substituição de outro publicado com alguns erros na de 28, fixando as atribuições do Presidente do Conselho de Ministros, pode muito bem ter sido ditado em vista daquela eventualidade. Não me consta no momento quais possam ser os individuos encarregados das duas Repartições do Reino e Justiça, apesar de se falar no Sr. Sella. O Ministro da Fazenda, apenas constituída a Câmara, apresentou na sessão de ante-ontem o projecto do Orçamento de 1867, bem como o projecto de lei para o exercício provisório do próximo trimestre, o qual foi ontem discutido e aprovado.

.....

#### XV

5 de Abril de 1867

...Não pequena sensação causou ontem na Câmara dos Deputados a declaração feita pelo Barão Ricasoli de que o gabinete por ele presidido havia dado a sua demissão a qual foi aceite pelo Rei. Sem mais explicações dadas nem provocadas sôbre este facto, vi-me obrigado a expedir a V. Exa. o meu telegrama de ontem annunciando simplesmente aquella demissão, e mesmo no momento em que escrevo ignoro quem será encarregado da formação do novo gabinete. A actual Câmara dos Deputados não provocou por certo a presente crise ministerial, parecendo mesmo que as suas tendências eram de evitar por qualquer modo semelhante crise. O facto da crise é pois devido a razões extra-parlamentares.

Logo depois da dissolução da Câmara transacta, e verificada a saída dos dois Ministros da Fazenda e da Justiça, procurou o Barão Ricasoli quem se encarregasse desta última Repartição. Convidado para tal fim o Sr. Rattazzi, recusou ele de assumir tal encargo, e então pensou o Barão Ricasoli de recompor o gabinete, oferecendo o Ministério do Reino ao mesmo Sr. Rattazzi, o da Fazenda ao Sr. Sella e o da Justiça ao Sr. Pisanelli. Esta combinação foi igualmente contrariada conquanto fosse apoiada por muitos. Assim pois vendo frustradas todas as combinações sôbre que contava, a prevendo a inutilidade de persistir no seu intento, resolveu o Barão Ricasoli apresentar a demissão de todo o gabinete. Confio que antes da partida do correio ou por meio de telégrafo poderei dizer a V. Exa. alguma coisa de positivo sôbre a formação do futuro Ministério. Os encarregados da formação do novo gabinete são o General Menabrea e Rattazzi.

.....

## XVI

12 de Abril de 1867

... No dia 8 do corrente mês tive a honra de transmitir a V. Exa., pelo telégrafo, os nomes dos membros de um novo Gabinete formado pelo Sr. Rattazzi, que não vingou, e ontem, enviei a V. Exa. noutro telegrama a nova combinação que apresentou ao Parlamento o Sr. Rattazzi.

O actual Ministério fica pois constituído, como do incluso extracto da *Gazeta Oficial*, em que igualmente vem publicado o discurso lido pelo Sr. Rattazzi na Câmara dos Deputados, expondo sumariamente as vistas do novo gabinete, que pouco diferem das do gabinete transacto, porquanto os projectos de lei, já submeditados ao corpo legislativo, são mantidos, continuando a política ultimamente seguida, e respeitadas as declarações feitas no discurso da Coroa. Disto se depreende que a principal divergência de opinião entre o gabinete passado e o que ora se há formado consiste em que o último entende restabelecer o equilíbrio financeiro sem recorrer a novos impostos; enquanto que pelo programa do Sr. Sella aceite pelo Barão Ricasoli, mas não admitido pelo Rei, recorrer-se-ia a novos sacrifícios, lançando-se mais impostos. Acerca da política externa declarou o Sr. Rattazzi achar-se o governo italiano livre de qualquer empenho, e posto tencione apresentar um projecto de organização militar, e realizar

muitas economias no Orçamento do Ministério da Guerra, quer contudo que o exército conserve uma força efectiva, que corresponda às exigências da situação, já em relação ao país, já em vista das condições gerais da Europa.

Mantendo o Sr. Rattazzi a promessa feita pelo precedente Ministro da Fazenda, de ser o Orçamento de 1868 apresentado antes do próximo mês de Maio, indicou de passagem que, não bastando a aprovação do Orçamento para provêr às exigências financeiras, occupar-se-ia quanto antes o governo da liquidação do património eclesiástico, da organização das grandes obras garantidas pelo Estado, e da instituição de crédito. A Câmara ouviu o discurso do Sr. Rattazzi em grande silêncio, sem dar a menor prova de aprovação ou desaprovção, não admitindo porém que a interpelação dirigida pelo deputado Ferrari, da esquerda, sobre a crise ministerial terminada, se verificasse antes de amanhã sabado.

O Major General Frederico Pescetto, Ministro da Marinha, fica encarregado interinamente da Repartição dos Negócios Estrangeiros, ignorando-se quem será escolhido para aquella pasta, ainda que se fala do Marquês Caracciolo di Bella, actualmente Ministro de Itália em Madrid.

.....

## XVII

12 de Abril de 1867

... Diversas circunstâncias, de certo muito atendiveis, obstaram a que o governo italiano se occupasse mais cedo do projecto de convenção para garantia reciproca da propriedade literária e artística, por mim apresentado, em conformidade das ordens e instruções contidas nos despachos de V. Exa.

Em 10 do corrente mês foi-me dirigida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a nota inclusa, por cópia, na qual, apontando-se as disposições do nosso projecto que está em opposição com as prescrições da inclusa recente lei, promulgada no Reino de Itália em data de 25 de Junho de 1865 sobre os direitos de autor, se manifesta a necessidade de introduzir no nosso projecto várias modificações, apresentando-se para esse fim um contra-projecto, igualmente incluso por cópia, para ser submetido ao governo de S. M.

Não me julgando habilitado a prosseguir a presente negociação

sem novas instruções, confio que V. Exa. se servirá indicar-me o meu procedimento futuro nesta negociação.

.....

## XVIII

13 de Abril de 1867

... Em aditamento ao meu officio anterior tenho a honra de participar a V. Exa. que o actual gabinete italiano se acha completo com a nomeação do Conde Pompeo di Campello, Senador do Reino, para o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. O Conde Campello é romano e foi Ministro no tempo da República em Roma.

Por esta ocasião remeto a V. Exa. o incluso discurso do deputado Quintino Sella, pronunciado num banquete, que lhe foi oferecido pelos seus eleitores. É notável aquella allocução, não só porque lança uma grande luz sôbre a situação financeira deste país, como também pelas qualidades da pessoa que o proferiu.

.....

## XIX

17 de Abril de 1867

... Dias passados appareceu publicado nos jornais e foi espalhado em Roma um manifesto de um chamado *Comité* de insurreição, tendo a sua sede nesta Capital, e logo depois foi igualmente publicado um contra-manifesto do Comité nacional romano declinando a responsabilidade de semelhante publicação, da qual se infere que efectivamente se trabalha para promover algum movimento dentro dos Estados Pontifícios, apoiando-o do lado de fora. A vinda do General Garibaldi a Florença não é estranha ao plano, constando-me que alguns dos seus amigos contrários a qualquer tentativa insensata sôbre Roma, conseguiram que o General fosse para casa do deputado Crispi e não se alojasse isoladamente num hotel aonde o acesso ao General se tornaria muito mais facil do que succede, achando-se ele em casa de um homem, que apesar de pertencer ao partido da opposição e ser muito affecto ao General Garibaldi, não partilha a opinião de alcançar Roma por meios violentos. Tenho motivos para crer que o governo está perfeitamente ao corrente do que se passa no seio do partido exaltado, e que já deu providências para redobrar a vigilância na fronteira pontificia.

Respondendo o Presidente do Conselho de Ministros ante-ontem a uma interpelação formulada pelo deputado Ferrari, não tanto sôbre a ultima crise ministerial, que era o pretexto, mas para saber quais as ideias do novo gabinete, disse S. E. referindo-se à questão de Roma, que o governo fará respeitar, por quem quer que seja, os empenhos já contraídos. Portanto não creio que se deva reccar coisa alguma a tal respeito, mas admitindo mesmo que se tente um golpe de mão, o resultado não podia ser outro que um segundo Aspromonte.

Os trabalhos parlamentares destes dias pouco interêsse oferecem. O tratado de paz com a Áustria foi aprovado quase sem discussão nas duas Câmaras, as quais vão ser adiadas por oito dias em consequência das solenidades religiosas desta semana. Neste intervalo conta o governo preparar alguns projectos de lei mais urgentes para serem apresentados logo que o Parlamento se reúna novamente. Não obstante os boatos contraditórios que a imprensa tem espalhado, ácerca do andamento das negociações entre este governo e o da Áustria para a conclusão de um tratado de Comércio, posso dizer a V. Exa, que é provável que hoje mesmo ele seja assinado, não se tendo mesmo dado, no decurso da negociação, incidente algum serio que dificultasse a assinatura do dito tratado.

O Senado, constituído em supremo Tribunal de Justiça, pronunciou, na audiência pública do dia 15 do corrente mês, a sua sentença contra o Senador Almirante Carlos Pellion de Persano, condenando este à pena de demissão, à perda do grau de Almirante e às custas do processo. O Conde Persano absteve-se de assistir aquella audiência tendo partido na noite de 13 para Turim. Cintado pelo correio, envio a V. Exa. o respectivo acto de acusação.

.....

XX

29 de Abril de 1867

... Tenho a honra de acusar a recepção do despacho circular e dos telegramas de V. Exa. de 19 e de 23 do corrente, e não posso deixar de manifestar o sentimento que me causou o adiamento da viagem de Suas Majestades, pelos motivos que V. Exa. indica no último dos ditos telegramas (1). Fazendo os maiores votos pelo res-

---

(1) Il Re D. Luis e la Regina dovevano partire il 5 dello stesso mese per la Francia dove desideravano visitare l'esposizione universale. Avrebbero dovuto trattenersi 3 giorni a Madrid per giungere il 12 nella capitale francese. Si sarebbero fermati là fino al 30. Durante il mese

tabelecimento de S. Exa. o Presidente do Conselho dos Ministros, e confiando que os dois tumultos que se deram na cidade do Porto não se repitam, nem achem apoio em outros pontos do Reino, espero que Suas Majestades poderão ainda efectuar a sua viagem, e que sobretudo S. M. a Rainha tire dela todos os resultados favoráveis para a sua importante saude. Quanto à situação política do nosso país, sôbre que V. Exa. se serve informar-me pelo mencionado despacho circular, folgando por um lado que os inimigos do governo nada tenham podido conseguir por meio de agitações anarquicas, lamentando sinceramente que hajam recorrido a um sistema de ataque tão contrário aos verdadeiros sentimentos de patriotismo, promovendo no estrangeiro, por meio de correspondências inexactas, a dificuldade das operações financeiras do governo de S. M., e demais a mais a baixa dos nossos fundos. Eu observarei o que V. Exa. me aponta, se acaso se tornar necessário restabelecer neste país a verdade dos factos, sendo esta deturpada. Felizmente até hoje não me consta terem sido aqui reproduzidos os boatos falsos espalhados noutros países, podendo assegurar a V. Exa. que nas regiões officiais se está perfeitamente ao facto do verdadeiro estado das coisas em Portugal, o que não obsta a que nas minhas conversas particulares eu procure dar todos os esclarecimentos sôbre a marcha política, quanto a mim inteiramente justa e acertada do governo de S. M..

Havendo o Marquês Guerrieri-Gonzaga dado a sua demissão de Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, lugar este que se presumia seria suprimido, acaba contudo de me ser notificado pelo Conde Pompeo di Campello que S. M. El Rei de Itália nomeou o Comendador Luís Amadeu Melegari, Senador do Reino e Conselheiro de Estado, para exercer junto do sobredito Ministério, as funções que lhe foram delegadas e que não exigem a intervenção

---

di maggio si sarebbero recati alle corti di Londra, Firenze, Berlino e Bruxelles, per ritornare quindi a Parigi in giugno. Dovevano accompagnarli l'Infante D. Augusto, che aveva ricevuto da poco il titolo di Duca di Coimbra, e il ministro degli affari esteri Casal Ribeiro. (Dispaccio circolare del 9 marzo; Archivio *cit.*).

Il paese, però era stato di effervescenza per le misure finanziarie adottate che servivano di movente all'opposizione; il viaggio venne perciò rinviato, dapprima al 25 e quindi ad epoca indeterminata.

I due telegrammi cui si fa riferimento nel documento dicevano:

« Le Roi avec la Reine part le 25 et reste à Madrid jusq'au 29. Je les accompagne et reviens en suite à Lisbonne. Le Roi sera à Paris le 1er. mai quelques jours après viendra en Italie. Vous serez prévenu pour attendre à la frontière avec Légation - Casal ».

« Voyage du Roi ajourné, Président du Conseil gravement malade. Eneute avant hier soir à Porto proprement reprimée. Repetition hier soir et même resultat. Casal » (Archivio *cit.*).

peçoal nem a assinatura do respectivo Ministro. O Sr. Melegari havia já exercido iguais funções no ano de 1862.

.....

## XXI

8 de Maio de 1867

... Tive a honra de receber o telegrama de V. Exa. de 2 do corrente mês anunciando-me a partida de S. M. a Rainha para Itália, aonde vem assistir ao casamento de seu Augusto Irmão o Príncipe Amadeu. Apressei-me a dar conhecimento daquela notícia a S. M. El Rei Vitor Manuel bem como ao Prefeito do Palácio, indicando ao último os nomes das pessoas que formam a comitiva da mesma Augusta Senhora (2). Agora só espero pelo aviso do Ministro de S. M. em Paris, para ir receber na fronteira a S. M. a Rainha, acompanhado pelos Secretários desta Legação. Por decreto de 28 de Março último haviam sido fixadas as atribuições da Presidência do Conselho de Ministros. Um dos primeiros actos do actual Presidente do Conselho, Sr. Rattazzi, foi revogar aquele decreto por outro em data de 28 de Abril próximo passado, que V. Exa. encontrará incluso. Igualmente remeto incluso a V. Exa. o tratado de paz, assinado em Viena a 3 de Outubro de 1866 entre a Áustria e a Itália, recentemente aprovado pelo Corpo legislativo.

Em sessão de 8 do corrente mês comunicou o Presidente do Conselho de Ministros à Câmara dos Deputados o convite feito ao governo italiano para tomar parte na conferencia de Londres; o próximo casamento de S.A.R. o Duque de Aosta, e a inclusa carta em que S. M. o Rei Vitor Manuel lhe annunciou a sua resolução de ceder em favor do Estado quatro milhões de francos da lista civil. Estas três communicações foram muito bem acolhidas. Na mesma sessão do dia 8 apresentou o Ministro dos Negócios Estrangeiros o tratado de comércio ultimamente concluido com a Áustria, e as convenções postais celebradas com a Áustria e a Espanha, cujos textos terei a honra de enviar a V. Exa. logo que forem publicados.

.....

---

(2) Diceva il telegramma: « S. M. la Reine sur le titre de Duchesse de Guimarães quitte Lisbonne le samedi 4 se rendant à l'invitation du Roi Victor Emanuel pour assister au mariage du Prince Amedée. Sera à Paris le 7. Ministre du Portugal vous fera savoir jour du depart pour l'Italie. Vous attendez S. M. à la frontière. Suite se compose de Duc de Valle de Reis, Marquis de Sabugosa, Comtesse de Sousa, Mademoiselle de Sousa Coutinho Docteur Simas-Casal ». (Archivio *cit.*)

...Tendo tido a honra de receber o despacho de V. Exa. em que V. Exa. manifesta surpresa por ver que o governo italiano se julga inibido de aceitar o projecto portuguez, para garantir a propriedade artística e literária em consequência de não serem, em tudo, as disposições daquele projecto conformes às da lei italiana de 25 de Junho de 1865, apressei-me de fazer sentir, como V. Exa. me ordenava, a este governo, em nota de 2 do corrente mês, as observações contidas no mencionado despacho de V. Exa. reservando-me também dar-lhe maior desenvolvimento logo que, para esse fim, me sejam comunicadas novas instruções de V. Exa.

.....

...Não havendo podido o Ministro da Fazenda apresentar na sessão de 6 o seu relatório, tinha sido para esse fim fixado o dia 9. Apesar da impaciência pública em saber ao certo quais as condições financeiras do país, calculando contudo em 500 milhões de francos o deficit no fim do corrente ano, a expectação de todos foi um tanto mitigada por haver mostrado o Sr. Ferrara que, tudo compreendido, não iria além de 400 milhões. Ajuntando a estes o deficit previsto de 1868, calculado em 180 milhões, haverá no fim deste último ano 580 milhões a mais da receita ordinária do Estado. A atenção pois do Sr. Ferrara está toda dirigida para combater tão considerável deficit o que ele pretende conseguir, sem recorrer presentemente a novos impostos, prevendo no entretanto a urgente necessidade de que seja votado para o fim do ano futuro o imposto sôbre a moagem, contribuição esta tão combatida quando anteriormente foi proposta pelo Sr. Sella, mas com a qual a opinião pública se vai agora conformando, e procurando outrosim acabar o curso forçado do papel moeda. Para cobrir o deficit faz o Sr. Ferrara uma operação sôbre os bens ecclesiásticos, qual noutro tempo a havia proposto o Sr. Minghetti, com alguma modificação, isto é, decretando um imposto de 600 milhões de francos, levantado em benefício do Estado sôbre aqueles bens, que se deverá pagar em 4 anos. O mencionado imposto será garantido pela Casa Rothschild e o Crédito territorial de París, bem como

por alguns estabelecimentos de crédito nacionais. Julgo que a convenção para verificar a mencionada operação já foi assinada. Só aguardo a publicação do discurso do Sr. Ferrara e dos projectos de lei por ele apresentados para imediatamente os transmitir a V. Exa. O que posso desde já assegurar a V. Exa. é que as palavras do Sr. Ferrara foram acolhidas, não digo com benevolência, mas com grande entusiasmo, e o efeito que elas produziram já se nota na alta dos fundos italianos desde o dia 9. Aproveito a ocasião para participar a V. Exa. que o vapor de guerra *Mindello* fundeou no porto de Génova na tarde de 6 deste mês, e que o Comandante do mesmo me officiou achar-se alí à disposição de S. M. a Rainha, na conformidade das ordens, que lhe foram transmitidas pelo governo de S. M.

.....

## XXIV

18 de Maio de 1867

... Posto as intenções de S. M. a Rainha, segundo um telegrama de París do Sr. Duque de Loulé em 14 do corrente mês, fossem de partir daquela capital no dia 20, deferia a mesma Augusta Senhora a sua partida para o dia 23, anuindo assim aos desejos de seu Augusto Pai. S. M. chegará na sexta-feira 24 a St. Michel aonde me ordenou de me achar para a acompanhar para Turim. Tenciono em consequência sair de Florença na terça-feira e estar em St. Michel na quinta-feira, juntamente com os membros desta Legação. Nada foi alterado do que se havia determinado, tanto ácerca de se assinar o contracto civil de S.A.R. o Duque de Aosta no dia 28, como de se celebrar a cerimónia religiosa do casamento no dia 30.

A corte está-se occupando de todos os preparativos para tais solenidades, as quais contudo serão feitas, atento o estado critico de S. A. a Princesa de La Cisterna, sem maiores festas.

Por esta ocasião cumpre-me remeter a V. Exa. o texto official do Relatório do Ministro da Fazenda, apresentado na Câmara dos Deputados em sessão de 9, e bem assim o projecto de lei para um imposto extraordinário sôbre os bens eclesiásticos. A convenção que, segundo declarou o mencionado Ministro, deve fazer parte integrante da sobredita lei ainda não foi publicada. Algumas pequenas difficuldades de detalhe motivam esta demora.

.....

... Havendo partido de Florença na noite de 21 do mês passado, conforme tive a honra de anunciar a V. Exa. por via telegráfica, naquela data, dirigi-me com o Secretário desta Legação a S. Michel, deixando em Turim o Secretário graduado, em consequência de incomodo de saúde, chegando aquele porto no dia 23. Procurei informar-me logo das disposições tomadas, quer para a recepção e almoço de S. M. a Rainha e de sua comitiva, quer do seu transporte até Susa.

No dia 24 pelas 11 horas de manhã chegou a S. Michel o trem de S. M. o Imperador dos franceses conduzindo a nossa Augusta Soberana, acompanhada pelo Ministro de S. M. na corte de Paris. S. M. apenas terminou o seu almoço, determinou partir, e precedida da caruagem que me conduzia com o Secretário desta Legação, descia na estação de Susa pelas 8½ horas da noite.

Em Susa foi S. M. a Rainha recebida pelo Prefeito do Palácio, Grã Maestro de Cerimónias de S. M. El Rei de Itália, acompanhado de alguns Mestres de Cerimónias.

O General Conde de Villamarina Ajudante de Campo, o Marquês Cocconito di Montiglie, official às ordens e o Conde de Penissera, Mestre de cerimoniaes da corte, nomeados pelo Rei de Itália para serviço de sua Augusta Filha durante a sua estadia em Itália foram igualmente ao encontro de S. M.

O trem real entrou na estação de Turim pela volta das 10 horas da noite, sendo S. M. recebida alí por seus Augustos Irmãos e pelo Príncipe de Carignano. S. M. El Rei Vitor Manuel com S. A. a Duquesa de Génova esperavam no Palácio de Turim a Rainha de Portugal, sendo S. M. muito aclamada à sua chegada à estação, no transito e muito depois de se achar no Palácio.

Conduzida por seu Augusto Pai aos antigos aposentos que occupava quando Princesa de Saboia, S. M. recolheu-se pouco depois achando-se um pouco cansada da viagem.

Suas Altezas Imperiais o Principe Napoleão e a Princesa Clotilde chegaram a Turim no dia 25.

A 28 verificou-se a assinatura do contrato matrimonial de S.A.R. o Principe Amadeu, Duque de Aosta com S. A. a Princesa Maria del Pozzo della Cisterna, e a 30 pela manhã a cerimonia do casamento civil e religioso de S.S.A.A.R.R. tudo conforme o programa, que junto a este officio.

Pelas 7 horas da tarde do mesmo dia um banquete real reunia na Sala de Armas cento e vinte convidados, e às 9 horas dava-se principio no grande patio de entrada do palácio ao concerto das bandas militares reunidas dos corpos de guarnição de Turim.

Pelas 10 horas partiam, em carruagem, para a residência de Stupinizi S.S.A.A.R.R. os Duques de Aosta, sendo acompanhados, indo a cavalo, pelo Príncipe Humberto, pelo Conde Castiglione, official às ordens e Chefe do gabinete particular do Rei, e por várias outras pessoas. Não distante de Stupinizi foi o Conde de Castiglione acometido de um ataque apoplético, expirando logo depois.

Deixo a V. Exa. o pensar qual não seria a sensação causada por tão triste acontecimento. Espalhada a notícia na manhã seguinte, houve uma consternação geral. Todos lamentam e o Rei mais do que ninguém, a perda do Conde de Castiglione, dotado de qualidades muito excepcionais por ter podido ocupar tão dignamente como o fez junto do Soberano um posto de tanta delicadeza, confiança e responsabilidade.

O corpo do falecido havendo sido depositado em Stupinizi, regressou o Principe Amadeu com sua Augusta Esposa para o Palácio de Turim, aonde se tem conservado em companhia de seu Augusto Pai, de S. M. a Rainha, da Princesa Clotilde, do Principe de Carignano e da Duquesa de Génova. O Principe Napoleão foi para uma digressão a Veneza, e o Príncipe Humberto partiu para Milão, aonde ontem devia passar a revista das tropas por ocasião da festa do Estatuto.

Amanhã à noite parte igualmente o Rei para Florença, regressando dali para Turim dentro de 8 dias.

.....

## XXVI

3 de Junho de 1867

... Cumpre-me nesta ocasião participar a V. Exa. que o Comandante do vapor da Marinha Real *Mindello* logo que chegou a Génova me annunciou a sua vinda, o fim da sua viagem para aquele porto, e me pediu de receber as ordens de S. M. a Rainha em relação a ele. S. M. ordenou-me de o mandar vir a Turim, o que ele logo fez, regressando no dia seguinte para bordo, ficando allí à espera das instruções que lhe deverão ser comunicadas oportunamente. Tenciono em devido tempo telegrafar a V. E. sôbre este particular.

No entretanto S. M. a Rainha determinou, de acordo com seu

Augusto Pai, permanecer neste palácio de Turim pelo menos até ao dia 15 do corrente mês. O estado de saude da mesma Augusta Senhora parece-me ser assaz satisfatório.

Sendo sem duvida das intenções do governo de S. M. que eu me conserve junto da Augusta Pessoa de S. M. a Rainha, continuarei a residir em Turim, tendo comigo o Secretário desta Legação e mandando para Florença o Secretário graduado da mesma.

.....

## XXVII

27 de Junho de 1867

... Ainda que fóra do centro da política italiana, tenho seguido atentamente as diversas fases que tem assumido a importante questão dos bens eclesiásticos. Não saberei ao certo dizer ainda a V. Exa. qual possa vir a ser o desfecho de tal questão, sôbre a qual o gabinete até hoje pouco se tem declarado no Parlamento. Rejeitada a Convenção Langrand-Dumonceau, entabulada e não concluída a convenção Rothschild e presentemente submetida a uma Comissão da Câmara dos Deputados a última convenção feita com a Casa Estanger, que, segundo os boatos, parece dever ser rejeitada, nota-se em todas estas transacções um tal misterio que só depois que o governo ilucide a opinião pública, é que se poderá explicar. Este negócio contudo virá à discussão brevemente, e até lá considero prematura qualquer conjectura. O gabinete está porém um tanto abalado por alguns cheques parciais na Câmara dos Deputados, aonde no entretanto prossegue a discussão do orçamento sem grande opposição, conseguindo-se contudo algumas reduções especialmente no orçamento do Ministério da Guerra.

.....

## XXVIII

18 de Julho de 1867

... Confio que V. Exa. terá recebido regularmente os meus telegramas sôbre a marcha da viagem de S. M. a Rainha, desde a partida de Turim para Veneza e de Veneza para Genebra, e creio ter-me empregado, bem como os Secretários desta Missão, com todo o zelo no serviço da mesma Augusta Senhora durante a sua estadia neste país, e até à sua partida de Genebra com seu Augusto Esposo.

S. M. El Rei chegou aquela cidade na manhã do dia 10, em companhia de S. A. o Duque de Coimbra, o que me apressei a anunciar a V. Exa. apenas os mesmos Augustos Senhores desceram do wagon na estação do caminho de ferro de Genebra.

Tendo Suas Majestades e Altezas deixado Genebra no dia 12 pela 1 hora da tarde dirigindo-se à Alemanha, regressei com o Secretário desta Missão na madrugada seguinte para Turim, aonde nos demoramos dois dias para dispor da expedição de alguns objectos para bordo do vapor de guerra *Mindello* e liquidar várias contas concernentes à viagem de S. M. a Rainha. Finalmente chegamos a Florença no dia 16, tendo estado ausente desta Capital pelo espaço de quasi dois meses, havendo porém feito regressar de Turim a Florença o Secretário graduado para qualquer ocorrência que pudesse haver durante a minha ausência.

.....

## XXIX

29 de Julho de 1867 (3)

... A grave discussão que tem havido na Câmara dos Deputados sobre a lei dos bens eclesiásticos da qual por certo depende essencialmente o bem estar futuro financeiro deste país, sendo uma questão que tão vivamente preocupa a mais seria atenção deste Gabinete, não é infelizmente a única com que aqui se tem que lutar no momento presente. Existe uma surda agitação por quasi toda a península, promovida e sustentada pelo partido de acção, com o pretexto de provocar a sublevação das povoações sujeitas ao Santo Padre. O governo porém não ignora tais maquinações, e as providências tomadas na fronteira pontificia com grandes reforços de tropas, e o cruzeiro de algumas embarcações de guerra ao longo da costa, confirmam a sinceridade da declaração há dias feita na Câmara dos Deputados pelo Sr. Rattazzi, do firme e decidido propósito do governo de suprimir por todos os modos qualquer tentativa que se

---

(3) Essendosi recato a Parigi il ministro degli affari esteri Casal Ribeiro, veniva designato per la direzione interina del ministero João de Andrade Corvo. Nello stesso periodo il nostro ministro a Firenze riceveva il titolo di Visconte: « Sua Majestade El Rei, tendo em consideração os serviços prestados por V. E., e querendo dar-lhe um público testemunho da sua Real benevolência, houve por bem, por decreto de 1º do corrente, fazer-lhe a mercê do título de Visconde de Borges de Castro, em sua vida: o que tenho a satisfação de participar a V. E. felicitando-o ao mesmo tempo por tão honrosa distinção. Deus guarde a V. E. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 15 de Julho de 1867 - Casal Ribeiro ». (Esiste unicamente la copia di detto dispaccio nell'Archivio *cit.*).

pretenda fazer. Triste é que num momento tão solene como o actual, em que se trata de salvar a honra do país, procurando-se o melhor meio de impedir a possibilidade de uma futura bancarrota, surjam embaraços tais que facilmente podem comprometer as relações externas, principalmente com a França. Nenhuma consideração porém parece influir sobre o partido exaltado, que o leva a desviar-se das suas loucas intenções, e a permanência de Garibaldi no continente mostra evidentemente que não se quer desistir de experimentar algum novo golpe. Este estado de coisas, além de ser um estorvo permanente para o governo, tem em alarme a cidade de Roma, e só prejudicará por fim a situação financeira do país, pois para manter e ter em movimento tão grandes massas de tropas, é necessário fazer despesas extraordinárias, não previstas no orçamento há pouco votado.

Não obstante os sacrifícios pecunários que se estão fazendo para manter honrosamente a Convenção de 15 de Setembro de 1864, continua a imprensa estrangeira a fazer menos justiça aos sentimentos rectos e leais do governo italiano, o qual, pelo contrário, algum motivo de queixa pode ter de ver o General Dumont em Roma passando revista à legião d'Antibes, e dirigindo à tropa palavras que ignoro se ele está autorizado a dizê-las, mas que por certo não deixam de ofender o amor próprio italiano. Seja como for, tenho motivos para crer que alguma reflexão tem sido feita sobre o particular junto do Gabinete das Tulherias.

Mas voltando à questão financeira devo dizer a V. Exa. que depois de algumas semanas passadas na discussão sobre a lei do património eclesiástico teve esta 204 votos contra 58, ficando portanto o governo habilitado a emitir a soma de 400 milhões de francos em títulos com o juro de 5%, os quais títulos serão recebidos pelo seu valor nominal em pagamento do preço dos bons e reembolsáveis no espaço de 20 anos. Segundo a opinião do Sr. Rattazzi os 400 milhões de francos serão suficientes para as provisões financeiras contando ele fazer a emissão dos títulos a 80%. Estes cálculos contudo são combatidos por duas autoridades financeiras, os sr.s Sella e Lanza, e há quem receie que estes acabem por ter razão. Isto porém não impede que todos reconheçam a grande habilidade do actual Presidente do Conselho em terminar uma questão sobre a qual as opiniões estavam tão divididas, e que oferecia campo vasto para combater o gabinete.

As Câmaras vão-se fechar, sendo depois convocadas para o mês de Novembro.

.....

25 de Agosto de 1867 (4)

*Reservado*

... Bem que a importante questão financeira se acha removida pela aprovação do projecto da lei sôbre o património eclesiástico, portanto removido um obstáculo sem o qual não seria possível a qualquer Gabinete prosseguir à frente do país, vejo com grande sentimento meu que o estado geral desta península se vai agravando de dia para dia, e que atraz de uma crise financeira que ainda assim não acabou, se vai desenvolvendo uma crise política, nutrida, para maior desgraça por uma epidemia que afecta a maior parte da Itália.

Não é possível dissimular o grande descontentamento das povoações sendo assaz para temer a alteração da ordem pública em mais de um ponto. O momento é grave e temo que mais grave se tornará, não faltando infelizmente motivos para que se verifiquem factos desagradáveis.

Com espanto se ouve falar com menos respeito e acatamento da pessoa do Soberano, e em termos insólitos contra os seus Ministros e autoridades cuja força moral se vai tornando nula pela nimia condescendência com que se estão tolerando muitos abusos, que se não se reprimirem hão-de certamente degenerar em grande anarquia. No meio de tão tristes circunstâncias lá está contudo o elemento militar, cuja disciplina e firmeza até hoje não têm sido desmentidas. Bom será que não haja necessidade de recorrer a êle, mas do modo como se me vão afigurando as coisas receio deveras que chegue o dia de se lançar mão daquele recurso. Tenho o mais vivo desejo de que as minhas apreensões não se realizem por muitos motivos, sobretudo hoje que as duas famílias reinantes se acham ligadas por tão estreitos vínculos de parentesco.

Se por acaso alguma notícia menos agradável sôbre a perturbação da ordem pública eu tiver de comunicar a V. Exa., não quero que o governo de S. M. seja surpreendido, e é por isso que julgo do meu dever prevenir com tempo a V. Exa., mesmo para que não se pense que eu deixo passar despercebidos, sintomas que podem, nas circunstâncias excepcionais deste país, tornar-se em sérios conflitos.

Garibaldi conserva-se nas proximidades de Siena, e uma das suas

---

(4) La corrispondenza viene ora indirizzata a José Maria do Casal Ribeiro, ministro degli affari esteri.

filhas acaba de percorrer a cavalo toda a fronteira pontifícia. Parece que há firme propósito te tentar um golpe de mão para sublevar as povoações romanas.

.....

### XXXI

4 de Setembro de 1867

... O jornal oficial deste Reino de 27 do mês passado publicou o artigo anexo com o fim de dar um desmentido aos vários artigos dos jornais que se têm occupado do incidente a que deu lugar a revista passada em Roma pelo General francês Dumont à Legião d'Antibes, o discurso que por aquella ocasião pronunciou aquele General, e finalmente a publicação de um officio do Ministro de Guerra da França ao mesmo General relativamente à investigação a que este devia proceder para saber das causas das frequentes deserções ocorridas na mencionada Legião.

O efeito produzido pelo pequeno artigo da *Gazeta Official*, não obstante umas linhas inseridas no *Moniteur*, parecendo dar por findo aquelle incidente, foi revelar a existência de notas passadas e retiradas, que haviam sido negadas assaz formalmente, e confirmar o andamento de negociações pendentes pouco amigáveis entre este gabinete e o das Tulherias. Já anteriormente tive a honra de dizer a V. Exa. que entendia que este governo procedia na melhor fé e com toda a sinceridade na execução da Convenção de 15 de Setembro de 1864, da qual receio o governo francês tem-se um tanto afastado, intervindo nos negócios do Santo Padre.

V. Exa. concebe muito bem qual a posição da Itália para com a França e quais as dificuldades com que luta para se desligar da influencia que aqui exerce o Imperador Napoleão. Apesar disso estou um tanto convencido que a attitude deste novo Reino pode, em relação à França, e graças à melindrosa situação das coisas na Europa, tornar-se assaz séria num dado momento, e, ou a França condescenderá com a vontade italiana, ou então deve contar com mais uma Potência inimiga, pois a Itália penderá certamente do lado onde maiores vantagens encontrará. E' por este motivo que o governo italiano se tem havido com muita firmeza reclamando contra a intervenção franceza em Roma pelo que toca à força armada, e não sei mesmo se não acabará por exigir formalmente a dissolução de um

corpo composto de estrangeiros, comandado por oficiais estrangeiros, e dependente até certo ponto de um governo estrangeiro.

Continua afirmando-se que Garibaldi não renuncia a uma tentativa sôbre Roma, o que, na opinião da gente sensata, admitindo mesmo que o resultado fosse feliz, seria um grave erro, porque um tal facto provocaria a intervenção da Europa. Inclino-me inteiramente aquella opinião, tanto mais quanto persuadido estou de que o elemento revolucionário já fez o seu tempo e de que se deve persistir francamente no caminho constitucional, e que não me parece coisa difícil pois que o governo tem na sua mão um grande elemento qual é o exército leal e disciplinado, o que indica que a grande maioria da nação não tem propensões revolucinárias, o que é um facto.

Cumpre-me anunciar a V. Exa. que no dia 26 do mês passado, o caminho de ferro do sistema Fell acabado de construir foi percorrido pela primeira vez por uma locomotiva trazendo um comboio de 45 pessoas desde S. Michel até Susa. Brevemente esta linha ferrea provisória deve ser aberta ao público, como recentemente a foi a do Brenner, que comunica a Itália com a Alemanha pelo lado do Tirol.

.....

## XXXII

6 de Setembro de 1867

### *Reservado*

... Com referênciã ao assunto do incidente suscitado entre o governo francês e italiano em relação à legião d'Antibes estou habilitado a anunciar a V. Exa. que não só o governo francês reconhece a justiça das observações do governo italiano, senão que vai tomar uma medida importante, da qual não duvido venha a resultar a completa dissolução da mencionada Legião. Contrariamente ao que até agora se praticava a nenhum soldado do exército francês será mais permitido ir completar o tempo do seu serviço na mencionada Legião, ficando desde logo desligados os soldados que dele actualmente fazem parte de toda a sujeição ao governo francês. Um correio de gabinete que acaba de chegar de Paris, trouxe a nota do marquês de Moustier confirmando o que levo dito, e assim terminou uma pendência que muito há-de modificar o partido clerical, quando for do domínio do público.

Por consideração à França não entende este governo dar por enquanto publicidade aquella notícia, e por isso peço sôbre ele reserva.

O. Barão de Milaret, Ministro da França nesta Corte, e no

momento ausente daqui com licença, tornou-se nestes últimos tempos por extremo antipático a este governo pela linguagem violenta e insólita tida para com o actual Presidente do Conselho de Ministros quando se tratava de questões que se referiam a Roma. Começaram de tanto em tanto os jornais a dar a remoção daquele Ministro como certa; outros jornais a desmentiram, mas a mim me consta de parte segura que ele vai ser substituído. Sem saber ainda qual será o seu sucessor, direi unicamente que Mr. Baudin, presentemente Ministro da França na Haia, faz diligências por conseguir este posto.

O General Garibaldi, depois de se ter durante certo tempo conservado nas proximidades de Siena, mortificado de ver o pouco efeito que a sua presença produz nas povoações, passou na noite de 4 por Florença dirigindo-se a Genebra, aonde vai assistir ao Congresso da Paz. Para dizer a verdade, o governo italiano pouco receia da influência que actualmente exerce aquele homem.

A questão principal que agora ocupa toda a atenção deste Gabinete, é a venda dos bens eclesiásticos, para verificar o qual elaborou o regulamento que V. Exa. encontrará junto. Sobre o exito de tão transcendente negócio, as opiniões são assaz encontradas, mas parece-me que em vista das grandes vantagens que se oferecem aos compradores, não deixará a venda de se efectuar satisfatoriamente posto não faltem dificuldades para a entropecer.

.....

### XXXIII

13 de Setembro de 1867

#### *Reservado*

... Nos meus últimos officios tenho persistido em anunciar a V. Exa. a probabilidade de se levar a efeito alguma tentativa contra as províncias romanas por parte do General Garibaldi. Hoje mais que nunca creio próxima aquella tentativa. Os preparativos estão ao que parece feitos, e asseguram-me que apenas Garibaldi tiver do outro lado da fronteira mil e quinhentos homens resolutos, por-se-á à testa do movimento procurando sublevar as províncias, mas não se dirigindo a Roma, ao menos immediatamente. O governo está ao facto dos seus projectos, e tanto assim que mandou suspender a saída para Candia de uma fragata, por não saber o que poderá succeder. Se o plano de Garibaldi for o que parece provável e combinado, tentar a sublevação longe da fronteira, e por consequente fora do alcance das tropas italianas, e achando apoio nas povoações, não sei bem o que o governo italiano

deverá fazer. E se as tropas pontifícias não bastarem para reprimirem o movimento, deverá apelar-se para a França. Julgo porém muito problemática a vinda de tropas francesas para Roma. Será certamente um momento bem grave.

Mas muito grave é incontestavelmente a situação do governo italiano, rodeado de embaraços enormes financeiros, mantendo trinta mil homens com a arma ao ombro, estacionados na fronteira pontifícia, a fazer não se sabe bem o quê. A continuação de um semelhante estado de coisas é que cada dia se vai tornando mais impossível. É necessário um desfecho qualquer, e o termo deste não me parece distante.

O telégrafo terá levado a V. Exa. a notícia da dissolução do Congresso da paz que apenas teve tempo de se reunir em Genebra. Não foi com a paz que aquele Congresso acabou, retirando-se Garibaldi precipitadamente de Genebra na manhã do dia 11. Dizem que deve chegar aqui hoje ou amanhã.

Terminarei dizendo que não julgo infundada a opinião de que tanto a Prússia como a Rússia têm contribuído muito para proteger tudo o que é tendente a terminar a questão de Roma, já porque um tal serviço lhe deve granjear a aliança italiana, já por ser este um meio indirecto de atacar a influência francesa. Ora como a França não esteja preparada ou não lhe convenha actualmente assumir uma posição hostil, deduzo eu que se os romanos quizeram agora sublevar-se, poderão fazê-lo muito à sua vontade. Será contudo para lastimar que se resolva a questão romana por tal forma, e não por meios suaves e morais, no entretanto a resistência que opõe a Curia romana a uma reconciliação com o Reino de Itália parece não dever mais cessar.

.....

#### XXXIV

23 de Setembro de 1867

... Depois que Garibaldi deixou repentinamente Genebra dirigindo-se à Itália tomaram maior consistência os boatos de estar iminente uma tentativa garibaldina com o fim de sublevar as províncias sujeitas ao Papa. Disto se falava e discorria como de uma coisa natural e inevitável, e as apreensões em Roma, juntas aos movimentos das tropas italianas na fronteira pontifícia parecia não deixarem dúvidas da proximidade de algum sucesso extraordinário. O governo porém redobrava a sua vigilância, e ao mesmo tempo que fazia marchar

mais alguns corpos para a fronteira neste últimos dias, publicava a *Gazeta Oficial* de 21 do corrente mês o artigo que V. Exa. achará incluso. Se se confrontar este artigo com a proclamação do Soberano que precedeu anos atrás o facto de Aspromonte, conhecer-se-á desde logo que um e outro documento são da mesma pena. Efectivamente tanto naquela época como hoje era Ministro do Reino o Sr. Rattazzi. Não julgo que a acção do governo se limitará aquela sua advertência official; tenho motivos para crer que ele irá muito mais longe se Garibaldi, não obstante a attitude severa do Gabinete, o espírito do exército e os conselhos de alguns amigos que têm procurado desviá-lo do grave erro que pretende cometer, persistir ainda assim no seu fatal intento. A partida de Garibaldi com alguns dos seus partidários para Arezzo na manhã de ontem e os seus recentes discursos fazem temer algum successo desagradável. O governo italiano porém pode confiar plenamente no apoio da grande maioria da nação para combater um indivíduo cujas faculdades intellectuais não podem deixar de estar um tanto alteradas.

Ao que parece, o Gabinete italiano estimaria muito que Garibaldi praticasse algum acto que desse motivo a metê-lo em processo, e acabar assim por uma vez com este estado de agitação e desconfiança que tanto afecta o crédito e paralisa as transacções num momento tão difficil como o actual para a fazenda pública deste Reino.

.....

### XXXV

24 de Setembro de 1867

... Em aditamento e como confirmação do meu telegrama de hoje, apresso-me a remeter a V. Exa. o incluso artigo que a *Gazeta Oficial* de hoje acaba de publicar. Tinha chegado o momento de obrar, e o governo italiano não hesitou um instante em cumprir com o seu dever.

Depois do facto da prisão de Garibaldi não será para admirar que se dêem algumas comoções no país — aqui já principiaram no momento em que escrevo, tendo o povo desarmado a guarda da Guarda Nacional que estava de serviço ao *Palazzo Vecchio*, na praça da *Signoria*. A força de linha já para alí foi mandada agora à noite, e tenho a convicção de que não será preciso grandes esforços para manter a tranquillidade nesta cidade.

O Rei está no Piemonte, mas é esperado aqui dentro de dias.

.....

## XXXVI

27 de Setembro de 1867

... Confirmo o meu telegrama expedido na noite de 25 do corrente, no qual fazendo menção de uma demonstração verificada na noite precedente, aludia a outra que se anunciava para a noite de 25. Teve efectivamente lugar esta demonstração que, como a primeira, foi assaz insignificante. Poucas desgraças houveram, e apenas roubaram a loja de um espingardeiro. Não obstante, a autoridade havia tomado algumas disposições para prevenir que ontem se repetissem novos incidentes; não houve porém nada, conservando-se a capital tranquila.

Das províncias as notícias têm sido boas. Em Génova, Nápoles, Pistoia, Siena, Verona, Milão e em mais algumas cidades houveram demonstrações de pouca importância, contra a prisão de Garibaldi; enquanto que em Brescia, Vicenza, Reggio de Emilia, Caserta, Cosenza e Turim a população manifestou a sua aprovação pela conduta do governo.

E' certamente devido ao acerto e à energia com que se houve o Gabinete italiano ter-se superado um momento de crise bem difícil. Trata-se agora de terminá-la, procurando-se levar Garibaldi a que desista dos seus anteriores planos, e regresse a Caprera. Por ora não sei com certeza se se conseguirá aquele fim; se porém Garibaldi não ceder, será necessário convencer a Câmara dos Deputados, de que ele é membro, para se lhe intentar um processo. Brevemente será esta questão resolvida.

A attitude ameaçadora que tomou o governo francês fazendo aprontar em Toulon uma esquadra para transportar tropa a Civitavecchia não obstante as seguranças dadas pelo governo italiano de manter inviolável a Convenção de 15 de Setembro, tem irritado bastante os espíritos neste país, e dado lugar a artigos de jornais assaz violentos. Limito-me a enviar a V. Exa. o incluso artigo da *Opinione*, jornal moderado, chamando sobretudo a atenção de V. Exa. para o último parágrafo do mesmo artigo.

.....

## XXXVII

28 de Setembro de 1867

... Com referência ao telegrama que ontem à noite tive a honra de expedir a V. Exa. devo agora acrescentar que a *Gazeta Oficial* in-

seria no seu número de ontem as seguintes linhas, que traduzo: «Tendo o General Garibaldi manifestado o desejo de regressar a Caprera, o governo achando aquella intenção conforme à sua, anuiu logo à mesma.

O General partiu pois esta manhã (27) às 9 horas de Génova, a bordo de um navio da marinha real ».

Assim pois verificou-se um facto que o Gabinete italiano preferia a qualquer outro, cessando o grande embaraço de conservar preso Garibaldi, o que não deixava de inquietar os ânimos. Ignoro sob quais condições Garibaldi foi conduzido para Caprera, mas estou certo de que o governo conseguiria da parte dele garantias suficientes para o deixar livre.

Conto informar a V. Exa. mais tarde de alguns particulares a tal respeito.

.....

### XXXVIII

3 de Outubro de 1867

... A notícia que transmiti ao meu telegrama do 1º do corrente não era de todo exacta, porquanto Viterbo até agora não foi tomado, há porém insurreições parciais na província daquele nome, e em Acquapendente foram atacados 40 gendarmes pontifícios, os quais se presume teriam sido presos pelos sublevados, havendo propriamente aqueles pedido socorro, que lhe foi negado, a um corpo de *bersaglieri* estacionado na fronteira.

Das escarsas notícias que são do domínio público depreende-se que em Roma reina bastante agitação, e que alí se fazem muitas prisões.

O governo italiano tem hoje na fronteira 44.000 homens, e outras forças deverão para alí marchar à primeira voz. Isto faz supor que graves acontecimentos possam ter lugar de um momento a outro, e no entretanto há quem assegure que o governo italiano dirigira uma nota ao governo francês sustentando a impossibilidade de manter a convenção de 15 de Setembro. Não posso por ora garantir a veracidade desta notícia, estando contudo certo de que este Gabinete emprega os maiores esforços para terminar a questão de Roma. Do que for ocorrendo apressar-me-ei a informar V. Exa...

Em consequência das ocorrências nas províncias pontifícias, S. M. El Rei Vitor Manuel veio para Florença, aonde parece se conservará por algum tempo.

.....

### XXXIX

5 de Outubro de 1867

... A situação continua sendo a mesma, com a diferença que alguns bandos de insurgentes, por falta de armas e de viveres, têm passado para cá da fronteira, acoçadas pelas forças pontifícias, enquanto que outros se vão mantendo nos domínios do Papa.

Continua a govêrno italiano mandando tropas para a fronteira, sendo assaz considerável, ao que informam, o número de voluntários na fronteira, e dos que para alí se dirigem. Faltam-lhes porém dinheiro, armas e direcção.

Como em Sinalunga, Garibaldi foi infeliz na tentativa que há dias fez para partir de Caprera para o continente. Apesar de ter ido livre e sem condições para aquela ilha, ninguém ignora ou deve ignorar que ele está guardado à vista pelas embarcações de guerra. Este estado de coisas, como V. Exa. há de convir, não pode ir longe, e uma solução qualquer é necessária sem demasiada demora, aliás corre-se o risco de graves tumultos no país e não vejo bem como o governo poderá resistir tendo a opinião pública contra sí. Se por um lado a maioria da nação não deseja ver terminada a questão de Roma por meio do elemento garibaldino, quer por outro que o governo a faça pela força moral e legal. Se este pois não souber conseguir tal fim na presente conjuntura, não sei o que verá a succeder no futuro.

.....

### XL

8 de Outubro de 1867

... Nestes últimos dias nenhum successo de importância tem ocorrido nas províncias pontifícias. Alguns encontros tem havido entre as tropas pontifícias e os revoltosos, ora favoráveis a uns, ora a outros. Parece contudo que a insurreição vai tomando maiores dimensões, não sendo possível a meu ver, que as tropas italianas tardem a intervir nos domínios do Papa, arrabentando alí seriamente a revolução.

.....

... Os meus telegramas dos dias 18, e 19 de ontem terão feito pressentir a V. Exa. a tremenda crise em que se acha a Itália. A precipitação dos acontecimentos tem sido tal que nem a pena os poderia acompanhar, e muito menos alcançar. Por isso e pela confusão dos boatos e das notícias que corriam e ainda correm, julguei mais acertado limitar-me durante os últimos dias a telegrafar a V. Exa. mesmo porque os meus officios, com 7 dias de atraso à sua chegada a Lisboa perderiam todo o interesse. Hoje porém aproveitando da momentanea pausa a que a demissão do Ministério Rattazzi dá lugar, direi a V. Exa. duas palavras como esclarecimento do que até hoje se tem passado.

Desde a aparição de pequenos bandos de insurgentes além da fronteira pontifícia, o governo francês dirigiu-se ao governo italiano chamando a atenção deste para a observância da Convenção de Setembro. Ao que este ultimo governo respondeu ordenando às tropas no confim italiano a maior vigilância para que nenhum voluntário passasse a fronteira. Tais ordens ao principio foram executadas rigorosamente. Mais tarde porém não era possível dissimular que apesar de semelhantes ordens a fronteira era atravessada por centenas de individuos, engajados como voluntários, e finalmente o número destes foi augmentado extraordinariamente, sobretudo depois que se mandou recolher aos corpos todos os destacamentos dissimulados pela fronteira, e isto na ocasião em que a França começou a ameaçar com uma intervenção, estando o Gabinete resolvido a mandar as tropas italianas passar a fronteira e ocupar o território pontifício. É certo que o Gabinete Rattazzi persistia naquela resolução ainda em 19 do corrente, contando erradamente como agora aparece, com duas eventualidades, das quais a primeira a da sublevação de algumas povoações pontifícias e de uma revolta dentro de Roma, e a segunda de um immediato apoio da Prússia. Mas não só as povoações romanas não se levantaram senão que até agora os bandos de insurgentes têm sido batidos constantemente. E quanto à Prússia, se bem esta Potência não pretenda desligar-se da sua aliança com a Itália, no entretanto o seu procedimento não será outro que o que é indicado no artigo, incerto na Gazeta de Itália.

Sobre aquellas duas eventualidades dir-se-ia que se fundava o programa ou plano do Gabinete Rattazzi em relação à solução da ques-

tão de Roma, e tal era a sua confiança que, seguro do apoio da esquerda da Câmara e julgando-se certo do bom êxito de uma tentativa audaciosa, tendo pelo seu lado partido da acção, apontou a possibilidade de uma guerra com a França, bem entendido que a Prússia provocaria a França na presente conjuntura.

O seguinte artigo que abaixo junto, tirado do jornal a *Opinione* é a expressão manifesta do plano do Gabinete Rattazzi, o que posso garantir a V. Exa.

Aquele plano tão aplaudido por uma grande parte da imprensa do país e do estrangeiro parecia estar a posto de receber execução, quando considerações poderosíssimas oferecidas por pessoas conspícuas que o Soberano consultou, fizeram sobrestar num passo tanto mais arriscado quando é certo que o país está longe de se achar preparado para uma luta com a França. Em tais circunstâncias, não encontrando o Gabinete Rattazzi aquele apoio com que contava da parte do Soberano e de seus Conselheiros, ofereceu a sua demissão que foi ontem aceite, sendo ao mesmo tempo encarregado da formação do novo Gabinete o General Cialdini.

Com não pequena surpresa dos habitantes da capital chegou ontem aqui o General Garibaldi o qual se evadiu de Caprera e ao que se diz, com inteligência com o ex-Presidente do Conselho. A notícia da sua chegada só foi sabida na noite de ontem, concorrendo bastante gente para defronte do Hotel do Universo, aonde ele se acha, e obrigando-o a chegar à janela donde ele dirigiu estas simples palavras: *Silenzio si va a Roma*. Por enquanto a sua presença não deu lugar a nenhum incidente além da reunião de ontem à noite.

Aproveito a ocasião para enviar a V. Exa. a carta que me entregou o Secretário desta Legação no seu regresso de Roma. Na mesma encontrará V. Exa. informações exactas que combinam perfeitamente com outras de origem fidedigna e officiais, que ulteriormente me foram dadas, das quais se depreende o verdadeiro estado de coisas em Roma e Estados Pontifícios até ao dia 17 do presente mês. A situação tem sem duvida mudado, em vista dos recentes acontecimentos que deixo mencionados, mas isso não tira o interesse àquelas informações, que V. Exa. por certo apreciará.

.....

...O Ministério Rattazzi está definitivamente demitido, procurando o General Cialdini formar a nova administração. Até ao momento em que escrevo, além daquele General que tomará as pastas dos Estrangeiros da Guerra, creio que o General Durando tomará a Repartição do Reino, e dizem-me que os mais membros do novo Gabinete serão militares.

A *Gazeta Oficial*, que sai no momento, contem o artigo incluso. Receio que aquelas magras palavras, dirigidas à Nação em tão melindrosa conjuntura, não satisfaçam os desejos dos italianos e provoquem immediatos tumultos de praça.

Desde ontem à noite, como digo no telegrama que ora expeço a V. Exa. nenhum trem dos caminhos de ferro chegou de Roma, havendo todos os fios electricos sido cortados, de que resulta completa interrupção de comunicações com aquela cidade. Este facto deu lugar ao boato que corre por toda a cidade de que ontem arrebentara dentro dos muros de Roma a insurreição, notícia porém que não ousou confirmar, mas que julgo ter certo fundamento.

.....

...Confirmo a V. Exa. os meus telegramas e presumo que à hora em que escrevo deve achar-se formado o novo Gabinete presidido pelo General Cialdini, e neste caso terá V. Exa. logo um telegrama com os nomes dos novos Ministros. Três dias penosos foram os passados, sem haver um governo constituído, privados de notícias exactas do que se passava em Roma, e vendo por assim dizer os Comitês revolucionários funcionando como autoridade legal. A confusão que de tudo isso resultava não é facil descrever. Ontem com a chegada do General Durando, havia toda a probabilidade da combinação ministerial, e com a chegada de Roma da correspondência e de vários viajantes ficou-se conhecendo que a pretendida insurreição de Roma não passou de uma simples tentativa que falhou, como não podia deixar de succeder, e que, além de algumas vítimas, causou grande terror naquela cidade. Assim pois o público ficou hoje sabendo a falsidade dos boletins quotidianos aqui publicados pelos Comitês revo-

lucionários, e a derrota completa de todos os bandos que invadiram o território pontifício. O grande número de voluntários que estão regressando a suas casas, e a narração que fazem da triste sorte que lhes coube, falam demasiado alto para que não se veja que o único fim dos chefes revolucionários era promover e sustentar a agitação em todo o país, como o único meio de poder realizar certos fins, que, a julgar por alguns artigos dos órgãos da imprensa democrática, tornam-se assaz claros. Com tais manejos não há duvida que a não alcançarem o fim a que aspiram, conseguirão levar a situação do país a um estado para sair do qual a Coroa e o governo terão muito a lutar. A revolução parece ter querido estabelecer o dilema, ou se dever resistir à França ou de se reprimir o impulso da nação, contanto que, quer de um quer de outro modo, a sua causa ganharia.

Com o que a revolução porém não contava, e que eu desejo muito que se realize, é que acalmados os ânimos e constituído um governo forte neste país, a França e a Itália procuram, com a cooperação das mais potências, uma solução que se não tiver a fortuna de contentar a todos, pelo menos evite no futuro novas e repentinas crises como a actual, que bem a meu pesar eu considero longe do seu termo. Não é possível saber já quais são as intenções do novo Gabinete, nem que medidas aconselhará o Parlamento, quando for reunido no fim do mês de Novembro, segundo ouço dizer; mas creio que de umas e outras muito há de depender a futura tranquilidade pública da Itália.

.....

#### XLIV

28 de Outubro de 1867

... Terminou ontem a crise ministerial ou para melhor dizer a falta absoluta de governo neste Reino. Além do meu telegrama com a formação e nomes dos membros da actual administração confio que V. Exa. terá recebido a proclamação do Rei de Itália publicada ontem, e de que me foi possível remeter a V. Exa. ainda a tempo um exemplar pelo correio de ontem mesmo. Conquanto alguns dos órgãos mais sérios da imprensa italiana entendam que o programa do actual gabinete, anunciado na sobredita proclamação, se resume na formula: intervenção das tropas italianas em Roma, quando intervenham as tropas francesas, pela minha parte entendo e tenho por certo que o mencionado programa, como digo no meu telegrama, re-

provando os actos ilegais do partido da acção, reprimirá a revolução, não abandonará a questão de Roma, mas para a resolver não se afastam da política traçada pelo Conde de Cavour, isto é, recorrendo unicamente a meios morais.

Nas circunstâncias a que a situação deste país foi levada pela política do Gabinete transacto, rôta a Convenção de 15 de Setembro tão diversamente interpretada, e os lastimosos factos que acabam de dar-se e se estão ainda dando em Roma, requerem incontestavelmente um pronto e efficacíssimo remédio, que só se encontra num Congresso de Potências. Fora disto confesso que não vejo uma solução seria e duradoura para a questão de Roma, e por maiores esforços que se empreguem para reprimir e destruir futuras tentativas, estou convencido que tudo o que se fizer será perdido. E demais, como já anteriormente tenho observado, triste solução de tão importante questão seria, a meu ver, a que só se conseguisse por meio do elemento revolucionário.

Mas passando à grave preocupação de todos qual é a de saber se as tropas italianas intervirão, devo dizer a V. Exa. que tenho todo o motivo para crer que a intervenção se há de realizar. Nisto entendendo estarem concordes o Imperador dos franceses e o Rei de Itália, porém a intervenção *imediate* das forças italianas não pode ser admissível porque um tal facto, segundo os próprios termos de um telegrama secreto, faria supor que tudo o que acaba de passar-se foi uma *insigne comédia*.

Das informações que tenho resulta que a França se encarrega de repelir para fora da fronteira todos os bandos de voluntários, e a Itália se compromete a acabar com os alistamentos clandestinos, a perseguir qualquer manejo do partido da acção. Conseguidos tais fins, e estabelecida a ordem nos Estados Pontifícios, a França evacuará aquele território, convocando-se então um Congresso.

Eis o que está planeado. Os sucessos futuros dirão se tal plano poderá realizar-se.

.....

## XLV

1 de Novembro de 1867

... Em circular datada de 29 de Outubro participa o General Conde de Menabrea ao Corpo Diplomático aqui residente a demissão do Gabinete presidido pelo Sr. Rattazzi, a formação do actual a que ele

preside, e a nomeação do Comendador Ulisses Barbolani, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, para desempenhar as funções de Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a qual Repartição fora confiada a ele Presidente do Conselho.

Como V. Exa. já tem conhecimento tanto da formação do novo Gabinete, como do seu programa, limito-me a registrar aqui que nem uma coisa nem outra foi bem acolhida em Itália. No entretanto parece-me demasiado lógico que, repelida a política audaciosa e arriscada do Gabinete Rattazzi, a consequência seria passar a uma política de repressão. É o que aconteceu e o que terá de subsistir por algum tempo, até que, restabelecida um pouco a ordem e acalmadas as paixões, as coisas públicas assumam a sua marcha natural.

Confirmo a V. Exa. os meus dois telegramas de 28, e de 30 e o de 31 de Outubro, assim como o desta manhã, tendo recebido o de V. Exa. de 28 a que logo respondi, e confio que V. Exa. terá igualmente recebido as minhas cartas de 29 e 30 de Outubro, a primeira com a proclamação do Rei de Itália e formação do novo Gabinete, e a segunda com a declaração oficial da entrada das tropas italianas no território pontifício.

À pergunta de V. Exa. contida no telegrama de 28 respondi que as tropas italianas entraram no mencionado território no sentido de reprimir movimento revolucionário, porquanto a bandeira hasteada pelos insurgentes, não era a nacional. Mas não se depreenda disto que a intervenção seja mista como se pretende, por isso que as tropas italianas não vão obrar de combinação com as tropas francesas. A sua missão é outra, a impedir os planos republicanos, e de usar, com a França, da sua liberdade de acção, uma vez que a Convenção de 15 de Setembro está violada. Em apoio desta asserção envio a V. Exa. o incluso artigo da *Gazeta Oficial* de ontem.

Ao mesmo tempo que a presença das tropas italianas tem causado o maior entusiasmo nas povoações a que têm chegado, a passagem da fronteira pelas mesmas não foi bem recebida pelo governo francês.

A esta circunstância attribuo eu em grande parte a missão do General La Marmora a París, afim de demonstrar bem claramente o imperioso dever do governo italiano em dar aquele passo, em vista da atitude do país.

Consta-me que o mesmo General levou instruções para poder tratar com o governo francês acerca da solução da delicada questão de Roma. Segundo aquelas instruções o governo italiano não admite

discussão sôbre o poder temporal; dá todas as garantias quanto ao poder espiritual, e aceita o plebiscito por parte dos romanos.

O governo italiano é de todo contrário à reunião de um Congresso, e faz os maiores esforços para que a questão do dia seja resolvida somente pela França e Itália. O governo francês pelo contrário quer o Congresso — assim o provam a nota de Mr. Moustier datada de 25 de Outubro e o artigo do *Moniteur* desta manhã, comunicado pelo telégrafo. Havendo aquela nota sido publicada antes mesmo de ser remetida a este governo, a *Gazeta Oficial* deste Reino publicará do mesmo modo esta tarde a resposta do governo italiano, que espero poder remeter hoje mesmo a V. Exa.

A nova expedição francesa tem causado grande sensação neste país, e causado grande excitação em várias cidades, mas sobretudo em Turim e Milão. A energia, porém do Marquês Gualterio, Ministro do Reino, tem-se patenteado nestes dias, achando-se hoje já dissolvidos todos os *Comités* de socorro, verdadeiros centros que alimentavam a insurreição. Muitos são os voluntários que estão regressando a suas casas apenas conhecida a proclamação do Rei e a vinda das tropas francesas para Roma.

Apesar destes factos, duvida-se geralmente que Garibaldi escute a voz, já não digo do Soberano, mas dos seus mais íntimos amigos que com ele instam para que se retire. Não sei bem qual foi o General que partiu e que todos julgam ter sido o General Cialdini, para junto de Garibaldi, com uma carta do deputado Crispi, que é um dos homens que exercem maior influência sôbre Garibaldi. Se este cedesse, simplificaría consideravelmente a situação e o governo poderia proceder desassombadamente às negociações para terminar a gravíssima questão do momento.

.....

## XLVI

4 de Novembro de 1867

... A resolução tomada pelo governo italiano de mandar ocupar, pelas tropas italianas, alguns pontos do território pontifício, apenas o « *Moniteur* » anunciou que a bandeira francesa se achava arvorada em Civitavecchia, não mereceu a aprovação do gabinete francês. Assim se depreende do incluso despacho datado do 1º do corrente dirigido por Mr. de Moustier ao Encarregado de negócios de França nesta Cor-

te transmitido ontem pelo telegrafo e publicado antes de comunicado a este governo.

Este documento veio causar grande sensação, e aumentar as dificuldades do Ministério. Não sei qual será o seu procedimento em vista desta nova pressão, nem como se poderá mandar abandonar os pontos do território pontificio já occupados pelas forças regulares, os quais por ora são Terracina, Frosinone, Civita Castellana e Acquapendente, e não Viterbo como me havia sido dito no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e eu anunciei a V. Exa. no meu telegrama do 1º do corrente.

Ontem, logo depois de chegado o telegrama a que acima me refiro, reuniu-se o Conselho de Ministros, e posto não me conste o que nele se resolveu acho publicado na *Gazeta Oficial* de ontem mesmo o artigo incluso.

Ao mesmo tempo vejo que se empregam todas as diligências para que Garibaldi se retire o mais depressa de Monterotondo, aonde se diz que ele se estava fortificando, e por outro lado Nicotera, com os seus bandos passar a fronteira na direcção de Nápoles, enquanto que o governo vai dissolvendo todos os comités de socorro, que alimentavam a insurreição nas provincias pontificias, bem como as manifestações em várias cidades de Itália.

Não obstante tais factos, o embarque das tropas francesas em Toulon esta-se operando em grande escala, o que por certo denota que o governo francês receia dos acontecimentos que possam sobrevir neste país, e tencionará portanto não só occupar Roma e Civitavecchia mas mesmo o resto do território ainda sujeito ao Papa. A isto se limitará a expedição francesa, não me podendo convencer que a França em caso nenhum, queira tentar de passar a fronteira italiana pelas graves consequências que um semelhante passo acarretaria consigo, e que bem se podem depreender do artigo incluso da «Correspondance de Berlin» de 29 de Outubro, que ao que parece não deixa de causar bastante sensação em França, e que confirma as minhas anteriores informações.

A agitação da Itália, que pode muito bem ir sempre em aumento, preocupa seriamente este Gabinete.

Alem das duas classes dos contingentes de 1841 e 1842, já chamados anuncia-se que o vão ser igualmente as outras dos soldados que estavam licenciados. Tenho motivo para crer que todo este desenvolvimento de forças, salvo algum caso muito extraordinario não previsto, não significa rompimento de guerra, mas servirá tão somente pa-

rã provocar uma solução definitiva da questão de Roma. É por isso que não dou importância ao boato de um acordo entre a França e a Espanha para a expedição de 40.000 espanhóis, que devem ocupar Nápoles dado o caso de uma guerra. Há quem afirme que aquele pretendido acordo não passa de um oferecimento por parte da Espanha, mas que não foi aceite. O que porem posso afirmar a V. Exa. é que o Imperador da Rússia ofereceu o seu apoio ao Rei de Itália.

.....

P. S. Depois de escrito este officio recebeu-se a noticia da derrota de Garibaldi, que transmito pelo telegrafo.

.....

## XLVII

6 de Novembro de 1867

... Acabo de responder ao telegrama de V. Exa. datado de ontem e agora recebido (5). Quanto à primeira parte do mesmo, tratarei do assunto em confidencial desta data, e pelo que toca à retirada das tropas italianas do território pontificio já dela deve V. Exa. ter conhecimento pelo meu telegrama de ontem, no qual anunciei também a V. Exa. a prisão e condução a Spezia do General Garibaldi. Verificado este facto publicou a Gazeta Official o importante artigo incluso, sobre o qual tenho a honra de chamar a particular atenção de V. Exa.

Quanto aos últimos episodios das tentativas de Garibaldi, os jornais vêm cheios de descrições. No entretanto junto um pequeno artigo da *Nazione* intitulado — *Combattimento di Mentana*, referindo os particulares daquela luta, contados por testemunha ocular. Depois de uma tal derrota dos voluntários, para não falar de um sem número de outras circunstâncias, considera-se acabado o prestigio de Garibaldi e destruído grandemente o elemento dos voluntários. O actual Gabinete está decidido a dar-lhe o último golpe, se ainda tentarem dentro do país provocar tumultos. Os grandes centros de população tem sido reforçados com muita tropa. A ordem deve ser mantida a todo o custo.

.....

---

(5) Detto telegramma, cifrato, diceva: « Que probabilidade ha de aderir governo italiano à ideia do congresso ou conferência sobre a questão Romana? Aderindo sustentará principio de Roma Capital? Já começou retirada das tropas italianas do território pontificio? - Casal ». (Archivio *cit.* Il telegramma è in cifra con parole intercalate e la decifrazione è scritta a inchiostro su ciascun gruppo).

... Confirmo os meus dois telegramas desta data, em resposta ao de V. Exa. de 10 e 12 do corrente mês.

Depois de receber o telegrama do dia 10 (6) julguei dever dar o tempo necessário para que chegasse a Florença o convite para a conferência, cuja partida V. Exa. me anunciara, afim de saber como este governo o acolheria. Era pois minha intenção ir esta manhã falar com o General Menabrea, e em seguida telegrafar a V. Exa., como me havia ordenado. Dei efectivamente aquele passo, e o meu segundo telegrama de hoje terá feito saber a V. Exa. que o convite ainda não veio, mas que é esperado brevemente. Ao mesmo tempo resumi a V. Exa. a minha conversa com o General Menabrea, e agora acrescentarei que, contra o que naturalmente V. Exa. terá presumido, este governo ignora até ao momento presente em que termos é concebido o convite e quais as bases que se apresentam para a reunião da conferência.

Com é sabido o governo italiano não deseja a conferência tendo por muito problematica a sua reunião. Todos os seus esforços tendem a chegar a um accordo directo com a Santa Sé, o que na verdade não me parece realizável.

Incluso remeto a V. Exa, o despacho datado de 7 do corrente dirigido pelo General Menabrea ao Ministro de Itália em Paris, e ontem publicado na *Gazeta Oficial*. É um documento importante que certamente será bem acolhido no estrangeiro.

Continua este governo a aumentar os quadros do exercito, cuja força dentro de pouco não será inferior a 200.000 homens efectivos. A tranquillidade está quase restabelecida em toda a península, tendo cessado as demonstrações nas cidades e especialmente em Turim. Conta o governo convocar o Parlamento para os primeiros dias de Dezembro, para o que está predispondo todos os trabalhos necessários. Uma dificuldade se apresenta que preocupa o Gabinete e vem a ser a nomeação do Presidente da Câmara dos Deputados, sendo certo que a opposição quer levar à presidência o Snr. Rattazzi. Se tal succede tenho por certa a dissolução da Câmara actual.

.....

---

(6) Diceva tale telegramma cifrato: « Partiu ontem de Paris o convite para conferência sobre questão romana. Telegraficamente diga como foi acolhido por esse governo-Casal ». (Archivio cit.).

O contra-almirante cavalheiro Pompeo Provana del Sabbione entrou para o Gabinete assumindo o cargo de Ministro da Marinha cujas funções estavam interinamente confiadas ao Presidente do Conselho de Ministros.

.....

## XLIX

18 de Novembro de 1867

... Os meus dois últimos telegramas são de 15 e 17. De um e outro terá V. Exa. depreendido que o Gabinete italiano, o qual tanta repugnância parecia opor à conferência, modificou agora a sua opinião, quer confie seriamente nas seguranças que lhe vieram de Paris de que em todo o caso o resultado da conferência não seria desfavorável à Italia, quer deseje mostrar-se simplesmente condescendente com o Gabinete francês agora que há uma quasi certeza que a conferência terá a mesma sorte que os precedentes projectados congressos. E demais há ainda um ponto sobre o qual o governo italiano interpelou o governo francês, a saber, se a não aceitação, por parte de Sua Santidade, de concorrer às conferências, é ou não condição *sine qua non*, da reunião do mesmo. Não me consta que se recebesse resposta àquela pergunta, pelo menos até ontem, sendo no entretanto voz geral que Sua Santidade não aceita a conferência.

Agora é claro o motivo porque o Gabinete italiano não recebeu simultaneamente aos outros o convite para a conferência. O governo francês, como comuniquei a V. Exa. entendeu dirigir um convite especial a Sua Santidade e ao Rei de Itália, como sendo as partes mais directamente interessadas na questão. O Barão de Malaret, Ministro da França nesta corte, há meses ausente com licença, regressou a Florença e terá sem dúvida sido portador do convite. O regresso daquele diplomata foi pouco agradável a este governo, como V. Exa. bem pode pensar, à vista das minhas anteriores informações.

Também de Paris anunciam o regresso do General La Marmora, e desconfio que este Gabinete não ficou inteiramente satisfeito da missão do General. No entretanto notarei que o Ministro de Itália em Paris participou dias passados ao seu governo que o Imperador Napoleão ordenará a concentração das tropas francesas em Civitavecchia. Contudo aqui não consta que principiasse o movimento de concentração, antes pelo contrário se sabe que vários pontos das provincias pontificias estão guarnecidos pelos franceses.

No Gabinete das Tulherias parece ter causado bastante contrariedade o despacho dirigido em 7 do corrente pelo General Menabrea ao Comendador Nigra, que transmiti a V. Exa. com o meu precedente officio. Não sei se foi isso que deu lugar à queixa, por parte da França, contra o Gabinete italiano, por este ter influido em Londres e Berlim para não ser aceite a proposta da conferência. O Gabinete italiano repele uma semelhante acusação, pois que pretende que a sua linguagem para com aquelas potências não difere da que tem empregado para com todas as outras.

Presume-se que o Parlamento se abrirá nos primeiros dias de Dezembro, como já disse no meu officio anterior.

.....

L

20 de Novembro de 1867

... Pelo meu telegrama de hoje terá V. Exa. conhecimento da resposta do governo italiano ao convite da França para a conferência. O que hoje digo a V. Exa. não é senão a confirmação das minhas anteriores participações. O General Menabrea, depois de refutar a asserção do Gabinete francês, contida na circular do convite, de ser o povo italiano o autor das ultimas perturbações, que tornaram necessário a nova intervenção militar francesa, e mantendo que grande parte cabe à Curia romana na causa dos últimos disturbios pela sua obstinada resistência a tudo quanto é conducente a uma conciliação com o Reino de Itália, acede ao convite com as mesmas restrições que são comuns a outras potências, isto é, que não pode ligar-se à decisão definitiva da conferência, sem previamente conhecer quais as bases que se submetem à sua deliberação.

No entretanto eu não saberei senão repetir de que excelentes sentimentos está animado o governo italiano para com a Santa Sé, e que se Sua Santidade fosse inspirado a entender-se com o Rei de Itália para uma combinação franca e amigável, o poder e influência do Chefe da catholicidade não teria limites no futuro. Mas era necessário que isto se fizesse já, enquanto se acha à frente do poder o actual Gabinete; os que lhe succederem podem não concordar inteiramente com a ideia e opinião do actual Gabinete.

O discurso do Imperador dos Franceses na abertura do Corpo legislativo foi assaz bem recebido neste país, enquanto que o da Rain-

ha de Inglaterra, por ocasião da abertura do Parlamento inglês, foi muito aplaudido.

Nota-se grande tranquilidade em toda a península.

.....

## LI

22 de Novembro de 1867

... Depois de haver expedido pelo telegrafo a V. Exa. a triste noticia do falecimento do Marquês Tagliacarne, cujo próximo fim ninguém podia suspeitar, passei ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Alí soube que o Marquês Spinola, parente do finado, estava encarregado do enterro que se ha-de verificar amanhã à noite. O Corpo Diplomático será avisado por uma simples circular do Ministério, sendo eu indigitado como uma das pessoas que ha-de pegar ao caixão.

Não tendo eu podido falar com o facultativo para saber precisamente de que doença succumbiu o Marquês Tagliacarne, foi-me dito pelo proprietário do Hotel que habitava que tinha sido, duma congestão pulmonar — ouço também falar de bronquite.

O General Menabrea conta apresentar amanhã a S. M. alguns nomes de diplomáticos para entre êles escolher o novo Ministro de Itália nessa Corte. Nenhuma resolução será tomada sem previamente se prevenir o nosso Augusto Soberano.

Apesar do Marquês Oldoini, Ministro de Itália em Munich, ser um dos pretendentes mais antigos, creio que o Marquês Migliorati, actual director Geral da Repartição Comercial no Ministério dos Negócios Estrangeiros, possa ser o preferido.

Não duvido que este último seria muito bem acolhido em Portugal. Conheço o Marquês Migliorati há bastante tempo e faço dele o melhor conceito.

.....

## LII

27 de Novembro de 1867

... O Parlamento italiano, como V. Exa. já tem noticia, está convocado para o dia 5 de Dezembro próximo. Os membros do actual Gabinete, que faziam parte da Câmara dos Deputados, e cuja reeleição devia verificar-se, venceram nos seus respectivos collegios. Parece fora

de dúvida que apesar de tudo quanto se tem dito em contrário, o governo pode contar com uma maioria pelo menos de 30 votos.

A doença de que há dias foi acometido Garibaldi conquanto não passasse de uma colica biliosa, deu serios cuidados ao governo, o qual expediu logo a Varignano dois facultativos para visitarem o General. Segundo a opinião daqueles facultativos o estado do doente não oferecia gravidade, entendiam porém que o clima daquele sitio lhe era nocivo e aconselhavam a sua remoção. Em vista do que o governo pôs à disposição de Garibaldi um vapor de guerra para o transportar a Caprera, e ontem mesmo seguiu viagem para aquela Ilha. Entendo que Garibaldi se comprometeu a não sair da Ilha, e só a apresentar-se quando lhe for requerida pela autoridade judicial.

Por ora não me consta que se resolvesse coisa alguma acerca de quem ha-de ser o sucessor do falecido Marquês Tagliacarne nessa Corte. Ouço dizer que para substituir o Barão Lebzelttern pode muito bem ser nomeado o Conselheiro da Embaixada de Áustria em Roma, Barão d'Ottensfels, ou ir interinamente como Encarregado de Negócios o Barão de Bruck, Secretário de Legação de Áustria nesta Corte.

O Embaixador de S. M. junto de Sua Santidade partiu daqui hoje, juntamente com a Duquesa de Saldanha, para Roma.

.....

### LIII

3 de Dezembro de 1867

... Tive a honra de receber o despacho de V. Exa. de 21 do mês próximo findo, acompanhando cópia de outro que na mesma data dirigira ao Representante de S. M. na Corte de Paris, ambos relativos à aceitação por parte do governo de S. M. do convite para a conferência proposta pelo governo do Imperador dos Franceses para se examinarem as graves questões a que dá lugar a situação reciproca da Santa Sé e da Itália (7).

---

(7) Diceva il dispaccio di Casal Ribeiro: «...O Sr. de Vorges, Encarregado de Negócios da França nesta Corte, deu-me conhecimento de um despacho circular do Sr. Marquês de Moustier, com data de 9 do corrente, convidando o governo de Sua Majestade a aderir à proposta de uma conferência para examinar as graves questões a que dá lugar a situação reciproca da Santa Sé e da Itália. Este convite foi aceite em principio pelo governo de Sua Majestade, o qual animado do mais sincero desejo de conciliação se fará representar pelos seus plenipotenciários, se a conferência de que se trata vier a reunir-se. Confio que V. Exia. não deixará de continuar a informar-me regularmente de todas as ocorrências importantes, tanto em relação à projectada conferência, como à situação desse país».

Inteirado pois do conteúdo daqueles documentos annunciados ontem verbalmente ao General Menabrea que o Governo de El Rei havia aceitado o convite em principio, e que se faria representar pelos seus plenipotenciarios se a conferência viesse a reunir-se.

O General Menabrea, depois de me agradecer aquella communicação, acrescentou que havendo o governo francês respondido satisfatoriamente a alguns quesitos que lhe havia proposto, o governo italiano aguardava as ultteriores decisões de algumas outras potências, e que em todo o caso estava pronto a concorrer à conferência, mantendo porém sempre a sua liberdade de acção. Que devia ao mesmo tempo

---

Il dispaccio per il rappresentante del Portogallo a Parigi, Visconte de Paiva, era del seguente tenore: « O Sr. De Vorges, Encarregado de Negócios de França, deu-me conhecimento de um despacho circular do seu governo, em data de 9 do corrente, convidando os governos europeus a associarem-se ao pensamento de uma conferência para examinar as graves questões, a que dá lugar a situação reciproca da Santa Sé e de Itália.

Naquêl despacho o Sr. Marquês de Moustier, depois de expor o espirito e as tendências da Convenção de 15 de Setembro de 1864 e de se referir aos acontecimentos, que acabam de ter lugar na peninsula italiana, trata de demonstrar a oportunidade de um accordo entre os diversos governos da Europa com o fim de pôr termo a uma situação provisória que suscite apreensões nos sentimentos religiosos e morais das diferentes populações católicas, e constituia um perigo iminente para a tranquillidade geral. O governo do Imperador confia que uma assembleia das potencias, inacessivel por sua natureza a considerações secundarias, encontrará no estudo plácido e atento dos factos as bases de um trabalho, cujos limites o Gabinete das Tulherias julga não dever assinalar neste momento, assim como não pretende antecipar o juizo dos resultados.

Neste sentido o Sr. Marquês de Moustier conclue convidando o governo de Sua Magestade Fidelissima a aderir à proposta da conferência que lhe é dirigida, bem como aos outros governos europeus.

Examinando atentamente esta importante communicação em Conselho de Ministros, e recebidas as ordens de Sua Magestade El-Rei, cumpre-me transmitir a V.Exa. o resultado destas deliberações. O governo não pode deixar de reconhecer na proposta do Gabinete das Tulherias mais uma manifestação das generosas intenções que o animam, procurando substituir a discussão das ideias à violência das armas e as previsões do raciocinio aos caprichos do acaso, na solução das graves questões que agitam os espiritos e dividem as opiniões. Pelo que respeita ao problema gravissimo e complexo, que se apresenta como objecto das deliberações da conferência, os acontecimentos recentes não podem deixar de gerar ou fortificar a convicção de que não seria isento de perigos um adiamento mais largo, continuando as dúvidas e incertezas na ordem material. O governo de Sua Magestade não pode pois desconhecer a conveniência de um estudo consciencioso e de um esforço comum, donde possa resultar uma situação estavel e definida dando satisfação aos legitimos interesses dos povos, inspirando confiança às crenças católicas, conciliando a Itália com a Santa Sé e garantindo a paz da Europa.

Convem recordar que em 1859, o governo português aderiu prontamente à ideia do Congresso proposto pela França e pela Austria depois de firmados os Tratados de Zurich, e em 1863 acolheu com aplauso a iniciativa de Sua Magestade o Imperador dos Franceses para um Congresso Geral das Potências. Fiel a estes precedentes e profundamente penetrado da importância do assunto que hoje se trata de resolver, o governo adere de bom grado à proposição do governo do Imperador.

Queira pois V. Exa. assegurar S.Exa. o Marquês de Moustier que, se a conferência europeia de que se trata vier a reunir-se, o governo português se fará representar pelos seus Plenipotenciarios. Animado do mais sincero espirito de conciliação, o governo de Sua Magestade Fidelissima experimentará viva satisfação se poder cooperar com o das outras Potências para a solução pacifica e definitiva de um problema, que o exclusivismo das paixões nunca poderia suprimir, e que só o exame plácido e imparcial dos direiros dos factos e dos interesses pode por ventura ser eficaz a resolver. (Archivio, *cit.*)

advertir-me que um dos quesitos versava sobre a retirada das tropas francesas do território pontificio antes da reunião da conferência. Mas que o governo francês, sem poder fixar o dia do abandono completo daquele territorio pelas suas forças, dava a entrever que considerando a verificação da reunião da conferência como uma *segurança*, não se recusava absolutamente à retirada das suas tropas. Eu porém não julgo que o governo do Imperador dos franceses faça tal coisa, que sim fazia se tivesse a certeza da continuação no poder dos membros do actual Gabinete italiano, o que, segundo todas as probabilidades, é mais que problemático com a próxima abertura do Parlamento.

Se bem se possa desde já calcular que, concorrendo todos os membros das duas Câmaras, uma maioria ainda que pequena, seja adquirida ao actual Gabinete, e mesmo admitindo que a opposição por certos indícios que se vão manifestando, não faça questão seria da escolha do Presidente da Câmara electiva, apesar disso é quase opinião geral que o Ministério Menabrea não irá longê, e já ouvi citar alguns nomes de pessoas conhecidas como podendo ser chamadas para formar uma nova administração — citam-se, sem neles insistir, os nomes do General Cialdini, Cordova, Correnti. Isto não passa de simples conjectura.

Conquanto S. M. El Rei Vitor Manuel não tomasse ainda uma decisão definitiva sobre a pessoa que deve succeder ao falecido Marquês Tagliacarne, ha todas as probabilidades que o Marquês Oldoini, actual Ministro de Itália em Munich, seja proposto para a corte de Lisboa.

.....

#### LIV

5 de Dezembro de 1867

... A objecção apresentada por algumas das grandes Potências ácerca da reunião da projectada Conferência, sem primeiro se conhecer o programa da mesma, parece embaraçar assaz o governo francês. Isto depreende-se do passo que este último governo acaba de dar confiando ao Gabinete italiano a redacção do mencionado programa.

Respondendo ao convite da França, havia a Itália feito, antes de dar a sua adesão à conferência, as suas reservas, entre outras pelo que respeitava às ideias desenvolvidas na nota de Mr. de Moustier, especialmente no concernente à censura de ser a Itália a causa da inquietação na Europa em relação à occupação de Roma, e às propostas

que se teriam de submeter à assembleia diplomatica que se tratava de reunir, e se essa assembleia deveria ter voto consultivo ou deliberativo. Mr. de Moustier replicou com a sua nota de 27 de Novembro passado lida no Senado, na qual se declara que, falando do espirito revolucionário, não aludia particularmente a Itália, mas sim à Europa em geral e que o governo francês deseja apressar a partida das suas tropas mesmo de Civitavecchia, — que a conferência, para haver voto deliberativo, precisa de um acordo preventivo, além da adesão das potências interessadas; e que para dar um testemunho dos sentimentos de que está animado para com a Itália, deixava ao próprio governo italiano estabelecer as bases para serem apresentadas à conferência.

Tenho por certo que o General Menabrea acolhendo as declarações da França como um penhor que a sua política não animaria nem apoiaria os inimigos de Itália, fez constar ao governo francês em nota de 3 do corrente mês, que se reservava para lhe conhecer as propostas que segundo o seu parecer, deveriam submeter-se à conferencia; a adesão da qual ficará porem sempre dependendo do programa que fôr formulado.

Em vista do que não vejo realmene que aumentem as probabilidades da reunião da Conferência em questão.

.....

## LV

6 de Dezembro de 1867

... Ontem verificou-se, como a V. Exa. já é sabido, a abertura do Parlamento italiano. A concorrência tanto dos membros das duas Câmaras como do público foi considerável. Notei sobretudo que a esquerda da Câmara electiva estava muito compacta. Inclusos encontrará V. Exa. os dois discursos ministeriais pronunciados numa e noutra Câmara pelo General Menabrea, ambos os quais foram assaz bem recebidos.

Na sessão de hoje procede-se-à à nomeação do Presidente da Câmara electiva — Rattazzi, Lanza e Depretis são as pessoas mais indicadas. Nas reuniões que se celebraram na vespera da abertura do Parlamento havia sido respectivamente assentado, pela direita da Câmara, na nomeação do Sr. Lanza, e pela esquerda, na do Sr. Rattazzi. Posteriormente fala-se de votar no Sr. Depretis. Quanto às interpeções annunciadas foram adiadas para a próxima segunda-feira.

Por decreto datado de ontem foi concedida amnistia aos autores e cúmplices dos delitos da invasão do território pontificio.

São muitas as prisões que se têm verificado nestes ultimos dias pela descoberta de uma vasta conspiração de uma sociedade secreta debaixo da denominação de *Sacra falange*. Era o fim de tal sociedade promover agitação e tumultos em vários pontos deste Reino, e cometer mesmo os mais graves excessos. A polícia pôde haver muitos documentos importantes a prevenir a tempo os funestos planos do partido mazzinista.

.....

## LVI

7 de Dezembro de 1867

... Dos três candidatos propostos á presidência da Câmara electiva, a que ontem me referi no meu precedente officio, obteve a maioria de votos, em segundo escrutinio, o Sr. Lanza. Teve ele 194 votos enquanto que o Sr. Rattazzi só conseguiu 154. Venceu portanto o candidato ministerial.

Já foram distribuidos às Câmaras os orçamentos de receita e despesas para o ano de 1868.

As despesas ordinárias orçam em	Fr. 915.472.377.60
As despesas extraordinárias orçam em	Fr. 67.410.037.53
	<hr/>
Soma	Fr. 982.882.415.13
A receita ordinária é calculada em	Fr. 769.716.589.02
A receita extraordinária é calculada em	Fr. 21.196.139.08
	<hr/>
Soma	Fr. 790.912.728.10
Do que resulta o deficit de	Fr. 191.969.687.03

muito susceptivel de aumento não pequeno.

Conquanto no orçamento de que se trata, comparado com o de 1867, haja uma diminuição, na parte de receitas, de Fr. 1.640 304.32, contudo, na parte de despesa, há igualmente a diminuição de Fr. 31.526.656.19 de modo que o deficit do futuro ano é menor de Fr. 29.886.351.87 do que o de 1867. Mas estes cálculos, como V .Exa. bem pode supor, estão sujeitos a notável modificação, bastando ter em vista, sobretudo no estado precário da situação política em geral, as despesas extraordinárias que as necessidades do exército e do armamento hão de certamente requerer neste país. Já na sessão de ontem

apresentou o Ministro da Guerra à Câmara dos Deputados um projecto de lei para um crédito suplementar para a transformação das armas.

O discurso de Mr. Rouher, na parte relativa à questão romana, transmitido por extracto pelo telégrafo, veio aqui causar grande sensação e não pequena humilhação. — Terminaram pois os equívocos, e devemos agora aguardar qual a attitude que a Itália tomará em vista do veto, imposto pelo governo francês, de jamais tomar posse de Roma, e de ser obrigada a tolerar a presença das tropas francesas no território pontifício.

.....

## LVII

18 de Dezembro de 1867

... No meu precedente officio tive a honra de anunciar a V. Exa. a nomeação do Sr. Giovanni Lanza a Presidente da Câmara electiva. Na ocasião de tomar posse da Presidência, pronunciou ele um brilhante discurso, muito aplaudido, no qual assegurou de novo os principios do programa nacional, os direitos da Itália a haver Roma por capital, e a suprema necessidade de concordia e de união para não comprometer-se a sorte do país, e conduzi-lo ao cumprimento dos seus votos.

Seguiu-se a ordem do dia que fixava as interpelações de alguns deputados da esquerda; mas o deputado Sella apresentara uma ordem do dia, segundo a qual a Câmara firme no propósito de manter intacto o programa nacional que quere Roma capital, passava à discussão das interpelações. O governo porém entendeu não admitir aquella moção e prosseguiu simplesmente na discussão das interpelações apresentadas, o que conseguiu resolvendo a Câmara por uma maioria de 25 votos que as interpelações precedessem a moção do deputado Sella.

Há mais de uma semana que principiou a discussão destas últimas que considero de grande alcance para a causa pública italiana, e muito favorável à actual administração. Seria difícil resumir os vários discursos até hoje pronunciados e os que ainda o hão de ser antes de se fechar o debate, e como oiço dizer que de todos eles se formará uma colecção em separado, proponho-me de a enviar oportunamente a V. Exa., como ultimamente fiz com a colecção dos documentos diplomáticos apresentados na sessão de 9 do corrente pelo General Menabrea, e que são relativos à Legião d'Antibes e à questão romana. Confio que tais documentos terão já chegado às maos de V. Exa.

Conquanto pareça que a discussão deva tocar ao fim, creio que não terminará senão daqui a alguns dias. Não saberei dizer ainda a V. Exa. qual a ordem do dia que o governo preferirá para a votação final. Dizem-me que em todo o caso, qualquer que seja essa ordem do dia, deverá ela conter alguma frase em contraposição das declarações de Mr. Rouher, e que o Gabinete terá pelo menos a seu favor sôbre quarenta votos de maioria. Semelhante resultado deve-se em parte atribuir ao importante discurso proferido pelo Sr. Mori, actual Ministro da Justiça, defendendo o procedimento do actual Gabinete com a prisão de Garibaldi. O Sr. Rattazzi, sôbre quem pesa a grande responsabilidade da passada crise, ainda não falou; pediu ontem a palavra, e é provável que a tenha depois do General Menabrea, que principiou ontem a falar e terminará provávelmente hoje mesmo.

Há duas declarações importantes feitas pelo General Menabrea na primeira parte do seu discurso: a primeira que a Convenção de Setembro não cessou de existir, porquanto ainda não foi denunciada; a convenção porém não é executada por uma das partes contratantes; segundo é que o governo italiano, enquanto não mudar a situação, resolvera suspender o pagamento da divida pontifícia.

.....

## LVIII

23 de Dezembro de 1867

... Confirmo a V. Exa. o meu telegrama de ontem à noite, expedido pouco depois de fechada a sessão da Câmara dos Deputados, dando conta a V. Exa. do resultado da votação sôbre a ordem do dia proferida pelo Gabinete. Não menos de 22 ordens do dia foram apresentadas no decurso da discussão sôbre a interpelação da esquerda acerca da política interna-externa do actual Gabinete. A que foi aceite pelo Ministério era assinada pelo deputado Bonfadini e mais quatro outros deputados da direita, e concebida nos termos seguintes:

«A Câmara, inteirada das declarações do Ministério de querer manter ileso o programa nacional, que reclamou Roma capital da Itália, deplora que se quizesse efectuar aquele programa com meios contrários às leis do Estado e aos votos do Parlamento. E convencida que no severo respeito da lei e na boa organização da administração publica está a garantia da liberdade e da unidade.

Aprova a conduto do Ministério e passa à ordem do dia».

Esta foi pois a ordem do dia que, como anunciei pelo telégrafo, foi aprovada por 199 e rejeitada por 201 votos.

Se em vez da mencionada ordem do dia ter sido votada no todo, tivera sido dividida em duas partes, é de presumir que o Gabinete teria tido a maioria pelo que toca à sua conduta desde o momento em que, em situação por extremo crítica, assumiu o poder. Os partidos ou fracções porém coligaram-se — uns por não aclamar Roma capital da Itália — outros por não arguir o passado, e alguns, que certamente não militam nas filas da opposição — abstiveram-se de dar o seu voto.

A formação de um terceiro partido na Câmara, do qual formam parte homens muito conspícuos tais como Bargoni, Bixio, Mordini, Depretis, Correnti e muitos outros, longe de ser hostil ao actual Gabinete, contribuiu e por assim dizer foi quem decidiu da votação contrária ao Ministério. Esse partido havia também apresentado a sua ordem do dia, segundo a qual, como V. Exa. poderá apreciar, nem se aprovara nem se desaprovava a conduta do Ministério. Aqui a transcrevo:

« A Câmara, firme no propósito de conservar inviolado o programa nacional com Roma capital do Reino de Itália; de assegurar a independência e o decoro do Sumo Pontífice no exercício do seu poder espiritual; de querer sempre ao abrigo de qualquer ofensa à autoridade do governo e à sua legítima iniciativa no cumprimento dos destinos da Nação; convida o Ministério:

a suspender, sôbre a questão de Roma, qualquer negociação que possa ferir a dignidade do Estado; a empregar-se eficazmente para desenvolver as liberdades públicas consagradas pelo Estatuto e a tornar prática a sua aplicação na administração; a propor as providências necessárias para melhorar as finanças, reorganizar e simplificar o serviço público, e passa à ordem do dia ».

Esta ordem do dia, mais especialmente do que qualquer outra, foi rejeitada pelo Ministério.

Devo notar a V. Exa. uma singularidade de toda esta discussão que durou quinze dias. De todos os lados da Câmara havia unanimidade em acabar com os equívocos. O resultado da votação parece-me que atingiu exactamente o fim contrário, porquanto pela rejeição da ordem do dia Bonfadini, deve concluir-se que se nega Roma capital de Itália — que se não se desaprova os factos ultimamente acontecidos e que não se quiere a reorganização administrativa — que não se quiere o cumprimento do programa nacional. E neste voto tomam

parte garibaldinos, rattazzianos, moderados e clericais, isto é, membros das quatro facções de que se compõe a Câmara.

Até ao momento em que escrevo ignoro que deliberação tomará a Coroa — se porém é certo o que ontem à noite corria de que o Soberano não entendia dissolver a Câmara, será consequência necessária a demissão ou modificação do Gabinete.

.....

## LIX

28 de Dezembro de 1867

... Quanto ao sucessor do falecido Marquês Tagliacarne, subsistem sempre as mesmas probabilidades a favor do Marquês Oldoini. Este, porém, segundo me consta, deverá demorar-se ainda por algum tempo em Munich, achando-se encarregado de uma missão especial relativa ao matrimonio do Principe herdeiro da Coroa de Itália.

Confirmando a V. Exa. os meus dois telegramas de 23 e 24 do presente mês, no primeiro dos quais anunciei a V. Exa. a demissão do Gabinete, e no segundo achar-se o General Menabrea encarregado da formação do novo Ministério, ter S. M. o Rei de Itália partido para Turim, e ficar o Parlamento adiado até 7 do próximo mês de Janeiro em consequência das festas desta época do ano, cumpre-me hoje acrescentar que muitas têm sido as dificuldades para a nova combinação ministerial, que por ora nada há de definitivo a tal respeito, e que se espera o regresso do Soberano a Florença para a resolução da actual crise. Muitas pessoas têm sido consultadas, e mesmo Lord Clarendon, que se achava de passagem aqui dirigindo-se a Roma teve uma audiência do Rei, na qual manifestara a sua opinião quanto à política conciliadora que se devia seguir para com a França. A conservação porém no poder do General Menabrea não me parece fácil.

Permita-me V. Exa. que eu inclua dois importantes artigos do jornal *L'Opinione* pelo muito que esclarecem a presente situação. Incluso igualmente a Ratificação da Convenção de navegação entre a Itália e a confederação da Alemanha do Norte, assinada em 14 de Outubro último, e a declaração trocada entre os governos italiano e russo acerca das sociedades anónimas e outras associações comerciais, industriais e financeiras constituídas e autorizadas em cada um dos dois países.

.....



1868



... Segundo a prática estabelecida nesta Corte, o Corpo Diplomático teve a honra de apresentar no dia 31 de Dezembro ao Rei de Itália as suas homenagens e felicitações por ocasião do fim do ano e entrada do ano novo. S. M. achava-se na melhor disposição de saúde, e como sempre se informou de suas Majestades — Família Real.

Falando-me da sua recente viagem a Turim, dizia-me que o partido piemontês, conhecido sob a denominação de *Permanente*, havendo sido consultado pelo General Menabrea sobre a actual combinação ministerial, havia no principio anuído a tomar parte no Gabinete, mas apresentando certas condições, que eram inadmissíveis, entre outras a de um dos seus membros assumir o cargo da Presidencia do Conselho, não pôde vir a um acordo, e que portanto o General Menabrea formaria a nova administração recorrendo a outros meios. A crise não está ainda resolvida.

No primeiro do ano deu igualmente o Rei de Itália audiência aos diferentes corpos do Estado, e este ano, contra o costume, recebeu tambem toda a officialidade. S. M. dirigiu-lhe palavras lisonjeiras — que da sua attitude e disciplina muito dependia o bem da patria — que se occupava seriamente do exercito — que o seu Ministro da Guerra estava encarregado de apresentar medidas favoráveis, especialmente pelo que toca aos officiaes subalternos — que ele muito confiava no exercito e que não estaria longe o momento em que a cooperação dele se tornasse necessario. Estas ultimas palavras fizeram bastante impressão na officialidade a qual, em vista da situação da Europa e dos grandes armamentos que por toda a parte se prosseguem, conjecturam que a guerra é iminente e que a Itália tomará parte nela.

As relações politicas continuam sendo pouco intimas entre os dois governos, italiano e francês, o que dá lugar ao boato de uma coalizão entre a Prussia, Russia e Itália contra a França. No entretanto o não ter comparecido o Ministro da Prussia nesta Corte na audiencia do dia 31 de Dezembro, por motivo de saude, dá um tanto que pensar, e eu sei de fonte segura que no Paço não se acreditam em tais motivos.

Dá-se tambem uma circumstancia que merece ser considerada, e vem a ser que havendo os Ministros da Prussia nas cortes da Paris, Londres e S. Petersburgo apresentado as suas novas credenciais de Representantes da Confederação da Alemanha do Norte, e tendo-se

mesmo aqui espalhado ultimamente que o mesmo sucederia nesta Corte, o Conde d'Usedom não só não as apresentou, mas não compareceu no Paço. Estes dois factos que aponto induzem-me a desconfiar que o governo italiano não se terá acaso prestado a alguma exigencia ao pedido do Gabinete prussiano em vista de eventualidades futuras.

.....

## II

7 de Janeiro de 1868 (1)

... Em seguida ao telegrama em que o antecessor de V. Exa. na Repartição dos Negocios Estrangeiros me annunciava haver o Gabinete precedente dado a sua demissão, que S. M. aceitara, tive a honra de receber o telegrama de V. Exa. com a formação do novo Ministerio a que V. Exa. dignamente preside. Cumpro pois um agradavel dever felicitando sinceramente a V. Exa. e a seus dignos colegas pela alta prova de confiança que o nosso Augusto Soberano acaba de justamente conferir-lhes.

Pelo meu telegrama de ontem de manhã teria V. Exa. a noticia da recomposição do Gabinete italiano. A *Gazeta oficial* de ontem à tarde, de que junto o extracto incluso, traz as novas nomeações.

O Senador Carlos Cadorna, que substituii na pasta do Reino o Marquês Gualterio, provem da antiga esquerda das primeiras Câmaras Subalpinas, fez parte do gabinete democratico de 1849, e pertenceu mais tarde à maioria que apoiava o Conde de Cavour..

O Conselheiro Gennaro De Filippo, Conselheiro de Estado, é um dos 199 deputados que deram o voto de confiança ao precedente Gabinete e quando ao Contra-almirante Augusto Ribotty, passa ele por uns dos bons officiais da Marinha italiana. Não sei se a nova combinação ministerial, que levou quinze dias para se realizar, terá os sufragios do Parlamento, o qual devia hoje continuar as suas sessões, mas

---

(1) Alla fine di dicembre del '67 l'opposizione al governo portoghese cominciò di nuovo ad agitarsi, questa volta per l'attuazione della legge sull'imposta di consumo. Nel gennaio dell'anno in esame, durante una manifestazione al Palazzo d'Ajuda, intervenne la forza pubblica. Ad Oporto ed in altri territori del Nord, come Guimarães, Penafiel e Viana, avevano luogo tumulti. Questo movimento che provocò la caduta del governo il 2 gennaio venne chiamato *Janeirinha*. (F. DE ALMEIDA, *op. cit.*, vol. cit., p. 387). Il nuovo ministero era presieduto dal Conte de Avila che rimaneva incaricato interinalmente del portafoglio degli esteri; giustizia e culto erano affidati al Visconte de Seabra, le finanze a Dias Ferreira; la guerra al generale José Maria de Magalhães; marina e colonie al generale José Rodrigues Coelho do Amaral; lavori pubblici al consigliere Sebastião do Canto e Castro Mascarenhas. (Telegramma del Conte de Avila del 4 gennaio. Archivio *cit.*).

que, em consequencia da muita neve que tem caído, achando-se ainda dias passados interrompidas as communicações com a Alta Italia, foram adiadas para o dia 11 do corrente mês.

No domingo passado deu S. M. El Rei de Itália audiencia ao Conde de Usedom, Ministro da Prussia nesta Corte, o qual nessa occasião apresentou as suas novas Credenciais de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação da Alemanha do Norte.

Permita-me V. Exa. enviar-lhe os dois discursos proferidos quasi ao mesmo tempo em dois banquetes politicos que acabam de ter lugar, um em Turim, e outro em Napoles. O primeiro é do Senador Conde Ponza di San Martino, chefe do partido dito da *Permanente*; o segundo do Sr. Rattazzi. Nas circumstancias actuais da Itália, aquellos dois discursos não deixam de ter certa importancia.

.....

### III

30 de Janeiro de 1868

#### *Reservado*

... Satisfazendo aos desejos expressos por V. Exa. cumpre-me informar a V. Exa. que o Marquês Filippo Oldoini, nomeado Representante de Itália na Corte de Lisboa, havendo entrado para a carreira diplomatica em 1849 serviu successivamente em Munich, Dresde, Londres, Paris, S. Petersburgo e nos ultimos anos foi Encarregado de Negócios em Baden e depois Enviado em Munich. É desta ultima Legação que foi transferido para a Corte de Lisboa, em virtude da promessa que ha muito lhe havia feito o seu Soberano. Consta-me que ele mereceu sempre o melhor conceito do seu Governo, e a estima das Cortes aonde residiu. Recentemente foi encarregado de uma missão delicada e da maior confiança, qual a de procurar uma esposa para o Principe Herdeiro da Corôa de Itália. Nada porem pôde conseguir neste particular, não se lhe podendo contudo imputar, por tal motivo, falta de capacidade ou de tacto.

O Marquês Oldoini é homem polido, sociavel e costuma representar com certa grandeza o seu pais. Tenho todo o motivo para crer que a sua missão em Portugal não fará senão estreitar as boas relações entre os dois paises.

Conquanto casado, ha muito que está separado da Marquesa Oldoini, que reside nesta capital, tendo além disso a desgraça de ser pai da tristemente celebre Condessa de Castiglione, viuva do falecido

Conde do mesmo nome que era o chefe do Gabinete particular do Rei de Itália, que reside em Paris, e de quem toda a gente conhece a deshonrosa história (2).

É quanto se me oferece dizer a V. Exa acerca do novo Representante de Itália nessa Corte, o qual é já conhecido do nosso Augusto Soberano.

.....

Tendo, como acima deixo dito, falhado a recente missão do Marquês Oldoini, assim como outras precedentes não dele, decidiu El Rei Vitor Manuel pedir a S.A.R. a Duquesa de Génova a mão de sua filha a Princesa Margarida para S.A.R. o Principe Humberto. Parece-me que foi hoje mesmo que se fez o pedido formal em Turim, para onde tinha partido o Rei.

A Princesa Margarida Maria Tereza é filha do defunto Duque de Génova, irmão do Rei actual, e de Maria Isabel, Duquesa de Génova, filha do Rei de Saxonia.

A Princesa Margarida nasceu a 20 de Novembro de 1851. Fala-se em que o casamento deve verificar-se dentro de muito pouco tempo.

.....

#### IV

28 de Fevereiro de 1868

... Inclusive por copia tenho a honra de enviar a V. Exa. a nota que com data de 26 do corrente mês ontem à noite recebida, me foi dirigida pelo General Menabrea, annunciando-me que por ocasião do casamento do Principe Herdeiro, que será celebrado na Igreja Metropolitana de S. João em Turim, haverá lugares reservados para os membros do Corpo Diplomatico, bem como para as Senhoras dos Chefes de missão; e que S.M. o Rei de Itália viria com muito particular satisfação o Corpo Diplomatico associar-se a tão solene acto, reservando-se o mencionado General prevenir-me do dia que for fixado para a celebração do casamento.

.....

---

(2) Famosa per la sua bellezza, ambiziosa e di costumi piuttosto liberi, si è forse esagerata l'azione politica e l'importanza che la sua relazione imperiale avrebbe avuto per il secondo impero nei rapporti col Piemonte (Cfr. lo studio di SILVIO MAURANO, in *Il Giornale d'Italia*, Roma gennaio 1959).

## V

10 de Março de 1868

... Havendo sido recentemente instituída neste Reino a Ordem denominada «Ordem da Coroa de Itália», cumpre-me transmitir a V. Exa. o respectivo decreto que ha tres dias foi publicado na *Gazeta Oficial*, sendo datado de 20 do mês passado.

.....

## VI

16 de Março de 1868

... No dia 14 do corrente mês, aniversario natalicio de S.M. o Rei de Itália, houve no Ministerio dos Negócios Estrangeiros o jantar que todos os anos em igual dia se dá por tão fausto motivo. Como de costume propôs o decano do Corpo Diplomático a saude do Rei de Itália, a que o General Menabrea correspondeu com a saude dos Soberanos e chefes dos Estados amigos e aliados.

O novo Enviado da Baviera, Conde de Paumgarten, que acaba de vir substituir o Conde de Hompesek, o qual passou na mesma qualidade para a Corte de Londres, já teve ocasião de assistir ao sobredito jantar.

Apesar dos muitos esforços que a opposição tem feito na Câmara dos Deputados para promover serios embaraços ao Gabinete actual, acaba este de alcançar uma grande vitória sobre os seus adversários; o governo entendia discutir a proposta de lei de imposto sobre as moagens, a esquerda porém pretendia que se suspendesse tal discussão até que o Ministério apresentasse novas reduções nas despesas do Estado. O Ministro da Fazenda, conquanto se prestasse a algumas reduções, não prescindia todavia de que a Câmara se occupasse antes de tudo, do imposto proposto. Posta pois à votação uma moção do deputado Crispi em sentido contrario da opinião do Gabinete, foi aquella rejeitada por 110 votos de maioria, na sessão do dia 14 do corrente mês. Aceitou porém o Ministro da Fazenda uma ordem do dia apresentada pelo deputado Minghetti, pelo qual se obrigou a achar 100 milhões de francos por meio de reformas sobre os antigos impostos e de diversas outras economias; o que parece não lhe ha-de ser demasiadamente difficil porquanto no seu relatorio geral financeiro indicou o mencionado Ministro que retiraria das modificações e reformas que se introduziriam nos impostos actuais, 68 milhões, e que

por meio de novas leis organicas devia obter-se 14 milhões de francos de economia. Não restam senão 18 milhões para completar os cem a que o Ministro da Fazenda se obriga.

Já precedentemente o Gabinete tambem havia triunfado na discussão suscitada por uma proposta do deputado Rossi relativamente à supressão do curso forçado. Não só aquella proposta, mas outras quasi identicas tendo por fim a immediata supressão do curso forçado foram rejeitadas, senão que a Câmara adoptou por uma maioria de 73 votos a opinião do Ministro da Fazenda de que para se conseguir a extinção do dito curso forçado se fosse procedendo à limitação gradual da emissão dos bilhetes do banco.

O resultado das discussões a que acima me refiro serão de grande alcance para se melhorar o estado precario a que tinha chegado o sistema financeiro neste país; dando-se alem disso a circumstancia de se ter acabado com os orçamentos provisorios, por isso que já foi discutido e votado o orçamento de 1868 e está para ser apresentado o de 1869. Oportunamente terei a honra de enviar a V. Exa. estes documentos apenas sejam publicados oficialmente.

.....

## VII

3 de Abril de 1868

... Terminada a discussão geral sobre o projecto de lei do novo imposto sobre as moagens, obtendo o Ministerio por uma maioria de 18 votos que se passasse à discussão dos artigos do dito projecto, o que implicava a adopção do principio daquela lei, e havendo sido apresentado o projecto, que junto V. Exa. encontrará com as emendas concordadas entre o Ministerio e a Comissão, aprovou na sessão de ontem a Câmara dos Deputados, por uma maioria de 35 votos, o artigo primeiro, que é o fundamento da lei, por isso que estabelece o principio da taxa e a respectiva tabela.

Ora não só o Gabinete conseguiu um grande triunfo, mas o credito italiano ganhou consideravelmente nestes ultimos dias, tendo os fundos italianos subido  $5\frac{1}{2}$  a 6 por cento.

Por esta ocasião julgo util enviár a V. Exa., cintado pelo correio o discurso pronunciado pelo Ministro da Fazenda nas sessões de 24, 25 e 26 do mês passado. Na sessão de 27 tambem pronunciou um assaz notavel discurso o deputado Quintino Sella, iniciador do imposto sobre as moagens, causando muita sensação o modo por que

ele terminou o seu discurso. Das suas palavras, reproduzidas nos extractos das sessões publicadas pelos jornais, transluzia uma pungente alusão à pessoa do Soberano, como V. Exa. poderá ver do papel junto; devo porem notar a V. Exa. que o extracto official que tenho à vista difere inteiramente dos extractos particulares, o que contudo não atenua as palavras que realmente foram proferidas pelo deputado Sella. Este triste incidente junto a uma moção do deputado Chiaves, na qual manifestando a sua aprovação, e a do General La Marmora, naquele momento ausente, à lei das moagens, faziam porem condição *sine qua non* do seu voto que o governo se compromettesse a apresentar ume economia de 30 milhões de francos nos orçamentos da guerra e marinha para o ano de 1869, pareceu de tal gravidade que S. M. El Rei Vitor Manuel que devia partir para Turim, suspendeu a viagem até ontem à noite, por isso que houve um momento que se julgou que o Ministerio não teria a maioria da Câmara — que esta devesse ser dissolvida. A votação de ontem e a outra que a precedera a que acima aludo, dissiparam o maior receio, podendo o actual Gabinete prosseguir agora desafrontadamente na marcha politica adoptada e que promete resultados vantajosos para este pais.

Resta ainda assim um ponto que a muitos oferece certas duvidas, qual é a da percepção do novo imposto sobre as moagens, que todos reconhecem muito impopular, e que por isso mesmo ha-de ter não poucos inconvenientes.

.....

## VIII

14 de Abril de 1868

... Acuso recebidos os telegramas que V. Exa. me fez a honra de dirigir em 4,8 e 10 do corrente mês, sendo os dois primeiros referentes à viagem de S. M. a Rainha.

Tendo já tomado todas as disposições para a recepção da Mesma Augusta Senhora, parto esta noite, com o Secretario desta Legação, para Génova, donde terei a honra de anunciar a V. Exa, a chegada de S. M.

.....

Com a sessão do dia 6 do corrente mês suspendeu a Câmara dos Deputados os seus trabalhos até ao dia 16, em consequencia das

festas da Pascoa. Naquela mesma sessão terminou a discussão dos 25 artigos do projecto de lei sobre as moagens aprovando-se todos. Conquanto seja inegavel o triumpho do Gabinete neste importante assunto são muitos os que opinam que o resultado conseguido na Câmara pouco ou nada fará para o que se espera obter em favor da receita do Estado. A grande difficuldade está na percepção do novo imposto, o qual, segundo o Ministro da Fazenda, deve render 80 milhões, enquanto que segundo outros, e entre estes o Sr. Rattazzi, o Estado não arrecadará 20 milhões. Assim pois não me parece que com esta medida se possa melhorar sensivelmente o estado financeiro da Itália, e se as condições da Europa não mudarem a ponto de permitir à Itália uma consideravel redução nas despesas do Exército e da Marinha, junta a uma melhor administração em varios ramos do serviço público, é para temer que não cesse inteiramente a ameaça de uma futura bancarrota.

Não se achando por enquanto publicado o orçamento geral do Estado para o ano de 1869, que oportunamente terei a honra de enviar a V. Exa., remeto hoje o artigo incluso sobre o mesmo, que oferece certo interesse pela exactidão com que é redigido. Oxalá que os calculos do Ministro da Fazenda se realizem, por quanto um *deficit* de 59 milhões de francos, comparado com os precedentes, não deve causar grande inquietação.

.....

## IX

30 de Abril de 1868

... Sinto dizer a V. Exa. que o não ter eu officiado a V. Exa. desde 14 deste mês, dia em que parti para Génova, proveio de me ter sobrevindo uma terrivel febre acompanhada de uma angina, que muito me incomodou, alterando sensivelmente a minha saude, que só agora se vai restabelecendo completamente. Não deixei porem de telegrafar a V. Exa. de Génova na manhã de 16, de Turim, horas depois, à chegada de S. M. a Rainha, novamente em Turim em 27 por ocasião da partida da mesma Augusta Senhora para Florença, e daqui na manhã de 28, logo depois da chegada à capital, confiando que estes meus quatro telegramas chegaram em tempo devido às mãos de V. Exa.

Conquanto S. M. a Rainha tivesse determinado seguir sem demora para Turim, apenas desembarcasse em Génova, condescendeu

porém com o desejo de seu Augusto Pai, o qual não queria que S. M. chegasse a Turim antes das 7 ou 9 horas da manhã, por isso que havia ordenado que a Rainha de Portugal fosse ali recebida, como efectivamente succedeu, com todas as honras. Formou pois toda a guarnição e quasi todos os membros da Familia Real esperavam S. M. na estação, donde conduzida ao palacio real, foi aclamada com muito entusiasmo por toda a população. O mesmo se repetiu na noite de 27 quando S. M. veio para a capital, aonde chegou guardando todo o incógnito, conforme o quiz observar a mesma Augusta Senhora.

Apesar da rapidez da viagem desde Lisboa a Turim, e das festas que ali se seguiram, nem S. M. a Rainha nem o Principe Real sofreram grande incomodo na sua preciosa saude, e apenas se ressentiu de algum cansaço.

Quanto a mim, posto não pudesse comparecer às varias ceremonias do casamento do Principe do Piemonte, achei-me porém em estado de apresentar S. M. a Rainha no dia 24, todo o Corpo Diplomático, e de assistir ao jantar dado no mesmo dia pela Corte ao mesmo Corpo Diplomático. Desde então a esta parte, ainda que no principio bastante fraco, acompanhei sempre a nossa Augusta Soberana, juntamente com minha mulher e o Secretario desta Legação.

De Principes estrangeiros não parentes, o unico que veio a esta Corte foi o Principe Real da Prussia. S.A.R. tem recebido muitas ovações por toda a parte por onde tem transitado, parecendo que tais demonstrações pouco têm agradado em França.

O Principe e a Princesa do Piemonte, segundo o programa adoptado, fizeram esta manhã a sua entrada solene nesta Capital, no meio de grande aplauso da povoação. Principia pois hoje a serie das festas na capital, que devem terminar no dia 7 de Maio.

.....

## X

30 de Abril de 1868

... No dia 24 do mês que findou mandou-me S. M. o Rei de Itália, momentos antes do jantar dado naquele mesmo dia ao Corpo Diplomatico, a Grã-Cruz da nova ordem da Corôa de Itália querendo assim honrar-me com um especial testemunho da sua benevolencia por ocasião do fausto consorcio de seu Augusto Filho o Principe do Piemonte, com a Princesa Margarida. Igual testemunho de benevolencia quiz o Rei de Itália dar aos meus colegas de França, da Prus-

sia e da Saxonia. Todos os quatro compareceram pois ao jantar com as insignias da nova Ordem, havendo eu previamente submetido a S. M. a Rainha a impossibilidade em que me achava de solicitar, mesmo pelo telegrafo, a necessaria autorização para usar daquela Ordem e ao mesmo tempo a obrigação que me incumbia de me apresentar diante de Seu Augusto Pai com as insignias da condecoração que acaba de enviar-me.

.....

## XI

10 de Maio de 1868

... Conforme havia anunciado, e V. Exa. se servirá ver do incluso programa, as festas de Florença para celebrar o Augusto Consorcio do Principe Herdeiro da Corôa de Itália principiaram no dia 30 do mês passado e terminaram no dia 7 do corrente mês, sem incidente notavel. S. M. a Rainha honrou com a Sua presença aquelas festas, posto que o seu estado de saude exigisse que delas se abstinisse. Foi sem duvida uma grande fineza que a mesma Augusta Senhora quiz fazer aos Reais Noivos, e que tanto estes, como o Rei e toda a Familia Real muito apreciaram.

Das pessoas Reais que vieram a esta capital nesta ocasião, já partiram o Principe Real da Prussia, dirigindo-se para a Alemanha, o Principe Eugenio de Carignano, a Duquesa de Génova e seu filho o Principe Tomaz. regressando a Turim.

Segue-se a Cidade de Génova a festejar os Augustos Noivos, que para ali tencionam partir no dia 14 do corrente. O Barão Podestá, Sindico daquela cidade, dirigiu a S. M. a Rainha um respeitoso convite para honrar em tão fausta ocasião com a sua presença as festas que ali vão ter lugar. A mesma Augusta Senhora encarregou-me porém de declinar, agradecendo, aquele convite pelo imperioso motivo da sua saude não lhe permitir de forma alguma a continuação de maiores fadigas, devendo brevemente empreender viagem para Ems a fim de fazer uso das aguas daquela localidade.

.....

... De regresso a esta capital, depois de me haver despedido de S. M. a Rainha no Tirol, cumpre-me dizer a V. Exa. que posto fôsse das intenções da Mesma Augusta Senhora permanecer em Veneza até 21 do mês passado, dia em que ali deviam chegar o Principe e Princesa do Piemonte, condescendeu S. M. com os desejos de seus Augustos Parentes em assistir às festas que em honra dos mesmos tiveram lugar naquela cidade, fixando porém a sua partida para o dia 28, em que efectivamente saiu em direcção a Munich, como pelo telegrafo preveni a V. Exa. expedindo o meu telegrama daquelle mesmo dia da estação do caminho de ferro de Verona, não o tendo podido fazer, como queria de Veneza à ultima hora.

A chegada a Verona, aonde o trem especial que conduzia S. M. se demorou dez minutos, vieram todas as principais autoridades cumprimentar a mesma Augusta Senhora, formando uma parte da guarnição na estação. Dali prosseguiu o trem para Peri, Alá Roveredo e Trento, aonde tanto eu como o Secretario desta Legação, General Angelini, Conde Baldelli, Conde Colobiano e Conde Venier, adjunctos ao serviço de S. M. nos despedimos da Mesma Augusta Senhora pela volta da 1 hora da madrugada de 29 do mês passado. Conquanto já em território austriaco, pois que a divisão territorial está marcada para aquem do Alá, aonde se acha estabelecida a alfandega mista, austriaca e italiana, devo notar a V. Ex. que ao chegar a Roveredo via-se varios fogos de bengala e que naquela estação houve grande demonstração dando-se muitos vivas à filha de Vitor Manuel *Rei de Itália*. Em Trento porém, não houveram vivas, mas uma especie de deputação das Senhoras trentinas veio à estação oferecer, um tanto às escondidas, um ramo de flores à Rainha de Portugal. S. M. devia horas depois almoçar em Inspruck, e chegar a Munich à uma hora da tarde; assim succedeu como me foi confirmado por uma comunicação que recebi de Munich.

Depois de descançarmos em Trento, tanto eu como as mais pessoas a que acima me refiro, voltámos a Verona, e dali partimos à tarde para Padua, Bolonha — Florença, chegando aqui ontem.

Terminarei assegurando a V. Exa. que o acolhimento que por toda a parte recebeu S. M. a Rainha não podia ser mais lisonjeiro, nem mais cordeal.

.....

### XIII

2 de Junho de 1868

... O General Menabrea remeteu-me a selo volante um maço contendo um officio que ele dirige ao Encarregado de Negócios de Portugal em Roma com a participação do casamento do Principe do Piemonte, que o Rei de Itália faz ao Santo Padre, e ponderando-me o dito General que o governo de S. M. havia autorizado aquêlê funcionario para levar a dita participação ao seu alto destino, transmiti ontem ao meu colega em Roma o mencionado maço satisfazendo assim os desejos manifestados pelo General Menabrea.

.....

### XIV

16 de Junho de 1868

... Na Câmara dos Deputados prossegue a discussão das varias leis de imposto. Depois da favoravel votação que na sessão de 21 de Maio ultimo tiveram naquela Câmara os projectos de lei sobre as moagens, selo e registos, votou-se igualmente o imposto sobre as vendas publicas, não ficando dele isentos os portadores estrangeiros dos titulos da divida publica, como pretendia o Ministro da Fazenda pelo receio que tinha de que tal medida pudesse influir no credito publico.

Longe porém de produzir aquele efeito, os fundos em vez de baixarem, têm pelo contrario subido, e o agio sobre o ouro tem decaido um pouco. Esta ultima vantagem não me parece se deva attribuir unicamente às medidas financeiras do Gabinete, mas em parte a sua causa resulta do grande movimento do mercado das sedas, sendo sabido que no momento presente alguns centos de milhões de francos em ouro revertem do estrangeiro à Itália em troca dos seus casulos.

Tenho motivo para crer que o governo italiano acaba de enviar para Paris o projecto do *modus vivendi* que ele se comprometeu a elaborar em relação à Santa Sé. Penso que aquele trabalho verse especialmente sobre a combinação de uma liga de Alfandegas, à imitação da alemã, acabando-se com as fronteiras da terra. Devo porem advertir que pouca ou nenhuma confiança se nutre aqui de se chegar a um accordo qualquer com o governo romano. Por outro lado não é facil dissimular o descontentamento do povo italiano com a continuação das tropas francesas no territorio pontificio. Tal des-

contentamento não faz senão aumentar e vai-se tornando em verdadeiro rancor contra o gabinete de Paris e contra tudo que é francês.

No meio desta efervescencia quem lucra e ganha decididamente bastante terreno é a influencia prussiana. É facto que se vai tornando muito manifesto, que certamente incomoda a França e que a leva de quando em quando a fazer sentir a sua pressão nesta península. Parece-me porém que as tendencias do governo italiano são libertar-se quanto possivel de uma tutela que cada vez se faz mais pesada e para conseguir aquelle fim não se despreza a minima ocasião. O facto de querer a França em tudo e por tudo, ser a medianeira entre o governo italiano e o governo do Santo Padre, foi motivo sufficiente para que o primeiro destes governos, prevalecendo-se do grau de parentesco entre as Casas de Bragança e de Saboia, se dirigisse à Corte de Lisboa para haver o seu consentimento afim de que o Representante de Portugal em Roma fosse incumbido de entregar a Sua Santidade a participação que do casamento de Seu Filho primogenito Lhe fizera o Rei de Itália; e à qual como V. Exa. já saberá respondeu o Papa por via do nosso Representante. O *Moniteur* teve cuidado de notar logo aquelle facto num dos seus ultimos boletins.

Do que acima levo referido, bem pode V. Exa. prever qual poderá vir a ser, nas primeiras complicações que surjam no norte, a posição do Reino de Itália para com a França. É verdade que esta continua fazendo bastantes provisões de cereais e de gado neste país, mas num dado caso o mais com que aqui poderá contar é com uma estrita neutralidade.

S. M. o Rei Vitor Manuel deixou dias passados Florença e achase actualmente em Valdieri. O Principe Humberto, que com sua Augusta Esposa reside em Monza, vai partir brevemente para a Saxonia e dali fazer uma visita a S. M. a Rainha a Ems. Quanto ao Principe Amadeu, só se espera que se completem certos arranjos a bordo da fragata *Gaeta* para S.A.R. partir para a sua longa viagem, sendo o porto de Lisboa o primeiro em que tocará depois de deixar a Itália. O Principe é acompanhado da Duquesa de Aosta. Já os jornais espalharam, e parece que com certo fundamento, que a esquadra, a bordo da qual vão Suas Altezas Reais, não tocará porto algum francês.

De Lisboa dirigir-se-à a esquadra para o Baltico, tencionando os Principes visitar a Familia Imperial da Russia.

.....

*Reservado*

... Um facto misterioso que se deu nò parque de Monza, e que passou um tanto desaperecebido, não parecia ter o alcance que realmente merece, tendo sido ao principio noticiado de modo a não pôr em alarme os animos neste país. Dizia-se simplesmente que naquele parque havia uma patrulha de çarabineiros perseguido, sem contudo os capturar, uns individuos que haviam cometido um roubo no palacio do Principe Herdeiro, e que na precipitação da fuga abandonaram varios objectos subtraidos. Confesso a V. Exa. que não acreditei inteiramente naquela noticia, parecendo-me que se pretendia desfigurar a verdade. A inclusa correspondencia do *Pungolo* de Milão, datada de Monza, veio aumentar as minhas suspeitas. Procurei pois haver informações de fonte segura e delas depreendo que outro era o intento que de simples roubo dos individuos que se encontraram na madrugada do dia 24 no parque de Monza. Tais individuos estavam emboscados do lado do palacio, precisamente por onde o Principe Humberto costuma sair cedo todas as manhãs quando vai às cavalariças. Foi uma casualidade terem os carabineiros passado por ali, alias não se sabe o que poderia ter acontecido, estando os tais individuos bem armados, como se viu do fogo que fizeram sobre os carabineiros, quando estes os perseguiram a tiro de revolver. Até ao presente attribui-se aos sectários de Mazzini o facto ocorrido. É provavel que assim seja, mas a verdade não é ainda conhecida. A Duquesa de Génova, com o Principe Tomaz, partiu no dia 25 para Monza, para onde foram mandados de Milão um piquete de bersaglieri e outro de cavalaria.

.....

... Havendo na ultima parte do meu precedente officio annuciado a V. Exa. que o Principe Amadeu ia a Lisboa quando partisse de Itália, cumpre-me hoje prevenir a V. Exa. que a projectada viagem de S.A.R., que estava a posto de se realizar, foi deferida em consequencia de se achar a Duquesa de Aosta no seu estado interessante. Tambem por motivo que ignoro retardou o Principe Humberto a

sua viagem à Alemanha, devendo contudo empreendê-la nos primeiros dias do proximo mês de Julho.

A Corpo legislativo italiano que brevemente terá concluidos os seus trabalhos na actual sessão, deverá ainda nela ocupar-se da convenção celebrada pelo Ministro da Fazenda com uma sociedade de capitalistas para a administração (régie) co-interessada dos tabacos. Por meio daquela transacção quer o governo occorrer aos deficits do presente ano e do ano de 1869 calculados em 230 milhões, reservando o resto dos bens ecclesiasticos de que ainda não foi disposto, para acabar com o curso forçado, reembolsando o Banco nacional de 450 milhões. Pelo correio tenho a honra de enviar a V. Exa. o jornal *L'Italia* de ontem, contendo a convenção assinada pelo Conde de Cambray-Digny, a que acima me refiro, e bem assim os dois numeros da Gazeta official que trazem o Tratado de Comércio e navegação com o Império do Japão, e outro igual com o Império da China.

.....

## XVII

12 de Julho de 1868

... Posto que nenhum facto de maior importancia se tenha dado neste país, desde a data dos meus ultimos officios, e que nos interesse mais de perto, relatarei contudo a V. Exa. que alguma dificuldade tem este governo experimentado para continuar as ultimas sessões da Câmara electiva, pois que muitos são os deputados que se ausentaram sem licença, o que motivou uma circular da parte do Presidente da Câmara chamando os ausentes. Agora porém tem a Câmara celebrado as suas sessões, e no entretanto ocupam-se as comissões dos seus trabalhos. São ainda numerosos os projectos de lei que o governo quizera submeter à deliberação da Câmara, mas atenta a impossibilidade de conservar reunidos por muito mais tempo os representantes da Nação, procura o governo fazer discutir quanto antes o projecto de lei aprovando a Convenção para a *regie* cointeressada dos tabacos. No dizer de muitos este negocio vai ser impugnado, contudo ainda não se assegura que resultado terá, não havendo duvida que de semelhante transacção consegue o governo os meios necessarios para cobrir o deficit até ao fim do proximo ano de 1869.

Os jornais têm-se ultimamente occupado de pretendidos alistamentos garibaldinos ou outros. Como a imprensa estrangeira inimiga da Itália lançou logo mão daquelle tema para arguir o governo ita-

liano, e acusa-lo de conivencia, declarou este por meio do seu orgão official que tais boatos eram insubsistentes e que se tais factos se pudessem dar, o governo os reprimiria com toda a energia. Não é para admirar que de tanto em tanto se ouça falar de algum trama neste pais; mas daí a uma vasta conspiração vai muito.

Depois do que tive a honra de comunicar a V. Exa. no meu ultimo officio reservado, nada mais se me oferece dizer sobre o assunto. Os Principes de Piemonte deixaram Monza no dia 7, e segundo as ultimas noticias eram muito festejados em Munich. A passagem de Suas Altezas Reais pelo Tirol deu lugar a grandes manifestações das povoações de Rovereto e Trento e por conseguinte a grande repressão por parte das autoridades austriacas. O espirito italiano daquelas povoações cada vez se manifesta mais, o que torna muito critica a posição das autoridades para com elas. Na minha curta estada no Tirol pude observar tudo isso muito claramente.

Não sei se ao conhecimento de V. Exa. já chegaria o documento incluso publicado pelo *Univers* que pretende ser a nota enviada pelo General Menabrea ao Ministro de Itália em Paris, com a data de 24 de Janeiro. Admito a autenticidade de semelhante documento, contesto porém a data, que não pode ser outra que a que indiquei no meu officio (de 16 de Junho de 1868).

.....

## XVIII

13 de Julho de 1868

... Permita-me V. Exa. que eu rectifique um equivoco em que incorri no meu precedente officio em relação à nota publicada pelo *Univers* relativamente ao *modus vivendi* proposto pelo governo italiano. Admitia eu a autenticidade daquele documento, mas contestava a data de 24 de Janeiro que se lhe attribuia. Esta data é exacta, assim como é a data que levou a ultima nota expedida por este governo no meado do mês passado. Asseguram-me que a unica differença que existe entre as duas notas, consiste em que na recentemente expedida não se alude à Convenção de 15 de Setembro, inclinandose a opinião publica a que as condições propostas não serão accites pelo governo de Sua Santidade, por isso que este está convencido de que em caso algum a França o abandonará. Assim pois considero que tudo quanto se praticar por parte do governo italiano para estabelecer um *modus vivendi* no sentido que ele entenda é tempo perdido, não

compreendendo eu como não tendo tido resultado algum a nota de 24 de Janeiro, se expeça agora outra sempre no mesmo sentido da primeira.

.....

## XIX

28 de Julho de 1868 (3)

... A questão à ordem do dia que levantou uma seria polemica entre os jornais das diversas opiniões, daqui e do estrangeiro, é a interpelação dirigida pelo General La Marmora na sessão se 21 do corrente acerca de certas frases contidas na historia da campanha de 1866, publicada em Berlim, e redigida pela secção historica do Corpo do Estado-Maior, debaixo da immediata direcção do General Moltke; e que o General italiano considera menos verdadeiras, e offensivas à dignidade e ao valor do exército italiano.

Na sua resposta ao General La Marmora, o Conde Menabrea declinando a interpelação, procurou atenuar com a leitura de despachos e notas de origem prussiana, a má impressão que aquele incidente produzira no pais e que pode colocar este Gabinete em uma posição melindrosa em presença do seu aliado.

Bem que o character do General La Marmora, tão respeitado, pareça estar a coberto de qualquer suspeita, não é porem prudente formar e expor um immediato juizo sobre tal matéria. É provavel que os documentos que este governo está recolhendo, e o relatorio que o Corpo do Estado-Maior italiano está encarregado de redigir esclareçam a questão. Por agora, limito-me a levar à presença de V. Exa. o n. 199 da *Correspondencia italiana*, aonde vêm insertos os discursos dos Jois generais, e o curioso documento dirigido no começo da campanha pelo ministro da Prussia nesta Corte ao General La Marmora, e por este apresentado agora à Câmara dos Deputados.

.....

---

(3) Durante l'assenza, per un periodo di vacanza, del ministro Visconte Borges de Castro, firma la corrispondenza, a partire da questa data e fino al 16 dicembre, l'incaricato d'affari João de Sousa Lôbo. Nello stesso periodo veniva formato in Portogallo un nuovo governo presieduto dal Marchese de Sá. Per il portafoglio del regno era prescelto il vescovo di Viseu, per quello della giustizia António Pequito de Seixas, ministro delle finanze e, interino, degli affari esteri era nominato Carlos Bento da Silva, ministro dei lavori pubblici Sebastião Malheiros e della marina José Maria Latino Coelho. (Telegramma nell'Archivio *cit.* e nello stesso archivio dispaccio del 23 luglio).

... A questão suscitada pelo General La Marmora a proposito de certas frases contidas na historia da campanha de 1866, publicada em Berlim, e de que já dei conta a V. Exa. tem tomado cada dia maiores proporções. Depois da publicação do opuscolo intitulado *Il General La Marmora, e la campagna del 1866* cujo autor, apoiando-se em citações de uma obra do Coronel suíço Lecomte, e do relatorio de um official inglês na Crimeia, confuta as acusações e calunias dirigidas ao General La Marmora, appareceu outro em resposta àquele, attribuido ao General Cialdini, e que tenho a honra de remeter a V. Exa.

Neste trabalho, o autor procura repelir algumas insinuações contidas na primeira destas publicações, e que considera como dirigidas ao General Cialdini; a sua argumentação é cerrada e frisante, e provocou resposta do autor do 1º opuscolo.

Deixando de parte o interesse militar desta questão, para a considerar tão somente debaixo do ponto de vista politico, é opinião geral nos circulos mais bem informados, que o fim principal que se propoz o General La Marmora, apresentando à Câmara a famosa nota *Usedom*, não foi tanto o justificar-se das acusações de incapacidade militar, que lhe eram dirigidas, mas sim executar uma manobra de partido com a qual o General tentou alienar, em proveito da França as simpatias que pela Prussia se manifestam quasi geralmente depois dos ultimos acontecimentos de Roma. O alcance desta manobra não podia passar desapercibido: e é assim que em quanto os jornais prussianos empregam todos os meios de atenuar a má impressão produzida na Itália pela nota *Usedom* e pela historia da Campanha de 1866, a imprensa franceza tenta pelo sua parte agravar o incidente, levantando susceptibilidades e irritando as opiniões, tudo, bem entendido, a beneficio daquelle accordo, que antes dos acontecimentos de Outubro existia entre a Itália e a França.

.....

... O Parlamento italiano acaba de discutir um projecto de lei apresentado pelo Ministro das Finanças, autorizando o contracto entre o governo e uma sociedade anonima de capitalistas para a con-

cessão de uma *régie* co-interessada do tabaco. A discussão deste projecto, que tinha chamado à Câmara todos os deputados ausentes, foi extremamente animada. Algumas das principais notabilidades parlamentares, que até agora tinham constantemente apoiado o gabinete, separaram-se dêlé nesta ocasião.

Entre os importantes discursos que foram pronunciados, causou profunda sensação o do Comendador Lanza, presidente da Câmara; esta sensação que era justificada pela sua linguagem hostil ao gabinete e pela veemencia da sua critica, era-o mais ainda pela posição especial do orador. O Presidente do Conselho, apercebendo-se da profunda impressão produzida por todos estes discursos sobre a opinião já vacilante de uma parte da Câmara, tomou a palavra para declarar que o gabinete fazia questão ministerial da aprovação deste projecto, por isso que era ele uma das bases do plano financeiro, que o Ministério tinha adoptado.

O Parlamento viu-se diante da responsabilidade de uma crise ministerial que, quaisquer que fossem as suas consequencias politicas, teria por certo uma perniciosa influencia sobre a situação financeira do pais, abalando fortemente o seu credito no estrangeiro.

A votação foi nominal, e deu por resultado 205 votos a favor e 161 contra.

Espero poder em breve remeter a V. Exa o texto deste contracto, que regula duas operações bem diversas, das quais a primeira consiste no Monopolio do tabaco garantido à Companhia pelo espaço de 15 anos, percebendo o governo, alem de um fôro fixo igual ao produto liquido do tabaco no ano corrente, uma parte proporcional aos maiores produtos dos anos venturos; a segunda, em um emprestimo de 180 milhões de francos em oiro; ao juro de 5%, amortizavel em 15 anos, e que a mesma companhia faz ao governo. Estes 180 milhões, juntos a outros 50 milhões (aproximadamente) que a Companhia pagará ao governo como preço dos tabacos manufacturados e não manufacturados que se acham nos armazens, prefaz a soma de 230 milhões, com os quais o governo entende fazer face ás mais urgentes necessidades do tesouro.

Depois do voto na Câmara dos Deputados, de que dou conta a V. Exa. o Comendador Lanza solicitou a sua demissão de Presidente da Câmara.

.....

... A polemica suscitada pela interpelação La Marmora prossegue e toma um aspecto mais interessante e serio.

Depois dos opusculos publicados sobre o assunto, que transmitti a V. Exa. appareceu um outro intitulado *Schiarimenti e Rettifiche del Generale Alfonso La Marmora*. É pois o General que agora desce ao campo até aqui expugnado por autores anonymos, e este parece-me o melhor meio de fechar convenientemente esta desagradavel polemica, e de destruir os juizos mais ou menos justos que se fizeram acerca da direcção que se deu à campanha de 1866. A palavra do General La Marmora tem direito de ser escutada e fará sem duvida emudecer os anonymos que com o fim evidente, para uns de defender este General, para outros de defender o General Cialdini, indicavam nas suas publicações a conduta dos dois primeiros chefes do Exercito, não sem grande prejuizo daquela harmonia que tem existido e é indispensavel no exercito em vez de examinarem de sangue frio os acontecimentos daquela época.

Neste opúsculo o General declina qualquer participação que lhe possa ser attribuida nas publicações em sua defesa. Diz não haver inspirado nem autorizado o opusculo intitulado *Il Generale La Marmora e la Campagna del 1866* nem a 2ª edição do mesmo, correcto e augmentado de novos documentos, em réplica à resposta publicada em Bolonha. Entre os bons resultados obtidos, diz o General, com a sua interpelação na Camara está a desaprovação infligida pelo governo prussiano à nota do Conde Usedom que continha o celebre plano da Campanha. Passando à parte que se refere à polemica italo-prussiana, o General passa a examinar a conduta dos dois Generais a quem especialmente coube a direcção da guerra de 1866 em Itália e acompanha o seu trabalho de documentos interessantes; em seguida mostra interessantes particularidades com relação à esquadra, particularidades que agravam a posição do Almirante Persano e justificam os severos juizos que sobre ele pronunciaram a Alta Corte de justiça e a opinião publica.

.....

... O projecto de lei para a redução e limitação do numero das notas do banco em circulação durante o curso forçado, passou na Câmara dos Deputados. Sobre este importante assunto remeto a V. Exa. um artigo da *Correspondencia Italiana* onde se encontram claramente expostas as ideias do Ministro da Fazenda acerca do problema em questão.

Naquela ocasião o Ministro pronunciou um eloquente discurso, e concluiu por aceitar a proposta do deputado Dina, apoiada pela minoria da Comissão fixando a 750 milhões a cifra em papel de ora avante em circulação. Esta diminuição sobre a quantia de milhões 800, reclamada pelo Ministro, é compensada ao Banco por uma prolongação de tempo (6 meses) para efectuar a redução.

Tambem naquela Câmara passou o projecto de lei para a construção obrigatoria das estradas municipais. Qualquer que seja a opinião que se possa haver com relação à excelencia do principio estabelecido por aquela lei, é porém certo que ela é destinada a promover grandes vantagens economicas e sociais especialmente naquelas provincias mais necessitadas de meios de comunicação, e nas quais seja por escassez de capitais, seja pelo limitado beneficio que oferece esta especulação e outras causas economicas e morais, incluindo a preguiça e má vontade de administradores e administrados municipais, permaneceriam privados de tão util e indispensavel meio de progresso e civilização, sem a applicação de uma lei coactiva.

Passou tambem o projecto de lei para a abolição dos Morgados no Veneziano. Este acto de justiça e de progresso não encontrou opposição.

.....

... Por decreto de 29 de Agosto, comunicado às Câmaras pelo Ministro do Reino, em sessão do 31 do mesmo mês, foram estas adiadas, ficando a sua reunião dependente de novo decreto.

Com esta sessão findou um dos periodos parlamentares dos mais importantes e laboriosos. Como prova da grande actividade que presidia aos trabalhos da Câmara nesta sessão, tenho a honra de remeter a V. Exa. um mapa dos projectos de lei (221) dos quais ela se

ocupou, bem como a indicação das diferentes repartições que os apresentaram. Todos se recordam da precaria situação do país no momento em que este gabinete subiu ao poder. O estado quasi desesperado das finanças era ainda agravado pelos irreflectidos acontecimentos de Setembro de 67, que collocaram o país em uma situação deploravel e arriscadissima. Conscio de uma tal situação, o novo Gabinete apresentava-se à Câmara e declarava resolutamente o seu proposito de não recuar perante nenhuma dificuldade para a reorganização da fazenda para o restabelecimento do prestigio da autoridade, tão fortemente abalado pelas aventurosas tentativas dos partidos avançados. Era urgente que a lei restabelesse o seu império, para que nenhuma acção além da do Estado influísse nas coisas publicas; era necessario falar claro ao país, expor-lhe o estado das finanças, pedir-lhe novos sacrificios, e entrar francamente na via das reformas. Para isto era necessario muita energia da parte do Gabinete, e esta não lhe faltou.

Desafogadas as paixões politicas com o voto de desconfiança de 22 de Dezembro, a maioria da Câmara fortemente impressionada pela eloquente exposição financeira do Ministro da Fazenda, resolveu apoiar o gabinete, então recomposto, nas medidas por ele propostas para acudir às urgencias do Estado. O programa do Ministro da Fazenda estava devidido em três partes distintas: criar novos impostos, tornar mais produtivos os já existentes, e reformar a administração, para assim obter maiores economias.

Os projectos de lei, que dizem respeito à 1ª e 2ª parte do programma, foram aprovados em ambas as Casas do Parlamento, apesar de uma enorme opposição, e fornecem ao tesouro uma maior receita de 150 milhões de francos. Quanto à terceira parte do programa financeiro do Ministro, foram aprovados na Câmara dos Deputados dois dos projectos de lei que lhe dizem respeito (de contabilidade e de percepção de impostos) não tendo podido ser discutidos no Senado, segundo a declaração do presidente da Comissão, encarregado de dar sobre êles o seu parecer, por falta de tempo material para estudá-los. Ficou assim adiada para a proxima sessão a discussão desta terceira parte do plano Ministerial.

Para cobrir o *deficit* dos anos de 68 e 69 era necessario uma soma de 250 milhões, que o Conde Cambray Digny obteve com a operação do tabaco, de que já dei conta a V. Exa.

Acerca da execução daquele programa financeiro fizeram-se muitas profecias, antes mesmo que os projectos do Ministro fossem apro-

vados pelo Parlamento. Pretendia-se que o país não se submeteria a novos sacrificios; esta profecia foi até aqui desmentida. O país parece ter reconhecido a oportunidade dos sacrificios que se lhe pedem, afim de salvar o credito da nação.

Nenhuma desordem, nenhum disturbio succedeu até aqui, bem que se apregoasse que a promulgação das leis de imposto, cuja execução terá lugar em pouco, seria o sinal da revolta. Deve porem confessar-se que estas boas disposições do publico para o pagamento de novos impostos, entre os quais figura o mais impopular de todos eles, o imposto sobre o pão, são sensivelmente coadjuvados pela abundancia excepcional das colheitas.

Movem-se porem os homens do partido com o fim evidente de enfraquecer a autoridade adquirida pela administração actual; fala-se de reuniões de deputados da opposição em Napoles, e a imprensa adversa procura fazer acreditar que o Ministerio não quiere nem economias nem reformas. O governo porem mantem inalteravel o seu programma; adianta os trabalhos que devem conduzir à applicação das leis votadas, e das quais depende o bom exito do plano por ele elaborado.

O governo quiere economias, considera-as uma necessidade, um dever para ele, mas não as julga realmente benéficas para o país, senão como consequencia de uma reforma geral e bem ordenada dos diferentes ramos da administração.

.....

## XXV

10 de Setembro de 1868

... Em aditamento ao que tive a honra de dizer a V. Exa., cumpre-me levar à sua presença um exemplar da lei para a construção obrigatoria das estradas municipais.

Esta lei encontrou, particularmente no Senado, valentes oppositores, mas foi tambem ali habilmente defendida pelo gabinete. Observará V. Exa. que a obrigação para a construção das estradas é subordinada a certas condições e determinadas circunstancias. O estado de atraso de algumas das provincias anexadas, o seu progresso moral e economico sobremodo paralisado, especialmente na Sicilia e na parte meridional do antigo Reino de Napoles, levaram o governo a armar-se de uma lei cuja eficacia sirva ao seu desenvolvimento (quando não baste a iniciativa local) e contribua tanto quanto é possivel a pôr aquelas provincias a par das mais cultas e adiantadas. Eu ousou recomendar este

documento à consideração de V. Exa. parecendo-me poder encontrar interesse no nosso país, onde a falta de comunicações se faz sentir, e pesa ainda fatalmente sobre as povoações.

.....

A imprensa continua a ocupar-se da projectada reunião de deputados da opposição em Napoles, para concordarem em um plano de acção e de conduta.

O governo italiano pouco se preocupa de semelhante manifestação; e eu posso assegurar a V. Exa. que, na hipotese que tal reunião se efectue, ele está resolvido a manter os principios de bem entendida liberdade, que têm presidido à sua politica, enquanto os factos não excedem os limites da ordem e da legalidade.

O Ministro do Reino, Senador Cadorna, pediu a sua demissão, que foi aceite; e hoje ocupa interinamente aquele lugar o Conde Cantelli Ministro das Obras Publicas, o qual, segundo me asseguraram, dirigirá definitivamente aquella pasta.

Bem que se tenha feito acreditar, e a imprensa o tenha repetido, que a avançada idade e estado de saude só movessem o Senador Cadorna a dar aquele passo, eu tenho por certo que ele se separou dos seus colegas por motivo de desinteligencias que sobrevieram entre eles ácerca do seu projecto de *reorganização administrativa*. Este homem de Estado gosa da simpatia e respeito publico; mas o gabinete não dá à sua saída do Ministerio aquela importancia, que se lhe quer attribuir. Ao contrario a acção do Ministerio será hoje mais livre por motivo dos ligames que prendiam o ex-ministro a certos vultos politicos, que de certo modo, paralisavam a iniciativa do gabinete.

Não se sabe positivamente quais serão os individuos que devem proxicamente ocupar as duas pastas (Obras públicas, Agricultura e Comercio) que ficam vagas; mas tenho razões para acreditar que serão oferecidas a dois importantes membros do 3º partido, que, como é sabido, apoiou tão eficazmente o gabinete na ultima sessão, e tanto contribuiu para o resultado final do voto sobre a convenção do Tabaco.

.....

XXVI

(?) de Setembro de 1868

... Continua a opinião publica a ocupar-se da questão romana, e muitos comentarios se fazem sobre a evacuação do territorio pontificio

pelas tropas imperiais. Algumas correspondencias tendo anunciado que o governo italiano apresentara ao gabinete das Tulherias um novo projecto de *modus vivendi* entre a Itália e a Santa Sé, a *Correspondance Italienne* afirma que esta noticia á inexacta, e que nenhuma proposta desta natureza fora apresentada nem directa nem indirectamente ao governo francês alem daquela elaborada em Janeiro ultimo, e que este gabinete só consentiu em apresentar como prova de condescendencia aos reiterados pedidos da França, e do exito da qual não tem até agora conhecimento algum. A linguagem, bem que reservada, dos homens politicos deste pais, a attitude dos jornais governativos, e especialmente da *Correspondance Italienne* (orgão do Ministerio dos Negocios Estrangeiros) corroboram as minhas informações sobre o estado de tenção entre a França e a Itália.

E com effeito os artigos dos orgãos do governo francês, são, ha tempos a esta parte provocadores, proprios a irritar as publicas susceptibilidades na Itália, e alienar mais ainda àquele governo as sympathias deste país. O governo italiano entende que a prolongação da presença das tropas francesas no territorio pontificio particularmente depois da assinatura do protocolo para o pagamento da divida romana, correspondente às provincias anexadas, não tem justificação; e que depois daquele seu acto de incontestavel lealdade, a justiça e a boa-fé impunham à França a estrita obrigação de evacuar immediatamente aqueles estados. A França, porem, não o entende assim, nada indica o seu proposito de abandonar Roma. Seria arriscado determinar as causas verdadeiras que o aconselham a prolongar ali a sua occupação mas quaisquer que elas sejam, sendo exactas como creio as minhas informações, o governo francês procura hoje defender e justificar aquele acto, apoiando-se em uma nota que o Cardeal Antonelli dirigiu ao Representante de S. Santidade em Paris, na qual o Secretario de Estado, depois de examinar a situação interna dos Estados pontificios, aprecia a situação da Itália, assinala o seu character precário, os manejos do partido avançado, a perplexidade e manifesta impotencia do governo italiano a moderar este partido, a reprimir as suas aspirações à posse de Roma; e encarrega Mons. Chigi de chamar a mais seria attenção do governo imperial sobre a inoportunidade daquela medida no momento actual, e em presença dos sintomas por ele enunciados.

Estes panicos porém são illusorios, e ninguem duvida que o actual gabinete está resolvido a fazer respeitar a lei, e a reprimir energicamente qualquer acção independente da do Estado e que possa com-

prometer a sua autoridade e a confiança na lealdade dos seus empenhos. Tais manifestações do governo pontifício revelam duvidas da sua propria causa e nas suas proprias forças, condenam os seus solenes protestos sobre a abnegação e devoção do seu exercito, e dão maior peso às noticias e narrações sobre o seu estado de relaxação e indisciplina dos seus soldados.

.....

## XXVII

29 de Setembro de 1868

... Outro argumento de discussão para os jornais tem sido a questão das alianças na previsão de uma proxima guerra.

Deseja o partido avançado que, no caso de luta entre a França e a Prussia, a Itália siga esta ultima potencia, enquanto que o partido moderado, bem que mais propenso para a França, aconselha, sendo possivel, a mais absoluta neutralidade. Observa-se porém com interesse que, malgrado a atmosfera beligeras que nestes ultimos tempos respiravam os italianos, e seu espirito modera-se, distraindo-se com grande vantagem no desenvolvimento dos trabalhos produtivos da paz.

O projectado *meeting* de Napoles avortou apesar da propaganda feita pelo partido avançado, e das longas cartas e multiplicidade de ideias oferecidas ao público pelo deputado Crispi acerca das reformas a introduzir nas diversas administrações.

Este resultado deve sem duvida atribuir-se à falta de acordo entre os membros daquele partido, e à attitude reservada mas cheia de energia adoptada pelo gabinete em presença daquele irrefletido projecto.

Outro tema que continua a ser explorado pela imprensa, — é o da occupação de Roma pelas tropas imperiais. É inexacto tudo quanto se repete sobre semelhante assunto. Nenhum projecto, nenhuma nota foram expedidos a Paris acerca desta importante questão. É verdade que este governo tendo sido informado de que o Cardeal Antonelli dirigira uma nota ao Nuncio em Paris com o fim de fazer sustar a determinação que *parecia* haver tomado o governo imperial de mandar embarcar um corpo da sua guarnição no Estado Pontificio, deu instruções ao seu representante para sondar o terreno, e saber quaias eram as intenções do gabinete das Tulherias a tal proposito, — que Mr. de Moustier disse que o momento não era proprio para a França deixar aquele Estado sem produzir pessima impressão. Acrescentou

que as noticias que recebia de Roma não o consentiam, — que a situação nos Estados Pontificios era má, o espirito do exército (onde cresciam as deserções) pessimo, e paralisavam as resoluções do gabinete imperial, das quais porém ele prometia dar conhecimento ao governo italiano, modificando-se as circumstancias. Eis o que ha acerca desta questão.

Os importantes acontecimentos em Espanha, de que o telegrama nos deu noticia, prendem hoje particularmente a atenção pública neste país; são seguidos com ansiedade; e toda a imprensa, sem excepção de côr politica manifesta a mais viva simpatia pelo triunfo da revolução.

Os italianos consideram a Espanha adversa aos seus interêsses e à sua unidade, e a proposta que se assegura ter dirigido o gabinete Gõnzales Bravo à França para, em caso de guerra, substituir as suas tropas em Roma, não é certamente estranha às apreensões dos liberaes italianos.

O Conde Cantelli tomou efectivamente posse da pasta do Reino. O Senador Pasini foi nomeado Ministro das Obras Publicas. É veneziano e goza das publicas simpatias.

.....

## XXVIII

9 de Outubro de 1868

### *Reservado*

... Dei já conta a V. Exa. da impressão produzida em Itália pelos ultimos importantissimos acontecimentos da Espanha, e da ansiedade com que era esperado o desfecho daquela crise. Hoje fazem-se muitas conjecturas sobre a attitude que tomarão os diversos gabinetes europeus em presença do governo que ali deve constituir-se e sobre a escolha do successor àquele trono. Este segundo argumento é para o gabinete italiano objecto de graves preocupações.

Consta-me que o representante italiano em Madrid avisara o seu governo de que existia ali um partido assaz forte em favor da união Iberica, sob o ceptro da Casa de Bragança, e pedira instruções que determinassem a sua conduta em presença daquele pensamento. Para discutir e resolver aquele quesito, reuniu-se o Conselho de Ministros ao qual assistiu o General Cialdini, cujas relações e amizade com muitos dos personagens militantes naquele país o fazem considerar mais no caso de prestar serviços nas presentes eventualidades e em um momento mais ou menos proximo e oportuno.

Afirmam-me que fôra resolvido naquela reunião de responder ao Ministro de Itália que o gabinete veria com satisfação realizar as aspirações daquele partido, mas que se, por qualquer circumstancia, elas falhassem, indicasse e apoiasse a candidatura do Duque de Aosta. Ao mesmo tempo partia para Londres o Com.or Barbolani, Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros afim, asseguram-me tambem, de sondar ali o terreno e conhecer as disposições do gabinete inglês acerca desta grave questão, e a aceitação que ali encontraria a candidatura do Principe Italiano no caso presuposto de que avor-tassem os esforços do partido iberico.

O Gabinete italiano guarda o maior misterio ácerca desta negociação, o que tive ocasião de observar em uma recente conversação com o Conde Menabrea, Ministro dos Estrangeiros, na qual falamos das dificuldades em que cedo vai encontrar-se a Espanhaa em presença de um trono vacante e da grave questão de sucessão, consideramos as diferentes combinações dadas pelos jornais, incluindo a republica, o credito que elas podiam merecer e a aceitação que poderiam encontrar nos diversos grupos politicos em Espanha. S. E. disse-me que tambem se falava do Arquiduque Alberto, sem dar porem maior peso a esta noticia; eu acrescentei que se indicava igualmente o nome de S. A. o Duque de Aosta, com intenção de trazer o Conde Menabrea a explicar-se mais claramente sobre uma questão que interessa especialmente os nossos respectivos paises, e que vai cedo agitar-se, mas S. E. limitou-se a responder que, bem que aquela escolha fosse acertadissima pelas qualidades e dotes do Principe, a questão seria grave, porque era preciso lembrar-se que a Itália precisavá de Principes e que só tinha dois.

As minhas informações porem autorizam-me a crêr que em altas esferas (particularmente) deseja-se muito vêr succeder ao trono de Espanha o Duque de Aosta, e que este governo se propõe aproveitar eficazmente em seu favor da recusa de uns e da opposição a outros Principes, para fazer apoiar e vingar o seu projecto, bem que nas suas tratativas faça depender a sua realização da recusa, que se afirma dará a Casa de Bragança, se lhe fôr oferecido aquele trono.

.....

## XXIX

9 de Outubro de 1868

... Tive a honra de receber o despacho no qual me ordena de transmitir as informações que poder colher sobre a resolução e provi-

dencias já tomadas ou que de futuro possa tomar o governo italiano a proposito do Concílio Ecuménico convocado para o 8 de Dezembro de 1869 (4). Sobre este importante assunto nada transpirou até aqui, e nos círculos mais bem informados ignora-se completamente a conduta que então seguirá êste Gabinete. Em tais circumstancias e a fim de poder melhor satisfazer aos desejos manifestados a V. Exa. pelo Sr. Ministro dos Negocios Eclesiasticos e da justiça, entendi dever dirigir-me directamente ao Ministro dos Negocios Estrangeiros. S. E. disse-me que o governo italiano não conhecendo por agora senão muito vagamente algumas das proposições que devem ser aubmetidas às deliberações do Concilio, não pode desde já fixar-se uma linha de conduta, que no entanto fiel aos principios liberais que presidem à Constituição politica do Estado não se oporá à partida dos prelados italianos que devem tomar parte naquele reunião, tanto mais que os convites dirigidos a todas as Comunhões cristãs não catolicas fazem pressentir que os interesses religiosos serão o principal senão o unico objecto de discussão naquele concilio. Que se porem estas previsões no se realizassem e que os interesses espirituais da Igreja ameaçassem ser confundidos com os interesses politicos, o governo reserva para então toda a sua liberdade de acção, a qual seria sempre inspirada pelas exigencias da época e pelos interêsses do país.

S. E. acrescentou que não deixaria de me avisar de qualquer resolução que o gabinete possa ulteriormente adoptar com relação a este assunto, de que eu darei imediata conta a V. Exa.

.....

### XXX

[Outubro de 1868] (5)

O aniversario da batalha de Mentana no 3 de corrente foi pretexto de demonstração aqui contra o actual regime em Itália e em favor da República. Assistimos naquele dia a uma especie de passeio de 200 e tantos individuos seguidos de pequeno numero de curiosos os quais depois de percorrerem algumas das ruas mais principais da cidade pararam na Praça da *Signoria* em defronte do Palacio do Parlamento, gritando Viva à Republica, Viva Roma, Viva Mazzini, Viva a Espanha etc., etc.

---

(4) Con la bolla *Aeterni patris*, del 29 giugno 1868, il Santo Padre aveva convocato un Concilio Ecumenico per l'8 dicembre dell'anno successivo. (Cfr. Fortunato DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal e História de Portugal*, vol. VI, pp. 389 e segg.).

(5) Senza data, ma contrassegnato dal n. 63 che segue il dispaccio del 9 ottobre.

A presença imediata de umas Companhias de linha e alguns carabineiros bastaram para pôr em fuga os desordeiros deixando na mão da Autoridade o seu chefe. Nas outras cidades, segundo consta houveram também manifestações mas pacificas. Esta demonstração urdida e preparada de ha muito tempo produziu resultado completamente oposto a quello que se propunham os seus autores e deu mais uma vez ocasião de reconhecer o bom senso que guia a generalidade das povoações em Itália que não só passaram indifferentes ao pé daquela turba de insensatos mas desaprovou e condenou pelo orgão mais acreditado na Imprensa semelhante desvario comprometente para a causa que se pretende servir e só proprio a dar pretexto aos inimigos de Itália de proclamarem a fraqueza do seu governo em presença das manobras do partido da acção e repetirem que a Santa Sé é ameaçada pela Itália e a insistir sobre a absoluta necessidade de que as tropas francesas defendam no territorio pontificio os principios de ordem e da estabilidade politica.

Mr. Ulloa, antigo Ministro das Colonias em Espanha, acaba de ser nomeado Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario nesta Corte.

.....

XXXI

28 de Outubro de 1868

*Reservado*

... Tenho a honra de acusar a recepção do despacho de V. Exa. (6) do qual fico inteirado, cumprindo-me agradecer a V. Exa. a comunicação que se digna fazer-me de se acharem entabuladas negociações para a celebração de uma nova Convenção postal com a Itália, destinada a facilitar a permutação da correspondencia entre os dois países, e de ter sido já assinada nessa Corte uma Convenção Consular entre Portugal e a Itália, que regula as atribuições e prerrogativas dos Agentes Consulares dos dois Estados.

Nada veio até aqui desmentir o que em officio reservado referi a V. Exa., e o artigo da *Correspondance Italienne* de 20 do corrente, em

---

(6) Col dispaccio del 14 ottobre il ministro degli affari esteri Carlos Bento da Silva informava il nostro incaricato d'affari a Firenze: «Pelo que toca às ponderações que V.S. oferece a respeito das relações postais entre Portugal e a Italia, previno V.S. de que já se acham entabuladas negociações para a celebração de uma nova Convenção destinada a melhorar e facilitar a permutação da correspondência entre os dois países.

Participo igualmente a V.S. que no dia 30 de Setembro último foi assinada nesta Córte, pelos respectivos Plenipotenciários, uma Convenção Consular entre Portugal e a Itália, afim de regular as atribuições e prerrogativas dos agentes consulares dos dois Estados». (Archivio cit.).

que se afirma que a Itália nunca pensara em apresentar a candidatura do Duque de Aosta, não destruiu a opinião geralmente acreditada a este respeito.

Pretende-se porém hoje que a primeira ideia fora modificada, ignorando-se se o fora por sugestão estranha, se por motivo da elevada consideração de sucessão em Itália. Parece pois que aquele primeiro pensamento está hoje abandonado em favor do Príncipe de Carignano, dando-lhe por sucessor o Príncipe Tomaz, filho de S.A.R. a Duquesa de Génova, e acrescenta-se que esta candidatura será ainda assim apoiada no caso unico que seja repelida aí a de El Rei o Senhor D. Fernando, a mais popular em Espanha, segundo se afirma, e a mais desejada aqui, se se exceptua a união de Portugal à Espanha sob o ceptro de El Rei o Senhor D. Luis, que sobretudo desejam os italianos por motivos talvez de simpatia sincera por nós, custando-lhes com efeito a conceber que exista tão viva entre nós a recordação do passado, e que a linguagem da nossa imprensa e as publicas manifestações em Portugal sejam a voz sincera e desapaixonada da opinião do país contra aquele programa.

A recente viagem a Turim de S. A. o Príncipe Napoleão deu e dá ainda materia a comentarios, que seria longo e desnecessario enumerar, sendo geralmente aceite nos melhores circulos que a viagem de S. A. a Turim tivera por principal objectivo a questão da sucessão ao trono de Espanha. Eco das noticias que colho de pessoas em geral bem informadas, não garanto porem a sua completa autenticidade: V. Exa, saberá reconhecer quanto é difficil, senão impossivel, precisar o que se passou em um *tête-à-tête* entre S. M. El Rei Vitor Manuel e seu Augusto Genro, como tambem a reserva com que deve ser recebido o que, em resultado de apreciações individuais, se diz desde já acerca das eventualidades mais ou menos possiveis, que se podem produzir na Espanha.

Os jornais discutem de novo a questão de Roma, e a sua occupação pelas tropas francesas. Algumas folhas falam ha dias com insistencia de novas tratativas junto do governo Imperial acerca daquela questão e asseguram sem fundamento, que um novo plano de *modus vivendi* fora oferecido pelo governo italiano.

Como tive a honra de dizer a V. Exa. o despacho do 25 de Janeiro passado é o unico documento emanado da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros em Florença relativo a Roma. Aquele documento solicitado pelo gabinete das Tulherias reunia em diferentes pontos um *modus-vivendi* entre a Itália e Roma, e parecia ter por fim

principal deslocar aquela questão, quero dizer faze-la sair do campo escabroso dos principios para a colocar naquele mais facil das transacções parciais, afastando assim os perigos criados pela reciproca posição dos dois Estados limitrofes, que não se reconhecem. Ainda assim o gabinete francês manifestou o desejo de ser esclarecido sobre o verdadeiro entendimento que o governo italiano dava a cada uma das proposições contidas naquele acto, ao que este gabinete anuiu, prometendo então o gabinete de Paris de o fazer apresentar ao Santo Padre e apoia-lo junto do seu governo pelo seu novo Embaixador Marquês de Benneville, depois de ali introduzir algumas modificações que considerou indispensaveis. Ninguem pode prognosticar que seja recebido com agrado. O estado de isolamento em que hoje se acha o governo pontificio poderia talvez moderar a sua tenacidade, se nas instruções dadas ao seu Embaixador, o Imperador fizesse depender a conservação das suas tropas ali da adesão da Santa Sé à proposta italiana, mas isto não parece provavel, nem este governo conserva a menor ilusão, porquanto ao aproximar-se a época das eleições em França, não quererá o Imperador romper com o partido ali representado, na confiança de que ele prestará auxilio eficaz aos seus candidatos.

Foi encarregado da pasta da Agricultura, Industria e Comercio o Professor Ciccone, siciliano, e lente de economia politica na Universidade de Palermo. Fica deste modo completado o Ministério, e destruidas as vozes que corriam de que o gabinete queria retirar-se por não encontrar quem o quizesse ajudar na luta que sem duvida os seus sistematicos adversarios lhe ofrirão ao abrirem-se as Câmaras.

.....

## XXXII

[?] de Novembro de 1868

... Como tive a honra de comunicar a V. Exa. foram convocadas as Câmaras para o dia 24 do corrente mês, e como é natural a opinião publica preocupa-se hoje da attitude que os representantes da nação tomarão em presença do gabinete. Já alguns jornais da opposição o accusam de ter feito publicar o decreto de convocação sómente no dia 5 do corrente, como se 19 dias não bastassem para que os representantes do país viessem tomar assento na Câmara, e ao mesmo tempo registam uma longa serie de accusações contra o governo, com a qual, segundo eles, se deve abrir o debate parlamentar; procurando assim

afastar e retardar o exame de projectos importantes sobre reformas administrativas do Estado.

São 4 os principais queixumes da opposição: 1º de se haver o gabinete reconstituído de um modo extra-parlamentar, predominando nele o elemento senatorial.

2º sobre a questão financeira, e colocação de 180 milhões de obrigações, votada no dia 8 de Agosto ultimo, apesar da opposição da esquerda, à qual se uniu um grupo consideravel de seis ou sete personagens governamentais do Piemonte, entrando nele o Presidente da Câmara. Sustenta a opposição ter havido *concussão*, e que a taxa do interesse deste emprestimo é excessiva, e as suas condições prejudiciais ao Estado; esta ultima asserção hostile ao gabinete, parece dever ser apoiada por algum membro da parte moderada da Câmara.

3º Acerca de um suposto anexo à Convenção de 15 de Setembro 1864, que a opposição pretende ter sido assinado pelo gabinete, e que paralisaria as aspirações nacionais; mas este ponto de accusação pode ter sido modificado em vista da declaração que acaba de fazer o governo de que se trata apenas de fazer aceitar em Roma o plano de um *modus-vivendi*, traçado pelo Conde Menabrea em Janeiro deste ano.

A opposição receia que novamente vigore a convenção, acima citada, que ella considera prejudicada em principio pelo regresso dos franceses ao territorio pontificio, e accusa igualmente o governo de haver assinado o protocolo de 21 de Julho para o pagamento do debito pontificio, sem obter vantagem alguma para a Itália.

4º Queixa-se finalmente da Convenção assinada pelo Ministro Cantelli com a Companhia dos Caminhos de ferro, particularmente no que se refere à isenção da construção da linha de Campobasso e de Riete. O governo faz valer imperiosas razões de economia. Cessa de pagar a subvenção quilometrica pelas linhas não construidas, e obtem nessa occasião uma redução nas linhas actuais, pagando 18.000 fr. por kilometro em vez de vinte mil, estipulados na convenção preliminar. O estado pensa em fazer, por sua conta, as linhas que Mr. Bastoggi devia construir.

São estas as armas principais que a opposição empregará contra o gabinete ao abrirem-se as Câmaras legislativas. As questões do emprestimo e de Roma serão, segundo me consta, os dois principais temas da opposição, que parece querer esquecer quanto é grave e imprudente ir ressuscitar neste momento as paixões politicas, que inevitavelmente acompanham a questão romana.

Por felicidade, a opinião pública na Itália tem-se sensível e favoravelmente modificado nos ultimos tempos, não insistindo na questão de Roma, e parecendo mais resolvida a prestar toda a sua atenção à administração interna do país. Respeitará a opposição estas tendencias, e aceitará os conselhos de quasi toda a imprensa séria, que é unanime na opinião — de que o melhor meio para chegar a Roma, é esperar?

E de facto, as condições da França são hoje diferentes das de 1864, em presença dos ultimos acontecimentos na Espanha, e das esperanças do partido democratico, que de um momento a outro pode tornar a occupação franceza em Roma, um embaraço, um perigo.

É para desejar que a attitude tão seria e reflectida do país sirva de estímulo à representação nacional, e modere as paixões desordenadas e inconsideradas de certo partido na sala dos quinhentos; a acção do país é tanto mais necessaria hoje, se se observar que a ultima sessão parlamentar, fecunda a muitos respeitos, terminou deixando ali os partidos, infelizmente, mais divididos. Com effeito, nos primeiros meses, os seus males consistiam no equilibrio numerico entre a opposição e o partido ministerial, e o que pior era, a presença no meio destes dois partidos de um nucleo de poucos individuos, mas sufficiente para determinar uma votação. Este núcleo que constitue o terceiro partido, e que na questão do tabaco seguiu o governo e decidiu da votação, conserva-se tal qual, uma *cousa própria*, e sobre a qual o governo só pode contar em certas condições e até certo ponto.

Resta ainda uma parte do elemento piemontês, que seguia o governo e do qual se separou na questão do tabaco, acreditando-se que formará hoje um novo grupo, por não poder de um modo razoavel unir-se systematicamente à antiga opposição. Tal é a situação em que vai encontrar-se o gabinete, e não serão pequenas as dificuldades que terá a vencer para dar aos seus projectos uma direcção séria e vigorosa.

Nesta conjuntura algumas folhas lembram a dissolução da Câmara, mas este expediente não é facil nem constitucional e já duas eleições provaram que do sufragio da nação não sairá uma assembleia diferente da que hoje funciona, porque os partidos na Itália estão ainda eivados de um grande mal, — são principalmente inspirados pelas influencias regionais. Na impossibilidade pois de chamar o país à urna, bastará talvez a energia do gabinete, se fôr apoiado pela opinião sensata do país, para vencer os desregramentos da opposição.

O Ministro da Fazenda, contra o qual serão lançados os maiores golpes, deu já sobejas provas de coragem e habilidade, mas ainda assim

o Ministerio terá de marchar com a maior prudencia, como fez na ultima sessão, afim de obter do Parlamento o maior numero de trabalhos legislativos. As questões que ora devem discutir-se não são tão definidas como a questão financeira, que só a si prendia a atenção publica, e era tão fortemente, ha 10 meses, a preocupação de todos os espiritos.

A questão de reforma administrativa que a substitue, dará pretexto a divergencias, mais dificeis de conciliar. Incumbe à imprensa patriotica dirigir a atenção do país para esta questão, e levar os seus representantes a occuparem-se exclusivamente do que mais urge no interesse da causa publica.

Ao abrir-se o Parlamento ha tambem a questão da Presidencia, em que os partidos vão achar-se em presença e medir as suas forças, julga-se que o candidato do governo, o ex-Ministro Mari, obterá a maioria de votos.

Os esforços menos reflectidos e intempestivos da opposição para derribar o gabinete serão sem duvida infructuosos por enquanto; o bom senso do país fará justiça às suas intenções, e ele parece comprehender que, para que os elementos de prosperidade nacional possam desenvolver-se, para que se restabeleça o equilibrio entre a receita e a despesa é indispensavel que o gabinete adquira força e estabilidade, e que haja ordem no país.

Foi publicado em Roma um decreto que modifica os direitos das Alfandegas e municipais a um grande numero de artigos e suprime para outros a formalidade do selo. O resultado pratico deste medida é de fazer desaparecer os direitos diferenciais, que depois da publicação de diversos tratados de Comercio entre a Santa Sé e alguns governos estrangeiros pesavam particularmente sobre o Comercio italiano, o qual se achava de certo modo lesado de um ostracismo absoluto nos mercados pontificios. Bem que tal resolução deixe intacta a questão de principios, é destinada a favorecer sensivelmente as relações materiais entre os dois territórios.

Segundo me escreve pessoa bem informada, a missão do Embaixador de França em Roma com relação ao *modus-vivendi*, falhou. À sua chegada a Roma o Marquês de Banneville submeteu immediatamente à apreciação do Cardeal Antonelli o projecto do *modus-vivendi*, combinado entre os gabinetes de Paris e de Florença, e instou pela sua accitação. O Cardeal Antonelli prometeu de o examinar e falar ao Papa. Voltando de novo o Embaixador ao Vaticano, o Cardeal restituiu-lhe a nota em questão, unida ao decreto sobre as Alfandegas a

que acima me refiro, dizendo que o governo pontificio não podia aderir aos desejos da França, e que o maximo das suas actuais concessões estava no decreto que acabava de entregar-lhe. Nós não podemos, acrescentou o Cardeal Antonelli, ir alem do que hoje concedemos. O governo pontificio tem constantemente mostrado uma completa condescendencia para com a Itália em tudo que não ameaça a segurança pública e não altera a questão de principio, como prova o acordo sobre as telegrafos, passaportes, repressão dos bandidos e hoje alfandegas.

Chegámos ao ultimo limite das nossas concessões, continua S. E. se porem com o tempo o bem estar dos povos, que S. Santidade teve sempre a peito melhorar, necessitar novas facilidades, fa-lo-emos voluntariamente, mas não é chegado ainda êsse momento; é necessario em primeiro lugar que socegum na Itália as paixões, e que o governo italiano tenha a coragem de declinar as aspirações que abertamente protege, ou que o Ministerio Menabrea caia — « Et alors vous comprendrez que nous aurons encore de plus fortes raisons pour persister dans notre refus. C'est le notre dernier mot ».

Dando-se que esta minha informação seja exacta, os acontecimentos podem, como já tive a honra de dizer a V. Exa., fazer alterar a attitude do governo pontificio com relação ao projecto oferecido pela Itália e apresentado pela França.

Um despacho telegrafico de Palermo anuncia que ali se descobrira um *Club* reaccionário. Foram encontradas algumas proclamações que principiavam com as palavras seguintes: « Viva la autonomia siciliana », concluia com a frase: « avec les crânes des nos ennemis nous édifierons la base solide de l'autonomie Sicilienne ». Algumas pessoas foram presas, encontrando-se em casa destas certo numero de proclamações republicanas. O inquérito judicial começou. Pouca importancia se dá a este acontecimento. Os inimigos da Itália podem querer aproveitar do descontentamento de uma ou outra Provincia contrariada nos seus interesses locais, e dos sacrificios que lhe impõe o novo regime, mas devem cedo convencer-se que a época das conspirações cessou para a Itália, e que lhe será difficil senão impossivel destruir o edificio da sua unidade.

Anexo tenho a honra de remeter a V. Exa. um artigo da *Correspondencia Italiana* que, segundo informações fidedignas, pode ser considerada como o programa official do gabinete, ao abrirem-se as Câmaras, com relação à questão de Roma.

.....

... Tive a honra de receber o despacho telegrafico de 21 do corrente, que V. Exa. se dignou dirigir-me, comunicando-me achar-se interinamente encarregado da pasta desse Ministerio, na ausencia de S. Exa. o Sr. Carlos Bento da Silva.

Ontem reuniu-se o Parlamento Italiano, como já annunciiei. Os deputados concorreram em grande numero, particularmentè da direita e do centro. Depois de uma discussão preliminar, a Câmara, conformando-se com uma proposta do Ministro do Reino, deliberou não autorizar o desenvolvimento de uma interpelação àcerca de uma nova Convenção com a Sociedade dos Caminhos de ferro meridionais, enquanto que esta e outras Convenções não fossem apresentadas ao Parlamento.

Passou depois a ocupar-se do seu novo regulamento, propondo o ex-Ministro Cortese que se adoptasse provisoriamente e por 3 meses a sua execução, com excepção do artigo 19, que se refere à validação das eleições, e malgrado as considerações em contrario oferecidas pelo deputado Crispi, membro da comissão; a Câmara quasi unanimemente sancionou a emenda do deputado Ferraris, aceita pelo autor da proposta, com a qual o novo regulamento vigorará provisoriamente sem limitação de tempo, salvo o artigo 19 a que acima me refiro.

Hoje procede-se ali à nomeação do Presidente, e de um Vice-Presidente: os candidatos Ministeriaes são o ex-Ministro Mari para Presidente e o Comendador Mordini Vice-Presidente. Da opposição o deputado Crispi para a Presidencia e Ferraris para a Vice-Presidencia.

Parece ter sido resolvido em uma recente reunião da esquerda de não se guerrear o Ministerio de modo que possa provocar uma crise, enquanto não receberem execução as leis sobre a *moagem* e *tabacos*. Ficaria assim pois adiada a grande batalha, e a não ser alguma excentricidade da fracção mais indisciplinada da esquerda, o gabinete terá repouso e os trabalhos parlamentares seguirão placidamente por alguns meses.

SS. AA. RR. os Principes de Piemonte passaram por esta capital com direcção a Napoles, onde parece que se demoram todo o inverno. SS. AA. deviam ter tomado o caminho de Roma, mas a noticia dada

---

(7) Il 18 dicembre il Marchese de Sá de Bandeira inviava un dispaccio circolare alle nostre missioni, informando che il consigliere Carlos Bento da Silva aveva offerto le dimissioni e che egli assumeva la direzione interina del ministero degli esteri. (Archivio *cit.*).

aqui pelo telegrafo da execução naquela cidade de Monti e Tognetti, implicados no negocio da explosão do quartel Serristoris em Outubro do ano passado, determinou os Principes a mudarem de itinerario.

A noticia desta execução produziu, como era natural, profunda e geral sensação neste país, onde os órgãos de todos os partidos se pronunciaram contra aquelle acto inhumano e impolitico. S. Santidade repeliu ainda nesta ocasião os prudentes conselhos que o governo francês, no interesse do Papado, lhe dirigiu, para ceder às inconsideradas sugestões dos Zuavos pontificios.

.....

Regresso da Câmara: Como se previa, foi eleito Presidente da Câmara, por uma grande maioria, o Candidato Ministerial. A Câmara apresentava um aspecto animadissimo, e o despacho de Roma annunciando a execução do dia 24 era assunto de todas as conversas. Concluida a votação para a Presidencia, leu-se na mesa uma serie de interpelações ao Presidente do Conselho, ácerca do delicto pontificio; do estado das relações entre a Itália e a França com referencia à questão romana; e à execução acima mencionada.

O Conde Menabrea respondeu que o governo italiano empregara todos os meios ao seu alcance para poupar aquellas duas vitimas mas infrutuosamente. Acrescentou que aquelle acto de crueldade, que será considerado como uma vingança inutil, não contribuirá certamente a realçar o credito do Papado. Foi um erro, continuou S. E., um imenso erro politico, tambem nocivo à religião. Concluiu dizendo que não julgava oportuno neste momento a interpelação relativa às relações entre a Itália e a França.

Leu depois o Presidente uma ordem do dia do deputado Bonfadini: « A Câmara associando-se aos sentimentos de reprovação expressos pelo Presidente do Conselho, passa à ordem do dia ». O deputado Crispi, pediu então que fosse dividida esta moção em duas partes distintas e procedendo-se à votação nominal, a primeira, que deixa manifestada a reprovação do governo e do Parlamento, é aprovada unanimemente; a segunda para se passar à ordem do dia, e por consequencia a rejeição de todas as outras moções, passa tambem por uma pequena maioria.

A opposição queria que passasse a moção Ferraris, tendente a declarar Monti e Tognetti martires da causa italiana, e convidando o governo a provêr à sorte das suas familias.

.....

*Reservado*

... Nos meus officios anteriores falei dos sucessos em Espanha, e das vistas deste governo com relação ao futuro soberano daquelle Reino. Eu creio haver exactamente expresso o pensamento deste gabinete. Tudo o que disse então parece porém ter sido modificado, talvez pelo melhor e maior conhecimento que ele tomou do espirito publico naquelle país, com relação às diversas candidaturas que se enunciaram.

Convidado a comparecer no Ministerio dos Negocios Estrangeiros, e recebido ali pelo Secretario Geral, por se achar na Câmara o Conde Menabrea, disse-me aquele funcionario que as noticias de Espanha eram más, que o horizonte politica naquela peninsula se tol-dava, que a republica ameaçava, bem que de passagem, de invadir aquele país; apontou as consequencias desastrosas que podiam succeder-lhe, e que não escapam certamente a V. Exa. Disse-me ainda que os espanhois não queriam Principes estrangeiros, e que este governo não nutria hoje a menor ambição para a Casa de Saboia — que entretanto o unico candidato que reunia todas as condições para ser aceite e que o seria sem duvida da Espanha e da Europa, era El Rei o Senhor D. Fernando; que o governo italiano sabia quanto a S. M. repugna aquella ideia, mas que recebera agora a noticia que os generais Serrano e Prim, rompendo o silencio por eles até agora guardado, deliberaram dirigir-se resolutamente a El Rei D. Fernando, afim de solicitar de S. M. que aceite tão pesado encargo; e me confessava que o governo italiano tinha o maior empenho em que o mesmo Augusto Senhor aderisse àquella manifestação no interesse do principio monarchico, hoje ali ameaçado, e me pedia de assim o comunicar, em nome do governo italiano, ao governo portuguez, desejando que este, inspirado da gravidade da situação procure influir na ulterior resolução de tão illustre Principe.

O governo italiano parece muito preocupado da luta que se preparam os partidos na Espanha e da crise que ameaça aquella peninsula.

Entendi ser do meu dever dirigir a V. Exa. esta comunicação.

.....

... As sessões na Câmara electiva continuam com a maior regularidade. O terceiro partido tem seguido o Ministerio nas ultimas votações, o que faz supôr que se aquele partido se encontrar algumas vezes em desacordo com o Ministerio, será só em assuntos secundarios e não se deixará arrastar pela opposição em questões de principios. Nas ultimas sessões foram aprovados os seguintes projectos de lei relativos: 1º ao serviço semaforico; 2º supressão do monopólio da polvora; 3º naturalização dos emigrados das provincias ainda fora da comunhão italiana; 4º projecto relativo ao aumento e reorganização do Arsenal Militar maritimo de Veneza. Foi ali aprovado tambem o Codigo penal maritimo, e repelidas, com a adopção da questão prejudicial, todas as emendas, pouco importantes, e tendentes sobretudo a atenuar a penalidade. Este projecto havia já sido apresentado à Câmara em 1867 pelo Com.or Biancheri, então Ministro da Marinha. A sua importancia é grande, se se considerar que a unica lei que regulava os crimes cometidos na marinha militar italiana era um edito penal sardo de 1826, que estava hoje em contradição com a constituição do Estado e com os principios da moderna civilização. Tambem adoptou uma ordem do dia, com a qual se convida o governo a apresentar a reforma da legislação penal no principio da nova sessão. O projecto do deputado Caioli, concedendo os direitos civis e politicos aos italianos pertencentes às provincias que não fazem ainda parte deste Reino, é discutido e criticado por algumas das folhas mais sérias, que dirigem censuras ao gabinete e especialmente ao Ministro do Reino pela facilidade com que o aceitou. A *Opinião*, jornal moderado, em um dos seus artigos, depois de ter entrado num apurado exame daquela lei, diz que o seu alcance é vago e indeterminado, que pode criar mais tarde embaraços e dificuldades internacionais, e deixa supôr que o Ministério aceitando aquele projecto no seu conjunto, quiz fugir a uma discussão no Parlamento; mas esta suposição é infundada. O projecto era firmado por 40 deputados da maioria, e o gabinete não podia desprezar esta consideração sem fazer, com grande prejuizo, surgir uma questão politica de outra inteiramente nacional e humanitaria. Nem era prudente separar-se dos deputados que sempre concorreram no Parlamento para a sua existencia, e de quem ele ainda precisa para

---

(8) Senza data. Registrata dopo la lettera del 25 novembre.

o completo estabelecimento do seu plano financeiro e administrativo, e suscitar uma funesta divisão na maioria parlamentar. A lei diz que todos os italianos das provincias não anexadas, serão de ora avante assimilados no exercicio dos direitos civis e politicos, bem como na execução das formalidades aos cidadãos do Estado. Esta lei introduz pois uma só modificação na legislação vigente, que consiste em suprimir para os emigrados a obrigação de pedirem, afim de obter a sua naturalização, um decreto real, com o qual esta lhe era concedida, uma vez provada a sua honradez e boa conduta. Hoje, segundo o espirito desta lei, basta que o emigrado estabeleça residencia de seis meses na Itália, justifique a sua moralidade e dê provas dela. Pretende-se porem que no Senado vai o projecto sofrer alterações, que aquele corpo preocupado das complicações internacionais que o projecto na sua generalidade pode engendrar, tenciona propôr a naturalização seja só limitada aos romanos e com efeito este expediente parece mais logico, porque afastando do governo toda a sorte de embaraços, mantem o espirito da proposta, que foi criado como uma represalia contra o governo pontificio.

Cabe a proposito mencionar aqui que, apenas aquella lei passou na Câmara dos deputados, o Ministro de Áustria pediu explicações sobre o alcance da mesma, e parece que aquelas atenuaram as preocupações do Representante Austriaco.

Aprovando o projecto de lei relativo ao engrandecimento do Arsenal maritimo de Veneza, projecto já submetido ao exame do Parlamento no ano findo, a Câmara praticou um acto de utilidade publica e nacional. Ficou o governo autorizado por aquele projecto a inscrever no Orçamento a soma de 11 milhões de francos, repartida entre oito exercicios financeiras e destinada à construção de grandes trabalhos, indispensaveis para pôr o referido Arsenal em condições que possam responder às necessidades da nação e à defesa do Estado. O Arsenal de Veneza é com efeito um estabelecimento de tal importancia, as suas tradições de prosperidade tão antigas e inveteradas na mente daquelas povoações que não seria facil ao governo, hoje que a Itália se acha de posse daquelas provincias, deixar esquecido um tão celebre instrumento de força maritima e militar.

Este foi tambem o parecer do gabinete que, pelo orgão do Presidente do Conselho, se associou aos defensores do projecto pugnando pela sua adopção; e declarando que o considerava ligado à lei sobre a defesa do Estado.

Foi tambem apresentado pelo Ministro da Guerra um projecto de

lei com o qual se suprime o privilegio de que gosavam os seminaristas para a isenção do recrutamento. Crê-se que este projecto, que estabelece um principio de igualdade entre todos os cidadãos, receberá a sanção das duas Câmaras.

Foi igualmente apresentado pelo Ministro da Fazenda um appendice ao Orçamento daquele Ministerio para 1869, e que constata estar reduzido o deficit a 81 milhões. Os calculos do Ministro parece serem fundados sobre o resultado das operações sobre o tabaco e applicação do imposto da moagem que, segundo informações não encontrará serias dificuldades.

Entrou em discussão na Câmara o projecto de reorganização administrativa em que tem tomado parte diferentes oradores. Apesar da promessa feita pelos órgãos da esquerda de que será apresentado um contra-projecto redigido pelo Com.or Rattazzi, pode-se prevêr que aquela lei não encontrará maiores obstaculos na Câmara, e será ali aprovada. Limito-me por hoje a remeter a V. Exa., para seu conhecimento, o mencionado projecto de lei.

.....

XXXVI

12 de Dezembro de 1868

*Reservado*

... SS. AA. RR. os Duques de Bade deixaram esta Corte, onde residiram 15 dias debaixo do mais estrito incognito.

SS. AA. RR. visitaram com grande interêsse tudo quanto esta Capital encerra de mais notavel, e retiraram-se penhorados pelo modo com que foram recebidas e tratadas, durante a sua curta residencia, por S. M. El Rei Vitor Manuel e pela sua Corte. O Grão-Duque recebeu na maior intimidade alguns dos Ministros e homens politicos mais eminentes do país, e com eles conversou largamente sobre os negocios locais e da situação geral da Europa. A visita de Suas Altezas, e interêsse que elas pareceram tomar pelas coisas desta Peninsula, a sua posição na Alemanha deram aqui à Sua estada um character politico, e eu sei de fonte fidedigna que o gabinete italiano procurou cativar as simpatias dos Augustos Viajantes, e chamar a sua particular atenção para a situação geral da Europa, fazer sobressair a necessidade para as diferentes Monarquias de se coalisarem para combater as paixões dos partidos extremos, e sustar os esforços que estes não cessam de empregar para derrubar os principios sobre os quais elas se acham constituídas.

A questão de Roma, o Concilio ecuménico, o desejo de que a Alemanha coadjuve a Itália nas suas tratativas para chegar a um acordo como aquela Corte, a necessidade de uma reflectida intelligencia entre os diversos governos para afastar do Concilio questões de ordem exclusivamente temporal, para que ali se dê satisfação às legítimas exigencias da época, e para que a religião e o espirito moderno cessem de estar em contraposição na Europa Catolica, foram tambem tema da conversação entre o Grão-Duque e o Conde Menabrea.

O Marquês Gualterio, Ministro da Casa de S. M. El Rei, que tambem teve a honra de aproximar aqueles Principes, falando da execução dos dois desgraçados em Roma, disse haver recebido aquela noticia com o maior espanto, porque *ha oito meses*, acrescentou S. E., *nós negociavamos directamente com Roma*, afim de chegarmos a um accordo, e pouparamos tambem aquelas vitimas contávamos com o bom exito das nossos esforços. O Papa mostrou-se conciliante, e aquella noticia chegou-nos « *comme un coup de foudre, lancé par les fanatiques contre le Saint-Père, et contre nous comme contre-coup. Néanmoins nous reprendrons le fil de nos négociations* » (textuais palavras).

A pessoa que, confidencialmente, me deu esta noticia, e que pela sua posição aproximava de perto o Grão-Duque, partilhou comigo a admiração causada por semelhante discurso em contradicção com tudo o que de outra fonte constava a tal proposito. Bem que ninguem duvide das boas intenções de Sua Santidade, não se acreditava geralmente que o Santo Padre cedesse à pressão, exercida junto da Sua pessoa pelo partido ultramontano, apoiado muito particularmente nesta circumstancia pelos Zuavos e pelo proprio General Dumont. Segundo recentes informações, parece que o numero das vitimas não se limitará às duas já executadas.

Com efeito, os debates relativos aos habitantes da Casa Ajani, que ali defenderam um deposito de armas contra os Zuavos, começou no dia 4 do corrente, e fechou no 7; a sentença foi pronunciada no 11, e o requisitorio do procurador fiscal conclue pela pena de morte de 4 dos acusados. Crê-se que a Sacra Consulta confirmará aquella sentença a dois deles e que o governo pontificio está resolvido a faze-la executar sem hesitação.

O pensamento do governo pontificio obrando assim, asseguramente, é de fazer cair o Ministério Menabrea. Esse julga que desta vez a indignação será tal na Italia que o Ministerio não poderá resistir. O que se deseja no Vaticano é a anarquia e a republica em Itália.

A ordem, e bom senso, a moderação do Ministerio Menabrea são

para os homens politicos no Vaticano um suplicio insuportavel. A sua existencia por isso mesmo mais odiosa, que todas as empresas incon- sideradas dos garibaldinos e do partido da acção.

Entendi não dever deixar de dar conhecimento a V. Exa. destas informações, pelo interesse que elas me parecem merecer na actualidade.

O General Cialdini partiu para Espanha.

.....

### XXXVII

16 de Dezembro de 1868 (9)

... Cumpre-me participar a V. Exa. que, depois de uma feliz via- gem, cheguei a esta Corte no dia 14 do corrente mês, fazendo a minha visita ao Ministro dos Negocios Estrangeiros, que não encontrei, mas sim o Secretario Geral daquela Repartição.

Esta manhã tive a honra de ser recebido pelo Rei, informando-se S. M. com sumo interesse da saude de Suas Majestades, e mostrando-se por extremo satisfeito com as boas noticias que lhe dei àcerca das melhoras que S. M. a Rainha experimentava na sua importante saude, no momento da minha partida dessa Corte.

.....

### XXXVIII

26 de Dezembro de 1868 (10)

... S. M. o Rei de Itália tendo partido para Turim a fim de ali passar as festas do Natal, é esperado dentro de dias nesta capital, de- vendo receber, como em todos os anos se pratica no dia 31 do corrente mês, as felicitações do Corpo Diplomatico, por ocasião da entrada no Ano Novo. S. M. tenciona partir dias depois para Napoles, aonde se demorará um pouco de tempo.

A recente viagem a Roma do Cavalheiro Morozzo della Rocca, Ajudante de compo do Rei de Itália, de que os jornais se têm occupado, não teve senão um fim humanitario, qual o de apresentar a Sua San- tidade uma carta autógrafa de S. M. solicitando a comutação da pena

---

(9) Di ritorno dal Portogallo comincia a firmare la corrispondenza della nostra legazione a Firenze il ministro Visconte de Borges de Castro.

A Carlos Bento da Silva viene conferita di nuovo la direzione interina del portafoglio degli esteri.

(10) Essendo stato esonerato ancora una volta Carlos Bento da Silva passa ad assumere la direzione interina del ministero degli affari esteri il Marchese de Sá da Bandeira.

de morte lançada contra alguns individuos implicados nos disturbios que se deram em Roma no ano passado. Tem-se por certo que o Santo Padre anuiu ao pedido que daqui lhe fora dirigido.

.....

### XXXIX

26 de Dezembro de 1868

... Os boatos que nestes ultimos tempos corriam no estrangeiro acerca de mudança do actual gabinete italiano eram tanto mais infundadas quanto hoje é certo que o resultado das votações, na Câmara dos Deputados, no dia 21, e no Senado, no dia 22 do corrente mês, sobre o projecto de lei autorizando o exercicio provisorio do orçamento do Estado nos proximos meses de Janeiro e Fevereiro de 1869, veio patentear quanto aquelle gabinete merece a confiança do país.

Aberta a discussão geral sobre o mencionado projecto de lei na Câmara electiva, propôs o Ministro da Fazenda que a discussão versasse sobre o projecto Ministerial, visto que o projecto apresentado pela Comissão da Câmara continha uma clausula, de todo inadmissivel para que fosse suspenso o pagamento da divida pontificia. Era este o ponto escolhido pela opposição que, por inadvertencia da maioria da Câmara, conseguira introduzir quatro dos seus membros na sobredita Comissão, enquanto que dos deputados da direita apenas haviam três, para provocar a questão politica e dar um chefe ao gabinete. Longe porem de conseguir este fim, e não obstante os argumentos empregados por alguns oradores da esquerda para sustentar a clausula a que acima me refiro, entendeu a Câmara, em vista das justas razões oferecidas pelo Presidente do Conselho, bem como pelo seu colega da Fazenda, não só repelir a mesma clausula por uma maioria de 100 votos, senão aprovar o projecto Ministerial por uma maioria de 143 votos.

Nesta questão da divida pontificia sustinha a opposição que a convenção feita em 7 de Dezembro de 1866 para regular a repartição daquela divida, baseia-se na celebre convenção de 15 de Setembro de 1864, e como esta foi violada e anulada pelo facto da segunda intervenção franceza, devem igualmente cessar de subsistir as obrigações contraidas pela Itália no ano de 1866.

Para destruir um semelhante argumento e provar que aquella divida tornou-se hoje em dia divida do Estado, historiou o General Menabrea as fases sucessivas daquelle encargo —, que tendo tido principio desde o momento em que o Reino de Itália entrou de posse das pro-

vincias outrora pertencentes à Santa Sé, e encetadas as negociações para a liquidação da divida pontificia em 1865, estabelecida a repartição da mesma no ano seguinte de 1866, e aprovada esta pela lei de 27 de Maio de 1867, ficou desde então sendo considerada como divida do Estado.

No Senado foi o projecto Ministerial adoptado unanimemente.

O Parlamento adiou as suas sessões até ao dia 12 de Janeiro proximo. Não o podia fazer debaixo de melhores auspicios, tendo-lhe além disso sido recentemente submetido o novo projecto do Orçamento do Estado para o ano de 1869, que modifica consideravelmente o projecto primitivo apresentado pelo Ministro da Fazenda no mês de Abril passado.

Versam as alterações introduzidas, no presente projecto sobre as leis votadas pelo Parlamento no intervalo que mediou entre a apresentação de um e outro projecto.

No primeiro deles calculava-se o activo ordinario e extraordinario em 804 milhões — o passivo ordinário e extraordinario em 985 milhões, resultando um deficit de 181 milhões de francos.

No activo do Orçamento, foram os 804 milhões modificados consideravelmente pela aprovação dos projectos de lei relativos ao imposto sobre as moagens — ao novo decimo que se acrescentou aos impostos directos — à taxa do selo e registos, à operação sobre os tabacos, sem contar alguns outros aumentos menos importantes.

No passivo sofreram igualmente os 985 milhões serias modificações pelas convenções estipuladas com as sociedades dos caminhos de ferro, por aumentos de despesas e sobretudo pelo serviço das obrigações da *régie dos* tabacos.

Em consequencia de tais modificações, aumentou o activo de 126 milhões, e o passivo de 26 milhões.

Os elementos principais que concorreram para formar aquelas modificações, são, pelo que toca ao activo:

55 milhões, em que, segundo está calculado, deve importar o produto do imposto sobre as moagens; 35 milhões produzidos pelo novo decimo acrescentado aos impostos directos, e pelo sistema de retenção applicado às rendas do Estado.

17 milhões que resultam da modificação da lei sobre a taxa do selo e registos.

40 milhões que constituem o preço da venda do fundo dos tabacos que ao presente estão nos armazens do Estado e que são cedidos à *régie* cointeressada.

Tais elementos e mais algum outro de menor importancia devem produzir um aumento da receita que se eleva a 168 milhões, dos quais contudo ha a deduzir 42 milhões provenientes de redução nos productos de varios ramos da contribuição, com especialidade do ramo dos tabacos.

E pelo que respeita ao passivo, provem o aumento de 26 milhões de muitas modificações efectuadas nos orçamentos dos diferentes Ministerios, sobressaindo, entre estas, duas que prendem com a operação dos tabacos, com o qual se consegue a economia de 25 milhões, proveniente das despesas de fabricação e administração, contra uma nova despesa de 30 milhões para atender ao juro e amortização das obrigações criadas por esta ocasião. Ha tambem uma nova despesa de 3 milhões para gastos de instalação da administração para o imposto sobre as moagens. As mais alterações são de importancia secundaria, conquanto ainda assim devam dar em resultado um aumento de 16 milhões.

Isto posto diminue o deficit de 181 milhões, calculado no projecto primitivo de 100 milhões, ficando pois, segundo o projecto actual, em 81 milhões, dos quais 77 na parte ordinaria. 4 na parte extraordinária.

Mas estes calculos que são feitos, sem contar com os resultados que se presume dará a operação sobre os bens ecclesiasticos, que se está effectuando, devem ainda assim ser consideravelmente modificados em vista daquela mesma operação.

Porquanto os rendimentos dos mencionados bens que estão por vender, e o preço da venda duns bens, ou das obrigações emitidas em vista da mesma venda sobem, ao todo, a 154 milhões. No entretanto como de outro lado as despesas de administração e o passivo em relação ao patrimonio ecclesiastico e o serviço das obrigações criadas nesta ocasião sobem a uns 84 milhões, resulta quanto à operação sobre os bens ecclesiasticos, um excedente do activo sobre o passivo de 77 milhões. Aplicados estes a cobrir em parte o *deficit* de 81 milhões calculados fora desta operação, não haverá que um *deficit* final de apenas 11 milhões.

Eis o que se depreende do ultimo projecto do Ministro da Fazenda o qual espera ver realizado os seus calculos uma vez que a Itália possa ocupar-se exclusivamente dos seus negócios internos, e não tenha, se tal caso se der, de tomar parte em qualquer questão estranha, o que necessariamente ha-de alterar as suas actuais previsões no que toca especialmente ao orçamento do Ministerio da Guerra.

.....



1869



## I

2 de Janeiro de 1869

... S. M. o Rei de Itália, segundo costuma, deu audiência no dia 31 de Dezembro próximo findo aos chefes das missões estrangeiras recebendo dos mesmos por essa ocasião as felicitações do Ano Bom. Disse-me S. M. que folgava muito de ver por uma recente carta do Marquês Oldoini que o estado de saude de sua Augusta filha, Rainha de Portugal, continuava a ser satisfatório. A viagem do Rei a Nápoles foi diferida para fins do corrente mês, em consequência do próximo bom successo de S.A.R. a Duquesa de Aosta, que se espera para o dia 15.

Ontem foram igualmente recebidas pelo Rei as deputações do Senado e da Câmara dos Deputados, os Ministros, os officiais-mores da Corte, os Generais e Comandantes da Guarda Nacional, do Exército e da Marinha, a Câmara Municipal e as mais Corporações do Estado.

Segundo a versão de um jornal autorizado, S. M. disse, em resposta às felicitações do Parlamento, que agradezia o apoio que o governo havia encontrado na representação nacional, e manifestava a sua inteira a plena confiança na sabedoria do Parlamento. Respondendo ao exército disse o Rei que contava no futuro poder introduzir nêle os melhoramentos que até agora não consentiam as circunstâncias de efectuar. Que a actual situação era tranquila, mas que se viesse a alterar-se, o apoio do exército constituiria sempre a garantia mais sólida dos interêsses da Itália.

Os Príncipes do Piemonte já regressaram da sua excursão à Sicília, deixando alí as mais gratas recordações da sua curta residência naquela ilha. Suas Altezas Reais passam o inverno em Nápoles. Os Duques de Aosta continuam a residir em Génova.

.....

## II

14 de Janeiro de 1869

... Cumpre-me acusar a recepção do despacho telegráfico de 11 do corrente mês, em que V. Exa. se serve comunicar-me que para satisfazer aos desejos do governo italiano, dignava-se S. M. a autorizar o seu Representante em Roma a encarregar-se dos negócios correntes

e de protecção dos súbditos italianos. Antes de mim já este governo tinha recebido aquela notícia por via do Marquês Oldoini.

.....

O telégrafo já levou ao estrangeiro a notícia de várias desordens havidas em alguns pontos de Itália por ocasião de entrar em vigor a lei do imposto sôbre as moagens. A resistência à applicação daquela lei assumiu certa gravidade com especialidade em três províncias da Itália Central. Tanto no Piemonte como na Lombardia ou houve pequenos obstáculos contra o novo imposto, ou foram logo removidos. Nas províncias do Sul nenhuma ocorrência se deu com a percepção dos impostos. Não sofre porém duvida que a pretexto do novo imposto cometeram-se muitos actos inqualificáveis, que bem manifestam que os adversários do regimen actual aproveitaram do ensejo para promover a agitação no país. Não conseguiram ainda assim os seus fins em vista da attitude enérgica que tomou o governo, mandando reprimir pela força toda a tentativa de tumulto. Houveram algumas mortes, bastantes ferimentos e muitas prisões, e assim se restabeleceu a ordem nos pontos em que foi perturbada.

Os factos succedidos forneceram desde logo matéria à opposição para atacar o Gabinete na imprensa, e agora no Parlamento. Aberto este no dia 12 do corrente, foram annunciadas algumas interpelações que, segundo resolução tomada ontem, serão discutidas no dia 21.

Por participação de Génova constou aqui que S.A.R. a Duquesa de Aosta deu ontem à luz, com feliz successo, um Príncipe, que ficou tendo o título de Duque de Puglia. O Presidente do Conselho de Ministros, o Presidente do Senado, e o Ministro da Casa Real haviam partido na véspera à noite para Génova. Hoje deram as fortalezas as salvas do costume pelo nascimento do novo Príncipe. S. M. El Rei Vitor Manuel actualmente em S. Rossore, é o padrinho de seu Augusto Neto, e será representado, segundo me informam, no acto do baptismo pelo Barão Podecta, Síndico de Génova, em consequência de se achar doente o Marquês Alfieri, decano dos Cavaleiros da Ordem da Santíssima Anunciada.

.....

### III

27 de Janeiro de 1869

...No dia 14 do corrente teve lugar no Palácio Real de Génova o baptizado do Príncipe recém-nascido, filho de suas Altezas Reais os

Duques de Aosta. Continuam a ser satisfatórias as notícias acerca da saude da Duquesa de Aosta e do Duque de Puglia:

Em nota de 24 do corrente mês, agradecendo-me o Conde de Menabrea a comunicação que lhe fiz do telegrama de V. Exa. sôbre ter sido autorizado o Representante de S. M. em Roma a encarregar-se dos negócios correntes e da protecção dos súbditos italianos no território de Santa Sé, pediu-me de ser intérprete junto do governo de S. M., dos sentimentos de gratidão da parte do governo italiano por aquela nova prova de simpatia (1). E solicitando outrossim o dito General que devendo brevemente remeter à Legação de S. M. em Roma algumas comunicações acerca de vários negócios que requerem pronta resolução por parte do governo pontifício, disso prevenisse o Representante de Portugal naquela Corte, assim o fiz, oficiando hoje ao Sr. Luís Quillinan, que presumo achar-se alí Encarregado de Negócios interino em consequência da partida do Embaixador de S. M. e do Secretário daquela Missão.

D. Francisco de Paula Montemor, novo Ministro da Espanha nesta Corte, já se acha no exercício das suas funções, havendo apresentado as suas credenciais a S. M. o Rei de Itália.

Sinto anunciar a V. E. que o Duque de Sartirana, Prefeito do Palácio e Grão-Mestre de Cerimónias nesta Corte, faleceu há dias de uma molestia de coração. Por enquanto ainda não foi nomeado o seu sucessor, presumindo-se contudo que as atribuições de que ele estava investido serão divididas entre o Ministro da Casa do Rei e o Primeiro Mestre de cerimónias.

Terminou ontem, depois de 5 sessões, na Câmara dos Deputados por uma votação favorável ao Gabinete, a discussão sôbre as interpeções acerca da applicação da lei de moagens. O Ministério obteve uma maioria de 50 votos, porquanto tendo accitado a ordem do dia pura e simples proposta pelo Barão Ricasoli, foi a mesma aprovada por 207 votos e rejeitada sòmente por 157. Se bem o resultado de semelhante votação pareça à primeira vista dever garantir a existência dos membros do actual Gabinete, não será para estranhar que venha a verificar-se alguma pequena modificação no Ministério, apre-

---

(1) Il telegramma cifrato cui si riferisce Borges de Castro aveva il seguente testo: « Pour satisfaire au désir du gouvernement italien autorisé représentant à Rome de se charger des affaires courantes et de la protection des sujets italiens - Sá de Bandeira ». (Archivio *cit.*). La scelta del Portogallo, secondo il nostro rappresentante (doc. n. XIV del 1868), era statò un espediente da parte italiana per sfuggire all'intromissione francese. La Francia desiderava, infatti, ad ogni costo, fungere da intermediaria fra i governi di Firenze e di Roma. Per la scelta suddetta venne invocata la parentela esistente fra le corti di Lisbona e d'Italia.

sentando-se como assaz provável a substituição do actual Ministro do Reino, Sr. Cantelli, e não sei se de outro mais, por algum membro do chamado terceiro partido da Câmara dos Deputados. Pelo menos é o que se assevera como devendo succeder.

.....

#### IV

31 de Janeiro de 1869

... Em aditamento ao § 2º do meu precedente officio, julgo do meu dever levar ao conhecimento de V. E. a resposta que o Encarregado de Negócios interino de Portugal em Roma deu ao officio que lhe dirigi, no qual o prevenia de que o governo italiano tencionava, em virtude da autorização de S. M., remeter-lhe sem demora algumas comunicações urgentes. Objectando ele porém encarregar-se dos negócios italianos sem ultteriores instruções do governo de S. M., avisei logo o Conde de Menabrea daquela circumstância para que suspendesse por ora qualquer remessa de documentos para a nossa Legação em Roma.

Consta-me porém que o governo italiano telegrafára logo para Lisboa e é sem duvida em consequência deste facto que acabo de receber do Sr. Luís de Quillinan um telegrama annunciando-me que o governo de S. M. lhe reiterava a ordem que lhe havia mandado, e a que ele daria immediato cumprimento. Também desta comunicação preveni o Comendador Barbolani, Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, visto ter o Conde Menabrea acompanhado para Nápoles o Rei Vitor Manuel, que partiu ontem para aquella cidade.

.....

#### V

15 de Fevereiro de 1869

Poucos dias depois de se ter votado na Câmara dos Deputados sobre as interpelações acerca da applicação da lei de moagens, teve a mesma Câmara de adiar as suas sessões até ao dia 16 do corrente mês, por isso que uma grande parte dos seus membros se ausentou, deixando de haver número legal para celebrar as sessões. É procedimento que tem sido muito reprovado, tanto mais que estão pendentes importantes trabalhos, como a lei de administração que alternadamente entrava em discussão com o orçamento geral. Não houve força,

ao que parece, para reter os deputados na véspera do entrudo. Agora porém conta-se que se apresentaram em número suficiente, tendo sido para esse fim convidados por uma circular do Presidente do Conselho de Ministros, bem como por uma carta de alguns membros da maioria, e mesmo da opposição.

Os membros do Gabinete que acompanharam o Soberano a Nápoles, e os que allí foram posteriormente, estão todos de regresso a esta Capital e bem assim S. M. o Rei, que chegou ontem de madrugada. É indubitável que o acolhimento que S. M. recebeu nas províncias napolitanas e em Nápoles não podia ser mais satisfatório.

Contrariamente a um sem número de notícias propaladas pela opposição e levadas ao estrangeiro pelo telégrafo, quer acerca da crise ministerial, mudança de Gabinete, projectos de alianças ofensivas e defensivas, é do meu dever prevenir a V. E. de que tais notícias não merecem crédito. Em um dos meus precedentes officios disse que poderia ser que a remoção do actual Ministro do Reino, Conde Cantelli, se verificasse, o que porém até agora não succedeu.

É verdade que a lei da administração oferece difficuldades, oiço contudo que algumas já estão removidas, e que acabará por pôr-se de acordo a Câmara na aprovação de artigos que apresentarem maior duvida. O seguimento da discussão assim o demonstrará.

Quanto às conjecturas de alianças vejo que dois jornais estrangeiros, a *Gazeta de Colonia* e um jornal do Havre tratam da aliança franco-italiana contra a Prússia, participando nela a Áustria. Não me aventuraria sôbre tal assunto, tendo por firme que a Itália mais precisa de guardar a sua neutralidade para se consolidar no interior, do que lançar-se em novas empresas com o fim de novas aquisições como seria o Tirol que é o prémio que, segundo pretendem, lhe ofereceriam a França e a Áustria em troca da sua coadjuvação contra a Prússia.

Malgrado pois tudo quanto se tem espalhado e se está espalhando contra o actual Gabinete, há um facto que por si só é sufficiente para demonstrar o nenhum fundamento de tais ataques. Aludo ao curso forçado que, no dia de hoje, independentemente da transacção projectada sôbre os bens eclesiásticos para destruir o mesmo tem quasi desaparecido, achando-se por outro lado a 60 os fundos italianos de 5%. São factos inegáveis e que muito honram o Gabinete actual. E demais a tactica adoptada pela opposição nestes últimos meses para enfraquecer o Ministério fornecendo aos jornais estrangeiros, com persistência admirável, notícias menos verdadeiras acerca de pretendidas crises, é

demasiado conhecida para que ainda se conceda a tais notícias a menor importância.

Conquanto logo depois do falecimento do Duque de Sartirana se tivesse espalhado que as funções de que ele estava revestido na Côrte pudessem ser repartidas entre o Ministro da Casa Real e o 1º Mestre de Cerimónias, foi não obstante nomeado Prefeito do Palácio o Cavaleiro Frederico Morozzo della Rocca, ao presente reformado do posto de Ajudante do Campo do Rei. Foi nomeação de todos imprevista.

.....

## VI

28 de Fevereiro de 1869

... Posto que o orçamento do Ministério da Guerra acaba de ser votado na Câmara dos Deputados, concedendo este ao Governo uns três milhões de francos a mais do que o respectivo Ministro pedia, só mais tarde o poderei enviar a V. E. apenas se achar impresso aquele documento.

Terminou igualmente a discussão do orçamento do Ministério do Reino na Câmara dos Deputados devendo a discussão dos restantes vir logo em seguida quase sem interrupção, porquanto por uma deliberação da Câmara, sobre proposta do Ministro da Fazenda, dedicaram-se três dias da semana para tais discussões, dois para a lei de administração, e um para os negócios secundários.

Apesar de tantas reclamações da parte da opposição para que se acabe com o provisório, e se termine em tempo a discussão dos orçamentos, ao que por certo o outro lado da Câmara se recusa, e muito menos o Gabinete, e o que creio se conseguiria se tantos membros da esquerda não paralisassem a cada passo o andamento da discussão intercalando-a de discursos longuíssimos e constantemente repetidos, teve o Ministro de pedir autorização para um novo exercício provisório do orçamento do ano corrente até ao fim do próximo mês de Abril sendo-lhe aquela concedida por uma forte maioria, sem que por tal ocasião tentasse a opposição, segundo costume, suscitar a questão política, e contando o Ministro da Fazenda apresentar até meados de Março a sua exposição financeira, e a situação do tesouro.

Se bem o curso forçado do papel moeda vai desaparecendo rapidamente, subsistindo apenas um ágio de 2½ a 3%, persiste o Ministro da Fazenda na grande operação para a cessão dos bens eclesiásticos,

cujo valor orça pelo menos em 500 milhões de francos, quer a possa realizar por meio de venda, quer em virtude de um empréstimo hipotecário. Para tal fim há negociações celebradas com a casa Rothschild juntamente a um grupo dos principais estabelecimentos bancarios deste país.

Nenhum contrato foi ainda assinado a semelhante respeito, havendo quem afirme que o Ministério entende, antes de o concluir, submeter ao Parlamento as bases daquela operação, e aguardar a sua aprovação.

Teve hoje lugar na Corte um jantar ao Corpo Diplomático.

.....

## VII

9 de Março de 1869

... A demissão pedida pelo Conde de Usedom, Ministro da Prússia nesta Corte, e que tão activa parte tomou nas negociações que tiveram por fim a aliança da Itália com a Prússia e deram em resultado a batalha de Sadowa, causou bastante supresa e não pequeno sentimento tanto neste país, como entre os membros do Corpo Diplomático, do qual o Conde de Usedom era certamente um dos principais ornamentos pelo seu muito reconhecido talento e outras suas qualidades pessoais. Deve porém notar-se que a desinteligência que existia desde o principio do ano de 1866 entre ele e o General La Marmora a qual não fez senão aumentar com a publicação em primeiro lugar do relatório do Corpo do Estado Maior prussiano sôbre a campanha daquele ano, e em segundo lugar com outras publicações neste país e com a divulgação no Parlamento pelo sobredito General de uma nota confidencial a ele dirigida pelo Conde de Usedom, tornou a posição deste último um tanto difícil nesta Corte, guerreado como estava sendo quer pelo General, quer pelo partido que lhe dá o seu apoio. A tudo o referido acresce que de há muito nunca houve perfeito acordo entre o Conde de Bismarck e o Conde de Usedom, conquanto ambos militassem no mesmo campo, mas com vistas diferentes de conseguir acaso o mesmo fim. O que pois tenho per certo é que, não porque o Conde de Usedom cometesse alguma falta deixando de informar o seu governo exactamente, como algumas folhas pretendem, mas sim por simples exigência do Conde de Bismarck perante o Soberano, é que o Conde de Usedom foi convidado a dar a sua demissão do cargo de Ministro nesta Corte, o que ele sem demora

fez, recebendo ao mesmo tempo do Rei da Prússia testemunhos da maior benevolência e honrosos oferecimentos para assumir um importante cargo no seu país, o que ele porém declinou. Aquele cargo nada tinha de político por isso que era o de Director dos Estabelecimentos de Belas-Artes, que o Conde de Usedom sempre cultivou com certa paixão.

A demissão de tão distinto e respeitável diplomata, e a remoção gradual de todos os membros da Legação de Prússia em Florença, que aqui residiam na época de 1866, merecem por certo alguma atenção, debaixo do ponto de vista da situação presente e das eventualidades futuras da Europa.

Daqueles dois factos pode discernir-se que o Conde de Bismark precisando de todos os partidos na Itália para melhor conseguir seus planos, entendeu não poder continuar a sua política neste país com a presença do Conde de Usedom e dos outros empregados prussianos que tão alta e abertamente se pronunciaram contra o General La Marmora e o seu partido, provocando assim certo ressentimento no ânimo de muitos contra a Prússia.

Daí a persistência do Conde de Bismarck em remover o Conde de Usedom, ao que o Rei da Prússia foi obrigado a aceder bem contra vontade, colocando na alternativa de conservar o primeiro, sacrificando o segundo, ou de sustentar este, dando àquele a sua demissão como estava resolvida pedi-la se o Soberano não anuisse à sua exigência perentoria.

Não se conhece por ora quem virá substituir o Conde de Usedom nesta Corte, falando-se contudo no nome do Conde Brassier de St. Simon, o antecessor do mesmo Conde antes da transferênciã da capital de Turim.

.....

## VIII

16 de Março de 1869

... Tendo recebido o despacho circular que V. Exa. me fez a honra de dirigir, acompanhando um fragmento do *Diário* do Governo em que está publicado, precedido do respectivo relatório, o Decreto de 25 de Fevereiro último, abolindo o estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa. Segundo a recomendação de V. Exa. apressei-me a dar conhecimento ao governo italiano das disposições do citado decreto, chamando a sua atenção sôbre os constan-

tes esforços que o governo de S.M. tem feito desde 1854 para conseguir tão transcendente resultado (2).

Estou certo que o diário oficial deste Reino transcreverá aquele decreto, e creio que o governo italiano agradecerá a comunicação que lhe foi feita da parte do governo de El Rei por via do seu Representante nessa Corte.

.....

No dia 14 do corrente deu o Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros o jantar do costume para festejar o aniversário natalício de S. M. o Rei de Itália, sendo convidados os Chefes de Missões Estrangeiras, os Membros do Ministério, Cavaleiros da Ordem da Santíssima Anunciada presentes, e as principais autoridades civis e militares. O decano do Corpo Diplomático propôs a saúde do Rei de Itália, que o General Menabrea retribuiu com a saúde dos Soberanos e Chefes dos Estados amigos e aliados. Assistiu igualmente ao jantar o Sr. Constantino Nigra, Ministro de Itália em Paris, recentemente chegado a esta Corte, na companhia do seu colega em Paris, Mr. Jules Thirion, Encarregado de Negócios da República de São Salvador, o qual veio apresentar as suas credenciais naquela mesma qualidade junto deste governo.

Ontem partiu com direcção a Trieste o General Frederico Morozzo della Rocca, Prefeito do Palácio e Grã-Mestre de Cerimónias, indo encarregado da missão de cumprimentar em nome do Rei de Itália o Imperador da Áustria na sua próxima chegada a Trieste.

S. M. o Rei Vitor Manuel cuja saúde é excelente conta ir passar a Pascoa em Turim, regressando depois a esta Corte. Os trabalhos parlamentares prosseguem regularmente mas sempre vagarosamente. No entretanto terminou no dia 12 a discussão do Orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, seguindo-se-lhe agora o do Ministério das Obras Públicas, e continuando intercaladamente a discussão do projecto de lei da administração. Na sessão de ontem na Câmara dos Deputado foi contudo rejeitada uma ordem do dia, aceite pelo Gabinete, relativamente à publicação dos actos officiais nas

---

(2) Il dispaccio circolare del marchese de Sá da Bandeira, del 2 marzo, diceva: «No *Diário do Governo* n. 45, de 27 de Fevereiro último, verá V.Exa. publicado o Decreto de 25 do dito mês, e o relatório que o precedeu, abolindo o estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa, desde o dia da publicação do mesmo Decreto.

Remetendo a V.Exa. um fragmento do referido Diário, recomendo a V.Exa. haja de dar conhecimento a esse governo das disposições do citado Decreto, chamando a sua atenção sobre os constantes esforços que o governo português tem feito desde 1854 para conseguir tão transcendente resultado». (Archivio *cit.*).

diversas localidades do Reino. O governo estava inclinado a que se estudasse a questão antes de adoptar a publicação de um boletim exclusivamente destinado aqúelle fim conforme sustentaram a opposição e o grupo do chamado terceiro partido. Vingou portanto o boletim, o que vai sem duvida ocasionar um acrescimo da despesa que o Ministro do Reino terá de pedir ao Parlamento. Não me parece porém que aqúelle incidente possa ter maior consequência. Até agora tinha sido uso dar a publicação dos actos officiais, fora da capital, a um outro jornal com o qual se contratava para tal fim. Por este último sistema conseguia-se muito maior publicidade para os actos officiais segundo a opinião do Ministério.

De informação fidedigna creio poder dar como certa a nomeação do Conde Brassier de S. Simon para Ministro da Prússia nesta Corte, em substituição do Conde de Usedom.

.....

## IX

17 de Março de 1869

... A situação tão precária da Europa cada vez parece aumentar mais a desconfiança pública, a ponto que hoje em dia o menor movimento de uma ou outra personalidade dá motivo a uma série de conjecturas, que a imprensa e o telégrafo propagam sem demora. Bastou a vinda a esta Corte do Sr. Constantino Nigra, Ministro de Itália em París, para que se espalhasse que a aliança de que tanto se tem falado nestes últimos tempos, entre a França, Áustria e Itália, esteja a ponto de se concluir, se é que já não está concluída. Em apoio do que, cita-se igualmente a recente viagem de Mr. de Gramont a París até creio mesmo que o jantar que o Marquês Pepoli Representante de Itália em Viena deu ultimamente e a que concorreram alguns arquidukes, faltando só realizar-se, como erradamente se afirmou, a partida do Rei de Itália para em Trieste ter uma entrevista com o Imperador de Áustria, que deve alí chegar no dia 18 do corrente. Apesar de tantas banalidades e inexactidões, longe de mim pretender que não se trate, agora mais que nunca, de combinações políticas, em que maior parte por certo tomou a França e a Prússia.

Estamos assistindo, é verdade, à grande luta entre estas duas Potências, que a questão das alianças ainda impede de poder ter o seu desfeixo no campo da batalha. E a aliança do Reino de Itália quer para uma, quer para outra daquellas Potências, deve ser de assaz im-

portância. Conseguiu a Prússia atrair a si este Reino há três anos — havia um inimigo comum a combater. O prémio para a Itália era então muito sedutor, pois que o caminho para Roma era por Veneza, segundo a opinião assaz geral. A actual aliança oferecerá a este país as vantagens de outrora? Em que consistiria a presente compensação? Pretende-se que seja na cessão do Trentino, acena-se à retrocessão de Nice, e a alguma facilitação do lado de Roma. Eis o que vagamente corre, acrescentando-se que a negociação para a citada aliança foi encetada e é prosseguida sem conhecimento nem participação do Gabinete italiano, mas directamente com o Chefe do Estado. O facto de terem vindo alguns capitalistas a esta Corte para tratarem novamente com o Ministro da Fazenda de operação sôbre os bens eclesiásticos, serve mesmo para corroborar a mencionada aliança. Não faltam contradições. E para não estar a cansar a atenção de V. E. com o número de boatos que diáriamente ocupam as colunas dos jornais, direi em conclusão que efectivamente há grande reserva por parte deste governo no concernente a negócios de politica externa — que o que se projecta, se projecto há, é tido em grande segredo, custando-me a des-tacarme da opinião, que por vezes tenho emitido, de que o mais que da Italia se poderá conseguir será uma estrita neutralidade, porquanto se ela se lançar numa colisão armada poderá destruir de um dia para outro o resultado favorável que com tanto custo tem ultimamente obtido para o seu estado financeiro, e então a situação do novo Reino tornar-se-ia das mais críticas. Parece-me que o avanço não sofre contestações, mas ainda assim tudo é possível, posto me incline a crer que, malgrado quantos projectos possam existir, os Gabinetes europeus terão necessariamente de preocupar-se mais de perto do que poder surgir do gravíssimo estado de coisas em Espanha.

.....

## X

2 de Abril de 1869

... O Parlamento italiano suspendeu os seus trabalhos até ao dia 12 do corrente mês, tendo a Câmara dos Deputados fechado a sua última sessão no dia 20 de Março com a discussão e as votações do Orçamento da Marinha.

Os orçamentos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Obras Públicas são os primeiros dados para a ordem do dia. A expo-

sição financeira será igualmente apresentada pelo Conde Cambray-Digny.

O Grão-Duque Wladimir, segundo filho do Imperador da Rússia, recentemente chegado a esta Corte, foi ontem recebido por S. M. o Rei de Itália.

Logo depois recebeu S. M. o General Maering, também recentemente chegado de Trieste — encarregado de agradecer da parte do Imperador de Áustria o ter sido mandado o General Frederico della Rocca cumprimentar, por parte do Rei Vitor Manuel, o Imperador Francisco José durante a sua estada em Trieste. As duas cortes de Florença e Viena têm-se dado reciprocamente os maiores testemunhos de amizade e boa inteligência.

S. M. o Rei Vitor Manuel deve de novo partir hoje ou amanhã para Nápoles aonde se demorará de oito a dez dias, regressando em seguida a esta Corte, aonde haverá no dia 17 baile no Paço.

Não pouco se têm ocupado os jornais nestes últimos dias em exagerar os boatos de revolta e aliciações de alguns corpos do exército italiano. Espalharam-se é verdade em Nápoles muitos exemplares de proclamações republicanas, e o mesmo succedeu aqui num teatro. Tudo isso não tem a menor importância, e em todo o exército foram somente presos quatro indivíduos, de precedentes pouco honrosos, os únicos que os clubs mazzinistas conseguiram seduzir. O espírito do exército não pode ser melhor. As muitas notícias assustadoras espalhadas a propósito no estrangeiro acerca da Itália, devem ser acolhidas com toda a reserva e desconfiança.

.....

## XI

2 de Abril de 1869

... O General Menabrea, cumprindo a sua promessa apresentou à Câmara dos Deputados os documentos diplomáticos relativos aos negócios de Roma, contidos em número de 69 no chamado Livro-Verde, o qual tive a honra de remeter a V. E. pelo correio do dia 30 de Março último. Melhor do que eu o poderia fazer neste momento, encontrará V. E. no número incluso da «Correspondance italienne» uma muito exacta analyse daqueles documentos que se podem agrupar em três capítulos: attitude da conduta do governo francês — a conferência — o *modus vivendi*. Em qualquer daqueles pontos ninguém poderá negar que o governo de S. M. o Rei de Itália se houve

sempre com a maior firmeza e dignidade. Obteve plena satisfação da parte do governo francês, pelas palavras inconvenientes pronunciadas no corpo legislativo pelo Sr. Rouher — contribuiu fortemente para que não se realizasse a conferência projectada — demonstrou ter a melhor vontade de estabelecer sérias relações com a Cúria Romana, posto tivesse a convicção de nada conseguir por este lado.

Não posso duvidar que o General Menabrea, com a apresentação dos sobreditos documentos, só teve em vista um descargo de consciência.

O governo pontifício não se moverá e o Imperador dos franceses pouco ou nada poderá conseguir para estabelecer a boa intelligência entre os dois governos actuaes da península itálica. Persuado-me pois que o governo italiano nenhum passo mais dará, e no entretanto para obviar aos muitos inconvenientes que resultam da comunicação entre o norte e o sul da península pelos meios existentes da linha ferrea, trata de estabelecer uma nova linha, que sendo a continuação da que vai a Terni prossiga para o sul deixando logo à direita o território pontifício.

.....

## XII

14 de Abril de 1869

... O projecto da lei de administração affecto actualmente à discussão da Câmara dos Deputados, está longe do seu termo. No entretanto o Ministro da Fazenda apresentou uma proposta para que, deixando por agora a parte relativa às delegações, que em si envolve a supressão das 176 sub-prefeituras do Reino para as substituir por umas 600 a 700 nova subdivisões territoriais, fosse convertida em lei a parte já votada pela Câmara até ao ponto que trata das intendências financeiras. Se assim for resolvido, como parece que deve succeder, apressar-me-ia a enviar a V. E. o que neste assunto foi sancionado.

.....

Do mesmo modo conto haver dentro de dias o novo regulamento do Corpo Diplomático e sôbre os concursos de admissão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, os quais vão ser assinados definitivamente.

Vai-se operar um movimento assaz considerável no corpo diplomático italiano: o Comendador Barbolani, Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, passa a enviado a Constantinopla, sen-

do substituído pelo Sr. Alberto Blanc, conselheiro da Legação de Itália em Viena, o qual terá previamente a promoção de Ministro e depois entrará nas funções de Secretário Geral. O Sr. Corti, que está em Madrid, é substituído pelo Comendador Cerruti, ao presente Ministro de Itália em Washington.

O Comendador Carlos Cadorna, Conselheiro de Estado, ex-Ministro do Reino, passa a Enviado em Londres. Além destas outras mudanças e que para nós pouco interesse tem e que por isso não menciono.

No dia 7 do corrente partiu para Viena o General Maurício de Sonnaz, Monteiro-mor e Ajudante de Campo de S. M. o Rei de Itália, encarregado de apresentar ao Imperador da Áustria o colar da Ordem da Santíssima Anunciada. Tem aquele general recebido na Austria o mais cordeal acolhimento.

O Parlamento italiano reuniu-se novamente no dia 11, prossegue na discussão do Orçamento das Obras Públicas, devendo o Conde Cambray-Digny apresentar na semana próxima o relatório financeiro do Estado.

.....

### XIII

25 de Abril de 1869

... Fui entregue em 16 do corrente mês do despacho circular sôbre ter S. M. El Rei o Senhor D. Fernando repetido a declaração de que não accitaria o trono da Espanha se porventura lhe fosse oferecido pelas Cortes Constituintes daquele país (3). Tive ocasião de falar no assunto logo no dia seguinte com o General Menabrea, e bem assim com vários dos meus colegas. Consta-me que anteriormente o Presidente do Conselho de Ministros, certo da recusa de S. M. El Rei o Senhor Dom Fernando, foi ter uma conferência com o Duque de Aosta, na qual S.A.R. lhe declarava terminantemente a sua resolução de não admitir para ele a candidatura a sobredito trôno. Parece que não têm faltado diligências por parte do governo francês para que S.A.R. mude de opinião. É muito provável que o Duque de Aosta visite em breve o porto de Lisboa com a esquadra do seu comando, que actualmente estaciona na Spezia.

.....

---

(3) Dispaccio già trascritto più sopra.

Sinto anunciar a V. E. o falecimento no dia 16 do corrente mês do Marquês Cesar Alfieri di Sostegno, um dos caracteres mais distintos do antigo Piemonte.

.....

#### XIV

26 de Abril de 1869

... Pelo correio e em separado tenho a honra de enviar a V. E. o n. 111 da *Correspondance Italienne* contendo traduzida na sua integra a exposição financeira feita pelo Conde Cambray-Digny na Câmara dos Deputados. Como V. E. se servirá ver, é um trabalho extenso e assaz complicado, que merece consideração. Depois de estabelecer o conjunto da situação e de fixar a soma do deficit acumulado, indica as seguintes medidas para conseguir o equilíbrio do orçamento dentro de cinco anos. Consistem tais medidas em elevar o produto das moagens de 80 a 90 milhões —; fazer novas economias; estabelecer um cadastro uniforme que dá 10 milhões e mais no imposto territorial; reorganizar as taxas de consumo e assim obter mais 10 milhões; e reduzir rigorosamente as despesas extraordinárias a 60 milhões.

Quanto aos meios extraordinários com que o Ministro da Fazenda conta para cobrir o deficit acumulado em 31 de Dezembro de 1869, consistem eles nas seguintes três operações:

1º Antecipação nas vendas feitas e a fazer dos bens eclesiásticos (pode calcular-se 300 milhões).

2º Adiantamento da Banco Nacional, de acordo com o Banco de Nápoles, pela concessão do serviço das tesourarias (100 milhões ao juro de 5% depositados como garantia).

3º Empréstimo forçado a realizar-se daqui a mais tempo (320 milhões).

Espera o Conde Cambray-Digny que, mediante as duas Convenções que serão brevemente submetidas ao Parlamento, por ele já assinadas para realizar as duas primeiras operações, desaparecerá o curso forçado já hoje insignificante.

Devo notar a V. E. que depois de feita a exposição financeira têm os fundos públicos italianos subido algum tanto.

.....

... Um dos assuntos importantes do dia não só em Itália, mas mesmo no estrangeiro. é a conspiração secreta descoberta em Milão, conspiração puramente Mazzinista, sem ramificações naquela cidade, organizada em Lugano debaixo da direcção de Mazzini e importada em Itália por conspiradores em parte estrangeiros e em parte italianos, vindo quasi todos do estrangeiro. De há muito que a polícia seguia o fio do que se tramava, e assim sabia que além de Milão havia Florença, Nápoles e Palermo, e não sei mesmo se Génova, aonde se trabalhava para a um tempo rebentarem graves desordens. Como em Milão, apreenderam-se aqui muitas bombas chamadas de Orsini e correspondencias e capturaram-se vários indivíduos, menos os principais chefes que se puzeram desde logo a salvo. Em Nápoles prevalecia-se Mazzini de três meios para conseguir os seus tristes intentos: seduzindo o exército, excitando os estudantes e associando-se com os partidários dos Bourbons.

Segundo informação que tenho parece que o partido militar desejava que se deixassem verificar os projectados tumultos para acabar por uma vez com os conspiradores. O Ministro do Reino porém entendeu que se devia poupar derramamento de sangue, e por isso a polícia trata de paralisar os conspiradores nos seus funestos preparativos.

Esta nova conspiração de Mazzini que não é senão a continuação das muitas suas outras anteriores, despertou na imprensa italiana certo mau humor para com a Suíça. Mas Mazzini está amnistiado e por conseguinte não pode o governo italiano representar contra a estadia do velho conspirador em Lugano. Ouvi que agora pensa o governo italiano intentar um novo processo contra ele e sendo condenado insistir para que Mazzini saia do território suíço.

As tentativas republicanas contra a actual ordem de coisas no novo Reino são absolutamente inefficazes, e pode muito bem ser que contribuam fortemente para consolidar este governo. De facto o Gabinete Menabrea acaba de alcançar um grande triumpho, pela coligação da chamada *Permanente* que traz para a direita da Câmara dos Deputados piemonteses a alguns dos membros do chamado terceiro partido, formando assim uma grande e compacta maioria que fornecerá uma força imponente ao poder executivo. Uma das consequências naturais de semelhante coligação será com o tempo uma modificação ministerial, na qual prevalecerão o actual Presidente do Conselho de Minis-

tros e Ministro da Fazenda. Quanto às substituições futuras, o que se tem dito nos jornais ou espalhado no público não passa de simples conjectura. Constituída que seja sôbre as novas bases indicadas à Câmara dos Deputados, tenho motivo para crer que na ocasião de se verificar a interpelação já anunciada sôbre a questão de Roma, fará o Gabinete uma declaração muito explicita em relação às aspirações de Roma capital de Itália.

.....

## XVI

4 de Maio de 1869

... Tenho a honra de anunciar a V. E. haver-se realizado na sessão de ontem na Câmara dos Deputados o grande acontecimento que aponte a V. E. Foi o deputado Ferraris que, tomando a palavra logo no princípio da sessão, declarou quais as razões que o levavam a abandonar, juntamente com a maior parte dos seus amigos da chamada *Permanente*, a opposição e unir-se à direita da Câmara. Aquella declaração deu lugar a outras por parte do Gabinete, que confirmaram e selaram a actual aliança.

Propôs depois o mesmo deputado Ferraris uma ordem do dia que formulava em termos gerais um programa político e financeiro aceite pelo Ministério e com uma importante emenda introduzida pela direita da Câmara. Por uma votação nominal de 168 votos contra 22 passou aquella ordem do dia. Dos deputados presentes, 77 abstiveram-se de votar, incluindo-se neste número o Comendador Lanza, conquanto não pertença à esquerda, da qual são membros quasi todos aqueles 77. Incluso encontrará V. E. o extracto da importante sessão de ontem.

Como avancei anteriormente, a consequência lógica do acontecimento do dia é a modificação ministerial. Não sei ao certo como esta se realizará, se dando o Gabinete actual a sua demissão em massa, como corre no público, se saindo simplesmente algum dos seus membros. Em todo o caso a entrada do Deputado Ferraris e de mais algum membro da *Permanente* não padece a menor duvida.

Não é de ontem que se tratava da combinação, que se tornou hoje um facto. Já há muito que se negociava para conseguir tão transcendente resultado para a marcha política do país. Por demasiado exageradas as condições que antes impunha o partido da *Permanente*, e que por isso não eram admissíveis, tardou tanto a verificada junção.

Pretendia aquele partido não só tomar parte directa na administração no Estado, senão assumir logo a Presidência do Conselho de Ministros. Vê-se pois que modificou sensivelmente as suas primeiras condições, e não duvido que assim praticasse em vista da necessidade de se acudir seriamente ao estado financeiro de Itália, que só pode ser salvo por concurso firme e decidido dos homens importantes do país, facilitando assim o governo de prosseguir desassombadamente nas medidas economicas reconhecidas indispensáveis para restabelecer o enorme desequilíbrio que subsiste há tantos anos no Orçamento do Estado.

Os jornais vêm cheios de descrições da festa do quarto centenário natalício de Nicolau Machiavelli, que ontem se celebrou nesta capital.

.....

## XVII

12 de Maio de 1869

... Na sessão de 10 do corrente mês discutiu-se e foi votado na Câmara dos Deputados o Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino de Itália.

Como já tive a honra de remeter a V. E. o projecto de lei apresentado pelo General Menabrea, parece-me que V. E. verá com interesse o relatório da respectiva Comissão da Câmara sôbre o mesmo Orçamento, e por isso o envio hoje cintado pelo correio.

Em dois únicos pontos divergiu a Comissão — o primeiro no capítulo 4º, pessoal das Legações, votando a Câmara a verba apresentada pelo governo, e rejeitando uma pequena diminuição que a Comissão propunha; o segundo no capítulo 5º, pessoal dos Consulados, sendo aprovada a verba mais elevada proposta pela Comissão. O Orçamento foi votado numa sessão, e quasi sem discussão.

... Confirmo a V. E. o que o telégrafo por certo já terá anunciado, que todo o Gabinete presidido pelo General Menabrea entendeu apresentar a sua demissão, a fim de se formar um novo composto de membros das diversas fracções que hoje constituem a maioria da Câmara electiva. O Rei aceitando a demissão do Gabinete transacto, encarregou o General Menabrea da formação de outro. Sinto porém dizer a V. E. que, com grande surpresa do público, ainda até esta data não se pôde chegar a um acordo. Aguarde a formação do novo Gabinete para então dizer a V. E. o que se me oferecer sôbre o assunto.

.....

... A *Gazeta Oficial* publica esta tarde a lista do novo Ministério assim composto:

Conde Menabrea, Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Conde de Cambray-Digny, Ministro da Fazenda;

Mr. Ferraris, Ministro do Reino;

Mr. Minghetti, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio;

Mr. Mordini, Ministro das Obras Públicas;

Mr. Bargoni, Ministro da Instrução Pública;

Mr. De Filippo, Ministro da Justiça;

Mr. Bertoli-Viale, Ministro da Guerra;

Mr. Riboty, Ministro da Marinha.

Os membros do novo Gabinete prestaram juramento entre as mãos do Rei pelas três horas da tarde, partindo em seguida S. M. para Turim, viagem que devia ter verificado há 8 dias.

Do antigo Gabinete ficaram, como V. Exa. observará cinco Ministros, entrando por conseguinte quatro novos.

O Parlamento que havia ontem deliberado suspender as suas sessões, a Câmara electiva até ao dia 15, e o Senado até ao dia 18, em consequência da crise ministerial, foi convocado para amanhã afim de ouvir a comunicação de governo sôbre a constituição do novo Ministério.

.....

... Conforme tive a honra de anunciar a V. E. terminou a crise ministerial com a formação do novo Gabinete composto dos membros por mim ontem indicados. Em tal combinação acha-se a direita da Câmara electiva representada por seis Ministros: General Menabrea, Conde de Cambray-Digny e Sr. Bertoli-Viale, Riboty, De Filippo e Minghetti; a antiga *Permanente* pelo Sr. Ferraris, e o terceiro partido pelo Sr. Mordini e Bargoni.

O que deu lugar à prolongação da crise ministerial foi a insistência por parte dos amigos políticos do Sr. Minghetti em que a este

fosse confiada a pasta dos Negócios Estrangeiros que o General Menabrea a nenhum custo queria largar. Afinal conseguiu-se com não pequena dificuldade que aqueles prescindissem da sua exigência e o Sr. Minghetti, por um verdadeiro acto de abnegação, atenta a sua personalidade política, aceitou o cargo de Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio.

Hoje foi apresentado ao Parlamento o novo Gabinete, pelo seu Presidente, o qual leu em seguida na Câmara dos Deputados o pequeno discurso que V. E. achará incluso. Uma passagem daquele discurso deu lugar a que o deputado Lanza explicasse as palavras que faziam alusão à fusão dos representantes do Piemonte. Alguns membros da esquerda tomaram a palavra, para impugnar algumas asserções do Conde Menabrea, porém este incidente terminou depressa.

O Sr. De Filippo, Ministro da Justiça, já declarou que só por poucos dias conservaria aquela pasta, que aceitou com o unico fim de não pôr obstáculo à formação do Gabinete, estando de resto decidido a não retirar a demissão pedida.

O juízo que em geral vejo formar-se do novo Gabinete é que este difficilmente se poderá sustentar tal qual está formado, parecendo assaz provável que o Conde Menabrea não retenha por muito tempo a presidência do mesmo. Não sendo o dito Conde homem político nem Chefe de partido e tendo-se associado quatro colegas, bem conhecidos nas lides políticas do país, conjectura-se que a sua influência deve ser muito secundária, no seio do Gabinete. Há mesmo quem pretenda que as negociações que deram em resultado a actual combinação ministerial foram prosseguidas com o fim de afastar o Conde Menabrea da administração do Estado. O tempo esclarecerá este ponto, sendo certo que ninguém duvida que a influência francesa tem grande parte na manutenção do mencionado Conde à testa dos negócios estrangeiros.

.....

## XX

20 de Maio de 1869

... Acha-se exercendo as funções de Secretário Geral dos Negócios Estrangeiros o Comendador Alberto Blanc, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, em substituição do Comendador Barbolani, nomeado Representante de Itália em Constantinopla. Assim foi

notificado às Missões estrangeiras nesta Corte pelo General Menabrea em nota datada de 14 deste mês.

.....

## XXI

27 de Maio de 1869

... Devendo sem dúvida o governo de S. M. estar-se ocupando do futuro Concílio Ecumenico, julgo importante dar conhecimento a V. E. de uma recente publicação que tem por título *Le Concilie Aecumenique et les droits de l'Etat*, impressa recentemente em Paris e que hoje remeto em separado pelo correio. Aquela publicação é inspirada pelo governo italiano, que cometeu o trabalho a um Prelado eminente, cujo nome não está divulgado. Consta-me que há uma refutação feita em Roma por Monsenhor Nardi, a qual porém não se acha à venda nesta Capital.

.....

Tendo o actual Ministro da Guerra apresentado à Câmara dos Deputados na sessão de 28 de Novembro de 1868, um projecto de lei para a abrogação dos artigos 98 e 99 da lei sobre o recrutamento militar de 20 de Março de 1854, em virtude do primeiro dos quais os alunos católicos na carreira eclesiástica, bem como os aspirantes ao ministério dos cultos tolerados, gozavam do privilégio de isenção do mesmo recrutamento; e conquanto no ano de 1864 a Câmara electiva adoptasse a abrogação repelindo porém aquella que reforma o Senado, acaba finalmente de ser de novo votada em ambos os ramos do Parlamento, sendo aprovado no Senado na sessão de 19 do corrente mês por 67 votos contra 30. Esta medida que teve só por unico fim tornar iguais todos os cidadãos, não deixou de levantar grande polémica, quer no Parlamento, quer na imprensa, e de provocar representações por parte de vários Bispos.

Como era assaz natural a discussão no Senado do mencionado projecto de lei sobre a abrogação dos citados artigos paralisou, por assim dizer, pela sua importância, os trabalhos da Câmara dos Deputados. Vencida porém aquella já tão protraida questão, apresentou o Ministro da Fazenda, na última Câmara, três Convenções, das quais a primeira para a passagem da tesouraria ao Banco Nacional, com faculdade de conceder o serviço de onze tesourarias provinciais ao

Banco de Nápoles; a segunda para a fusão do Banco Toscano com o Banco Nacional, e a terceira com a Sociedade dos bons nacionais para a alienação dos bens eclesiásticos. Estas três convenções que figuram como partes de um único projecto de lei, terei a honra de remeter logo a V. E. logo que as receba da Câmara dos Deputados.

Muitos são os trabalhos de que o Parlamento, apesar de já se estar no fim de Maio, terá de occupar-se e terminar segundo os desejos manifestados pelo governo numa das precedentes sessões. Consistem os principais, em acabar a discussão do orçamento de 1869, discutir o orçamento de 1870, exaurir todos os projectos de lei da fazenda, examinar as convenções dos caminhos de ferro, e concluir a lei da administração. Não saberei até que ponto se poderão realizar os desejos do governo, tanto mais que com dificuldade se tem reunido nestes últimos dias número sufficiente de deputados para haver sessões.

O Comendador Pironti, Senador do Reino, foi nomeado Ministro da Justiça, em substituição do Comendador De Filippo, que, como V. E. sabe, só se prestou a conservar aquella pasta até à nomeação de um successor.

O Conde Brassier de St. Simon, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Rei da Prússia e da Confederação da Alemanha do Norte apresentou hoje as suas Credenciais a S. M. o Rei de Itália. Na mesma qualidade já o dito Conde havia representado S. M. prussiana no Piemonte e depois na Itália até pouco antes da transferência da Capital para Florença. A sua escolha foi muito bem acolhida nesta Corte.

.....

## XXII

28 de Maio de 1869

... Não posso deixar debaixo de silêncio um tristíssimo facto que se deu na noite de 24 do corrente em Liorne, de que resultou ficar morto o Cônsul Geral da Áustria naquele porto, o Cavaleiro Nicolau de Inghirami Fei, e ferido o General austríaco Conde Francisco Folliot Creneville.

Este último que havia sido encarregado de reprimir em Liorne os tumultos que alí houveram em 1849, deixou naquella cidade as mais tristes recordações. Apesar de decorridos vinte anos, não se apagou ainda a memória do regime sanguinoso que aquella povoação teve de suportar. É por isso que sabendo-se que o Conde de Creneville di-

rigia-se a Liorne, foram tomadas todas as precauções por parte da política para o livrar de qualquer insulto. No momento porém em que ele acompanhado do Cônsul Geral ia a embarcar num bote para se dirigir a bordo do vapor que o devia conduzir a Civitavecchia, dois desconhecidos o atacaram com punhais, ferindo-o apenas na face, enquanto que o Cônsul Geral recebia um golpe no coração, que logo ali o deixou cadaver. Os assassinos fugiram precipitadamente. Incluso encontrará V. E. uma correspondência inserta na *Nazione* acerca do occorrido.

Das mais recentes notícias recebidas, tem-se por certo a descoberta dos indivíduos que atacaram o Conde Creneville e o Cônsul Inghirami, os quais já se acham entregues ao poder judicial.

No Domingo 23 do corrente mês chegou a Florença o Vice-Rei do Egipto, Ismail-Pachá, com seu filho, o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros Nubar Pachá e uma numerosa comitiva. Sua Alteza esteve alojada no Palácio Pitti, aonde foi muito obsequiado por S. M. o Rei de Itália. Sua Alteza, em consequência da grande digressão que tenciona fazer pela Europa, só se demorou até ontem nesta Corte partindo de manhã para Veneza, e embarcando ali de tarde no seu *yacht* para Trieste afim de prosseguir para Viena.

Cumpre-me anunciar a V. E. haver falecido repentinamente nesta Corte na noite de 27 dêste mês, o Marechal do Exército italiano João Durando, pensionista do Estado.

.....

### XXIII

12 de Junho de 1869

... Um recente processo promovido por dois deputados da direita, Srs. Civinini e Brenna, contra dois jornais que se publicam em Milão, e em que aqueles saíram absolvidos, e os gerentes responsáveis dos ditos jornais foram condenados em longa prisão e avultada multa, por insinuações de illicita participação no contrato da *régie* co-interessada dos tabacos, foi causa que a esquerda da Câmara dos Deputados, por meio de três dos seus membros, Sr. Ferrari, La Porta e Damiani, formulou uma proposta apresentada na sessão de 29 e lida no dia 31 do mês passado, concebida nos seguintes termos:

«A Câmara convencida de que depois do recente processo, surtisse para ela a necessidade de um inquérito sôbre os factos concernentes a *régie* cointeressada, delibera que uma comissão de inquérito

parlamentar ponha em claro se e até que ponto haja sido respeitada a dignidade do Parlamento por todos os seus membros »).

Aquela proposta foi dada para a discussão na sessão de 2 do corrente mês, e desenvolvida pelo primeiro dos seus autores, foi muito combatida pelo lado direito da Câmara.

Insistia a maioria da Câmara por que antes de tudo se manifestasse os factos e se indicasse o nome dos culpados; ao que a minoria se opunha obstinadamente, sustentando que primeiro se nomeasse a Comissão de inquérito. Um incidente porém veio pôr termo à contestação. Declarou solenemente um membro da esquerda, o major de Estado Maior Lobbia que tinha allí dentro de um subscrito, fechado com lacre em presença de testemunhas, e que continha documentos importantes sôbre a questão que se agitava, mas que não os apresentaria senão depois de nomeada a Comissão de inquérito. Foi pois votada esta na sessão de ontem, tendo previamente sido nomeada uma junta, a qual apresentou o seu relatório sôbre a proposta da nomeação da mencionada Comissão e formulou o projecto da deliberação, que deve servir de norma para os trabalhos da dita Comissão. Um e outro documento receberá V. E. pelo correio.

Os artigos de que se compõe o projecto da deliberação foram aprovados na sessão de ontem. Confiou-se ao Presidente da Câmara a nomeação dos novos Membros que devem fazer parte da Comissão. Creio não exagerar dizendo a V. E. que as sessões consagradas a tão baixo quanto vergonhoso incidente têm sido uma serie de verdadeiros escandalos. O efeito produzido em público deixo a V. E. imaginar qual possa ter sido.

Nada se pode prever do resultado do inquérito, ainda que haja quem pretenda que será nenhuma. O que porém se considera certo é que logo que for votado no Senado o orçamento de 1869, o Parlamento será adiado. No estado a que as coisas chegaram, é medida prudente e necessária.

Os recentes tumultos que se deram em Roma, e de que os jornais se têm occupado, cessaram completamente, tendo-se restabelecido allí a tranquillidade, em vista da attitude enérgica da autoridade, auxiliada por muitíssimos habitantes daquela cidade.

.....

... Reservando-me informar a V. E. do que me constar do mais importante acerca do futuro Concilio Ecumenico, posso desde já dizer a V. E. pelo que respeita ao governo italiano, que este nenhum passo mais tem dado além do que a V. E. terá constado pelo Representante de Itália nessa Corte. Nem mesmo este governo pode por enquanto estar bem fixado quanto à linha de conduta que deverá adoptar definitivamente. Depende isso em grande parte das disposições das demais Potências. Os muitos e importantes negócios que têm recentemente occupado a atenção do Ministério italiano e as não poucas dificuldades com que tem lutado, obrigaram o General Menabrea a pôr temporariamente de parte aquele assaz transcendente assunto. Tenho porém matéria para acreditar que apenas o mencionado General estiver um pouco mais desembaraçado, occupar-se-á novamente do Concílio.

Achando-se ausente desta Capital o General Durando, não posso desempenhar desde já o encargo de V. E., dando-lhe em nome de V. E. os pesames pelo falecimento do seu irmão o Marechal João Durando o que contudo me apressarei a fazer na primeira ocasião que se me oferecer.

.....

... Um novo crime, semelhante ao que ultimamente foi perpetrado em Liorne na pessoa do Cônsul de Áustria e contra o General austríaco Conde de Creneville, acaba de ser praticado nesta capital na noite de 15 contra o deputado Major Lobbia.

... Para não incorrer em alguma inexactidão limito-me, baseando-me na parte da polícia, a anunciar a V. E. que naquela noite pouco depois da meia noite o Major Lobbia, passando por uma rua, aliás bem central, foi acometido por um desconhecido, que lhe deu duas punhaladas, sendo uma na cabeça, outra no braço esquerdo, ambas porém assaz leves. O assassino fugiu em seguida e não me consta que até ao presente fosse descoberto.

Este novo crime pôs em alvoroço toda a imprensa, e sobressaltou sobremodo a Câmara dos Deputados. Não faltaram as interpelações

apaixonadas ao governo mas o incidente não tomou as proporções que acaso poderia ter tomado. Pelo correio remeto a V. E. o jornal *L'Opinione* contendo o extracto da sessão de 16 na Câmara dos Deputados, e bem assim um artigo, nas últimas notícias, sôbre a agressão de que felizmente escapou o Major Lobbia. A posição excepcional, em que este se encontrava em relação à comissão de inquérito votada pela mencionada Câmara, dá ao facto ocorrido um character por extremo grave.

A comissão de inquérito, composta de 4 membros da direita, 2 do centro e 3 da esquerda, achando-se desde ante-ontem constituida, devia receber ontem de manhã a comunicação do Major Lobbia.

A Comissão deve prosseguir com diligência no seu inquérito por todos os motivos, e ao que parece hoje mesmo poderá o Major Lobbia depôr perante a mesma.

O governo só espera pelo resultado do inquérito para adiar as Câmaras, o que terá lugar até ao fim do corrente mês, apesar de haver alguns trabalhos importantes que se deveriam discutir, tendo sido entre outros apresentado na sessão de 12 o relatório suplementar do projecto de lei para a organização da administração.

.....

## XXVI

17 de Junho de 1869

... Depois de expedido o meu precedente officio vejo que o governo, por uma decisão repentina, fez adiar hoje mesmo as sessões do Parlamento, devendo este ser convocado oportunamente. Segundo sou informado a intenção do Gabinete é deixar a Comissão de inquérito prosseguir nos seus trabalhos, findos os quais reunirá o Parlamento para ouvir o relatório da respectiva Comissão, prorrogando o em seguida até Outubro.

O Ministro da Fazenda retirou o projecto de lei sôbre as três Convenções financeiras afim de nelas introduzir algumas modificações de acordo com os contraentes.

.....

... Posto não me seja dado ainda hoje satisfazer absolutamente ao que V. E. se serviu requisitar-me por isso que o projecto de lei de administração não chegou a ser aprovado e sancionado, achando-se prorrogado o Parlamento italiano, entendo contudo transmitir hoje pelo correio a V. E. o relatório suplementar apresentado na sessão de 12 do corrente na Câmara dos Deputados para a reorganização da administração central e provincial do Estado e instituição das repartições provinciais.

.....

... Ao mesmo tempo que a Comissão de inquérito prossegue nos seus trabalhos ouvindo várias testemunhas, convocadas recentemente e depois de haver tomado conhecimento dos documentos apresentados pelo deputado Major Lobbia, houveram demonstrações populares em diferentes cidades de Itália e entre aquelas as que tiveram um character mais sério foram as de Milão, que contudo foram reprimidas sem grande dificuldade, porem com a intervenção da tropa.

Foi feito um certo número de prisões, em especialidade de alguns ex-officiais garibaldinos, entre os quais figura o Sr. Canzio, genro de Garibaldi.

A Autoridade tem-se havido com grande vigilância, e descobriu sem demora o fio da vasta conspiração republicana, que não se limitou, como é sabido, só à Itália. Estão tomadas todas as precauções, e não há receio de que os tumultos da praça possam ter consequências sérias. A associação dos chamados *Reduci* das batalhas patrias estabelecida em Génova foi há dias dissolvida, sendo sem duvida o foco da agitação actual.

S. M. o Rei Vitor Manuel que se havia retirado para Valdieri no mesmo dia em que se prorrogavam as Câmaras, regressou há dias a esta Corte em consequência do estado de agitação que se manifestara em muitos pontos desta península.

Se bem a tranquillidade se ache novamente restabelecida por toda a parte a dissensão entre os jornais que sempre apoiaram o actual Gabinete suscitaram uma renhida polémica entre os mesmos, o que

veio pouco a propósito no momento em que o partido liberal moderado deve estar compacto para resistir à onda revolucionária, que está passando. Apesar contudo de todo este conjunto de incidentes desagradáveis e tristes, não há que temer pela manutenção do estado actual das coisas deste Reino.

Um telegrama expedido repentinamente de Spezia trouxe aqui a triste notícia do grave estado de saúde em que esteve a Duquesa de Aosta a quem, depois de uma febre perniciosa, sobreveio outra conhecida na Toscana debaixo do nome de *miliare*. Apenas houve conhecimento da doença de S.A.R. partiu para Spezia o Príncipe do Piemonte juntamente com o Marquês Gualterio, Ministro da Casa Real. Tanto o Príncipe como o dito Marquês regressaram no dia 22 à noite, e desde então as fortes erupções da *miliare* têm contribuído para aliviar a Augusta enferma, fazendo diminuir, ainda que pouco, a gravidade da doença. Oxalá que S.A.R. possa superar o mal que tanto a afflige, que deve dar sempre muito sério cuidado.

.....

## XXIX

13 de Julho de 1869

... Das indagações a que se têm procedido para se descobrir o perpetrador do atentado cometido contra o Major Lobbia, deputado, não me consta que se tenha podido chegar a resultado algum. Aquella tentativa da assassínio está envolta em tal mistério, as circunstâncias em que foi efectuada são confusas, os boatos acerca da mesma são tão contraditórios, que parece difficil que se tire a claro aquele acontecimento. Há quem pretenda que semelhante tentativa não passa duma simples farsa, e que se deve considerar como manejo de partidos.

Em aditamento ao que tive a honra de participar a V. E. a Comissão de inquérito sôbre os factos concernentes à *régie* cointeressada nomeada pela Câmara dos Deputados, depois de celebrar 6 sessões públicas que terminaram no dia 6 do corrente mês, deu por concluído o inquérito. A mesma Comissão, que vai apresentar agora as suas conclusões, incumbiu o seu Presidente e Secretário de redigirem o competente relatório.

Do que se pode deprender do occorrido nas sessões públicas, nada se prova contra os deputados indigitados como corruptores ou corrompidos o que parece sim é que se forjou uma tremenda intriga contra alguns deles, e que quem nele tomou parte ou a originou poderá mui-

to bem vir a ser tido por simples caluniador. Deve-se contudo aguardar que seja publicado o relatório a que acima aludo, apesar de tudo indicar que a decisão da Comissão será negativa isto é não constar que nenhum membro da Câmara tivesse participação ilícita na régie cointeressada de tabacos, não havendo por conseguinte lugar a que a Câmara seja convocada para ouvir o resultado do inquérito. Tudo isto não passará de um vergonhoso e escandaloso incidente e se reduzirá a uma pura vingança pessoal do deputado da esquerda, Sr. Crispi, contra o ex-deputado da esquerda, Sr. Civinnini.

.....

### XXX

21 de Julho de 1869

... O governo italiano, como V. E. se servirá ver da nota inclusa por cópia do Conde Menabrea, querendo remover os inconvenientes que resultam para a aplicação dos regulamentos administrativos e de política marítima do facto assaz repetido de se admitir individuos pertencentes à marinha mercante italiana a fazerem parte das tripulações estrangeiras, sem haverem obtido a prévia autorização da Autoridade Marítima da localidade aonde os mesmos se acham inscritos, recorreu aos Representantes das nações estrangeiras solicitando que se dêem instruções aos respectivos Agentes Consulares em virtude das quais eles não possam admitir os individuos acima mencionados sem terem primeiro a segurança de que nada a isso se opõe por parte da autoridade marítima.

Tendo por muito razoável o pedido do governo italiano, além de que raríssimo será o caso que se possa dar em relação à nossa marinha, sendo por assim dizer quasi nula a navegação directa entre os dois países, entendi dever satisfazer aos desejos do mesmo governo, e nesse sentido officiei aos Cônsules Gerais em Génova e Nápoles e Cônsul em Veneza para que tanto eles como os seus subordinados, hajam de conformar-se ao requisito supraindicado.

.....

### XXXI

28 de Julho de 1869

... A Comissão de inquérito da Câmara dos Deputados só agora distribuiu o volume das actas do inquérito parlamentar que, por

volumoso, reservo-me enviar a V. E. na primeira ocasião oportuna. No entretanto e para evitar maior demora incluo o relatório com que termina aquele volume, e como V. E. se servirá ver, não resulta prova alguma de participação ilícita na *Regie* cointeressada dos tabacos por parte de alguns membros indigitados da Câmara electiva. Grave responsabilidade pois recai sôbre quem provocou um tal inquérito, e é de prever que quando o Parlamento se reunir de novo para Novembro, há de haver quem proponha um voto de censura contra os deputados Crispi e Lobbia, não sendo para admirar, antes pelo contrário se deve ter por certo que o último, que é major do Estado Maior do Exército italiano, seja obrigado a demitir-se.

.....

### XXXII

15 de Agosto de 1869

...No meu regresso de Florença vim encontrar o despacho telegráfico de 12 do corrente mês, no qual V. E. se serve participar-me achar-se constituido o novo Gabinete presidido pelo Ex.mo Duque de Loulé. Sendo esta a primeira vez que me cabe a honra de servir de baixo das ordens immediatas de V. E., confio que se dignará dispensar-me a mesma benevolência e confiança que sempre tenho encontrado da parte de V. E. (4)...

Conforme havia prevenido parti a 3 deste mês em direcção a Trento, recebendo alí na madrugada de 4 para 5, S. M. a Rainha, e conduzindo em seguida a mesma Augusta Senhora para a Real Residência de Monza, aonde se chegou na manhã de 5, como anunciei pelo telégrafo. Na estação de Milão esperava sua Augusta Irmã o Príncipe de Piemonte. Compareceram alí as autoridades de Milão, assim como haviam comparecido as demais autoridades das diversas localidades por onde transitou o comboio real.

Na sua curta estadia em Monza recebeu S. M. a Rainha as maiores provas de affecto da parte dos Principes do Piemonte, e alí foi visitada por S. M. o Rei Vitor Manuel, pelo Duque e Duquesa de Aosta e pelo Príncipe de Carignano.

---

(4) Il nuovo ministero era costituito nel seguente modo: presidente del consiglio e ministro del regno, Duca de Loulé; ministro degli affari esteri, José da Silva Mendes Leal; ministro delle finanze, Anselmo José Braancamp; ministro della giustizia, José Luciano de Castro; ministro della marina, Luis Augusto Rebelo da Silva; ministro dei lavori pubblici e ministro interino della guerra, Joaquim Tomas Lobo de Avila. (Dispaccio circolare del 12 agosto, e telegramma della stessa data. Archivio *cit.*).

Apenas houve notícia da chegada a Bordeus da Corveta Estefania, determinou logo S. M. a Rainha o dia da sua partida, que se verificou a 12, escolhendo o caminho de Simplon para se dirigir a Lion e dali a Bordeus, aonde deve ter chegado hoje. Coube-me a honra de acompanhar S. M. até Arona, aonde tomou a posta para atravessar o Simplon até Sierre. Eu regresssei em seguida a Milão e dali a Florença, chegando ontem, como havia prevenido pelo meu telegrama expedido no momento da partida de Monza.

.....

### XXXIII

2 de Setembro de 1869

... Tenho a honra de acusar recebidos os despachos de V. E. sendo o primeiro a confirmação do telegrama em que V. E. se servia participar-me a formação do actual Gabinete ...

A sessão legislativa principiada em 1867 só foi encerrada por decreto de 14 do mês próximo findo.

Das informações que tenho não julgo que o Parlamento seja de novo convocado antes do futuro mês de Novembro, se não sobrevier alguma circunstância extraordinária.

Nenhuma ocorrência de maior importância se tem dado ultimamente neste país que mereça ser levada a conhecimento de V. E. S. M. o Rei Vitor Manuel regressou há dias a esta capital. Os Príncipes de Piemonte devem neste mês partir para Nápoles, onde passarão o inverno, tendo o Duque de Aosta, depois de uma licença de 30 dias, embarcado há dias em Brindisi, dirigindo-se à esquadra italiana do seu comando.

As tropas continuam nas suas manobras nos diversos campos estabelecidos para aquele fim. Quasi todos os chefes das missões estrangeiros acham-se ausentes da capital.

.....

### XXXIV

24 de Setembro de 1869

... Terminaram sem notável incidente as grandes manobras que houveram nas imediações da capital, e a que El Rei Vitor Manuel assi-

stiu durante três dias. Foi um simulacro de ataque e defesa de Florença, em que tomaram parte sobre quinze mil homens de todas as armas.

.....

### XXXV

4 de Outubro de 1869

... Apresso-me a transmitir a V. Exa. a inclusa Circular expedida pelo Ministro da Justiça, em consequência dos pedidos de vários Bispos para irem assistir ao Concilio Ecumenico em Roma. É um documento importante, e de que por certo o governo de S. M. estimará ter conhecimento.

A Imperatriz dos Franceses chegou efectivamente no dia 2 do corrente mês a Veneza, dirigindo-se logo para bordo do vapor *L'Aigle*. El Rei Vitor Manuel visitou alí a mesma Augusta Senhora deixando em seguida Veneza, aonde deve ter chegado o Principe Humberto. A Imperatriz pouca demora poderá ter naquele posto.

.....

### XXXVI

16 de Outubro de 1869

... Vai-se aproximando a epoca da abertura da nova sessão legislativa, que deve verificar-se no próximo mês de Novembro. O actual Gabinete que de dia para dia está sendo o alvo de maior opposição, terá de experimentar fortes embaraços em frente dos partidos representados na Câmara dos Deputados, e eu pressinto que ou haverá mudança ministerial, ou a Câmara, qual se acha constituida, não poderá continuar.

Pondo mesmo de parte alguns incidentes políticos que se têm dado, e que continuam a agitar os espiritos, haverá sempre a grande questão financeira, que não parece ter feito grande progresso nos últimos meses. O votado imposto das moagens, que presentemente já não provoca os conflitos que se deram ha tempo, contudo está longe de corresponder ao que dele se esperava, mesmo apesar dos contadores adoptados, e de outro mais aperfeiçoado de que me dizem ser inventor o deputado engenheiro Giorgini. É possível que no futuro o Estado venha a retirar considerável recurso de tal imposto, quando funcione o número enorme dos contadores que se devem aplicar; creio porém

não me enganar asseverando que por enquanto difficilmente se poderá cobrar a terça parte da soma que se calculava.

Depois da partida da Imperatriz dos Franceses de Veneza, chegou allí o Principe Real da Prussia, o qual se demorou alguns dias naquela cidade e prosseguiu para Brindisi aonde se embarcará amanhã com destino a Alexandria.

Suas Altezas Reais os Principes de Piemonte também partiram no dia 10 do corrente para Génova e allí embarcaram para Nápoles. Depois de uma feliz viagem, chegaram Suas Altezas Reais de perfeita saude àquella cidade. O estado de saude da Princesa Margarida é muito satisfatorio.

A Duquesa de Aosta partiu igualmente para Alexandria a encontrar-se allí com seu Augusto Marido.

S. M. El Rei Vitor Manuel acha-se actualmente no Piemonte.

.....

### XXXVII

25 de Outubro de 1869

...Tendo o Comendador Luis Ferraris dado a sua demissão de Ministro do Reino, e o Comendador Miguel Pironi a de Ministro da Justiça, foi substituido o primeiro pelo Marquês Antonio Starrabba di Rudini, que exercia as funções de Prefeito de Nápoles, e o segundo pelo Comendador Paulo Onorato Vigliani, primeiro Presidente do Tribunal Supremo de Justiça (cour de cassation) de Florença.

Dissensões que surgiram entre os dois primeiros e os seus colegas, relativamente à questão da dissolução da Câmara dos Deputados, foram causa da actual modificação ministerial, a qual, não só tem causado má impressão no país, mas será pretexto para virulentos ataques contra o actual Gabinete logo que se reunam as Câmaras para meados do próximo mês de Novembro.

A entrada dos dois novos membros nomeados não parece dever fortalecer por forma alguma o Gabinete.

A consequência natural, segundo a opinião pública, dos debates que se preparam, é a dissolução do Parlamento, apesar do receio que se manifesta de que novas eleições trarão à Câmara maior número de individuos do partido mais exaltado. A situação deve pois considerar-se grave, tanto mais que o que se está passando em França, preocupa em sumo grau os homens de estado deste país. Não são os successos de Espanha nem mesmo algum tentativo republicano que se

ensaiasse dentro do país, que fazem temer pelo futuro, mas sim a questão social, junta à dinastia, que se agita no vizinho Império.

Um tal estado de coisas não faz senão agravar a situação financeira da Itália, tanto mais que a perda de 10 por cento que se está verificando na venda da seda deste país ha-de infalivelmente elevar o agio do ouro, que de novo tende a subir, e que gradualmente promoverá uma nova crise monetária. No dia 23 do corrente foram assinadas pelo Ministro da Fazenda e os representantes dos que tomaram o empréstimo de 60 milhões de francos em ouro, concluído com a sociedade geral do Credito provincial e comunal, as convenções e o decreto relativo á subscrição publica das obrigações eclesiasticas.

Aqueles documentos serão brevemente publicados.

.....

### XXXVIII

12 de Novembro de 1869

...Hoje que a grave doença, de que S. M. o Rei Vitor Manuel foi acometido, está quasi de todo passado, julgo de meu dever referir a V. Exa. mais em detalhe o que apenas pude anunciar durante todos estes dias por telegrafo, havendo para tal fim obtido as informações necessárias e exactas sobre o deplorável acontecimento que felizmente terminou e que tão serios cuidados causou tanto em Itália, como no estrangeiro. Ninguém previa nem mesmo pressentia que uma constipação que o Rei apanhou caçando em S. Rossore, como frequentemente costuma, degenerasse num fortissimo ataque do pulmão esquerdo que pôs em perigo a sua vida. Manifestou-se o incomodo no dia 2; no seguinte aumentou o mesmo, posto que para a noite experimentasse algum alivio. Durante todo o dia de 4 melhorou o doente sensivelmente, porém à noite sobreveio febre fortissima e agravou-se consideravelmente o estado do pulmão. A situação do doente tornou-se muito grave no dia 5, sendo então que o governo entendeu dar noticia da saude do Rei. Todos ficaram surpresendidos quando souberam tais noticias, por isso que poucos dias havia que S. M. partiu de Florença, devendo regressar com muita brevidade. Logo que no dia 6 me inteirei do que realmente se passava, apressei-me, como V. Exa. terá visto pelo meu telegrama daquele dia, a dar aviso a V. Exa. bem como a S. M. El Rei. Preocupado por extremo com o sem número de boatos que corriam, e não satisfeito com os telegramas que pude ver confidencialmente, e de que transmiti um resumo a S. M., parti logo de manhã

no dia 7 para S. Rossore, aonde cheguei pela volta do meio dia. Alí encontrei Suas Altezas Reais os Principes de Piemonte e de Carignano, o Presidente do Conselho dos Ministros, os altos funcionários da Corte e vários médicos, entre os quais o Dr. Cipriani, com quem me entretive bastante. E posto à minha chegada me dissesse o Principe Humberto haver seu Augusto Pai recebido os Sacramentos horas antes, do que preveniu S. M. a Rainha, certo é que as verdadeiras melhoras do doente haviam começado desde aquelle momento, pretendendo os medicos que, se ellas continuassem durante as 24 horas, que era precisamente o tempo da crise da doença, esta ficava vencida. Felizmente o estado do doente manteve-se em condições cada vez mais favoraveis, e quando regresssei à noite a Florença, tinha a convicção de que a vida do Rei não perigava. Os meus telegramas daquelle dia assim o annunciavam, e os successivos até hoje têm-no confirmado. Está portanto afastado um acontecimentô que, se fatalmente se realizasse, poderia ter nas circunstâncias presentes serias consequências para a Itália e causar embaraço à Europa. Ninguem se dissimula tais eventualidades. As demonstrações de vivo sentimento pela doença do Rei Vitor Manuel, e os sinceros votos que se faziam de toda a parte pelo seu restabelecimento, provam sufficientemente a grande dedicação que lhe é consagrada, e quanto a sua falta seria para temer.

Presumo que muito brevemente Sua Majestade poderá vir para Florença.

O Principe Napoleão e a Princesa Clotilde, chegados de Paris no dia 8, apenas se demoraram vinte e quatro horas em S. Rossore, regressando em seguida a Paris. O Duque de Aosta, que se achava em Constantinopla, apenas avisado da doença do Rei, partiu immediatamente; chegado porem a Taranto, ali recebeu noticias das melhoras do seu Augusto Pai, e ordem para voltar para a esquadra do seu comando, que deve assistir à inauguração do Canal de Suez.

Por participação telegrafica, vinda de Nápoles, constou que S.A.R. a Princesa de Piemonte dera felizmente à luz um Principe, pela volta das 11 horas, cinco minutos da noite. Uma salva de artilharia annunciou esta manhã à capital aquelle fausto successo. O General Menabrea partiu esta noite para Nápoles.

.....

... No dia 15 deste mês o Tribunal Correccional de Florença, proferiu a sua sentença na questão de simulação de delicto contra o deputado Major Lobbia e seus cinco cúmplices, de que em tempo dei conta ao governo de S. M. Depois de um longo processo, em que foram inquiridas umas 240 testemunhas, o Tribunal condenou o dito Major Lobbia em um ano de reclusão militar, um dos cúmplices em seis meses e três outros em três meses de prisão, absolvendo o quinto. A decisão do Tribunal foi em geral muito bem acolhida, conquanto alguns grupos se pronunciassem contra a mesma, e fossem dar vivas a Lobbia debaixo das janelas da sua habitação.

Amanhã, 18 terá lugar a sessão parlamentar, sendo a Coroa representada por cinco Commissários. Foram para tal fim nomeados o Cavaleiro Cibrario, Comendadores Des Ambrois, Duchoqué, Conforti e Vigliani.

Tendo S. M. o Rei Vitor Manuel entrado em convalescença, assim foi notificado oficialmente aos Representantes das Nações estrangeiras nesta Corte, e a todas as Autoridades. S. M. conserva-se em S. Rossore.

No dia 14 celebrou-se em Nápoles a cerimonia do baptismo do Principe de Nápoles na presença de S.A.R. o Principe Eugenio de Carignano, que representava o Rei, e dos officiaes Mores do Reino. O recém-nascido Principe tendo sido levado à Fonte baptismal pelo Sindico, em nome do Municipio de Nápoles, recebeu os nomes de Vitor Manuel Fernando Maria Janeiro.

O Duque de Aosta, que, com a Duquesa Sua mulher, havia recebido ordem para regressar à esquadra do seu comando, em seguida à sua chegada a Taranto, como annunciéi no meu precedente officio, partiu de Constantinopla para Brindisi e dali por Florença para S. Rossore, aonde demorou umas horas, voltando para esta Corte. Ontem foi S.A.R. visitar seu Augusto Pai pela segunda vez. Presumo que brevemente partirão Suas Altezas Reais para Nápoles.

.....

XL

22 de Novembro de 1869

*Reservado*

... Cabe-me a honra de remeter a V. Exa. os documentos e escla-  
rcimentos que me foram requisitados, e que eu acabo de receber do  
Ministério da Casa Real.

Desta colecção consta que as disposições pelas quais se rege o Ministério da Casa de S. M. o Rei de Itália não se acham ainda completamente definidas e reunidas num só código, sendo por isso necessário, nos casos que se oferecem, recorrer aos decretos promulgados em diversas épocas sobre a materia. Este estado de coisas pôde naturalmente explicar-se pelas mudanças que em todos os ramos do serviço foi indispensável introduzir, apenas se constituiu o novo Reino de Itália.

Actualmente está-se procedendo ao estudo e exame de todas as medidas tomadas bem como das modificações que deverão ser adoptadas, para depois se formar um regulamento geral e uniforme, o qual terá de ser submetido à alta aprovação de S. M.

Pela organização existente (*Elenco delle attuali attribuzioni della R. Casa*) tem o Ministério, além das três secções cujas atribuições vão enumeradas no referido documento, as seguintes repartições: Verificação de Contas — Tesouraria — Direcção da mobilia — Repartição tecnica — Inspecção das reais propriedades na Toscana — e o Arquivo.

Compoem-se actualmente as três secções e as seis repartições de um pessoal de 54 empregados de diferentes categorias, além do Secretário Geral do mesmo Ministério. É porem necessário observar que o elenco dos empregados do Ministério da casa do Rei não é definitivo, nem se acha por agora em condições regulares, e terá de ser devidamente alterado no futuro, tendo-se em vista casar o principio da economia, com a indispensabilidade dos serviços.

No segundo anexo V. Exa. encontrará a organização e atribuições dos diferentes Ministérios do Reino de Itália, cujas bases hão-de servir de norma quando no futuro se vier a fixar os quadros do Ministério da Casa Real.

Vai junto uma cópia do Decreto real de 30 de Janeiro de 1850, àcerca das atribuições dos funcionários superiores da Casa Real, de outras pessoas da Corte, providências que devem ser observadas pelo Conselho da Real Casa. Este decreto, emanado do Chefe da antiga Monarquia Piemontesa, contem 74 artigos, e diz no seu preambulo que S. M. entende que o estado da sua casa permaneça, na sua essencia, tal qual foi ordenado pelo decreto real de Seu Augusto Pai Carlos Alberto em data de 24 de Janeiro de 1849 mas que a experiência Lhe ha demonstrado ser conveniente ao bom andamento do serviço definir com a maxima exactidão os deveres e atribuições de cada um dos funcionários que têm a seu cargo a direcção superior e a responsabilidade dos vários ramos do serviço da sua casa, de modo que seja

sempre mantida uma perfeita harmonia entre eles, e outrossim conseguir, com o devido decoro, a necessária economia nas despesas, a par da maior pontualidade no desempenho das respectivas incumbências.

Pelo artigo I do decreto em questão, três são as pessoas chamadas a exercer a direcção superior da Casa Real: o Prefeito do Palácio; o Superintendente Geral da Lista Civil; e finalmente o Primeiro Ajudante de Campo, Governador dos Palácios Reais. Como se vê foi só pela Carta do Ministério do Interior, em data de 12 de Novembro de 1856, que o Superintendente da Lista Civil assumiu o título de Ministro da Casa do Rei.

Pelos artigos II e IX são definidas as atribuições que competem ao Prefeito do Palácio. Nos artigos X e XIX vêm consignados os deveres do Superintendente Geral da Lista Civil. Nos artigos XX até XXVI trata-se das funções que tem a exercer o I Ajudante de Campo, Governador dos Reais Palácios.

Seguem depois as atribuições que competem ao I Esmoler, ao Inspector das Reais cavalharias, à Dama de honra de S. M. a Rainha, ao Cavalheiro de honra da mesma Augusta Senhora.

Ocupa-se em seguida o decreto do Conselho da Casa Real; do Orçamento e contas; do serviço junto à pessoa do Rei; e em último lugar de diferentes disposições gerais.

Vai também uma cópia do decreto real de 23 de Abril de 1854, relativo às atribuições outrora pertencentes ao I Ajudante de Campo de S. M. e que pelo mencionado decreto passaram ao Prefeito do Palácio, e ao Superintendente Geral da Lista Civil.

... Vai transcrito o decreto do Rei Carlos Alberto, datado de 24 de Janeiro de 1849, e que contém a reorganização da Sua Real Casa, a que já se aludiu.

... Vai um relatório datado de 6 de Janeiro de 1866, dirigido a S. M. pelo Prefeito do Palácio, Grão-Mestre de Cerimonias, acerca das precedências que se devem atribuir a cada um dos personagens da Corte nos diversos serviços de honra e representação.

... Acham-se as regias disposições com relação às graduações e precedência dos mesmos funcionários.

Vai finalmente um impresso, que encerra a ultima reorganização do serviço da Casa Real, e enumera portanto as modificações introduzidas nos Decretos de 24 de Janeiro de 1849, 30 de Janeiro de 1850 e 23 de Abril de 1854. Este último decreto é datado de 22 de Dezembro

de 1865, e é o unico sobre o serviço da Casa Real que se acha firmado pelo Rei de Itália.

.....

## XLI

26 de Novembro de 1869

... Confirmando o meu telegrama de 22 do corrente mês, cumpre-me participar a V. Exa. que procedendo-se na sessão do dia 19 à eleição do presidente da Câmara dos Deputados, saiu eleito por 169 votos o deputado Lanza, candidato escolhido pela opposição, enquanto ficou vencido o deputado Mari, candidato ministerial, que só conseguiu 129 votos. Em consequência do resultado daquela votação, o Gabinete presidido pelo General Menabrea apresentou ao Rei a sua demissão, achando-se o Comendador Lanza encarregado da formação de um novo Ministério. Devo advertir que de ter a opposição vencido na escolha do presidente não se infere que o lado esquerdo haja de tomar as reideas do governo. Com ele votou o centro e os dissidentes da direita da Câmara só com o fim de fazer cair o Gabinete Menabrea-Digny. Se porem conseguiram o seu intento não deixaram por isso de crear uma das mais dificeis situações políticas para o país num momento em que a questão financeira italiana é de suma gravidade, o que de todos é sabido, e claramente foi manifestado pelo Comendador Lanza no discurso que pronunciou na ocasião de tomar posse da presidência da Câmara electiva, como V. Exa. se servirá ver do mesmo discurso que incluso remeto, juntamente com as respostas já votadas tanto do Senado, como da Câmara dos Deputados ao discurso da Coroa.

... Em todos aqueles documentos se encarece a situação financeira, mas sobretudo no discurso do Presidente da Câmara electiva dela se trata com cores bem sombrias. Sem ser exagerado o que allí se afirma, parece que a linguagem franca do Comendador Lanza a semelhança respeito não mereceu a aprovação de muita gente. Na votação dos Vice-Presidentes, Secretários e questores da Câmara dos Deputados, a opposição obteve a maioria dos votos a favor dos seus membros ...

S. M. El Rei Vitor Manuel regressou a Florença na tarde de 23, sendo recebido com vivo entusiasmo. O estado de saude do mesmo Augusto Senhor é muito satisfatório. As noticias àcerca da Princesa de Piemonte e do Principe recém-nascido continuam a ser igualmente favoraveis.

.....

...Cumpre-me dizer a V. Exa. que não existindo no momento que um governo demissionário neste país, aproveitei da ocasião de ver ontem Sua Majestade o Rei de Itália para fazer presente ao mesmo Augusto Senhor quanto o governo de S. M. se congratulava pelo feliz restabelecimento da sua preciosa saúde, e quanto tem a peito estreitar as boas relações entre os dois países em todas as eventualidades.

Confirmando o meu telegrama de ontem à noite, devo acrescentar que o Comendador Lanza depois de ter empregado todas as diligências para formar um novo Gabinete foi obrigado a resignar a missão de que se achava encarregado, em consequência de não ter podido vir a um acordo com os seus amigos politicos. Não faltava a melhor vontade da parte destes ultimos, porém toda a divergência versou sobre as reduções que, no entender do Comendador Lanza, era indispensável fazerem-se nos orçamentos dos Ministérios da Guerra e da Marinha. Havia-se já conseguido trazer o Almirante Riboty, Ministro da Marinha demissionário, ás ideias do Comendador Lanza, mas não foi possível obter igual fim pelo que toca à Repartição da Guerra. Nestas circunstâncias e atendendo à demasiada prolongação da crise ministerial, determinou o Rei dispensar o Comendador Lanza do encargo que lhe estava confiado e chamar o General Cialdini para formar a nova Administração. Parece não sofrer duvida que aquele General não tardará em satisfazer as ordens do seu Soberano, tanto mais que o General Menabrea, como ontem me assegurou, e os seus amigos politicos empregam toda a sua influéncia para coadjuvar o General Cialdini. À vista disto confio poder dar a V. Exa. de um momento a outro a noticia da formação do novo Gabinete.

Ontem de manhã chegou a esta Corte o Sr. Conde de Lavradio de passagem para Roma. Apesar de vir encontrar aqui um Ministério demissionário, acompanhei S. E. a fazer visita ao General Menabrea, o qual mostrou grande satisfação de ver o Sr. Conde e de se entreter longamente com ele, sobretudo acerca dos negócios de Roma. E conquanto o mesmo Conde apenas se demorasse até à noite em Florença, consegui que S. E. tivesse uma audiência muito particular do Rei. S. M. dignou-se recebê-lo assim como a mim, às 6 horas e meia da tarde. Creio que tanto S. M. como V. Exa. estimarão muito saber que o Enviado de Portugal em Roma, antes de chegar ao seu destino,

tivesse uma entrevista com o Rei de Itália. O Sr. Conde de Lavradio não deixará de informar V. Exa. da mesma entrevista.

O Marquês Oldoini acaba de chegar a esta Corte vindo de Spezia. Ainda não o pude ver por nos termos desencontrado, sei porém que o Marquês só espera pela formação do Ministério para partir para Lisboa sem demora.

Devo mencionar a V. Exa. a passagem por Florença do Conde de Beust, o qual pouco aqui se demorou, tendo tido uma longa audiência nesta Corte. A vinda do Conde de Beust é devida a ter falhado, em consequência da molestia do Rei Vitor Manuel, a entrevista em Brindisi do mesmo Augusto Senhor com S. M. o Imperador de Áustria. Variam as versões sobre o fim da viagem do Chanceler do Imperio austriaco a Florença — ha quem afirme que se tratou de um convite para o Rei Vitor Manuel ir a Viena outros pretendem que os negócios do Oriente não são estranhos àquela viagem. Sabido é que aqui ha muita simpatia pelo Vice-Rei do Egito. Não sei se em Viena domina o mesmo sentimento; porém a parte que o governo austriaco também tem tomado na questão da Porta com o Khedive parece assim indica-lo.

.....

### XLIII

15 de Dezembro de 1869

... Contrariamente ao que tive a honra de participar a V. Exa. no meu precedente officio, fundado em informações fidedignas e no que me havia declarado o General Menabrea, não só o General Cialdini não pôde formar o novo Gabinete, senão que resignou aquele encargo no dia 6. O primeiro passo que este último deu para desempenhar o seu mandado foi entender-se com o Sr. Quintino Sella, o qual se mostrou inclinado a encarregar-se da pasta da Fazenda. Mas à sua aceitação antepunha algumas condições, entre as quais a de entrar na combinação do Gabinete algum intimo amigo seu, como garantia, por assim dizer, das economias que na sua opinião deviam ser um dos pontos principais do programa financeiro. Admitidas em geral as condições propostas o Sr. Sella mandou chamar o deputado Chiaves. Este porem negou-se desde logo a fazer parte da administração, alegando que o publico difficilmente acreditaria que o ministério, como se pretendia combinar, estivesse decididamente resolvido a fazer as economias que ainda eram possiveis. Foi em consequência de uma

tal declaração que o Sr. Sella não hesitou em escrever ao General Cialdini, desculpando-se de entrar na nova combinação ministerial.

Também o deputado Saracco, que devia assumir o cargo de Secretário geral do Ministério da Fazenda, se escusou pelos mesmos motivos que apresentara o Sr. Chiaves. Assim pois desvaneceram-se todas as esperanças que existiam da formação de um Gabinete presidido pelo General Cialdini. Em vista de tudo isto as dificuldades cada vez aumentavam mais, porém S. M. o Rei Vitor Manuel entendeu insistir com o Sr. Sella para que ele se encarregasse de formar o Gabinete. A sua posição era certamente muito especial para assumir um tal encargo, e só depois de ele ter uma nova entrevista com o General Cialdini, e de se entender com o Sr. Lanza, é que associando-se com este, procurou formar o novo Gabinete, o qual, como do meu telegrama de ontem, ficou composto do seguinte modo.

Cavalheiro Giovanni Lanza, deputado e Presidente da Câmara electiva, Presidente do Conselho e Ministro do Reino.

Cavalheiro Quintino Sella, deputado, Ministro da Fazenda;

Cavalheiro Matteo Raeli, deputado e conselheiro de Estado, Ministro da Graça-Justiça e dos Cultos;

Cavalheiro Giuseppe Govone, deputado, tenente general e comandante geral do Corpo de Estado-maior, Ministro da Guerra;

Cavalheiro Giuseppe Gadda, senador e prefeito da provincia de Padua, Ministro das Obras Publicas;

Comendador Cesare Correnti, deputado e conselheiro de Estado, Ministro da Instrução publica;

Cavalheiro Emilio Visconti Venosta, deputado, Ministro dos Negócios Estrangeiros;

Advogado Stefano Castagnola, deputado, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, ficando temporariamente encarregado de reger o Ministério da Marinha.

Hoje apresentou-se ao Parlamento o novo Ministério.

.....

#### XLIV

15 de Dezembro de 1869

... Apesar de se haver prolongado além de três semanas a crise ministerial, hoje terminada, manteve-se a tranquillidade em todo este Reino. O chamado anti-concilio promovido em Nápoles pelo deputado Ricciardi foi immediatamente dissolvido pela autoridade, em

consequência das morras que se deram ao Imperador Napoleão e dos vivas à republica franceza. Tudo isto não teve a menor importância. O que tem sido muito para lastimar são os terríveis inundações que sobrevieram à muita chuva e neve caídas haverá um mês a esta parte, causando enormes prejuizos por toda a parte, com especialidade na Cidade de Pisa, aonde desgraçadamente houveram várias vitimas.

Sinto anunciar á V. Exa. o falecimento em Florença do Ministro da Rússia nesta Corte Sr. Nicolau Kisselef, antigo diplomata, assaz conhecido na Europa, homem sempre bem visto dos seus colegas.

.....

## XLV

20 de Dezembro de 1869

... Como precedentemente tive a honra de anunciar a V. Exa., o novo Ministério apresentou-se às Câmaras no dia 15, proferindo nessa ocasião o Presidente do Conselho, Comendador Lanza, um discurso que foi ouvido com atenção, mas recebido com frieza. Sem apresentar um programa politico completo, insistiu principalmente sobre a necessidade absoluta de economias, reduções nas despesas, que contudo não seriam suficientes, devendo-se ainda recorrer aos contribuintes, e mesmo assim só se conseguiria trazer o deficit a 70 ou 80 milhões de francos, o que certamente será não pequena vantagem.

Em seguida o Ministro da Fazenda, Sr. Sella, apresentou os orçamentos de 1870, tais como já se achavam compilados, e ao mesmo tempo um projecto de lei para o exercicio provisório do primeiro trimestre de 1870, incluindo também a prorrogação da lei de contabilidade para o 1º de Janeiro de 1871.

Na sessão do dia 18 deu a Comissão o seu parecer sobre o mencionado projecto de lei, que logo entrou em discussão, e ontem foi aprovado por 209 votos contra 55. Depois desta votação a Câmara foi prorrogada até ao 1º de Janeiro próximo futuro.

Ontem mesmo partiu de manhã para Turim, aonde chegou às 5 da tarde e foi recebido com grande enthusiasmo, S. M. o Rei Vitor Manuel, sendo esta a primeira vêz que visitou Turim depois da grave doença que soffreu. Também para aquella Cidade haviam partido Suas Altezas Reais os Duques de Aosta.

Depois de permanecer alguns dias nesta corte, no seu regresso do Oriente, prosseguiu o Principe Real da Prussia, juntamente com

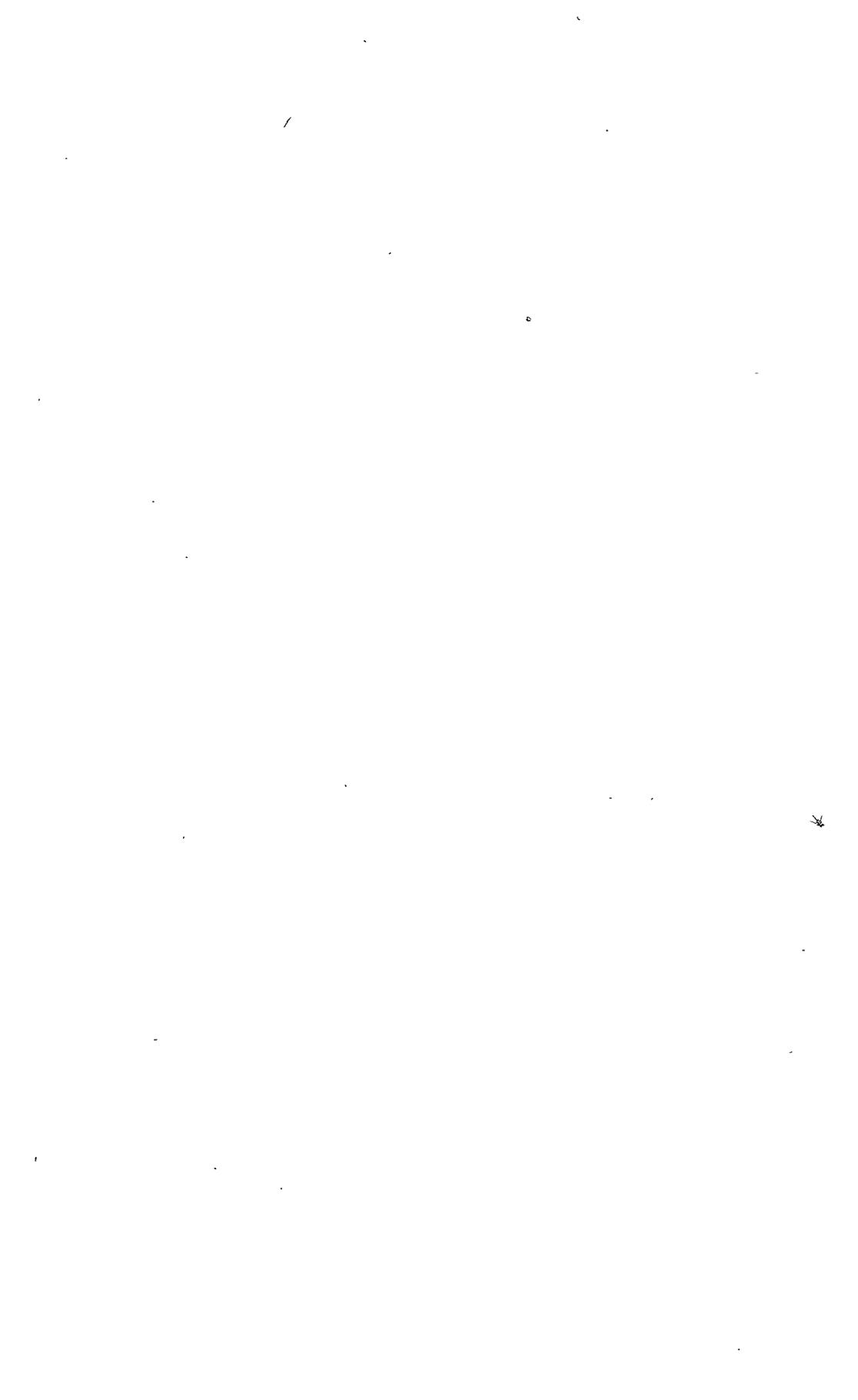
o Príncipe de Hesse, a sua viagem para Canes, aonde ao presente se encontra Sua Augusta Esposa.

A Rainha de Württemberg, que veio passar uns dias na companhia da sua Augusta irmão a Grã-Duquesa Maria, partiu ante-ontem para a Alemanha, na companhia de uma sua sobrinha.

Continua por mais uns dias nesta Corte o Príncipe Frederico de Hohenzollern, o qual tenciona ir visitar Roma e Nápoles.

.....

1870



*Reservado*

... O despacho que V. Exa. me fez a honra de dirigir veio confirmar tudo quanto me constava sobre a inteira verdade dos factos ha pouco occorridos em Portugal, factos altamente estigmatizados no país, severamente reprovados ne estrangeiro. Tal era a enormidade da inaudita tentativa, que a simples narração do modo como as coisas se passaram bastava por si só para a condenar (1).

(1) Il dispaccio riservato cui fa riferimento questa lettera è del 22 dicembre '69 ed ha il seguente testo: « Sendo natural que diversos interesses por diversos meios tentem desfigurar os factos ultimamente occorridos neste país, e aparecendo já destes intuitos indícios evidentes nas publicações periódicas de diferentes Estados, julgo oportuno informar V. Exa., com a mais completa exactidão, acerca dos referidos factos.

Varios individuos, entre os quais alguns amigos particulares do Duque de Saldanha, e outros conhecidos por notórios empreendedores de agitações, que já como tais haviam figurado nas cenas tumultuosas de Janeiro de 1868 e Janeiro deste ano (1869), propagaram por toda a Cidade, nos ultimos dias de Novembro, que brevemente teriam lugar tais manifestações da opinião em favor do mesmo Duque, que forçariam o governo a entregar a este o poder. Ao mesmo tempo exacerbava-se um panfleto que saia periodicamente, e publicavam-se, com a apparencia de republicanas, e na mais violenta linguagem, diversas folhas avulsas, tudo com o fim evidente de sobressaltar os animos e exercer uma intimidação sistemática.

No dia primeiro de Dezembro, anniversário da restauração de Portugal, que, a exemplo de outras datas, noutros países, a Nação soleniza, os mesmos amigos do Duque de Saldanha, e demais agitadores citados, appareciam nos lugares mais públicos, annunciando para aquella noite as manifestações aludidas, e a inevitavel queda do Gabinete. Nesse mesmo dia foi profusamente espalhada uma carta impressa, mas anonima, na qual se pedia ao Duque que tomasse conta do governo e do exército para salvar a Nação. Todos estes manejos conseguiram em verdade alvoroçar os espiritos, mas num sentido inteiramente oposto ao qual por tal modo se intentara.

À noite, com effeito, no Teatro de D. Maria II, aproveitando o entusiasmo com que o público aplaudia as patrioticas cenas do drama — « D. Felipa de Vilhena », do finado Visconde de Almeida Garrett, um grupo de individuos já mencionados rompeu em vivas ao Duque, seguindo-se um vivo protesto da parte dos espectadores.

Malograda por este lado a tentativa, alguns intimos do mesmo Duque começaram no dia seguinte, com desusada veemencia e tenacidade, a apresentar aquele malogro como afronta expressamente dirigida ao Duque, insinuando que nelle se ofendia todo o exercito, e procurando assim excitar este a demonstrações ilegais.

À força de instancias e manobras alcançaram os principais agenciadores deste novo tentame levar a casa do Duque Marechal a titulo de lhe significarem o seu sentimento pelo desgosto que se lhe attribuia, uns 50 a 60 officiaes em grande parte não pertencentes às fileiras.

Entretanto, a opinião fortemente preocupada, assim na Capital como nas Provincias, manifestava-se de modo mais formal, mais energico e unanime contra estas claras preparações do que ela reputava projecto de um golpe de estado, inexplicavel quando se achava proxima a abertura do Parlamento.

Por sua parte o governo, cumprido os deveres que lhe incumbiam, e certo de confiança da Coroa e do país, adoptava as medidas e prevenções, que julgava indispensáveis para fazer prontamente cessar este estado anormal e irritante. Um General de Brigada e dois Coroneis, que haviam tentado dar uma feição menos legal às demonstrações aludidas, foram separados dos seus commandos, sendo o General preso e submetido a Conselho de guerra por não haver oportunamente obedecido às ordens recebidas.

Não devia o governo acreditar que exercendo o Marechal Duque de Saldanha comissão de confiança, pudesse autorizar o que fica exposto. Convidou-o portanto a reassumir as suas funções em Paris, afim de evitar o abuso que se fazia do seu nome e justificar a sua posição.

Antes mesmo de haver à mão o mencionado despacho de V. Exa., a minha linguagem havia sido de todo conforme com o que V. Exa. se serve prescrever-me. A varios de meus colegas, entre outros ao Sr. Montemar, Ministro de Espanha e grande partidário do General Prim, havia eu exposto a situação tal qual ela era, pois o ultimo telegrama de V. Exa., os nossos jornais e a publicação das cartas do Marechal Duque de Saldanha, e a resposta de V. Exa. ao mesmo, me haviam esclarecido perfeitamente sôbre a realidade dos factos. Não hesitei pois em emitir a opinião que qualquer tentativa daquele genero, proviesse ele de quem quer que fosse, seria energicamente repellido no país; e que o desengano que o mencionado Duque recebera ultimamente foi tal que ninguem ousaria recorrer a semelhantes meios. Nisto não me pareceu concordar o meu colega de Espanha, o qual, segundo me disse, teve ocasião de se entreter com o Duque de Saldanha em Paris, antes da sua partida para Lisboa. Eu porém mantive a minha opinião, tendo a inteira convicção que o tempo me dará razão. Posteriormente falei com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, confirmando-lhe o que acima deixo dito.

No dia 31 de Dezembro, segundo a pratica estabelecida nesta Corte, tiveram os chefes das Missões estrangeiras audiencia do Rei de Itália para S. M. deles receber as felicitações do costume. S. M. mostrava-se muito bem disposto quer fisica, quer moralmente. Depois de

---

Respondeu o Duque de Saldanha com uma carta de recusa concebida em termos que as praxes não autorizam, apresentandô só então a sua demissão. No dia immediato o Marechal estava efectivamente demittido do cargo que exercia na Côrte de França. Juntas achará V. Exa. as cartas que o mesmo Marechal julgou conveniente dar à estampa, as quais têm achado na imprensa do país uma reprovção quase unanime.

Como fica explicado, apenas alguns officiais, e esses iludidos concorreram a um acto que, a seus olhos, tinha fim innocente.

Nem um soldado se moveu, e o exército, honrando-se pela sua firmeza e obediência aos poderes constituidos, mais uma vez manifestou que se não presta a ser instrumento politico de nenhum partido, ou intento.

Nada direi da proposta restauração do comando em chefe, porque V. Exa. não pode ignorar que a lei de 4 de Junho de 1859 só permite este comando em presença da guerra ou rebelião. Abstenho-me igualmente de comentários, que seriam inoportunos e reputo escusados onde os factos dizem tudo. A situação é contudo legal e constitucional, e a opinião, extremamente susceptivel no que toca à independencia pátria, e devida contra qualquer que alterar estas condições normais em que ela vê a melhor salvaguarda.

Tal é a inteira verdade. Com ela deverá V. Exa. conformar os seus actos e palavras em todas as circunstancias, procurando oportunamente esclarecer neste sentido, pelos meios ao seu alcance, os Poderes e opiniões desse país. (Firma il dispaccio il ministro Mendes Leal). (Archivio *cit.*).

Saldanha, che in quel periodo esercitava le funzioni di ministro a Parigi, era accusato di voler approfittare della situazione esistente in Spagna per il raggiungimento della *unione iberica*. Era grande amico di Prim e di uomini politici influenti della nostra vicina penisulare, quali Olozaga e Emilio Castelar. Il vecchio maresciallo, nelle lettere inviate ai giornali (nell'Archivio *cit.*), non solo si difende dall'accusa, ma denuncia anche la responsabilit  del governo perch  trascurava la difesa militare del paese.

me falar de Suas Majestades, disse-me que a candidatura do Duque de Génova ao trono de Espanha era negócio terminado. Que não só o proprio Duque mostrava a maior repugnancia em prestar-se áquella candidatura, senão que sua Augusta mãe se opunha fortemente à mesma. Além de que não parecia a S. M. que a simples proposta da elevação ao trono de Espanha do Duque de Génova pudesse ser seriamente aceite, sem que pelo menos a nação espanhola manifestasse previamente a sua vontade por meio de um plebiscito, sabendo-se ao que parece, por outro lado, que os votos de alguns representantes da nação em favor de tal candidatura haviam sido adquiridos por meio menos legal.

Assim pois as negociações que o Sr. Montemar tem prosseguido nesta corte com muita assiduidade, mas a que eu nunca dei importancia, quanto ao seu resultado, por não achar nelas uma base solida, foram inuteis como devia succeder. Para que a missão do Sr. Montemar pudesse ser coroada de um feliz exito, era necessario que o proprio interessado, o governo italiano e o país não se opuzessem ao oferecimento do General Prim, sustentado pelo partido que o apoia. Ora isto é o que de ha muito se sabia, e penso que V. Exa. terá interesse em ler o artigo que hoje publica a «Opinione», o que me leva a remeter incluso aquele artigo.

.....

## II

15 de Janeiro de 1870

... Os despachos da serie ostensiva do corrente ano cruzaram-se no caminho com o meu officio reservado de 3 do presente mês. Ficando pois aguardando a resposta de V. Exa. annunciada no primeiro dos mencionados despachos, ocupar-me-ei do assunto principal do despacho que acompanha o n. 295 do *Corriere mercantile* de Génova, de 18 de Dezembro de 1869. Na parte da secção das noticias estrangeiras do mesmo jornal, encontrei o extracto de um numero do *Imparcial de Madrid*, que desfigurando os factos occorridos ultimamente em Portugal, atribue caluniosamente ao governo de S. M. intenções malevolas contra o Duque de Saldanha. Àquele extracto seguem-se outros dos jornais espanhois *Las Cortes* e *El Universo*, do que concluo que a redacção do *Corriere Mercantile* faz troca do seu jornal com aqueles, e deles copia o que ali encontra. Não é pois um artigo propriamente dito do jornal italiano em questão, pois que se fosse have-

ria motivo para o rebater. No caso presente é ao *Imparcial* que caberia a replica. Demais, permita-me V. Exa. que eu diga, se algum dos jornais politicos mais importantes, tais como a *Opinione e Nazione* ou mesmo a *Perseveranza* saisse com algum artigo semelhante ao do *Imparcial* de Madrid, o que não creio admissivel, certamente que eu não o deixaria passar sem correctivo. Acresce a isto que presentemente estou convencido de que a opinião publica neste país está bem esclarecida sobre a verdade dos factos passados, e que ninguem de boa-fé aqui dá o menor credito ao que jornais, como o acima citado, pro-palam para fins exclusivamente do seu partido. Sinto deveras que um jornal até agora publicado sob a denominação de *Correspondance italienne*, e redigido sob os auspicios do Ministerio dos Negócios Estrangeiros deste Reino, cessasse a sua publicação a ponto no momento em que de alguma utilidade nos podia ser. Era um órgão excelente para rectificar, quando necessário, noticias menos exactas.

.....

### III

27 de Janeiro de 1870

... Ao inteirar-me do conteúdo do despacho de V. Exa. confesso que fiquei assaz admirado; poderia ter respondido desde logo a V. Exa., mas preferi, avistar-me primeiro com o Sr. Visconti Venosta, para haver dele a confirmação do que o seu antecessor, General Menabrea, tinha anunciado ao Sr. Conde de Lavradio, quando este na sua viagem para Roma, passára por estaa Corte. Assegurando o dito Conde aquele General e isto na minha presença, da sua boa vontade em se ocupar dos negócios dos súbditos italianos, confiados à Legação de S. M. em Roma, propôs o General Menabrea, em atenção ao muito trabalho que semelhante encargo trazia à Legação, de que ele Conde ia assumir as funções, de mandar para Roma um empregado que, sob a sua direcção, se occupasse exclusivamente do expediente dos negócios italianos. O Sr. Conde de Lavradio, sem rejeitar uma tal proposta, pediu contudo de chegar primeiro ao seu destino para conhecer pessoalmente do andamento dos negócios, e em seguida apontar o que lhe ocorresse. Parecia pois natural que o Sr. Conde de Lavradio, em vez de estar a perder tempo indo ocupar a atenção de V. Exa. com um assunto cuja solução só dependia d'êle, se dirigisse ao governo italiano, o qual não só mandaria o empregado, de que havia falado, e cujo nome dera mesmo, mas, se necessario fosse, mandaria ainda outros

afim de que a Legação de S. M. nem distraisse qualquer dos seus membros para um serviço estranho, nem fizesse o menor sacrificio pecuniario, chamando alguém de fóra para o fazer. Não vejo pois a que proposito o Sr. Conde de Lavradio faz tantos embarços em objecto de tão simples como facil solução. S. Exa. não tem senão a exprimir os seus desejos, para ser logo atendido pelo governo de S. M. o Rei de Itália. É isto pois o que me confirmou o Sr. Visconti Venosta, e eu sei que se se poder destinar um ou mais empregados junto da nossa Legação para atender ao expediente dos negócios italianos, é intenção deste governo reuni-los todos, subtraindo ao Consul inglês aquelles, e não poucos, que ainda lhe estão confiados. Parece-me que o Sr. Conde de Lavradio o primeiro passo que tinha a dar depois da sua chegada a Roma, era falar francamente com o Cardeal Antonelli, e deste obter, o que certamente não seria difficil, o beneplacito de Sua Eminencia para ter junto de si e sob a sua direcção o empregado ou empregados italianos de que carecesse para o expediente dos negócios que lhe eram confiados.

.....

#### IV

28 de Janeiro de 1870

... S. M. o Rei Vitor Manuel, que de algum tempo se acha em Turim, mas que dentro de dias regressará a esta Corte, assinou em 20 do corrente mês um decreto prorrogando até 7 de Março a actual sessão do Parlamento italiano, o qual deveria abrir-se no 1º de Fevereiro. O motivo principal em que se fundou o gabinete para propor a nova prorrogação, consiste em dar tempo necessário ao Ministro da Fazenda para poder apresentar um trabalho tão completo quanto no entender do Gabinete o estado pouco favoravel da fazenda publica imperiosamente o exige.

.....

#### V

14 de Fevereiro de 1870

... Tive a honra de receber o despacho de V. Exa. ficando devidamente inteirado de haverem sido considerados, pelo decreto de 17 do mês passado, como primeiros Secretários, os Secretários das Legações de S. M. nas cortes de Madrid, Paris, Londres, Roma, Florença e Rio

de Janeiro; e bem assim de haver sido transferido desta Legação para a de Paris o primeiro Secretário, João de Sousa Lobo, e da Legação em Paris para a de Florença, o primeiro Secretário, Visconde de Lancastre.

Sinto ter de anunciar a V. Exa., o falecimento do Cavalheiro Frederico Morozzo della Rocca, Tenente General aposentado, Prefeito do Palacio e Grã-Mestre de Cerimonias da Corte. Foi ele substituido por enquanto pelo Tenente General Mauricio Gerbaix de Sonnaz, Monteiro-Mor de S. M. o Rei de Itália.

Em consequencia do falecimento de Leopoldo II ex-Grão-Duque de Toscana, tomou esta Corte luto por 40 dias, a começar de 30 do mês passado.

Esteve de passagem por esta Corte, vindo de Roma, e guardando o incognito, S. A. Hussein Pachá, filho de Vice-Rei do Egipto. Daqui partiu para Milão, devendo passar depois a visitar outros paises. Em vista das recomendações de seu pai, abstiveram-se aqui de lhe fazer a menor recepção official, para não dar motivo a qualquer queixa por parte do Sultão, como succedeu quando o Vice Rei do Egipto viajou pela Itália.

Os ultimos sucessos de Paris tiveram um eco insignificante em Milão, aonde o partido republicano se limitou a lançar algumas proclamações, sem resultado algum. Aqui a autoridade está prevenida para qualquer occorrença, que não é possivel se dê, ou quando mais não terá importancia.

.....

## VI

25 de Fevereiro de 1870

... Anunciei a este governo que ao Encarregado de Negócios de Portugal em Roma se havia ordenado de dar os passos necessarios a fim de poder a Legação de S. M. naquela Corte ser coadjuvada no expediente dos negócios relativos aos subditos italianos, por um ou mais empregados designados pelo governo de S. M. o Rei de Itália, conforme V. Exa. se serve comunicar-me.

.....

## VII

7 de Março de 1870

... Tive a honra de receber o despacho circular de V. Exa. juntamente com os numeros do jornal *A Nação*, a que o mesmo despacho se referia. As insensatas tentativas que o partido miguelista faz de acordo com os partidos Carlista em Espanha, e legitimista em França, não são para temer, segundo entendo, a não ser pelo lado em que necessariamente affectam o tesouro publico, pelas despesas que consigo traz qualquer movimento de tropas para a sua immediata repressão. Fora disso e uma vez que o governo de S. M. está prevenido, nenhuma séria consequencia é para recear. Aqui não se dá demasiada importancia aos esforços daqueles partidos, sabendo-se outrossim que para os sustentar não é estranho o ex-duque de Modena, que fornece em parte os meios pecuniários. O ex-duque acha-se actualmente em Roma. As ultimas noticias chegadas de Portugal são de resto assaz satisfatorias enquanto à agitação que se notava. Por outro lado o governo francês vigia de perto os carlistas, internando alguns dos seus chefes mais notaveis. O meu colega de Espanha mostra-se de todo tranquilo quanto aos carlistas dentro da propria Espanha.

O Rei Vitor Manuel depois de uma digressão a Turim e Milão, aonde honrou com a sua presença as festas de entrudo, regressou ontem de manhã a esta Corte na melhor disposição de saúde.

A Câmara dos Deputados abre hoje as suas sessões. Dentro de dias ser-lhe-à apresentado pelo Sr. Sella o relatório da Fazenda. O Senado está convocado para o dia 14 do corrente mês.

.....

## VIII

17 de Março de 1870

... Hoje cintado pelo correio tenho a honra de remeter a V. Exa. o extracto official do discurso proferido pelo Sr. Sella na Câmara dos Deputados nas sessões de 10 e 11, por ocasião de fazer a exposição financeira. O plano geral do Sr. Sella produziu assaz bom efeito por toda a parte no país, e posto que se preveja que o Parlamento o poderá votar por maioria certa, constou-me contudo que varios deputados dos mais notaveis, sobretudo os militares, impugnarão algumas das medidas propostas, para reduzir quanto possivel o enorme deficit persistente em todos os últimos orçamentos, e que no actual figura

ainda por 161 milhões de francos. Por um lado têm sido importantes as reduções já feitas e as que ainda se projectam em todos os serviços- o equilibrio porém não se consegue sem o aumento indicado pelo Ministro da Fazenda nos impostos já existentes, por entender ser assim mais vantajoso do que propôr outros novos.

No dia 14 do corrente mês teve lugar no Ministerio dos Negócios Estrangeiros o jantar do costume para festejar o aniversario natalicio de S. M. o Rei Vitor Manuel. O decano do Corpo Diplomático havendo proposto a saúde de S. M. o Rei de Itália, correspondeu o Sr. Visconti Venosta com um brinde aos Soberanos e chefes dos Estados *amigos*, suprimindo *e aliados*, como nos anos anteriores sempre se disse. Tenho que a supressão foi expressa e não casual.

.....

## IX

26 de Março de 1870

... O telegrafo terá já dado no estrangeiro noticias àcerca das recentes tentativas de desordem succedidas em Pavia e em algumas outras localidades em Itália; tentativas bem que graves pela sua natureza, mas sem consequencias possiveis. Como de ordinario tais noticias chegam sempre desfiguradas, tenho por conveniente remeter a V. Exa. o artigo incluso da *Gazeta Oficial*, cumprindo-me acrescentar que o governo italiano não receia nem daquelas nem de outras tentativas que acaso se pretenda promover por parte do partido republicano.

.....

## X

2 de Abril de 1870

... O orçamento do Ministerio dos Negócios Estrangeiros do Reino de Itália para o ano de 1870 foi dado para a ordem do dia da sessão de 28 do mês passado na Câmara dos Deputados. Pelo correio receberá V. Exa. tanto o parecer da comissão sobre aquele orçamento, agora apresentado, com o outro parecer anteriormente apresentado, a que o primeiro se refere. A discussão correu sem incidente aprovando-se a verba de fr. 4.783.120, isto é, com uma redução de fr. 401.600 sobre a soma total calculada no projecto de 15 de Dezembro de

1869. Foi esta a economia que o actual gabinete introduziu neste ramo do serviço, obedecendo assim às urgencias do Estado.

O que oferece certa importancia por ocasião da mencionada discussão é o discurso proferido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconti Venosta, em resposta à interpelação do deputado De Boni, ácerca do Concilio e da questão romana. Esperava ter o texto official do extracto da sessão de 28 de Março contendo aquele discurso; mas para não demorar mais tempo, remeto a V. Exa. a tradução do dito discurso conforme o dá o jornal *L'Italie*, e que deve ser exacto.

Creio que as palavras do Sr. Visconti Venosta serão muito applaudidas entre nós e em todos os paises catolicos.

Tendo recebido do Sr. Quintino Sella a sua exposição da situação financeira, feita nas sessões de 10 e 11 do mês passado, traduzida em francês, cabe-me a honra de a enviar hoje a V. Exa. Como esta tradução não é acompanhada dos muitos projectos de lei apresentados pelo Ministro da Fazenda e tendentes a restabelecer o equilibrio no orçamento, reservo-me enviar mais tarde todos estes documentos, que são volumosos, juntamente com varios outros impressos officiais por via de Génova, segundo costume fazer.

O Gabinete actual, cuja formação tanta difficuldade encontrou da parte do seu Presidente, o Comendador Lanza, e do Ministro da Fazenda, Sr. Quintino Sella, pelas condições que antepuzeram à acção de seus respectivos cargos, começa a ser o alvo a consideravel opposição, não só do lado esquerdo da Câmara, o que não é para admirar, mas tambem da parte dos militares, como anteriormente havia notado. A recente demissão dada pelo General Cialdini do comando do 1º corpo do exercito, motivada por uma falta de atenção para com ele, que podia ser desculpada, tendo-se verificado, sem se lhe dar aviso, a nomeação do General Conde de Robilant para Prefeito de Ravena, comprehendida no distrito daquele comando, não deixa de ter certa importancia no momento actual. Esta nomeação teve lugar em consequencia de haver sido assassinado naquela Cidade o General Escoffier (Prefeito reunindo os dois poderes civil e militar) por um delegado da segurança publica, que cometeu aquele crime por motivos pessoais, ao que se assegura, mas que alguns pretendem, como se viu de certas interpelações havidas recentemente no Senado sobre tal acontecimento, ter relação com os factos tambem de recente praticados em Pavia, com algumas tentativas em Placencia e mais algum outro lugar, cometidos por sargentos e cabos da Brigada de Modena, con-

juntamente com individuos do povo, tudo por instigação mazzinista. Dos militares são 13 os sargentos presos, e 7 os homiziados. Poucas mortes houveram contudo naquella rebelião. A autoridade civil e militar tem adoptado em varias partes medidas de precaução. São tentativas insensatas, que só farão vitimas e nada mais. Diz-se que o General Cialdini achando-se desligado do comando que exercia, poderá mais desafrontadamente combater no Senado as reduções no exercito oferecidas pelo Gabinete. Todas estas contrariedades não farão senão estorvar o pronto remedio que requer o estado financeiro deste país, que é a questão capital a que se deve atender de preferencia a todo e qualquer outro assunto. Todos o sentem, todos o proclamam, mas desgraçadamente as paixões politicas preponderam, e isto faz-me pensar que longe está o dia em que a Itália conseguirá o equilibrio da fazenda publica.

.....

## XI

16 de Abril de 1870

... Por ocasião das festas da Pascoa, a Câmara electiva suspendeu as suas sessões até 21 do corrente mês, tendo discutido o orçamento do Ministerio da Agricultura, Comercio e Industria para 1870, e aprovando-o na soma complessiva de fr. 4.069.423.20, soma superior em fr. 283.618.24 à que propunha o actual Ministro da sobredita Repartição calculada em 3.785.804.36, já depois de efectuadas todas as variações sobre o primeiro projecto do orçamento para 1870, que se cifrou num total de fr. 5.690.024.54. A redução pois conseguida no Ministerio de Agricultura, Comercio e Industria sóbe à importante verba de fr. 1.620.601.34. É porém para notar-se que tal redução é devida na maior parte à passagem para o Ministério das Obras Publicas da parte tecnica dos serviços relativos ás bonificações dos terrenos.

Para maior esclarecimento envio, cintado pelo correio, o proprio relatorio da Comissão Geral do Orçamento em relação ao Ministério da Agricultura, Comercio e Industria.

O orçamento, cuja discussão se ha de seguir, é o do Ministério da Instrução Publica.

Antes mesmo de se entrar na discussão das medidas financeiras do Sr. Sella, tem a Câmara de ocupar-se de muitos trabalhos, tais como Orçamentos dos Ministerios do Reino, da Justiça, da Fazenda,

da Guerra, da Marinha e das Obras Publicas; e bem assim dos projectos de lei sobre a administração provincial, comunal e central, e de outros de menor importancia, já submetidos à deliberação do *Comité* da Câmara, ao qual será dada comunicação das convenções financeiras apenas forem de novo abertas as sessões.

Por uma deliberação da Câmara dos Deputados, adoptada por grande maioria, em seguida a acalorado debate, foram nomeadas quatro Comissões para se occuparem das medidas financeiras do Sr. Sella, devendo as mesmas Comissões apresentar os seus relatorios simultaneamente em 9 de Maio o mais tardar.

Uma Comissão de 7 membros para exame das medidas relativas ao exercito;

Outra de 7 membros para as medidas relativas à instrução publica;

A terceira de 7 membros para as medidas relativas à organização judicial;

A quarta de 14 membros para exame das medidas financeiras em geral.

Ha além daquelas uma sub-comissão para exame das propostas relativas aos bens das paroquias.

Como sucessor de Mr. Kisseleff, Ministro da Russia nesta Corte, aqui falecido, foi nomeado o Barão de Uxkull-Gyllenband, que exercia as funções de Conselheiro de Legação da Russia em Viena. O novo Enviado foi recebido em audiencia no dia 4 do corrente por S. M. o Rei de Itália.

.....

## XII

23 de Abril de 1870

... Quinta-feira passada, 21, o Parlamento tornou a reunir-se depois das festas da Pascoa.

A Câmara dos Deputados discutiu e aprovou o orçamento do Ministerio da Instrução Publica. A soma proposta para este orçamento no ano de 1870 era calculada em fr. 16.358.225. O Gabinete actual reduziu aquella soma a fr. 15.916.382, conseguindo neste ramo do serviço uma economia de fr. 441.843. Do relatorio da Comissão geral do Orçamento, que envio cintado pelo correio, deprende-se que o calculo do governo soffreu muito leve variação.

Segundo as minhas informações, continúa a subsistir o melhor

acordo entre o Ministro da Fazenda e as diversas comissões às quais está confiado o exame das medidas financeiras apresentadas pelo Sr. Sella para o restabelecimento do equilibrio do orçamento geral do Estado. Tem sido de pouca importancia alguma pequena divergencia em um outro ponto, mas parece que em difinitivo o sistema do Sr. Sella será adoptado por maioria consideravel.

.....

### XIII

30 de Abril de 1870

...No dia 23 do presente mês terminou na Câmara dos Deputados a discussão do Orçamento do Ministerio do Reino. A verba proposta pelo actual Gabinete é de fr. 45.738.384, dando uma redução, sobre a proposta do Gabinete transacto de fr. 2.608.431. Se se exceptuar a parte relativa à segurança pública, que foi assaz impugnada, este Orçamento foi votado sem outro incidente.

Na sessão de ontem discutiu-se e aprovou-se igualmente o orçamento do Ministerio de Graça, Justiça e Cultos. A proposta do Gabinete actual é de fr. 28.587.000, dando uma economia de fr. 615.199 sobre a proposta do precedente Gabinete.

Os orçamentos restantes vão entrando sucessivamente em discussão.

S. M. o Rei Vitor Manuel que havia sofrido um pequeno incomodo de saude durante a sua estada em Turim, é esperado hoje nesta capital.

.....

### XIV

13 de Maio de 1870

...Na sessão de 4 do corrente mês foi aprovado, quasi sem discussão na Câmara electiva o orçamento do Ministério da Fazenda, na parte relativa à Receita, na importancia de fr. 950.651.142. O Ministerio havia proposto a verba de fr. 950.506.162, e a Comissão elevado aquella verba a fr. 950.616.162. A variante foi pois assaz insignificante.

Na sessão do dia 6 entrou em discussão o orçamento da Marinha. A proposta do Ministerio importava em fr. 25.445.608; e da Co-

missão elevava-se a fr. 27.280.933. Nem o Ministerio, nem a Câmara admitiram o aumento que resultava entre aquelas duas verbas, conquanto a primeira fosse votada com alguma variação para mais do que estava fixado.

Os tristes acontecimentos que se deram ultimamente na Grecia, e de que a imprensa, sobretudo a inglesa, se tem occupado, causaram neste país a mais dolorosa impressão. V. Exa. receberá nesta ocasião os documentos apresentados à Câmara electiva pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, incluindo igualmente aqueles que se referem ao assassinato do Consul de Itália na Assunção. Perguntando ontem ao Sr. Visconti Venosta que entendia o governo italiano fazer em vista do sucedido em Maratona, respondeu-me ele que enquanto não se houvesse recolhido todas as informações possiveis em relação ao assassinato do Conde Alberto de Boyl, nada se podia determinar, e que em todo o caso se procederia de acordo com o Governo britânico.

Dias passados apresentou-se na Provincia de Cantanzaro uma banda de uns 300 homens, que se diz republicana. Perseguida energeticamente pelas autoridades e pela tropa, acha-se a mesma dispersa. Sobre este particular, porém, ainda não se tem informações exactas, segundo ontem me disse o mesmo Sr. Visconti Venosta. Creio que na Toscana tem igualmente apparecido agora alguma banda.

.....

## XV

31 de Maio de 1870 (2)

... Tenho a honra de acusar a recepção dos quatro telegramas que V. Exa. me dirigiu em data de 20, 21 e 27 do mês que finda, e bem assim do despacho confirmando a formação do novo Gabinete presidido por V. Exa., e a transferencia do 1º Secretario Visconde de Lancastre (3) para a Legação de Portugal em Paris; e a do 1º Secretario João de Sousa Lobo para a Legação de S. M. nesta Corte.

---

(2) Saldanha sale al potere e con circolare del 26 maggio lo rende noto alle nostre rappresentanze all'estero. Il nuovo governo era così costituito: presidente del consiglio, ministro della guerra e ministro interino degli affari esteri il Maresciallo duca de Saldanha; ministro del regno, Antonio Rodrigues Sampaio; delle finanze, José Dias Ferreira; della marina e dell'oltremare, e interino della giustizia, D. Antonio da Costa de Sousa Macêdo; lavori pubblici, commercio e industria, Marchese de Angeja.

Il presidente del consiglio, in una circolare del 30 maggio, esponeva le ragioni della sostituzione del precedente gabinetto caduto per un colpo militare. (Archivio *cit.*).

(3) Non riuscì a prendere possesso della sua carica a Roma (lettera del 19 maggio 1870).

Na Câmara dos Deputados terminou a discussão dos orçamentos das diversas Repartições.

O orçamento do Ministério da Guerra foi aprovado na sessão do dia 14 na soma de fr. 132.306.388. O orçamento do Ministerio das Obras Publicas foi aprovado na sessão do dia 20 na soma de fr. 74.342.131.

O orçamento da despesa do Estado (a cargo do Ministerio da Fazenda, com exclusão dos outros Ministerios) foi aprovado na sessão de 23 na soma de fr. 765.370.719.

.....

## XVI

9 de Junho de 1870

### *Reservado*

...Tendo recebido na madrugada de 28 do mês passado o telegrama de V. Exa. datado da vespera, (4) apressei-me a cumprir as ordens de V. Exa junto do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Rei de Itália, expedindo no mesmo dia 28 a V. Exa. o telegrama cujo texto transcrevo: «Acabo de dar conhecimento do exposto no telegrama de V. Exa. de ontem recebido às 2 da manhã de hoje, a Visconti Venosta. Ninguem, diz ele, mais que o governo italiano quiere conservar melhores relações com o governo português. Sente porém que V. Exa. em vez de o prevenir por minha via, do procedimento de Oldoini, para ele logo providenciar como devia, passasse a nota interrompendo as relações com Oldoini, o que o coloca numa posição desagradavel. Visconti vai tomar já as ordens do Rei. Pela minha parte conto falar com S. M., confiando arranjar tudo como V. Exa. quiere. Telegrafarei depois».

Quando me avistei com o Sr. Visconti Venosta, disse-me ele que já estava prevenido da comunicação que lhe fazia, por uma telegrama do Marquês Oldoini, annunciando-lhe que V. Exa. expedindo uma circular para a audiencia do Corpo Diplomatico, lhe dirigira uma

---

(4) Il telegramma cifrato del duca de Saldanha diceva: «O modo insolito porque Oldoini (ministro d'Italia a Lisbona) se tem havido depois dos ultimos acontecimentos e a dignidade do alto cargo que ocupo não permitem que continue as minhas relações com um diplomata que esquecendo-se dos seus deveres e dos laços de parentesco e amizade existentes entre as duas Coroas não hesita em pronunciar-se do modo mais inconveniente contra a actual ordem de coisas principalmente na corte. Levando V. Exa. imediatamente o exposto ao conhecimento de Visconti Venosta nos termos mais conciliatorios assegurará que este desagradavel incidente que espero seja prontamente e satisfatoriamente terminado em nada afectará a harmonia e boa inteligencia entre os dois governos - Saldanha».

nota rompendo as relações officiais com ele, dando como motivo desta ruptura o modo porque ele se pronunciara sobre os ultimos acontecimentos.

O Sr. Visconti Venosta declarou-me desde logo achar um tal procedimento contrario aos usos diplomaticos.

Falando eu em seguida com El Rei Vitor Manuel, pronunciou-se S. M. no mesmo sentido.

Pedi contudo a S. M. que se dignasse de tomar o negocio em consideração, fazendo remover o obstaculo de uma situação desagradavel. Dei tambem conhecimento a S. M. do conteúdo do telegrama de V. Exa., insistindo sempre tanto junto do mesmo Augusto Senhor, como do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, que a determinação de V. Exa., conquanto penosa, foi certamente tomada por motivos graves, que eu porém não podia precisar naquele momento.

Na tarde de 29 dirigiu-me o Sr. Visconti Venosta a carta inclusa por cópia a que eu sem um momento de demora respondi, conforme V. E. se servirá ver da cópia.

Em vista do pedido que me fazia o Sr. Visconti Venosta, parece-me que ele queria ganhar tempo para receber de Lisboa mais alguns esclarecimentos.

No dia 3 do corrente mês recebi o despacho de V. E. reservado, datado de 27 do passado mês, e dirigi-me no dia seguinte pela manhã (visto que à hora em que aqui se distribue o correio não era possível encontrar o Sr. Visconti Venosta) ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e só ali encontrei o Secretário Geral, a quem disse que havendo recebido cópia da nota de V. E. de 27 de Maio dirigida ao Marquês Oldoini, e não duvidando que este tivesse escrito ao seu governo, ia procurar o Sr. Visconti Venosta para ver se S. Exa. dava solução ao que eu lhe havia comunicado. Respondeu-me o Comendador Blanc que efectivamente o Marquês Oldoini tinha mandado alguns officios e entre eles a copia da nota de V. E., que eu havia recebido. Insisti para que considerassem bem os termos em que a dita nota estava concebida, que me parecia atenuar muito a má impressão causada pelo telegrama do Marquês Oldoini. Limitou-se o dito Comendador a assegurar-me que o Ministro não deixaria de responder-me brevemente, mas antes de o fazer deveria ver novamente o Rei e receber as últimas ordens de S. M.

Hoje às 2 e ½ da tarde fui entregue da nota inclusa por cópia,

datada de 6 do corrente mês, e logo transmitti a V. E. o telegrama que confirmo e transcrevo em seguida:

«Marquês Oldoini é chamado com licença. Secretário da Legação fica encarregado dos negócios correntes. Relações do governo italiano com a Legação portuguesa cessam de ter character official até que se regularize situação normal entre dois governos. Remeto pelo correio a notificação que a tal respeito acabo de receber de Visconti Venosta ».

Agora acrescentarei que, depois de expedir este officio, aproveitando o correio de hoje acuzarei ao Sr. Visconti Venosta a simples recepção da sua nota, dizendo-lhe que dei comunicação dela a V. E.

Conseguido o ponto principal que V. E. tinha em vista, qual era a pronta remoção do Marquês Oldoini, satisfeitos assim os desejos de V. E. resta agora restabelecer a posição recíproca entre os dois respectivos governos no pé em que estavam antes do desagradável incidente provocado pelo dito Marquês. Estou certo que a illustração de V. E. apontará os meios de aplanar esta passageira dificuldade sem a menor quebra de dignidade, para o que podemos certamente contar com a melhor vontade por parte do governo italiano.

.....

## XVII

10 de Junho de 1870

*Reservado*

... Conforme tive a honra de prevenir a V. E. no meu precedente officio desta série, expedido ontem, dirigi ao Sr, Visconti Venosta a nota inclusa por cópia, que espero merecerá a aprovação de V. E.

A noticia do rompimento das relações officiais de V. E. com o Marquês Oldoini não se divulgou senão ultimamente. Aqui nada se suspeitava no público e a Agencia Stefani que a recebera no dia 4 deste mês não a publicou, para o que me entendera com o Director da mesma Agencia. Foram os telegramas de Lisboa aos jornais francezes que a trouxeram à Itália. Os jornais italianos apenas a mencionaram nas noticias estrangeiras, e só hoje pela primeira vez é que a *Opinione* a menciona nas suas últimas noticias, pelo modo que V. E. se servirá ver do extracto incluso. Na quarta feira passada, 8 do corrente, achando-me no Ministério dos Negócios Estrangeiros, falaram-me vários dos meus colegas sobre o assunto, mostrando-se bem informados do occorrido; eu porém tive-me sempre na maior

reserva, entendendo que em tais conjunturas, quanto menos se disser melhor, por isso que de um negócio, que é absolutamente pessoal, não faltará quem pretenda sustentá-lo no campo oficial, só com o intuito de nos criar embaraços.

Julgo portanto de toda a conveniência terminarmos sem demora a presente questão a sós com o governo italiano, para evitar que outros se intrometam nos nossos negócios.

Não me compete a mim sugerir a V. E. o que incumbe ao governo de S. M. fazer. V. E. na sua alta inteligência achará sem dúvida o meio eficaz de fazer cessar uma situação por todos os modos inadmissível.

.....

## XVIII

11 de Junho de 1870

*Reservado*

... Cintado pelo correio tenho a honra de enviar a V. E. o n. 9 do novo jornal *L'Indépendance italienne* de hoje, e de chamar a atenção de V. E. tanto sôbre o artigo como sôbre a carta, que vão marcados.

Ignoro quem pudesse fornecer dados tão positivos, e abstenho-me por isso de lançar suspeitas sôbre pessoa alguma. Vejo assim frustrados todos os meus esforços para evitar que a nossa questão passasse quanto possível desapercibida pelo menos no momento presente.

.....

## XIX

1 de Julho de 1870

*Reservado*

... Tive a honra de receber no dia 28 o despacho de V. E. reservado de 18 do mês passado, e não me havendo sido possível falar com o Sr. Visconti Venosta naquele dia, nem no imediato, tive porém ontem uma entrevista com S. E. Não tive dúvida em lhe ler, traduzindo em francês, o conteúdo daquele despacho, acentuando sobretudo nos pontos que mais salientes me pareciam, e que tanto confirmam quanto anteriormente, baseando-me nos telegramas de V. E., eu já lhe havia comunicado. O Sr. Visconti Venosta tomou algumas notas, e disse-me que S. M. o Rei Vitor Manuel havia regressado de S. Rossore, devendo partir no fim da semana para o Piemonte, e que ele

aproveitaria desta curta estadia para referir a S. M. esta minha comunicação verbal; depois do que me avisaria para termos nova entrevista.

Antes de passar adiante, permita-me V. E. que eu note que ao supermencionado despacho diz V. E., aludindo aos seus telegramas de 11 e 17 do mês, passado, que espera que eu os recebesse, e deles fizesse o uso conveniente. Tanto é certo tê-los eu recebido e devidamente comunicado sem perda de um momento, que assim o anunciei a V. E. pelos meus telegramas de 12 e 18 do dito mês, os quais ambos foram recebidos em Lisboa, segundo me foi confirmado por esta estação telegráfica, que me preveniu de que um fora entregue ao ajudante de ordens, e outro a um sobrinho de V. E.

O meu telegrama do dia 12 era concebido nos seguintes termos:

«Comuniquei despacho de ontem ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, que aprecia muito conteúdo do mesmo, esperando contudo outras declarações que atenuem ou dissipem o facto do rompimento das relações officiais com o Representante de Itália. Será conveniente aguardar chegada do meu officio. Vou escrever particularmente a V. E. ».

O meu telegrama do dia 18 dizia o seguinte:

«Comuniquei telegrama a Visconti que o acolheu muito bem. Creio que o apresentará ao Rei no conselho de amanhã ».

Conquanto o Sr. Visconti Venosta visse S. M., nada me disse posteriormente, aguardando, creio eu, alguma nova comunicação da nossa parte.

Aproveitando porém o ensejo da interpelação que se verificou na sessão de 13 na Câmara dos Deputados, entendi dever dirigir duas palavras ao Sr. Visconti Venosta, como V. E. se servirá ver da minha carta por cópia, à qual o Sr. Visconti Venosta respondeu com a inclusa carta de 17, igualmente por cópia.

Depois de ter tido com S. E. no dia 18 uma entrevista na qual lhe comuniquei o telegrama de V. E. datado da véspera e recebido na madrugada, julguei conveniente, regressando a casa, dirigir-lhe o bilhete incluso por cópia, acompanhando o pequeno *Memorandum*, que junto V. E. encontrará por cópia e confio que nestes passos que dei terei sabido merecer a aprovação de V. E.

Tenho a consciência de haver usado, na delicada situação em que me acho actualmente nesta Corte, de toda a circumspecção e prudência, a fim de que se possa terminar dignamente um conflito, que de forma alguma deve continuar.

Fico agora aguardando a comunicação que me será brevemente feita pelo Sr. Visconti Venosta, para logo a comunicar a V. E.

Cumpre-me, antes de terminar, dizer a V. Exa. que o Marquês Oldoini aqui chegou e me visitou, e que a sua linguagem tem sido muito reservada para com todos, não usando, que eu saiba, de expressão alguma, que nos possa ser ofensiva. Isto tem-me sido afirmado por muitos dos meus colegas com quem ele também falou. Teve ele uma entrevista, logo depois de chegar, com o Sr. Visconti Venosta, e bastantes dias depois com o Rei, retirando-se em seguida para o campo aonde se conserva.

Folgo de poder asseverar a V. E. que o Marquês Oldoini se tem exprimido a respeito da pessoa de V. E. em termos lisonjeiros, o que muito o honra.

.....

## XX

20 de Julho de 1870

### *Reservado*

... A V. E. é certamente notória a parte que a Itália, de acordo e combinação com a Áustria e Inglaterra, tomou para conseguir que a candidatura do Príncipe Leopoldo de Hohenzollern ao trono de Espanha fosse abandonada, fazendo assim cessar todo o motivo ou pretexto da parte da França para um rompimento com a Prússia. Os bons officios e esforços daquelas potências foram inúteis, e a questão passou a outra fase, que não se esperava, e que conduziu à declaração da guerra, cuja responsabilidade, recai, segundo a opinião geral, à França.

Quais têm sido e continuam a ser as preocupações do governo italiano V. E. facilmente as pode conceber. S. M. o Rei Vitor Manuel que há pouco havia partido para o Vale de Aosta, regressou a Florença no domingo passado, e o Gabinete, cujos membros sem quere-rem tomar deliberação alguma até à chegada do Soberano, não se achando inteiramente de acordo entre si sôbre a posição que se deveria assumir em frente dos gravíssimos acontecimentos que de hora em hora iam sempre aumentando, acabou porém por se combinar, depois de conferenciar com o Soberano, e segundo as declarações feitas na Câmara dos Deputados, nas sessões de ontem e ante-ontem, adoptou a política de expectativa e de observação, afirmando pela boca

do seu Presidente do Conselho que está livre de qualquer empenho com outras Potências.

Apenas conhecida aqui a declaração de guerra, houveram demonstrações populares tanto na capital, como nas cidades de Turim e Milão, com gritos de: Viva a Prússia, abaixo a França, neutralidade, Roma. Estas demonstrações foram desde logo reprimidas, e aqui na capital tomaram-se providências a tempo para evitar um insulto à Legação de França, diante da qual se achava postado um batalhão de *bersaglieri*.

Conquanto nenhum dos membros do Gabinete, nas suas respostas aos membros da opposição, usasse da frase *neutralidade armada*, contudo entendeu o governo chamar desde logo as classes de 1844 e 1845, que se achavam em licença ilimitada por via de economia, e que dando ambas um contingente de 60 a 70.000 homens, restabeleceu a força armada no pé de par em que estava em 1864, causando unicamente ao tesouro um aumento de despesa de 10 milhões de francos, caso sejam mantidos sob as armas até 31 de Dezembro de corrente ano.

Pelo que respeita a Marinha, várias providências se têm tomado, devendo o Príncipe Amadeu, que achando-se a banhos em Liorne, fôra chamado a Turim por seu Augusto Pai, tomar o comando da esquadra couraçada do Mediterrâneo.

Posto haja quem pretenda que certa iteligência deve existir entre os governos francês e italiano, há o facto tão manifesto da enorme animosidade que reina em todo este país contra tudo o que é francês, e isto não só nas classes baixas mas mesmo entre a gente mais séria e pacífica da sociedade, que por demasiado arriscado e temerário seria pretender-se fazer uma aliança com a França, mesmo no caso de não se poder localisar a guerra, e tornar-se esta geral na Europa.

Voga já no público a possibilidade de evacuação de Roma pelas tropas francesas, sendo estas substituídas pelas tropas italianas em todos os pontos aonde aquelas têm guarnições. Mas se tal facto se deva dar, não se considera como uma concessão, mas sim como um estrito dever por parte da França.

Ao simples anúncio de semelhante notícia começaram logo os alistamentos de voluntários garibaldinos, que se prosseguem mas que a autoridade vigia, sendo certo que a agitação não tardará a manifestar-se por toda a parte, e por isso não duvido que a chamada das

duas classes, a que acima me refiro, não é tanto pelos sucessos externos, como pelas eventualidades internas que se receiam e que não deixarão de dar-se no país.

Em vista portanto da grave situação de coisas presente e futura inevitável será por-se de parte a questão financeira, que aqui absorvia todos os cuidados, e cujo equilíbrio tanto contava conseguir o Sr. Sella com o seu plano em discussão na Câmara dos Deputados. Bastaria tremenda baixa dos fundos italianos (não menos de uns 12% nestes últimos quinze dias) para destruir em não pequena parte os cálculos do Ministro da Fazenda.

Não desejo terminar este officio sem dizer a V. E. que a candidatura do Duque de Aosta ao trôno de Espanha, tão pouco simpática no princípio neste país, é hoje admitida aqui desde que se soube que a França a contrariara. A asserção menos verdadeira dos jornais franceses de que a tal candidatura se opunha o Rei de Itália, não só causou surpresa, mas mesmo indignação a Sua Majestade.

.....

## XXI

21 de Julho de 1870

### *Reservado*

... Apenas tive a honra de receber em 19 o telegrama de V. E. de 18 do corrente mês, respondi a V. E. imediatamente que logo que o Sr. Conde de Tomar aqui chegasse dir-lhe-ia o que V. E. me anunciava.

O Sr. Conde de Tomar chegou efectivamente aqui ontem de manhã, seguindo porém para Roma com o trem da noite. Comuniquei-lhe pois aquele telegrama, e S. E. depois de inteirado do conteúdo do mesmo, respondeu-me o que consta do meu segundo telegrama expedido ontem, e concebido nos seguintes termos:

« Acabo de comunicar telegrama de V. E. ao Conde de Tomar, o qual me diz que não tendo recebido instruções algumas verbais ou escritas, nada podia fazer aqui. Que partia hoje mesmo para Roma e aguardaria allí instruções de V. E. para dar as consabidas explicações, e uma carta de S. M. para se apresentar ao Rei de Itália ».

Confesso a V. E. que muito me contrariou a resposta do Sr. Conde de Tomar, por isso que, recebendo o telegrama de V. E., fiquei persuadido que S. E. não só vinha munido de instruções amplas, mas também seria portador de uma carta de El Rei para seu Augusto So-

gro, e lisonjeava-me que com tais elementos poríamos termo ao lamentável incidente que deu lugar à actual situação anormal entre os dois governos.

Não se realizando porém as minhas esperanças nesta ocasião, confio que a solução desta desagradável questão só fica adiada para breve; para o que me proponho de entreter a atenção de V. E. em outro officio desta data.

.....

## XXII

21 de Julho de 1870

### *Reservado*

... Tive a honra de receber os despachos de V. E. da serie reservada, e apenas tomei conhecimento do conteúdo do último, expedido a V. E. em 19 do corrente mês o seguinte telegrama:

«Recebo despacho reservado e em vista do telegrama de V. E. de ontem, parece-me, antes de mais, dever aguardar a chegada do Conde de Tomar. De resto nada poderia acrescentar ao que digo em carta a V. E. de 15 que vai a caminho».

Nada se tendo porém podido adiantar, depois da chegada do Sr. Conde de Tomar, pelos motivos que aponto no meu precedente officio, desta série, passarei, na conformidade do que V. E. se serve ordenar-me no supramencionado despacho a informar V. E. de que se me oferece em respeito da exigência a que se refere o Encarregado de Negócios em París. Bastaria, diz o Visconde de Lancastre, uma nota de V. E. explicando as razões que o levaram a romper com a Legação de Itália em Lisboa. E continua: A Itália, em virtude das praxes diplomáticas, tem direito a essa explicação etc..

Não há duvida que a opinião geral é que à Itália assiste todo o direito de haver de nós uma satisfação pelo facto, desgraçadamente incontestável do rompimento das relações officiais com o seu Representante na Corte de Lisboa. Deu-se uma infracção das praxes diplomáticas, para justificar a qual temos até agora apresentado as explicações contidas no telegrama de V. E. de 27 de Maio, no despacho reservado da mesma data, nos telegramas de V. E. de 11 e 17 de Junho, e finalmente no despacho reservado de 18 daquele mês. Essas explicações versam especialmente sôbre as benevolas intenções do governo de S. M. para com a Itália, mas nada especificam de particular sôbre o que praticou o Marquês Oldoini. O governo italiano, pois,

não se contenta só de tais explicações, para apoiar as quais entreguei os meios que tinha ao meu alcance, fazendo ver por um lado e com insistência que não se tratava senão de uma simples questão pessoal, sustentando por outro que a delicadeza de V. E. lhe inibia de denunciar particularidades contra um homem, retirado do seu posto. Eu reconheço, não obstante, que por mais que digamos não podemos fazer desaparecer o facto grave do rompimento das relações officiais com o Representante de Itália, pois que ainda mesmo que não existisse a nota por V. E. dirigida em 26 de Maio último, lá está a circular expedida a todos os Representantes das nações estrangeiras, com excepção ao de Itália. É impossível portanto negar que não houve quebra dos usos diplomáticos pela nossa parte, e se a questão fosse submetida a arbitros, não nos dariam razão.

É por isso que, depois de meditar bem o que se havia passado, eu submeti a V. E. na minha carta de 12 de Junho último, o meio que me parecia mais adaptado para pôr termo ao conflito. Não me admira que V. E. não considerasse o que então sugeria, porque no meio das inumeras occupações de V. E., creio materialmente impossível atender a tudo.

Quando porém fui honrado com o telegrama de V. E. de 18 do corrente mês, de que trata o meu precedente officio, julguei que, aproveitando-se do ensejo da vinda do Sr. Conde de Tomar para o seu posto em Roma, se puzesse em prática o que apontei na minha referida carta de 12 de Junho último, isto é, que ele fosse portador de uma carta autógrafa de Sua Majestade para seu Augusto Sogro, e ao mesmo tempo tivesse instruções para dar todas as explicações que pudessem satisfazer o governo italiano. Lisonjeava-me que, com um semelhante acto de cortesia, da nossa parte, o único eficaz no ponto em que se acham as coisas, se resolveria o conflito, que de uma e outra parte se deseja ver terminado.

Quanto a mim entendo que estamos sempre a tempo de lançar mão daquele expediente, e acrescento agora que, sendo urgente, na gravíssima situação da Europa, restabelecer as nossas relações officiais com este país, depende de V. E. que ele se realize e com a menor demora possível.

Neste sentido conversei com o Sr. Conde de Tomar, que combinou perfeitamente comigo, prontificando-se a vir logo de Roma aqui para desempenhar a missão que lhe for confiada; e posso assegurar a V. E. que, da minha parte, não pouparei esforços e usarei da in-

fluência de que me prezo gozar nesta Corte para que a missão do Sr. Conde de Toınar seja coroada de feliz êxito.

.....

## XXIII

26 de Julho de 1870

... A *Gazeta Oficial* de 23 do corrente mês, na parte oficial, contém as declarações inclusas sôbre a neutralidade do Reino de Itália na presente conjuntura.

A Câmara dos Deputados, na sessão de 23, aprovou o artigo primeiro do projecto geral das medidas financeiras (para o equilíbrio) por 180 contra 128 votos, com uma maioria considerável para o governo.

Logo depois daquela votação alguns deputados da esquerda interrogaram o Gabinete acerca da neutralidade de Itália durante a presente guerra, e conseguiram que o Gabinete accitasse uma interpeação sôbre a política externa e interna e provocasse um voto de confiança na sessão de ontem 25.

Foi o deputado Nicotera, pois, que tomando a palavra, perguntou se o Ministério estava decidido a manter a neutralidade, se se arma, se existem novas negociações para a questão romana, e por último se o Ministério promete não contrair empenhos sem recorrer ao Parlamento. Respondeu-lhe o Ministro dos Negócios Estrangeiros assegurando-lhe que nenhum facto se tinha dado que, modificando o estado actual pudesse modificar a política do governo, que a liberdade de acção do Ministério não diminue as prerrogativas do Parlamento, que as intenções do governo francês relativamente a Roma não são inteiramente conhecidas, mas que são independentes da conduta do governo e que o pior dos partidos a tomar seria o de aproveitar das dificuldades da França para suscitar-lhe embaraços e recorrer à violência. Tais declarações foram recebidas com satisfação pela maioria da Câmara.

Depois de haver igualmente declarado o Presidente do Conselho que julgava ter o governo meios suficientes (recorrendo porém em caso contrário ao Parlamento) para manter a ordem e as prerrogativas do corpo legislativo e da Coroa, passou-se ao voto de confiança, por votação nominal, dando o seguinte resultado — a favor 168, contra 103, abstenções 11.

Na mesma sessão foi aprovada a lei para a Convenção com o Banco Nacional por 170 contra 55 votos. A esquerda da Câmara não interveio na votação.

O Conde de Brassier de Saint-Simon, Ministro da Confederação do Norte da Alemanha, que se achava ausente com licença, regressou há dias a esta Corte, partindo novamente daqui para Berlim no dia 24, chamado pelo seu governo. Naquele mesmo dia mandou ele a todos os jornais a comunicação inclusa, que por certo não deixará de produzir alguma impressão. Os testemunhos de simpatia e os oferecimentos de militares italianos para entrarem no exército da Confederação vêm confirmar qual o espirito que domina neste Reino em relação aos dois países beligerantes. Crê-se que a viagem do Conde Brassier de Saint-Simon a Berlim tem por fim esclarecer bem o seu governo das condições e inclinação da Itália.

Uma certa agitação, como é natural, continua a manifestar-se em diversos pontos deste país, e parece que já ontem deveriam ter arreventado sérios tumultos nas principais cidades, por isso que estava anunciado que em Nápoles e Sicília coisas graves se deviam passar. Não sei até que ponto tivessem fundamento aqueles boatos, mas eu vi aqui o General Medici, que governa na Sicilia e que partia no domingo para aquela ilha. Em Milão verificaram-se muitas prisões, e em Génova apreenderam-se muitas armas e munições.

A segurança pública é pois objecto da maior solicitude por parte do governo; tenho que grandes providenciais estão já adoptadas, e entre outras a formação de um cordão militar na fronteira pontifícia. Não deverá portanto causar surpresa nem sobresalto se o telégrafo levar aí alguma notícia sôbre as desordens neste país. A situação do governo italiano é tanto mais séria que, querendo guardar a neutralidade, será tarefa dura de manter os espíritos, e proteger o estado pontifício, sendo ele evacuado pelas tropas francesas, como tudo o indica.

Consta-me que na Spezia há grande movimento na Marinha de Guerra, e que uma esquadra composta de 7 navios couraçados está pronta a partir dali.

No Ministério da Guerra trabalha-se noite e dia. Todos estes preparativos, creio, serão empregados segundo as eventualidades que se derem, sem que por agora tenham um fim determinado absoluto.

.....

... Tenho a honra de participar a V. E. que o Barão de Ferreira dos Santos, havendo tomado posse do seu lugar de 1º Secretário desta Legação, partiu para Lisboa, na conformidade das ordens que V. E. me havia comunicado.

No dia 31 do próximo passado mês separou-se a Câmara dos Deputados. Nessa sessão depois de ter sido aprovado um crédito extraordinário de 16 milhões de francos para as Repartições da Guerra e Marinha, o Sr. Visconti Venosta, respondendo a uma pergunta da esquerda da Câmara, participou que o governo francês informara o governo italiano que retirava as suas tropas de Civitavecchia, e que a Convenção de Setembro seria mantida em vigor, e acrescentou que o governo italiano tomara nota da declaração do Ministério francês. A esquerda por meio de um dos seus membros mais violentos, não se deu por satisfeita com as palavras pronunciadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas a Câmara por maioria consideravel votou pela marcha política do governo.

No Senado, que havia sido convocado para o dia 2 do corrente mês, foi apresentada na sessão de 3 pelo Sr. Scialoja uma interpelação ao Gabinete sôbre a política interior e exterior, a fim de que este explicasse claramente a marcha que entende seguir, e dissesse se tinha os meios suficientes para se opor eficazmente a quaisquer tentativas e desordens no interior.

Seguiu-se o General Cialdini que atacou violentamente o Gabinete e com especialidade o Ministro da Guerra. Foi porém fortemente rebatido pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro da Fazenda.

Na sessão de ontem continuou a mesma discussão, que terminou pela aprovação quase unanime de uma ordem do dia proposta pelo Senador Scialoja, com uma adição do Conde Cambray-Digny. A ordem do dia é concebida nos seguintes termos: « O Senado havendo tomado nota das declarações do Gabinete, considerando que ele proverá aos armamentos urgentes, de modo a poder vigiar sem perigo os acontecimentos, e reprimirá qualquer acto e factos ilegais que pudessem restringir a liberdade de acção que pertence exclusivamente ao governo, passa à ordem do dia ».

Apesar de ser hoje o dia designado para a evacuação do território pontifício pelas tropas francesas concentradas em Civitavecchia

já há dias que forças italianas têm sido dirigidas para a fronteira a fim de a protegerem contra qualquer invasão. Parece que para as águas de Civitavecchia foram igualmente dirigidos alguns navios de guerra. Creio porém que a eficácia de tais precauções não será grande, se outras medidas não forem sucessivamente adoptadas, o que dependerá da iniciativa da Curia romana, e nunca do governo italiano. Até hoje a tranquilidade pública tem-se mantido na península, depois dos factos de Milão e Génova, e só nesta última cidade houve ante-ontem princípio de tumulto com barricadas, mas tudo foi logo reprimido pela tropa.

Não se deve porém confiar que as coisas continuem sempre assim, sobretudo depois que se dá algum facto importante no Reno.

Sinto que a minha posição excepcional me iniba de poder dirigir-me com franqueza sôbre as coisas políticas ao governo italiano para poder noticiar alguma coisa de maior importância a V. E. No entretanto estou atento ao que se passa.

.....

## XXV

11 de Agosto de 1870

... Tenho a honra de acusar a recepção do despacho de V. E. e fico certo da neutralidade que, pela nossa parte, será rigorosamente observada a respeito das Potências que actualmente se acham em guerra. Vou dar conhecimento, por via officiosa, ao governo italiano, do Decreto de 28 de Julho último, que acabo de receber, na conformidade do que V. E. se serve ordenar-me no segundo dos despachos (5).

---

(5) I dispacci di Saldanha, del 27 luglio e 3 agosto, menzionati nel documento, dichiaravano rispettivamente: « Em vista da declaração feita pelo Sr. de Gramont ao Corpo legislativo pelo qual se vê que se acha declarada a guerra entre o Império francês e o Reino da Prússia desde o dia 19 do corrente, cumpre-me prevenir a V. Exa. para sua intelligência e fins convenientes, que o governo de Sua Majestade estando resolvido a adoptar a mais rigorosa neutralidade no conflito infelizmente suscitado entre esses dois países não deixará de fazer oportunamente a conveniente declaração e de tomar as necessárias providências a tal respeito ».

« No *Diário do Governo* de hoje (3 de Agosto) vem publicado o Decreto de 28 de Julho último, pelo qual Sua Majestade El Rei ouviu o Conselho de Estado, declarou a intenção de manter intactas as relações de amizade e perfeita intelligência que subsistem entre Portugal e os outros governos, observando-se, pela nossa parte, a mais estrita neutralidade a respeito das Potências que actualmente se acham em guerra. O citado Decreto consigna os princípios estabelecidos na declaração de Paris de 16 de Abril de 1856, à qual Portugal aderiu em 28 de Julho do mesmo anno e outras doutrinas geralmente recebidas quanto à entrada e demora nos portos portuguezes das embarcações de guerra beligerantes os artigos do Código Penal relativos aos actos contrários à segurança exterior e aos interesses do Estado em relação às nações estrangeiras, e determino que o governo não concederá protecção alguma contra os actos ou

O governo italiano deliberou chamar sob as armas mais duas classes, e convocar a Câmara dos Deputados para o dia 16 do corrente mês, para pedir ao Parlamento os fundos necessários que a nova chamada vai ocasionar nas despesas públicas.

As duas classes de que se trata são as pertencentes aos anos 1842 e 1843, e dão um contingente de 72.000 homens.

A determinação do governo será por certo bem aceite e justifica-se pelas condições actuais em que se acha o país, e pela previsão de acontecimentos que podem reflectir no interior, e mesmo pelos armamentos a que procedem as outras potências neutrais.

Não há duvida que a Itália trabalha assiduamente de acordo com a Grã-Bretanha para assegurar a conservação da neutralidade e estabelecer as bases de uma acção comum para a paz, apenas se apresente ocasião favorável.

Desconfio porém que a Itália não tem achado todo aquele apoio que esperava e desejava encontrar de parte das outras Potências.

Aqui não se dissimula grandes apreensões pelo futuro. Não sei se tais receios têm deveras fundamento absoluto. O facto de ter a Áustria retirado as tropas que tinha nos confins prussianos, passando uma boa parte delas para o Tirol, o que permitiu à Prússia de mandar outro corpo de exército de 58.000 homens, que conservava na Silesia, para o exército do Reno, não fez senão avivar aquelas apreensões e acaso motivou em parte a chamada das duas classes a que acima me refiro.

Nada de importante relativamente à tranquilidade pública neste Reino.

.....

XXVI

11 de Agosto de 1870

*Reservado*

... Juntamente com o despacho confidencial de V. E. de 3 do corrente mês, tive a honra de receber a carta que V. E. entendeu dever

---

medidas dos beligerantes aos súbditos portugueses ou quaisquer outros que faltarem à observância das prescrições do mesmo Decreto sem prejuizo das acções criminaes que possam ter lugar nos termos da legislação em vigor.

Sirva-se V. E. dar conhecimento ao Ministro dos Negócios Estrangeiros desse país do referido documento ». (Archivio *cit.*).

dirigir ao Sr. Visconti Venosta, ao qual depois de me haver inteirado do seu conteúdo, e havendo-a fechado, apressei-me a entregá-la (6).

S. E. depois de a ler disse-me que satisfaria os desejos de V. E., submetendo-a sem demora a S. M. o Rei de Itália, e que qualquer destes dias me daria uma resposta.

Não deixei de ponderar a S. E. quanto convinha, no momento da tremenda crise por que está passando a Europa, de pôr-se um termo imediato à interrupção das nossas relações oficiais, sendo certo que de uma e de outra parte não pode de modo algum haver outro desejo. Reservo-me pois comunicar a V. E., apenas a receber, a resposta que o Sr. Visconti Venosta me der.

.....

## XXVII

18 de Agosto de 1870

### *Reservado*

... Em aditamento ao meu precedente officio confidencial de 11 do corrente mês, cumpre-me prevenir V. E. que, havendo deixado decorrer aqueles dias que, nas actuais circunstâncias em que este Gabinete está sobrecarregado de trabalhos urgentes, a prudência me ditara, a fim de dar tempo ao Sr. Visconti Venosta para poder responder, procurei hoje S. E. o qual, pedindo mil desculpas, me disse que S. M. o Rei Vitor Manuel havendo retido em seu poder a carta de V. E., só há dois dias lha restituira, e que ele contava responder amanhã ou depois a V. E. Mas que desde já me prevenia que a sua resposta não podia ser concebida senão nos mesmos termos que a de V. E., quanto aos protestos de sincera amizade, e aos vivos desejos de terminar o conflito que interrompeu as recíprocas relações officiais.

Logo em seguida S. E. exclamou: não seria possível vir àquella ideia, atentas as ligações de parentesco, de uma carta de El Rei o Senhor Dom Luís a seu augusto Sogro? Em tal caso, nós poderíamos

---

(6) Il dispaccio confidenziale del duca de Saldanha diceva: «Inclusa achará V. E., a sêlo volante, para que possa tomar conhecimento do seu conteúdo, uma carta que entendi dever dirigir a Visconti Venosta sôbre a questão Oldoini, sendo escusado recomendar a V. E. que ao fazer entrega da mesma carta àquele Cavalheiro, convirá que procure convencê-lo de que, à vista das explicações que com toda a franqueza lhe dou, é chegada a ocasião de pôr termo a um incidente meramente pessoal — e que muito sinto que tivesse tido lugar, manifestando ao mesmo tempo o vivo desejo que o governo de S. M. tem, principalmente no estado actual das coisas na Europa, de ver quanto antes restabelecidas as relações officiais entre Portugal e a Italia». (Archivio *cit.*).

ir ao Parlamento e anunciar que, tendo o Rei de Portugal escrito uma carta ao Rei de Itália, e achando-se serem os termos satisfatórios, o governo entendera restabelecer as relações oficiais entre os dois Estados. Assim, acrescentou o Sr. Visconti Venosta, não se nos poderia exigir a apresentação de documentos, porque o governo não seria obrigado a dar conhecimento ao Parlamento da carta do Rei de Portugal, e a nossa responsabilidade ficava salva, sem quebra de dignidade para Portugal.

Confesso a V. E. que acho judicioso e prudente o meio indicado pelo Sr. Visconti Venosta, sobretudo por se tirar todo o pretexto à Câmara dos Deputados de fazer qualquer ulterior observação sôbre o conflito em questão.

Eis o que se me oferece levar hoje ao conhecimento de V. E., confiando haver dentro de dois ou três dias a resposta do Sr. Visconti Venosta à carta que por meu intermédio V. E. lhe dirigiu.

.....

## XXVIII

18 de Agosto de 1870

### *Reservado*

... Recebido o despacho de V. E. reservado, incluindo cópia de uma parte do officio reservado do Representante de S. M. em Roma, do 1º do corrente, apresso-me a ter a honra de ponderar a V. E. o seguinte:

Apenas declaradas interrompidas as relações officiais entre os dois governos, e coerentemente com as intenções manifestadas nos telegramas e correspondência de V. E., foi, como é, meu firme proposito tomar quanto possível illusória aquella interrupção, facilitando por todos os meios a continuação das relações, para a todo o tempo protestar que da nossa parte nunca houvera intenção de as interromper. Neste sentido me entendi com um dos empregados superiores do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e tudo ficou bem assentado pelo que tocava a esta Legação. Não tardou porém que se apresentasse uma séria dificuldade qual era o modo de prosseguir as relações do governo italiano com o Representante de S. M. em Roma. Havendo eu sido prevenido confidencialmente de que o Sr. Visconti Venosta por um sentimento de extrema delicadeza, emitira a opinião que o governo italiano, nas circunstâncias presentes não podia pedir favores a Portugal, mas sòmente prestar-lhe todos os serviços que estivessem

ao seu alcance, procurei desde logo desviar qualquer medida que, no sentido da opinião do Ministro dos Negócios Estrangeiros, pudesse ser tomada, tanto mais por me constar que se tratava de nos agradecer os serviços prestados aos súbditos e interesses italianos em Roma, e de se recorrer a outra potência para que esta deles se encarregasse.

Confesso a V. E. que não me permitia o ânimo que tal acontecesse convencido, como estou, que um tal facto seria desagradável ao governo de S. M. Quiz evitá-lo e francamente direi a V. E. que, sem que o Sr. Visconti Venosta o soubesse, combinei com o empregado superior do Ministério dos Negócios Estrangeiros que se adoptasse o sistema, meramente provisório e temporário da transmissão de simples Promemorias ao então Encarregado de Negócios de Portugal em Roma, com quem eu me entenderia, bem como explicaria ao novo Representante de S. M. os motivos da adopção de um expediente *irregular*, que ele já acharia estabelecido, mas que era conveniente continuar até se restabelecer as coisas ao seu estado normal. Em uma palavra quiz, por assim dizer, fazer passar despercebida a série de pequenas dificuldades que a nossa situação recíproca não podia deixar de criar, e evitar quanto possível que ela se agravasse. Tenho a convicção de que obrando como tenho feito tenho bem interpretado as intenções do governo de S. M. Não quiz nem menos ir ocupar a atenção de V. E. com um objecto que eu mesmo aqui remediava. Creio porém que o Sr. Conde de Tomar não podia deixar de submeter a sua situação ao governo de S. M. Receio todavia e muito que desde o momento que eu fosse ponderar ao Ministro dos Negócios Estrangeiros os inconvenientes que resultam para o bom andamento das nossas relações officiais, conforme V. Exa. me indica no despacho reservado, verificar-se-ia o caso que eu com tanto cuidado tenho procurado evitar a todo o custo até este momento.

Nestas circunstâncias pois V. E. resolverá o que na sua alta sabedoria melhor entender.

.....

## XXIX

18 de Agosto de 1870

...Depois do meu anterior officio reuniu-se a Câmara dos Deputados no dia 16 do corrente, apresentando logo o Presidente do Conselho o projecto de lei, que V. E. achará incluso, pedindo um crédito

extraordinário de 40 milhões de francos e a aprovação da Convenção celebrada com o Banco Nacional para o fornecimento daquela soma. O relatório que precede o mencionado projecto de lei claramente indica os motivos que levaram o Gabinete a recorrer novamente ao Parlamento.

A opposição aproveitou logo do ensejo para suscitar uma discussão sobre a questão de Roma, repetindo e aumentando os argumentos do costume. Mas o governo houve-se com muita firmeza, e a Câmara, com uma maioria de dois terços, apoiou o Gabinete. Veio em seguida a interpelação do deputado Bertani relativamente à prisão do celebre conspirador Giuseppe Mazzini, à qual o Presidente do Conselho respondeu satisfatoriamente.

Mazzini achava-se há tempo em Génova. O governo sabia-o mas a prudência exigia que ele não fosse preso naquela cidade. Entretanto a polícia não o perdia de vista, e tanto que tendo ele partido para Palermo a bordo de um barco de vapor, era acompanhado por um agente secreto. Apenas chegado àquele porto, o General Medici, já prevenido, fê-lo logo capturar, e meter a bordo de um navio de guerra com direcção a Gaeta, aonde se acha. Foi uma verdadeira fortuna segurar aquele homem na presente conjuntura. A sua prisão não causou até agora a menor sensação.

Por outro lado Garibaldi continua tranquilamente, em Caprera, de onde, ainda que quizesse, difficilmente poderia sair.

Três grandes divisões occupam presentemente os confins pontifícios, o quartel general deve estar em Spoleto. No meio de boatos os mais contraditórios, eu no posso crer que uma força tão imponente seja só destinada a permanecer na fronteira, aonde de resto as febres não tardarão a produzir seus nocivos efeitos.

Tenho quasi como certo ter vindo a Florença Monsenhor Randi, e não Nardi, como se havia espalhado, e a sua vinda a esta Corte, no momento presente, deve ter alguma significação. De parte do governo porém, em tudo que respeita a Roma, há a maior reserva.

Agora o que posso assegurar a V. E. é que tudo quanto a imprensa tem dito acerca da attitude da Prússia para com a Santa Sé, não tem fundamento. O Ministro da Prússia e da Confederação do Norte da Alemanha, de que tanto se tem falado, como chegado a Roma com uma carta autógrafa do Rei da Prússia, continua ainda a estar em Berlim. Quanto à attitude da Áustria para com a Itália, tenho a certeza de que nada existe que possa dar lugar a menor desinteligên-

cia entre os dois países. O movimento de algumas tropas dentro do Império Austro-húngaro não tem significação importante.

Terminarei pois annunciando a V. E. que o *Comité* privado da Câmara dos Deputados aprovou ontem o projecto dos 40 milhões de francos sem variação alguma. O mesmo *Comité* nomeou depois a Comissão que deve apresentar o relatório sôbre o dito projecto de lei. Dos nomes das pessoas conspicuas que resultam daquela nomeação pode-se certamente deprender que o governo será muito secundado na aprovação do seu projecto. É quanto por hoje se me oferece levar ao conhecimento de V. E.

.....

XXX

22 de Agosto de 1870

*Reservado*

... Ontem chegou a êsta Corte, vindo directamente do campo de Châlons o Principe Napoleão. S. M. o Rei Vitor Manuel, prevenido de antemão da vinda de Principe, mandara pôr em Susa um trem especial a fim de conduzir Sua Alteza Imperial directamente a Florença com todo o segredo. O Coronel Nasi, 1<sup>o</sup> official às ordens, tinha recebido ordem reservada para ir buscar o Principe à estação.

Apesar de tantas precauções, já na noite de 20 se sabia aqui que o Principe chegava no dia seguinte. Foi pois inutil querer conservar o incognito e o Principe saiu da estação com o uniforme de general francês.

Sua Alteza Imperial é portador de uma carta autógrafa do Imperador dos franceses ao Rei de Itália, solicitando com a maior urgência a mediação do Rei de Itália junto das demais Potências suas aliadas para que concorram sem demora a favor da França.

Não sei de positivo o que o Rei e seu governo terão feito, mas tenho a convicção de que, mesmo sem o passo directo dado pelo Imperador dos franceses junto da Itália, aqui se empregava e se emprega todos os bons officios compatíveis para tornar a situação feita à Fraça pelas armas alemães o menos desastrosa que possível fôr.

.....

...Fazendo seguimento à última parte do meu precedente officio, tenho a honra de participar a V. E. que a Comissão nomeada pela Câmara dos Deputados apresentou o seu parecer sôbre o projecto de lei do governo, que acompanhava o dito meu officio, nas sessão de 18. Nessa sessão e nas seguintes do dia 19 e 20 continuou a discussão geral, e nesta última aprovou a Câmara por maioria de 62 votos a ordem do dia da confiança ao Ministério, oferecida pela mencionada Comissão, ao mesmo tempo que rejeitou um sem numero de outras moções.

A discussão a que acima me refiro é demasiado importante para ser simplesmente resumida. É por isso que incluo o discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, como sendo a parte que mais nos pode interessar.

Nêste seu discurso o Sr. Visconti Venosta abrangue a questão romana, a neutralidade, assim como as negociações entabuladas para facilitar a conclusão da paz. Quanto à primeira, as afirmações do Sr. Visconti Venosta são bem claras. A Convenção de 15 de Setembro será mantida em todo o seu vigor; o que significa que nem o governo atacará, nem deixará atacar o território pontifício. Quanto à segunda, trata-se tão sòmente de uma neutralidade armada, para fazer face a qualquer eventualidade. Quanto às negociações entabuladas, declarou o Sr. Visconti Venosta que o único acordo concluido foi com a Inglaterra segundo o qual os dois Estados se obrigavam a não sair da neutralidade sem primeiro se explicaram sôbre os motivos que a isso os levam. Àquele tratado, segundo declarou o Ministro, já aderiu a Rússia. Parece-me que a Áustria procedeu do mesmo modo.

Na sessão de ontem, 21, foi adoptado o projecto de lei do governo para o credito de 40 milhões e para a nova Convenção com o Banco Nacional por 216 contra 77 votos.

A Câmara foi adiada.

.....

... O Senado, nas suas sessões de 23 e 24, aprovou quase unanimamente o projecto de lei votado na Câmara dos Deputados sobre o crédito extraordinário dos 40 milhões de francos para os armamentos do país. Antes porém discutiu-se a parte política, com especialidade relativa à questão de Roma. O Ministro dos Negócios Estrangeiros veio confirmar o que já tinha expellido a tal respeito na Câmara electiva. O Senado terminou por aprovar duas ordens do dia, reunidas em uma só concebida nos seguintes termos:

«O Senado confirmando de novo os seus votos precedentes sobre a questão de Roma, toma nota das considerações e declarações do governo, e passa à ordem do dia».

As duas Câmaras do Parlamento são convocadas para hoje a fim de receberem comunicação do decreto real prorrogando a sessão legislativa.

Não posso deixar de apontar a V. E. que neste últimos dias os jornais italianos, mesmo os mais autorizados, têm trazido uma quantidade de notícias qual delas mais absurdas. Tais notícias porém tem sido dentro de 24 horas desmentidas pelos próprios jornais que as referiram. Citarei as seguintes: que o Ministro da Fazenda fôra a uma reunião da opposição, na qual esta deliberava para dar a demissão em massa dos seus membros, e alí fizera declarações contrárias ao que annunciara na Câmara o governo pelo órgão do Ministro dos Negócios Estrangeiros — que tropas pontificias haviam capturado duas patrulhas de tropas italianas — e finalmente dava-se conta de uma circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Confederação da Alemanha do Norte convidando as potências neutras a porem-se de accordo para combater a anarquia em França.

O Principe Napoleão, contrariamente ao que annunciarei a V. E. fundando-me na notícia espalhada na bolsa de Florença, e transmitida para o estrangeiro em várias correspondências, não partiu ainda desta Corte. O Comendador Minghetti, nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Italia em Viena é que partiu ontem para aquela Corte.

A tranquillidade pública continua a ser mantida neste Reino. A prisão de Mazzini não produziu a menor sensação até hoje.

.....

*Reservado*

... A vinda a esta Corte, na critica situação actual, do Principe Napoleão, causou sério embaraço quer ao Soberano quer ao seu governo; a permanência de Sua Alteza Imperial aqui não tem feito senão aumentá-lo. De modo que tanto em París como em Florença o efeito de ambas as coisas dá lugar a uma série de suposições qual delas mais inexactas. Não é por certo facil no meio de tantas contradicções apurar a verdade; tendo porém por fidedignas as minhas informações, dou aqui o resultado delas a V. E.

Principiando por confirmar o que tive a honra de comunicar a V. E. no meu precedente officio deste série, devo acrescentar que verbalmente insistiu o Principe Napoleão por uma cooperação militar da parte da Itália, queixando-se ao mesmo tempo que a Itália, pela sua neutralidade, era a causa de se achar a França na difficil posição em que se encontra. Se por um lado o Rei de Itália mostrasse a melhor vontade de socorrer a França, o governo italiano não se prestou por forma alguma a tomar sobre si tão enorme responsabilidade. O resultado é pois que a Itália guardará a mais estrita neutralidade e a missão do Principe Napoleão não teve todo o êxito que ele esperava. Este novo desengano que Sua Alteza Real veio aqui receber, impediu que continuasse a sua viagem para Viena, como sendo inútil, e portanto aguardava o Principe ordens para deixar Florença e regressar junto do Imperador. Mas agora surgiu outra difficuldade para o Principe, não querendo o Imperador que ele deixe Florença. Assim pois ao mesmo tempo que S.A.I. é arguido de permanecer aqui por motivos inexplicáveis para o público, a verdade é que não depende dele sair da situação pouco airosa em que no momento actual se acha colocado contra a sua vontade. Sei que ele tem tudo pronto para dentro de meia hora poder partir, quando para isso for autorizado. Aqui deseja-se ardentemente ver verificado semelhante partida, por isso que de contrário a estadia de S.A.I. oferece certo comprometimento à Itália em relação à Alemanha, à qual se evita dar o menor motivo de queixa.

Tão pouco teve resultado algum a viagem a París do Marquês Spinola, Ajudante de Campo do Rei, para conduzir a Princesa Clotilde com seus filhos para Itália. S.A.I. recusa sair de París por entender ser ponto de honra permanecer alí na situação critica actual. O

procedimento daquela Augusta Senhora será altamente aplaudido por toda a parte.

Em consequência dos actos de insubordinação e traição cometidos há tempo em Pavia, foi o cabo Barzanti passado pelas armas no dia 27 do corrente mês em Milão. Este triste mas inevitável acontecimento causou bastante consternação, e deixou a V. E. pensar quanto doloroso foi para o coração do Rei dever, pela primeira vez no seu reinado, assinar uma pena de morte.

.....

#### XXXIV

1 de Setembro de 1870

##### *Reservado*

... Tive a honra de receber, na madrugada de ontem, o despacho telegrafico de V. E. datado da véspera, annunciando a formação do novo Gabinete presidido por S. E. o Sr. Marquês de Sá da Bandeira (7).

E como ontem fosse o dia da audiência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, não quiz deixar de procurar S. E. para comunicarlhe tão importante notícia, posto dela devesse ter já conhecimento.

Segundo me disse o Sr. Visconti Venosta não só tinha recebido aquela notícia, mas deu-me igualmente conhecimento de um telegrama de S. M. a seu Augusto Sogro, de que V. E. melhor do que eu conhecerá o ceteúdo. Acrescentou o Ministro que podíamos considerar o desagradável incidente, que deu lugar à interrupção das nossas relações officiais, como tocando ao fim. Respondi-lhe que nenhuma duvida poderia haver a tal respeito, sobretudo achando-se V. E. encarregado da direcção das nossas relações externas. Disse-lhe finalmente que sobre o assunto aguardava agora as instruções de V. E. que não me falhariam logo que V. E. se tivesse inteirado do andamento que teve aquele infausto acontecimento.

Por demasiado era evidente que o Gabinete da ditadura estava prestes a retirar-se — a sua demissão foi acolhida aqui com prazer, e a formação do novo Gabinete muito aplaudida por todos quantos

---

(7) Il nuovo governo portoghese era così costituito: presidentè del consiglio, ministro della guerra e ministro interno della marina, marchese de Sá da Bandeira; ministro del regno e ministro interino dell'istruzione, il vescovo di Viseu; ministro dei lavori pubblici, commercio e industria, Carlos Bento da Silva; ministro delle finanze, degli affari esteri e interino degli affari ecclesiastici e della giustizia, marchese de Avila e Bolama. (Telegramma del 30 agosto e circolare della stessa data. Archivio *cit.*).

conhecem os dignos membros de que ele é composto. Confesso a V. E. que uma grande parte dos meus amigos e colegas felicitaram-me ontem pela mudança de coisas no meu país, augurando uma nova feliz direcção dos nossos negócios, de que é garante o nome dos homens ilustres que compõem o actual Gabinete. Pela minha parte desejo felicitar cordealmente a V. E. a aos mais membros do Gabinete por haverem tomado em mão as redeas do governo, dando assim uma prova de abnegação e de patriotismo, que a Nação deve ter em grande conta. Os homens que se dedicam em momentos semelhantes são por certo benemeritos da pátria.

Uma reacção salutar não pode tardar a verificar-se agora na imprensa estrangeira a respeito de Portugal, a qual, como V. E. não ignora, era-nos por extremo hostil, considerando-nos como um povo degenerado.

Mas todos nos farão a justiça de reconhecer que a attitude séria e firme da população salvou a dignidade e a honra da Nação.

.....

XXXV

9 de Setembro de 1870

*Reservado*

... Logo depois de verificada a catastrophe das armas francesas em Sedan, o meu primeiro cuidado foi haver informações exactas pelo que tocava à pessoa da Princesa Clotilde, porque Suas Majestades deviam estar muito ansiosas pela sorte de S.A.I. Foi por tal motivo que tive a honra de dirigir a V. E. o meu telegrama de 5 do corrente mês, que confio V. E. terá recebido.

Como agora V. E. terá sabido, a Princesa Clotilde não correu algum risco, antes pelo contrário saiu tranquilamente de París, saudada com inequívocas provas de deferência e respeito da parte da povoação. No momento em que escrevo não sei se Sua Alteza Imperial ainda se acha no Piemonte, ou se já prosseguiu a sua viagem para Pragins. Em todo o caso nenhum cuidado mais se oferece acerca da sua augusta pessoa.

Os recentes acontecimentos em França e especialmente a proclamação da República vieram agravar consideravelmente a situação da Itália no concernente à questão de Roma. Não se deve fazer illusões sôbre o estado por extremo crítico das coisas neste país. Entendo que no momento presente as hesitações podem ser fatais, e vinte e quatro horas que decorram podem trazer consigo consequên-

cias funestas. Nem a precipitação, nem a prudencia poderá cada uma por si salvar o país. As aspirações nacionais são demasiadamente manifestas para admitirem resistência; por outro lado o governo não pode inteiramente circunscrever-se no domínio da prudência. Se o Gabinete tiver meios de aplanar sem demora qualquer dificuldade que acaso lhe venha do estrangeiro, e por outro lado de conciliar-se com Sua Santidade, o que duvido, tudo poderá dizer-se salvo. Mas se assim não for, a entrada das tropas italianas no território pontifício e mesmo em Roma efectuar-se-á pela violência — o perigo immediato fica removido, mas as consequências futuras ficam de pé. Eis o que o governo italiano quer evitar, e daí provem a sua prudência. Na segunda parte dos meus telegramas de 5 e 8 do corrente mês fiz antever a V. E. a parte das hesitações e qual o resultado final.

Sucedem-se os Conselhos de Ministros quase sem interrupção; muda-se de aviso constantemente; consultam-se eminentes pessoas; e conseguiu-se finalmente expedir ontem a Roma o Conde Ponza de S. Martino, Senador, em missão secreta. Tropas consideráveis são dirigidas sem descanso para a fronteira pontifícia, seguidas de enorme material de guerra. Os boatos mais contradictórios circulam sem trégua, repetidos por um sem número de jornais. Em tais circunstâncias o escrever torna-se inútil, estando o telégrafo noite e dia em movimento, e mesmo porque o que de manhã pode ser verdade, deixa de o ser à noite.

Para amanhã foram chamadas as classes de 1839, 1840 e 1841 e para dia 20 a segunda categoria da classe de 1848. Em breve a Itália tem sob as armas uma força de 350 a 400.000 homens. O futuro dirá se os sacrifícios que agora se fazem não foram inúteis.

A saída do Gabinete do General Govone, Ministro da Guerra, teve por causa o pessimo estado da saude daquele distinto militar.

.....

### XXXVI

12 de Setembro de 1870

...O meu telegrama de ontem levou ao governo de S. M. a importante notícia da ordem dada, ontem mesmo, para a entrada das tropas italianas no território pontifício. Era a confirmação do que tive a honra de prevenir a V. E. no meu antecedente telegrama de 8 deste mês.

Segundo telegrama particular, as tropas passaram os confins e achavam-se ontem à noite em Montefiascone, devendo achar-se hoje de manhã em Viterbo.

A notícia destes acontecimentos tem causado o maior regosijo em toda a parte da península, e S. M. o Rei Vitor Manuel foi acolhido ontem à noite num dos Teatros desta Capital com vivissimos aplausos.

Inclusos tenho a honra de remeter a V. E. os documentos officiais publicados na *Gazeta Oficial* de ontem, sendo o primeiro um officio do Presidente do Conselho de Ministros ao Conde Ponza de S. Martino sôbre a sua missão a Roma, portador de uma carta autógrafa do Soberano; o segundo é a circular de 29 do mês passado dirigida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros aos Representantes de Itália no estrangeiro; o terceiro a circular de 7 do corrente mês dirigida pelo mesmo Ministro aos ditos Representantes; o quarto é a participação de haver o Rei de Itália, por proposta do Conselho de Ministros, dado ordem para que as tropas italianas entrassem nas *províncias romanas*. A denominação de *território pontifício* cessou pois de existir oficialmente.

.....

### XXXVII

17 de Setembro de 1870

...Tive a honra de receber o despacho telegráfico de V. E. de 13 do corrente mês, e fiquei inteirado de haver S. M. aceitado a demissão do Sr. Marquês de Avila e de Bolama, nomeando V. E. seu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros ad interim (8). Não sendo esta a primeira vez que sirvo debaixo das ordens de V. E., confio que V. E. se dignará dispensar-me a mesma confiança e benevolência que em ocasiões precedentes.

Tendo recebido de madrugada um telegrama, datado de ontem, do Consul de Portugal em Civitavecchia dando-me parte da capitulação e occupação daquela cidade pelas tropas italianas, entendi dever transmitir logo a V. E. semelhante notícia, por ignorar se o Representante de S. M. em Roma o terá podido fazer, visto a interrupção das communicações.

Das últimas notícias autenticas publicadas hoje aqui sôbre as

---

(8) Si trattava di Carlos Bento da Silva.

operações militares nas províncias romanas, julgo dever remeter a V. E. o incluso extracto tirado do jornal *L'Opinione* de hoje. Sobre a entrada das tropas italianas em Roma, que se supõe deva efectuar-se de um momento a outro, correm diversas versões sendo neste momento assaz problemático se a entrada poderá efectuar-se pacificamente. Mas V. E. será logo informado pelo telegrafo apenas chegue notícia do que succedeu.

Por enquanto trata-se simplesmente de uma occupação militar tanto de Roma como das províncias romanas. Tudo o que se diz sobre o mais que tem de succeder, não merece crédito. Creio mesmo que sobre a transferênciã da capital, o próprio governo ainda não está fixado acerca do que deverá praticar-se. Terei em todo o caso V. E. ao corrente do que me for constando de fonte fidedigna.

.....

### XXXVIII

20 de Setembro de 1870

#### *Reservado*

... Logo que recebi o despacho reservado fui procurar o Ministro dos Negócios Estrangeiros e entreguei-lhe a carta que lhe era dirigida pelo antecessor de V. Exa. e que acompanhava o dito despacho. Como fosse na rua que me avistei com o Sr. Visconti Venosta, e havendo ele logo tomado conhecimento do conteúdo da mencionada carta, disse-me que se dava inteiramente por satisfeito, e me pediu de o procurar ontem para combinar o modo de restabelecer as relações officiais entre os dois governos.

Na conferencia que tivemos ontem, assentámos em que o Sr. Visconti Venosta me dirigiria uma nota dando por terminada a interrupção das relações officiais, e ao mesmo tempo escreveria ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de S.M. em resposta à carta que eu lhe havia entregue. Ao despedir-me disse ao Sr. Visconti Venosta que eu ia participar por telegrafo a V. Exa. a noticia que com sumo prazer seria acolhida na nossa Corte.

O meu telegrama expedido ontem às 4½ horas da tarde, e recebido aí às 11 horas da noite, dizia na sua primeira parte o seguinte: «Relações restabelecidas com governo italiano. Visconti Venosta assim mo participa oficialmente, respondendo em breve à carta que lhe entreguei, vinda com despacho reservado. Oldoini ou outro Ministro será mandado brevemente para Lisboa».

Às 11½ horas da noite de ontem recebi por via de Messina o telegrama que V. Exa. me fez a honra de expedir às 4½ horas da tarde, anunciando-me a resolução do governo de S. M. de se adoptar, para a renovação das relações com a Itália, o arbitrio do governo italiano mencionado no meu officio confidencial de 18 do mês passado. Aquele arbitrio não era outra coisa que a insinuação por mim feita pouco depois de verificado o desagradável incidente, que todos deploram, e comunicada ao Marechal Duque de Saldanha em carta de 12 de Junho próximo passado. Se então ou depois não fui atendido, é-me por certo lisonjeiro ver que o actual governo de S. M. se compenetrou agora da efficacia de um meio honroso de terminar a questão mas que, graças aos sentimentos que sempre animaram o governo italiano, não se torna presentemente necessário, visto ter-se aproveitado do primeiro ensejo favorável para se sair de uma situação por todos os modos inadmissível.

Não preciso recordar todos os meus esforços para conseguir aquelle fim; a minha não interrompida correspondência sôbre tal assunto demonstra-o bem claramente.

Aguardo a comunicação de Sr. Viscontî Venosta para logo a levar ao conhecimento de V. Exa.

E aproveito a ocasião para acusar a recepção do despacho da Direcção política, sendo-me muito grato saber que mereci a aprovação do governo de S. M. pela maneira como dispuz aqui as coisas para que, não obstante a interrupção das relações officiais, pudessem continuar a ser promovidos, pela Legação de S. M. em Roma, os interesses dos subditos italianos.

.....

### XXXIX

24 de Setembro de 1870

... O meu telegrama do dia 20 levou a V. Exa. a noticia da entrada das tropas italianas em Roma, depois de vivo fogo.

No dia 21 recebendo um telegrama do Sr. Conde de Tomar para V. Exa. que logo transmiti, nada por ele pude saber sendo-me a cifra desconhecida.

No dia 22, porém, telegrafei novamente a V. Exa. resumindo o que pude ver dos telegramas do General Cadorna. As noticias eram boas, segundo os ditos telegramas — haviam capitulado 9.300 homens. As tropas italianas tiveram 117 feridos e 21 mortos. A instân-

cia do Santo Padre fora pelas tropas italianas occupada a cidade leonina, aonde tinha havido graves desordens entre o povo e os gendarmes pontificios, sendo alguns destes assassinados.

Eis o que me constava, quando ontem de manhã chegou aqui o Conde de Tomar, Antonio, portador duma carta do Representante de S.M. junto de Sua Santidade para mim, e bem assim de despachos para os Ministros da Confederação da Alemanha do Norte e de Espanha nesta Corte. A narração dos factos praticados em Roma nos dias 21 e 22, feita pelo Sr. Conde de Tomar em tudo conformes às que receberam os meus dois colegas acima mencionados, causou-me muita pena; mas o insulto feito à casa da Legação por uma banda de povo que allí penetrou e arrancou as armas de Sua Santidade, que sôbre a porta principal estavam ao lado das armas de Portugal, segundo o estilo até agora conservado, encheu-me de indignação.

Tendo-me pois inteirado de tudo quanto verbalmente o Conde de Tomar Antonio me referiu do que se havia passado, dirigi-me logo com ele ao meu colega da Confederação da Alemanha do Norte, e com este combinei para irmos ao Sr. Visconti Venosta expor os factos e pedir immediatas providências. Depois passei ao meu colega de Espanha e com ele combinei a mesma coisa. Achamo-nos em seguida todos três no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e allí encontramos igualmente os Ministros da Áustria e da Suíça, os quais posto não tivessem recebido correspondência de Roma, entenderam contudo usar da mesma linguagem que os outros para provocar sem demora a repressão dos factos insolitos praticados pela população de Roma, juntamente com muitos emigrados e emissarios do partido mais avançado, que penetraram em Roma atraz da tropa italiana.

O Sr. Visconti Venosta não só se mostrou muito magoado com o que lhe expuz, mas mesmo indignado. Fez-me ver um telegrama que acabava de receber do General Cadorna, no qual este lhe assegurava que as medidas mais severas estavam tomadas para garantir a segurança pessoal dos membros do Corpo Diplomático junto do Santo Padre, bem como as residências respectivas, e evitar a repetição de factos que todos reprovavam. Acrescentou o Sr. Visconti Venosta que, não obstante aquele telegrama, ia dar novas instruções ao General Cadorna para que não houvesse a menor contemplação com os membros do partido subversivo. Ao que eu repliquei que, alem das instruções gerais que fossem transmitidas, eu requeria ordens especiais pelo que tocava ao Representante de S. M. e mais

membros da Legação, e que as armas pontificias fossem sem a menor demora restabelecidas ao lado das armas de Portugal. Nisto concordou comigo o Sr. Visconti Venosta a quem pedi de repetir pessoalmente ao Conde de Tomar Antonio o que ele acabava de dizer-me, a fim de que este último o pudesse repetir ao Representante de S. M. junto de Sua Santidade. Assim se fez, e o Conde de Tomar Antonio partiu ontem pelo trem das 10 horas da noite, portador das proprias palavras do Sr. Visconti Venosta, e das expressões mais satisfatórias que em tal conjuntura o Ministro do Negócios Estrangeiros do Rei de Itália se apressou a comunicar-lhe.

Recomendei muito expressamente ao Conde de Tomar Antonio que se mé fizesse saber o que se passar depois da sua chegada a Roma, e da colocação das armas pontificias ao lado das armas de Portugal.

Não me coube no tempo responder à carta que o Sr. Conde de Tomar me escreveu no dia 21 do corrente, a que acima me refiro, e de que incluo cópia.

Incluo igualmente o extracto do jornal *La Nazione* de hoje. Alí se acha com muita verdade a confirmação dos factos deploráveis ocorridos em Roma. Tenho a honra de chamar a atenção de V. Exa. para a parte tirada da *Gazeta Official* de ontem e que vai sublinhada por se referir ao facto que nos respeita directamente. Pretendem alguns jornais daqui que o insulto à Legação de Portugal teve por pretexto haver-se a dita Legação mostrado mais favorável que as outras à causa do Papa. Parece-me prudente, em vista do artigo inserto na *Gazeta Official* a que acima me refiro, não dar importância a semelhante asserção, para evitar sucessivas polemicas dos jornais.

Sem pretender, por forma algum, exonerar da grave responsabilidade que compete ao governo italiano pela manifesta falta de providências para ocorrer immediatamente à segurança publica quer das provinvias romanas, quer da própria cidade de Roma, em seguida à entrada das tropas italianas naquelas localidades, é certo que o primeiro desaforo de uma inteira povoação por tantos anos sujeita a um regime de opressão, que os nossos tempos não comportam, devia ser terrível. Vinganças antigas difficilmente se poderiam evitar. Passado porem o primeiro momento da efervescência, tenho a intima convicção e inteira confiança que o menor excesso será reprimido com a maior severidade, e que, como em outros pontos

de Itália, as tentativas desesperadas do partido republicano em Roma não terão efeito algum.

Segundo sou informado o General La Marmora deverá assumir as funções de Commissário Regio em Roma. As intenções do Soberano e do governo italiano para com o Chefe supremo da Catholicidade são inspiradas dos melhores sentimentos, como se depreende da carta que o Rei de Itália dirigiu ao Papa Pio IX, de que foi portador o Conde Ponza di San Martino, e de que V. Exa. incluso encontrará o texto, conforme o deu a *Gazeta Oficial* deste Reino. Por outro lado, segundo me anunciou o Sr. Visconti Venosta, o governo italiano está desde já pronto para, de acordo com as mais Potências Catholicas, cujo concurso invoca, estabelecer as bases para garantir a inviolabilidade do Santo Padre e sua autoridade espiritual e a independência da Santa Sé.

Mr. Sénard, Enviado Extraordinário do governo francês em Florença, chegado ultimamente, foi recebido pelo Rei e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, com o qual tem tido repetidas conferências. O Representante do Imperador dos Franceses, Barão de Malaret, foi demitido recentemente.

A missão de Mr. Sénard parece ser simplesmente extraordinária, e a sua vinda a esta Corte, acompanhado de Mr. Léon Cléry, Secretário da missão do governo francês na mesma Corte, aonde de resto foi conservado o pessoal menos o Ministro, da antiga Legação, parece ter por fim entreter as boas relações entre os dois países. Corre como certo que, a proposito do ingresso das tropas italianas em Roma, Mr. Sénard dirigira uma carta ao Rei de Itália, declarando que, se o governo italiano tinha razão, enquanto durava o Imperio, de considerar como em vigor a Convenção de 15 de Setembro de 1864, demonstrava porém pelos seus recentes actos, apreciar os sentimentos que inspiram o governo provisório, o qual de facto considera como nula a mencionada Convenção. Um tal documento não deixa de ter muita importância para o governo italiano na presente conjuntura.

.....

XL

27 de Setembro de 1870

... Confirmando o meu telegrama de 25, como resposta ao que V. Exa. me fez a honra de dirigir na vespera por via de Malta, e em

aditamento ao meu precedente officio desta serie, cumpre-me participar a V.Exa. que o Conde de Tomar Antonio, apenas de regresso a Roma, a segundo a recomendação que lhe havia feito, disse-me em carta de 23 que o General Cadorna dera completa satisfação e mandára instaurar processo afim de ver se era possível capturar os autores do atentado contra a Legação de S.M. em Roma. Que as novas armas pontificias seriam colocadas no dia seguinte, 24, porque se estavam acabando de pintar. Terminava annunciando-me que todos ficaram muito satisfeitos com as noticias que ele levára daqui e agradeciam os bons officios que eu prestára nesta conjuntura.

Isto, pois, junto às mais informações que eu recebera, davam o negócio por terminado.

Devo confessar a V.Exa. que no primeiro momento, fiquei muito impressionado tanto pelo que me dizia o Conde de Tomar na sua carta de 21, de que inclui cópia no meu precedente officio, como do que me referira datalhadamente o Conde de Tomar, Antonio. A minha impressão porém foi-se desvanecendo à medida que outras noticias iam chegando, e que do complexo delas se depreendia claramente que as desordens succedidas nas primeiras 48 horas foram promovidas por gente na maior parte estranha à povoação romana. As successivas medidas tomadas pela autoridade militar, coadjuvada por pessoas conspicuas de Roma, não tardaram a restabelecer a ordem por toda a parte, e a infundir confiança em todos. As noticias que continuam a chegar são unanimes em fazer os maiores elogios à povoação romana, e certificam que a attitude de Roma é admirável. Houve portanto um panico natural, mas muito exagerado, a que o partido clerical não foi estranho. Os factos vieram desmentir as infundadas apreensões que se haviam apoderado dos animos. Tudo faz crer que uma transição do antigo estado de coisas à nova situação se efectuará com grande rapidez e grande ordem.

No dia 2 de Outubro deverá ter lugar o plebiscito nas provincias romanas. A Junta administrativa da Cidade de Roma nomeada é composta dos primeiros nomes liberais, adoptou a seguinte formula do plebiscito: «O povo romano quer ser unido à Itália una e indivisivel, debaixo do ceptro constitucional de Vitor Manuel e de seus descendentes, com Roma capital do Reino». A votação deve ser imensamente afirmativa.

.....

29 de Setembro de 1870

... Em aditamento ao meu officio reservado desta série, tenho a honra de remeter a V. Exa., inclusas por cópia, tanto a nota que com data de 20 do corrente mês, ontem sómente recebida, me dirigiu o Sr. Visconti Venosta, annunciando-me o restabelecimento das relações officiais com esta Legação, como a minha resposta, datada de hoje, à mencionada nota.

Cumpre-me igualmente enviar a V. Exa. a carta, acompanhada da respectiva cópia, que o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino de Itália dirige a S. Exa. o Ministro e Secrétario de Estado dos Negócios Estrangeiros de S. M., em resposta à Carta que acompanhava o despacho reservado. Conquanto no sobrescrito da primeira se acha ainda o nome do Sr. Marquês de Avila e de Bolama, que assinou a segunda, não me parece ser de absoluta necessidade para não estar com mais demoras, fazer reparo num equivoco de todo involuntário. Confio que V. Exa. não porá objecção a esta minha decisão.

Ficando pois formalmente restabelecidas as nossas relações officiais, espero saber brevemente qual a escolha definitiva da pessoa que S. M. o Rei de Itália se serviu fazer para seu Representante junto de Seu Augusto Genro.

Apenas recebi o telegrama de V. Exa de 20, fiz logo saber ao Sr. Visconti Venosta que o governo de S. M. recebera com muita satisfação a comunicação de estarem restabelecidas as relações officiais entre os dois governos.

.....

4 de Outubro de 1870

... Com referência ao que tive a honra de anunciar a V. Exa. acerca da formula do plebiscito nas provincias romanas, devo acrescentar que depois de uma conferência que aqui tiveram com o governo dois membros da junta provisória, foi adoptada e votada a seguinte formula: « Vogliamo la nostra unione al Regno d'Italia,

sotto il governo monarchico costituzionale del Re Vittorio Emanuele II e suoi successori»).

O resultado da votação passou todos os calculos. A de Roma foi de 40.835 votos afirmativos contra 46 negativos. Tudo correu na melhor ordem e com tranquilidade admirável.

.....

## INDICE DEI RAPPORTI

1848

I	Torino, 11-1	Lobo de Moura al duca di Saldanha	p. 5
II	Torino, 14-1	»       »       »	p. 6
III	Torino, 25-1	»       »       »	p. 7
IV	Torino, 3-2	»       »       »	p. 8
V	Torino, 9-2	»       »       »	p. 8
VI	Torino, 5-3	»       »       »	p. 9
VII	Torino, 18-3	»       »       »	p. 10
VIII	Torino, 25-3	»       »       »	p. 12
IX	Torino, 1-4	»       »       »	p. 14
X	Torino, 8-4	»       »       »	p. 15
XI	Torino, 17-4	»       »       »	p. 16
XII	Torino, 18-4	»       »       »	p. 17
XIII	Torino, 4-5	Lobo de Moura a José Joaquim Gomes de Castro	p. 18
XIV	Torino, 9-5	»       »       »	p. 20
XV	Torino, 18-5	»       »       »	p. 21
XVI	Torino, 30-5	»       »       »	p. 22
XVII	Torino, 2-6	»       »       »	p. 24
XVIII	Torino, 6-6	»       »       »	p. 25
XIX	Torino, 7-6	»       »       »	p. 27
XX	Torino, 12-6	»       »       »	p. 27
XXI	Torino, 13-6	»       »       »	p. 29
XXII	Torino, 15-6	»       »       »	p. 32
XXIII	Torino, 22-6	»       »       »	p. 33
XXIV	Torino, 1-7	»       »       »	p. 36
XXV	Torino, 11-7	»       »       »	p. 37
XXVI	Torino, 18-7	»       »       »	p. 39
XXVII	Torino, 21-7	»       »       »	p. 41
XXVIII	Torino, 27-7	»       »       »	p. 41
XXIX	Torino, 30-7	»       »       »	p. 42
XXX	Torino, 2-8	»       »       »	p. 43
XXXI	Torino, 5-8	»       »       »	p. 45
XXXII	Torino, 7-8	»       »       »	p. 47
XXXIII	Torino, 10-8	»       »       »	p. 48
XXXIV	Torino, 17-8	»       »       »	p. 48
XXXV	Torino, 28-8	»       »       »	p. 51

XXXVI	Torino, 4-9	Lobo de Moura a José Joaquim Gomes de Castro	p. 53
XXXVII	Torino, 9-9	» » »	p. 54
XXXVIII	Torino, 19-9	» » »	p. 55
XXXIX	Torino, 3-10	» » »	p. 56
XL	Torino, 13-10	» » »	p. 58
XLI	Torino, 22-10	» » »	p. 60
XLII	Torino, 23-10	» » »	p. 65
XLIII	Torino, 28-10	» » »	p. 66
XLIV	Torino, 1-11	» » »	p. 67
XLV	Torino, 1-11	» » »	p. 68
XLVI	Torino, 12-11	» » »	p. 70
XLVII	Torino, 16-11	» » »	p. 71
XLVIII	Torino, 28-11	» » »	p. 72
XLIX	Torino, 5-12	» » »	p. 73
L	Torino, 16-12	» » »	p. 74
LI	Torino, 19-12	» » »	p. 76
LII	Torino, 29-12	» » »	p. 77

1849

I	Torino, 1-1	Lobo de Moura a José Joaquim Gomes de Castro	p. 83
II	Torino, 13-1	» » »	p. 85
III	Torino, 17-1	» » »	p. 85
IV	Torino, 18-1	» » »	p. 88
V	Torino, 27-1	» » »	p. 88
VI	Torino, 3-2	Lobo de Moura al visconde di Castro	p. 90
VII	Torino, 6-2	» » »	p. 92
VIII	Torino, 15-2	» » »	p. 93
IX	Torino, 22-2	» » »	p. 95
X	Torino, 26-2	» » »	p. 97
XI	Torino, 10-3	» » »	p. 98
XII	Torino, 15-3	» » »	p. 99
XIII	Torino, 22-3	» » »	p. 100
XIV	Torino, 23-3	» » »	p. 102
XV	Torino, 25-3	» » »	p. 102
XVI	Torino, 27-3	» » »	p. 103
XVII	Torino, 28-3	» » »	p. 104
XVIII	Torino, 29-3	» » »	p. 106
XIX	Torino, 30-3	» » »	p. 106
XX	Torino, 1-4	» » »	p. 108
XXI	Torino, 1-4	» » »	p. 110
XXII	Torino, 4-4	» » »	p. 110
XXIII	Torino, 8-4	» » »	p. 112
XXIV	Torino, 13-4	» » »	p. 113
XXV	Torino, 23-4	» » »	p. 114
XXVI	Torino, 26-4	» » »	p. 116
XXVII	Torino, 30-4	» » »	p. 117
XXVIII	Torino, 10-5	» » »	p. 118
XXIX	Torino, 22-5	» » »	p. 121

XXX	Torino, 3-6	Lobo de Moura al duca di Saldanha	p. 123
XXXI	Torino, 5-6	» » »	p. 128
XXXII	Torino, 14-6	» » »	p. 129
XXXIII	(Svizz.), 26-6	» » »	p. 130
XXXIV	Torino, 2-7	» » »	p. 132
XXXV	Torino, 8-7	Lobo de Moura al conte di Tojal	p. 133
XXXVI	Torino, 21-7	» » »	p. 134
XXXVII	Torino, 25-7	» » »	p. 136
XXXVIII	Torino, 8-8	» » »	p. 138
XXXIX	Torino, 17-8	» » »	p. 138
XL	Torino, 18-8	» » »	p. 140
XLI	Torino, 21-8	» » »	p. 141
XLII	Torino, 25-8	» » »	p. 142
XLIII	Torino, 8-9	» » »	p. 143
XLIV	Torino, 21-9	» » »	p. 144
XLV	Torino, 21-9	» » »	p. 145
XLVI	Torino, 21-9	» » »	p. 146
XLVII	Torino, 7-10	» » »	p. 148
XLVIII	Torino, 22-10	» » »	p. 150
XLIX	Torino, 31-10	» » »	p. 152
L	Torino, 17-11	» » »	p. 153
LI	Torino, 21-11	» » »	p. 155
LII	Torino, 15-12	» » »	p. 155

1850

I	Torino, 1-1	Lobo de Moura al conte di Tojal	p. 159
II	Torino, 2-2	» » »	p. 160
III	Torino, 24-2	» » »	p. 161
IV	Torino, 12-3	» » »	p. 163
V	Torino, 14-3	» » »	p. 164
VI	Torino, 11-4	» » »	p. 168
VII	Torino, 13-4	» » »	p. 168
VIII	Torino, 4-5	» » »	p. 170
IX	Torino, 6-5	» » »	p. 170
X	Torino, 29-5	» » »	p. 171
XI	Torino, 11-6	» » »	p. 173
XII	Torino, 2-7	» » »	p. 173
XIII	Torino, 17-9	» » »	p. 174
XIV	Torino, 20-9	» » »	p. 175
XV	Torino, 1-10	» » »	p. 176
XVI	Torino, 4-10	» » »	p. 177
XVII	Torino, 21-10	» » »	p. 177
XVIII	Torino, 15-11	» » »	p. 178
XIX	Torino, 25-11	» » »	p. 179
XX	Torino, 5-12	» » »	p. 180
XXI	Torino, 30-12	» » »	p. 181

I	Torino, 5-1	Lobo de Moura al conte di Tojal	p. 184
II	Torino, 15-1	» » »	p. 184
III	Torino, 31-1	» » »	p. 185
IV	Torino, 13-2	» » »	p. 186
V	Torino, 3-3	» » »	p. 187
VI	Torino, 3-3	» » »	p. 188
VII	Torino, 11-3	» » »	p. 189
VIII	Torino, 15-3	» » »	p. 191
IX	Torino, 5-5	» » »	p. 191
X	Torino, 2-6	Sousa Holstein al barone da Luz	p. 192
XI	Torino, 5-6	» » »	p. 193
XII	Torino, 19-6	Sousa Holstein a Jervis de Atouguia	p. 193
XIII	Torino, 2-7	» » »	p. 194
XIV	Torino, 26-8	» » »	p. 194
XV	Torino, 11-9	» » »	p. 195
XVI	Torino, 19-9	» » »	p. 196
XVII	Torino, 25-9	» » »	p. 196
XVIII	Torino, 4-11	» » »	p. 197
XIX	Torino, 24-11	» » »	p. 198
XX	Torino, 30-11	» » »	p. 198

I	Torino, 18-6	visconte di Alte al visconte di Atouguia	p. 204
II	Torino, 19-6	» » »	p. 205
III	Torino, 25-6	» » »	p. 207
IV	Torino, 29-6	» » »	p. 209
V	Torino, 19-7	» » »	p. 210
VI	Torino, 25-7	» » »	p. 214
VII	Torino, 29-7	» » »	p. 219
VIII	Torino, 9-8	» » »	p. 220
IX	Torino, 22-8	» » »	p. 221
X	Torino, 22-8	» » »	p. 222
XI	Torino, 27-8	» » »	p. 223
XII	Torino, 1-9	» » »	p. 223
XIII	Torino, 1-9	» » »	p. 224
XIV	Torino, 8-9	» » »	p. 233
XV	Torino, 13-9	» » »	p. 234
XVI	Torino, 17-9	» » »	p. 235
XVII	Torino, 22-9	» » »	p. 236
XVIII	Torino, 29-9	» » »	p. 237
XIX	Torino, 2-10	» » »	p. 237
XX	Torino, 4-10	» » »	p. 238
XXI	Torino, 11-10	» » »	p. 239
XXII	Torino, 22-10	» » »	p. 240
XXIII	Torino, 2-11	» » »	p. 241
XXIV	Torino, 8-11	» » »	p. 243

XXV	Torino, 12-11	visconte di Alte al visconte di Atouguia	p. 243
XXVI	Torino, 21-11	» » »	p. 244
XXVII	Torino, 2-12	» » »	p. 245
XXVIII	Torino, 12-12	» » »	p. 247
XXIX	Torino, 22-12	» » »	p. 249
XXX	Torino, 31-12	» » »	p. 250

1856

I	Torino, 1-1	visconte di Alte al visconte di Atouguia	p. 256
II	Torino, 12-2	» » »	p. 257
III	Torino, 22-2	» » »	p. 258
IV	Torino, 2-3	» » »	p. 259
V	Torino, 4-3	» » »	p. 261
VI	Torino, 12-3	» » »	p. 261
VII	Torino, 22-3	» » »	p. 262
VIII	Torino, 1-4	» » »	p. 263
IX	Torino, 4-4	» » »	p. 264
X	Torino, 12-4	» » »	p. 266
XI	Torino, 22-4	» » »	p. 267
XII	Torino, 2-5	» » »	p. 269
XIII	Torino, 12-5	» » »	p. 272
XIV	Torino, 12-5	» » »	p. 276
XV	Torino, 22-5	» » »	p. 278
XVI	Torino, 2-6	» » »	p. 279
XVII	Torino, 2-6	» » »	p. 279
XVIII	Torino, 12-6	» » »	p. 283
XIX	Torino, 12-6	» » »	p. 283
XX	Torino, 16-6	» » »	p. 286
XXI	Torino, 22-6	visconte di Alte al marchese di Loulé	p. 287
XXII	Torino, 1-7	» » »	p. 288
XXIII	Torino, 4-7	» » »	p. 289
XXIV	Torino, 12-7	» » »	p. 291
XXV	Torino, 22-7	» » »	p. 292
XXVI	Torino, 2-8	» » »	p. 293
XXVII	Torino, 12-8	» » »	p. 294
XXVIII	Torino, 22-8	» » »	p. 296
XXIX	Torino, 2-9	» » »	p. 297
XXX	Torino, 2-10	» » »	p. 298
XXXI	Torino, 4-10	» » »	p. 300
XXXII	Torino, 12-10	» » »	p. 303
XXXIII	Torino, 21-10	» » »	p. 304
XXXIV	Torino, 2-11	» » »	p. 305
XXXV	Torino, 11-11	» » »	p. 307
XXXVI	Torino, 22-11	» » »	p. 309
XXXVII	Torino, 2-12	» » »	p. 311
XXXVIII	Torino, 4-12	» » »	p. 312
XXXIX	Torino, 11-12	» » »	p. 313
XL	Torino, 16-12	» » »	p. 314

## 1857

I	Lisbona, 28-1	visconte di Alte al marchese di Loulé	p. 317
II	Lisbona, 11-5	» » »	p. 318
III	Torino, 4-8	» » »	p. 319
IV	Roma, 22-9	» » »	p. 320

## 1858

I	Roma, 2-1	visconte di Alte al marchese di Loulé	p. 325
II	Roma, 9-4	» » »	p. 325

## 1859

I	Roma, 15-1	visconte di Alte al marchese di Loulé	p. 329
II	Roma, 18-1	» » »	p. 329
III	Roma, 19-2	» » »	p. 330

## 1860

I	Torino, 1-9	Borges de Castro a Antonio José d'Avila	p. 333
II	Torino, 10-9	» » »	p. 334
III	Torino, 15-9	» » »	p. 335
IV	Torino, 21-9	» » »	p. 336
V	Torino, 24-9	» » »	p. 337
VI	Torino, 1-10	» » »	p. 339
VII	Torino, 3-10	» » »	p. 340
VIII	Torino, 10-10	» » »	p. 341
IX	Torino, 13-10	» » »	p. 342
X	Torino, 18-10	» » »	p. 343
XI	Torino, 22-10	» » »	p. 343
XII	Torino, 26-10	» » »	p. 344
XIII	Torino, 27-10	» » »	p. 345
XIV	Torino, 5-11	» » »	p. 346
XV	Torino, 9-11	» » »	p. 347
XVI	Torino, 17-11	» » »	p. 347
XVII	Torino, 24-11	» » »	p. 349
XVIII	Torino, 1-12	» » »	p. 350
XIX	Torino, 9-12	» » »	p. 351
XX	Torino, 29-12	» » »	p. 352

## 1861

I	Torino, 4-1	Borges de Castro a Antonio José d'Avila	p. 357
II	Torino, 10-1	» » »	p. 357
III	Torino, 19-1	» » »	p. 358
IV	Torino, 22-1	» » »	p. 360
V	Torino, 31-1	» » »	p. 361
VI	Torino, 18-2	» » »	p. 362
VII	Torino, 19-2	» » »	p. 363
VIII	Torino, 22-2	» » »	p. 364

IX	Torino, 5-3	Borges de Castro a Antonio José d'Avila	p. 366
X	Torino, 15-3	» » »	p. 366
XI	Torino, 15-3	» » »	p. 367
XII	Torino, 17-3	» » »	p. 368
XIII	Torino, 21-3	» » »	p. 368
XIV	Torino, 23-3	» » »	p. 370
XV	Torino, 26-3	» » »	p. 370
XVI	Torino, 29-3	» » »	p. 371
XVII	Torino, 6-4	» » »	p. 372
XVIII	Torino, 6-4	» » »	p. 373
XIX	Torino, 15-4	» » »	p. 374
XX	Torino, 23-4	» » »	p. 376
XXI	Torino, 24-4	» » »	p. 377
XXII	Torino, 26-4	» » »	p. 377
XXIII	Torino, 3-5	» » »	p. 378
XXIV	Torino, 15-5	» » »	p. 379
XXV	Torino, 25-5	» » »	p. 380
XXVI	Torino, 6-6	» » »	p. 381
XXVII	Torino, 8-6	» » »	p. 382
XXVIII	Torino, 13-6	» » »	p. 383
XXIX	Torino, 15-6	» » »	p. 384
XXX	Torino, 21-6	» » »	p. 385
XXXI	Torino, 27-6	» » »	p. 387
XXXII	Torino, 28-6	» » »	p. 388
XXXIII	Torino, 2-7	» » »	p. 389
XXXIV	Torino, 9-7	» » »	p. 390
XXXV	Torino, 13-7	» » »	p. 391
XXXVI	Torino, 17-7	» » »	p. 392
XXXVII	Torino, 21-7	» » »	p. 392
XXXVIII	Torino, 1-8	» » »	p. 393
XXXIX	Torino, 10-8	» » »	p. 394
XL	Torino, 16-8	» » »	p. 394
XLI	Torino, 28-8	» » »	p. 395
XLII	Torino, 12-9	» » »	p. 396
XLIII	Torino, 21-9	» » »	p. 397
XLIV	Torino, 24-9	» » »	p. 399
XLV	Torino, 4-10	» » »	p. 399
XLVI	Torino, 9-10	» » »	p. 400
XLVII	Torino, 17-10	» » »	p. 400
XLVIII	Torino, 28-10	» » »	p. 401
XLIX	Torino, 22-11	» » »	p. 402
L	Torino, 2-12	« » »	p. 403
LI	Torino, 2-12	» » »	p. 405
LII	Torino, 9-12	» » »	p. 406
LIII	Torino, 9-12	» » »	p. 407
LIV	Torino, 11-12	» » »	p. 410
LV	Torino, 19-12	» » »	p. 410
LVI	Torino, 20-12	» » »	p. 411
LVII	Torino, 31-12	« » »	p. 411

I	Torino, 7-1	Borges de Castro a Antonio José d'Avila	p. 421
II	Torino, 14-1	» » »	p. 422
III	Torino, 21-1	» » »	p. 423
IV	Torino, 6-2	» » »	p. 424
V	Torino, 15-2	» » »	p. 425
VI	Torino, 19-2	» » »	p. 426
VII	Torino, 27-2	» » »	p. 427
VIII	Torino, 4-3	Borges de Castro al marchese di Loulé	p. 428
IX	Torino, 5-3	» » »	p. 429
X	Torino, 11-3	» » »	p. 431
XI	Torino, 11-3	» » »	p. 431
XII	Torino, 19-3	» » »	p. 433
XIII	Torino, 19-3	» » »	p. 433
XIV	Torino, 1-4	» » »	p. 435
XV	Torino, 2-4	» » »	p. 436
XVI	Torino, 11-4	» » »	p. 437
XVII	Torino, 11-4	» » »	p. 437
XVIII	Torino, 15-4	» » »	p. 438
XIX	Napoli, 9-5	» » »	p. 438
XX	Napoli, 16-5	» » »	p. 439
XXI	Torino, 26-5	» » »	p. 440
XXII	Torino, 27-5	» » »	p. 440
XXIII	Torino, 30-5	» » »	p. 441
XXIV	Torino, 2-6	» » »	p. 442
XXV	Torino, 10-6	» » »	p. 442
XXVI	Torino, 23-6	» » »	p. 443
XXVII	Torino, 30-6	» » »	p. 444
XXVIII	Torino, 5-7	» » »	p. 445
XXIX	Torino, 5-7	» » »	p. 447
XXX	Torino, 7-7	» » »	p. 450
XXXI	Torino, 12-7	» » »	p. 450
XXXII	Torino, 12-7	» » »	p. 451
XXXIII	Torino, 14-7	» » »	p. 452
XXXIV	Torino, 21-7	» » »	p. 453
XXXV	Torino, 1-8	» » »	p. 453
XXXVI	Torino, 4-8	» » »	p. 455
XXXVII	Torino, 8-8	» » »	p. 456
XXXVIII	Torino, 12-8	» » »	p. 456
XXXIX	Torino, 1-10	Borges de Castro al visconte Sá da Bandeira	p. 457
XL	Torino, 1-10	» » »	p. 457
XLI	Torino, 3-10	» » »	p. 458
XLII	Torino, 7-10	» » »	p. 458
XLIII	Torino, 7-10	» » »	p. 460
XLIV	Torino, 17-10	» » »	p. 461
XLV	Torino, 23-10	Borges de Castro al duca di Loulé	p. 461
XLVI	Torino, 29-10	» » »	p. 462

XLVII	Torino, 5-11	Manuel Alves Guerra al duca di Loulé	p. 462
XLVIII	Torino, 7-11	» » »	p. 464
XLIX	Torino, 14-11	» » »	p. 464
L	Torino, 28-11	» » »	p. 465
LI	Torino, 5-12	Sousa Holstein al duca di Loulé	p. 466
LII	Torino, 11-12	» » »	p. 467
LIII	Torino, 17-12	Borges de Castro al duca di Loulé	p. 468
LIV	Torino, 21-12	» » »	p. 468
LV	Torino, 31-12	» » »	p. 469

1863

I	Torino, 2-1	Borges de Castro al duca di Loulé	p. 473
II	Torino, 5-1	» » »	p. 473
III	Torino, 10-1	» » »	p. 474
IV	Torino, 11-1	» » »	p. 476
V	Torino, 26-1	» » »	p. 482
VI	Torino, 26-1	» » »	p. 483
VII	Torino, 27-1	» » »	p. 484
VIII	Torino, 27-1	» » »	p. 484
IX	Torino, 11-2	» » »	p. 486
X	Torino, 21-2	» » »	p. 487
XI	Torino, 9-3	» » »	p. 487
XII	Torino, 18-3	» » »	p. 488
XIII	Torino, 21-3	» » »	p. 488
XIV	Torino, 23-3	» » »	p. 490
XV	Firenze, 31-3	» » »	p. 491
XVI	Firenze, 15-4	» » »	p. 492
XVII	Firenze, 28-4	» » »	p. 493
XVIII	Torino, 7-5	» » »	p. 494
XIX	Torino, 9-5	» » »	p. 494
XX	Torino, 16-5	» » »	p. 495
XXI	Torino, 27-5	» » »	p. 497
XXII	Torino, 5-6	» » »	p. 498
XXIII	Torino, 22-6	» » »	p. 501
XXIV	Torino, 17-7	» » »	p. 502
XXV	Torino, 19-7	» » »	p. 504
XXVI	Torino, 24-7	» » »	p. 505
XXVII	Torino, 25-7	» » »	p. 506
XXVIII	Torino, 12-8	» » »	p. 507
XXIX	Torino, 12-8	» » »	p. 508
XXX	Torino, 12-8	» » »	p. 508
XXXI	Torino, 17-8	» » »	p. 510
XXXII	Torino, 18-8	» » »	p. 511
XXXIII	Torino, 28-8	» » »	p. 512
XXXIV	Torino, 29-8	» » »	p. 512
XXXV	Torino, 21-9	» » »	p. 513
XXXVI	Torino, 28-9	» » »	p. 514
XXXVII	Torino, 29-9	» » »	p. 514

XXXVIII	Torino, 30-9	Borges de Castro al duca di Loulé	p. 510
XXXIX	Torino, 3-10	» » »	p. 517
XL	Torino, 12-10	» » »	p. 518
XLI	Torino, 2-11	» » »	p. 518
XLII	Torino, 23-11	» » »	p. 520
XLIII	Torino, 23-11	» » »	p. 521
XLIV	Torino, 23-11	» » »	p. 522
XLV	Torino, 12-12	» » »	p. 522
XLVI	Torino, 19-12	» » »	p. 523

1864

I	Torino, 1-1	Borges de Castro al duca di Loulé	p. 527
II	Torino, 12-1	» » »	p. 527
III	Torino, 19-1	» » »	p. 528
IV	Torino, 21-1	» » »	p. 529
V	Torino, 22-2	» » »	p. 530
VI	Torino, 3-3	» » »	p. 531
VII	Torino, 21-3	» » »	p. 531
VIII	Torino, 29-4	» » »	p. 532
IX	Torino, 20-5	» » »	p. 533
X	Torino, 30-5	» » »	p. 534
XI	Torino, 9-6	» » »	p. 534
XII	Torino, 1-7	» » »	p. 535
XIII	Torino, 9-7	» » »	p. 536
XIV	Torino, 21-7	» » »	p. 536
XV	Torino, 20-9	» » »	p. 537
XVI	Torino, 25-9	» » »	p. 539
XVII	Torino, 28-9	» » »	p. 544
XVIII	Torino, 30-9	» » »	p. 545
XIX	Torino, 11-10	» » »	p. 546
XX	Torino, 19-10	» » »	p. 547
XXI	Torino, 24-10	» » »	p. 548
XXII	Torino, 3-11	» » »	p. 548
XXIII	Torino, 8-11	» » »	p. 549
XXIV	Torino, 8-11	» » »	p. 551
XXV	Torino, 11-11	» » »	p. 552
XXVI	Torino, 1-12	» » »	p. 553
XXVII	Torino, 9-12	» » »	p. 553
XXVIII	Torino, 12-12	» » »	p. 553
XXIX	Torino, 12-12	» » »	p. 554
XXX	Torino, 31-12	» » »	p. 555

1865

I	Torino, 8-1	Borges de Castro al duca di Loulé	p. 559
II	Torino, 25-1	» » »	p. 559
III	Torino, 1-2	» » »	p. 559
IV	Torino, 4-2	» » »	p. 560
V	Torino, 7-2	» » »	p. 561

VI	Torino, 21-2	Borges de Castro al duca di Loulé	p. 561
VII	Torino, 28-2	» » »	p. 562
VIII	Torino, 7-3	» » »	p. 562
IX	Torino, 19-4	Borges de Castro al conte d'Avila	p. 563
X	Torino, 3-5	» » »	p. 564
XI	Torino, 4-5	» » »	p. 565
XII	Torino, 9-5	» » »	p. 566
XIII	Firenze, 18-5	» » »	p. 567
XIV	Firenze, 8-6	» » »	p. 568
XV	Firenze, 14-6	» » »	p. 568
XVI	Firenze, 21-6	» » »	p. 570
XVII	Firenze, 23-6	» » »	p. 571
XVIII	Firenze, 29-6	» » »	p. 571
XIX	Firenze, 9-7	» » »	p. 573
XX	Firenze, 28-7	» » »	p. 573
XXI	Firenze, 8-9	Borges di Castro al conte di Castro	p. 574
XXII	Firenze, 30-9	» » »	p. 575
XXIII	Firenze, 4-10	» » »	p. 576
XXIV	Torino, 26-10	» » »	p. 576
XXV	Firenze, 23-11	» » »	p. 577
XXVI	Firenze, 5-12	» » »	p. 577
XXVII	Firenze, 22-12	» » »	p. 578
XXVIII	Firenze, 29-12	» » »	p. 578
XXIX	Firenze, 31-12	» » »	p. 579

1866

I	Firenze, 2-1	Borges de Castro al conte di Castro	p. 583
II	Firenze, 17-1	» » »	p. 583
III	Firenze, 18-1	» » »	p. 584
IV	Firenze, 23-1	» » »	p. 585
V	Firenze, 23-1	» » »	p. 586
VI	Firenze, 26-1	» » »	p. 587
VII	Firenze, 26-1	» » »	p. 588
VIII	Firenze, 9-2	» » »	p. 588
IX	Firenze, 28-2	» » »	p. 589
X	Firenze, 17-3	» » »	p. 590
XI	Firenze, 30-3	» » »	p. 590
XII	Firenze, 2-4	» » »	p. 591
XIII	Firenze, 14-4	» » »	p. 591
XIV	Firenze, 28-4	» » »	p. 592
XV	Firenze, 2-5	» » »	p. 593
XVI	Firenze, 6-5	» » »	p. 595
XVII	Firenze, 12-5	» » »	p. 596
XVIII	Firenze, 19-5	Borges de Castro a Casal Ribeiro	p. 597
XIX	Firenze, 19-5	» » »	p. 597
XX	Firenze, 24-5	» » »	p. 598
XXI	Firenze, 30-5	» » »	p. 599
XXII	Firenze, 30-5	» » »	p. 600

XXIII	Firenze, 3-6	Borges de Castro a Casal Ribeiro	p. 601
XXIV	Firenze, 9-6	» » »	p. 601
XXV	Firenze, 16-6	» » »	p. 602
XXVI	Firenze, 16-6	» » »	p. 604
XXVII	Firenze, 20-6	» » »	p. 604
XXVIII	Firenze, 20-6	» » »	p. 605
XXIX	Firenze, 21-6	» » »	p. 606
XXX	Firenze, 23-6	» » »	p. 606
XXXI	Firenze, 24-6	» » »	p. 607
XXXII	Firenze, 25-6	» » »	p. 608
XXXIII	Firenze, 26-6	» » »	p. 608
XXXIV	Firenze, 27-6	» » »	p. 609
XXXV	Firenze, 29-6	» » »	p. 609
XXXVI	Firenze, 2-7	» » »	p. 610
XXXVII	Firenze, 6-7	» » »	p. 611
XXXVIII	Firenze, 6-7	» » »	p. 612
XXXIX	Firenze, 9-7	» » »	p. 614
XL	Firenze, 10-7	» » »	p. 614
XLI	Firenze, 12-7	» » »	p. 616
XLII	Firenze, 18-7	» » »	p. 618
XLIII	Firenze, 19-7	» » »	p. 619
XLIV	Firenze, 24-7	» » »	p. 620
XLV	Firenze, 27-7	» » »	p. 622
XLVI	Firenze, 4-8	» » »	p. 623
XLVII	Livorno, 3-8	» » »	p. 624
XLVIII	Livorno, 14-8	» » »	p. 624
XLIX	Livorno, 16-8	» » »	p. 626
L	Livorno, 20-8	» » »	p. 626
LI	Livorno, 20-8	» » »	p. 628
LII	Livorno, 6-9	» » »	p. 629
LIII	Firenze, 17-9	» » »	p. 631
LIV	Firenze, 18-9	» » »	p. 631
LV	Firenze, 21-9	» » »	p. 633
LVI	Firenze, 26-9	» » »	p. 634
LVII	Firenze, 5-10	» » »	p. 635
LVIII	Firenze, 8-10	» » »	p. 635
LIX	Firenze, 17-10	» » »	p. 636
LX	Firenze, 29-10	» » »	p. 637
LXI	Firenze, 15-11	» » »	p. 637
LXII	Firenze, 24-11	» » »	p. 638
LXIII	Firenze, 25-11	» » »	p. 639
LXIV	Firenze, 26-11	» » »	p. 639
LXV	Firenze, 21-12	» » »	p. 641

1867

I	Firenze, 1-1	Borges de Castro a Casal Ribeiro	p. 647
II	Firenze, 14-1	» » »	p. 647
III	Firenze, 22-1	» » »	p. 649

IV	Firenze, 31-1	Borges de Castro a Casal Ribeiro	p. 650
V	Firenze, 5-2	» » »	p. 650
VI	Firenze, 13-2	» » »	p. 651
VII	Firenze, 15-2	» » »	p. 652
VIII	Firenze, 18-2	» » »	p. 653
IX	Firenze, 20-2	» » »	p. 654
X	Firenze, 2-3	» » »	p. 654
XI	Firenze, 12-3	» » »	p. 655
XII	Firenze, 20-3	» » »	p. 655
XIII	Firenze, 22-3	» » »	p. 656
XIV	Firenze, 31-3	» » »	p. 657
XV	Firenze, 5-4	» » »	p. 657
XVI	Firenze, 12-4	» » »	p. 658
XVII	Firenze, 12-4	» » »	p. 659
XVIII	Firenze, 13-4	» » »	p. 660
XIX	Firenze, 17-4	» » »	p. 660
XX	Firenze, 29-4	» » »	p. 661
XXI	Firenze, 8-5	» » »	p. 663
XXII	Firenze, 10-5	» » »	p. 664
XXIII	Firenze, 11-5	» » »	p. 664
XXIV	Firenze, 18-5	» » »	p. 665
XXV	Torino, 3-6	» » »	p. 666
XXVI	Torino, 3-6	» » »	p. 667
XXVII	Torino, 27-6	» » »	p. 668
XXVIII	Firenze, 18-7	» » »	p. 668
XXIX	Firenze, 29-7	» » »	p. 669
XXX	Livorno, 25-8	» » »	p. 671
XXXI	Firenze, 4-9	» » »	p. 672
XXXII	Firenze, 6-9	» » »	p. 673
XXXIII	Firenze, 13-9	» » »	p. 674
XXXIV	Firenze, 23-9	» » »	p. 675
XXXV	Firenze, 24-9	» » »	p. 676
XXXVI	Firenze, 27-9	» » »	p. 677
XXXVII	Firenze, 28-9	» » »	p. 677
XXXVIII	Firenze, 3-10	» » »	p. 678
XXXIX	Firenze, 5-10	» » »	p. 679
XL	Firenze, 8-10	» » »	p. 679
XLI	Firenze, 21-10	» » »	p. 680
XLII	Firenze, 22-10	» » »	p. 682
XLIII	Firenze, 25-10	» » »	p. 682
XLIV	Firenze, 28-10	» » »	p. 683
XLV	Firenze, 1-11	» » »	p. 684
XLVI	Firenze, 4-11	» » »	p. 686
XLVII	Firenze, 6-11	» » »	p. 688
XLVIII	Firenze, 13-11	» » »	p. 689
XLIX	Firenze, 18-11	» » »	p. 690
L	Firenze, 20-11	» » »	p. 691
LI	Firenze, 22-11	» » »	p. 692
LII	Firenze, 27-11	» » »	p. 692

LIII	Firenze, 3-12	Borges de Castro a Casal Ribeiro	p. 693
LIV	Firenze, 5-12	» » »	p. 695
LV	Firenze, 6-12	» » »	p. 696
LVI	Firenze, 7-12	» » »	p. 697
LVII	Firenze, 18-12	» » »	p. 698
LVIII	Firenze, 23-12	» » »	p. 699
LIX	Firenze, 28-12	» » »	p. 701

1868

I	Firenze, 1-1	Borges de Castro a Casal Ribeiro	p. 705
II	Firenze, 7-1	Borges de Castro al conte d'Avila	p. 706
III	Firenze, 30-1	» » »	p. 707
IV	Firenze, 28-2	» » »	p. 708
V	Firenze, 10-3	» » »	p. 709
VI	Firenze, 16-3	» » »	p. 709
VII	Firenze, 3-4	» » »	p. 710
VIII	Firenze, 14-4	» » »	p. 711
IX	Firenze, 30-4	» » »	p. 712
X	Firenze, 30-4	» » »	p. 713
XI	Firenze, 10-5	» » »	p. 714
XII	Firenze, 1-6	» » »	p. 715
XIII	Firenze, 2-6	» » »	p. 716
XIV	Firenze, 16-6	» » »	p. 716
XV	Firenze, 28-6	» » »	p. 718
XVI	Firenze, 28-6	» » »	p. 718
XVII	Firenze, 12-7	» » »	p. 719
XVIII	Firenze, 13-7	» » »	p. 720
XIX	Firenze, 28-7	Sousa Lobo a Carlos Bento da Silva	p. 721
XX	Firenze, 10-8	» » »	p. 722
XXI	Firenze, 10-8	» » »	p. 722
XXII	Firenze, 21-8	» » »	p. 724
XXIII	Firenze, 24-8	» » »	p. 725
XXIV	Firenze, 4-9	» » »	p. 725
XXV	Firenze, 10-9	» » »	p. 727
XXVI	Firenze, ?-9	» » »	p. 728
XXVII	Firenze, 27-9	» » »	p. 730
XXVIII	Firenze, 9-10	» » »	p. 731
XXIX	Firenze, 9-10	» » »	p. 732
XXX	Firenze, ?-?	» » »	p. 733
XXXI	Firenze, 28-10	» » »	p. 734
XXXII	Firenze, ?-11	» » »	p. 736
XXXIII	Firenze, 25-11	Sousa Lobo al marchese Sá da Bandeira	p. 741
XXXIV	Firenze, 26-11	» » »	p. 743
XXXV	Firenze, ?-?	» » »	p. 744
XXXVI	Firenze, 12-12	» » »	p. 746
XXXVII	Firenze, 16-12	Borges de Castro a Carlos Bento da Silva	p. 748
XXXVIII	Firenze, 26-12	Borges de Castro al marchese Sá da Bandeira	p. 748
XXXIX	Firenze, 26-12	» » »	p. 749

I	Firenze, 2-1	Borges de Castro al marchese Sá da Bandeira	p. 755
II	Firenze, 14-1	» » »	p. 755
III	Firenze, 27-1	» » »	p. 756
IV	Firenze, 31-1	» » »	p. 758
V	Firenze, 15-2	» » »	p. 758
VI	Firenze, 28-2	» » »	p. 760
VII	Firenze, 9-3	» » »	p. 761
VIII	Firenze, 16-3	» » »	p. 762
IX	Firenze, 17-3	» » »	p. 764
X	Firenze, 2-4	» » »	p. 765
XI	Firenze, 2-4	» » »	p. 766
XII	Firenze, 14-4	» » »	p. 767
XIII	Firenze, 25-4	» » »	p. 768
XIV	Firenze, 26-4	» » »	p. 769
XV	Firenze, 26-4	» » »	p. 770
XVI	Firenze, 4-5	» » »	p. 771
XVII	Firenze, 12-5	» » »	p. 772
XVIII	Firenze, 13-5	» » »	p. 773
XIX	Firenze, 14-5	» » »	p. 773
XX	Firenze, 20-5	» » »	p. 774
XXI	Firenze, 27-5	» » »	p. 775
XXII	Firenze, 28-5	» » »	p. 776
XXIII	Firenze, 12-6	» » »	p. 777
XXIV	Firenze, 17-6	» » »	p. 779
XXV	Firenze, 17-6	» » »	p. 779
XXVI	Firenze, 17-6	» » »	p. 780
XXVII	Firenze, 25-6	» » »	p. 781
XXVIII	Firenze, 25-6	» » »	p. 781
XXIX	Firenze, 13-7	» » »	p. 782
XXX	Firenze, 21-7	» » »	p. 783
XXXI	Firenze, 28-7	» » »	p. 783
XXXII	Firenze, 15-8	Borges de Castro a Mendes Leal	p. 784
XXXIII	Firenze, 2-9	» » »	p. 785
XXXIV	Firenze, 24-9	Borges de Castro al duca di Loulé	p. 785
XXXV	Firenze, 4-10	» » »	p. 786
XXXVI	Firenze, 16-10	» » »	p. 786
XXXVII	Firenze, 25-10	» » »	p. 787
XXXVIII	Firenze, 12-11	Borges de Castro a Mendes Leal	p. 788
XXXIX	Firenze, 17-11	» » »	p. 790
XL	Firenze, 22-11	» » »	p. 790
XLI	Firenze, 26-11	» » »	p. 793
XLII	Firenze, 5-12	» » »	p. 794
XLIII	Firenze, 15-12	» » »	p. 795
XLIV	Firenze, 15-12	» » »	p. 796
XLV	Firenze, 20-12	» » »	p. 797

I	Firenze, 3-1	Borges de Castro a Mendes Leal	p. 801
II	Firenze, 15-1	» »	p. 803
III	Firenze, 27-1	» »	p. 804
IV	Firenze, 28-1	» »	p. 805
V	Firenze, 14-2	» »	p. 805
VI	Firenze, 25-2	» »	p. 806
VII	Firenze, 7-3	» »	p. 807
VIII	Firenze, 17-3	» »	p. 807
IX	Firenze, 26-3	» »	p. 808
X	Firenze, 2-4	» »	p. 808
XI	Firenze, 16-4	» »	p. 810
XII	Firenze, 23-4	» »	p. 811
XIII	Firenze, 30-4	» »	p. 812
XIV	Firenze, 13-5	» »	p. 812
XV	Firenze, 31-5	Borges de Castro al duca di Saldanha	p. 813
XVI	Firenze, 9-6	» » »	p. 814
XVII	Firenze, 10-6	» » »	p. 816
XVIII	Firenze, 11-6	» » »	p. 817
XIX	Firenze, 1-7	» » »	p. 817
XX	Firenze, 20-7	» » »	p. 819
XXI	Firenze, 21-7	» » »	p. 821
XXII	Firenze, 21-7	» » »	p. 822
XXIII	Firenze, 26-7	» » »	p. 824
XXIV	Firenze, 5-8	» » »	p. 826
XXV	Firenze, 11-8	» » »	p. 827
XXVI	Firenze, 11-8	» » »	p. 828
XXVII	Firenze, 18-8	» » »	p. 829
XXVIII	Firenze, 18-8	» » »	p. 830
XXIX	Firenze, 18-8	» » »	p. 831
XXX	Firenze, 22-8	» » »	p. 833
XXXI	Firenze, 22-8	» » »	p. 834
XXXII	Firenze, 25-8	» » »	p. 835
XXXIII	Firenze, 30-8	» » »	p. 836
XXXIV	Firenze, 1-9	Borges de Castro al marchese d'Avila	p. 837
XXXV	Firenze, 9-9	» » »	p. 838
XXXVI	Firenze, 12-9	» » »	p. 839
XXXVII	Firenze, 17-9	Borges de Castro a Bento da Silva	p. 840
XXXVIII	Firenze, 20-9	» » »	p. 841
XXXIX	Firenze, 24-9	» » »	p. 842
XL	Firenze, 27-9	» » »	p. 845
XLI	Firenze, 29-9	» » »	p. 847
XLII	Firenze, 4-10	» » »	p. 847

## INDICE DEI NOMI

- ABEL Carlo Augusto von, 37, 42.  
 ABERCROMBY sir Raffaele, 13, 100, 200.  
 ABREU Plácido António da Cunha, 475, 480.  
 ADIANI Giovanni Battista, 510.  
 AGLIÈ SAN MARTINO conte d', 301, 481.  
 ALBINI Giuseppe, vice ammiraglio, 595.  
 ALBUQUERQUE Luís de Almeida e, 475, 476, 481.  
 ALESSANDRO I zar di Russia, 498.  
 ALESSANDRO II zar di Russia, 298, 500.  
 ALFIERI DI SOSTEGNO Cesare, marchese, 16, 51, 58, 111, 279, 280, 756, 769.  
 ALI-KHAN, 361.  
 ALMEIDA D. Miguel d', 35, 109.  
 ALMEIDA Fortunato de, 79, 288, 405, 706, 733.  
 ALMEIDA GARRETT, visconte, 801.  
 ALTE João Carlos da HORTA TELES MACHADO DA FRANCA, visconte, conte di, 201, 205, 315, 335, 364.  
 ALVES António Severino, 475, 480.  
 AMARI Michele, 467.  
 ANDRADE CORVO João de, 669.  
 ANDRÉ Giovanni Maria d', barone, 12.  
 ANGEJA D. Caetano Gaspar de ALMEIDA NORONHA PORTUGAL CAMÕES DE ALBUQUERQUE MONIZ E SOUSA, marchese di, 813.  
 ANGIOLETTI Diego, generale, 555, 579, 583, 602.  
 ANGROGNA Alessandro LUSERNA D', generale, 243.  
 ANTIOCHE Alberto, 87.  
 ANTONELLI Giacomo, cardinale, 173, 223, 331, 339, 404, 427, 561, 565, 572, 729, 730, 739, 740, 805.  
 ANTONINI Emidio, marchese, 283.  
 ANTONUCCI Benedetto Antonio, mons., 289.  
 APPONYI Antonio Rodolfo, conte, 156, 192, 197, 199.  
 ARESE Francesco, conte, 391, 589.  
 ARTOM Isacco, 391.  
 ASBURGO Alberto Federico Rodolfo, arciduca d'Austria, 126, 609.  
 ASBURGO Leopoldina Josefa Carolina d', 120.  
 ASPRE Constantino, barone, generale, 126.  
 ASSIS E SOUSA Francisco, 169.  
 ATOUGUIA Antonio Aloísio JERVIS DE visconte di, 205, 220, 284.  
 AUBERT Rogerio, 79.  
 AUDINOT Rodolfo, 371, 373.  
 AVEZZANA Giuseppe, generale, 112.  
 AVILA António José, conte, marchese di, 335, 390, 563, 574, 706, 837, 840, 847.  
 AVILA Joaquim Tomaz LOBO D', 475, 784.  
 AZEGLIO Massimo d', 16, 120, 121, 129, 130, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 152, 159, 161, 164, 168, 169, 172, 173, 181, 188, 189, 191, 192, 198, 225, 230, 231, 236, 239, 243, 249, 258, 276, 313.  
 BACHELET Alfredo, 504.  
 BACOURT Luigi Adolfo - FOURIER DE, 12.  
 BALBO Cesare, conte, 10, 11, 19, 24, 32, 35, 54, 122, 166, 190.  
 BALDASSERONI Giovanni, 234, 300.  
 BALEARA D. Mariano, 547.  
 BALLESTROS Y BERETTA, 594.  
 BANNEVILLE Gastone Roberto de, marchese di, 736, 739.

- BARALIS Adriano, 153.  
 BARBAVARA Luigi, 479.  
 BARBIER DE TINAN, Carlo LE 348.  
 BARBOLANI Raffaello ULISSE, conte, 398, 685, 732, 758, 767, 774.  
 BARGONI Angelo, 700, 773.  
 BARONE Giulio, 243.  
 BARRAL Giulio Camillo di MONTEAUVRARD, conte di ,293.  
 BARRILIS Diego, 460.  
 BARROT Adolfo, 170, 175.  
 BARTOCCINI Fiorella, 154, 299.  
 BASTOGI Pietro, 372, 385, 463, 737.  
 BAUDIN Carlo, vice-ammiraglio, 101, 674.  
 BAUFFREMONT, principessa, 296.  
 BAVA Eusebio, generale, 16, 41, 67, 97, 143, 153.  
 BEAUREGARD vedi COSTA DI.  
 BELVEDERE, conte di, 6, 14.  
 BEMPOSTA-SUBSERRA Teodoro Estevão DE LA RUE DE SAINT-LÉGER, marchese di, 475, 480.  
 BENEDETTI Vincenzo, 393, 397, 403, 426, 439, 462, 465.  
 BERTANI Agostino, 832.  
 BERTI Domenico, 479, 583, 653, 654.  
 BERTOLÈ-VIALE Ettore, 773.  
 BERTOLLA Giuseppe, 479.  
 BERTONI Giacomo, 409.  
 BERTRAN DE LIS Emanuele, 89, 96.  
 BEUST Federico Ferdinando, conte di, 795.  
 BIANCHIERI Giuseppe, 653, 744.  
 BIANCHI GIOVINI Aurelio, 175.  
 BIKER Júlio Firmínio JÚDICE, 335.  
 BILDt Dedrich GILLES DE, generale, 393, 395.  
 BINGHAM Riccardo, 149.  
 BIORDI Antonio, conte, 464.  
 BISMARCK Ottone von, conte, 624, 625, 761, 762.  
 BIXIO Alessandro, 15, 24.  
 BIXIO Nino, generale, 379, 700.  
 BLANC Alberto, 460, 768, 774.  
 BOBONE Gerolamo di, conte, 164, 220, 245.  
 BOGGIO Pier Carlo, 428, 536, 550.  
 BOISLECOMTE Ernesto SAIN DE, 50, 143, 145, 154.  
 BONA Bartolomeo, 479.  
 BONAPARTE Carolina, 154.  
 BONAPARTE Maddalena, 154.  
 BONAPARTE Napoleone Giuseppe Carlo Paolo, detto Gerolamo, principe, 332, 352, 363, 439, 440, 527, 591, 616, 621, 624, 626, 666, 667, 735, 789, 833, 835, 836.  
 BONCOMPAGNI Carlo, 11, 73, 114, 115, 180, 315, 319, 408, 501, 549.  
 BONELLI, Gaetano 216, 217.  
 BONFADINI Romualdo, 699, 700.  
 BONI Alessandro, 53, 54.  
 BONI Annibale, 809.  
 BONIFACE, 344.  
 BONIN Edoardo von, generale, 365, 366.  
 BORBONE Carlo Luigi di, duca di Parma, 3, 6, 11.  
 BORBONE D. Carlo di, 6, 12, 17, 65.  
 BORBONE Leopoldo di, conte di SIRACUSA, 353.  
 BORBONE Maria Cristina di, 100.  
 BORGATTI Francesco, 653.  
 BORGES DE CASTRO, José FERREIRA, visconte, 335, 383, 462, 466, 468, 489, 490, 721, 748, 757.  
 BORRAL vedi BARRAL.  
 BOYL Alberto, conte, 813.  
 BOYL Gioacchino, ammiraglio 474.  
 BOYL Pietro di, conte, generale, 473.  
 BRAANCAMP Anselmo José, 475, 784.  
 BRABANTE duca di, 214, 215, 217.  
 BRAGANÇA D. Isabel Maria di, principessa, 446.  
 BRAGANÇA SASSONIA COBURGO GOTHA D. Antónia, principessa, 408.  
 BRAGANÇA SASSONIA COBURGO D. Augusto, duca di Coimbra, 266, 405, 407, 431, 662, 663, 669.  
 BRAGANÇA SASSONIA COBURGO D. Carlos, principe, 577.  
 BRAGANÇA SASSONIA COBURGO D. Fernando, principe, 405.  
 BRAGANÇA SASSONIA COBURGO D. João, principe, 414, 427, 428.  
 BRASSIER DE SAINT-SIMON Maria Antonio, conte von, 354, 365, 762, 764, 776, 825.  
 BREDERODE António XAVIER TEIXEIRA DE, 458.

- BREME Ferdinando Antonio GATTINARA  
 DI SARTIRANA, marchese di, 454, 481.  
 BRENIER Alessandro, 306, 323.  
 BRENNA Guglielmo, 777.  
 BREYNER Francisco de MELO, 211, 218.  
 BRICHERASIO, generale, 16.  
 BRIGNOLE SALE Antonio, marchese, 52,  
 59, 65, 144, 149, 156, 172, 376.  
 BRINIER vid. BRENIER,  
 BRIOSCHI Francesco, 479.  
 BRITO Fortunato de, 521.  
 BRITO João Guilherme de, 475, 480.  
 BROFFERIO Angelo, 199, 200, 377.  
 BROGLIO Emilio, generale, 284, 298, 300.  
 BRUCK Carlo von, 641, 693.  
 BRUCK Carlo Lodovico von, 114, 121,  
 129, 133, 134, 135.  
 BUFFA Domenico, 75, 77, 83, 88, 91.  
 BUGEAUD d'ISLY Tommaso Roberto,  
 duca di, 51.  
 BUISSON Angelo, 482.  
 BUOL SCHAUENSTEIN Carlo Ferdinando,  
 conte, 76, 258, 261, 265, 271, 276,  
 286, 292, 313.  
 Busetto Girolamo, generale, 103.  
 BUSSETTI vedi Busetto.  
 BUTENVAL His de, 181, 196.  
 CABRAL José Emíldio da SILVA, 453, 459.  
 CABRAL MATOS, 476.  
 CACCIA, mons., 382.  
 CADORNA Carlo, 75, 706, 728, 768.  
 CADORNA Raffaele, generale, 842, 843,  
 846.  
 CAIROLI Benedetto, 744.  
 CALVINO Salvatore, 463.  
 CAMARATE Augusto Carlos da Costa, 475.  
 CAMBACÈRES, duca di, 247.  
 CAMBRAY-DIGNY Guglielmo, conte, 719,  
 726, 768, 769, 773, 826.  
 CAMPELLO Pompeo, conte di, 660, 662.  
 CAMPORA Carlo, 481.  
 CANTELLI Girolamo, 728, 731, 737, 758,  
 759.  
 CANUTI Filippo, 479.  
 CANZANI Demetrio, 512.  
 CANZIO, mons., 437.  
 CANZIO Stefano, 781.  
 CAPRIOLO Vincenzo, 479.  
 CAPUCCIO Alessandro, 459, 460.  
 CARACCILO Camillo, marchese di BEL-  
 LA, 392, 398, 402, 489, 590, 659.  
 CARAFA DI TRAIETTO Luigi, 283, 308,  
 309, 314, 323.  
 CARDERINI, generale, 243.  
 CARLO ALBERTO, re di Sardegna, 6, 16,  
 18, 29, 40, 43, 44, 61, 102, 103, 106,  
 107, 108, 109, 112, 113, 114, 118, 119,  
 121, 123, 126, 128, 130, 131, 132, 138,  
 139, 141, 142, 144, 148, 150, 166, 167,  
 190, 216, 246, 263, 320, 395, 411, 791,  
 792.  
 CARLO FELICE, re di Sardegna, 100.  
 CARLO III, re di Spagna, 17.  
 CARREIRA Luis António de ABREU e  
 LIMA, visconte, conte da, 207, 208,  
 209, 210, 218, 453, 454, 455, 459, 460.  
 CARRERA Angelo, 460.  
 CARUSO Giuseppe, *bandito*, 513.  
 CARUTTI DI CANTOGNO Domenico, 386,  
 388, 408, 412.  
 CASAL José de BARROS ABREU SOUSA e  
 ALVIM, conte di, 140, 142, 193.  
 CASAL RIBEIRO José Maria de, conte di,  
 498, 597, 604, 641, 642, 662, 663, 669,  
 671, 688, 689, 693.  
 CASATI Antonio, 234, 235, 237, 242, 244.  
 CASATI Gabrio, conte, 28, 40, 42, 52.  
 CASSINIS Giovanni Battista, 372, 455, 467.  
 CASTAGNETTO Cesare TRABUCCO, conte  
 di, 46, 110, 111, 276.  
 CASTAGNOLA Stefano, 796.  
 CASTELAR Emilio, 802.  
 CASTELCICALA Paolo RUFFO, principe di,  
 211.  
 CASTELO BRANCO Eduardo, 494, 495.  
 CASTIGLIONE Clemente VERASIS di, con-  
 te di, 454, 482, 667.  
 CASTIGLIONE Virginia Maria OLDOINI,  
 contessa di, 708.  
 CASTRO José Joaquim GOMES DE, visconte,  
 conte di 16, 83, 131, 574, 585.  
 CASTRO José Luciano de, 784.  
 CATALANI Tommaso, 588.  
 CATANI Giuseppe, 268.  
 CAUPERS João CORREIA DE OLIVEIRA,  
 476.  
 CAVAINAC Eugenio, generale, 65.

- CAVALLI Giovanni, colonnello, 216, 218.  
CAVOUR Camillo BENSO, conte di, 177, 186, 187, 190, 195, 225, 226, 227, 231, 232, 235, 236, 239, 243, 251, 252, 258, 259, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 276, 279, 280, 281, 282, 284, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 302, 303, 306, 307, 309, 312, 315, 327, 332, 335, 337, 339, 341, 342, 343, 344, 345, 351, 352, 354, 360, 365, 366, 367, 369, 371, 372, 373, 375, 377, 379, 380, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 391, 393, 394, 397, 406, 409, 426, 538, 548, 565, 610, 684, 706.  
CERRUTTI MARCELLO, 491, 518, 573, 584, 635, 768.  
CHABANNES, generale, conte di, 249.  
CHAIRMON QUETRY, marchese, 213.  
CHAMBORD, conte di, 267.  
CHAMBRUN Y de, 79.  
CHARVAZ Andrea, arciv., 481, 483, 484.  
CHIAVES Desiderato, 579, 583, 711, 795, 796.  
CHIGI-ALBANI Flavio, mons., 729.  
CHIODO Agostino, barone, 97.  
CHRZANOWSKI Adalberto, generale, 66, 67, 96, 97, 99, 105, 124, 125, 126.  
CIALDINI Enrico, generale, 336, 337, 338, 378, 379, 380, 394, 396, 397, 402, 406, 561, 595, 607, 608, 609, 614, 615, 617, 618, 619, 622, 623, 628, 629, 681, 682, 686, 695, 722, 724, 731, 748, 794, 795, 796, 809, 810, 826.  
CIBRAIO, vedi CIBRARIO.  
CIBRARIO Luigi, conte, 231, 167, 206, 211, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 235, 237, 239, 240, 241, 243, 246, 258, 261, 263, 270, 271, 273, 274, 790.  
CICCONE Antonio, 736.  
CIGALA Enrico MARTINI DI, conte, 244, 481.  
CIPRIANI Alessandro, 789.  
CISTERNA, vedi DAL POZZO.  
CIVININI Giuseppe, 777, 783.  
CLARENDON Giorgio Guglielmo Federico, Lord, 276, 286, 701.  
CLARETA Gaudenzio, barone, 512, 516.  
CLAVESANA, Rodrigo FAUSSONE, conte di 212, 220.  
CLAY, 177.  
CLÉRY Leone, 845.  
COCCONITO, DI MONTIGLIO Vincenzo, marchese, 666.  
COELHO DE PORTUGAL Y QUESADA Diego, 337, 347, 369.  
COELHO DO AMARAL José RODRIGUES, generale, 706.  
COELLO, vid. COELHO.  
COLLENO Giacinto PROVANA DI, conte, 40, 41, 42, 43, 47, 111.  
COLLI DI FELIZZANO Vittorio, marchese, 97, 98.  
COLOBIANO Augusto AVOGADRO, conte di, 78.  
COLLOREDO Francesco, conte di 119.  
COLLUMBIANO vedi COLOBIANO.  
COMMINGES GUITAUD, conte, 499, 500.  
CONDOCRITIS vedi CONDOURIOTIS.  
CONDOURIOTIS Andrea, 654.  
CONFORTI Raffaele, 435, 437, 478, 790.  
CONSTANCIO Diogo Augusto de CASTRO, 475.  
CORDEIRO Joaquim Maria da COSTA, 475  
CORDOVA Filippo, 385, 386, 430, 435, 695.  
CORGI Carlo, 494.  
CORRENTI Cesare, 653, 695, 700, 796.  
CORTESE Nino, 741.  
CORTANZE Ercole ROERO DI, marchese, 481.  
CORTI Luigi, 768.  
COSSINI vedi CASSINIS.  
COSTA DI BEAUREGARD Pantaleone, 71.  
COWLEY Enrico Riccardo Carlo WELLESLEY, Lord, 247.  
CRAVOSIO Bartolomeo, barone, 460.  
CRENNEVILLE Francesco, generale, 268, 289, 776, 777, 779.  
CRESPI Paolo, 482.  
CRISPI Francesco, 444, 605, 686, 709, 730, 741, 783, 784.  
CRISTINI DI RAVARANO Cesare, 104.  
CROCO DONATELLO, 513.  
COCCHIARI Domenico, generale, 595.  
CUGIA Efsio, generale, 493, 628.  
CURATO Federico, 13, 221.  
CUSANI Alessandro, 482.

- DABORMIDA Giuseppe, generale, 67, 104, 107, 114, 159, 160, 216, 218, 230, 231, 279, 289.
- DALBIAN Denyse, 121.
- DAL POZZO della CISTERNA Emanuele, principe, 7, 16.
- DAMIANI Abele, 777.
- DEBIDOUR Antonio, 302.
- DEENINGES vedi DOENNIGES.
- DE FERRARI Domenico, 99.
- DE FILIPPO Gennaro, 706, 773, 774, 776.
- DE LAUNAY Edoardo, conte di, 110, 111, 112, 113, 121, 130, 131, 140, 144, 150, 152, 164, 291.
- DE LAUNAY Gabriele, conte di, 76, 77, 104, 107, 108, 110, 111, 120, 153.
- DEL CARRETTO Francesco Savèrio, marchese, 8.
- DELBUSE Giuseppe Clemente, 479.
- DELLA CHIESA, Luigi CINZANO, marchese, 482.
- DELLA CISTERNA Maria DEL POZZO, principessa, 665.
- DELLA CROCE DI DOIIOBE Enrico, 401.
- DELLA MARGARITA Luigi SOLARO, barone, 107, 159, 275.
- DELLA MINERVA vedi PES DI S. VITTORE.
- DELLA ROCCA Emanuele MOROZZO, 482.
- DELLA ROCCA Enrico MOROZZO, generale, 103, 143, 206, 212, 218, 220, 236, 243, 336, 402, 458, 459, 461, 543, 595, 603, 617, 618, 748, 760, 763, 766, 806.
- DELLA ROVERE Alessandro, generale, 399, 467.
- DE MARCHI Giuseppe, mons. 245.
- DEPRETIS Agostino, 478, 563, 696, 700.
- DERBY Edoardo Giorgio GEOFFREY SMITH STANLEY, lord, 221.
- DES AMBROIS DE NEVACHE Luigi, 9, 74, 479, 790.
- DE SANCTIS Francesco, 372, 385.
- DE VINCENZI Giuseppe, 653.
- D'HELDVOIR, vedi HELDEWIER.
- D'HERMILLON Picolet, 88.
- DIAS FERREIRA José, 706, 813.
- DIAS Pastor, 262.
- DIETZ, 449.
- DINA Giacomo, 725.
- DI NEGRO Orazio, marchese, 486, 493.
- DI PIETRO Camillo, mons., 245.
- DOENNIGES Francesco Alessandro, 311.
- DORIA di CIRIÉ Rodrigo, marchese, 58, 68, 574.
- DORIA Luigi, 482.
- DROUYN DE LHUYS Edmondo, 464, 485, 498, 499, 500, 547, 604.
- DUCHOQUÉ-LAMBARDI Augusto, 790.
- DUMONT Joseph Eugène, generale, 670, 672, 747.
- DURANDO Cesare, 480.
- DURANDO Giacomo, generale, 54, 60, 71, 107, 232, 286, 300, 435, 436, 437, 441, 444, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 458, 459, 461, 464, 467, 682, 779.
- DURANDO Giovanni, generale, 18, 22, 32, 33, 35, 44, 59, 71, 103, 125, 273, 277, 288, 595, 617, 777, 779.
- DURINI Giuseppe, conte, 47, 78.
- DURIO Pietro, 481.
- DUYN van der, barone, 296.
- ELLIOT, sir Enrico, 350, 508, 510, 511, 518.
- ERSKINE Lord Edoardo, 239.
- ESCOFFIER Carlo 809
- ESPARTERO Baldomero, 17.
- ESTE Ferdinando d', arciduca, 180.
- EUGENIA DE MONTIJO, imperatrice dei Francesi, 786.
- EXCELMANS, conte, 212.
- FABRIZI Nicola, 463.
- FALCO Giovanni, 579, 583.
- FANTI Manfredo, generale, 114, 337, 361, 372, 384.
- FARIA Augusto de, 476.
- FARIA Ernesto de, 475.
- FARINA Maurizio, 84.
- FARINI Luigi Carlo, 354, 355, 370, 371, 463, 467, 485, 488, 491.
- FEDERICI Alessandro, colonnello, 361.
- FERDINANDO I d'ASBURGO, imperatore d'Austria, 25.
- FERDINANDO II di BORBONE, re delle due Sicilie, 154, 299, 306, 308, 313, 314, 322, 351.

- FERDINANDO VII, re di Spagna, 17.  
 FERONI Paolo, marchese, 503.  
 FERRARA Francesco, 664, 665.  
 FERRARI Giuseppe, 551, 659, 777.  
 FERRARIS Luigi, 741, 771, 773, 787.  
 FERREIRA DOS SANTOS, Barone, 826.  
 FERREIRA Julio Augusto, 474, 481.  
 FERRERI, 193.  
 FERRI Domenico, 482.  
 FIANI Bartolomeo, 512.  
 FIGANIÈRE Jorge Cesar, 475.  
 FIGOLI Carlo, 480.  
 FILANGIERI Carlo, principe, 238.  
 FLEURY Emilio Felice, generale, 393, 394, 395, 640.  
 FLORESTAU I, 320.  
 FOLQUE Felipe, colonnello, 213, 218.  
 FOSCARINI Marco Tralandi, 460.  
 FOZ Gil GUEDES CORREIA DE QUEIROZ, conte da, 502.  
 FRANCESCO II di BORBONE, re delle due Sicilie, 336, 339, 341, 343, 348, 349, 350, 351, 353, 355, 360, 362, 363, 364, 367.  
 FRANCESCO GIUSEPPE D'ASBURGO-LORENA, imperatore d'Austria, 25, 331.  
 FRANZINI Antonio, conte, generale, 10, 11.  
 FRANZONI Luigi, arc., 14, 170, 174, 176, 227.  
 FUENTE Guilherme RODRIGUES, 474.  
 GADDA Giuseppe, 796.  
 GAGARINE, principe, 345, 346.  
 GALEOTTI Leopoldo, 536.  
 GALLENZA Antonio, 435.  
 GALLINA Stefano, conte, 117, 119, 122, 196.  
 GALVAGNO Giovanni Filippo, 151, 161.  
 GANZANI, 456.  
 GARIBALDI Giuseppe, 52, 130, 145, 149, 339, 340, 343, 349, 350, 352, 353, 360, 366, 375, 377, 378, 379, 380, 387, 388, 389, 400, 424, 428, 430, 432, 433, 436, 441, 442, 443, 444, 445, 452, 455, 456, 465, 528, 530, 535, 541, 594, 596, 598, 602, 603, 608, 611, 612, 621, 654, 655, 656, 660, 670, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 681, 686, 688, 693, 699, 781, 832.  
 GAVOTTI Geronimo, marchese, 479.  
 GENOUILLY, RIGAULT DE, ammiraglio, 439.  
 GENTIL Antonio MAXIMO DE AZEREDO, 475.  
 GEORGINO vedi GIORGINI.  
 GERSDORF, 164.  
 GHISALBERTI Alberto M., 79, 225, 290.  
 GIOBERTI Vincenzo, 16, 18, 21, 40, 41, 47, 51, 57, 58, 74, 75, 78, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 112, 122, 124.  
 GIORGINI Giovan Battista, 370, 786.  
 GIOIA Pietro, 40, 43, 74, 178.  
 GIOVANNELLI, principe, 638.  
 GITTON Ettore, 474.  
 GIUSEPPE II, imperatore d'Austria, 239.  
 GOMES Bernardino, 218.  
 GONZALES BRAVO, 731.  
 GORTSCHAKOFF Alessandro MICHAELOVICH, principe, 345, 498, 499, 500, 601.  
 GOVONE Giuseppe, generale, 533, 591, 617, 796, 839.  
 GOYON Carlo Maria Augusto de, conte, generale, 337, 396.  
 GRAMONT Antonio Alfredo Agenore, duca di GUICHE, 212, 213, 215, 230, 232, 244, 252, 263, 272, 281, 295, 296, 313, 764, 827.  
 GRANDIS Sebastiano, 320.  
 GRIFEO vedi PARTANNA.  
 GROPALLO Luigi, marchese, 480.  
 GUALTERIO Filippo, marchese, 686, 706, 747, 782.  
 GUCCRUZZI vedi GUERRAZZI.  
 GUEDES Fausto de QUEIROZ, 445, 452, 453, 458.  
 GUÉRONNIÈRE Luigi de la, visconte, 367.  
 GUERRA Manuel ALVES, 458, 462, 466, 467, 468, 508.  
 GUERRAZZI Francesco Domenico, 390.  
 GUERREIRO Gregorio da CRUZ, 474.  
 GUERRIERI GONZAGA Anselmo, marchese, 662.  
 GUGLIELMO I d'HOHONZOLLERN, re di Prussia, 363.  
 HANTE de la, 381, 382.  
 HASFORD, generale, 560.

- HECKSCHER Giovanni Gustavo Guglielmo MOTITZ, 60.  
 HELDEWIER, 15.  
 HELDEWIER Gian Luigi, 396.  
 HESSE Federico Guglielmo, principe di, 798.  
 HOHENZOLLERN Federico, principe, 798.  
 HOHENZOLLERN Leopoldo, principe di, 819.  
 HOHENZOLLERN SIGMARINGEN, Maria, principessa, 411.  
 HOHENZOLLERN SIGMARINGEN, principe, 408.  
 HOLSTEIN Frederico Felipe de SOUSA, 193, 201, 206, 394, 466, 468, 474.  
 HOMPESCH, 579, 709.  
 HOTCHSCHILD, barone, 402.  
 HÜBNER Joseph Alexandre von, barone, 281.  
 HUDSON James, sir 221, 224, 230, 238, 240, 252, 259, 286, 310, 349, 350, 369, 404, 434, 438, 488, 508, 510, 511.  
 HUSSEIN Pascià, 806.  
 INGHIRAMI FEI Nicolo di, 776.  
 INOCENCIO Francisco da SILVA, 335.  
 ISABEL II, regina di Spagna, 17.  
 ISCHITELLA Francesco PINTO, principe, 238, 249.  
 ISMAIL Pascià, 777.  
 JACINI Stefano, 364, 546, 579, 583, 628, 653.  
 JACOTTET, 627.  
 JACQUEMOUD Giuseppe, 436.  
 JAQUEMOND vedi JACQUEMOUD.  
 JAVAN Antonio, 479.  
 JHOUVENEL, 389.  
 JOCTEAU Marco Alessandro, barone, 172, 313, 319.  
 JOINVILLE, Francesco principe de, 249.  
 JONGHE, visconte di, 209.  
 KAULA Adolo, 510.  
 KESSLER, 131, 503.  
 KINNEY, 178.  
 KISSELEW Nicola, 552, 797, 811.  
 KOSSUTH LAJOS, 25, 198.  
 KUBECK Aloisio Carlo, barone, 291, 641, 654.  
 LABORIM, conte di, 475.  
 LACERDA Francisco PALHA FARIA DE, 475.  
 LAFFITTE Carlo, 381.  
 LA HITTE Ducos de, generale francese, 179.  
 LAHORCA, generale, 107.  
 LA MARMORA Alessandro, generale, 56, 280.  
 LA MARMORA Alfonso, generale, 51, 67, 91, 93, 101, 111, 112, 113, 114, 115, 125, 153, 233, 234, 250, 251, 257, 258, 260, 270, 272, 273, 288, 355, 359, 363, 365, 371, 372, 374, 403, 404, 535, 542, 544, 545, 546, 550, 551, 555, 563, 564, 567, 573, 574, 578, 583, 584, 586, 588, 589, 591, 592, 593, 594, 595, 600, 601, 603, 606, 607, 611, 613, 615, 618, 619, 622, 628, 629, 639, 640, 643, 654, 685, 690, 711, 721, 722, 724, 761, 762, 845.  
 LAMORICIÈRE Cristoforo Leone Luigi JOUCHANET DE, generale, 338.  
 LANCASTRE D. Antonio Manuel de LANCASTRE E SALDANHA, visconte di, 806, 813, 822.  
 LANNNOY Giuseppe, 250, 453.  
 LANZA Giovanni, 260, 545, 546, 574, 670, 696, 697, 698, 723, 771, 793, 794, 796, 797, 809.  
 LA PORTA Luigi, 777.  
 LA ROCHE Stenay, 178.  
 LATINO COELHO José Maria, 721.  
 LA TOUR D'AUVERGNE Enrico, 268.  
 LATOUR Vittorio Amedeo SALLIER, conte di, 16, 103.  
 LA VALETTE Felice, marchese, 424, 641.  
 LA VEGA, conte de, 179.  
 LAVRADIO D. Francisco d'ALMEIDA PORTUGAL, conte di, 390, 515, 794, 795, 804, 805.  
 LAWRENCE, 587.  
 LAZEU, generale, 442.  
 LAZZARINI, *bandito*, 290.  
 LEÃO Francisco da CUNHA, 390.  
 LEBOEUF Edmondo, 629, 637.  
 LEBZELTERN-COLLENBACH Eduard, barone, von, 693.  
 LECOMTE, colonnello, 722.  
 LECOURT Augusto, 482.

- LEMOS José António AZEVEDO, generale, 12.  
 LEOPARDI Pier Silvestro, 20, 23, 29, 39.  
 LEOPOLDO II D'ASBURGO-LORENA, granduca di Toscana, 806.  
 LEOPOLDO II, re dei Belgi, 583.  
 LICHTENSTEIN, principe, 41.  
 LIEDEKERKE Augusto BEAUFORT, 79, 178.  
 LIGNE Eugenio, 72, 74.  
 LISIO Guglielmo MOFFA GRIMALDI DI, 40, 74.  
 LIZABE RUFFONI Gaetano, 399.  
 LOBBIA Cristiano, 778, 779, 780, 781, 782, 784, 790.  
 LOBO João de SOUSA, 528, 721, 806, 813.  
 LOMBARDINI Antonio, 268.  
 LONGO Carlo, ammiraglio, 546.  
 LOULÉ Nuno ROLIM DE MOURA BARRETO, marchese, duca di, 288, 293, 301, 306, 399, 405, 428, 453, 457, 458, 459, 460, 461, 486, 489, 498, 499, 500, 516, 563, 665, 784.  
 LOUREIRO, 575.  
 LOUREIRO José Jorge, 288.  
 LUBATTI Francesco Emilio, 482.  
 LUCERNA DI RORÁ Emanuele, 479.  
 LUDOLF Guglielmo, conte, 29, 85, 145, 172, 181.  
 LUIGI FILIPPO d'ORLÉANS, re dei Francesi, 9, 175.  
 LUIS I, re di Portogallo, 205, 335, 405, 412, 414, 422, 446, 450, 451, 458, 488, 500, 584, 661, 735, 829.  
 LUPI Joaquim José do NASCIMENTO, 475.  
 LUZ Joaquim António VELEZ BARREIROS, barone di, 193.  
 MAC-MAHON Maria Edme Patrizio, duca di MAGENTA, 342.  
 MACHADO Francisco José da HORTA CORREIA, 205.  
 MACHIAVELLI Niccoló, 772.  
 MAERING, generale, 766.  
 MAFFEI DI BOGLIO Alberto, conte di, 140.  
 MAGALHÃES Cactano Augusto de CARVALHO PEREIRA de, 474.  
 MAGALHÃES José Maria de, generale, 706.  
 MAGALHÃES Rodrigo da FONSECA, 208.  
 MAGLIANI AGOSTINO, 479.  
 MAIA Cactano Alberto, 475.  
 MAISTRE Giuseppe, conte di, 9.  
 MALARET Giuseppe, 673, 690, 845.  
 MALHEIROS Sebastião, 721.  
 MAMELI Cristoforo, 104, 178.  
 MAMIANI della ROVERE, conte di, 159.  
 MANCINI Pasquale Stanislao, 435.  
 MANIN Daniele, 372.  
 MANNA Gennaro, 467.  
 MARCHESE Augelo, 474.  
 MARI Adriano, 643, 657, 699, 739, 741, 793.  
 Maria II, regina di Portogallo, 78, 205, 408.  
 MARIA ADELAIDE, regina di Sardegna, 20, 116.  
 MARIA PIA, regina di Portogallo, 277, 407, 411, 445, 446, 449, 450, 451, 452, 453, 456, 457, 488, 715, 784, 785.  
 MARING, generale, 638.  
 MARLIANI Emanuele, 354.  
 MARSH Giorgio PERKINS, 386, 392, 400.  
 MARTINI Enrico, conte, 59, 84.  
 MARTINI Giulio, 5, 84, 199.  
 MARTINS Alvaro Frederico, 474.  
 MARTINS Luis Augusto, 475.  
 MASCARENHAS Sebastião do CANTO E CASTRO, 706.  
 MASSA vedi MAZZA.  
 MASSARI Giuseppe, 371, 373, 376, 444.  
 MASSERANO, Carlo FERRERO DE LA MARMORA di, 109, 111, 114, 138.  
 MATHIEU Antonio, 151, 152.  
 MATTEUCCI Carlo, 435, 478.  
 MAURANO Silvio, 708.  
 MAZZA Orosio, 249.  
 MAZZAROS, generale, 196.  
 MAZZINI Giuseppe, 122, 179, 185, 261, 281, 290, 322, 339, 396, 426, 528, 590, 604, 605, 718, 733, 770, 832, 835.  
 MEDICI Giacomo, generale, 825, 832.  
 MEHEMET Djemil Bey, 259.  
 MELEGARI Luigi Amedeo, 433, 459, 461, 464, 465, 467, 468, 662, 663.  
 MELO António Maria FONTES PEREIRA de, 208.  
 MELO Francisco de Paula, 474.

- MENABREA Federico, generale, 169, 362, 385, 386, 537, 538, 540, 602, 624, 629, 630, 633, 641, 658, 684, 689, 691, 692, 694, 695, 696, 698, 699, 701, 705, 708, 709, 716, 720, 721, 732, 737, 740, 743, 747, 750, 758, 763, 766, 767, 768, 772, 773, 774, 775, 779, 783, 789, 793, 794, 795, 804.
- MENDES LEAL José da SILVA, 784.
- MENGO Jacinto da SILVA, 475.
- MERCIER DE LOSTENDE Edoardo Enrico, 99.
- MERODE Xavier de, mons., 396.
- MERSACAPO vedi MEZZACAPO.
- METTERNICH Clemente de, principe, 25, 198.
- MEITZBURG Francesco, barone, 129.
- MEZZACAPO Luigi, generale, 371.
- MICHEL Ersilio, 79.
- MICHELI Pico, 480.
- MIGLIORATI Giovanni Antonio, marchese, 692.
- MIGNANO, Alessandro NUNZIANTE di, 626.
- MILANO Agésilao, 314.
- MILARET vedi MALARET.
- MINERVA Domenico PES DI SAN VITTORIO, conte della, 337, 346, 351, 353, 354, 369, 388, 390, 392, 397, 401, 410, 412, 445.
- MINGHETTI Marco, 352, 372, 384, 385, 386, 399, 421, 463, 467, 487, 491, 501, 541, 548, 648, 709, 773, 774, 835.
- MINTO, Gilberto ELLIOT, lord, 19, 510.
- MOLTKE Helmuth, generale, 721.
- MOLTKE-HVITFELD Leone, conte di, 12, 399.
- MONTALTO Alberto LUPI DI MOIRANO, conte di, 24, 96.
- MONTEBELLO, Napoleone Augusto LANES, duca di, 498, 499, 500.
- MONTEFALCONE, Rodolfo d'AFFLITTO di, marchese, 473, 522.
- MONTEMAR vedi MONTEMOR.
- MONTEMOLIN, Carlo di BORBONE, conte di, 22, 362.
- MONTEMOR Francisco de Paula, 757, 802, 803.
- MONTEVERDE Emilio Aquiles, 459, 460.
- MONTEZEMOLO Massimo CORDERO, marchese, 78, 96.
- MONTI Giuseppe, 742.
- MONTLEART Albertina Maria Cristina di SASSONIA, principessa di, 142.
- MONTLEART Giulio Massimiliano THIBAU, principe di, 142.
- MONTPENSIER Antonio Maria di BORBONE ORLÈANS, duca di, 209, 241, 242.
- MONTPENSIER Luisa Ferdinanda, duchessa di, nata BORBONE DI SPAGNA, 241, 242.
- MORAES Paulo de CARVALHO e, 47.
- MORDINI António, 463, 700, 741, 773.
- MORICHINI Carlo Luigi, mons, 35, 38.
- MORI Renato, 234.
- MORO Roberto, 130, 152.
- MOSCATI Amedeo, 79, 156.
- MOSQUERA, 88.
- MOSSI Luigi, 272, 278, 300.
- MOURA João António LOBO DE, visconte di, 5, 130, 193, 225, 253, 498, 499.
- MOUSTIER Lionnet, marchese di, 686, 693, 694, 695, 696, 730.
- MURAT Gioacchino, 154.
- MURAT Luciano, 154, 156, 298, 376, 452.
- MUSOLINO Benedetto, 389.
- MUSURUS Bey, 188, 244, 259.
- NAPIER, Roberto Cornelio, lord 498, 499.
- NAPOLEONE I, imperatore dei Francesi, 104, 154.
- NAPOLEONE Achille, duca di Clèves, 154.
- NAPOLEONE Luigi, NAPOLEONE III, imperatore dei Francesi, 26, 76, 136, 154, 246, 272, 368, 612, 672, 690, 797.
- NARDI, mons., 775, 832.
- NARVAEZ Ramon Maria, generale, 17, 26.
- NASI Enrico, 400, 833.
- NATOLI Giuseppe, 546, 574.
- NEBIET D. José de, 17.
- NEGRI Candido, 480.
- NEGRI Cristoforo, 479, 523.
- NEMOURS Luigi, duca de, 241, 242, 249.
- NEY DE LA MOSKOVA Edgar Napoléon Henry, colonnello, 272.
- NICOTERA Giovanni, 824.
- NIGRA Costantino, 343, 359, 360, 393, 691, 763, 764.

- NIGRA Giovanni, conte, 104, 309, 446, 454, 458, 459, 461, 477, 478.  
 NIKOLAEVIC Wladimir, gran-duca, 766.  
 NILES Nathaniel, 19.  
 NINCO-NANCO, bandito, 513.  
 NITZTHUM, conte, 307.  
 NOHENTAL, conte, 164.  
 NORMANBY Costantino Enrico PHIPPS, marchese di, 119, 235, 240, 247.  
 NUBAR Pascià, 777.  
 NUGENT Westmeath LAVAL, generale, 18, 21, 22.  
 NUNZIANTE Vittorio, generale, 620.  
 O' DONNEL Leopoldo, generale, 17, 572, 584.  
 OLDOINI Filippo, marchese, 692, 695, 701, 707, 755, 756, 795, 814, 815, 816, 819, 822, 829.  
 OLIVEIRA António GOMES DE, 131.  
 OLIVEIRO, 144.  
 OLIVIERI Francesco Antonio, generale, 46.  
 OLÓZAGA Sallustiano de, 802.  
 OMAR Pascià, 239.  
 ORSINI Felice, 290.  
 OSUNA, duca di, 340.  
 OTTENFELS Maurizio, barone, 693.  
 OUDINOT Nicola Carlo Vottirio, duca di REGGIO, 34.  
 PAAR Ludovico von, conte di, 261, 262.  
 PAES José, 367.  
 PAIVA José de, barone, visconte di, 210, 694.  
 PALEOCAPA Pietro, 43, 153.  
 PALLAVICINI Emilio, marchese, 268, 379, 453, 666.  
 PALMELA D. Pedro de SOUSA HOLSTEIN, duca di, 83.  
 PALMERSTON Enrico TEMPLE, visconte, 67, 119, 149, 189, 252, 287.  
 PANISSERA DI VEGLIO Marcello, conte, 666.  
 PAPADOPOLI, famiglia, 638.  
 PARELLA Francesco, 510.  
 PARETO Lorenzo, marchese, 10, 11, 13, 14, 26, 32, 40, 43, 54, 67, 68, 84, 88, 93, 140, 145, 148, 423.  
 PARKER sir Guglielmo, ammiraglio, 101.  
 PARTANNA Vincenzo GRIFEO, principe, 163, 172.  
 PASINI Valentino, 731.  
 PASOLINI DALL'ONDA Giuseppe, conte, 467, 468, 476, 477, 488, 489, 490, 491.  
 PASQUA VIVALDI Pietro, duca di S. GIOVANNI 197, 199, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 218, 236, 241, 242, 243, 250, 304, 309.  
 PASSAGLIA Carlo, 403.  
 PASSALACQUA DI VILLAVERNIA Giuseppe, marchese, generale, 103.  
 PAUMGARTEN, conte, 709.  
 PEDRO I, imperatore del Brasile, 120.  
 PEDRO V, re di Portogallo, 205, 208, 211, 218, 220, 221, 335, 390, 405, 407, 408, 409, 412, 414, 422, 455.  
 PELET Germano, generale, 89, 92.  
 PELEZZA vedi PLEZZA.  
 PELLEGRINI Didaco, 75.  
 PENAFIEL António José de SERRA GOMES, conte di, 78, 85, 90.  
 PENISSERA vedi PANISSERA.  
 PEPE Guglielmo, generale, 23, 34, 71.  
 PEPOLI Gioacchino, marchese, 478, 538, 540, 764.  
 PEPOLI Guido Taddeo, conte, 154, 490, 538.  
 PEPOLI Letizia Giuseppina, 154.  
 PERCY Enrico, generale, 221, 222, 235.  
 PEPEIRA Adolfo de PAIVA, 474.  
 PERRONE DI SAN MARTINO Ettore, conte, generale, 67, 68, 69, 103.  
 PERRONE DI SAN MARTINO Paolo, 482.  
 PERSANO CARLO PELLION DI, ammiraglio, 363, 364, 478, 594, 595, 599, 621, 622, 624, 635, 636, 643, 650, 661, 724.  
 PERUZZI Ubaldino, 372, 385, 467, 543, 548.  
 PESCBETTO Federico, 659.  
 PESSINA Enrico, 546.  
 PESSOA Elias da CUNHA, 288.  
 PETITTI DI RORETO Agostino, conte, generale, 545, 595.  
 PETRINO Paolo Luigi, 510.  
 PETRUCCELLI DELLA GATTINA Ferdinando, 434, 451, 453, 550.  
 PETTINENGO Ignazio, generale, 579, 583, 628.

- PICALUGA Possidonio Augusto POSSOLO, 475.
- PIERNI Carlo NOTARI, 510.
- PINELLI Pier Dionigi, 75, 104, 130, 148, 150, 159, 174, 175, 178, 180.
- PIO IX, 78, 79, 845.
- PIODA J. B., 531.
- PIRONTI Michele, 776, 787.
- PISANELLI Giuseppe, 467, 658.
- PLANA Giovanni Antonio Amedeo, barone, 16, 215, 217, 218.
- PLAZA, generale, 548.
- PLEZZA Giacomo, 78, 91.
- POERIO Carlo, barone, 371.
- POGGI Enrico, 435.
- POMBO, colonnello, 585.
- PORTUGAL D. Manuel de, 131.
- POZZI vedi POGGI.
- PRALORMO Carlo Giuseppe Beraudo, conte di, 137.
- PRATI Giovanni, 509.
- PRIM Giovanni, generale, 17, 584, 594, 802, 803.
- PROVANA DEL SABBIONE Pompeo, contra-ammiraglio, 690.
- PROVENZALI Pompeo, marchese, 278.
- PUCCI BAUDANA Eugenio, 460.
- PUCCI Ferdinando, 473.
- QUILLINAN Luis, 757, 758.
- QUINHONES Antonio GUEDES VILHÊGAS, 476.
- RACCHIA Paolo, generale, 58.
- RADEMAKER José BASILIO, 12.
- RADEZKY Giuseppe, maresciallo, ccnte di, 12, 16, 18, 21, 22, 29, 30, 32, 33, 44, 46, 55, 56, 57, 60, 65, 79, 84, 93, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 115, 116, 125, 126, 127, 143, 159, 168, 289.
- RADICE Evasio, 68, 69, 71.
- RAELI Matteo, 796.
- RAMIREZ Vincenzo, 198, 199.
- RAMORINO Gerolamo, generale, 67, 102, 109, 120, 122, 125.
- RANDI Lorenzo, mons., 832.
- RAPALLO Nicolò, 304, 309, 314.
- RASPONI Giulio, conte, 154.
- RASPONI Luisa Giulia Carolina, contessa, 154.
- RATTAZZI Urbano, 43, 47, 75, 119, 128, 130, 232, 355, 359, 369, 370, 371, 404, 406, 408, 409, 413, 421, 429, 431, 432, 433, 434, 435, 443, 444, 446, 463, 465, 466, 478, 501, 509, 654, 656, 657, 658, 659, 663, 669, 670, 676, 680, 681, 682, 684, 685, 689, 696, 697, 699, 707, 712, 746.
- RAYNEVAL Aloisio de, 228.
- REBAUDENGO Cesare, 481.
- REBELLO DA SILVA Luis Augusto, 784.
- RECHBERG UND ROTHENLOVEN Giovanni Bernardo, conte di, 382.
- REDCLIFFE Stratford CANNING DE, 259.
- REDERN Enrico Alessandro, conte di, 153.
- REGIL Alonso E. Pífon, 575.
- REGNOLI Oreste, 373.
- REGO Tomás de FREITAS WADE, 527.
- REISET Gustavo Armando, conte di, 24, 196.
- RETA Costantino, 138.
- REVEL Adriano THAON DI, conte di, 84, 107, 111, 166, 172.
- REVEL Ottavio THAON DI, conte di, 11, 50, 75.
- REY Giuseppe, conte di, 479.
- RIBAS, duca di, 630.
- RIBERI Alessandro, medico, 243.
- RIBOTTI Augusto, contra-ammiraglio 706, 773, 794.
- RIBOTTI Ignazio, 479.
- RICASOLI Bettino, barone, 371, 377, 378, 382, 384, 385, 387, 388, 390, 391, 392, 393, 397, 401, 406, 408, 409, 410, 412, 413, 421, 423, 424, 426, 428, 429, 432, 433, 463, 559, 603, 606, 607, 609, 613, 615, 616, 618, 628, 629, 630, 641, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 757.
- RICCI Alberto, marchese, 43, 46, 52, 59, 65, 75, 84, 87, 88, 163.
- RICCI Giuseppe, 14, 16.
- RICCI Vincenzo, marchese, 10, 11, 18, 36, 40, 78, 84, 467, 486.
- RICCIARDI Giuseppe, 796.
- RIDOLFI Ccsimc, marchese, 53.
- RIGNON Edoardo, conte di, 84, 96.

- RINALDI, mons., 393.
- ROBERTI Benedetto, mons., 229, 289.
- ROBERTI Federico, generale, 238.
- ROBILANT Carlo Felice Nicolis, conte di, 243, 809.
- ROBOREDO António de, 475.
- RODRIGUES D. Manuel Bento, cardinale, 482.
- RODRIGUES SAMPAIO Antonio, 813.
- ROSELLINI Ferdinando Pio, 78.
- ROSENKRANTZ, barone, 508.
- ROSSI Luigi, 710.
- ROSSI Michele, conte, 129.
- ROTHSCHILD Giacomo 178.
- ROTHSCHILD Nathan MEYER, 131, 149, 152.
- ROUHER Eugenio, 604, 698, 699, 767.
- RUDINÌ Antonio STARRABBA, marchese di, 787.
- RUFFINI Giovanni, 84.
- RUFFO, diplomatico turco, 188.
- RUSSELL Lord Giovanni, 349, 498, 499, 510, 511, 638.
- SABUGOSA António Maria José da SILVA CESAR E MENESES, marchese di, 663.
- SÁ DA BANDEIRA Bernardo, visconte de, 268, 457, 475, 721, 741, 748, 757, 763, 837.
- SALA Cesare, 486, 528.
- SALAMANCA D. Giuseppe 381, 382, 405.
- SALASCO Alessandro di, 309.
- SALDANHA Carlota Isabel Maria SMITH, duchessa di, 693.
- SALDANHA D. António de LENCASTRE, 398.
- SALDANHA João Carlos Gregório Domingues Vicente Francisco OLIVEIRA E DAUN, duca di, 5, 10, 83, 130, 152, 193, 205, 288, 518, 641, 642, 801, 802, 803, 813, 814, 827, 829, 842.
- SALICETI Aurelio, 299.
- SALMOUR Ruggero GABALEONE, conte di, 277, 300.
- SAMBUI Manfredo BERTONE di, 17, 22, 48, 58, 68, 69.
- SAN CESARIO Gennaro MARULLI, duca di, 238.
- SANCHES Júlio Gomes da SILVA, 288.
- SAN MARTINO Gustavo PONZA DI, 381, 383, 394, 413, 421, 707, 839, 840, 845.
- SAN MARZANO Ermolao ASINARI, conte di, 9, 10, 11, 16, 24, 78, 136.
- SANTA-ENGRÁCIA António ESTEVES DE CARVALHO, barone di, 475.
- SANTA QUIITÉRIA José António SOARES REAL, visconte di, 503.
- SANTAROSA Pietro DEROSI di, 42, 152, 174, 176, 177, 187.
- SARACCO Giuseppe, 479, 536, 796.
- SARMENTO João FERREIRA, barone di, 131, 213, 218.
- SARTIGES Eugenio, conte de, 462, 466, 467.
- SARTIRANA Ferdinando, duca di, 757, 760.
- SÁ Sebastião RIBERIO de, 475, 476, 481.
- SASSONIA COBURGO GOTHA Fernando, 139, 205, 405, 408, 502, 503, 516, 735, 743, 768.
- SASSONIA Giovanni di, principe, 162.
- SASSONIA Sidonia, principessa di, 222.
- SAULI Francesco, marchese di, 84, 122, 140, 235, 243, 248, 250, 300.
- SAVOIA Carlo Emanuele, principe di CARIGNANO, 14, 142.
- SAVOIA Eugenio Emanuele, principe di CARIGNANO, 14, 15, 25, 47, 99, 105, 109, 130, 131, 132, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 150, 152, 164, 190, 191, 207, 214, 215, 216, 217, 219, 235, 236, 239, 241, 246, 250, 267, 277, 296, 301, 305, 307, 341, 354, 355, 359, 360, 361, 381, 383, 414, 448, 449, 487, 488, 492, 493, 518, 521, 529, 530, 555, 560, 563, 585, 589, 594, 605, 606, 608, 630, 637, 639, 655, 666, 667, 714, 735, 784, 789, 790.
- SAVOIA Luigi Vittorio, principe di CARIGNANO, 14.
- SAVOIA Maria Clotilde di, 277, 332, 352, 363, 439, 527, 666, 667, 789, 836, 838.
- SAVOIA Oddone, duca di MONFERRATO, 296, 482, 494, 502, 555, 585, 588.
- SAVOIA Umberto, Principe di PIEMONTE, 159, 277, 434, 445, 467, 486, 488, 497, 501, 503, 510, 520, 521, 531, 555, 567, 595, 603, 633, 639, 667, 708, 713, 715, 717, 718, 741, 782, 784, 789.

- SAVOIA Vittorio Amedeo, principe di CARIGNANO, 14.
- SAVOIA Vittorio Emanuele di, principe di Napoli, 789, 790, 793.
- SAVOIA AOSTA Amedeo, duca d'AOSTA, 17, 277, 464, 482, 483, 497, 501, 518, 520, 521, 527, 529, 530, 555, 563, 585, 595, 608, 639, 663, 665, 666, 667, 717, 718, 732, 735, 757, 768, 784, 785, 789, 790, 797, 820, 821.
- SAVOIA AOSTA Emanuele Filiberto, duca di Puglia, 756, 757.
- SAVOIA AOSTA Maria, duchessa d'AOSTA, nata DEL POZZO DELLA CISTERNA, 666, 667, 717, 718, 755, 756, 757, 782, 784, 787, 790, 797.
- SAVOIA GENOVA Ferdinando Maria, duca di Genova, 13, 19, 28, 30, 33, 34, 39, 42, 47, 50, 52, 54, 100, 101, 105, 119, 122, 126, 128, 136, 142, 153, 162, 164, 169, 172, 173, 194, 197, 304, 309, 311, 708.
- SAVOIA GENOVA Margherita, Principessa di PIEMONTE, 708, 713, 715, 717, 741, 784, 787, 789, 793.
- SAVOIA GENOVA Maria Elisabetta Mas-similiana, duchessa di Genova, nata principessa di Sassonia, 296, 304, 307, 308, 314, 414, 473, 486, 497, 529, 530, 555, 560, 563, 585, 666, 667, 708, 714, 735.
- SAVOIA GENOVA Tommaso Alberto, duca di GENOVA, 714, 718, 735, 803.
- SCHREIZER, barone, 535.
- SCHWARZENBERG Felice, principe di, 50, 53, 72, 117, 192.
- SCIALOJA Antonio, 579, 583, 586, 587, 597, 649, 653, 826.
- SCLOPIS Federico, 10, 11, 480, 559.
- SEABRA António Luís, visconte di, 475, 706.
- SEISAL José Mauricio CORREIA HENRIQUES, visconte di, 398, 399, 400.
- SEIXAS António PEQUITO de, 721.
- SELLA Quintino, 478, 545, 602, 654, 657, 658, 660, 670, 698, 710, 795, 796, 797, 807, 809, 810, 811, 812.
- SELYS-LONGCHAMPS, barone, 583, 584.
- SÉNARD Giulio, 845.
- SERENO Federico, 509, 510.
- SERRA DI FALCO, duca di, 34.
- SERRANO BEDOYA Francesco, 17.
- SERRÃO José Maria d'ALMEIDA, 527.
- SERRAVALLE Enrico POCHEITINI, conte di, 134, 481.
- SETE José Carlos RODRIGUES, 475.
- SICCARDI Giuseppe, conte di, 144, 159, 165, 178, 187, 226, 233.
- SILVA Carlos BENTO da, 721, 734, 741, 748, 837, 840.
- SILVA FRANCISCO PIRES DE CARVALHO E, 474.
- SILVA Gaspar PEREIRA, 475.
- SIMAS Joaquim José da COSTA E, 475.
- SINEO Riccardo, 75.
- SIRACUSA, conte di - vedi BORBONE.
- SIRTORI Giuseppe, generale, 353, 618.
- SIVORI Giovanni, 213, 474.
- SOBRERO Carlo, generale, 58.
- SOLAROLI Paolo, generale, 138, 150.
- SOMMARIVA Claudio D'AIXDI, 46.
- SOMMEILLER Germano, 294, 320.
- SONNAZ Ettore GERBAIX DE, 54, 75, 263, 517.
- SONNAZ Maurizio GERBAIX de, generale, 364, 768, 806.
- SORAGNA, Casimiro MELI LUPI di, marchese, generale, 289.
- SOUSA COUTINHO D. Maria das Dores, 465, 663.
- SOUSA D. Gabriela de, 465.
- SOUSA MACÊDO D. Antonio da COSTA de, 813.
- SPAVENTA Silvio, 543, 548.
- SPINOLA Luigi, marchese, 692, 836.
- STACKELBERG Ernesto, conte, generale, 278, 279, 298, 303, 310, 490.
- STATELLA Enrico, conte, generale, 23.
- STELLARDI Vittorio Emanuele, 464, 465, 478, 481.
- SUE Eugenio, 170.
- SULVYNS Enrico, 583.
- SUSINNO Romano, 460.
- SWERNEKY, generale, 53.
- TAGLIACARNE vedi TALIACARNE.
- TALABOT Paolo-Francesco, 381, 382.
- TALIACARNE Andrea, marchese, 534, 537, 573, 574, 590, 592, 634, 639, 692, 693, 695, 701.

- TALLEYRAND-PÉRIGORD Alessandro Edmondo, duca di DINO, 87, 137.
- TALLEYRAND-PÉRIGORD Carlo Angelico, barone, 337, 352.
- TAVERNA Carlo, conte, 119.
- TECCHIO Sebastiano, 77, 159, 382, 413, 480.
- TECCO Romualdo, barone, 258, 259, 278, 400, 401, 406.
- TERCEIRA Antonio José de Sousa MANUEL E MENESES SEVERIM DE NORONHA, duca da, 207, 212, 385.
- THIRION Giulio, 763.
- THERMIGNON, 469.
- THOUVENEL Edoardo Antonio, 424.
- THUN-HOHENSTEIN Federico, conte, 289.
- THURN Giorgio, conte di VALSASSINA, generale, 56.
- TOFFETTI Vincenzo, conte di, 78, 88.
- TOGNETTI Gaetano, 742.
- TOJAL João Gualberto de OLIVEIRA, conte di, 83, 131, 193.
- TOMAR António Bernardo da COSTA CABRAL, conte di, 83, 142, 151, 193, 405, 821, 822, 823, 824, 831, 842, 843, 844, 846.
- TOMAR António, conte di, 398, 399, 453, 458, 590, 843, 844, 846.
- TONELLO Michelangelo, 642.
- TOPA Michele, 314.
- TORELLI Giuseppe, 546.
- TORELLI Luigi, conte, 67.
- TORTORA, *bandito*, 523.
- TOURTE Abramo, 493.
- TROSSI Giuseppe, 480.
- TROYSI Cesare, 460.
- TWEREBOLD Giuseppe, 456, 461, 494.
- ULLOA Girolamo, 574, 575, 734.
- USEDOM Carlo Guido, conte di, 612, 613, 618, 706, 707, 724, 761, 762, 764.
- UXKULL-GYLLENBAND, barone, 811.
- VACCA Giovanni, contrammiraglio, 546, 595, 624.
- VACCA Giuseppe, 376.
- VALENTINOIS, duca, 320.
- VALERIO Lorenzo, 99, 140.
- VALLE Zarco del, 563, 571.
- VASCONCELOS Joaquim José DIAS LOPES, 142, 475, 480.
- VEGEZZI RUSCALLA Francesco Saverio, 565, 566, 567, 568, 572.
- VERCELLANA Rosa, contessa di MIRAFIORI, 495.
- VERDIERES, barone, 395.
- VERGER, barone, 221, 222, 311.
- VIALE, 218.
- VIGLIANI Paolo Onorato, 787, 790.
- VILLAFRANCA Eugenio, conte di, 12.
- VILLAIN, visconte, 235.
- VILLAMARINA DEL CAMPO Carolina, nata CASTELNOVO, contessa di, 465, 510.
- VILLAMARINA Emanuele PES DI, generale, 146, 666.
- VILLAMARINA Salvatore PES, marchese di, 231, 247, 258, 310.
- VILLANOVA Alfonso SCARAMPI DI, 482.
- VISCONTI AJMI Antonio, marchese, 119.
- VISCONTI-VENOSTA Emilio, 468, 491, 495, 504, 505, 506, 507, 529, 613, 634, 635, 652, 796, 804, 805, 809, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 826, 829, 830, 831, 834, 837, 841, 842, 843, 844, 845, 847.
- VITTORIA D'HANNOVER, regina d'Inghilterra, 242, 284, 499.
- VITTORIO EMANUELE II, Re de Italia, 10, 13, 17, 25, 50, 83, 102, 103, 104, 105, 110, 114, 122, 132, 138, 139, 140, 142, 152, 155, 169, 206, 207, 211, 220, 237, 247, 251, 270, 275, 277, 288, 298, 299, 304, 323, 331, 335, 336, 339, 341, 342, 343, 344, 345, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 359, 361, 363, 365, 366, 367, 368, 370, 376, 378, 382, 386, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 397, 398, 400, 402, 406, 407, 408, 411, 412, 414, 422, 431, 433, 434, 438, 439, 440, 442, 445, 446, 447, 450, 453, 457, 467, 473, 476, 483, 488, 489, 492, 493, 495, 497, 502, 503, 504, 507, 514, 515, 520, 521, 529, 531, 551, 560, 562, 563, 565, 570, 571, 575, 585, 588, 594, 595, 602, 603, 607, 608, 609, 614, 615, 632, 639, 640, 655, 663, 666, 679, 695, 708, 711, 715, 717, 735, 746, 756, 758, 763, 766, 781, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 793, 795, 796,

797, 805, 807, 808, 812, 815, 817, 819,  
829, 833, 840, 847.  
VORGES, 693, 694.

WACHMEISTER vedi WACHTMEISTER.

WACHTMEISTER Carlo, 179, 300.

WALEWSKI Alessandro Floriano Giuseppe  
COLONNA, conte di, 281, 283.

WELDEN Luigi von, maresciallo, 33, 36,  
39, 50.

WESSENBERG Ampringen Giovanni Fi-  
lippo, barone di, 57, 60.

WIENER, 455.

WIMPFEN Franz, 633.

WINSPEARE Antonio, 338, 343, 344.

WOHLGEMUTH Ludovico, generale, 126.

YALYNSEELE J., 154.

ZAMOYSKI Ladislao, 66.

ZANOLINI Cesare, 370.



ISTITUTO GRAFICO TIBERINO DI STEFANO DE LUCA - ROMA





